

Sá.

Lit: de M.L. r.n. dos M.es n.o 12

D. Henrique.

PORTUGAL

PITTORESCO

OU

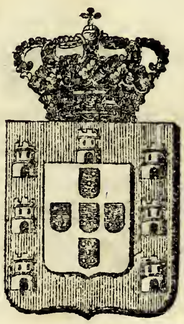
DESCRIPÇÃO HISTORICA

D'ESTE REINO

POR M. FERNANDO DENIS.

PUBLICADA

POR UMA SOCIEDADE.



LISBOA.

TYP. DE L. C. DA CUNHA.

Costa do Castello n.° 15.

1846.

PORTUGAL

PITTORESCO

OU

DESCRIPÇÃO HISTORICA D'ESTE REINO.

N'UM antigo poema do fim do duodecimo seculo (1), que sobre tudo tem valor historico, o Cid com respeito se inclina ante dous condes estrangeiros, que se achão na corte de Affonso VI, rei de Leão e Castella. Um dos referidos condes chamava-se Raimundo, o outro Henrique; ambos militando em Hespanha com a sua forte lança ajudavão contra os Mouros o rei de Castella, e sua fama era já assás illustre para que o heróe, que por si só representava o valor castelhano, os honrasse com fraternal estima. Porem o sobredito poema nada mais refere d'este D. Henrique, que assim se achava na corte do monarcha hespanhol. Uma antiga cronica, por largo tempo ignorada, a constituição do mosteiro de Floirac, nos revela que D. Henrique era bisneto de Hugo Cape-

(1) Sanchez, *Poesias Castellanas anteriores al seglo XV.*; *Poema del Cid.*

to, rei de França, quarto filho de Henrique, duque de Borgonha, e que Affonso VI o escolheo para genro, dando-lhe em casamento sua filha D. Theresa, e por dote á princeza com o titulo de condado, algumas terras d'Entre Douro e Minho. Tal é o principio do reino de Portugal: um companheiro do Cid começa seus gloriosos destinos, que só terminarão quando de victoria em victoria o imperio dos Portuguezes houver quasi igualado o dos Romanos.

Antiga divisão. Estado do paiz quando foi outorgado ao fundador da monarchia. Origem do conde D. Henrique.

Quando Affonso VI concedeo a um magnanimo principe de França o fertil territorio, que lhe deo por apanagio, uma parte d'este formoso paiz estava ainda sob o dominio dos Mouros, e o velho rei, que escolheo para genro um descendente de Hugo Capeto, confiou por certo no valor dos homens d'esta geração para accrescentar o dote de sua filha. Longe estava o territorio, que ora se designa pelo nome de Portugal (1), de occupar os limites assignados pelos Romanos á Lu-

(1) Um sabio portuguez, cuja opinião é hoje authoridade, apresenta com muita clareza a origem da cidade, que deo o nome ao paiz. O nome de *Portus Cale*, que com o andar do tempo se mudou no de *Portucale*, foi primitivamente dado a um lugar, na margem esquerda do Douro, onde ora se vê Villa Nova de Gaya. Este lugar, que servia d'ancoradouro a barcos, e mesmo a navios pequenos, seria dominado pelo antigo castello de *Cale*, e esta seria a origem do nome de *Portus Cale*. E' natural que na margem opposta do rio, ao norte, pouco a pouco se estabelecesse, como succedia d'ordinario em similhantes circunstancias, outra villa da mesma extensão, tanto para commodidade da povoação, que existia n'uma e outra margem, como para facilidade das transacções commerciaes e maritimas com o interior das provincias, que o rio separava ou limitava. N'este mesmo lugar, e junto da parte mais elevada, se fundou tambem um castello para defensa dos habitantes da borda d'agoa, segundo o costume d'aquelles tempos. Ora, como succedeo, com o correr dos annos, que esta villa augmentou e pros-

sitania. Affonso desmembrou do seu imperio o territorio do Porto, Entre Douro e Minho, e as provincias da Beira e Traz-os-Montes. Em Galiza, deo a seu genro todo o terreno, que se prolongava até ao castello de Lobeira, e lhe concedeo a faculdade de dilatar suas conquistas para o Algarvé. Porem a foz do Tejo, a via por onde era possivel penetrar n'este pequeno imperio, ainda não pertencia aos christãos. Lisboa era uma cidade musulmana em toda a extensão da palavra. Entre as cidades, então concedidas, o Porto, Coimbra e Vizeu, occupavão o primeiro lugar. Guimarães foi escolhida para capital d'este novo estado independente. Situada a trez legoas de Braga, ao nascente, a mais importante sé episcopal da antiga Lusitania, aquella villa foi edificada n'um fertil valle, entre dous pequenos rios chamados Ave e Vizela. Querem alguns doutos que a sobredita villa se eleve no sitio occupado pela antiga Araduca, de que faz menção Ptolomeu. Porem o que é uma verdade historica verificada, é que aquella villa havia sido outr'ora conquistada aos Mouros pelos reis de Leão.

O primeiro historiador portuguez, que nos deo noções exactas d'estes remotos tempos, Frei Antonio Brandão, indica com clareza quaes erão as divisões politicas do paiz antes de ser estado independente. — Quando o conde D. Hen-

perou mais que a outra, ella conservou quasi exclusivamente a denominação de *Portus cale*, e fez-se designar nos antigos documentos umas vezes por este nome, outras pelo de *Castrum Portucale*, e pelo de *Locus Portucale*. Derão-lhe tambem o nome de *Castrum Novum*, para distinguil-a do outro *Portucale*, que conservava o nome de *Castrum Antiquum*. Este mesmo lugar successivamente augmentou em povoação, e veio a possuir uma sé com seu bispo; de modo que desde o terceiro concilio de Toledo, celebrado em 589, quarto anno do reinado de Recaredo, chamava-se *Portucalensis* não só o bispo catholico Constancio, que áquelle concilio assistio, mas tambem o bispo areano abusivamente creado por Leovegildo. Veja-se D. F. de S. Luiz, Memorias, etc. Balbi affirma que a denominação de Portugal não é usada para designar todo o paiz antes do anno 1069.

rique entrou em Hespanha, diz o mencionado historiador, o governo de Portugal se achava confiado a muitos senhores; as terras situadas entre o Douro e Mondego, porque estavão mais expostas ás incursões dos Mouros, havião sido commettidas a um chefe illustre chamado Sisnando. Os antigos documentos lhe dão alternativamente o titulo de conde e o de consul, e elle havia estabelecido a sua residencia em Coimbra. — Mariana diz que este capitão nascera d'Affonso VI em Toledo; porem o sabio historiador, que acabamos de citar, allega razões solidas para que se lhe conserve o titulo de Portuguez: taes erão os illustres feitos militares, em que se fundava a sua fama, que elle póde ser com justiça reputado como o primeiro d'esses destemidos capitães, que, desde o undecimo seculo, illustrárão o reino de Portugal.

As provincias d'Entre Douro e Minho e Traz-os-Montes tinhão do mesmo modo seus chefes particulares, que dependião immediatamente do poder real; porem a historia é a seu respeito menos explicita que quando trata do governador de Coimbra. Sabido é comtudo que, alguns annos antes, tinha fallecido o conde Nuno Mendes, que os Portuguezes d'aquellas regiões reconhecião por chefe principal. Desde esta epoca tambem o poder ecclesiastico grangeou uma preponderancia, que lhe permittia unir seus esforços aos do poder secular: as igrejas de Braga e Coimbra havião sido levadas ao antigo estado. Vê-se um bispo da igreja primacial de Braga representar no tempo de D. Garcia filho de Fernando; insistimos sobre este facto, sem lhe dar desenvolvimentos. N'aquelles tempos de grosseria, sujeitos a mil vicissitudes, a palavra do bispo acabava sempre o que a lança começava (1).

(1) Se a casa de França deo um chefe militar ás povoações de Portugal, um francez, durante este periodo, exerceo o poder ecclesiastico. Mauricio Burdin, chamado de Limoges no começo do duodecimo seculo, foi alternativamente bispo de Coimbra, arcebispo de Braga, e depois antipapa. Este foi um dos que no tempo de Bernardo fizerão a conquista espiritual da Peninsula. Nas *Disserta-*

Por largo tempo foi um problema, mesmo em Portugal, a origem do primeiro chefe militar, que o governou como estado independente. Pedro Ribeiro de Macedo, na sua genealogia do conde D. Henrique, não distingue menos de seis opiniões differentes a este respeito; e Camões, que sollicito interroga os annaes remotos para n'elles descobrir os menores vestigios d'um facto glorioso, o faz nascer em Hungria. Foi sómente pelo fim do decimo sexto seculo que um documento ignorado, descoberto por Pedro Piteu, veio pôr termo a tantas conjecturas; e póde-se dizer que este facto só adquirio todo o seu valor historico na epoca em que outro escritor francez, Diniz Godofredo, fez a arvore genealogica da familia de Portugal. (1) Accrescentaremos a todas estas particularidades um facto menos conhecido, é que um rei de França do duodecimo seculo confirma pelo seu modo de fallar um descobrimento da sciencia moderna: Felippe o Bello escrevendo ao rei de Portugal lhe diz: *Vós que sois da nossa linhagem.*

Sabido é que foi em 1093 que Affonso VI dispôz da mão de sua filha a favor do conde D. Henrique; porem no começo d'este primeiro periodo, uma nova difficuldade veio dividir os escritores nacionaes e dar azo a numerosas discussões. Certos authores castelhanos, e tambem alguns portuguezes, affirmárão que D. Theresa ou Tareja era filha bastarda de Affonso VI, e forçoso é confessar que elles fundavão a sua opinião em bons documentos, visto que a propria

ções Chronologicas do sabio Pedro Ribeiro se lê os nomes dos prelados influentes d'aquelle tempo, e o de Mauricio ali se encontra: *Regnante rege Alfonso, et sub eo, principe nostro comite Domno Anrico, sede Bracharensi Domno Giraldo, sede Colimbriensi Domno Mauricio, episcopo, in ipso cœnovio S. Johannis Domno Tedoni priori, in sede Portugalensi Domno Pelagio archidiaconi.*

(1) *Da Origem dos reis de Portugal descendentes em linha masculina da casa de França.* Paris, Pedro Chevalier MDCX. Este opusculo, composto de oito paginas, appareceo primeiro sem nome d'author; porem vê-se pelas numerosas notas accrescentadas ás outras edições, quanto Godofredo augmentou este primeiro trabalho.

cronica de Floirac em termos positivos allega este facto (1). Comtudo homens de muita erudição, especialmente José Barbosa, apresentárão a questão debaixo d'outro aspecto: no contexto da carta pontifical legitimando a união d'Affonso com Chimena, fundárão elles o seu principal argumento, e é mister convir que o fizerão com uma superioridade assás grande para que se impugne a sua opinião.

Outra questão d'incontestavel valor historico tambem se apresenta desde as primeiras paginas d'esta exposição: trata-se de saber se a concessão feita ao conde D. Henrique foi com alguma obrigação feudal, ou livre em toda a accepção da palavra. Os escritores hespanhoes, como necessariamente devia ser, tem invocado o principio de senhorio, de que Affonso VI não podia desistir; os escritores portuguezes, entre os quaes se deve em primeiro lugar mencionar Barbosa, insistem pela doação pura e simples. Infelizmente, forçoso é seguir a tradição; e até hoje ainda se não descobrio o contrato dotal especificando a natureza das obrigações entre os dous paizes. Para chegar o mais perto possivel da verdade, entendemos que convém repetir aqui as palavras tão judiciosas e concisas do sabio Schœffer: — O sogro e o genro tomavão para regra em suas relações o parentesco e affeição mais depressa que uma linha de subordinação exactamente traçada. Preciso é além d'isto accrescentar, que, havendo estabelecido qual era o poder attribuido a D. Henrique, o sabio historiador diz tambem: — Sem embargo d'estes testemunhos, que parecem attestar um poder independente e sem limites, é incontestavel que em quanto Affonso VI viveo, D. Henrique permaneceo n'uma situação dependente.

Depois da morte de Affonso VI, que succedeo a 11 de junho de 1109, mudou d'aspecto a posição politica do conde; e foi principalmente n'aquella epoca, desde que tomou

(1) *Alteram filiam, sed non ex conjugali thoro natam, Anrico.... dedit...*



Sá: Lith. Off. de M.L. R. nova dos M.es N.º 12

D. Affonso Henriques

Cintra aos Mouros, que D. Henrique pôde conservar uma posição verdadeiramente independente a respeito de Castella. Foi então que, nos actos que d'elle emanavão, se intitulou *por graça de Deos conde e senhor de todo o Portugal.*

Sem lembrar aqui a viagem mui duvidosa, que certos escritores dizem que o conde D. Henrique emprehendeo para assistir ás cruzadas (1), diremos que nenhuma existencia foi mais occupada que a sua: os cronistas não lhe attribuem menos de dezesete victorias alcançadas sobre os Mouros na Peninsula; insistem tambem á cerca dos foraes, que elle concedeo a muitas terras, como Coimbra, Tintugal, Soure, Azurara, São João da Pesqueira, e á villa de Guimarães, que parece haver sido o objecto de suas predilecções.

Havendo gloriosamente conquistado aos Mouros parte do Estado independente, que deixava ao herdeiro, que lhe havia dado Theresa n'uma idade já avançada, o descendente d'Hugo Capeto desceo ao tumulo cheio d'annos e de gloria. O conde D. Henrique falleceo aos setenta e sete annos, no dia primeiro de novembro de 1112; jaz na cathedral de Braga.

D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

No enseio da morte do conde D. Henrique, o filho, que lhe nascera em 1109, não tinha mais de trez annos; este filho foi reconhecido pelos povos como herdeiro do territorio de que D. Henrique havia assegurado a independencia. D. Theresa governou sem contestação durante a menoridade de seu filho; e por certo que o titulo augusto de Affonso VI, pai d'esta princeza, lhe fez desdenhar o que lhe dei-

(1) Quer o sabio Brandão que esta expedição se fizesse no anno de 1103; Faria e Souza diz que foi muito antes, mas na epoca em que o conde era já casado. A Academia das Sciencias de Lisboa publicou, á cerca d'esta grande questão, uma memoria, que por falta d espaço deixamos em silencio.

xava seu marido; por que em muitas occasiões ella se nomeou rainha, durante a sua regencia e ainda em vida do conde D. Henrique. Este, n'um dos actos politicos do seu governo, celebra a singular formosura da filha d'Affonso VI (1). Esta formosura parece haver sido origem de perturbações e desordens. Segundo a opinião geral, D. Theresa se affeiçoou a D. Fernando Paez, conde de *Trastamara*; e, posto que a seguinte asserção não tenha incontestavel valor historico, affirmão que ella ratificou pelo casamento uma união illicita. O que ha de positivo, é que se o procedimento privado da regente não foi isento de numerosas arguições, tambem houverão grandes irregularidades na sua administração.

Em 1125, completando o joven principe dezeseis annos quiz ser armado cavalleiro. Duarte Nunes de Leão, concorde com outros muitos historiadores, refere que elle mesmo se armou tomando as insignias de cima do altar de S. Salvador, na cathedral de Zamora, sé então dependente de Portugal. D. Affonso Henriques havia nascido para governar, assim como para combater. Chegado que foi aos dezoito annos, revindicou o exercicio de seus direitos. D. Theresa recusou abandonar a regencia; o principe insistio com imperio, e então começou uma das mais funestas guerras, que ensanguentárão o paiz. O filho foi compellido a lançar mão das armas para obrigar a mãi a ceder-lhe o poder, e a batalha de S. Mamède, que se deo não longe de Guimarães a 24 de junho de 1128, é referida nos annaes de Portugal como uma das mais deploraveis de que a historia faz menção. D. Affonso Henriques triumphou dos partidarios de D. Theresa, e pôde desde então reputar-se senhor absoluto do territorio concedido outr'ora a seu pai. Não foi todavia sem contenda que D. Affonso se apossou do poder: a rainha, encerrada no cas-

(1) *Ego comes Henricus, una cum uxore mea formosissima Tharasia comitissa etc.* Veja-se Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas*, t. III, p. 45.

tello de Lanhoso, mandou pedir soccorro ao rei de Leão, que veio em seu auxilio. A batalha de Valdevez, que D. Affonso ganhou, de novo frustrou as pretenções d'uma ambiciosa mãi. O rei, que havia dado adjutorio a D. Theresa, não perdeo o animo por este revez; no anno seguinte voltou com forças respeitaveis, e cercou Guimarães, onde se achava o filho do conde D. Henrique. O assedio proseguio com vigor; e, acreditando a tradição adoptada por todos os escriptores do decimo sexto seculo, foi só á deliberação do seu aio que D. Affonso Henriques deveo a salvação: espantado do perigo, que o joven principe corria, Egas Moniz saío occultamente de Guimarães, e, debaixo de certas condições, obteve que Affonso VII levantasse o cerco e se retirasse para seus estados. Referem os antigos escritores que D. Affonso Henriques rejeitou as condições, e que vendo Egas Moniz que podia ser taxado de fementido, com a sua familia se foi a Toledo onde se apresentou a Affonso VII. Elle, sua mulher e filhos, tão vestidos como os condemnados á morte; não só caminhavão descalços, mas ao pescoço levavão a corda, prestes a soffrer o ultimo supplicio. Enternecido de tamanha fidelidade, o rei de Leão lhes perdoou. O espirito incredulo do presente seculo tem negado este facto historico; e posto que o nome d'Egas Moniz ficasse como symbolo da lealdade portugueza, muitos escritores fidedignos reputão o referido acontecimento como um conto cavalleiroso da idade media. Sabemos que nada ha que allegar contra as datas inflexiveis da cronologia, e somos obrigados a convir em que ha certamente confusão na relação dos cronistas. Confessaremos ainda assim que nos magôa ver privar a historia dos grandes successos, que ennobrecem uma epoca. O que ha de mui positivo, é que um monumento ha pouco descoberto, e representado nas Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa (1), prova que esta nobre tradição, referida com en-

(1) *Memorias da Academia das Sciencias*, t. XI.

thusiasmo pelos proprios escritores hespanhoes (1) sóbe a uma remota antiguidade. Se não foi erigido exactamente no anno 1146, o sepulcro d'Egas Moniz nem por isso tem menos os caracteres architectonicos do duodecimo seculo. Ali se vê o grande homem representado com a sua familia, no momento em que, segundo a expressão do cronista hespanhol, exclamava: — A minha lingua errou, o corpo deve pagar — (2).

Segundo a narração admittida em todas as cronicas, Affonso VII perdoou áquelle, que sabia assim pedir o castigo d'uma nobre culpa. Egas Moniz viveo ainda longo tempo em seus vastos dominios, situados nos arredores do Porto. Qualquer que seja a opinião adoptada a respeito d'este successo contestado, mas que nada tem de contrario aos costumes d'aquelle tempo, Egas Moniz foi por certo homem eminente, e teve a gloria de manifestar as mais nobres virtudes junto d'um principe, cujas acções politicas ou guerreiras despertão ainda um profundo sentimento de gratidão entre os Portuguezes.

D. Affonso Henriques acclamado rei — Confederação dos Mouros contra elle; batalha d'Ourique.

Segundo um escritor, que minuciosamente tratou das

(1) *Argote de Molina*, entre outros. Vid. *Nobleza de Andaluzia.*

(2) Este curioso monumento está no antigo mosteiro de benedictinos, designado pelo nome de Paço de Souza, a cinco legoas do Porto. O mosteiro seria edificado pelo anno 956. Conhecido primeiro pela denominação de S. Salvador, ao seu nome se accrescentou o d'um castello, mandado edificar por Egas Moniz no duodecimo seculo, entre o convento e o rio Souza. Notaremos de passagem, e como facto mui pouco sabido, tudo o que havia de cultura intellectual n'esta familia. O titulo de Trovador pertencia desde largo tempo a um de seus membros; um manuscrito, cuja antiguidade não é duvidosa, diz, fallando do irmão de Egas Moniz, que elle sabia com perfeição o idioma dos Arabes; saber a lingoa dos Mouros, n'aquelle tempo, era possuir a chave de muitas sciencias.

antiguidades nacionaes (1), foi immediatamente á batalha de S. Mamede, ou depois da morte da rainha D. Theresa, em 1130, que os Portuguezes começárão a dar o titulo de rei a D. Affonso, que até então só havia usado o d'Infante, sem nunca tomar o de conde ou duque: avisinhava-se o tempo em que elle havia de ser revestido solemnemente da dignidade suprema, que o exercito lhe conferio.

Havendo estabelecido a sua authoridade nas cidades outr'ora concedidas a seu pai, D. Affonso Henriques proseguio suas conquistas na Estremadura; passou depois ao Alemtejo, que então pertencia a um poderoso chefe arabe, a que os historiadores contemporaneos dão o titulo de rei, mas que só era um *emir* dependente do soberano musulmano, que governava em Andaluzia. Ismael tinha-se unido com outros cinco chefes para atacar o pequeno exercito dos christãos. Perto d'Ourique se deo a batalha, que D. Affonso venceo (1139); e Duarte Nunes de Leão se mostra mui moderado reduzindo a trezentos mil homens o exercito musulmano, que outros historiadores elevão a quatrocentos mil. Segundo Schœffer, a acção teve lugar a cima de Castro Verde, n'um valle situado entre dous rios, que desagoão no Guadiana. Alguns historiadores, amigos do maravilhoso, dão só treze mil homens de tropa a D. Affonso Henriques (2); porem estes calculos já não são admittidos; cumpre collocal-os a par da relação, que representa D. Affonso Henriques communicando com o ceo, e recebendo de Jesus Christo o valor, que o fez vencer. Duarte Nunes de Leão refere como maravilha este prodigioso acontecimento, que fundou a monarchia portugueza, e a sua ingenuidade faz realçar admiravelmente o heroismo do filho de D. Henrique.

« Posto que os Portuguezes fossem em pequeno numero,

(1) Ribeiro, *Dissertações chronologicas.*

(2) André de Rezende, d'ordinario tão escrupuloso, eleva este exercito a mais de 40:000 homens: « *Tantas congregavid copias ut millia quadraginta exercitus superaret.* »

o sol nascente de tal modo fazia resplandecer suas armaduras, que o exercito offerecia uma apparencia formidavel. O principe começou a animar os seus, chamando-os por seus nomes e trazendo-lhes á memoria cousas capazes d'excitar o valor. Quando os grandes, que se achavão com D. Affonso Henriques, virão os diversos corpos do exercito dos Mouros e todos os reis, que alí estavão, pedirão ao principe a faculdade de tambem lhe chamarem rei; disserão que este era o desejo de todos, e que o exercito combateria com mais denodo. O principe, como homem verdadeiramente magnanimo, conhecendo que merecer reinar valia mais que um reino, e que o valor da pessoa era maior que o do sceptro e da coroa, respondeo que sufficiente honra era para elle commandal-os, que com isto se contentava, que não queria ser mais que seu irmão e companheiro, que como tal os defenderia sempre contra os inimigos da fé, ou contra aquelles de quem recebessem injuria, e que haveria para o que lhe propunhão momento mais opportuno. Os grandes replicárão apresentando ao principe numerosas razões, e pedindo-lhe que não resistisse a tantas vontades. Vendo-se D. Affonso de tal modo instado, lhes disse que podião fazer o que quizessem. Então, ao som de acclamações, todos o saudárão rei e lhe beijárão a mão: tal foi a acclamação de D. Affonso Henriques. Terminado que foi este acto, o novo rei montou n'um vigoroso cavallo, coberto com suas armas; e quando vio que era chegado o momento, ordenou a D. Pero Paes que se adiantasse com o estandarte real. A gente do seu corpo d'exercito o seguio, e d'esta sorte se acommetteo o inimigo. Foi então que ElRei, que se achava já na frente, ferio um mouro com tal força, que junto com elle caio.

Este acontecimento não lhe causou grande impressão; refere o cronista, que D. Affonso se apresentava onde era maior o perigo. A batalha durou desde a alva até ao meio dia, e cinco despotas musulmanos forão vencidos por este rei, que acabava de criar o enthusiasmo militar.

A vinte e cinco de junho de 1139 se deo a memora-

vel batalha de Campo d'Ourique, e desde esta grande epoca começa a monarchia portugueza. D. Affonso Henriques deo então ao novo reino as armas, que devião no porvir designal-o como estado independente: estas armas erão ao mesmo tempo symbolo religioso e guerreiro, destinado a lembrar sua victoria sobre os cinco reis musulmanos, e a milagrosa apparição com que Jesus Christo o havia honrado (1).

Indispensavel era fazer confirmar pela nação a escolha do exercito: este grande acto politico celebrou-se em 1143 nas côrtes de Lamego, onde D. Affonso Henriques appareceo em presença dos trez estados, tomando na verdade o titulo de rei, mas sem ser revestido de nenhuma das insignias da soberania; e na igreja de Santa Maria d'Almacave Lourenço Viegas, seu procurador geral, perguntou ao povo se consentia livremente em que o póder real lhe pertencesse. O povo ratificou em fim o que fizera o exercito, e o arcebispo de Braga, recebendo do abbade de Lorvão a coroa d'ouro dada outr'ora a este mosteiro pelos reis godos, coroou D. Affonso Henriques. Depois de concluida esta ceremonia solemne é que as leis fundamentaes do reino, segundo dizem, forão discutidas e approvadas.

Aquella assembléa deveo ao tempo, ao logar, ao espirito d independenpencia, que animava a multidão, uma simplicidade, de que só o antigo texto nos póde dar idéa: foi o eleito do povo, que fallou em primeiro lugar; eis-aqui como se exprimio:

— Louvado seja Deos, que me ajudou! com esta es-

(1) Na qual vos deo por armas, e deixou
As que elle para si na cruz tomou.
Camões.

Podem-se vêr em muitos authores, especialmente em Faria e Souza, estas armas primitivas, que tambem se encontrão, com suas diversas modificações, na *Historia Genealogica da Casa Real*, por Antonio Caetano de Souza.

pada vos hei libertado e vencido nossos inimigos (1); e já que me tendes feito vosso rei e companheiro, convém que façamos leis, que assegurem a tranquillidade do paiz; a isto todos responderão dizendo: Nós queremos, senhor, e estamos promptos a fazer as leis, que vos aprouver dictar; porque todos nós, assim como nossos filhos e filhas, netos e netas, faremos o que ordenardes. ElRei chamou então os bispos, os nobres, e os procuradores das villas e cidades, e de commum accordo assentárão em começar por fazer leis relativas á successão da corôa, e elles fizerão as leis seguintes:

— Que o senhor rei D. Affonso viva e reine sobre nós. Se tiver filhos, que estes vivão e sejão nossos reis, sem que seja necessario constituil-os de novo reis; eis-aqui a ordem da successão: o filho succederá ao pai, depois o neto, o bisneto, e assim para sempre, em seus descendentes de pai a filho.

— Se o filho primogenito do rei morrer durante a vida do pai, o filho segundo (depois da morte do rei seu pai) será rei; o terceiro succederá ao segundo, o quarto ao terceiro, e assim a respeito dos outros filhos do rei.

— Se o rei fallecer sem filhos, o irmão do rei, se o tiver, reinará, mas só durante a vida, porque depois da sua morte, seu filho não será nosso rei; mas se os bispos, os deputados das villas e cidades, e os nobres da casa real o elegerem, então reinará sobre nós.

— Lourenço Viegas, procurador do senhor rei, disse então aos deputados: O rei pergunta se quereis que as filhas sejão admittidas a succeder á coroa, e, n'este caso, se vos apraz fazer leis concernentes a esta successão. Depois d'uma discussão, que durou algumas horas, os deputados concordárão, e tomárão a resolução seguinte:

(1) O escudo de D. Affonso Henriques, conservado outr'ora no mosteiro d'Alcobaça e levado d'aquelle sanctuario, foi piedosamente restituido por M. Taylor á Bibliotheca de Lisboa.

— Se o rei de Portugal não tiver filho, mas sim uma filha, esta será rainha depois da morte do rei, com tanto que case com um fidalgo portuguez; mas este não se chamará rei senão depois do nascimento d'um filho. Quando apparecer em publico em companhia da rainha, estará sempre á sua esquerda e não porá a coroa real na cabeça. Que esta lei seja sempre observada, e que a filha primogenita do rei só tenha por marido um senhor portuguez, para que o reino não venha a estrangeiro. Se a filha do rei casar com principe estrangeiro, não será reconhecida como rainha, por que não queremos que os povos sejão obrigados a obedecer a um rei que não seja portuguez, porque forão nossos vassallos e compatriotas, que, sem soccorro alheio, mas por seu valor e á custa do seu sangue nos fizerão rei.

Estabelecidas as leis de successão do reino, fizerão-se immediatamente muitas relativas á nobreza, e tratou-se do codigo penal. Ha certas disposições, n'este bosquejo de codigo, que são essencialmente originaes e provão a situação moral do paiz n'aquella epoca. Todo o individuo, por exemplo, que sendo prisioneiro dos infieis no meio d'elles não deixasse de confessar a lei de Christo, dava nobreza a seus filhos; todos os que se havião achado na batalha d'Ourique forão reputados como nobres e receberão a denominação de *vassallos por excellencia*. A lei, que assim galardoava o valor e a perseverança religiosa, se mostrou sem indulgencia para certos delitos; ella attesta ao mesmo tempo, no meio de disposições excessivamente severas, uma tendencia cavalleirosa, mui digna d'aquelles animos independentes. Um nobre perdia a sua nobreza por haver espancado uma mulher, por encobrir a verdade ao rei, e por fallar mal da rainha ou das infantas; a fuga para o meio dos Mouros sujeitava o delinquente á mesma pena, e a lei era do mesmo modo severa a respeito do blasphema.

A reincidencia no roubo podia ser punida de morte; o homicida, qualquer que fosse a sua condição, era castigado com o ultimo supplicio; o fogo era a pena do adulterio; e

trez seculos depois, quando D. João I. mandou queimar um joven escudeiro, que tinha culpaveis relações com uma dama do palacio, mostrou-se ainda mais terrivel que o primeiro legislador, porque a lei de Lamego moderou esta pena cruel por disposições, que permittião a intervenção da piedade.

Depois das cortes de Lamego, D. Affonso Henriques proseguio com vigor a guerra, que fazia aos Mouros, e, a 11 de março de 1147, tomou Santarem: Mem Ramires dirigio este cerco importante. No mesmo anno, o joven monarcha resolveo cercar Lisboa, e o acaso auxiliou maravilhosamente este arrojado designio. Uma armada de cruzados, composta de duzentas velas, vindo do Norte e trazendo por chefe Arnol d'Aerschot, unio seus guerreiros aos valentes soldados, que havião alcançado tantas victorias. Cinco mezes durou o cerco, que foi fertil em incidentes interessantes, e todas as suas circunstancias forão ingenuamente referidas por um religioso do Norte, chamado Otto ou Otta, que não deixou em silencio nenhum successo importante (1). Nada ha mais admiravel que esta luta de povos tão diversos, que a perseverança excitada por uma fé, que faz vencer tantos obstaculos. O ardor religioso vem de repente dotar estes homens, ainda tão grosseiros, do genio engenhoso, que inventa machinas formidaveis ou que sabe derribal-as. Os mesmos povos do Norte admirão estas curiosas circunstancias, de que fazem o assumpto de suas narrações. Matheos Paris contém mais d'uma pagina interessante, em que estas guerras contra os Mouros são com singeleza relatadas. Foi a 23 do mez d'outubro de 1147 que ElRei D. Affonso Henriques entrou em Lisboa. Muitos dos valentes soldados do Norte receberão, em premio do seu valor, certas concessões, que os fizerão estabelecer em Portugal; e n'esta epoca memoravel tiverão origem algumas denominações, alguns costumes, que ainda subsistem, e attestão a influencia franceza em epoca tão re-

(1) D. João III, principe essencialmente litterato, quiz que esta cronica inedita fosse publicada.

mota. Curioso seria por certo recordar aqui nomes, que o tempo tem feito esquecer; porem se houvessemos de pôr em evidencia os feitos militares contemporaneos de D. Affonso Henriques, serião com preferencia nomes portuguezes, que quereriamos citar: fariamos menção de Sueiro Mendes o Bom, de Gonçalo Mendes, por sobrenome o Lutador, d'esse Martim Moniz, que se deixou esmagar entre a porta e a muralha do castello de Lisboa, para facilitar aos aggressores a entrada na cidade. Designariamos Mem Moniz, que, havendo commandado a ala esquerda na batalha d'Ourique, se abalizou ainda em Villa-Raza; Garcia Mendes, o porta-estandarte; Giraldo Giraldes, por appellido Sem Pavor, que com tanta intrepidez se apossou da cidade d'Evora; nomeariamos principalmente D. Fuas Roupinho, que foi acabar á vista de Ceuta, e que se encontra o primeiro em todas as glorias maritimas de que Portugal se jacta. Carecemos d'espaço para referir tantos successos brilhantes. Além d'isto, o caracter particular d'esta obra não nos obriga sómente a mencionar as glorias militares, requer que façamos conhecer o movimento intellectual, os costumes nacionaes, e tambem os monumentos.

O espaço destinado para a relação das batalhas é para nós necessariamente limitado (1). D. Affonso Henriques não era sómente um principe guerreiro, foi um principe legislador, um fundador de cidades e mosteiros; em 1148, a 2 de fevereiro, pôz elle a primeira pedra do convento d'Alcobaça, e eis-aqui por que motivo: acreditando os antigos historiadores, no meio da vida agitada, que D. Affonso seguia nos campos, e mesmo depois da famosa assembléa de Lamego, o primeiro rei dos Portuguezes conservou relações com São Bernardo; e em 1147, trilhando a estrada de Coimbra para ir tomar Santarem, chegado a um monte chamado Serra de Albardos, fez voto, se terminasse com exito feliz aquel-

(1) Veja-se esta narração circunstanciada, extrahida dos antigos historiadores, nas cronicas cavalleirosas d'Hespanha e Portugal.

la ardua empreza, de dar a São Bernardo e aos religiosos da sua ordem todas as terras, que das montanhas avistava, do lado em que as agoas se dirigião para o mar. Em silencio deixaremos os milagres, que acompanhão esta narração; o erudito Pedro Ribeiro os referio. O certo é que o mosteiro de Clairval deo a Alcobaça seus primeiros religiosos, e que o abbade Ranulpho, que no tempo de D. Affonso Henriques os governou, foi enviado por São Bernardo. N'este nobre mosteiro o proprio irmão d'ElRei, D. F. Pedro Affonso, vestio o habito religioso, depois de haver com denodo pelejado e exercido uma embaixada em França. D. Affonso Henriques não se restringio a esta fundação magnifica. O arcediago da cathedral de Coimbra, D. Tello, havia formado, sob o titulo de Santa Cruz, um instituto religioso destinado a subministrar prégadores para as terras novamente conquistadas. Desde o anno de 1132, D. Tello e alguns companheiros se havião congregado, adoptando a regra de Santo Agostinho. D. Affonso Henriques engrandeceo tambem este edificio religioso, e mandou construir a igreja, em que devia ser posto o seu mausoléo.

Lisboa, Coimbra, Santarem, todas estas cidades, em que o cléro estabelecia cada dia mais o seu poder, offerecião uma povoação mixta, catholica e musulmana, de que importa conhecer, ao menos d'um modo geral, a posição respectiva: por falta de mais longa descripção, vamos esboçar este quadro no paragrapho seguinte.

Relações dos Mouros com as povoações christãs durante o undecimo e duodecimo seculo.

Os antigos monumentos d'aquelle tempo nos induzem a crer que estas relações erão mais pacificas, mais faceis nas cidades, e mesmo em certos estabelecimentos distantes dos centros de povoação, do que se suppõe á primeira vista. Se,

d'uma parte, o regulamento (1), que Albocassem, rei dos Mouros dos arredores de Coimbra, promulgou em favor dos religiosos de Lorvão, é uma prova d'estas disposições pacificas, podemos dizer benevolas, da parte dos musulmanos, certos documentos recentemente achados mostrão que houve reciprocidade da parte dos conquistadores christãos. Tudo nos leva a crer que depois d'essas terriveis batalhas d'exterminio, em que o principio religioso, exaltado até ao frenesi, se mostrava como primeiro motor, as povoações se misturavão de novo e entre si estabelecião transacções politicas e commerciaes, como no tempo passado. Depois da tomada de Lisboa os Mouros tiverão em D. Affonso Henriques um protector declarado. Este principe lhes deo garantias publicas, que lhes conservavão certos direitos a par das povoações christãs, e uma obra recentemente publicada prova que em 1218 este rei promulgou uma lei, que punha ao abrigo de todo o damno os Mouros de Lisboa, Almada, Palmella e Alcacer. Facil seria multiplicar as particularidades secundarias, que tem relação com este facto historico; e mais tarde em Edrisi se vê um escritor arabe louvar a singular hospitalidade com que os religiosos de São Vicente tratavão todos os estrangeiros. Uma das melhores provas de que estas relações erão algumas vezes proficuas ás povoações christãs, é que existem documentos em que se vê sacerdotes catholicos usar de nomes musulmanos (2). Muitos erão os meios porque se fazião estas conversões; umas vezes por pregações continuadas, n'outras occasiões por circumstancias extraordinarias, que derão aso a certas lendas. Seja-nos licito escolher uma prova d'isto n'um livro mui pouco consultado; referimos este facto como tradição, e proprio para fazer conhecer os costumes d'aquelle tempo.

(1) Veja-se a obra de Rainouard, *Investigações sobre a lingua romana*, t. I. O texto d'este regulamento, tão precioso para o estudo das origens, está reproduzido com a mais judiciosa critica.

(2) Memorias de Litteratura, t. VII.

Soror Rosimunda, Lenda do duodecimo seculo.

Jorge Cardoso refere que na epoca em que vivia o conde D. Henrique, pai do rei, cuja historia memoramos, havia no convento d'Arouca uma joven e formosa abbadessa, que gozava d'uma alta reputação de santidade; os grandes da terra imploravão o seu favor quando se vião em afflicção, e os pobres ião recommendar-se humildemente a suas orações. O proprio conde D. Henrique, na vespera das batalhas, que dava aos Mouros, costumava visitar a abbadessa do convento d'Arouca, d'onde saía mais forte: «Um dia, refere o antigo historiador, em que o conde foi visital-a, com sigo levou um nobre e joven Mouro. Logo que este vio a moça abbadessa, tão digna todavia de respeito, namorou-se de tal modo da sua gentileza, que declarou ao conde que abraçaria o christianismo se lha dessem por esposa; porem o conde, que sabia a impossibilidade de similhante união, em continente desenganou o Mouro. Informada d'isto, Rosimunda começou a recitar uma affectuosa oração, supplicando a Deos que allumiasse aquella alma; depois mandou pedir ao conde que com o Mouro se fosse á igreja; e, acompanhada pelas religiosas, o aguardou a porta do santo lugar; chegando o Mouro junto de Rosimunda, esta, pegando-lhe na mão, lhe disse: «Tu me amaste com vehemencia, e desejaste haver-me por mulher; o conde não consentio, mas o que elle não póde, vai fazel-o o meu Senhor Jesus Christo, que quer que ambos sejamos unidos na mesma fé, e que gozemos da mesma graça.» O Mouro, tendo penetrado na igreja, allumiado pelo espirito divino, se converteo e foi um grande e perfeito christão. (1)

(1) Veja-se *Agiologio Lusitano* Lisboa, 1662, t. I. p. 153. Hão de desculpar-nos, nós o esperamos, de haver extrahido este episodio do historiador portuguez, tanto mais que soror Rosimunda teve muita influencia nos successos guerreiros do conde D. Henrique, e tambem nos de seu filho. Parece que ella prolongou a sua

Fundação de certas ordens religiosas. — Morte de D Affonso Henriques.

Um conceituoso escritor affirmou ultimamente, não sem algum fundamento, que os corpos armados de musulmanos, prestes sempre na fronteira a pelejar pela fé, podião haver tido certa influencia na fundação das ordens militares na peninsula (1). Se tivessemos mais espaço, curioso seria desenvolver este ponto historico, e informar o leitor da vida guerreira dos dous povos e da analogia, que podião apresentar suas instituições. Contentar-nos-hemos com referir que D. Affonso Henriques fundou em Portugal duas ordens, que tiverão uma celebridade mui diversa, e cujos membros o ajudárão em suas incessantes lutas contra os Mouros: uma das referidas ordens era designada pelo nome *da Aza de São Miguel*, e cedo se extinguio; a outra tomou o nome d'Aviz, e cumprio uma gloriosa carreira. A ordem da Aza de São Miguel foi instituida em 1167 em Alcobaça, em memoria da conquista de Santarem; a d'Aviz teve ao principio o nome de *Ordem Nova*; constava de cavalleiros sujeitos a certas regras religiosas, mas que não tinhão ainda estabelecimento

existencia até ao anno de 1120, isto é, além do tempo em que viveo o fundador da monarchia portugueza. E' certo além d'isto que ElRei D. Affonso Henriques, na epoca em que era ainda infante, reconheceo solemnemente a influencia, que a virgem christã exercia em seu pai; porque, depois da morte da abbadessa d'Arouca, elle enviou ao mosteiro o seu aio, Egas Moniz, com uma carta de pesames, em que exprimia o seu sentimento. Na falta do original escrito em latim, Jorge Cardoso a transcreve em portuguez: dizia assim. — *Bem sei quantas victorias o glorioso conde D. Henrique, nosso pai, alcançou por suas orações. Por onde lhe somos devedores, e nos favores de nossas cousas achareis que nos lembramos de tudo.*

(1) O mesmo facto teve lugar a respeito dos cavalleiros de Rhodes, cujas instituições forão imitadas dos musulmanos. Veja-se *Fundação da Regencia d'Argel*, manuscrito da Bibliotheca real, publicado por Sander Rang e Fernando Denis.

*

determinado. A utilidade d'estes homens, cheios de valor e submissão, chamou a attenção do rei, que os sujeitou á regra de São Bento. D. Pedro Affonso, irmão bastardo de D. Affonso Henriques, foi o primeiro gran-mestre da referida ordem; pelo anno de 1166, seus cavalleiros residirão em Evora, novamente conquistada por Giraldo sem Pavor, e a ordem d'Evora, era a denominação, que lhe havião dado, reconheceo a obediencia da de Calatrava, muito mais antiga. A Ordem Nova só tomou o nome d'Aviz quando D. Affonso II a transferio, em 1211, (1) para a villa, que ella em breve illustrou.

Ajudado por seus bons cavalleiros, D. Affonso Henriques proseguio a sua carreira militar com successos diversos, mas sempre gloriosamente. Cezimbra, Palmella, terras de Mouros, cairão em seu poder, e, no anno de 1169, D. Affonso vio em fim chegar a bulla pontificia do papa Alexandre III., que legitimava a escolha do povo.

Todavia, esta prosperidade foi alterada: suscitando-se serias contestações, pelo anno de 1178, entre ElRei de Portugal e D. Fernando seu genro, rei de Leão, os ultimos tempos da vida de D. Affonso forão assignalados por uma guerra funesta, por causa de algumas terras situadas na Galiza. D. Affonso Henriques foi obrigado a pelejar com um alliado e contra christãos, o que fez com diversos successos. Um accidente cruel o fez cair em poder de seu genro: indo a sair precipitadamente de Badajoz, o seu cavallo o roçou com violencia contra a porta, e elle foi cair distante alguns passos na estrada. Um terrivel combate se travou n'aquelle mesmo lugar entre as tropas do velho rei e os Leonezes; sem embargo dos esforços de seu irmão, D. Affonso Henriques teve a magoa de se ver á discrição do rei de Leão. D. Fernando mostrou, segundo dizem, muita ternura e respeito ao seu

(1) E não em 1181, como diz Barboza; foi sómente no anno de 1213 que a ordem d'Aviz formou uma ordem separada da de Calatrava; a bulla de Eugenio IV estabeleceo a sua completa independencia. Veja-se João Baptista de Castro, *das Ordens militares.*



Sá

Lit de M.L. r. n. dos Mes nº 12

D. Sancho 1º

prisioneiro; tratou-o como verdadeiro pâi, affirma Pedro de Mariz, e engeitou todo o resgate. Contentou-se com a restituição das terras, que lhe havião sido tomadas na Galiza; mas o que não pôde por certo fazer, foi tolher que a lembrança d'uma derrota atormentasse o velho guerreiro. D. Affonso Henriques sobreviveo ainda assim alguns annos a este acontecimento memoravel; achava-se em Coimbra quando foi acommettido da enfermidade de que morreo; e expirou a 6 de dezembro de 1185; na idade de setenta e seis annos e quatro mezes. O tumulo de marmore, que contém seus restos foi mandado erigir por D. João III. No decimo sexto seculo, o tumulo do convento de Santa Cruz foi aberto, e um dos maiores poetas, de que Portugal se honra, pôde contemplar aquelle a que o povo dava o nome de rei santo (1). O tempo havia respeitado o cadaver; e D. Affonso é do pequeno numero d'esses fundadores de reinos; cuja memoria não poderia perecer.

D. Sancho I.

Os reinados, que vão seguir, até ao tempo d'ElRei D. Diniz, não são destituidos d'interesse historico; mostrão um periodo durante o qual se operou uma grande elaboração religiosa e politica, visto que o terceiro estado tomou insensivelmente uma importancia, que nunca tivera. Estes esforços do clero, este nascimento d'uma organisação nova da parte dos habitantes, mais dizem respeito a Portugal e a suas instituições internas do que fazem prever uma época historica digna da ponderação dos estrangeiros. Obrigados a restringir-nos a um plano tão limitado, buscaremos chegar aos rei-

(1) Cidade rica do Santo;
Corpo do seu rei primeiro
Que inda vimos com espanto
Ha tão pouco tempo inteiro
Dos annos que podem tanto.

Sá de Miranda.

nados, que preparárão a gloria de Portugal, se não a começárão ainda. Narraremos pois rapidamente os acontecimentos, que constituem este periodo de transição, para não quebrar completamente a cadeia, que une os successos entre si.

Teve D. Affonso Henriques, do seu casamento com Dona Mafalda, filha d'Amadeo III., conde de Saboia, quatro filhas, e sete filhos, além dos bastardos. D. Henrique, o primogenito, falleceo em verdes annos, e D. Sancho, que nasceo em Coimbra a 11 de novembro de 1154, veio a ser rei de Portugal. Principe guerreiro, cedo imitou seu pai; na idade de quatorze annos, achou-se na batalha d'Arganhal, onde commandou o exercito de Leão, ficando indecisa a victoria.

Chegado aos vinte e um annos, D. Sancho casou com Dona Dulce, filha de D. Ramon, principe d'Aragão: pouco tempo depois do casamento, em 1178, D. Sancho ajuntou um pequeno exercito de doze mil homens, com que foi fazer guerra aos Mouros no territorio de Sevilha. Sobre os infieis alcançou uma famosa victoria, e, quando voltava a Portugal, sabendo que os musulmanos estavão cercando a cidade d'Elvas, correo a soccorrel-a, livrou-a dos inimigos, que a cercavão, e foi dar graças a Deos por tantas victorias, ao mosteiro de Tarouca, de que veio a ser um dos mais zelosos bemfeitores.

Por morte de D. Affonso Henriques, D. Sancho lhe succedeo, e foi coroado em Coimbra a 9 de dezembro de 1185; tinha então trinta e um annos, como prova Antonio Brandão, e não trinta e oito, como alguns escritores affirmão. Principe guerreiro na mocidade, rei pacifico quando começava a entrar na idade madura, D. Sancho mereceo então o sobrenome de Povoador, que a historia lhe conferio. Este rei deo grande impulso á agricultura, fundou muitas villas e mosteiros, e mostrou-se tão generoso para com as ordens militares, que não só, diz um historiador, concedeo a estes servos de Deos o que tinha, mas tambem o que esperava ter. Portugal era então preservado por estes homens, que embraçavão o es-

cudo da fé. Basta lêr as cronicas contemporaneas para conhecer os sentimentos dedicados e valorosos d'estes soldados, prestes sempre a sacrificarem-se pelo triumpho da lei de Jesus Christo.

D. Sancho não pôde sempre manter-se no estado de paz, que tão judiciosamente sabia aproveitar a bem dos povos, porque os Mouros repetião seus ataques. Sobreveio então um d'esses felizes acontecimentos, que havião assignalado o reinado de D. Affonso Henriques: uma força naval, que navegava para a Palestina, foi por uma tormenta compellida a buscar abrigo em algum porto da Peninsula. Estes navios do Norte entrárão no Tejo, e os destemidos soldados, que n'elles ião á conquista dos santos lugares, ajudárão D. Sancho a apossar-se do Algarve. Fiel ao seu sobrenome de Povoador, o segundo rei de Portugal fundou então a cathedral de Silves, que devia ser a sé d'um bispado celebre; depois d'isto accrescentou ao seu titulo o de rei do Algarve. Esta segunda soberania foi com tudo ephemera, porque em 1188 ou 1189 Ben Youssouf, entrando em Portugal com um poderoso exercito, a D. Sancho arrébatou a sua nova conquista, que elle já reputava como um estado christão.

Não ha mais feitos d'armas a mencionar na historia de D. Sancho; porem referiremos um costume mui louvavel, que alguns de seus successores imitárão. Persuadido de que a sua presença era indispensavel para consolidar o que havia fundado, empregou o resto da sua vida em discorrer pelo reino dando impulso a todos os trabalhos agricolas. O vasto mosteiro d'Alcobaça, começado por seu pai, foi por D. Sancho continuado com admiravel perseverança: este monarcha mostrou-se, como D. Affonso Henriques, piedoso protector dos religiosos de São Bernardo, por que entendia que toda a cultura intellectual se fazia então no claustro. Por largo tempo, Alcobaça foi juntamente o ponto central d'onde emanavão as discussões scientificas relativas á theologia, e o asilo conservador onde se depositavão os documentos historicos, que depois formárão os archivos do paiz. Os grandes privilegios con-

cedidos a este mosteiro, por isso mesmo que o tornavão independente da real authoridade, o punhão em estado d'offerecer um asilo aos homens, cuja cultura intellectual estava já adiantada, e que não podião sempre sujeitar seu pensamento activo ao principio immovel do poder feudal (1)

As guerras, que houve de sustentar pelo fim do duodecimo seculo, os trabalhos, que havemos indicado, se não constituem precisamente um reinado glorioso, fazem do periodo, em que D. Sancho reinou, uma época ainda memoravel. Acommettido por uma grave enfermidade, no fim de vinte e seis annos de lutas e trabalhos uteis, este rei morreo em Coimbra, aos 27 de março 1211, no anno 57 de sua idade. O papa Innocencio III. ratificou o seu testamento, e dizem que elle dispoz de sommas verdadeiramente consideraveis para aquelle tempo. Por largos annos jazeo ao abrigo da igreja de Coimbra, mas fóra do edificio, como exigia o concilio de Braga; foi depois recolhido no interior do templo: o seu tumulo existe ainda no mosteiro de Santa Cruz.

D. Affonso II.

Um escritor d'ordinario severo, D. Agustin Liãno, faz uma grande parte do elogio quando se trata da historia d'este rei, em que elle vê muitas victorias gloriosas e um valor sublime, que se oppõe á ambição ardilosa dos máos ecclesiasticos; o sobredito escritor prova a apparição d'um codigo de leis, em que se manifesta a moral e a sciencia da justiça. Preciso é concordar em que a sagacidade do historiador soube reconhecer factos capitaes e virtudes essenciaes, que nem sempre quizerão mencionar os escritores ecclesiasticos, que ácerca d'este reinado escreverão.

(1) Veja-se, a respeito d'este singular direito, um excellente artigo do Panorama. O convento d'Alcobaça póde admittir até 900 frades, independentes d'alguma sorte do soberano; estes religiosos não lhe devião como foro senão um par de botas ou çapatos, a sua escolha, quando elle os visitava.



Sá.

Lith: da Imprença N.al

D. Affonso 2.º

Nasceo D. Affonso em Coimbra, a 23 d'abril de 1185; na idade de vinte e seis annos subio ao throno a 27 de março de 1211; havia casado, em 1201, com Dona Urraca, filha de D. Affonso IX, rei de Castella. A exaltação de D. Affonso II. ao throno foi seguida quasi immediatamente d'um acto de generosidade, motivado pela alta reputação militar d'aquelles, que d'elle erão objecto: D. Affonso deo a villa d'Aviz (1) aos cavalleiros d'este nome, que havião até então residido em Evora, e o grão mestre, D. Fernando Janes, deixou esta cidade para occupar a sua nova residencia. Em 1212, ve-se D. Affonso II. tomar parte n'um dos maiores feitos d'armas, que havião tido lugar na Peninsula durante a idade media; elle assiste á batalha *de las Navas* de Tolosa, que o arcebispo Rodrigo refere d'um modo tão dramatico, e que os proprios historiadores arabes não podem deixar d'indicar como o começo da ruina do mahometismo n'estas regiões tão estimadas por elles (2)

Os annos, que succederão a esta expedição guerreira, forão assignalados por dissenções de familia, por desavenças no palacio; o papa n'ellas interveio, fazendo uso das censuras ecclesiasticas; ElRei, mandando marchar tropas. Em consequencia d'estas dissenções, D. Pedro e D. Fernando, irmãos d'ElRei, da patria se ausentárão para nunca mais a ella voltarem: o primeiro, depois de servir Carlos, rei de Leão, passou a Marrocos, pelejou por algum tempo no exercito do imperador musulmano, possuio alternativamente Urgel e Maiorca, e acabou por vir a ser simples senhor da cidade de *Segorbe*; o segundo, depois de esposar a filha do imperador Baudouin, abalisou-se em Bouvines, foi prisioneiro dos Francezes, encarcerado no *Louvre*, e falleceo finalmente em Noyon. Singular destino de dous irmãos! um começa com

(1) O nome de villa d'Aviz assás mostra a sua etyonologia. Este nome procede, segundo dizem, de certos passaros, que em grande numero apparecem nos arredores da villa.

(2) Vejão-se as *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa.*

a Africa relações, que mais tarde se mudárão em condições tão diversas; o outro vai a França, e continua entre os dous paizes a conformidade, que os successos mais tormentosos da idade media poderão algumas vezes interromper, mas nunca destruir completamente.

Uma luta não menos violenta agitou os ultimos annos do reinado de D. Affonso. D. Sancho, por sua morte, tinha querido assegurar o porvir de suas duas filhas, Dona Theresa, viuva do rei de Leão, e a infanta Dona Sancha; porem não definio claramente a natureza de seus direitos sobre certas concessões territoriaes, que lhes concedia; houve recurso ás armas, o clero interveio, e os partidos socegárão quando uma porção das riquezas deixadas por D. Sancho se consumio em hostilidades desastrosas. « D'esta sorte se pacificou por um momento, diz judiciosamente Schœffer, uma dissensão de familia, em que não excita o nosso interesse a previsão do pai, nem a ternura do irmão, nem a delicadesa das irmãs, nem a equidade do juiz. »

Durante o reinado d'ElRei D. Affonso II., no anno de **1217**, succedeo o cerco d'Alcaçar do Sal. N'aquelle tempo, uma armada composta de trezentos navios, ao mando de Guilherme de Hollanda e Jorge de Wied, havia partido dos Paizes Baixos e da Frisa para ir reconquistar o santo sepulchro, por instigação do papa Honorio (1). Esta armada formidavel aportou a Lisboa para reparar seus navios; e os soldados, que n'ella ião, derão poderoso auxilio aos prelados guerreiros, que, unindo seus esforços aos das ordens militares, expulsárão os Mouros d'Alcaçar. A historia grata mencionou o nome do arcebispo de Lisboa, D. Sueiro (2), a cujo valor se deveo n'esta circunstancia a conquista d'uma das mais importantes praças, que os Mouros tinhão conservado na Peninsula.

(1) Veja-se M. Glay, *Historia dos condes de Flandres.*
(2) Brandão, tão judicioso e exacto, provou que se devia substituir este nome ao de D. Matheus.



Sá: Lith: da Imprença N.al

D. Sancho 2.º

Não foi esta a derradeira luta com os Mouros, testemunha a victoria d'Elvas, em que o soberano de Portugal triumphou. Sem embargo da confirmada participação d'este monarcha em muitos combates, um historiador allemão, que folgamos de citar, não ousa decidir á cerca do verdadeiro valor d'ElRei D. Affonso II. Como principe guerreiro, é certo que a obesidade, que cedo o affligio e lhe fez dar o appellido de *gordo*, devia tolher que elle reiterasse as expedições militares contra os musulmanos. Ha outra especie de gloria, que não se lhe póde disputar: D. Affonso concedeo privilegios a algumas comarcas, e nas cortes de Coimbra, convocadas em 1211, promulgou muitas leis fundamentaes, cheias de sabedoria e humanidade, que tinhão por objecto, « assegu-« rar a liberdade individual, a prosperidade, abolir impos-« tos mui onerosos, estabelecer os direitos civis dos cidadãos, « evitar as sentenças precipitadas nos negocios contenciosos, « determinar os direitos da Igreja e do clero. «

Forão exactamente as restricções, impostas a esta classe poderosa, que affligirão nos ultimos dias o filho de D. Sancho; e o arcebispo de Braga declarando-se, em 1220, defensor dos direitos do clero, proferio o anathema contra elle. Debalde interveio Honorio III., a excommunhão foi renovada, e ElRei com ella desceo ao tumulo. Morreo ElRei D. Affonso II. em Coimbra, a 25 de março de 1223, tendo de idade trinta e oito annos completos, e doze de reinado. Um historiador caracterisou este monarcha lembrando que o seu procedimento foi d'alguma sorte um anachronismo para o tempo em que viveo.

D. Sancho II., o Capello.

A 8 de setembro de 1201, nasceo em Coimbra o successor d'ElRei D. Affonso II. Desde a infancia deo provas de fraqueza fysica, e facil era prever que este bisneto de D. Affonso Henriques não herdaria a fortaleza, que os homens d'esta geração havião mostrado. Não foi com tudo D. Sancho II,

como se affirmou, completamente destituido de virtudes guerreiras, e a sua expedição ao Alemtejo, em 1225; sufficientemente o prova. A' frente d'um numeroso exercito, foi a esta provincia fazer guerra aos Mouros. Desde a sua exaltação ao throno, D. Sancho teve um procedimento diametralmente opposto ao que tão valerosamente adoptára seu pai; reconciliou-se com o clero, o que teve para elle as mais funestas consequencias. Com razão se disse que a historia poderia ter deixado passar com indifferença os actos do reinado d'este principe, se elle não se houvesse entregado a uma louca paixão por uma mulher, que a reprovação geral havia infamado. Era essa Dona Mencia, filha de D. Lopes de Haro, cuja rara formosura celebrão os cronistas, sem omitir a sua dobrez artificiosa. Estes tristes annos dos annaes portuguezes nenhuma importancia offerecem á historia geral; basta dizer que D. Sancho, entregue a todos os deleites, se tornou escravo de seus validos; que o clero, favorecido ao principio, se julgou depois opprimido; que recorreo a Roma; e que o papa ameaçou o fraco D. Sancho com as censuras da Igreja. Um decreto, que não se poderia attribuir a prematuras idéas de tolerancia, authorisou os judeos a comprar certos cargos publicos. Este foi por certo de todos os actos do rei o que mais excitou a indignação de certas classes contra elle. Geral se tornou o odio quando por instigação de Dona Mencia e dos cortezãos, que o cercavão, D. Sancho levantou pesados tributos sobre o povo. Os grandes havião pedido a demissão dos ministros, porem a rainha, diz Casado Giraldes, por gratidão aos validos, que a tinhão elevado ao throno, se houve de modo, que ElRei faltou á palavra, que tinha dado a seus vassallos. Indignada a nobreza, queixa-se ao papa, que, depois de diversas admoestações, lança um interdicto sobre o reino. O temor impelle ElRei D. Sancho a prometter a reforma de todos os abusos, mas o seu amor por Dona Mencia prevalece ainda. Os habitantes da provincia d'Entre Douro e Minho, cançados das vexações, que a rainha fazia pesar sobre elles, se levantão, ao mando de Raimundo

Viegas Porto, governador do Castello d'Ourem, marchão para Coimbra, onde se lhes une o povo, e do palacio arrebatão Dona Mencia, que levão comsigo. Quer ElRei seguir os roubadores, mas ninguem lhe obedece, e Dona Mencia é levada a Castella, onde morre sem tornar a ver seu marido. Não se cohibe ainda assim o fraco monarcha. Trabalhão os bispos e o alto clero para depol-o elegendo em seu lugar D. Affonso seu irmão. O pontifice é o primeiro, que reconhece este principe, e ordena aos Portuguezes que se sujeitem a esta decisão para evitar as censuras ecclesiasticas.

Isto succedia no anno de 1244, e a historia conservou os nomes dos grandes do reino, que forão a Leão queixar-se a Innocencio IV. Vê-se figurar a par do arcebispo de Braga e do bispo de Coimbra, duas personagens da mais illustre nobreza; e, n'esta circunstancia, a presença de Ruy Gomes Bryteiros e de Gomes Viegas, prova a positiva alliança da nobreza com o clero para depôr ElRei. O terceiro corpo do Estado, que desde esta epoca tomava certa consistencia politica, foi mais fiel; e se D. Sancho Capello, (appelido, que parece denotar os costumes deleixados d'aquelle rei) tivesse alguma energia, encontraria no povo taes defensores, que tudo ante elle se curvaria.

Um facto essencial, que importa notar, é que em Paris jurou o regente do reino ante os enviados Portuguezes as condições, que lhe forão impostas. O infante D. Affonso, chamado por uma facção a governar Portugal, era por causa de sua mulher, a condessa Mathilde, conde soberano de Bolonha. Nascido em 1210, casado em 1235, seus costumes devião ser inteiramente francezes, e facil é reconhecer pelos actos ulteriores a influencia, que resultou da sua longa residencia no paiz, que elle havia adoptado.

Um religioso dominico, F. Gil, foi incumbido de apresentar a ElRei D. Sancho o acto da sua deposição. Nada havia o papa esquecido para assegurar a execução d'esta suprema decisão, que o energico Agustin Liaño qualifica, no seu estilo austero, como o fazem todos os espiritos independen-

tes (1); forão os religiosos de São Francisco os encarregados d'executar o grande acto da deposição. A pezar das precauções adoptadas por Innocencio IV, nada devia perder um rei, que entre seus vassallos fieis encontrava almas perseverantes no heroismo, como um Martim de Freitas, um Fernando Roiz Pacheco. A brandura de D. Sancho na resistencia attrahio á sua excommunhão; e convem repetir aqui á cerca das pertenções de Roma as palavras do escritor, cujo nome naturalmente encontramos sob a penna: « D. Sancho, depois de ter feito alguns esforços, que a influencia do papa tornou inuteis, achou mais commodo sanctificar a sua inercia; » elle se foi com effeito a Toledo, onde em breve falleceo.

D. Affonso III.

Foi no anno de 1248, isto é, alguns mezes depois de haver pronunciado o juramento d'elle exigido em Paris, que D. Affonso entrou em Portugal com o titulo de Regente. Desde a sua chegada, pôde elle ver na indifferença do povo e na resistencia d'alguns grandes, quão pouco aceito era ainda a sua presença; e Fernando Lopes observa com razão que o neto do proprio conde de Bolonha é o primeiro a taxar d'infame o procedimento de Sueiro Bezerra e de seus filhos, que entregárão, sem que fossem cercadas, as fortalezas, que por D. Sancho guardavão na provincia da Beira.

Todas as sympathias dos antigos historiadores são, pelo contrario, grangeadas por esses dous modelos da lealdade portugueza, que o famigerado Luiz de Camões celebrou em tão nobres versos, e que Duarte Nunes de Leão eternisou narrando simplesmente a sua acção. Um Fernando Roiz Pacheco, que governava em Celorico, na provincia da Beira, soube fazer levantar o cerco do castello, que defendia, usando d'um estratagema, que a historia embellezou; o outro, Mar-

(1) *Reportorio da historia e da litteratura* d'Hespanha e de Portugal, t. 1.



Michellis lith.

Lith. R. N. dos M.tes N.º 12.

D. Affonso 3.º

tim de Freitas, tendo, como alcaide de Coimbra, prestado juramento nas mãos de D. Sancho, jurou defender aquella fortaleza até á morte, ou até que o proprio rei o desobrigasse da sua homenagem. Debalde fez D. Affonso soffrer ao nobre vassallo todas as privações d'um cerco, de que um escritor da idade media pintou o horror, o alcaide foi fiel a D. Sancho ainda além do tumulo: quando este rei deposto falleceo em Toledo, no anno de 1246, Martim de Freitas não se julga ainda absolvido do juramento; sáe occultamente de Coimbra, e vai a Hespanha para saber a verdade. Porem nada certamente póde aqui substituir a narração do antigo escritor (1).

« D. Martim foi a Toledo; e ainda que de todos soube que ElRei era fallecido, posto que lhe mostrassem o logar em que fôra enterrado, isto não o satisfez. Para ter toda a certeza, mandou levantar a pedra, que cobria o defunto monarcha, e vendo que era elle, que n'aquelle sepulcro jazia, dizem que em presença de numerosas testemunhas quiz em tudo cumprir as promessas da homenagem: pôz as chaves da fortaleza nas mãos d'ElRei D. Sancho; depois, mandando d'este facto lavrar um auto publico pelos tabelliães, cuja presença requerera, ordenou que fechassem a sepultura.

« Voltando a Coimbra, entrou de noite e em segredo no castello, d'onde no dia seguinte, pela manhã, mandou dizer ao conde, já reconhecido como rei, que fosse tomar posse do castello; que elle D. Martim de Freitas podia entregar-lho. O rei se foi á fortaleza, cujas portas lhe abrio o proprio alcaide. Então, pegando pela mão a sua mulher e filhos, D. Martim os fez sair, dizendo:

« Deixemos este castello a quem pertence. »

(1) Veja-se. *Primeira parte das Cronicas dos Reis de Portugal, reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão*, Dezembargador da Casa da Supplicação. Em Lisboa, 1774, 2 vol. in-4. A segunda parte foi impressa em 1778. 2 vol. in-4. Este fragmento é extrahido das *Cronicas cavalleirosas d'Hespanha e Portugal*, p. 79 e 80.

« Depois d'isto, pondo um joelho em terra diante d'El-Rei, e tendo na mão as chaves da praça, as levantou e disse:

« Senhor, já que aprouve a Deos que ElRei D. San-« cho, vosso irmão, fallecesse, recebei as chaves d'este cas-« tello. D'ora avante, eu vos reconheço como rei; e ao mes-« mo tempo Martim de Freitas mostrou a D. Affonso as escri-« turas, que mandára fazer em Toledo, para sua honra e desencargo. »

« Um fidalgo, que ali presente estava, perguntou a Martim de Freitas porque não pedia perdão a ElRei de todos os desprazeres, que lhe havia causado, e do mal, que tinha feito, deixando matar e ferir tanta gente, e negando por tanto tempo ao seu soberano a entrada n'uma praça, que era sua.

« E como D. Martim de Freitas queria desculpar-se, e mostrar que similhante cousa não se devia esperar d'elle, El-Rei promptamente o atalhou, dizendo que D. Martim não tinha de que pedir perdão, que não havia commettido culpa, mas pelo contrario, que a sua acção valorosa era digna d'um bom cavalleiro e d'um fidalgo leal; que em memoria d'este successo lhe entregava o castello, para que elle e seus descendentes o guardassem, sem que fossem obrigados ao juramento de fidelidade.

« D. Martim respondeo a ElRei, que tinha em muita conta o seu offerecimento, mas que de nenhum modo o aceitava, e que amaldiçoava seus filhos, netos, e todos os seus descendentes, se por um castello viessem a prestar homenagem a rei, ou a qualquer outro individuo.

« Eis-aqui o que era a lealdade portugueza.

D. Affonso era tão energico quanto seu irmão fôra deleixado. Restabeleceo a paz interna, e aproveitou estes momentos de descanço, tão raros durante o duodecimo seculo, para edificar monumentos publicos, e cingir de muralhas algumas villas. Instituio certas feiras francas, que se tornárão centro d'um commercio activo; chamou estrangeiros, que

restaurárão a industria; em fim, determinou o valor do ouro, da prata e dos outros metaes.

Conquista do reino dos Algarves.

O grande assumpto politico de D. Affonso parece haver sido a conquista do Algarve. O modo porque este pequeno reino caio em poder dos christãos é certamente um curioso episodio historico; sentimos ainda agora que os limites d'esta noticia nos obriguem a restringir-nos abreviando a narração. Dizem que pela denominação d'Algarve se designava n'outros tempos uma região muito mais dilatada. Em 1189, depois da tomada de Silves, D. Sancho havia adoptado o titulo de rei do Algarve, que as victorias dos Mouros lhe fizerão renunciar. As guerras parciaes contra os musulmanos d'aquelle paiz não tinhão descontinuado, e um valente cavalleiro, Payo Peres Correa, se havia mais d'uma vez abalisado contra os Mouros no Algarve. Tinha sído nomeado grão-mestre da ordem de São Thiago em Castella; porem era Portuguez, e quando D. Affonso, em 1249, tratou de renovar a guerra contra os Mouros do Algarve, a Payo Peres se dirigio (1). Esta primeira expedição, combinada por mar e terra, teve os resultados, que d'ella se esperavão; aos Portuguezes se rendeo a cidade de Faro, e os Mouros, de que constava a sua povoação, só exigirão, para se entregarem aos christãos, a conservação de suas propriedades e o livre exercicio do seu culto.

Na historia da conquista do Algarve, é notavel uma narração cavalleirosa, cuja authenticidade está bem provada, e que tem alguma analogia com a cronica dos sete infantes de Lara, que a historia moderna a nosso entender um pouco sceptica, parece não acreditar.

(1) Na cidade de Tavira se vê ainda hoje um busto de pedra unido desde alguns seculos á muralha no angulo d'uma praça. Quer a tradição que este seja o retrato do conquistador do Algarve.

Tinha-se concluido uma trégoa entre os Mouros, e estes e os christãos sem desconfiança vivião no meio das povoações musulmanas dos arredores de Tavira, quando seis jovens cavalleiros portuguezes um dia sairão á caça, e forão indignamente acommettidos pelos Mouros, e em quanto os seis cavalleiros com valor heroico pelejavão, um mercador christão, que ia atravessando o paiz, correo a defendel-os, depois de haver distribuido por seus companheiros as fazendas, que levava ás terras dos Mouros. Os sete caçadores perecerão todos; porem a peleja os immortalisou e foi digna d'aquelles tempos cavalleirosos. Payo Peres Corrêa soube logo esta indigna traição (1), e foi vingar os sete caçadores. A linda cidade de Tavira caio em poder dos christãos. Similhante perda acabou de arruinar o resto do poder que os musulmanos havião conservado n'esta parte da Peninsula. Mais tarde deo-se ao grão mestre da ordem de São Thiago uma sepultura na mesquita, que elle convertera em igreja. Payo Peres ali repousa ainda a par dos valentes cantados por Camões (2).

Uma grave discussão historica se suscitou á cerca da conquista do Algarve: affirmárão que Portugal devia homenagem a Castella por este feudo. N'estes ultimos tempos, o erudito Schœffer mui bem provou que a Hespanha havia deixado executar com liberdade as conquistas, que encorporárão aquelle paiz a Portugal. Resulta além d'isto das exactas investigações de Jozé Barbosa e de alguns outros escritores que, 1253 a 1264, os reis de Castella só forão usofructuarios do Algarve; n'esta ultima epoca, direito, que elles exigião a titulo de senhores, se converteo n'um soccorro de cincoenta lanças, com que Portugal devia ajudar Castella em caso de necessidade. Durante o anno de 1267, como adiante se verá, este ultimo direito foi abolido.

(1) Veja-se a este respeito uma curiosa cronica, na obra intitulada: *Memorias de litteratura*, t. 1.

(2) O grão mestre foi primeiro enterrado em Castella, na capital do grão mestrado, e depois transferido para Tavira.

Os historiadores, que tem todos a mesma opinião reconhecendo em D. Affonso III o valor e a perseverança d'um grande rei, são tambem unanimes quando se trata de qualificar o seu procedimento a respeito de sua primeira esposa. Seja que Mathilde, condessa de Bolonha, estivesse já adiantada em idade, ou que fosse destituida de formosura aos olhos de D. Affonso, seja que este principe receasse não ter herdeiros a que podesse transmittir a corôa, elle esposou, pelo anno 1233, essa Dona Brites, filha bastarda d'Affonso o Sabio, que a historia representa como uma esposa tão affectuosa e como uma filha, cuja ternura generosa nunca faltou ao rei, que os outros seus filhos consumirão com desgostos. Quando concebeo o projecto de formar esta união, D. Affonso III não pôde obter que a primeira se annulasse; as censuras ecclesiasticas forão necessariamente fulminadas contra elle; a desavença, que suscitou a excommunhão, só terminou quando Mathilde cessou de viver. Só então pôde o papa Urbano IV levantar o interdicto, que pesava sobre o reino, concedendo as dispensas necessarias para legitimar um casamento contrahido contra as leis da moral e da Igreja. Pelo que diz respeito á condessa de Bolonha, a sua alma generosa havia largo tempo antes perdoado, e o seu testamento continha um legado consideravel em favor do esposo ingrato, que ella havia chamado perante o tribunal da Igreja, mas que nunca tinha deixado de amar.

Liaño, que exproba no procedimento d'ElRei D. Affonso III o que ha de reprehensivel, mas que reconhece as grandes qualidades d'este principe assim como suas boas instituições, lembra tambem que ao seu reinado cumpre subir para encontrar a origem verdadeira da lingoa portugueza, a que faz inteira justiça sem embargo da sua qualidade de Castelhano (1). Foi tambem o sobredito reinado uma epoca me-

(1) *O Cancioneiro dos Nobres*, publicado por L. Stuard, contém certos fragmentos, que se devem attribuir ao doudecimo seculo; porem a lingua só toma o caracter poetico, que tem sempre conservado, na epoca em que Alonso *el Sabio* pôde escrever em

moravel para o desenvolvimento dos direitos municipaes; uma epoca em que recebeo forte impulso o movimento intellectual; e o amor da independencia.

Falleceo ElRei D. Affonso III em Lisboa, a 16 de fevereiro de 1279, com sessenta e nove annos não completos d'idade, e trinta e um de reinado. Foi o seu corpo primeiro depositado na igreja de São Domingos; e em 1279 o transferirão para Alcobaça, onde ora está (1).

Organisação dos concelhos em Portugal.

Esta parte da historia, de que tanto se preoccupa hoje a Europa, é d'ordinario tão absolutamente estranha aos antigos escritores da Peninsula, repugna, por assim dizer, tão completamente com suas simpathias, que impossivel nos seria talvez encetal-a hoje, se não tivessemos á vista o trabalho cheio de lucidez e de vistas novas, recentemente publicado por um joven escritor de que Portugal se honra. D'elle transcrevemos algumas passagens, com o pezar de não poder seguil-o por longo tempo em suas considerações emminentemente originaes (1).

«Quando se trata da classe popular no nosso paiz, diz o referido escritor, nenhuns documentos por certo offerecem um interesse igual ao d'essas constituições de concelhos, que organisando aquella classe, lhe davão uma existencia politica, e que, na verdade, a convertião em elemento social. Ali se encontra a origem da energia sempre crescente do ter-

galego, ou em portuguez, os seus Louvores em honra da Santissima Virgem. Vid. Argote de Molina, *Nobleza de Andaluzia*. Veja-se tambem sobre a formação da lingua portugueza um excellente fragmento de João Pedro Ribeiro, *Dissentações cronologicas criticas*.

(1) Este tumulo foi aberto no decimo sexto seculo, e causou admiração a vista do cadaver de D. Affonso III, que tinha 13 palmos de comprimento.

(2) Herculano.

ceiro estado, d'ali escapa a semente impalpavel, que, nascendo e vegetando no meio das desordens da humanidade, das transformações soffridas pela nação, produzio no fim de seiscentos annos a arvore robusta da liberdade. Os pergaminhos, denegridos pelo tempo, em que forão escritos n'um idioma sempre barbaro, e ás vezes incomprehensivel, os privilegios do homem dado ao trabalho, formão um dos mais santos monumentos do paiz. Lá se encontra o nosso brazão como filhos do povo, são os nossos *livros de linhagem*, influentes e nobres hoje, porque no trabalho se deve hoje encontrar a primeira nobreza, ou ao menos assim deveria ser. Cumpre-nos pois estudal-os com uma vontade sincera..... O estudo do caracter d'estes concelhos na sua infancia e mocidade, util e moral pelo conhecimento, que buscamos, é além d'isto innocente: sua existencia, lutas, a acção publica exercida por elles, tudo isto é cousa morta; é historia; e o mesmo succede d'esses mosteiros, que forão por largo tempo, seja-nos licita a expressão, os municipios da sociedade intellectual, o grande instrumento do projecto de ordem no mundo das idéas. Tambem o antigo *concilium* de nossos maiores acabou, porque, similhante ao poder monastico, cessou de ter um valor social. Entre a natureza da municipalidade moderna limitada em sua curta acção administrativa e a dos municipios fundados nos primeiros tempos da monarchia, as relações, que existem, pouco vão além da identidade, que apresenta o nome.... O concelho, como a idade media o havia concebido e creado, seria uma monstruosidade impossivel, e quem imaginasse restabelecel-o em suas attribuições, ou mesmo restituir-lhe uma parte da importancia, que outr'ora teve, deveria, para ser logico e dar-lhe uma significação, restabelecer tambem as formulas feudaes ou barbaras, que por sua justa posição lhe imprimissem a côr, a vida, o realce, o valor social.

«Temos visto a sociedade portugueza, desde a sua primeira origem, saindo fóra das condições communs das outras sociedades no duodecimo e no decimo terceiro seculo. No que

diz respeito ás relações mutuas das diversas classes, e principalmente no que toca a estas relações á cerca do poder real, nós lhe temos visto evitar as regras feudaes. Qual foi a causa d'este phenomeno? A mesma que produzio uma situação analoga em Leão e Castella. Explicar este ponto não poderia ser aqui o nosso fim, é objecto de trabalho mais amplo. Bastará dizer que esta causa teve a sua origem na tradição visigoda, que nunca se extinguio em Hespanha, e que esta tradição não era feudal, porque a invasão dos Arabes, no começo do oitavo seculo, não deo tempo para que o systema feudal se estabelecesse na Peninsula como no resto da Europa romano-germanica; e n'isto se funda exclusivamente o motivo da excepção offerecida pela sociedade portugueza no seu caracter primitivo.

Porem quer isto dizer que a Hespanha central e occidental, e sobre tudo a porção de territorio, que particularmente nos diz respeito, foi isenta das influencias da feudalidade? Não por certo; isto não era possivel; as relações com os povos d'além dos Pyreneos se havião pouco a pouco augmentado na monarchia leonesa. No tempo d'Affonso VI, os vinculos mutuos das duas sociedades hespanhola e franceza se estreitárão muito mais. Este principe celebre vivia rodeado de cavalleiros ultramontanos. Os bispados e cabidos de Hespanha se encherão d'homens da geração gallo-franca. Ha mesmo razões para acreditar que algum dos dialectos de França meridional veio a ser o idioma, que se fallou na corte de Toledo. Cluny nos enviou seus religiosos, e entre nós introduzio as idéas d'independencia absoluta. No que toca a clero, elle fez mais; teve a força d'alterar as formulas do culto, mudando o rito dos Godos. O territorio, que D. Henrique houve de governar, não foi o que menor quinhão teve n'esta especie d'invasão.... Durante o reinado de seu filho, a influencia gallo-franca ficou quasi a mesma, e augmentou pela acção d'outros povos do norte. Os cruzados, que em nossos portos entravão navegando para a Palestina, ajudárão D. Sancho I. a conquistar grandes centros de povoação aos Ara-

bes; elles nos deixárão, segundo o costume, cavalleiros notaveis, ecclesiasticos, e até colonias provenientes das povoações d'além dos Pyreneos. Todos estes elementos não trazião sementes de feudalidade, e o terreno, até certo ponto, estava preparado para recebel-a, porque muitas das causas, que a tinhão feito nascer e consolidar, existião entre nós. Por isso a feudalidade, sem poder penetrar no amago da arvore social, se estendeo todavia em torno da entrecasca. A idéa do feudo generalisou-se em Galiza e Portugal, da mesma sorte que hoje vemos generalisarem-se entre nós as idéas estranhas em politica, administração, litteratura, d'um modo confuso.»

Havendo provado com este raro talento d'exposição como a nobreza soube fazer voltar em seu proveito esta disposição nacional, e como ella se arrogou, no principio da feudalidade, o que devia ser em sua conveniencia, sem todavia poder anniquilar completamente a influencia visigoda (1) o senhor Herculano passa ao exame do concelho:

«Na instituição dos concelhos portuguezes, durante a primeira epoca da nossa historia, ha dous factos capitaes, que caracterisão a individualidade municipal, e a distinguem do concelho dos paizes centraes da Europa: o primeiro d'estes factos, é que o concelho, na sua organisação interna, era d'alguma sorte a imagem verdadeira da sociedade, na qual ella representava uma unidade moral; o segundo facto, é que esta organisação era essencialmente feudal. N'estes dous factos combinados se resume o aspecto do antigo municipio portuguez; por elles se explica a sua economia interna, as-

(1) M. de Saint-Hilaire, depois d'examinar o estado da feudalidade em Hespanha, accrescenta, fallando das leis, que a região: «O que lhes falta, em Hespanha mais que n'outra parte, é a garantia da duração na dependencia, sem a qual nenhuma obrigação prende o vassallo, que póde a cada momento romper seus vinculos mudando de senhor.» Vid. Hist. de Hespanha, t. V. p. 496. Esta phrase é applicavel a Portugal.

sim como as suas relações com o rei e os outros corpos do estado.

« No commum d'esses foraes encontramos consignada a existencia de trez classes distinctas, os cavalleiros (*milites cabulari*), os ecclesiasticos (*clerici*), os peões (*pedones*). Estas trez classes representão os trez gráos em que se divide a sociedade geral. Uma denominação commum as une todavia e as nivela; uma só palavra lembra a estas trez partes da jerarchia que em presença da nobreza e do alto clero ella se confunde n'uma só classe. Villões (*Villani*) é o nome com que indistinctamente se distingue toda a plebe. »

Organisação jerarchica do reino na origem da monarchia. Dignidades.

Para comprehender bem a historia primitiva de Portugal, depois de lançar um golpe de vista sobre a formação dos concelhos, convem examinar o systema jerarchico, que o fundador da monarchia achou estabelecido, e que seus successos modificárão, da mesma sorte que foi necessario conhecer a influencia, que o poder ecclesiastico havia adquirido desde o duodecimo seculo.

Consultando attentamente os cronistas do primeiro periodo, em breve se descobre que o systema jerarchico em vigor no tempo d'Affonso VI era quasi o mesmo em Portugal que no resto da Peninsula; as modificações importantes só se fazem conhecer pelo decimo terceiro seculo; e n'esta epoca mesmo, em que ElRei D. Diniz ainda na infancia obteve de seu avô a completa vassallagem do reino, o cunho primitivo fica profundamente gravado nas instituições. As modificações, que se pódem dar a conhecer, não são de tal importancia que estabeleção entre as duas monarchias um systema bem pronunciado, que as separe pelas instituições como estão separadas pela politica. A ordem jerarchica, a que Portugal se acha sujeito, conserva até nas denominações attribuidas a suas dignidades, cargos, e mesmo aos empregos

de segunda ordem, uma prova positiva da similhança, que ao principio existio entre as instituições dos dous paizes.

Nada aqui diremos dos ricos-homens, dos infanções, que exercião seu poder no primeiro tempo da fundação do reino; guardaremos tambem silencio sobre as duas ordens de cavallaria, cujos privilegios tão bem definio Santa Roza de Viterbo; nada mais diremos sobre os titulos puramente de nobreza; porem daremos a conhecer com alguma especialidade certas dignidades particulares á coroa de Portugal, ou imitadas das regiões contiguas, porque estes factos curiosos são communmente omitidos pelos historiadores, e d'esta ignorancia absoluta nascem muitos erros.

Entre os cargos da casa real, foi desde a origem reputado como o primeiro de todos o de mórdomo mór, que procedia primitivamente dos reis de Leão, visto que se encontra mencionado nos monumentos historicos d'aquelle paiz dous seculos antes da fundação da monarchia portugueza. Durante a primeira epoca, era o sobredito cargo designado umas vezes pela expressão de *maiordomus*, outras pela de *dapifer*; e muitas vezes succedia tambem usar-se d'um periphrase para mais completamente exprimir a dignidade d'aquelle, que se achava revestido do referido cargo. Por isso nos primeiros actos se chama ao mórdomo mór *dispensator domus regiæ*, *princeps curiæ*, *comes palatii*.

Além d'este cargo, essencialmente attribuido ao serviço do palacio, outros muitos existirão na primeira epoca, e ainda em nossos dias se conservão; tal é a dignidade d'esmoler mór, a de reposteiro mór, que só se conhece desde o reinado de D. Affonso II. em 1217; depois d'estas ha o meirinho mór, que tinha em suas attribuições tudo o que toca á justiça; o monteiro mór, que tinha a inspecção das caçadas reaes; o falcoeiro mór; o copeiro mór; o cevadeiro mór, que tinha á sua conta a provisão de cevadas para as cavalhariças (1). O cargo de chanceller mór do reino era um dos

(1) Encontra-se este titulo desde 1222; e como prova da im-

mais importantes, por quanto quem o serve é considerado como o primeiro magistrado da corte. O titulo de conselheiro não competia a um só individuo, mas concedia-se a muitos, como facilmente se vê lendo diversos documentos do decimo terceiro seculo.

Se alguns dos titulos, que acabamos de mencionar, ainda existem, muitos houverão, cuja denominação ha muito desappareceo; taes erão, entre outros, o importante cargo d'escrivão da puridade, que era o que hoje são os ministros e secretarios d'estado; o de cuvilheira da rainha e das infantas (1); tal era tambem o cargo de goarda mór, que correspondia até certo ponto ao posto de capitão das guardas. Mencionaremos além dos referidos cargos o de pousadeiro; o de eichão (2), que presidia ao serviço da meza; o de escanção; o de *saguiteiro*, que tinha á sua conta a sala em que se depositava o pão; o de *iguador*, *fruteiro*, e o *d'arinteiro* (3). Porem, como mui bem pondera o sabio a que devemos muitas informações, estes titulos não admittião o epitheto mór, que constituia um valor honorifico reservado a certos cargos. Convém tambem notar que os officios conceituados de menor importancia, davão direito ao titulo de homem d'ElRei. Os ecclesiasticos addictos á casa real tomavão o titulo de clerigos d'ElRei. Pelo nome d'avençaes (4) erão designados os criados d'inferior graduação, incumbidos

portancia, que se lhe dava, lembraremos que em 1303 esteve unido ao cargo de thesoureiro d'ElRei na pessoa de Pedro Salgado.

(1) Mulher que cuidava da limpeza da roupa.

(2) Inspector da Ucharia. Nos livros antigos acha-se escrito *eicham*, *ichão* e *uchão*.

(3) Caetano do Amaral diz que estes trez cargos vem mencionados nos escritos do tempo d'ElRei D. Diniz, mas que seria inutil fazer conjecturas sobre o que elles erão. Lembraremos todavia que em Portugal se designa pelo nome d'arinto uma especie d'uva branca mui estimada, de que se fazia um vinho a que se attribuião algumas virtudes medicas.

(4) Avençal derivado da palavra avença, que significa convenção, ajuste.



Sá: Lith. Off. de M. L. r. n. dos Mes. No. 12.

D. Diniz

da inspecção ou guarda das provisões, e tambem entre estes havião vestigios de jerarchia. Tal era em summa, com suas diversas attribuições, a classe pouco numerosa, que rodeava a coroa e formava, por suas pretenções incessantes, uma especie de contrapeso, ou antes um principio de resistencia ás idéas d'isenção popular, que começavão a desenvolver-se.

D. Diniz. — Sua educação franceza. — Sua embaixada a Castella.

Poderiamos por certo encetar a historia d'este reinado, como uma cronica quasi contemporanea, que temos á vista. O antigo escritor exclama, quando chega a ElRei D. Diniz: Foi este o melhor rei e o mais amante da justiça, não houve soberano mais virtuoso desde o reinado de D. Affonso I até ao seu tempo. »

Nasceo ElRei D. Diniz em Lisboa, a 9 de outubro de 1261. A historia conservou os nomes dos dous nobres, a que foi commettido o cuidado da sua educação: um era Lourenço Gonçalves Magro neto do famigerado Egas Moniz; o outro chamava-se Nuno Martins de Chacin, e tinhão ambos o titulo de aios. O cuidado d'instruir o joven principe foi imcumbido a um sabio estrangeiro, Aymerico d'Ebrard, que D. Affonso III havia talvez conhecido em França. Filho de Guilherme d'Ebrard, senhor de São Sulpicio em Quercy, Aymerico pertencia a uma illustre familia de Cahors; e tudo esprava que sobre o seu real discipulo exerceo a mais salutar influencia; não só lhe inspirou o gosto para o estudo do latim, cuja actividade em Portugal o erudito Osozio indica desde o decimo terceiro seculo, mas foi tambem elle que em D. Diniz desenvolveo o sentimento poetico, de que vagamente se tem fallado, e que se póde hoje provar (1) Cultivando

(1) As poesias d'ElRei D. Diniz estão para ser impressas, em Paris, em casa de M. Aillaud. Um escritor notavel pelo seu co-

no joven principe estes preciosos instinctos, estes elevados sentimentos Aymerico d'Ebrard, que a historia até ao presente deixou em esquecimento, fez um importante serviço ao paiz, que o havia adoptado, e justo é que, referindo as virtudes d'um grande rei, se faça menção do prelado modesto, que soube desenvolvel-as (1). Nenhum principe certamente começou a sua carreira politica tão cedo, nem com tão bom exito, como ElRei D. Diniz, que foi embaixador na idade de *seis* annos; e o que ha certamente de mais singular, é que esta missão, confiada a uma criança, teve completo resultado, exactamente por causa da idade e prematura intelligencia do embaixador. Buscaremos narrar em breves palavras este successo pouco notorio.

Portugal achava-se constituido em Estado independente, e como tal era reputado desde as cortes de Lamego. Todavia, achava-se em relação a Castella n'uma especie de vassallagem, visto que em razão de convenções admittidas no tempo da conquista do Algarve, devia mandar duzentos homens d'armas ao soberano hespanhol todas as vezes que este os pedisse. Ain-

nhecimento das bellezas da lingoa portugueza, o senhor Caetano Lopes de Moura, está incumbido d'esta importante publicação.

(1) Aymerico d'Ebrard foi, graças á escolha de D. Diniz, o decimo nono bispo de Coimbra; nomeado em 1279, elle occupou a cadeira por espaço de seis annos. Segundo a nechrologia da Sé de Coimbra, Aymerico falleceo a 4 de dezembro 1285. Os eruditos portuguezes d'elle fazem commummente tão completa e rapida menção, porque ignorão a existencia d'um manuscrito da Bibliotheca real, que prova muitos successos ignorados. Segundo o *Orbis Christianus*, Aymerico d'Ebrard não esqueceo a sua patria: á sua custa mandou construir um mosteiro, sob a invocação da Virgem Maria, no valle do *Paradis d'Espagnac* N'este mosteiro quiz ser enterrado; seus desejos forão satisfeitos, e ainda se vê na igreja do convento a sepultura mui simples do preceptor de D. Diniz. Um dos sobrinhos d'este prelado substituio o tio na sé episcopal de Coimbra, e ali houve um Ebrard, que occupou certas dignidades ecclesiasticas em Portugal durante este periodo. Brandão não ignora a historia d'Aymerico, e Scœffer, em seus derradeiros tempos, prova em algumas palavras a influencia d'este prelado.

da que pequeno, este direito de senhorio desagradava a Portugal, e D. Affonso III debalde havia buscado isentar-se d'elle, até que em fim resolveo tentar um derradeiro esforço; e foi então que enviou como embaixador a D. Affonso o Sabio, seu neto D. Diniz.

Os cronistas, entre outros Duarte Nunes de Leão, com singular graça referem a viagem do joven principe. Insistem particularmente na idade do embaixador, e lembrão que outra pessoa devia fallar por elle. Affonso o Sabio quiz que seu neto o acompanhasse á assembléa, em que se havia de discutir o caso, que dizia respeito a seu pai. Não só o real infante conservou maior gravidade do que se esperava, mas suscitando-se entre os grandes uma violenta contestação sobre a opportunidade que havia em conceder ao rei de Portugal o que requeria, o joven principe comprehendeo a importancia da questão, e começou a derramar tão copiosas lagrimas, que Affonso sobremaneira se commoveo, e na falta de razões plausiveis as lagrimas de seu neto prevalecerão.

Esta antecipada intelligencia, que cedo assim se instruia nos grandes negocios, não só foi cultivada por um dos homens mais eminentes, que o clero de França produzio, mas D. Diniz viveo, desde a sua mocidade, em grande intimidade com um prelado portuguez, cuja sciencia dava brado no decimo terceiro seculo, e que tinha ido a Paris tomar o gráo de doutor em direito canonico: Domingos Jardo unia seus conselhos aos d'Aymerico d'Ebrard; e a influencia da universidade franceza duplicadamente se manifestava.

ElRei D. Diniz subio ao throno na idade de dezesete annos e quatro mezes, e em 1282 esposou em Trancoso a infanta D. Isabel, filha do rei D. Pedro d'Aragão, que a Igreja devia incluir no cathalogo das mais illustres santas. Os primeiros annos do reinado de D. Diniz forão agitados pela revolta de seu irmão D. Affonso. Este principe vinha depois d'elle na ordem de primogenitura; porem allegava, para justificar suas pretenções á coróa, uma circunstancia a que o espirito d'aquelles tempos dava algum valor. Dizia que o sceptro

lhe pertencia por direito, só pelo facto de haver D. Diniz nascido antes da legitimação do casamento, que D. Affonso III contrahira com a rainha Dona Brites; ao passo que a bulla do papa, que tornava esta união valiosa, não deixava a menor duvida sobre a sua legitimidade. D'ambas as partes houve recurso ás armas; porem, depois do cerco d'Arronches, D. Diniz compellio seu irmão a pactuar. A insigne Isabel mostrou desde esta epoca o espirito conciliador, que ia manifestar n'um reinado muitas vezes agitado.

Consolidado no throno, D. Diniz começou a visitar o reino, deixando em toda a parte vestigios da sua passagem. (1) O seu ardente amor aos povos, a sua alta previsão das vantagens, que Portugal podia obter da agricultura, lhe grangeárão os titulos de — *pai da patria*, de *rei lavrador*. — Um proverbio popular, que se tem transmittido de seculo a seculo, prova ainda hoje a sua vontade, o seu perseverante desejo do bem: o povo diz em nossos dias, fallando d'este soberano: — *ElRei D. Diniz, que fez quanto quiz.* —

Com effeito, este rei lavrador fazia tudo o que intentava; trabalhava para a sua era e para os seculos futuros; ingeria-se nas grandes questões sociaes; apressava por suas instituições os progressos da intelligencia. ElRei D. Diniz fundou a universidade de Coimbra, no que é permittido suppor que Aymerico d'Ebrard teve parte, visto que veio a ser bispo d'esta cidade (2); mandou plantar vastos pinhaes, destinados a tolher a entrada das areas no fertil solo de Leiria.

(1) Na *cronica geral* escrita em portuguez, que está na Bibliotheca real, se encontra uma prova da frequencia d'estas digressões politicas, que se repetírão em quanto durou o reinado d'este rei, e especialmente depois do casamento de sua filha.

(2) Domingos Jardo, que, no tempo de D. Affonso III, em Pariz tomou o grão de doutor em direito canonico, pôde tambem servir este monumento scientifico. Jardo veio a ser com o andar do tempo bispo d'Evora e de Lisboa; era grande privado d'ElRei D. Diniz. Provavel é que Aymerico d'Ebrard e Jardo forão os executores, se não os promotores, das nobres idéas d'ElRei em tudo o que dizia respeito á instrucção publica.

Da universidade de Coimbra sairão Barros e Camões; foi um dos pinheiros de Leiria, que resistio á violencia da tempestade, quando Bartholomeu Dias pela primeira vez dobrou o cabo das Tormentas.

D. Diniz fez talvez ainda mais que sujeitar a terra e fundar instituições liberaes; obstou com perseverança ás pretenções do clero, e regularisou os privilegios da nobreza. Esta parte do immenso trabalho, a que D. Diniz se applicou, é mui importante, tem uma significação historica mui positiva, para que deixemos de offerecer ao leitor algumas citações copiadas d'um historiador allemão, que cuidadosamente a definio: Schœffer disse em poucas palavras o que erão aquelles privilegios.

Depois de fazer comprehender a posição da nobreza na origem da monarchia, tendo exposto como suas conquistas sobre os Mouros forão galardoadas, o historiador explica o modo porque vastas propriedades vierão a ser o apanagio de certas familias.

Direitos e privilegios erão infallivelmente annexos a estas propriedades, e nascerão por assim dizer do solo O regio favor, que recompensava o guerreiro zeloso com bens de raiz, carecia de annexar-lhes direitos determinados, que erão a qualidade inherente da propriedade engrandecida.

Os solares, as honras, os coutos, provierão d'estas adquisições de bens de raiz, a que estavão unidos certos direitos e privilegios. Os solares, que, segundo os foraes e os antigos diplomas, erão as residencias fortificadas dos senhores territoriaes, vierão a ser para os grandes a base do seu poder e credito. N'estes solares para sua propria defensa, e sobretudo em caso d'acommettimento subito, edificárão elles torres e fortalezas, de que ainda se encontrão alguns vestigios nas provincias. Em tempos de paz, só os senhores d'alta jerarchia obtinhão a faculdade d'edificar taes castellos, e os reis não lha concedião senão em certas circunstancias e por graça especial. Isto succedia muitas vezes quando não havia já receio d'inimigo externo ou dos Sarracenos, e os nobres

turbulentos a seus iguaes guerreavão no seio da patria. N'estas guerras, os senhores mais poderosos erão oppostos uns aos outros. Importa notar que estas luctas succederão exactamente no reinado de D. Diniz, rei tão energico e de tamanha authoridade; porem elle foi o primeiro, verdade é, que não guiou, nem careceo de guiar, a nobreza guerreira contra os Mouros; e, pelo fim do seu reinado, fataes discordias na casa real produzirão no reino funestas facções, e conservárão a tendencia para as guerras intestinas. ElRei foi obrigado a mandar demolir muitas torres, e a promulgar leis para atalhar os abusos..... Não se esperava certamente que os solares, estas residencias dos nobres, que os reis havião outorgado aos zelosos defensores do throno e da patria, fossem em parte mudados por seus descendentes em meios d'ataque contra estes soberanos. As denominações de couto e honra são mais significativas que a palavra solar, e melhor exprimem o estado das cousas. Antes que houvesse Estado portuguez, já se chamava á concessão e a estabelecimento d'um bem de raiz com seus direitos e privilegios coutar, e a possessão couto. Os primeiros regentes portuguezes usávão das mesmas expressões, umas vezes explicando simplesmente que concedião uma fazenda privilegiada (fazião couto), para que cada um soubesse o que isto significava, outras citando só os privilegios e direitos, que provavão a existencia da propriedade privilegiada. Os privilegios e isenções dos coutos consistião principalmente em que elles erão livres de muitos impostos reaes, em que o mordomo d'ElRei ou, o recebedor desses impostos, não podia entrar no seu territorio. A palavra coutos, na sua significação mais ampla, comprehendia tambem o que n'aquelles tempos se entendia por honras. Estas honras erão estabelecidas da mesma maneira que os coutos, em que a sua fundação era designada umas vezes por limites aos quaes se dava com frequencia o nome de coutos, outras por uma carta regia, e outras vezes tambem pela bandeira real, que na honra se arvorava. D'esta conformidade resultou que as duas denominações forão com frequencia mudadas e con-

fundidas nos actos d'aquelle tempo. Não se póde comtudo negar que muitas vezes importa distinguil-as, e que se trata frequentemente das honras contidas nos coutos. Os Portuguezes não tem conseguido até aqui designar com certeza e provar authenticamente as differenças, que lhes erão proprias, e que distinguião as honras dos coutos: a pouca clareza dos escritos d'aquella epoca ha de sempre offerecer grandes difficuldades.

« Além das honras e dos coutos, tambem se faz menção d'outra especie de bens privilegiados, as behetrias (1) As prerogativas em que se fundava a natureza particular das behetrias, menos dizião respeito aos senhores territoriaes que ás localidades e seus habitantes. O rei, ou os justiceiros, as concedião commummente em recompensa de assignalados serviços nas guerras, e para animar uma cultura mais ampla e regular. Consistia o favor em que o rei não lhes daria senhor, que não fosse o eleito pelo concelho, com seus juizes, officiaes e homens bons congregados. Esta eleição era vitalicia, ou durava só em quanto o eleito cumpria as condições prescriptas pela eleição.

« Privilegios taes como os que forão concedidos e annexos aos coutos, honras e behetrias, não podião subsistir sem abuso: e os abusos comsigo trouxerão a necessidade de remedio. . . . . » Não poderia caber no plano d'este trabalho explicar porque disposições conseguio ElRei D. Diniz extirpar os privilegios, que anniquilárão os rendimentos do Estado, visto que a mór parte das terras possuidas a titulo d'honras se

(1) Cidade, villa ou povoação, que tinha direito d'eleger por seus regedores e senhores, ou livremente a qualquer pessoa ainda estrangeira, e de qualquer linhagem; ou escolhendo-as d'entre certas ou certas familias, e estas erão *behetrias d'entre parentes*. *Larramendi* diriva esta palavra das vasconças *Beret-iriac*, que significão povos livres, não vassallos. Entre as behetrias se entendem talvez as cidades, que não consentião avisinharem-se n'ellas, nem fazerem assento pessoas fidalgas e grandes, para evitarem destincções d'estados, e classes, que não admittião, e tal foi d'antes a cidade do Porto.

achavão completamente isentas d'impostos. Contentar-nos-hemos com referir que uma lei, promulgada em dous de outubro de 1307, em parte remediou os sobreditos abusos. Uma cronica nos dá a saber que quando ao rei se fazião representações a este respeito, elle tinha por costume dizer que tirava com justiça o que fôra injustamente concedido.

Entre as leis, que ElRei D. Diniz promulgou, ha uma, que infallivelmente lhe alienou o animo do clero: este rei tolheo que as casas religiosas pudessem herdar bens de raiz. Brandão pondera que a maior parte das igrejas d'esta sorte attrahião numerosas successões em detrimento do povo. Não querendo todavia D. Diniz que esta disposição, que prejudicava os ecclesiasticos, tivesse uma interpretação contraria a seus religiosos sentimentos, despendeo consideraveis sommas na construcção de novos conventos: no anno de 1295 foi edificado o mais esplendido de todos, o real mosteiro de São Diniz d'Odivellas, onde se vê ainda o tumulo do fundador. O convento de Santa Clara de Coimbra foi tambem dotado durante o seu reinado, mas sem participar de suas liberalidades.

Com sollicitude se occupou ElRei D. Diniz do augmento das ordens militares, de que tamanhos beneficios havião resultado á Peninsula. No anno de 1288 obteve do papa Nicoláo IV que a ordem de San-Thiago, estabelecida em Portugal, ficasse independente do grão-mestrado de Castella. Um acontecimento importante, que se preparava em França, lhe deo occasião d'estender a sua sollicitude sobre uma ordem ainda mais celebre, e que um odio poderoso perseguia.

Os Templarios em Portugal — Fundação da Ordem de Christo.

Os cavalleiros do Templo não formavão uma nova milicia em Portugal, onde se introduzirão no anno de 1126. O famigerado D. Galdim Paez havia sido o seu primeiro grão-mestre, e cumpre dizer em abono d'aquelles cavalleiros, que

elles havião grangeado a affeição dos povos, e a dos soberanos. Seja que o exemplo das outras ordens religiosas imprimisse no seu modo de proceder uma regularidade salutar, ou que os frequentes combates, que havião de ter com os Mouros no proprio lugar, em que possuião conventos e commendas, houvessem conservado entre elles certa austeridade militar, de que além dos Pyreneos careciāo, parece positivo que a calumnia com difficuldade acharia provas para o acto de abolição. D. Diniz interrogou a sua consciencia, e teve o valor de resistir; para bem comprehender os motivos, que o induzião, indispensaveis se tornão algumas particularidades. (1)

Henrique Schœffer mui bem definio a natureza das relações, que desde a origem existirão entre os reis de Portugal e a sobredita ordem, para que deixemos de reproduzir aqui a sua estimação, que mui bem explica o modo de proceder d'ElRei D. Diniz n'esta conjunctura. « Os reis de Portugal tiverão a prudencia de servir-se para suas conquistas, para defender e dilatar as fronteiras do reino, dos braços vigorosos e do animo afouto dos cavalleiros do Templo, em quanto os outros soberanos os havião deixado dedicar-se exclusivamente á conquista e defensa do santo sepulchro. D'es-

(1) Foi o confessor da rainha Santa Isabel, Frei Estevão de Santarem, que defendeo com mais energia a ordem dos Templarios, e que obteve d'ElRei D. Diniz que criasse, em lugar da instituição, que se abolia em toda a Europa, a Ordem de Christo. Parece positivo que ElRei queria ao principio encorporar as commendas á coroa, conservando sempre aos antigos cavalleiros suas pensões Frei Estevão de Santarem foi o primeiro grão-mestre da nova milicia, cujos estatutos foi incumbido de compôr, e conservou esta dignidade até ao anno de 1319, epoca em que Gil Martins appareceo revestido do mestrado dos cavalleiros seculares. Estevão de Santarem falleceo aos 22 de setembro de 1321, na idade de oitenta e seis annos. Este homem veneravel torna se recommendavel á lembrança dos amigos da humanidade por uma nobre instituição: foi elle que fundou o hospital dos captivos, e affirmão que resgatou do poder dos Mouros d'Africa mais de seiscentos prisioneiros. Veja-se Cardozo, *Agiologio Lusitano*.

te modo os reis de Portugal derão ao espirito do seculo um impulso benefico para a nação; velárão com a mesma attenção porque a nobreza do reino, destinada a sustentar o throno e a patria, não se transformasse n'uma classe hostil, e porque esta columna do Estado não obtivesse uma preponderancia, que pudesse tornal-a perigosa. Tiverão os sobreditos reis cuidado em que as condições, com que havião acolhido os Templarios, e lhes havião dado terras, estivessem sempre em vigor; e para que não se perdesse a memoria d'essas condições, fizerão frequente uso dos direitos senhoriaes, que para si tinhão reservado, e com severidade reprimirão cada violação. . . . .

« Tão continua e inquieta vigilancia dos reis, que ainda assim não tolhião o livre desenvolvimento dos cavalleiros, em parte explica a circunstancia, mui notavel, que da inquirição feita, por espaço de dous seculos, sobre o modo de proceder e vida dos templarios portuguezes, nenhuma responsabilidade contra elles resultou, a não ser haverem uma vez admittido em sua ordem um cavalleiro estrangeiro, sobrinho do ultimo grão-mestre. Nunca os Templarios portuguezes faltárão á fé para com o seu rei; e, em quanto seus irmãos de Castella e Leão contra o seu soberano se rebellavão, elles não cessárão de se mostrar sinceramente affeiçoados ao principe e á patria.

Tal era a existencia dos Templarios em Portugal, quando o bispo de Lisboa foi por Clemente V incumbido, assim como outros muitos prelados, de sujeitar a uma severa inquirição a vida dos cavalleiros do Templo. Não foi tal qual o papa desejava o resultado d'esta inquirição.

ElRei D. Diniz oppôz aos desejos do summo pontifice uma vontade cheia d'energia e habilidade. A despeito da condemnação de Roma, os bens da ordem forão encorporados aos da coroa, de modo que quando os Templarios portuguezes, declarados innocentes, pouco a pouco entrárão na sua patria, estes bens lhes forão restituidos, a titulo de pensão. O nome, de que havião usado, não foi abolido; elles tiverão

o direito de tomar o titulo d'antigos Templarios (*quondam milites*). E pouco tempo depois, quando a bulla de 1319 ordenou a fundação d'uma nova ordem de cavalleiros em Portugal, a ordem de Christo (*ordo militiæ Jesu Christi*) substituio a mui antiga instituição dos Templarios.

Os cavalleiros do Templo não mudárão mesmo de denominação, porque mais d'uma vez se havião chamado, no tempo do seu esplendor, *militis Christi.* A verdadeira mudança, que seus antigos estatutos soffrerão, foi a clausura para os ecclesiasticos. Os bens confiscados em proveito da coroa lhes forão restituidos, e ElRei D. Diniz, que havia deixado pairar sobre si suspeitas d'avareza, visto que o accusárão d'uma odiosa espoliação, deo uma nova prova do seu desinteresse, e do seu vehemente amor da justiça.

A nova milicia adoptou logo por base as constituições da ordem de Calatrava; porem o numero de seus membros não passou ao principio de oitenta e quatro religiosos. Havião sessenta e nove freires cavalleiros, e quinze clerigos. O primeiro grão-mestre secular foi um homem de grande capacidade. Este convocou, mui pouco tempo depois da sua eleição, um capitulo geral em Lisboa; porem mais tarde a séde da ordem foi mudada para Castro Marim, no reino dos Algarves; só no tempo de D. Fernando se estabeleceo em Thomar.

Os derradeiros annos de D. Diniz forão, como os de Affonso o Sabio, com o qual aquelle rei teve analogia, agitados pela antecipada ambição do herdeiro do throno.

Guerras intestinas entre ElRei D. Diniz e seu filho, D. Affonso Sanches. — D. Pedro, conde de Barcellos. — Santa Isabel de Portugal.

Teve ElRei D. Diniz dous filhos do seu casamento com a santa filha do rei d'Aragão, e o principe D. Affonso, her-

deiro do throno (1), havia nascido no anno de 1291 (2); D. Diniz reconheceo alguns filhos bastardos, e D. Affonso Sanches, cuja mâi era Dona Aldonça Rodrigues Telha, parecia possuir a affeição de seu pai, em prejuizo do filho legitimo. Depois de D. Affonso Sanches, D. Diniz houve D. Pedro, d'uma nobre dama, que as cronicas designão pelo nome de Dona Garcia Froys, e que, ajuizando pelos titulos contemporaneos, foi uma das mais ricas herdeiras dos reinos da Peninsula.

D. Diniz havia conferido a estes dous filhos as maiores dignidades do reino: o primeiro era mordomo mór, e senhor de Villa do Conde; o segundo teve o titulo d'alferes mór, e o de conde de Barcellos. D. Pedro d'alguma sorte pertencia mais á historia litteraria que á politica d'estes tempos tormentosos; por quanto foi elle, que, aproveitando o tempo do desterro, deo esse famoso Nobiliario, em que todos os historiadores da Peninsula tem encontrado as mais preciosas origens, assim como as mais curiosas noticias.

D. Affonso Sanches excitou especialmente a ardente inveja do infante, que abertamente declarou a guerra a seu pai, e suscitou essas luctas interminaveis, que o poeta nacional com tanta energia reprovou. Forão estas guerras intestinas, que fizerão apparecer com toda a sua nobreza as virtu-

(1) Podem-se ver em Castro, *Mappa de Portugal*, t. I, p. 588, os nomes dos outros filhos de D. Diniz, e sua curta biographia.

(2) Sua filha Dona Constança, que nasceo em 1290, casou com Fernando IV, rei de Castella. A excellente cronica manuscrita da Bibliotheca real refere as liberalidades, que seguirão esta união, e n'ella se vê o estado prospero em que se achava o thesouro, visto que ElRei pôde offerecer como dadiva valores, que excitárão a admiração dos outros soberanos. Depois que D Diniz voltou da boda, discorreo por todo o seu reino, examinando a policia d'elle e administrando justiça; pouco tempo depois, teve conferencias com ElRei D. Fernando, seu genro, para o soccorrer com seus vassallos, e uma vez o ajudou com a sua propria pessoa..... D. Fernando veio visitar ElRei D. Diniz a Elvas, e este lhe deo muito dinheiro e joias, entre as quaes havia uma taça d'esmeralda de muito valor.

des d'uma rainha, a que a historia daria o nome de santa, quando a Igreja não exigisse que tal nome lhe fosse conservado. Uma pathetica analogia existe entre santa Isabel de Hungria e santa Isabel de Portugal; mas se vivamente commove a lembrança d'essa humildade, que triumpha na pobreza, não commove menos a voz suave, que no meio do ruido das armas se faz ouvir. A rainha santa Isabel apparece, com effeito, diante dos muros de Coimbra, depois do assedio de Guimarães; quando precedentes hostilidades havião preparado uma inevitavel batalha entre o pai e o filho, e quando o assassinio d'um santo bispo lhe mostra que nada então se respeita, ella sáe da sua residencia, corre ao sitio do combate, e ali, no meio dos dous exercitos, acompanhada d'alguns bispos, a santa rainha usa alternativamente d'expressões tão patheticas, dirige aos dous partidos palavras tão efficazes, que se não póde evitar logo um sanguinoso combate, ao segundo dia as formidaveis lanças se abaixárão, a supplica maternal fez renascer a paz.

Esta paz era indispensavel: os exercitos forão licenciados, e D. Diniz de novo tomou o titulo de rei lavrador. Quem póde hoje dizer-nos se alguma nobre instituição, alguma diligencia para melhorar a situação do povo, não foi o resultado d'esta tranquillidade ephemera? Provemos somente um facto, é que o principe, a que se póde chamar na ordem cronologica o primeiro historiador de Portugal, não faltou á missão, que a sua superior intelligencia devia assignar-lhe (1). Segundo a mui antiga cronica da Bibliotheca real, D. Pedro, posto que seguisse a causa do infante, se mostrou em geral conciliador. Privado dos seus apanagios durante as guerras intestinas, que a santa rainha acabava de apaziguar, permaneceo, por espaço de quatro annos, ausente do reino; foi estudar na Peninsula os annaes, que intentava reproduzir

(1) Existe na Bibliotheca real um precioso manuscrito do *Nobiliario*, offerecendo notaveis differenças com o texto de Faria e o de Lavanha.

d'um modo duravel; e quando voltou no momento da reconciliação, usou de toda a sua influencia para tornal-a sincera.

De breve duração foi a união da familia real, visto que no fim d'um anno as cousas, que deixamos mencionadas, outra vez suscitárão dissensões, quasi tão funestas como a primeira. Os dous exercitos pela segunda vez se avistárão perto do Lumiar; porem a santa rainha torna a apparecer, e a paz é de novo jurada.

Estas discordias, com tanta frequencia renovadas, havião pouco a pouco debilitado a saude d'ElRei D. Diniz, que houve em breve de pensar na morte. Logo que a santa rainha entendeo que a hora suprema se avisinhava, buscou D. Affonso, e guiou este filho pesaroso junto do leito de seu pai. As cronicas nos representão este rei, arrependido á vista da virtuosa rainha, cuja affeição tantas vezes desconhecera; e por um acto d'admiravel candura, as referidas cronicas nos fazem ver Isabel confundindo em seu amor tudo o que ElRei amara. O conde de Barcellos, nascido d'uma mulher, cujo poder a tornava quasi igual das rainhas (1), D. João Affonso, filho bastardo como elle, participárão, nos ultimos momentos, com o infante D. Affonso e o conde de Lacerda, dos derradeiros abraços d'ElRei. D. Diniz expirou a 7 de janeiro de 1325, no anno 64 de sua idade: jaz no mosteiro d'Odivellas, onde se vê ainda o seu tumulo.

Pelo que toca á devota filha de D. Pedro d'Aragão, alguns annos devia ainda durar a sua peregrinação. Depois do fallecimento de seu marido, ella se recolheo no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, que havia fundado. Tinha sido já objecto de profundo respeito na corte, cujas desordens tantas vezes aplacára; no claustro foi venerada por novas virtudes. A rainha santa Isabel morreo em Estremoz a 4 de julho de 1336: jaz em Santa Clara de Coimbra (2).

(1) Dona Garcia Froys possuia bens consideraveis nos arredores de Torres Vedras. Vid. *Memorias da Academia das Sciencias.*

(2) Santa Isabel foi canonisada pelo papa Urbano VII a 25

Agricultura no tempo d'ElRei D. Diniz.

Nas Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa se lê uma passagem excellente, e que diz concisamente tudo o que nos é permittido recordar ácerca das vicissitudes da cultura: — Nos primeiros tempos da monarchia até ao reinado d'ElRei D. Diniz, não havião certamente sobre a agricultura melhores noções, que as que existem hoje. Com tudo os habitantes tinhão então para seu consummo trigo e outras substancias alimenticias em sufficiente quantidade, e podião mesmo vendel-as aos estrangeiros. Porem é preciso ponderar que os habitantes do paiz erão então em pequeno numero, e que foi n'aquella epoca que as provincias de Portugal mais se povoárão. Succedeo depois a despovoação, em consequencia de diversas causas bem conhecidas na nossa historia. Mas se n'aquella epoca a povoação augmentou consideravelmente, e se, augmentando sempre, teve trigo em sufficiente quantidade, convem ponderar que foi porque a agricultura era animada por todos os meios possiveis. Não só foi promovida pelos sacrificios pecuniarios dos soberanos, mas tambem pelos de todas as corporações de mão-morta e dos vassallos. Todos os corpos do Estado trabalhávão á porfia por imitar o exemplo dos reis, essencialmente entregues aos progressos da agricultura. Os meios commummente usados erão a roteadura, a grande cultura, e o estabelecimento de aldeas, sujeitas a um systema especial d'economia rural. Durante os rei-

de maio de 1625. O seu tumulo estava ainda no decimo setimo seculo no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, que as areas tem feito desapparecer pouco a pouco. No *Agiologio Lusitano* se póde lêr uma narração curiosa da exhumação da santa, o que se fez a 26 de março de 1612 Manoel Martins, secretario do bispo, diz que a morte havia tão bem respeitado o rosto da santa rainha, que admirava a similhança, que existia entre suas feições e a effigie do sepulchro. Ella tinha sido sepultada com as vestes reaes e o bordão de peregrina, que nunca largava. Vej. *Agiologio Lusitano*, t. II. p. 318.

nados ulteriores, como é notorio, as causas contrarias não faltárão, e enfraquecerão cada vez mais esta energia, este gosto predominante. — A's palavras do judicioso escritor accrescentaremos um facto curioso, que tão bem como a sua exposição fará comprehender por que instituições admiraveis D. Diniz e Isabel souberão augmentar a agricultura de Portugal. A rainha não só participava da propensão de seu marido, mas mereceo tambem o sobrenome de protectora dos lavradores. No sitio em que ora está a capella de Santa Isabel de Hungria, perto do convento de Santa Clara de Coimbra, mandou ella construir um estabelecimento de piedade, para asilo das orfãs da classe agricola. N'este estabelecimento educava filhas de lavradores honrados, e as casava com cultivadores, formando, por assim dizer, especies de colonias agricolas, e povoando as terras do seu dote (1).

D. Affonso IV. — Golpe de vista sobre o reinado precedente.

O impulso dado a Portugal pela administração d'ElRei D. Diniz foi tal, que o povo está, com justiça, no costume de procurar no seu reinado a origem das instituições, que elevárão o paiz a tão alto gráo de prosperidade. D. Diniz velou por todos os ramos da industria; tudo soube prever a sua prudencia. Sabido é quanto fez a bem da agricultura, o seu nome basta para attestal-o; o elevado espirito d'equidade, que mostrou para com as classes inferiores é notorio. Essas minas d'ouro, cuja abundancia celebrão alguns historiadores arabes, forão exploradas durante o seu reinado, ao abrigo d'uma nova legislação. A exploração das minas de ferro de Portugal e Algarves foi promovida e regulada; florestas se elevárão como por encanto onde só se vião aridas areas; em fim, sabias leis regulárão as relações commerciaes de Portugal com Flandres, Inglaterra e França (2). N'este reinado,

(1) Vid. *Memorias de litteratura*, t. II, p. 14.
(2) Vid. a este respeito as excellentes considerações de Schoeffer.



Sá lith. *Imprença Nacional*

D. Affonso 4.º

a marinha, origem verdadeira da potencia portugueza, soffreo um melhoramento real, e foi aperfeiçoada a construcção dos navios (1). Habil em reconhecer entre os outros os melhoramentos, que no seu reino queria introduzir, D. Diniz soube consultar um Genovez, que no seu reinado foi almirante em Portugal, e d'elle aprendeo os segredos da arte naval, que dous seculos mais tarde devia dar a este reino o imperio do mar. Não contente com melhorar a condição material do povo, D. Diniz intentou elevar a sua intelligencia: compoz alguns versos em que transluzia uma graça real, e começou a serie de poetas coroados, de que só os annaes d'este reino offerecem talvez um exemplo (2).

Entendemos que convinha fazer esta descripção do estado do paiz, porque a actividade previdente d'ElRei D. Diniz contrasta com o deleixo de seu filho, ainda assim tão cubiçoso do poder. D. Affonso IV, setimo rei de Portugal, se apoderou em fim do sceptro a 7 de janeiro de 1325; tinha quasi trinta e quatro annos quando começou a reinar. Em breve conhecerão os povos a singular differença, que havia entre o rei lavrador, e este, cujo caracter rispido fazia já denominar o Bravo. O exercicio da caça occupava todo o tempo de D. Afonço. Era por certo um simulacro da guerra a monteria, que consistia em acommetter, com a lança enristada, os ursos e javalís; mas com isto esquecião os negocios do Estado: o rei caçador deixava arruinar o que havia edificado o pai dos povos. Cansarão-se os conselheiros: todas as cronicas contem a este respeito uma altiva admoestação, em consequencia da

(1) Vid. os notaveis artigos sobre os progressos da marinha portugueza insertos no *Panorama*.

(2) As poesias d ElRei D. Diniz, escritas pouco mais ou menos no estilo de que usou Affonso o Sabio, por largo tempo se conservárão em Thomar; a livraria do convento da ordem de Christo possuia ainda este precioso deposito no anno de 1793. Fazemos votos para que as famosas cantigas d'Affonso o Sabio sejão do mesmo modo dadas á luz. assim haverião dous dos mais curiosos monumentos da poesia meridional no decimo terceiro seculo.

qual o monarcha se emendou. D. Affonso deixou de caçar, e começou a ser melhor administrador, mas nem por isso foi menos um soberano respido para os povos, quasi sempre cruel para seus parentes. Um severo escritor bem o julgou. — Fazemos justiça ao seu valor, diz Liaño; não occultaremos suas victorias, suas vantagens, nem a sua actividade habil na arte de reinar; porem com a historia o daremos a conhecer como máo filho, irmão inimigo furioso de seus irmãos, e pai deshumano. Por um fratricidio começou o seu reinado; não podendo perpetrar segundo na pessoa de D. Affonso Sanches, porque este se havia refugiado em Castella, perseguio o irmão amigo da paz e dotado d'uma fervorosa piedade. Finalmente mandou dár a morte á desditosa amante de seu filho a formosa Ignez de Castro; e protegeo sempre os trez barbaros cortezãos, que com jubilo obedecerão a mandado tão atroz. Este rei é com tudo um d'esses grandes culpados, que, por causa do esplendor do diadema e da vaidade nacional, que reina entre o commum dos escritores, são considerados, applaudidos, mesmo louvados, até depois de haverem desapparecido da terra. Alguns escritores nacionaes, que confessão as crueldades, odios, a ambição iniqua d'este monarcha, celebrão, ainda assim a sua religião, piedade e virtudes. — Depois da batalha do Salado, dizem elles, D. Affonso não quiz outras vantagens da victoria, senão a de offerecer algumas armas e cinco estandartes ao Deos dos exercitos. —

A batalha do Salado, a morte de Dona Ignez de Castro! eis-aqui com effeito os dous grandes acontecimentos, que assignálão este reinado, os dous periodos memoraveis, a que não podem ser estranhas as outras nações. Poremos de parte os incidentes de segunda ordem, para quasi exclusivamente tratar d'estes episodios historicos, ante os quaes se amortece tudo mais; e nós o faremos buscando restituir-lhes sua primeira originalidade, isto é, interrogando os antigos escritos do decimo quarto seculo, e as excellentes cronicas, que os historiadores d'aquella era nos deixárão.

Abou'-Hassan, rei de Marrocos, querendo vingar a mor-

te d'um filho, que perecera em Hespanha durante as guerras precedentes (1), ou o que é ainda mais verosimil, pretendendo renovar uma d'essas grandes invasões, de que a Peninsula fora tantas vezes testemunha, ajuntou, em 1340, forças na verdade formidaveis, augmentadas por essa multidão de musulmanos prestes sempre a estabelecer-se no fertil territorio, cuja conquista se reputava como certa, e com estas forças embarcou para a Peninsula. Por expedições successivas se praticou o desembarque, que não durou menos de cinco mezes. Não só o rei de Granada o favorecia, mas a juncção dos dous monarchas em breve apresentou um exercito mais formidavel que nenhum dos que desde o tempo d'Affonso VIII se tinhão visto. Segundo os historiadores modernos, as forças musulmanas juntas subião a quatrocentos mil soldados de pé, e quarenta mil homens de cavallaria (2) Tão consideraveis forças semeárão o terror na Peninsula. As desavenças particulares houverão de cessar á vista do perigo commum; e a insigne Maria, filha d'ElRei de Portugal, esposa offendida d'Affonso de Castella, esqueceo o seu resentimento, para vir implorar o auxilio de seu pai em perigo tão imminente. Com palavras admiraveis pintou Camões esta filha supplicante; e com expressões ainda mais energicas referio o valor do forte rei, como desde aquelle tempo lhe chamárão.

D. Affonso IV não hesitou em dar efficaz soccorro a seu genro; porem este soccorro mais consistia no seu animo e intelligencia, que nos verdadeiros recursos de que podia dispôr. Em silencio passaremos a pugna entre Aboul-Hussan e ElRei de Castella, e diremos que tendo-se torrado emminente uma batalha decisiva, Affonso partio para Sevilha pelo mez d'ou-

(1) Argote de Molina, *Nobleza de Andaluzia*, refere o nome d'este filho, causa de tão sanguinosa guerra; n'elle impossivel é reconhecer um nome musulmano.

(2) Ao menos tal é o algarismo, que Schoeffer apresenta. Castro faz subir estas forças a 400$000 soldados de pé, 70$000 de cavallo, e 12$000 lanças, a que se deve ajuntar as 50$000 ao rei de Granada.

tubro. O santo lenho, tirado do convento de *Marmelar* estava patente a todas as tropas portuguezas; e um valente cavalleiro, D. Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, trazia este fragmento da verdadeira cruz. As tropas subministradas pela cidade d'Evora erão capitaneadas por Estevão Carvoeiro.

Affonso IX não tinha pedido sómente soccorros materiaes a seu sogro; prevendo a terrivel luta, que ia começar, impetrou do papa, então residente em Avignou, a bulla da cruzada, que não só lhe foi concedida, mas um nobre cavalleiro francez, Hugo Beltran, que se estabeleceo depois em Hespanha, levava na vanguarda, em qualidade d'alferes mór, o estandarte bento. Não é sem designio que offerecemos estas particularidades: no dia de perigo, foi talvez a vista d'estes signaes venerandos, que nos christãos infundio um milagroso valor.

Se devemos acreditar *la Clède*, queria-se evitar a batalha, e mesmo entregar Tarifa, no caso de ser isto necessario; porem D. Affonso IV se oppoz a esta conccssão com grande energia, e o ataque foi decidido. Havendo passado revista a seus exercitos, os dous reis se encaminhárão a Tarifa, e no caminho passárão pelas bordas d'esse Guadalete, que outr'ora fôra testemunha d'uma tão cruel derrota, e, a 27 d'outubro de 1340, começárão a avistar os primeiros corpos do numeroso exercito dos musulmanos.

A 28 segundo uns, a 29 ou 30 segundo outros, depois de ouvirem missa, os christãos fizerão suas disposições para o ataque. Então marchárão para o Salado, pequeno rio situado entre a *Pena del Ciervo* e Tarifa, cujo nome a batalha conservou. Não referiremos as precauções estrategicas adoptadas para se ganhar esta batalha, nem o elevado animo de que El-Rei de Castella deo provas; estes factos, que competem a historia d'Hespanha, forão narrados d'um modo notavel por M. Romey, e subministrárão excellentes paginas ao illustre escritor, que se incumbio de fazer conhecer a historia d'esta nação. Contentar-nos-hemos com insistir sobre alguns suc-

cessos particulares, que pertencem á nossa narração. D. Affonso IV, no dia da terrivel batalha, havia-se reservado para pelejar com o rei de Granada. Depois que ElRei de Castella travou o combate além do Salado, o monarcha portuguez passou este rio, e acommetteo os Mouros d'Hespanha. As tropas do rei de Granada erão com razão reputadas como as mais aguerridas e formidaveis do exercito musulmano. A derrota d'estas tropas teve certamente decisiva influencia no feliz successo da batalha (1); e foi o que generosamente reconheceo o rei de Castella, quando a seu sogro offereceo parte no consideravel despojo, que ficou em poder do exercito christão.

D. Affonso IV recusou nobremente participar da distribuição d'estes ricos despojos, e foi preciso insistir para que consentisse em aceitar alguns jaezes, espadas guarnecidas de pedras preciosas, estandartes, e finalmente uma trombeta, que ainda hoje se vê no seu tumulo. As antigas cronicas, que com tanta exactidão referem o numero dos mortos, não se abalanção a calcular as sommas immensas, que se encontrárão no arraial d'Aboul-Hassan. Forão taes estas riquezas, que fizerão diminuir o preço dos metaes preciosos em Paris, Valença, Barcellona, Pamplona, e n'outras muitas cidades. Os prisioneiros, que ficárão em poder dos castelhanos, derão á Hespanha grandes sommas, porque alguns d'elles erão mui ricos (2) D. Affonso IV contentou-se com trazer para Portugal um principe musulmano, sobrinho d'Aboul-Hassan, a que os cronistas chamão o infante Julmenda. Além d'este princi-

(1) Affirmão que morrerão 250$000 dos musulmanos, ao passo que os chritãos só perderão obra de 20 soldados. A famosa inscripção d'Evora diz, fallando dos Mouros, — *e morrerão d'elles tantos que não se poderão contar.* — Com surpreza vemos que um historiador, cuja sciencia e penetração mais d'uma vez havemos admirado, sem critica admitte os algarismos referidos nas cronicas. Sabido é hoje o que valem similhantes calculos.

(2) A pedra d'Evora diz :— *Achou se grande haver em ouro e prata.* Muitas d'estas riquezas, roubadas logo, forão escondidas pelos soldados.

pe, reportando-nos á inscripção d'Evora, o rei de Marrocos teve a magoa de ver cair em poder dos christãos um de seus filhos e sua neta.

Aboul-Hassan e o rei de Granada Aben-Hamed havião escapado á matança, e forão occultar em seus Estados a vergonha d'uma derrota, que anniquilara na verdade o resto do poder musulmano. Tal foi a influencia moral do feliz successo d'esta batalha, que por largo tempo a celebrárão na igreja de Braga. Depois de haver perdido por assim dizer a lembrança historica, que ella tinha deixado por muitos annos, a antiga igreja primacial da Lusitania retumbava ao som das orações em commemoração da *grande batalha*; e ainda no tempo de Mariz, pelo fim do decimo sexto seculo, em muitas cathedraes se dizia a *missa da victoria dos christãos.* Foi com effeito a 29 d'outubro de 1340 que tudo acabou para os Mouros em Hespanha.

Dona Ignez de Castro e D. Pedro.

Quando o insigne poeta nacional falla da volta de D. Affonso a seus Estados, dedica versos admiraveis áquella, *que só depois de morta foi rainha.* A historia de Dona Ignez de Castro tem intima relação com a d'este rei; é como uma sanguinea mancha, que nenhuma recordação gloriosa póde apagar. Aqui a reproduziremos, depois de consultar os antigos historiadores, para d'elles copiar uma narração, que muito tem alterado uma tradição de quinhentos annos.

No decimo sexto seculo, ao tempo em que os antigos monumentos sepulcraes estavão ainda em pé, n'um d'elles se lia esta inscripção:

AQUI JAZ D. FERNANDO RUIZ
DE CASTRO, TODA A LEALDADE DA HESPANHA.

Aquelle de que esta breve inscripção sepulcral fazia tão nobre elogio, era irmão da formosa Ignez. Legitimos ou bastardos, estes Castros contrahirão allianças com todas as casas soberanas, e tinhão a pretenção de descender da familia, que dera o Cid á Hespanha. O pai de D. Fernando Ruiz, D. Pedro Fernandes da Guerra, havia feito maravilhas na batalha de Tarifa, o que attestava o seu appelido. D. Pedro Fernandes tinha uma filha d'extraordinaria formosura, uma filha bastarda. Quando D. Constança, filha de D. João Manoel, duque de Penafiel, veio esposar o Infante D. Pedro, filho d'El-Rei de Portugal, Dona Ignez Peres de Castro acompanhou, em qualidade de dama, a que havia de ser rainha um dia. Deixemos fallar o antigo cronista (1):

« Dona Ignez estava em casa da infanta Dona Constança como dama e parenta, era dotada de tanta nobreza e formosura, que o infante D. Pedro veio a namorar-se d'ella; e como Dona Constança percebesse isto, quando teve o primeiro filho, que se chamou o infante D. Luiz, convidou Dona Ignez para comadre, querendo d'este modo tolher que o infante proseguisse na affeição, que lhe mostrava (2); porem o seu amor, em vez de diminuir, foi sempre augmentando; e quando Dona Constança falleceo (3), o infante possuio Dona Ignez, e houve filhos d'ella.

Segundo D. Pedro confessou, depois de ser rei, para se tirar de peccado mortal esposou-a clandestinamente.

(1) Extrahimos esta narração de duas cronicas celebres: a de Duarte Nunes de Leão, e a de Fernando Lopes, que é mais antiga. Sobre este assumpto póde o leitor obter mais larga noticia consultando as *Cronicas cavalleirosas d'Hespanha e Portugal*, t. I.

(2) Segundo os costumes religiosos d'aquelle tempo, era pôr um obstaculo insuperavel entre Dona Ignez e D. Pedro unil-os por este vinculo espiritual.

(3) Dona Constança morreo em 1345 em Santarem onde foi sepultada. A cronica de Ruy de Pina lhe dá um caracter nobre e ás vezes pathetico: esta rainha felleceo dando á luz o infante D. Fernando.

Ignorava ElRei este casamento; porem temia que viesse a effeituar-se, porque via D. Pedro abandonar-se inteiramente a seus amores por Dona Ignez. Instava ElRei seu filho a casar, para tiral-o da vida escandalosa em que andava, e muitas vezes trabalhou para que lhe declarasse se estava casado com Dona Ignez; porque, se assim fosse, queria honral-a como sua nora, conferindo authoridade e honra áquella, que havia de ser rainha. Nunca o infante declarou que era casado, mas não quiz aceitar a mão das princezas, que ElRei lhe offerecia, dando as desculpas, que o amor lhe inspirava. E o que a todos parecia provavel, é que D. Pedro não queria divulgar o seu casamento com Dona Ignez em vida de seu pai, porque ella era bastarda.

Porem os grandes do reino, suspeitando que o infante era já casado, ou que o viria a ser, aconselhárão ElRei a que o obrigasse a separar-se de Dona Ignez, e a não a deter mais tempo no reino. Elles lhe dizião tambem que a mandasse matar, para que não lhe sobrevivesse, por quanto D. Fernando de Castro e D. Alvaro Peres seus irmãos, sendo grandes senhores em Castella, e começando a ter muito poder em Portugal, era para recear que fizessem perecer o infante D. Fernando, herdeiro de D. Pedro, para que seus sobrinhos, os filhos de Dona Ignez, succedessem no reino.

« A rainha, o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, e outros muitos prelados, aconselhárão o infante D. Pedro a casar, avisando-o dos conciliabulos, em que continuamente se tratava da morte de Dona Ignez, para que a puzesse em sitio onde a sua vida não corresse risco algum. Mas o infante entendia que tudo isto erão vãos terrores, falsas ameaças, que ninguem se atreveria a executar. Não quiz jámais confessar que era casado, nem pôr Dona Ignez em lugar seguro.

« Diversos pensamentos agitárão ElRei n'esta circunstancia. Via d'uma parte o perigo de seu neto, e a destruição do reino, porque Dona Ignez tinha muitos parentes, que podião usurpal-o; d'outra, considerava que seria cruel a acção

de condemnar á morte uma mulher innocente, por culpa alhea d'ella; e isto no fim da vida, quando devia trabalhar por obter o favor de Deos, e por não manchar as mãos com o sangue d'um assassinio, que muitos reputarião parricida. Porem instigado pelos seus, determinou matar Dona Ignez; e para isto, acompanhado de muita gente armada, partio de Monte Mór o Velho para Coimbra, onde Dona Ignez habitava no palacio de Santa Clara: o infante andava á caça.

«Quando Dona Ignez de Castro soube que ElRei era chegado, e as intenções com que ia, transportada de dor por não poder de modo algum salvar-se, foi recebel-o á porta com o semblante de quem via presente a morte; e para excitar a regia clemencia, com sigo levava trez innocentes filhos, meninos de tenra idade e mui formosos. Derramando copiosas lagrimas, e proferindo palavras affectuosas, Ignez pedio perdão e misericordia. Posto que de caracter rispido, e tornado ainda mais rigoroso pela persuasão dos seus, ElRei, vendo o deploravel espectaculo d'uma mulher tão gentil e innocente, que tinha por escudo e defensa meninos tão formosos, já se ausentava deixando-lhe a vida; porem alguns dos cavalleiros, que o acompanhavão, principalmente Alvaro Gonçalves, meirinho-mór, Pero Coelho, e Diogo Lopes Pacheco, senhor de Ferreira, vendo que ElRei saía, como se tivesse revogado a sentença, lhe supplicárão que os enviasse a matar Dona Ignez, por quanto por elle se achavão compromettidos, por causa da publica determinação, em consequencia da qual o havião acompanhado, e se vião expostos ao perigo, que lhes fazia correr o violento odio do infante D. Pedro. Alguns, entrando onde estava Dona Ignez, lhe derão barbara morte. Esta acção foi exprobrada ao rei como grande crueldade, pelos homens dotados de sentimentos d'humanidade; porque dizião que se deverião esperar os acontecimentos, que erão ainda incertos, em vez de commetter o peccado. Accrescentárão que se tinha evitado um inconveniente por outro ainda maior, qual era o de matar uma innocente, a que só faltava, para merecer a coroa, o casamento de seu

pai com sua mãi; porque por linhagem, pelas qualidades pessoaes, ella devia certamente ser rainha. O corpo de Dona Ignez de Castro foi logo sepultado em Santa Clara, onde esteve até que ElRei D. Pedro o mandou trasladar para o mosteiro d'Alcobaça para um jazigo real.

« Por morte de Dona Ignez, o infante caio em tal tristeza, que se receou que viesse a perder o juizo; porque, além das recordações dolorosas, que deixava um amor extremo, lembrava-se de que era por sua causa que a tinhão morto, de que ella não era culpada, e de que sendo avisado da morte, que intentavão dar-lhe, não acreditou estas noticias, e deixou de a pôr em lugar seguro.

« D. Pedro buscou todos os modos possiveis d'incommodar ElRei seu pai, destruir o seu reino, e tomar vingança dos assassinos. Com gente do seu partido, e com tropas ainda mais numerosas de D. Fernando de Castro e de D. Alvaro Peres, irmãos de D. Ignez, o infante D. Pedro entrou pelas provincias d'Entre Douro e Minho e Traz os Montes, pondo a ferro e fogo os lugares, que pertencião a ElRei. Em fim D. Pedro se apresentou com grandes forças para tomar a cidade do Porto: porem D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, a quem a cidade foi confiada, n'ella entrou com muita gente; e como não estava fortificada, o arcebispo, para melhor a defender, a mandou cingir com velas de navio, e se determinou a morrer mais depressa que entregar a cidade. O infante estimava muito o prelado, e lhe tinha ao mesmo tempo muito respeito: não querendo fazel-o correr risco da vida ou da honra, e sabendo além d'isto que ElRei estava já em Guimarães com soccorro, desistindo do seu projecto se ausentou; porque já estava arrependido da sua desobediencia, e desejava enviar a ElRei D. Affonso palavras de reconciliação por algum medianeiro.

A cinco d'agosto do mesmo anno, o infante D. Pedro chegou a Canavezes, onde foi logo a rainha Dona Brites, sua mãi, e por meio do arcebispo e d'outras pessoas, que n'este negocio intervierão, ElRei e o infante entrárão em ajus-

tes. Pactuou-se que o infante perdoaria a todos os que, por palavras ou obras, houvessem sido culpados na morte de Dona Ignez: ElRei devia haver-se do mèsmo modo para com todos os que tinhão servido a causa do infante. Estabeleceo-se que este no porvir obedeceria a ElRei seu pai, como convinha a um bom filho e leal vassallo, que da sua casa e terras expulsaria os malfeitores, que com sigo trazia; que para o futuro, nos diversos lugares do reino a que fosse, ou onde se achasse, exerceria toda a jurisdicção, e que as sentenças e patentes, que desse, passarião em nome d'elle infante; que teria ouvidores seus, que entenderião das cousas julgadas pelos corregedores ou outros magistrados, quaesquer que fossem, dependentes do rei; que em tudo elles observarião as leis e decretos, mas que, no caso de morte ou condemnação á perda de grandes officios ou terras de vassallagem, antes da execução da sentença, d'ella se desse conhecimento a ElRei, que decidiria o que houvesse por bem; que quando o infante mandasse fazer justiça, os pregoeiros publicos bradassem: «Justiça, que manda fazer o infante, por ordem d'ElRei seu pai e em seu nome.» De todas estas convenções se lavrárão escrituras authenticas, que forão confirmadas por juramentos solemnes, por completa adhesão e pela presença de cavalleiros ajuramentados d'um e outro partido, que ficárão como garantes: as referidas convenções forão tambem confirmadas pelo juramento da rainha.

Restabelecida a paz entre ElRei e o infante, D. Affonso se pôz a caminho para Lisboa, onde o acommetteo uma enfermidade mortal, em quanto D. Pedro andava caçando na Ribeira de Canha. Sentindo ElRei avisinhar-se a morte, mandou chamar Diogo Lopes Pacheco, Alvaro Gonçalves, e Pero Coelho, aos quaes queria bem: estes havião sido os principaes conselheiros ou os executores da morte de Dona Ignez, e apesar de seus juramentos o principe contra elles nutria vehementes desejos de vingança. Em presença de Gonçalves Pereira, prior do Crato, ElRei lhes disse que como, depois da sua morte, que se avisinhava, não podia dar-lhe segu-

rança contra seu filho, lhes aconselhava que se ausentassem do reino, que pusessem suas pessoas em seguro o mais breve possivel, e que de nenhum modo curassem dos bens, que não poderião levar. Diogo Lopes Pacheco, Alvaro Gonçalves e Pero Coelho, que mui bem comprehendião ElRei, fizerão o que elle lhes aconselhava.

« ElRei D. Pedro tinha já trinta e sete annos quando a seu pai succedeo na governança do reino.

« Este rei era rigoroso e terrivel em punir os delinquentes ou os que lhe apresentavão como taes. Muitas vezes condemnava sem ouvir as partes; e impunha por delictos não provados penas maiores, que as estabelecidas pela lei para os crimes demonstrados. Em nenhuma circunstancia perdoava ou diminuia a pena, antes tinha prazer em executal-a, e para que não viessem a faltar verdugos, com sigo os trazia sempre. Com a sua propria mão açoutava e dava tormentos. Trazia um azorrague á cintura, para se não demorar em buscal-o; porque sem prova, e sem querer ouvir desculpas, começava o julgamento pela execução.

« Este mesmo rei, tão austero e rigoroso no castigo, era na condição privada de caracter tão tratavel e folgazão, que o fazia perder muito da sua reputação e auctoridade no conceito dos homens graves. Dizem que ElRei D. Pedro era tão inclinado a dançar, que o fazia publicamente e pelas ruas, como os outros bailadores; o que parecia tão singular n'elle, como o prazer de castigar com a sua propria mão os malfeitores.

« Ordenava com frequencia festas, durante as quaes dançava noite e dia, e estas danças se executavão ao som de longas charamelas de prata (1), feitas de proposito para isto,

(1) As grandes charamelas de prata, que servião para executar simphonias militares, durante estas danças a que ElRei D. Pedro se entregava, não erão particulares a Portugal nem a este principe Instrumentos da mesma especie se usárão na batalha de *Najera*, que o famigerado principe de Galles deo a Henrique de Trastamara.



Sá: Lith. Off. de M.L. r.n. dos M.^s N.º 12.

D. Pedro 1.º

e cuja soada grande prazer lhe causava; porque não queria ouvir tanger outro instrumento. E quando D. Pedro vinha á cidade, segundo o costume d'aquelle tempo, os cidadãos e o povo com danças e festas saíão a recebel-o; e ElRei descia da sege, começava a dançar com elles, e d'este modo se ía ao palacio.

Uma noite, não podendo conciliar o somno, mandou chamar os tocadores de charamela, e ordenando que accendessem brandões, saio pela cidade em folia e despertando a gente. E havendo assim passado grande parte da noite, voltou ao palacio, dançando sempre com as mesmas pessoas, e pedio vinho e fructos; porque tal era a merenda dos antigos, mesmo dos reis, antes que com o descobrimento de novas terras entre nós se introduzisse o uso de doces e conservas. D'este modo ía ElRei D. Pedro bailando e regosijando-se nos saráos, que dava, e especialmente no que tão famigerado foi, e que elle celebrou quando elevou a conde e armou cavalleiro D. João Affonso Tello. Esta foi a mais esplendida ceremonia, que teve lugar n'aquelle tempo, em taes solemnidades.

« Mandou ElRei ajuntar grande quantidade de cera, de que se fabricárão cinco mil tochas, e ordenou que cinco mil homens dos suburbios de Lisboa tivessem na mão estas luzes, durante a noite em que o conde velou as armas. Chegada a hora da ceremonia, ElRei determinou que, desde o mosteiro de São Domingos de Lisboa, onde ella se fazia, até aos paços d'Alcaçova, estes homens se conservassem immoveis e por ordem, tendo cada um na mão a sua tocha, o que dava grande luz. ElRei, com muitos fidalgos e cavalleiros, que dançavão com elle, ia por entre as alas dançando, d'esta sorte se passou a maior parte da noite. No dia seguinte erigirão-se muitas tendas na praça do Rocio, onde havia grande abundancia de pão, numerosas pipas cheias de vinho, vasos dispostos para quem quizesse beber; fóra das tendas assavão bois inteiros, e este banquete foi publico para todas as pessoas, que d'elle quizerão participar, durante o tempo da festa, em que forão armados outros muitos cavalleiros.

« Havemos referido estas maneiras, estes tão diversos costumes d'ElRei D. Pedro, porque raras vezes se encontrão unidos no mesmo homem, mórmente se é rei....

« Era ElRei D. Pedro grande caçador, sendo infante; e depois de rei, teve grande trem de caça e muitos picadores. Gostava de comer carne, sem ser maior comedor que os outros homens e por esta razão, as salas do palacio estavão sempre com abundancia providas de viandas. Pelo que toca a outras particularidades concernentes á sua pessoa, só sabemos que era tartamudo.

« Com esta liberalidade governava de tal modo, que sem vexar o povo, e sem excitar queixas, ao thesouro de seus antepassados accumulou grandes sommas de dinheiro, que deixou a seu filho ElRei D. Fernando. Mandou no seu tempo cunhar muitas moedas d'ouro e prata; as dobras erão d'ouro de vinte e trez quilates, e erão precisas cincoenta para fazer um marco; as meias dobras valião metade. As moedas de prata erão torneses, de que sessenta e cinco fazião o marco; tambem havião meios torneses.

« Era ElRei D. Pedro de animo tão liberal, e gostava tanto de dar, que muitas veses lhe ouvirão dizer: « O dia em que um rei não dá alguma cousa, não se lhe poderia com razão chamar rei » E querendo mostrar o prazer, que tinha em espalhar liberalidades; dizia aos seus que lhe desapertassem a cintura, para que pudesse estender a mão e dar, fazendo assim entender que um monarcha não devia ser avarento. Mandava fabricar joias d'ouro e prata para dar presentes quando bem lhe parecia; augmentou o salario dos fidalgos e pessoas da sua casa, além do que lhes havião concedido os antigos reis. Foi grande avaliador dos serviços, não só dos que lhe fazião, mas dos que havia recebido ElRei seu pai; nunca diminuio os bens por elle concedidos.

« Os banquetes, que ElRei D. Pedro dava aos fidalgos da sua corte, que o acompanhávão nas excursões pelo reino, que visitava como um corregedor visita o seu districto, erão explendidos, abundantissimos e quasi continuos; o mes-

mo succedia durante as grandes caçadas de que ElRei gostava muito, e a que se entregava com frequencia: para o que mantinha grande numero de caçadores e domesticos, muitos cães e passaros de toda a especie.

« Escrito achamos á cerca d'este rei, que era mui amado do seu povo, porque o governava com rectidão e justiça. Eis-aqui o seu modo de proceder no expediente dos negocios: todas as petições, que lhe dirigião, erão entregues a Gonçalo Vasques de Goes, secretario da Puridade: este as remettia ao secretario competente, que devia distribuil-as pelos magistrados a que convinhão. Pelo que toca ás petições d'expediente ordinario, ElRei as mandava immediatamente despachar pelo secretario competente; de modo que no mesmo dia, ou no seguinte, o negocio ficasse decidido; o secretario, que assim se não houvesse, era desgraçado. Pelo que respeita ás outras petições relativas ás graças ou mercês, as cousas succedião com poucas differenças.

Assim como ElRei D. Pedro era amante da mais rigorosa justiça para com os que a merecião, tambem fazia dilligencias para que os negocios civis não se prolongassem. Entendendo que os procuradores dilatavão os processos muito além do que devia ser, ordenou que no reino e em todos os seus dominios não houvessem mais procuradores. Recommendou aos juizes e advogados que não favorecessem nenhuma parte em detrimento d'outra, e que se presevassem de aceitar certos serviços, que podessem dar azo a acreditar que tinhão vendido a justiça; quiz que sobre tudo se applicassem a despachar com promptidão os negocios, dizendo que se lhe constasse que n'isto havia descuido, com corpo e bens o pagarião, e que os obrigaria a indeminisar as partes do prejuizo, que lhes houvessem causado.....

« Bem se póde dizer d'este rei, que não foi no seu tempo que se cumprirão as palavras do philosopho Solon e d'alguns outros, que disserão que as leis e a justiça erão similhantes a uma teia d'aranha, em que os mosquitos caem e morrem, ao passo que as moscas, porque são mais fortes, a rompem e se

livrão; querendo assim dar a entender que as leis e a justiça só se executão nos humildes; em quanto os outros, tendo auxilio e favor, achão sempre modo de lhes escapar. ElRei D. Pedro era pelo contrario, e nem supplicas, nem poder, livravão da pena o que a merecia.

« Este rei exercia justiça não só a respeito d'aquelles sobre que tinha direito, como seculares e pessoas similhantes, mas tambem a exercia sobre os ecclesiasticos, desde as ordens menores até ás mais elevadas: quando lhe pedião que os remettesse ao seu vigario, ElRei respondia que os enforcassem; que assim os enviava a Jesus Christo, seu verdadeiro vigario, que d'elles faria o que fosse justo, mas no outro mundo.

« Lembrado estará o leitor do que largamente deixamos referido ácerca da morte de Dona Ignez de Castro, dos motivos porque D. Affonso a condemnou, e da grande desavença, que a este respeito houve entre ElRei e D. Pedro. Estando este, no mez de junho, em um lugar chamado Castanhede, e havendo quatro annos, que reinava, ordenou que se fizesse publico que Dona Ignez era sua mulher. Com elle se achavão D. João Affonso, conde de Barcellos, mórdomo mór, Vasco Martins de Souza, seu chanceller, Affonso das Leis, Martim Vasques, senhor de Goes, Gonçalo Mendes de Vasconcellos, João Mendes, seu irmão, Alvaro Pereira, Gonçalo Pereira, Diogo Gomes, Vasco Gomes d'Abreu, e outros muitos de que não fazemos menção. ElRei mandou chamar um tabellião, e, estando todos presentes, pondo as mãos sobre os Evangelhos jurou, que sendo ainda infante, achandose em Bragança, em vida d'ElRei seu pai, haverião sete annos pouco mais ou menos, mas que não se lembrava do mez nem do dia, recebera por legitima mulher, estando presente, como a santa Igreja requer, Dona Ignez de Castro, filha de D. Pedro Fernandes de Castro, e que Dona Ignez o recebera por marido, vivendo depois em união como o devião fazer.

« Passados trez dias, chegárão a Coimbra D. João Af-

fonso, conde de Barcellos, Vasco Martins de Souza, e Affonso das Leis; e no palacio em que se lião os decretaes (porque o estudo era n'esta cidade), mandando chamar um tabellião e duas testemunhas, a saber: D. Gil, bispo da Guarda, e Estevão Lobato, criado d'ElRei; elles lhe disserão que depois de jurar sobre os Evangelhos, declarassem a verdade do que sabião relativamente ao casamento de D. Pedro com Dona Ignez de Castro: E sendo interrogados separadamente, o bispo disse, que indo com o dito senhor, achando-se então prior da Guarda, como o infante e Dona Ignez habitavão na cidade de Bragança, este principe o mandára um dia chamar á sua pousada, e, estando presente D. Ignez, lhe dissera que a queria receber por mulher; e que em continente, sem mais tardança, o dito senhor puzera sua mão na d'elle, e que fazendo o mesmo Dona Ignez, os unio com as palavras, que ordena a santa Igreja.... E sendo perguntado Estevão Lobato, disse que ElRei, sendo infante, o tinha mandado chamar ao seu aposento, onde lhe declarou que queria receber Dona Ignez por mulher, e que era sua vontade que elle lhe fosse testemunha..... Acrescentou que isto succedera no mez de janeiro, haverião sete annos pouco mais ou menos. Escritas que forão todas estas perguntas como deixamos referido, D. João Affonso e seus dous companheiros mandárão logo convocar as pessoas, que já estavão para isso preparadas, a saber: D. Lourenço, bispo de Lisboa, D. Affonso, bispo do Porto, D. João, bispo de Viseu, D. Affonso, prior de Santa Cruz, muitos fidalgos, que mencionamos, clero e povo. E guardando todos silencio, o conde D. João começou a dizer: — Amigos, deveis saber que ElRei, que ora é nosso senhor, recebeo Dona Ignez de Castro por sua legitima mulher...... E porque é vontade de ElRei que isto não seja occulto, elle me ordenou que vol-o noticiasse, para de vós arredar toda a suspeita e para que isto se saiba claramente; mas se não obstante o que acabo de vos dizer, e a despeito do que tendes ouvido ler e se vos tem declarado, algum de vós observar que tudo isto é invalido, porque não houve dispensa

do gráo de parentesco, que existia entre elles, por quanto D. Ignez era prima d'ElRei Nosso Senhor, elle me ordenou que vos mostrasse a bulla, que obteve sendo infante, e em que o papa lhe permittio cazar com a mulher, que quizesse, ainda que fosse sua parenta mais proxima que Dona Ignez.

Então diante de todos se publicou a carta do papa João XXII ....

....

« Os matadores de D. Ignez de Castro tinhão sido recebidos por ElRei de Castella com favoravel acolhimento; d'elle recebião beneficios e cortezia, e no seu reino vivião tranquillos e sem temor; porem logo que o infante D. Pedro começou a reinar contra elles proferio sentença de traição. E tambem por esta epoca de Castella havião fugido, com temor d'ElRei, que os queria mandar matar, D. Pedro Nunez de Guzman, Mem Rodriguez Tenorio, Fernão Goliel de Toledo, e Fernão Sanchez Caldeiron, e vivião em Portugal sob a protecção d'ElRei D. Pedro. Celebrárão os dous reis occultamente uma convenção, pela qual o de Portugal devia remetter presos a ElRei de Castella os fidalgos, que no seu reino vivião, entregando-lhe este Diogo Lopes Pacheco e seus dous companheiros, que se havião refugiado em Hespanha. Ordenárão que fossem todos presos no mesmo dia, para que o captiveiro de uns não pudesse avisar os outros.

« Feita a convenção d'este modo, forão presos em Portugal os fidalgos, que acima mencionamos; porem no dia em que as ordens d'ElRei de Castella chegárão ao sitio em que se devia aprehender Diogo Lopes e os outros, succedeo que, pela manhã mui cedo, elle tinha saido á caça. Depois de preso Pero Coelho e Alvaro Gonçalves, quizerão tambem prender Diogo Lopes, mas não o encontrárão; então as portas da cidade forão cerradas, para que ninguem pudesse dar-lhe aviso, pelo que esperavão prendel-o quando voltasse. Um pobre aleijado, que sempre recebia alguma esmola quando Diogo Lopes em sua casa comia, e quando com elle algu-

mas vezes fallava, vendo o que succedia, buscou dar aviso a Diogo Lopes, antes que voltasse para a cidade. Informou-se com subtilesa do sitio para onde elle tinha ido, e chegando ás portas pedio aos guardas que o deixassem sair. Não desconfiando elles de tal homem, abrirão as portas e o deixarão ir. O pobre aleijado encaminhou-se então para o sitio por onde entendia que Diogo Lopes havia de passar, e encontrando-o finalmente com a gente, que o acompanhava, lhe disse que queria fallar-lhe, mas Diogo Lopes, não suspeitando qual era o objecto da mensagem, quiz eximir-se de ouvil-o: porem o pobre insistindo, lhe referio como um official d'ElRei de Castella fôra com muita gente armada ao seu palacio para prendel-o, depois de haver segurado os outros. Quando Diogo Lopes ouvio a relação do pobre, logo lhe veio ao pensamento qual era o motivo porque o querião prender, e tornou-se pensativo. Vendo-o o pobre n'este estado lhe disse: «Tomai o meu conselho, que vos ha de ser util; separai-vos dos que vos acompanhão; vamos para um valle não longe d'aqui, e eu vos direi o modo porque podeis salvar-vos.» Então Diogo Lopes disse aos seus que se affastassem para alguma distancia caçando, que elle queria estar só com o mendigo n'um valle, em que lhe affirmava que havião muitas perdizes. A gente de Diogo Lopes fez o que elle lhe dizia, e este com o pobre se forão para o valle. Então o mendigo lhe disse, que se queria escapar vestisse seus andrajos, e fosse assim caminhando a pé até á estrada de Aragão, onde encontraria almocreves, com os quaes poderia encorporar-se, e que d'este modo, ou vestido de religioso, se poria em segurança no reino d'Aragão; porque necessariamente ião procural-o por todo o paiz. Diogo Lopes tomou o conselho do pobre, e se foi a pé voltando o mendigo para a cidade... Os que buscavão prender o fugitivo forão procural-o em lugares mui differentes: em silencio deixaremos o que no caminho lhe aconteceo, como elle passou pelo Aragão para ir a França, o modo porque chegou ás campinas d'*Avignon*, e

outras cousas, que lhe succederão, para não sair do nosso assumpto.

Quando ElRei de Castella soube que Diogo Lopes não fora preso mostrou-se pesaroso; todavia enviou Alvaro Gonçalves e Pero Coelho, bem amarrados e escoltados, a ElRei de Portugal, seu tio conforme entre si havião ajustado; e quando elles chegárão á fronteira, encontrárão Mem Rodrigues Tenorio e os outros castelhanos, que ElRei D. Pedro enviava; e depois Diogo Lopes fallando d'esta historia, dizia que isto tinha sido troca de sendeiro por sendeiro. Alvaro Gonçalvez e Pero Coelho forão pois conduzidos a Portugal e chegárão a Santarem, onde estava ElRei D. Pedro, que, com grande jubilo pela sua vinda, mas mal contente ao mesmo tempo por haver escapado Diogo Lopes, foi recebel-os, e, furor cruel! os mandou pôr a tormentos, querendo obrigal-os a confessar que erão culpados da morte de D. Ignez de Castro; porem nenhum respondeo cousa, que conviesse a ElRei; e este, segundo referem, irritado deo com um azorrague pelo rosto de Pero Coelho, que proferio palavras indecorosas contra ElRei, chamando-lhe traidor, aleivoso, perjuro, algoz dos homens. E D. Pedro, dizendo que lhe trouxessem cebolla e vinagre para temperar um coelho, começou a escarnecer d'elles e ordenou que os matassem. A Pero Coelho mandou arrancar o coração pelo peito, e a Alvaro Gonçalves pelas costas; e determinou que fossem queimados diante do palacio em que habitava, de modo que jantando via a execução. Este rei perdeo muito da sua boa fama por tal escanda-lo; e todas as pessoas de bem, que d'elle ouvião a narração, dizião que os reis tinhão commettido grande desacerto faltando assim a suas promessas, porque estes cavalleiros se havião refugiado nos seus reinos confiados na fé da sua palavra.......................................

« Se alguem disser que houve quem amasse tanto e mais que D. Pedro, como Ariana e Dido, e outros, que deixamos de mencionar, responderemos que não fallamos dos amores imaginarios, que certos authores eloquentes tem referido

segundo a sua fantasia, dizendo em nome d'algumas pessoas cousas em que ellas nunca pensárão; mas que fazemos menção do amor, que tem o seu fundamento na verdade. Este amor sincero foi o que D. Pedro sentio por D. Ignez desde que por ella se apaixonou, sendo então casado e ainda infante, de tal modo que ao principio parecia perder junto d'ella a vista e a voz. As diligencias, que fez para possuil-a, e a justiça, que exerceo nas pessoas dos que erão culpados para com ella, posto que fosse contra seus juramentos, tudo é attestado pelo que havemos referido. E querendo ElRei D. Pedro honrar os ossos de Dona Ignez de Castro, visto que já não podia fazer mais (1), mandou-lhe erigir um tumulo de pedra branca, lavrado com primor, tendo em cima a imagem de Dona Ignez com a corôa na cabeça, como se ella houvesse sido rainha; e este tumulo foi collocado no mosteiro d'Alcobaça. Para este mosteiro mandou ElRei D. Pedro trasladar o corpo de Dona Ignez de Castro, do convento de Santa Clara onde jazia. Vinha o feretro n'uma liteira mui bem orna-

(1) Fernão Lopes não menciona a coroação de Dona Ignez de Castro. Eis-aqui a passagem mais concludente, que se póde allegar em favor d'este celebre successo: em seus commentarios ao cap. III das Lusiadas, Faria e Souza se exprime assim: — « *La* " *mataron y el principe no dexa de amarla muerta. Y assi luego* " *que murio su padre y empuno el cetro, hiso desenterrar a D.* " *Ignez, y colocarla en un trono, adonde fue coronada como rey-* " *na, — y alli hizo que sus vassallos besassen aquellos huessos, que* " *avian yasido manos bellas; — publicando primeiro com juramento,* " *y otros actos solenes que avia sido sua muger legitima. Tenemos* " *em nuestro poder la copia del instrumento publico, que mando ha-* " *cer de todo esto y se conserva en el archivo real, etc.* ,, Quando publicamos a obra intitulada: *Cronicas cavalleirosas da Hespanha e Portugal*, ainda não haviamos encontrado este documento, que é, como se vê, mais explicito a respeito da coroação de Dona Ignez, que nenhum dos que nos tem vindo á mão; e estas palavras, *temos em nosso poder a copia do instrumento publico, que de tudo isto mandou fazer, e se conserva no archivo real*, provarião ou que Fernão Lopes não disse tudo, ou que um documento convincente se perdeo: este documento existe talvez nos archivos de Lisboa.

da para aquelle tempo, a qual era levada por illustres cavalleiros, seguidos dos fidalgos e outras muitas pessoas, damas e ecclesiasticos. Pelo caminho estavão homens com brandões na mão, dispostos de modo que o corpo foi sempre levado por entre tochas accesas. D'esta sorte chegou o corpo de Dona Ignez de Castro ao mosteiro d'Alcobaça, que dista dezesete legoas do de Santa Clara, e foi posto no tumulo, com muitas solemnidades. Não se havia até áquelle tempo visto em Portugal mais honrosa trasladeção. Do mesmo modo mandou ElRei D. Pedro fazer outro tumulo para si, e quiz que o collocassem a par do de Dona Ignez, para n'elle ser depositado, quando viesse a fallecer; e achando-se em Estremoz foi acommettido da ultima enfermidade. Lembrou-se então de que depois da morte de Alvaro Gonçalves e Pero Coelho, se tinha provado que Diogo Lopes Pacheco não fòra culpado na morte de Dona Ignez, e lhe perdoou todas as queixas, que tinha contra elle, mandando que lhe restituissem os bens, o que seu filho ElRei D. Fernando executou. E ElRei ordenou, no seu testamento, que houvessem para sempre no dito mosteiro seis capellães, que dissessem missa quotidiana pela sua alma. E para que as ditas missas se dissessem, seu filho, ElRei D. Fernando, deo ao mosteiro o lugar designado pelo nome de Paredes, no districto de Leiria, com todas as rendas e senhorios, que lhe erão annexos (1)....»

(1) As ultimas narrações, que ouvimos á cerca de Dona Ignez de Castro, são mui recentes e mui tristes, a sua data é o mez de dezembro de 1835, epoca em que M. Taylor acabava a sua viagem artistica em Portugal. Esta rainha, outr'ora tirada do seu ataude para cingir o diadema, foi ignominiosamente extrahida do sepulchro, e seus ossos, ainda mal descarnados, estavão espalhados pelas lousas do mosteiro d'Alcobaça; o mesmo succedia aos restos d'ElRei D. Pedro. Aos piedosos cuidados do viajante francez se deve a reparação de similhante sacrilegio: o tumulo de marmore erigido no decimo terceiro seculo de novo recebeo *a que só depois de morta foi rainha*, como dizem os antigos poetas dramaticos da Hespanha. Pelo que respeita aos fundadores, aos religiosos francezes,

Ultimos annos do reinado de D. Pedro.

Depois da narração d'esta grande catastrophe, o que resta a dizer ácerca do reinado do amante de Dona Ignez de Castro, é menos importante para as outras nações. Portugal, pelo contrario, vê n'este periodo, assás ignorado, da sua historia uma epoca de repouso, que prepara tempos mais gloriosos. A inflexivel severidade d'ElRei D. Pedro, unida a um profundo amor da justiça, deo ao seu reinado um valor mui significativo aos olhos do povo. Em Fernão Lopes e em Ayala cumpre estudar o caracter original d'este rei; ali se encontra em sua primeira verdade essa multidão d'anecdotas, que as cronicas successivas tem pouco a pouco alterado, e que se encontrão em todos os compendios historicos: aquella em que um bispo é ameaçado com o açoute porque foi surprehendido em adulterio; a historia do pedreiro condemnado a não se servir da colher por espaço d'um anno, em consequencia da morte d'um padre, parodia um pouco atrevida da indulgencia de certas leis ecclesiasticas, tudo prova que affectando formas singulares na execução de suas vontades, D. Pedro nem por isso proseguia menos o plano de seu avô a respeito do clero. Parece positivo que este rei favoreceo o povo todas as vezes que o pode fazer, mesmo á custa d'esse poder tão temido na Peninsula. Os grandes e o clero, concordes talvez entre si, derão a D. Pedro o sobrenome de Cruel, mas o povo lhe chamou o Justiceiro. Com effeito, no seu tempo houve inteira segurança para as pessoas e propriedades em toda a extensão de Portugal: os processos da judicatura e da administração forão simplificados até ao extremo: houve no erario mais dinheiro que nos tempos dos reis precedentes. Evitando dar soccorros intempestivos a ElRei d'Hespanha, que os pedia a titulo de parente proximo, D.

que instituirão o convento d'Alcobaça, seus restos não forão mais respeitados.

Pedro afastou do paiz uma guerra desastrosa com Castella. Maravilhado de tamanhas vantagens, o povo persevou na sua opinião, e fallando do Justiceiro depois que falleceo, dizia que tal monarcha não devia nascer, ou nunca devia acabar (1). O rei de que o seu povo assim fallava morreo em Estremoz, a 18 de janeiro de 1367. Pontualmente se executárão suas derradeiras vontades, e o seu corpo foi levado ao mosteiro d'Alcobaça, e depositado no tumulo de marmore, que mandara fabricar para jazer junto de Dona Ignez de Castro.

Reinado de D. Fernando. — Deploraveis desavenças com Castella. — Dona Leonor Telles.

O filho de Dona Constança nasceo em Coimbra a 31 de outubro de 1345; subio ao throno no dia em que seu pai falleceo, tendo então vinte e dous annos d'idade. Todos os cronistas celebrão a gentileza d'este joven soberano, e as raras qualidades da sua intelligencia; porem todos fallão tambem da sua fraqueza, volubilidade e inconstancia.

O author da *Monarchia Lusitana*, o sabio Brito, com razão pondera que nenhum soberano tomou as redeas do governo sob auspicios mais favoraveis. ElRei D. Diniz havia dado grande impulso á agricultura; D. Affonso o Bravo tinha assegurado a independencia do reino; D. Pedro havia augmentado prodigiosamente os recursos do erario: os fataes conselhos d'uma mulher artificiosa, a influencia d'alguns validos, em pouco tempo extinguirão estes principios de prosperidade.

Os primeiros annos do reinado de D. Fernando não devião fazer conjecturar o que um dia havia de produzir o seu

(1) Dizião que nunca se tinhão visto em Portugal dez annos como os do reinado de D. Pedro; o sobrenome de Justiceiro por excellencia lhe ficou. Um famigerado poeta, Sá de Miranda, n'estes dous versos mui bem o caracterisou.

> Pedro que amores teve com a justiça
> Real, e não cruel inclinação.



Sá. Lith. Lith. da Imprença Nacional.

D. Fernando 1º

deleixo, e suas imprudentes pertenções. Logo que subio ao throno cuidou em reparar as fortificações de certas praças, bastecel-as de munições indispensaveis, e em construir novos edificios. O periodo em que ElRei D. Fernando viveo é, debaixo d'este ponto de vista, d'alguma importancia na historia de Portugal; não deve esquecer que no tempo do seu reinado se construirão as fortificações, que por tanto tempo cingirão a cidade de Lisboa, e de que ainda restão alguns vestigios. O primeiro desacerto d'ElRei D. Fernando, o que esteve a ponto de causar a sua ruina, foi não se restringir a estes melhoramentos internos, e elevar mui alto suas pretenções.

O rei, que debalde havia implorado a assistencia de D. Pedro, D. Pedro o Cruel, tinha succumbido: a Hespanha achava-se em poder de Henrique de Transtamara. O joven rei revindicou esta coroa, que Portugal deixara cair maliciosamente nas mãos do fratricida. Com effeito, como neto de D. Sancho, o throno de Castella lhe pertencia. Henrique o Bastardo em breve lhe mostrou o que valem taes pertenções, quando não são apoiadas pela habilidade, ou por uma vontade energica. D. Fernando se unio a D. Pedro d'Aragão, cuja filha pedio em casamento, e não receou contrahir alliança com o monarcha musulmano, que reinava em Granada. Uma guerra cruel se suscitou, uma guerra obstinada, como fazem entre si os pertendentes, que terminou por intervenção do papa Gregorio IX., e a paz foi assignada em Evora, no fim de março de 1391. Um documento diplomatico, com data d'este mesmo anno, prova que a França ía entrar com Portugal em relações mais directas e frequentes que durante os reinados precedentes. (1)

N'esta epoca se vio apparecer uma d'essas mulheres, cujo amor fatal faz o destino d'um reino, e de que a forte intelligencia imprime uma especie de gloria á via criminosa,

(1) Veja-se o *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, publicado pelo visconde de Santarem.

que ellas seguem. Dona Leonor Telles, dama de maravilhosa formosura, e que pertencia á illustre familia dos Menezes, havia casado alguns annos antes com D. João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro: D. Fernando se apaixonou por esta senhora; em menos-prezo de todas as leis fez annular o seu casamento; e sem que o estorvassem os obstaculos, que nascião do parentesco, contrahio uma união publica com ella, em Eixo, no mesmo anno em que havia assignado a paz.

O drama com todas as suas condições d'interesse, de terror, d'incidentes inopinados ou tragicos, se mostra a cada passo sob as formas mais originaes, durante este reinado: Foi, segundo dizem, esse bispo D. Affonso, que D. Pedro o Justiceiro ameaçára com açoutes por causa d'adulterio, que abençoou o casamento de D. Fernando com Dona Leonor Telles. Esta rainha perfida teme sempre os filhos de Dona Ignez de Castro: tem uma irmã, Dona Maria Telles, formosa como ella, mas dotada de nobre animo; Dona Leonor faz com que D. João, irmão d'ElRei, a espose occultamente; e, contrahida esta união, ella tem sêde do sangue de sua irmã e deseja a perda do infante. Para lograr seu intento, Dona Leonor Telles promette indirectamente a seu tio a mão da infanta, e com ella talvez um dia o throno de Portugal. Dona Maria Telles é apunhalada por seu proprio marido, e consummado o crime, Dona Leonor zomba do assassino (1). O infante D. João foge para Hespanha, levando com sigo os remorsos, de sorte que os sanguinolentos amores d'um filho de Dona Ignez continuão o drama da idade precedente. Resta ainda um principe nascido da funesta união, que D. Affonso IV castigou; um principe dotado de nobre espirito, d'um coração generoso, que recusa beijar a mão da rainha adultera, que seu irmão lhe apresenta. A proscripção é o

(1) Vid. a narração dramatica, que Fernão Lopes deixou d'este acontecimento, *Cronicas cavalleirosas d'Hespanha e Portugal*, por Fernando Denis, t. II.

castigo d'esta injuria, e mais tarde o infante D. Diniz se vê compellido a errar pelos mares do norte. Um naufragio o arroja ao meio de pobres Flamengos, e o segundo filho da formosa Ignez é retido em captiveiro nas margens do *Flessingue*, na cabana d'um pescador (1).

Todas estas narrações, que se encontrão na historia, mas que não dizem os factos importantes, infelizmente nos são vedadas, ou só pódem ser apresentadas em resumo; era todavia indispensavel dar a conhecer a mulher artificiosa e cruel, que tamanha influencia exerceo no reino. Para contrahir a odiosa união com Dona Leonor Telles, ElRei D. Fernando se vio compellido a recusar o casamento com a filha d'ElRei de Castella, e em breve commetteo uma acção ainda mais desleal; a despeito das convenções celebradas em Evora, fez alliança com o duque de *Lancastre*, filho d'Eduardo III, rei d'Inglaterra: este principe havia esposado a filha de D. Pedro o Cruel; tinha pertenções ao throno de Hespanha, e as sustentava pelas armas. A colera de Henrique de Transtamara foi ao mesmo tempo justa e terrivel, porque elle soube logo esta infracção inesperada. Henrique jurou vingar-se e não voltar a Castella sem destruir Lisboa. Fernão Lopes refere as proprias palavras da imprecação, e ellas provão que se esta colera implacavel se conteve, é porque tribulações inopinadas tolherão o seu complemento.

Na antiga cronica se pódem ler as particularidades d'esta deploravel guerra, certamente uma das mais crueis, que Portugal houve de sustentar na idade media. D. Fernando era reconhecido rei de Castella por muitas cidades; ainda assim, depois de haver talado a provincia da Beira, ElRei d'Hespanha, á frente d'um poderoso exercito, chegou a Lisboa, e

(1) Este successo, que os historiadores portuguezes inteiramente ignorão, pôde-se ler com todas as suas particularidades n'um precioso opusculo de *M. le Glay*, intitulado: *Analectos historicos*. Depois dos incidentes mais curiosos, que n'outra parte narraremos, D. Diniz voltou á Hespanha, onde casou e veio a ser a origem da casa de Villar.

se alojou no convento de São Francisco. Os habitantes da cidade, reduzidos á desesperação, lhe puserão fogo; os Hespanhoes fazião o que lhes era possivel para augmentar o desastre, D. Fernando permanecia pacifico em Santarem, e Brito o representa deixando passar as tropas castelhanas, e vendo com indifferença subir aos ares as nuvens de fumo do horrivel incendio, que devastava a capital do seu reino. Por felicidade de Portugal, Gregorio XI, que residia em *Avignon*, de novo interveio entre os dous monarchas, e a suspensão das hostilidades foi resolvida: o cardeal Guido de Montfort recebeo a incumbencia d'estabelecer os preliminares da paz, que definitivamente se assignou a 19 de março de 1373. O encontro dos dous reis teve lugar no Tejo, á vista de Lisboa, no meio d'essa pompa da idade media, que dava um caracter de verdadeira solemnidade aos grandes actos da politica; de modo que Henrique de Transtamara não pôde deixar de dizer quando voltou a Hespanha: « Venho de ver formosa cidade e rei formoso. »

Attribuem a ElRei D. Fernando um dito, que mostra até que ponto elle foi penhorado pelas maneiras nobres e lisongeiras do seu rival (1). Um grande acto, um acto fecundo em deploraveis resultados para Portugal, mas que só devia ser ratificado muitos annos depois, foi decidido n'aquella epoca: Dona Brites, tantas vezes promettida por seu pai, foi em fim concedida em casamento ao infante de Castella.

Administração, marinha. — Novo rompimento com Castella. — Entrada dos Inglezes em Portugal.

N'este periodo do reinado de D. Fernando se deve collocar a maior parte dos actos administrativos, que compen-

(1) *Quanto eu hanrricado venho.* Vid. Fernão Lopes, *Cronica d'ElRei D. Fernando*, na collecção publicada pela Academia das Sciencias de Lisboa.

são os numerosos desacertos de que elle se tornou culpado. Uma das acções mais meritorias d'ElRei D. Fernando foi comprehender, n'aquelle tempo, qual era a verdadeira categoria a que Portugal era chamado por sua marinha. Com uma perseverança digna de louvor se occupou d'esta parte da administração, e no seu reinado começa a afouteza maritima em Portugal. Os grandes bosques, que ElRei D. Diniz mandára plantar, principiavão a realisar, subministrando madeira para as construcções navaes, as previsões d'aquelle rei prudente. D. Fernando permittio á marinha mercante tirar d'ali gratuitamente materiaes; grandes navios se construirão com arte; n'uma palavra, este rei fez então tudo o que era possivel para favorecer a navegação e o commercio exterior, e Schœffer, que não busca occultar os erros d'este rei, dá ao mesmo tempo uma prova da sua capacidade pouco vulgar, apresentando uma exacta descripção de tudo o que elle fez n'este sentido.

Infelizmente, o mal tem sempre mais força que o bem durante este reinado deploravel; a despeito do dito, que proferio voltando do encontro, que no Tejo teve com ElRei de Castella, a inconstancia, digamos mesmo a perfidia do caracter de D. Fernando, pervaleceo logo. Em 1381, elle quebrantou de novo a paz com Castella: foi então que a titulo d'alliados chamou os Inglezes ao seu reino, e que empregou para que tivesse bom exito a negociação, que os devia trazer, um homem, de que a antiga lealdade portugueza falla sempre com desprezo. Um fidalgo de Galliza, o conde Andeiro, foi por ElRei enviado a Londres, para ali ajuntar os elementos d'uma guerra perfida, de que todos os resultados devião ser contra o reino. Esta odiosa machinação teve por primeira consequencia a deshonra d'ElRei. Quando voltou da sua missão occulta a Londres, o conde Andeiro foi recebido por D. Fernando e escondido no seu proprio palacio; a rainha o amou, e o adulterio se accumulou aos outros crimes de Dona Leonor. Pelo que toca á infausta guerra, que a negociação do seu cumplice attrahio, nunca houve talvez em

Portugal epoca mais fertil em rapinas e violencias de toda a especie. Os Inglezes, introduzidos em Portugal como amigos sob a bandeira de Lancastre; n'este reino commetterão excessos, de que não havião certamente dado idéa as guerras precedentes com os Mouros. A mesma infancia não escapou á brutalidade d'esta soldadesca (1), que os chefes não podião repremir; e a dramatica descripção, que Fernão Lopes nos deixou d'este periodo sanguinoso, mostra que elle só póde, pelos excessos commettidos então, ser comparado á guerra dos *Armagnaes* (2).

Este periodo teve comtudo um termo; e D. João I de Castella concluio a paz em 1383, esposando definitivamente a infanta Dona Brites. Dizem que á nova d'esta paz tão desejada, Castelhanos e Portuguezes, cançados d'uma guerra desastrosa e mórmente da presença d'esses homens do norte, que aborrecião quasi igualmente, se lançarão de joelhos e a Deos renderão graças nos arraiaes oppostos. A guerra furiosa e cruel, que os Inglezes fazião, havia perturbado aquelles animos cavalleirosos, que ao mesmo tempo se arrependião de sua alliança e victorias: o duque de Cambridge ausentou-se com suas tropas. Celebrou-se o matrimonio, mas D. Fernando não pôde gozar por muito tempo da tranquillidade, que succedeo á guerra infausta de que elle fôra o principal motor, porque morreo d'uma enfermidade, cujos funestos resultados largo tempo antes previo, no palacio do Limoeiro em Lisboa, aos 22 de outubro do anno de 1383 (3).

(1) Fernão Lopes diz que a sua fereza chegou até ao ponto d'abrir uma criança: a desafortunada mãi, de que havião sido frustradas todas as diligencias para tolher este acto de horrenda barbaridade, levou os ensanguentados restos de seu filho a ElRei, que assim os apresentou ao general inglez. Muito se prometteo então, mas os excessos continuárão.

(2) E padeceo Portugal tanto damno dos amigos Inglezes, como dos inimigos Castelhanos. Vid. Rodrigues de Castro.

(3) D. Fernando, fallecido aos trinta e oito annos não completos, havia reinado dezeseis annos e nove mezes: jaz no convento de São Francisco de Santarem, junto de sua desafortunada mãi

Interregno. — O Mestre d'Aviz. — Morte do conde Andeiro.

No dia em que ElRei D. Fernando cessou de viver, Portugal se achou na mais complicada e critica situação; a regencia caio naturalmente nas mãos d'uma mulher, que o povo aborrecia e desprezava ao mesmo tempo; e D. João I, rei de Castella, revindicou uma corôa a que, segundo entendia, o casamento contrahido com Dona Brites lhe dava direitos incontestaveis. D. João, o filho primogenito de Dona Ignez de Castro, o matador da nobre Dona Maria Telles, manifestou tambem suas pertenções; mas elle as manifestava do interior d'uma prisão em que ElRei de Castella o tinha encarcerado; e sem embargo das sympathias do povo de Lisboa mal fundadas erão suas esperanças. Não havia até ao infante D. Diniz quem não buscasse formar um partido. No meio de todos estes espiritos inquietos e ambiciosos, o homem, que a Providencia destinava a Portugal, mostrava a tranquillidade d'uma alma forte. Queria antes de tudo a independencia da nação; mais tarde subio ao throno.

Por uma singular preoccupação, alguns escritores fazem nascer D. João, mestre d'Aviz, d'ElRei D. Pedro e de Dona Ignez de Castro: por este erro suprimirão elles uma dynastia á historia de Portugal. O grão mestre era filho bastardo d'ElRei D. Pedro, e nasceo, segundo a opinião mais vulgar, no anno de 1357 (1). N'um livro quasi ignorado pe-

Dona Constança, primeira mulher d'ElRei D. Pedro. Conforme um antigo uso, Dona Leonor Telles devia acompanhar o corpo d'ElRei no ensejo das exequias solemnes, que lhe fizerão, porem, tomando por pretexto uma indisposição, D. Leonor não compareceo. Lendo os antigos cronistas se vê o odio que suscitou esta infracção dos costumes.

(1) *A* 11 *de abril.* Tal é pelo menos a opinião de Silva, *Memorias d'ElRei D. João*, *I*, t. 1, p. 116. Fernão Lopes, que tanta confiança deve inspirar diz que D. João I, nasceo a 15 de abril de 1358.

los historiadores, encontramos que sua mãi era genovesa e nobre; porem a opinião mais geral lhe dá por mãi uma senhora de Galiza, chamada Dona Thereza Lourença. D. João foi por seu pai elevado á dignidade de grão mestre da ordem d'Aviz, e o vehemente odio, que Dona Leonor Telles lhe teve desde a origem, produzio seus fructos: não só a rainha conseguio prival-o momentaneamente da liberdade, mas elle esteve a ponto de perder a vida pelas machinações d'esta perfida mulher.

O mestre d'Aviz era amado do povo exactamente em razão dos odios, que havia suscitado, e da integridade, que n'elle havião reconhecido em muitas occasiões. Tudo prova que D. João ao principio obrou exteriormente em nome do infante, que na prisão d'onde não devia sair expiava o assassinio de Dona Maria Telles. Alvaro Paes, nobre ancião, que por suas virtudes gozava d'uma especie de soberania, contribuio para que o mestre d'Aviz obtivesse a corôa, quando entendeo que por sua energia e valor era elle o rei, que convinha ao povo.

D. João se fez primeiro justiceiro mór, e não ha na sua historia pagina mais dramatica que aquella em que, sob pretexto de receber as ordens da rainha Dona Leonor Telles, no momento em que importava defender as fronteiras do reino da invasão dos Hespanhoes, elle penetrou até ao seu palacio para vingar o povo. Uma breve narração melhor fará comprehender este episodio.

O conde Andeiro, que se havia conservado longe durante as exequias d'ElRei, saío de Ourem: sem embargo das advertencias dos seus, voltou para junto de Dona Leonor Telles, e aos pés da rainha recebia um dia certas ordens, de que um sorriso deixava comprehender a affabilidade, ou a insolencia do valido. O mestre d'Aviz entra com os seus na sala: Dona Leonor está sobre um estrado e suas damas assentadas em torno d'ella: o conde Andeiro prevê a scena, que vai seguir-se, e ordena á sua gente que pegue em armas. E' já mui tarde com o ár d'um cavalleiro, que se despede

da sua soberana, D. João se aparta da rainha; sob um pretexto a que não póde resistir, o conde Andeiro é obrigado a segui-lo. Eil-os na vasta sala, que procede o magnifico lugar em que se ajunta a corte; estão no vão d'uma janella; ninguem ouve o que dizem. De repente o grão mestre fere com a espada o homem, que o povo julgou; não é mortal a ferida do conde Andeiro, mas um cavalleiro o acaba. Grande clamor sôa então no palacio, e quando Dona Leonor julga reconhecer n'estes prolongados gritos córos lugubres, quando lhe parece ouvir a voz dos camponezes semi-selvagens das provincias remotas, que vem chorar, segundo o costume, debaixo das janellas do palacio a morte do rei, é um brado vingador, que retumba em seus ouvidos.

Para comprehender bem esta scena da idade media, indispensavel é seguir em Fernão Lopes os seus diversos episodios: ali se encontrão todas as circunstancias do tumulto popular, que succedeo a estas catastrophe: tumulto, que se previo anticipadamente, e que se excitou dizendo á multidão que estava em risco a vida do mestre d'Aviz. Com effeito, logo que os habitantes de Lisboa sabem, por um joven pagem de proposito enviado, que o grão mestre, fechado no palacio, está em grande perigo, lá correm em multidão, e ameação a rainha de commetter os mais terriveis excessos se D. João não se apresenta. Elle apparece em fim, e as acclamações da multidão lhe fazem pela primeira vez comprehender que a espada vingadora do grão mestre da ordem d'Aviz acaba de se converter no sceptro de Portugal.

Não foi D. João logo saudado com o titulo de rei; mas depois que Dona Leonor se ausentou, foi nomeado, a 16 de dezembro de 1383, governador e defensor do reino. Cumprio o mester d'Aviz com valor todas as obrigações annexas a este honroso titulo, e isto graças á energia do povo, porque tinha contra si a maior parte da nobreza, affeiçoada á rainha fugitiva, ou ao partido castelhano. Entre os nobres do reino encontrou todavia D. João um sincero e delicado amigo, que a par d'elle occupa n'esta historia o mais distincto lugar.

D. Nuno Alvares Pereira.

Na epoca a que somos chegados, o denodado cavalleiro, de que fallámos, era quasi da idade do joven defensor do reino. D Nuno Alvares Pereira nasceo no mez de junho do anno de 1360, n'um lugar chamado Bom Jardim: seu pai foi D. Alvaro Pereira, prior do Crato e filho do arcebispo D. Gonçalo, que o houve de legitimo matrimonio antes de receber as ordens sagradas. A mãi de D. Nuno Alvares Pereira, que tambem pertencia á primeira nobreza, chamava-se Dona Iria Gonçalves do Carvalhal, e era filha do senhor d'Evora Monte, ou conforme algumas opiniões, do alcaide mór d'Almada. O homem, que Dona Iria havia amado, estava ligado por votos; ella soube compensar por quarenta annos de penitencia os erros d'uma paixão, que os proprios contemporaneos desculpárão: o antigo tumulo em que se lê talvez ainda o epitaphio, que lhe foi consagrado, falla de suas virtudes, e a qualifica como dama mui louvavel (1). Dona Iria soube com effeito inspirar a seu filho todas as virtudes guerreiras d'aquelle tempo, e na idade de treze annos D. Nuno Alvares Pereira foi armado cavalleiro, e pelas proprias mãos da rainha Dona Leonor Telles. Observou-se depois que não havendo armadura, que no corpo do joven fidalgo se ajustasse, a do mestre d'Aviz lhe servio para a ceremonia; presagio d'uma fraternidade santa, que só a morte devia fazer cessar.

O joven cavalleiro casou, aos dezesete annos d'idade, com uma illustre senhora, chamada Dona Leonor d'Alvim. Era Dona Leonor parenta de D. Nuno, de modo que foi mister dispensa do papa Gregorio XI para se contrahir a união projectada. D'este casamento procedeo uma geração de reis, de que o paiz se ensoberbeceo (2).

(1) Vid. Cardozo, *Agiologio Lusitano*, t. III, p. 216.

(2) D. Nuno Alvares Pereira teve d'este casamento duas filhas, que morrerão cedo; e além d'estas houve outra chamada Do-

Não é sem razão que havemos entrado n'estas particularidades biographicas; porquanto D. Nuno Alvares Pereira, o *Scipião portuguez, o santo condestavel*, como os antigos escritores lhe chamão, apparece á frente dos heroes, de que havemos mais tarde de fazer menção. O seu primeiro titulo á gratidão dos povos, foi não descorçoar da causa do grão mestre, e comprehender que aquelle, que queria a independencia da patria a risco da propria existencia, podia tomar o titulo de rei.

Guerra da independencia. — O grão mestre eleito rei. — Batalha d'Aljubarrota.

ElRei d'Hespanha, como D. João previo, sustentou suas pertenções com actividade, se não foi com energia; a Portugal mandou muitos corpos invasores; estabeleceo relações com a rainha Dona Leonor Telles, e fundou suas esperanças no odio que o mestre d'Aviz tinha inspirado á amante do conde Andeiro. N'isto não deo o rei d'Hespanha prova de verdadeira sagacidade; alternativamente protegido e abandonado por uma mulher, que a nação aborrecia, em breve se vio privado d'este auxiliar inconstante, porque, apesar dos partidarios, que tinha entre a nobreza, Dona Leonor, que o povo já não queria, foi levada a Tordesillas, e de lá á Sevilha, onde devia acabar a sua existencia politica, muito antes que a morte a riscasse completamente da lembrança dos mesmos homens, que tinhão sido seus mais fervorosos partidarios.

Porem n'este lugar os acontecimentos são numerosos; seria preciso referir as acções successivas, que houverão entre os Portuguezes e os Castelhanos; as victorias parciaes, que

na Brites. Dona Leonor d'Alvim falleceo dando-a á luz, e ella casou com D. Affonso, filho d'ElRei D. João I, que depois de ter o titulo de conde de Barcellos, veio a ser primeiro duque de Bragança: sabido é quantos principes descendem d'esta casa. Os antigos historiadores applicão ao condestavel as palavras do psalmista: *Potens in terra erit semen ejus, generatio rectorum benedicitur.*

em diversos pontos alcançou o grão mestre e D. Nuno Alvares Pereira; a invasão, que ElRei d'Hespanha julgava definitiva; o cerco, que elle poz a Lisboa; a inutilidade de seus esforços diante d'esta grande cidade. Seria preciso fazer menção da horrivel peste, que um momento auxiliou os Portuguezes contra seus numerosos aggressores; da retirada d'ElRei d'Hespanha; dos prolongados esforços, inspirados por uma raiva impotente. Estas narrações, apresentadas por cronistas contemporaneos, serião certamente ferteis em episodios dramaticos; porem elles dizem principalmente respeito a Portugal, e desejamos chegar quanto antes a esses successos d'uma ordem superior, que não só interessão a Portugal, mas ao mundo inteiro. Sem embargo do pouco espaço, não passaremos em silencio nenhum dos grandes acontecimentos que tem immediata connexão com a gloria de D. João I. Um d'esses acontecimentos sobresae a todos, é a eleição popular, que lhe deo a corôa. Dezoito mezes passárão n'essas luctas, que rapidamente havemos mencionado; o grão mestre tinha tomado gosto ao poder; o povo tinha-se affeiçoado sobremaneira ao grão mestre; o pacto tacito estava approvado, só se tratava de legitimar os desejos do defensor e a escolha da nação. D. João teve a felicidade d'encontrar uma habil locução e um espirito resoluto no famigerado João das Regras, que o auxiliou com a sua eloquencia, como D. Nuno Alvares Pereira o havia ajudado com a espada. Convocárão-se cortes em Coimbra; facilmente se frustrárão as pertenções da infanta Dona Beatriz; mas tratava-se de provar que os dous filhos de Dona Ignez de Castro não tinhão direito á coroa (1). O casamento, que le-

(1) Ao particular obsequio do sabio achivista de Cambraia devemos um dos mais curiosos documentos ineditos, que se tem conservado á cerca d'este periodo da historia de Portugal. E' a copia do interrogatorio do confessor de D. Diniz, segundo filho de Dona Ignez de Castro, que fugindo d'Inglaterra, onde não se julgava em segurança, naufragou á vista de Midlebourgo, e foi roubado por pescadores flamengos. Por esta curiosa passagem se vê como o infante D. Diniz se arrogava a uma legitimidade, que se devia recusar ao



Sá Lith. *Imprença Nacional.*

D. João 1.º

gitimava D. João e D. Diniz foi solemnemente negado, e escusado o juramento prestado outr'ora pelo bispo da Guarda. D. João mestre d'Aviz, foi acclamado rei de Portugal no anno de 1385. Tinha vinte e oito annos quando ouvio soar as palavras sacramentaes da acclamação na igreja de São Francisco em Coimbra, onde se havião congregado as cortes (1).

O mestre d'Aviz, elevado a rei, não foi ingrato para com os homens, que o tinhão sustentado, ou antes manifes-

infante D. João, e que ao mesmo tempo o tornava caro ao povo e formidavel ao mestre d'Aviz. « *Dicit ulterius, super his interrogatus, quod ille Petrus defunctus rex duas habuit uxores, primam vide-licet Constantiam, ex qua procreavit filium suum Ferrandum solum, qui per novem annos regnavit rex Portugalie. Quo si quidem constante matrimonio dictus rex Petrus adulterium commisit cum quadam Agneto nuncupata, ex qua genuit filium adulterinum Johannem, in Hispania regentem; deinde Constantia predicta ab humanis astracta que erat soror matris regis moderni Castelle, dictus Petrus rex duxit in uxorem memoratam Agnetem suam amisiam, et ex illa procreavit Dyonisium sepedictum in legitimo matrimonio.* »

Segundo o theor d'este importante documento, o infante D. Diniz retirado em Heapanha, prestou fé e homenagem a ElRei de Castella; e no reinado de D. João I recusou, em Porugal, tomar armas contra este monarcha. Tornado suspeito ao fundador da casa d'Aviz, o infante D. Diniz veio a inspirar verdadeiros receios a um irmão mui poderoso. D. João se livrou d'elle incumbindo-o de certa missão para o rei d'Inglaterra. Chegado a Plymouth, foi avisado por alguns fidalgos portuguezes de que não se apresentasse a este monarcha sem d'elle obter um salvo-conducto: como este salvo-conducto não chegava, D. Diniz embarcou para Flandres, naufragou, permaneceo algum tempo como captivo entre os pescadores de Midlebourgo, e foi mui feliz d'encontrar mais tarde asilo em Hespanha. D. Diniz é o fundador da casa de Villar. que por elle descende em linha recta de Dona Ignez de Castro.

(1) Pedro de Mariz, que muitas vezes recolheo curiosas tradições sobre a historia do paiz, nos representa D. João indo para as cortes de Coimbra, acompanhado pelos mancebos da cidade, vestidos de gala, os quaes bradavão *Portugal! Portugal! por D. João nosso rei!* A antiga nobreza permanecia muda, mas a geração nova era por elle. Vid. *Dialogos de varia historia*, edicção de 1648, p. 127.

tar o seu reconhecimento era uma necessidade n'aquelle nobre coração: investio D. Nuno Alvares Pereira da dignidade de condestavel do reino, e o fez além d'isto seu mordomo mór: a João das Regras commetteo o cargo de chanceller.

Indispensavel era sustentar com as armas na mão uma corôa assim outorgada pelo povo: bem o sabia D. João, porque em quanto em Coimbra lhe chamavão rei, o monarcha de Castella lhe contestava esta dignidade suprema. A batalha de Trancoso, em que os Hespanhoes forão derrotados, deve ser referida a esta epoca memoravel. D. João I. tinha partidarios cheios de ardor, mas carecia de dinheiro, porque as riquezas, que seu pai accumulára, tinhão-se consumido no reinado precedente. Mandava soldados valentes, mas não possuia fortalezas, porque todas as praças importantes reedificadas por D. Fernando estavão pela rainha ou por ElRei d'Hespanha. Graças á firmeza d'alma de D. João, graças ao valente braço, que armou com a espada de condestavel, elle soube passar sem tudo isto: em poucos mezes sujeitou ao seu domirio muitos lugares importantes; subjugou tambem espiritos rebeldes, e chegado que foi o dia d'uma batalha decisiva, este dia o achou assás fortalecido pelo amor de seus vassallos, para que nada tivesse a temer dos inimigos da independencia.

Havia com tudo ElRei de Castella ajuntado um exercito respeitavel, que marchava para as fronteiras de Portugal, ao passo que uma armada, que póde ser reputada como uma das mais consideraveis que até áquelle tempo se tinhão apparelhado na Peninsula, veio ancorar no porto de Lisboa. Tão pouco esqueceo o monarcha hespanhol tudo o que podia cooperar para o bom exito da sua causa, que não se descuidou de buscar auxiliares estrangeiros, e de fazer uso de novas machinas, descobertas recentemente pelo genio militar d'aquella epoca: affirmão que D. João trazia no seu exercito algumas peças d'artilheria.

O mestre d'Aviz (assim lhe chamavão ainda seus inimigos) só podia oppôr na apparencia mui fracos recursos ao for-

midavel exercito hespanhol; porem estava rodeado de *puro amor*, como diz um antigo cronista, e tanto bastou para que alcançasse uma victoria duravel, porque fundou a sua dynastia.

A 15 d'agosto, o pequeno exercito de D. João I, que constava de pouco mais ou menos de onze mil homens mal armados, se achou, não longe d'Aljubarrota, em frente do exercito hespanhol, composto de trinta e trez mil homens effectivos para combater. Porem a multidão, que de todos os pontos de Hespanha se lhe foi encorporar, subia a mais do dobro, visto que Faria e Souza, tão minuciosamente informado, a eleva a noventa mil homens. Sem embargo da immensa vantagem do numero, não querião os conselheiros d'El-Rei de Castella aceitar batalha; lembravão-se de que entre os inimigos havião soldados afeitos a vencer; vião na posição determinada do exercito de D. João I uma d'essas resoluções guerreiras, que dispersão as multidões; os Hespanhoes forão em fim compellidos a acceitar a decisiva batalha, que os Portuguezes lhes offerecerão.

A batalha d'Aljubarrota ficou, na lembrança dos povos da Peninsula, como a mais alta expressão do espirito cavalleiroso, que dominava então. Antes de se travar a peleja, D. João I com a sua propria mão armou muitos cavalleiros; e entre os nomes, conservados pelos cronistas, ha muitos illustres nos outros paizes; um dos sobreditos nomes é sobretudo cáro a Portugal, porque apresenta uma nobre ficção, cunhada do espirito d'aquelles tempos: Vasco de Lobeira pelejou como cavalleiro antes d'escrever como poeta (1).

Tudo n'esta batalha traz á memoria a exaltação cavalleirosa; tudo, até o nome do corpo dos melhores combatentes. Camões celebrou esta brilhante phalange dos *namorados*,

(1) O author do *Amadis de Gaula*, que se deixou talvez inspirar da narração d'algum trovador picardo, mas que na realidade fez uma obra portugueza, ou um romance escrito em galego, esteve n'aquella celebre batalha.

que se cobrio de gloria durante a peleja, e que os ministreis do decimo quinto seculo rodeárão d'uma lembrança poetica.

Dividio ElRei D. João I o seu exercito em trez corpos: a ala esquerda, que formava a vanguarda, era commandada por D. Nuno Alvares Pereira, e constava de setecentas lanças: a ala dos namorados era a direita, e tinha por chefes Mem Rodrigues e Ruy Mendes de Vasconcellos: na retaguarda dos cavalleiros marchavão os besteiros e peões: entre estes e os cavalleiros havia grande espaço. O terceiro corpo, cuja extremidade tocava quasi a vanguarda, constava tambem de setecentas lanças e era reforçado pela infanteria. A marcha do inimigo obrigou logo a mudar estas disposições, e tal foi o movimento, que se fez, que o exercito portuguez ficou com o ardente sol d'agosto pela frente, e era ao mesmo tempo incommodado pela poeira, que alevantava o exercito castelhano.

Declinava o dia quando os dous exercitos começárão a vir ás mãos. Tinhão os Hespanhoes, segundo dizem, dezeseis peças d'Artilheria, as primeiras, que se virão em Portugal, as quaes disparárão no principio da batalha, e uma balla matou dous irmãos, que marchavão na retaguarda. Este acontecimento no principio do ataque foi reputado por alguns soldados portuguezes como de funesto agouro; e um successo, em si mui simples, teria infundido em todo o exercito, o mais deploravel desalento, se um peão não annunciasse, com admiravel presença d'espirito, que n'esta circunstancia se devia ver um favoravel julgamento de Deos (1), porque os dous irmãos se havião, alguns dias antes, tornado réos do homicidio d'um sacerdote, que estava celebrando missa. Da parte dos Portuguezes, todos os homens de valor se achavão n'esta batalha, e D. Lourenço, o arcebispo de Braga, coberto com o arnez militar, andava de fileira em fileira destribuindo as indulgencias concedidas por Urbano VI aos que contra os Hespanhoes pelejassem; os Castelhanos seguião n'aquella

(1) Faria e Souza, *Europa Portugueza.*

epoca, como é notorio, o partido do antipapa Clemente. Não havia até ao habil jurisconsulto João das Regras quem não pertendesse mostrar que na occasião podia servir-se das armas para fazer triumphar suas opiniões politicas.

A melhor lança e a mais leal em todo o exercito portuguez, era a do joven condestavel; foi elle que na vanguarda fez recuar primeiro os Hespanhoes, que havião no começo da batalha obtido uma pequena vantagem: a phalange dos namorados, os soldados do estandarte verde, de modo admiravel auxiliárão o condestavel. Pelo que toca a ElRei, com a lança na mão apparecia em toda a parte bradando: *São Jorge! São Jorge! adelante! adelante, senhores!* Depois largou a lança para se servir da hacha d'armas, e foi n'este momento que indo a ferir um intrepido Castelhano, mancebo de grande valor, diz a cronica, chamado Gonçalez de Sandoval, este lhe arrancou a pesada arma com tal vigor, que do cavallo fez cair ElRei, que certamente teria perecido, se um cavalleiro, chamado Gonçalo de Macedo, não corresse a soccorrel-o. No mesmo instante em que Sandoval ía a ferir ElRei, caío aos golpes d'um Portuguez.

O estandarte de Castella acabava de ser derribado para não se tornar a erguer; o que entendendo o mórdomo d'ElRei d'Hespanha, Pedro Gonçalez de Mendoça, foi ter com o seu soberano, induzio-o a trocar a sua mula por um cavallo de batalha, e esta precaução salvou ElRei d'Hespanha. O esforço dos Castelhanos augmentou; virão-se admiraveis acções de resignação e valor praticadas por alguns Hespanhoes; o que não tolheo que o pequeno exercito de D. João I alcançasse uma completa victoria. Todos os Portuguezes, que havião seguido o partido de Castella, perecerão valorosamente; tambem os matavão quando os fazião prisioneiros, e d'este modo acabou, sem embargo das precauções d'ElRei, o irmão do mais leal cavalleiro, que militava no exercito portuguez, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

O historiador, que nos parece haver recolhido as mais circunstanciadas noticias ácerca d'esta batalha, Faria e Sou-

za, diz que nunca se soube exactamente qual fora a perda dos Hespanhoes. Consta todavia que perto de trez mil lanças lhes faltárão. Um cunhado d'ElRei, o marquez de Villena, primeiro condestavel de Castella, acabou na batalha; D. João de Castella, filho do senhor de Biscaia; e D. Fernando, que pertencia á familia real, tambem n'ella morrerão, com grande numero de cavalleiros, entre os quaes se achavão muitos Francezes e alguns Navarros. Pelo que toca a ElRei D. João, aproveitou a prudente previdencia do resoluto Mendoça, que acabou na acção, e fugio á redea solta para Santarem, que ainda estava pelos Hespanhões. Uma carta do arcebispo de Braga, que faz mais honra ao genio lédo d'este prelado que á sua habilidade como escritor, nos representa o monarcha fugitivo desesperado arrancando a barba, e maldizendo o dia em que havia entrado em Portugal. O rei d'Hespanha buscou acolher-se a Santarem, para logo d'ali se ausentar, e tentar o seu embarque na armada surta no porto de Lisboa, o que pôde effectuar. Chegado que foi a Hespanha, dolorosamente se convenceo do desprazer, que lá reinava: a nova do desastre d'Aljubarrota havia excitado um tumulto do povo, e a vida da propria rainha Beatriz esteve em risco.

Pelo que diz respeito a ElRei D. João I, o seu throno estava consolidado. Este monarcha demorou-se trez dias no campo da batalha, conforme o costume d'aquelles tempos; recolheo um importante despojo, e affirma um antigo historiador que carregou de tropheos as arvores da floresta visinha (1). Estes tropheos annunciavão que no porvir a dynastia d'Aviz reinaria livremente em Portugal. Mais tarde o enthusiasmo guerreiro dos dous homens, que tão bem havião pelejado em Aljubarrota, se manifestou por um duplicado pensamento religioso. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira

(1) Por largo tempo se conservou na Batalha o caldeirão de desmarcada grandeza, de que fazião uso no exercito hespanhol. O monarcha castelhano, cujo luxo era prodigioso, teve consideraveis perdas em alfaias de toda a especie.

mandou construir a igreja do Carmo, que uma espantosa catastrophe destruio. D. João I mandou edificar, no sitio em que se havia dado a acção, o convento da Batalha. Uma foi derribada por um terremoto; a outra dura ainda, como prova clara do que podião fazer pelas artes aquelles tempos de fé e cavallaria: ao aspecto d'este magnifico monumento póde-se ainda dizer o que no decimo quinto seculo dizia o cardeal Vicente Justiniano: *Vidimus alterum Salomonis templum*. E' para recear que as revoluções politicas, tão formidaveis aos monumentos como as commoções da terra, não destruão lentamente este admiravel mosteiro, que nunca se acabou. Esperamos que os homens generosos, que n'estes derradeiros tempos tem elevado uma voz energica em favor dos monumentos historicos de Portugal, saberão preservar este (1).

Opposições entre ElRei e o Condestavel. Casamento de D. João I.

Insistimos sobre um successo tão importante como o que deo a coroa a uma dynastia nova; mais concisos seremos na avaliação das circunstancias, que a este grande acontecimento succederão. A guerra durou ainda algum tempo, e com bom exito. O condestavel continuou a dar evidentes provas de valor: entrou na provincia da Estremadura, e completamente derrotou os grão mestres de Calatrava e São Thiago. Este intrepido capitão, a que os Portuguezes attribuem toda a especie de heroismo, quiz haver-se com liberalidade real

(1) Vejão-se no Panorama os artigos intitulados: — *Mais um brado em favor dos monumentos.* — Lembraremos, de passagem, que um erudito prelado, conhecido pelo seu elegante estilo, offereceo uma historia completa do convento da Batalha, nas *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa.* Além d'esta descripção, existe o excellente trabalho de Murphy, conhecido de todos os que se occupão da bibliographia das artes. No seu *Agiologio Lusitano*, Cardoso conservou particularidades hoje mui preciosas, á cerca do magnifico templo em que jazia o condestavel. Vid. o t. III.

a respeito dos que o tinhão servido; generosamente deo a maior parte das terras, que ElRei lhe outorgára; mas deo-as talvez como soberano, e não como vassallo. Suscitárão-se opposições entre os dous homens, cuja união fizera o poder; descontente o condestavel, um momento esteve a ponto de se ausentar da patria. D. João I comprehendeo então o que similhante perda seria para elle e para Portugal: fez concessões, e soube conservar o amigo fiel. Parece que o digno condestavel quiz punir-se de tal movimento d'orgulho: alguns annos depois, recolhido no seu convento do Carmo, vestido com o habito religioso, exigia que o privassem de todos os titulos, e lhe chamassem simplesmente Nuno. Se não lho houvessem tolhido, de esmolas se manteria, e mendigando teria ido morrer a Jerusalem (1). E com tudo um dia o seu antigo valor, que o não tinha abandonado um momento, se despertou á nova d'uma ameaça de hostilidades: D. Nuno deo ainda um brado sublime contra os Hespanhoes. Quando veio a fallecer, a nação o chorou como seu libertador e o honrou como santo (2).

(1) Celebrava o povo a sua festa muitos annos depois da sua morte; e durante o decimo setimo seculo ainda se cantava em honra de Nuno Alvares Pereira uma cantiga popular em que o tratavão de *condestabre santo.*

(2) Lia-se outr'ora na igreja dos religiosos Carmelitas de Lisboa o epitaphio do grande homem, concebido n'estes termos;

Nun' Alvares Pereira,
Condestabre de Portugal,
Jás aqui d'esta maneira
Que foi na batalha real,
A mais singular bandeira.
Capitão mui valeroso
E por tal muy conhecido
O qual nunca foi vencido
Mas sempre victorioso
Dos inimigos mui temido.

Vid. Cardoso, *Agiologio Lusitano.* Refere o mesmo author, que

Não podia a vida de D. João I extinguir-se no repouso monastico; era ainda destinada a grandes acontecimentos. Certo de possuir o throno, o joven rei alcançou dispensa do voto de castidade, que fizera como grão mestre, e esposou no Porto, a 2 de fevereiro de 1387, Dona Felippa, filha do duque de Lancastre. Graças a esta alliança, tão fertil, tão ditosa em tudo para o paiz, D. João I pôde recuperar todas as cidades e praças, que os Hespanhoes havião tomado a Portugal. O duque de Lancastre interveio; houverão proposições de paz; assignou-se logo uma suspensão d'armas (1): quebrantada todavia por diversas circunstancias, a paz só se estabeleceo entre os dous reinos no anno de 1399.

Os filhos de D. João I.

Foi D. João I. grande por si mesmo, mas tambem o foi pelos homens da sua geração; é na verdade d'esta descendencia que se deve repetir a que um author italiano dizia dos valentes do seu seculo: *Ecco uno esercito d'heroi.* Para comprehender a historia d'este periodo, indespensaveis são algumas circunstancias biographicas, que rapidamente vamos offerecer. Houve D. João I. outo filhos do seu casamento com Dona Felippa. Não fallaremos aqui da infanta Dona Branca, que nasceo em 1389, nem do infante D. Affonso, nascido em Santarem em 1399, e reconhecido como herdeiro do reino: a infanta falleceo em tenra idade, D. Affonso só viveo dez annos. Tambem não faremos aqui menção de D. Duarte, por que o seu reinado hade ser objecto d'um exame especial. O primeiro principe, que depois se apresenta, é um d'esses ho-

por um buraco praticado no angulo da sepultura tiravão terra da que cobria o condestavel, e que a veneravão entre o povo como preciosas reliquias.

(1) Inculcaremos aos curiosos o texto d'este tratado, cujas clausulas impossivel é reproduzir aqui; elle existe na bibliotheca real, com muitos documentos importantes relativos á historia de Portugal, sob o n.° 10,245. Veja-se tambem o *Quadro elementar.*

mens nunca assás louvados, diz o poeta; e com tudo, por uma fatalidade, que nada se póde explicar, a sua fama não sôa fóra do paiz, que elle contribuio para illustrar. A sua biographia é ignorada em França, e não se encontra nas historias o seu nome. Nascido em Lisboa a 9 de dezembro de 1392, elle foi, como seus irmãos, o objecto da constante sollicitude, que animou Dona Felhipa de Lancastre, senhora de não vulgar merecimento, que nada esqueceo para accelerar o desenvolvimento intellectual de seus filhos. D. Pedro, que veio a ser duque de Coimbra era um litterato admirado dos sabios, habil musico, e poeta, cuja fama não se acha inteiramente extincta (1): as cronicas contemporaneas fallão ainda das suas traducções de Cicero, e da sua habilidade em tanger certos instrumentos; um excellente livro da Bibliotheca real, mais raro que muitos manuscritos, prova de que capacidade philosophica era dotado aquelle espirito eminente. O infante D. Duarte, que herdou a coroa, conheceo a nobreza do grande coração de D. Pedro; e algumas palavras do *Leal Conselheiro* (2) bastarião para fazer amar aquelle, que um irmão trata com indizivel ternura. O que geralmente se ignora em França, é a parte, que a D. Pedro cabe nos brilhantes successos de D. Henrique, porque desde 1424, andou

(1) Suas obras poeticas pódem reputar-se como um dos primeiros monumentos da imprensa, introduzida em Portugal pelos ultimos annos do decimo quinto seculo. Algumas pessoas fazem subir a introducção d'esta arte ao anno de 1461, e recorrem como prova ao indice executorio de D. João Manoel, bispo da Guarda, documento, que tem a data de 13 d'outubro de 1461, e que é relativo á tonsura. Diz que os clerigos usarão — *corca aberta tão grande e tão redonda como a redondeza em fim d'aquella carta impressa.*

Trata-se aqui do circulo formado pelo scello de chumbo do breve pontificio.

O mais antigo monumento com data é o edit. das prophetas. Leiria 1494.

(2) O *Leal Conselheiro*, obra d'este principe, publicada simultaneamente em França e Portugal, sobre o manuscrito da Bibliotheca real.

viajando, por espaço de quatro annos, e visitando os mais importantes reinos da Europa, e as terras mal conhecidas do Oriente, e em Veneza lhe offerecerão um precioso exemplar das viagens de Marco Polo (1), e tambem dous mappas, que por largo tempo forão o ponto de partida de certos sabios (2) quando pretendião explicar os descobrimentos do decimo quinto seculo. A influencia do viajante veneziano é muito mais certa, e foi precioso exemplar de Marco Polo, trazido por D. Pedro, que servio ás meditações do illustre infante desterrado por amor da sciencia sobre um rochedo deserto de Sagres.

D. Henrique, ou, como se lê nos manuscritos coevos, o senhor D. Amrrique, seguio de perto o quarto filho de D. João I: nasceo no Porto segundo algumas opiniões, em Villa Viçoza segundo outras a 4 de março de 1394. Tinha-se applicado especialmente ás mathematicas, assim como seu irmão se havia dado aos estudos litterarios. Azurara, Barros e Goes, desde a origem o representão meditando em Ptolomeu, não desprezando nenhum dos historiadores e cosmographos, que podião ajudar a sua inclinação para a geographia. O illustre D. Henrique predomina n'um periodo inteiro d'esta historia. Contentar-nos-hemos com referir n'este lugar que foi dez annos depois da volta de seu irmão, em 1438, que elle chamou Jacomo de Malhorca, e instituio a celebre escola nautica de Sagres, cuja fama dura ainda, mas de que a existencia é reputada como problematica por certos escritores estrangeiros.

O infante D. João nasceo em Santarem no anno de 1400; collocado a par de seus irmãos, pouco ha que dizer a seu res-

(1) As peregrinações do infante D Pedro tem passado ao estado de fabulas populares. Veja-se o que dissemos á cerca do livro apocrypho em que ellas estão referidas, no *Mundo encantado, Cosmographia e Historia natural fantastica da idade media*, p. 314.

(2) Vejão-se *Memorias de Litteratura*; veja-se tambem o que diz sobre o mesmo assumpto Antonio Galvão. *Descobrimentos em diversos annos*, p. 22. O cabo da Boa Esperança estava assignalado, segundo dizião, nos ditos mappas.

peito, a não ser que com o andar do tempo foi o terceiro condestavel do reino, e que, como todos os homens da sua geração, se mostrou intelligente e valoroso.

Segue-se immediatamente D. Fernando; o que devia ter o titulo de santo, com tão justa razão, e que um illustre poeta hespanhol celebrou sob o nome de *Principe Constante*, o irmão amado de D. Duarte, nascéo em Santarem em 1402, e recebeo por apanagio o grão mestrado da ordem d'Aviz.

Na epoca em que D. João I não era mais que grão mestre, isto é, muito tempo antes do seu casamento, houve d'uma nobre senhora, chamada Dona Ignez Pires, um filho, que teve o nome de D. Affonso, o qual nasceo em 1370. Este principe esposou, em 1401, a filha unica do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e foi elle o primeiro que usou o titulo de duque de Bragança (1).

As proprias mulheres d'esta familia participavão dos pensamentos sublimes, das virtudes cheias d'energia de que a rainha dava o exemplo; e sem fallar da condessa d'Arundel, filha bastarda, cujo destino mal foi conhecido, lembraremos que a infanta Isabel, que em 1430 esposou Felippe o Bom, era um d'esses espiritos varonís, que nenhuma difficuldade faz recuar. Mâi do *Temerario*, seu filho com prazer lembrava que por ella era parente do principe, que tinha sabido conquistar um throno.

Caracter de D. João I; espirito, que reinava na corte.

Quem hoje pretendesse obter uma idéa do modo austero e judicioso porque estes principes forão educados, deveria

(1) Uma especie de lenda, admiravelmente referida nos antigos historiadores, dá por mâi ao duque de Bragança a filha d'um rico cordovaneiro de Faro, a qual se recolheo mais tarde n'um convento.

consultar o Leal Conselheiro, livro composto para o herdeiro do throno. Ali veria que D. João I, principe litterato, visto que compoz um livro sobre a caça, era assás instruido para desprezar as superstições propagadas pela astrologia, e que, auxiliado pela admiravel princeza, que com elle occupava o throno, havia já ajuntado em Portugal todos os elementos do desenvolvimento intellectual, que ía manifestar-se com tanto explendor. N'aquelle excellente livro de philosophia pratica, escrito por um rei, é que se pódem penetrar os segredos d'essa vida moral, que por tão largo tempo se desconheceo. Era certamente uma epoca insigne aquella em que o soberano repetia a seus filhos: « *Lembrai-vos que de todas as cousas, de que póde resultar, quebra da honra, ainda que ellas vos pareção de pouca monta, deveis guardar-vos como se fossem perigosas; e que pelo contrario, se uma cousa é grande só na apparencia, ainda que d'ella não se póde descobrir o damno, convem desprezal-a.* » Era uma epoca de força verdadeiramente varonil, e ao mesmo tempo de pureza christã, aquella em que o filho d'este grande rei podia dizer: « Não ha n'esta corte mulher, que uma lingua calumniosa possa infamar (1). »

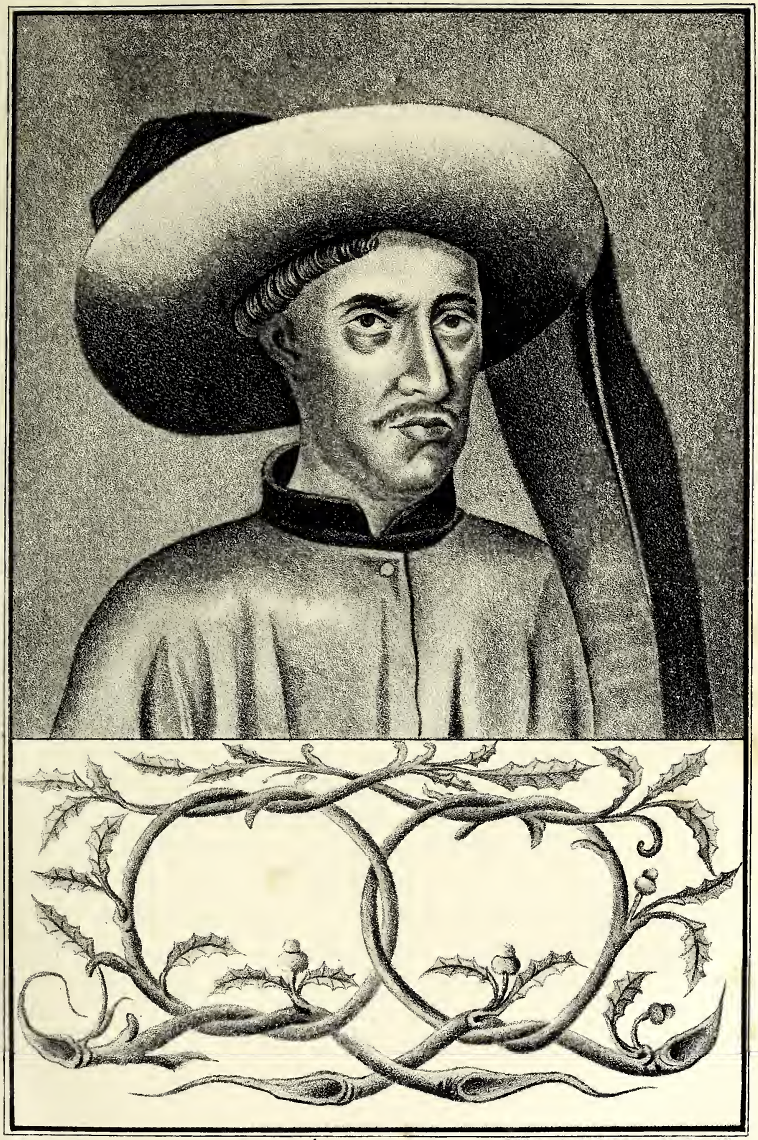
A barbaridade com tudo misturava-se ainda a esta pura expressão da honra cavalleirosa, a esse pensamento ideal da vida christã, que Dona Felippa de Lancastre inspirava a tudo o que a rodeava. Um successo mal conhecido d'isto nos offerece a prova: em 1389, uma dama da rainha, celebre por sua formosura, Dona Beatriz de Castro, se deixou seduzir pelas expressões affectuosas de Fernando Affonso, camareiro d'ElRei, mancebo afamado pela nobreza de suas maneiras, diz a cronica: Dona Beatriz de Castro admittio no seu quarto, por uma noite, o homem, que havia distinguido. Informado d'isto ElRei, o cavalleiro foi reprehendido; porem o amor prevaleceo, Fernando Affonso esquecco as pa-

(1) Veja-se o *Leal Conselheiro*, edição publicada pelo senhor Roquette.

lavras do monarcha; mas devia lembra-se de que o mestre d'Aviz não hesitára quando foi precizo, em ferir o adultero quasi nos degráos do throno. D. Fernando continuou suas visitas nocturnas á dama da rainha, pelo que D. João I o mandou prender; porem no caminho elle conseguio fugir, e entrou na igreja de S. Eloi. Avisado ElRei d'esta circunstancia no momento, em que despertava d'uma profunda sesta, a pé como estava se encaminhou á igreja, e mandou arrancar o criminoso d'uma estatua, a que se havia agarrado, que estava colocada sobre o altar mór. D. Fernando Affonso da prisão mandou perguntar a Dona Beatriz, se para se salvar lhe era permittido dizer que com ella estava unido pelos vinculos do matrimonio; a resposta foi que era d'absoluta necessidade dizer tudo o que podesse inventar para salvar a sua vida, mas nem esta adesão, nem a intercessão de toda a corte, sem exceptuar a propria rainha, o livrou de ser queimado no seguinte dia na praça do Rocio, onde foi levado precedidos dos pregoeiros publicos. Temendo que o rei lhe fizesse padecer o mesmo supplicio, Dona Beatriz lhe mandou perguntar o que a seu respeito determinava, respondeu-lhe ElRei que não queria para ella outro castigo, mas que a lembrança de haver pertencido a um homem de baixa condição, sendo ella de tão elevada jerarchia (Dona Beatriz era parenta d'ElRei).

Expedição contra Ceuta. — Tomada da cidade pelos Portuguezes. — Valor do infante D. Henrique.

As informações, que acima damos mostrão que nos temos applicado muito mais, n'esta noticia, a patentear certos pontos ignorados da historia, a fazer conhecer a vida intima do povo, a mostrar o caracter dos principes, a fazer mesmo sobresair os costumes particulares aos seculos, do que a escrever a historia propriamente dita das batalhas ou dos grandes successos politicos geralmente conhecidos. Se retrogradamos, com tudo, alguns annos á epoca da extrema mocidade d'es-



Sá: Lith.

Off. de M.L.R N dos M.es N.o 12

D. Henrique

tes infantes, cuja biographia rapidamente offerecemos, encontramos um d'esses acontecimentos essenciaes da historia, cujas consequencias tem tal gravidade, que basta indicar o successo para attrahir a attenção do leitor.

Em 1415, Portugal, seguro da paz com Castella, tinha chegado a um alto gráo de prosperidade; D. João I no auge da gloria, meditava talvez já em grangeál-a para seus proprios filhos, quando estes cançados do estudo se lembrárão de tentar os perigos d'uma especie de crusada, d'uma guerra contra os musulmanos, sempre justa aos olhos dos christãos d'aquella era; querião os infantes ser em fim armados cavalleiros, e pretendião sel-o depois d'algum feito d'armas importante. Alguma difficuldade tiverão elles em infundir o seu enthusiasmo no animo de seu pai; mas este, depois de consultar a consumada sabedoria do seu antigo companheiro d'armas, cessou de fazer-lhes objecção; e logo que D. Nuno Alvares Pereira fallou, a expedição de Ceuta foi resolvida.

Nenhuma das precauções, que a experiencia militar podia sugerir, foi esquecida, e sobre tudo de modo admiravel se guardou o segredo da expedição. A' nova dos immensos preparativos, que em Portugal se fazião, das forças navaes, que se apercebião, muitos estados da Peninsula se assustárão; o rei de Granada, que via o seu throno ameaçado, mais que os outros sentia augmentar o seu terror: a Lisboa enviou embaixadores, com intento de penetrar o grande segredo, cujas consequencias receava. Dirigio-se á rainha, aos infantes, mesmo aos grandes do reino, offerecendo magnificos presentes; porem vio frustradas suas diligencias. O habil monarcha deixou correr a fama de que a expedição era destinada a levar a guerra á Hollanda.

Com tudo um acontecimento deploravel esteve a ponto de demorar por largo tempo no porto a armada esquipada com tamanhos gastos, o brilhante exercito naval, sobre que toda a Hespanha tinha então os olhos fitos. Reinava a peste em Lisboa, e a rainha foi acommettida d'este mal. Desde que a

enfermidade se manifestou, sua alma forte com admiravel tranquillidade d'espirito encarou o perigo, que a ameaçava. Nada ha mais pathetico, na relação prolixa das cronicas, que a passagem em que se faz menção da morte da rainha; nada offerece mais alta idéa do caracter d'esta illustre senhora, que as derradeiras expressões do seu amor a ElRei. A rainha prognosticou então a gloria de que os Portuguezes ião cobrir-se, e não quiz que a sua morte retardasse um só momento a expedição. Dona Filippa de Lancastre expirou em Sacavem, a 18 de julho de 1415; e um dos mais insignes escritores de Portugal em termos admiraveis referio as derradeiras horas, que ella passou na terra.

Profunda magoa affligio D. João I; porem o seu pezar foi o d'uma alma energica, que bem conhece os deveres d'um rei. Depois de haver dignamente honrado a memoria d'aquella, que amava com ternura, ordenou em continente que a armada se empavezasse, e que todo o exercito vestisse galas; os proprios principes, despindo o lucto, se adornárão com esplendidas armas. Em fim os duzentos vasos, de que a armada constava, se afastárão das costas de Portugal, navegando para Africa.

Rapidamente passaremos por esta memoravel viagem, fertil em curiosos incidentes; não referiremos essas espantosas tormentas, que, enganando os Mouros sobre o fim provavel da expedição, contribuirão por certo para o bom exito de ataque, que se meditava. Poremos de parte as discordias, que se suscitárão entre os chefes da expedição; aqui só cumpre trazer á memoria a inflexivel vontade de D. João I, e a constancia, que o infante D. Henrique soube oppôr, a pezar da sua verde idade, ao impeto das ondas e ás vontades dos homens (1).

(1) Um escritor do decimo quinto seculo, cujas narrações d'aqui em diante se hão de lêr mais d'uma vez n'esta exposição das primeiras conquistas da nação Portugueza; Gomes Eannes d'Azurara, refere, assim como Matheus de Pisano, o que succedeo durante a expedição. Se o escritor não é mui parcial, D. Henrique foi o

Tomada da cidade de Ceuta.

Ceuta era então a mais importante cidade d'esta parte d'Africa; basta lêr Leão o Africano para vir no conhecimento da sua importancia. Achava-se a referida cidade defendida por um famigerado *xèque*, conhecido pelo nome de Çala ben Çala. A reputação militar de D. João I infundio no animo d'este chefe um terror mui funesto aos Mouros, visto, que elle abandonou á cidade commettida a seus cuidados. Pelo contrario, ElRei deo logo clara prova da sua sagacidade, escolhendo o sitio em que se havia de praticar o desembarque: mostrou tambem grande energia, não variando no seu primeiro intento, e persistindo no projecto de pôr cerço á cidade, mesmo quando homens emminentes, e que tinhão voto no conselho, de tal pretendião dissuadil-o. Havia D. João I promettido ao infante D. Henrique, que a seu mando tinha já uma das divisões navaes, deixar-lhe o commando no ensejo do primeiro ataque; ElRei cumprio a sua palavra, e o infante se cobrio de gloria no começo da peleja. Não insistem commummente os escritores n'este periodo da vida d'um principe, que folgão de rodear d'uma gloria scientifica; mas é certo que o infante levou o seu valor até á temeridade, e que por algum tempo foi visto sustentando só o peso dos Mouros n'uma das estreitas ruas de Ceuta. A erudição moderna poderá encontrar em alguma livraria ignorada novas noticias, que fação participar a algum Genovez ou Veneziano da honra das expedições scientificas protegidas pelo infante D. Henrique; todavia nada poderá prival-o da gloria, que lhe resulta, de haver primeiro conquistado, com as armas na mão, a terra, de que havia de tomar posse pelas diligencias mais vagarosas da intelligencia. D. Henrique foi admiravelmente

heroe da empreza. Veja-se a excellente collecção das *cronicas portuguezas* publicada pelo sabio Corrêa da Serra, sob os auspicios da Academia, e continuada por esta corporação; a sobredita collecção consta hoje de 5 vol. in 4.º

ajudado por D. Duarte, D. Pedro e D. Affonso, seus irmãos; e n'este cerco começou tambem a gloria de dous homens, que Portugal com orgulho menciona: Alvaro d'Almada, e Menezes. A cidade de Ceuta foi tomada aos 15 d'agosto de 1415 (1), sem que os Portuguezes tivessem a deplorar uma só perda d'importancia, visto que o numero dos mortos não subio a mais de oito soldados. Os mahometanos tinhão a lamentar uma ruina completa; e não se póde mesmo especificar bem a sua perda de gente; mas ella foi das mais consideraveis. O despojo tomado aos habitantes foi grande; porem, diz uma cronica, ainda maior foi o despojo espiritual, porque a mesquita principal de Ceuta se achou em continente convertida em igreja christã. Ali, perante os prelados, que havião acompanhado a expedição, D. João I armou cavalleiros a seus filhos, que depois armárão seus jovens irmãos d'armas.

D. João I não podia ter longa demora nas costas da Barbaria; era indispensavel que voltasse a reger seus Estados. No fim d'algum tempo o governo de Ceuta foi commettido ao joven D. Pedro de Menezes, com instrucções inspiradas pela mais alta sabedoria; e a 2 de setembro de 1415 o exercito embarcou. Poucos dias depois, a armada surgio gloriosamente nas costas do Algarve, e entrou no porto de Tavira.

Consequencias da expedição d'ElRei D. João I a Africa.

A tomada de Ceuta foi um successo de verdadeira significação para Portugal: é o que em termos sublimes exprimio um historiador moderno, que mui bem avalia os acontecimentos historicos. Por isso reproduziremos, ao menos em parte, o seu juizo sobre a ruina d'esta cidade musulmana, d'onde os

(1) O author, tão exacto, de *la Vida del Gran Condestable*, Mendes Silva, adopta esta data; porem observa que outros authores assignão o 21 d'agosto como o dia em que se alcançou aquella grande victoria.

christãos da Peninsula tinhão visto sair tantos conquistadores. « O pequeno e heroico exercito dos Portuguezes, diz o sobredito historiador, prostrou este espantalho dos ultimos seculos. Os destinos de Ceuta se achárão de repente maravilhosamente mudados entre as mãos dos Portuguezes. Esta cidade, pouco antes a chave dos Estados mahometanos, tornou-se o terror dos musulmanos; no porvir devia ser o baluarte do christianismo na costa d'Africa; para ElRei D. João I, conquistador d'aquella cidade, era uma garantia que seus successores, em perpetua lucta com os infieis, havião de reunir sempre novas regiões ao mesmo tempo christãs. . . . . Esta era ao mesmo tempo a primeira expedição maritima, a primeira façanha sobre um elemento a que os Portuguezes não estavão afeitos; porque a sua armada, incapaz de se dirigir, se deixou levar pela corrente do estreito (1). Ceuta foi para os Portuguezes o ponto de partida para conquistas remotas na costa d'Africa, e a tomada d'esta cidade, que encheo de jubilo e admiração todos os Estados christãos do Mediterraneo, devia produzir depois vastos projectos, afoutas emprezas, prodigiosas façanhas. Um novo campo estava aberto, o espirito e a actividade da nação recebia uma direcção nova. D'esde então os Portuguezes só fallárão d'expedições maritimas; Ceuta foi a primeira argola da longa cadêa, que maritimos Portuguezes estenderão em torno da costa d'Africa, e a ultima, sellada d'ouro, tocava no paraizo da India » (2).

Morte d'ElRei D. João I.

Depois da tomada de Ceuta, nenhum successo essencialmente memoravel illustra o reinado de D. João. Se tivessemos mais espaço, folgariamos de referir largamente as proezas cavalleirosas do illustre D. Pedro de Menezes, conde de

(1) Digamos com tudo, para sermos exactos, que os Portuguezes emprehenderão d'esde aquella epoca viagens mui difficeis.

(2) Vid Schoeffer, *Historia de Portugal*, traduzida em francez por M. Soulange Bodin.

Viana, e tronco da casa de Villa Real, que se jactava de defender a cidade novamente conquistada só com o seu bordão de zambujo, que bastava para atemorizar os Mouros: folgariamos tambem de fazer menção dos doze fidalgos, que forão a Inglaterra defender as damas vilmente ultrajadas, e que só voltárão á patria triumphantes. Estas particularidades comtudo pertencem mais á poesia que á historia. Assim, facil é conhecel-o, os derradeiros tempos em que D. João I viveo, forão empregados em cousas mais uteis que brilhantes. O velho rei deixava em torno de si agitar-se toda a mocidade bellicosa, e meditava antes no melhoramento material de seus estados que em novas emprezas. Uma das ultimas deliberações d'ElRei D. João I. foi que se adoptasse a era de Christo em vez da de Cezar, que até então se tinha usado. Era chegado o anno de 1433, e nada ameaçava a profunda tranquillidade do reino, quando ElRei foi acommettido da enfermidade de que morreo. Expirou ElRei D. João I na cidade de Lisboa aos 14 de agosto, com setenta e cinco annos d'idade, e quasi cincoenta de reinado. O povo lhe chamou *o rei de Boa Memoria.*

Reinado de D. Duarte. — Deploravel consequencia d'uma expedição a Africa. — Captiveiro do infante santo.

Não era difficil subir a um throno, que a mão poderosa de D. João I havia consolidado, e que a lança do santo condestavel tinha defendido. O successor do grande homem era um principe sabio, moderado, mais instruido que os soberanos do seu seculo; a estas qualidades annexava uma habilidade não vulgar nos exercicios da cavallaria, o que o fazia considerar como um principe perfeito. Começou D. Duarte a reinar aos 15 d'agosto de 1433, e desde o principio a sua administração foi tão prudente, que dizião que elle sabia melhor que seu pai a arte de reger um reino. Porem os reis como D. João I são raros; ainda não se tinha visto seu filho em acção. Este promulgou certamente excellentes leis contra o luxo, tolheo por



Michellis lith. Lith. R. N. dos M.tos N.º 12.

D. Duarte 1.º

seus decretos as dissipações excessivas dos grandes. Ainda fez mais, graças a suas judiciosas previsões, as leis, dispersas até então, forão coordenadas de modo que formassem uma especie de codigo nacional. Tudo isto não tolheo que o reinado d'ElRei D. Duarte, posto que tão curto, fosse assignalado por extraordinarias calamidades. Fallando d'este monarcha, da sua administração paternal, de suas virtudes privadas, do exemplo, que dava pela sua união com a rainha Dona Leonor (1), que cinco annos esposara, os escritores nacionaes tem por costume dizer: « Nada faltou a este principe para ser perfeito, senão que melhor fortuna o servisse. » Do que na verdade careceo, foi da vontade perseverante, que constitue os grandes reis.

A circunstancia em que elle deveria ter mostrado firmeza, foi quando o joven irmão, que amava, quando o illustre infante D. Fernando, que elle quereria ver rodeado do prestigio glorioso, que cingia os outros principes, lhe supplicou que o deixasse ír á conquista de Tanger. A sua razão illustrada, a sua instrucção pouco vulgar, lhe deixavão suspeitar os perigos da expedição; D. Duarte não pôde resistir ás instancias do joven principe, e ás supplicas ainda mais instantes do infante D. Henrique, que um occulto instincto impellia sempre para as praias d'Africa, fosse com armas na mão, ou pelos desejos da sua forte intelligencia. Debalde o infante D. Pedro, homem nascido para governar, se oppôz, com toda a energia da sua illustrada razão, á partida da expedição projectada; a sua voz não foi ouvida: im-

(1) Que tempo aquelle em que um rei podia dizer ácerca das mulheres: "Se dizem que são raras as boas, eu affirmo que ha muitas n'este caso; por quanto ao presente não conheço, nem oiço fallar de mulher de cavalleiro, ou d'outro homem em todos os meus reinos, que tenha fama contraria á honra e á guarda da lealdade: e ha mais de cem mulheres, que ElRei e a rainha meus augustos pais e senhores, que Deos em gloria haja, e eu mesmo havemos casado em nossos dominios. Aprouve o Deos Nosso Senhor que não houvesse uma só, que eu saiba, que depois de casada delinquisse.,, Vid. o *Leal Conselheiro*, p. 252.

porta com tudo dizer, para desculpar D. Duarte, que uma bulla emanada de Roma veio sanctificar a resolução de seus irmãos, e que a rainha Dona Leonor, sempre opposta a D. Pedro, ás diligencias dos dous infantes unio as suas: a expedição contra Tanger foi resolvida. Que se havia de fazer contra uma voz santa, que ás cruzadas impellia pouco antes? Que se havia de oppôr a tantos desejos piedosos, que para lograr seu intento empregavão o irresistivel ascendente d'uma mulher?

Tinha-se assentado que um exercito de quatorze mil homens pouco mais ou menos fosse enviado a Tanger. Esta expedição repugnava com o instincto do povo: no ensejo da partida, só appareceo, para ir á conquista d'uma das mais fortes cidades d'Africa, um exercito de oito mil homens. O primeiro desacerto, foi partir com tão poucos soldados; o segundo, não obedecer á judiciosa ordem d'ElRei, e não conservar uma communicação permanente com a armada, como elle havia expressamente determinado. Debalde obrou o infante D. Henrique prodigios de valor contra a multidão dos Mouros, que sem cessar renovavão suas forças para acommetter, debalde o ajudou o infante D. Fernando, que então se mostrou esforçado cavalleiro, indispensavel foi abandonar as praias d'Africa e salvar do perigo o pequeno exercito. O infante D. Fernando ficou prisioneiro, e em troca da sua pessoa os musulmanos imperiosamente exigirão que lhes fosse restituida a cidade de Ceuta.

O principe constante.

Não se encontra na historia de Portugal episodio mais pathetico que aquelle, que nos representa o joven principe a braços com o infortunio. Como mui bem notárão, o mesmo odio uacional se moderou, para deixar celebrar em versos admiraveis (1) aquelle sacrificio, cuja grandeza quer occul-

(1) Vid. o drama historico intitulado: o *Principe Constante*, uma das obras primas de Calderon de la Barca.

tar-se, mais de que o heroismo se mostra tanto mais quanto se manifesta com exemplo. Levado a Fez com alguns criados fieis, o infante D. Fernando foi ali, desde a sua chegada, objecto da mais deploravel perseguição. Obrigado a contentar-se com mui grosseiro alimento, compellido a sujeitar-se aos mais arduos trabalhos, D. Fernando oppôz uma invariavel constancia a todos os esforços, que fizerão para movel-o a esquecer a sua piedosa devoção. Por isso em fim o separárão de seus companheiros e o deixárão n'uma completa solidão. De todas as passagens d'esta historia, conservada pelo secretario do infante, é certamente a mais pathetica a que nos mostra o principe desafortunado, espreitando o momento em que algum feliz acaso lhe fizesse encontrar um de seus fieis Portuguezes, para aos que o acompanhárão dar alguma prova de gratidão, alguma animosa instrucção. Notorio era na patria o sacrificio do infante, e o povo avaliava a sua grandeza. O momento do resgate era por D. Duarte desejado; porem o poder ecclesiastico, consultado sobre a opportunidade de similhante transacção com povos infieis, se declarou contra. Admirando sempre o sacrificio piedoso de que o infante dava exemplo, a propria Roma affirmava que a nenhum principe christão competia restituir ao mahometismo mesquitas consagradas ao verdadeiro culto; e é o que teria succedido em Ceuta.

D'outra parte, quando no conselho se tratava da liberdade do principe, D. Duarte encontrava até na familia real violenta opposição. Debalde se dirigio elle a algumas almas sensiveis, que podião comprehender a sua ternura e a grandeza do sacrificio, que se devia talvez ao mudo heroismo do infante, falleceo-lhe a energia para seguir o impulso do seu coração.

O santo infante, porque já assim lhe chamavão, não proferio uma queixa contra o rigor do seu destino, ou contra a apparente indifferença de seus compatriotas. Depois de seis annos de captiveiro, soou em fim a hora do livramento: consumido por uma terrivel dysenteria, falleceo na prisão a cinco de junho de 1443, e mostrou bastante grandeza, em

quanto durou a experiencia suprema, para que o principe cruel, que governava em Fez, não deixasse de admiral-o sobremaneira. Este homem odioso reservava ainda assim um derradeiro insulto aos christãos: logo que soube da morte do infante, exigio que os Portuguezes, que estavão orando, e n'aquelle augusto semblante procuravão os signaes dos predestinados, exigio que aquelles servidores derramando lagrimas puzessem mãos com repugnancia sacrilegas sobre o cadaver de seu amo, e para um derradeiro ultraje o preparassem. Puderão elles todavia conservar o coração do preclaro infante, e em quanto o seu corpo, cheio de palha, e pendurado no muro, era o ludibrio do vento, elles com devoção ajoelhavão todas as tardes sobre a velha alcatifa, que occultava a reliquia sagrada. Alguns annos depois, o coração do santo captivo foi religiosamente trazido a Portugal pelo seu secretario. D. Duarte já não existia; João Alvares teve ordem de entregar o seu precioso deposito no mosteiro, em que jaz o fundador da casa d'Aviz. Solitario caminhava João Alvares pelo campo, que rodeia o convento da Batalha, e talvez uma lagrima furtiva lhe corria pela face vendo este ultimo abandono, quando, por acaso encontrou a pomposa comitiva do grão mestre da ordem de Christo, que ía para onde suas funcções o chamavão, o qual vendo que estava ali o coração do infante em continente o honrou, e tal foi o funeral do principe constante. O coração foi depositado no tumulo, que o velho rei para seus filhos mandára preparar; mais tarde, n'elle forão recolhidos os fragmentos d'aquelle corpo, que tantas affrontas soffrera. Procure-se ainda hoje entre os ornamentos gothicos, que estão sobre o tumulo, lá se lê a divisa do principe: — O BEM ME APRAZ —; toda a vida do santo infante se acha contida n'estas poucas palavras (1).

(1) Fr. João Alvares, que veio a ser abbade commendatario de Paço de Souza, deo, n'um estilo cheio d'ingenuidade, a relação do captiveiro do santo infante: esta historia foi impressa em 1527. Deve-se escolher a primeira edição, porque tem sido alterado o texto original nas impressões subsequentes.



Sá Lith | *Imprença Nacional*

D. Affonso 5º.

Morte d'ElRei D. Duarte. — Começo do reinado de D. Affonso V.

D. Duarte falleceo com a magoa de não haver podido resgatar o irmão amado, que era victima da dedicação e valor: alguns authores contemporaneos affirmão, que a dolorosa lembrança do captiveiro do infante, mais que nenhuma outra cousa, contribuio para a morte d'ElRei. D. Duarte, segundo dizem, foi acommettido da peste logo depois da leitura d'uma carta, que em Thomar lhe foi entregue: porem a opinião, que o torna victima d'uma vehemente sensibilidade, parece verdadeiramente plausivel a quem tem podido lêr a obra de moral, em que este monarcha depositou seus mais intimos pensamentos. Nada é com effeito tão pathetico, no *Leal Conselheiro*, como as saudades, que ElRei D. Duarte mostra ter dos amigos ausentes: nada pinta melhor sua alma profundamente sensivel, que as lembranças, que elle consagra a seu irmão D. Pedro, quando viaja pelo Oriente, e a sua irmã Isabel, quando esta foi para Borgonha. Melhor que ninguem certamente, D. Duarte conhecia a alta capacidade de seu irmão, e nenhuma occasião perdeo de lhe testemunhar a sua admiração: em virtude das derradeiras disposições de D. Duarte, não foi comtudo D. Pedro incumbido da regencia. Depois da morte d'aquelle rei, que succedeo a nove de setembro de 1438, foi aberto o seu testamento, e por elle Dona Leonor tinha um direito exclusivo aos cuidados da governança. Como se na energia dos outros confiasse mais que na propria, D. Duarte expressamente recommendava que se resgatasse o infante á custa do thesouro, se não fosse em troca de Ceuta; porem nada d'isto se fez.

Descobrimento de Porto Santo e da Madeira.

Havemos buscado fazer comprehender porque diligencias habilmente encaminhadas, porque serie de trabalhos assiduos,

havia o infante D. Henrique preparado os descobrimentos maritimos, que devião illustrar a sua epoca. Immediatamente depois da sua volta da expedição d'Africa, elle meditou na realisação de seus projectos. Dous mancebos de nobre linhagem, que fazião parte da familia do infante, se lhe offerecerão de seu moto proprio para effeituar alguma empreza aventurosa, em que pudessem mostrar animo brioso. Vendo o infante a boa vontade d'aquelles moços, lhes mandou aparelhar uma embarcação em que pudessem ír guerrear contra os Mouros, e, segundo parece, tambem para tentarem passar além das terras, que erão já conhecidas, e navegarem para essas regiões d'Africa sobre as quaes havião noticias vagas. Um dos sobreditos moços chamava-se Tristão Vaz, e mais d'uma vez d'elle havemos de fazer menção no decurso d'esta historia tão dramatica; o outro chamava-se João Gonçalves Zarco, e tinha-se abalizado, entre outras circunstancias, no combate, que sob os muros de Ceuta se havia dado, no mesmo dia da derrota dos Mouros (1).

Estes dous homens afoutos embarcárão levando instrucções do infante; porem, impellidos por ventos ponteiros, surgirão n'uma pequena ilha, que dista pouco mais ou menos sete legoas da Madeira, e a que derão o nome de Porto Santo (2). Este acontecimento teve lugar em 1418. Quando de

(1) Observaremos de passagem que João Gonçalves Zarco, antigo criado do infante D. Henrique, foi o primeiro, que no mar fez uzo da artilheria. Um poeta conhecido, Manoel Thomaz, conservou a lembrança d'este facto curioso na sua historia *Insulana*:

Bem hé verdade que este o Luzitano
Primeiro foi no mar com nome eterno
Que usou da dura fruta de Vulcano
E do salitrado aljofor do inferno.

(2) A ilha de Porto Santo está situada em 33.° 1' de latitude e 3.° e 40' de longitude, a 300 milhas ao sudoeste da costa d'Africa, e a 28 ao nordeste da Madeira. Vid. Casado Giraldes, *Tratado complcto de Geographia*, t. 1, p. 181.

perto se vê esta praia branca e arenosa, cingindo um aggregado de rochedos, que terá obra de quinze milhas de circumferencia, onde se encontra a pedra lioz arruivada, o tufo calcario pardo esverdinhado, e uma especie de marmore avermelhado, de que se forma a parte mais elevada do paiz; quando á lembrança occorre que esta pequena ilha, de seis milhas de comprimento e duas e meia de largura, não contem talvez vinte arvores em toda a sua extensão, e não sustenta mais de 1400 habitantes, póde-se fazer idéa da pouca importancia d'este descobrimento como accrescimo de territorio. Todavia, sobre este rochedo no meio do Oceano, eleva-se uma arvore preciosa, segundo as idéas, que reinavão na idade media. Grandissimas arvores assombravão a ilha e promettião uma abundante colheita de *sangue de drago*, (1) que era reputado como um dos remedios mais uteis n'aquella epoca; o *cestrum*, o rosmaninho, a herva molarinha, cobrião aquelles rochedos, matizados de diversas côres, e mostravão suas humildes flores a par dos magnificos *cactus*, que attestão o começo d'outra vegetação.

Os dous jovens navegantes puderão certamente encarecer a importancia d'aquelle pequeno paiz, e não deve esquecer que era um primeiro passo dado no vasto campo dos descobrimentos, que o infante D. Henrique tinha intento de executar. Tristão Vaz e Zarco poucos dias se demorárão na ilha, que acabavão de descobrir (2); breve exame lhes bastou pa-

A posição N E. da ilha eleva-se a 1600 pés. Vid. Bowdish, *Madeira e Porto Santo*. p. 127.

(1) D'estas arvores não ha hoje mais que uma. Cordeiro refere que no principio se fizerão canoas de pescadores do tronco d'uma só, as quaes podião conter seis a sete homens Vid. *Collecção de Noticias para a Historia e geographia das nações ultramarinas*, t. 2.

(2) Ignora-se com que fundamento o P. Joze Freire escreveo as seguintes linhas: « Dizem que elles encontrárão na ilha uma nação barbara, mas menos feroz que a das Canarias já conhecidas: os dous viajantes ficárão admirados d'um certo ár de affabilidade, que entre aquelles povos era talvez só effeito do medo, que inspiravão

ra conhecerem que haveria para elles grande proveito em colonisal-a. Tristão Vaz e Zarco voltárão em continente para o Algarve, ao lugar em que o infante estava.

A este principe communicárão os dous navegantes o projecto de colonisação, que havião concebido, e não encontrárão difficuldade, como bem se póde presumir, em obter a approvação de D. Henrique, que sem demora lhes mandou subministrar o que era indispensavel para o seu primeiro estabelecimento. O impulso estava dado; o gosto das navegações arriscadas desenvolvia-se mesmo além da pequena corte, que tinha assento na villa de Sagres: um dos gentís-homens do infante D. João, Bartholomeu Prestrello, quiz associar-se a Tristão Vaz e João Gonçalves Zarco, e com estes partio para a ilha de Porto Santo.

As mais antigas cronicas guardão silencio sobre a epoca exacta em que se fez esta segunda expedição; porem nenhuma d'ellas omitte uma circunstancia na apparencia frivola, e que devia ainda assim ter tal influencia, que bem se póde reputar como um dos principaes episodios d'esta viagem. No ensejo da partida Bartholomeu Prestrello havia recebido de presente uma coelha, que estava proxima a parir, o que com effeito succedeo durante a navegação, com grande contentamento dos marinheiros, que reputárão, diz Barros, este acontecimento como uma circunstancia de favoravel agouro. Os navegantes desembarcárão felizmente em Porto Santo, e começárão a edificar cabanas, antes que cuidassem em erigir habitações mais commodas. Foi então que se puzerão em liberdade os coelhos; mil gritos de alegria acompanhárão por certo os ageis animaes, que da ilha tomavão posse; porem, como graves historiadores referem, elles se propagárão em tão pouco tempo, e a sua fecundidade foi tão prodigiosa, que estragavão quanto se semeava. Com o andar do tempo, a propagação dos coelhos veio a ser tal, e teve tão funestos resul-

estrangeiros, differentes no traje e semblante." Veja-se *Vida do infante D. Henrique.*

tados para os colonos, que no anno immediato ao do seu estabelecimento, os Portuguezes se virão compellidos a destruir systematicamente uma prodigiosa quantidade dos sobreditos animaes. Debalde com tudo os destruião, o flagello não diminuia; e, segundo Azurara, esta foi a unica razão porque os primeiros colonos abandonárão a ilha: Prestrello com elles voltou a Portugal (1).

Se abandonamos o testemunho do antigo historiador, que é mui pouco diffuso sobre este primeiro periodo, e se nos reportamos de preferencia a Cordeiro, João Gonçalves e Tristão Vaz demorárão-se na ilha, que havião descoberto, mais tempo do que diz Azurara. Um pensamento os preoccupava: todas as vezes que a athmosphera o permittia, parecia-lhes que vião prolongar-se no horisonte uma linha obscura; e sempre esta zona sombria se desenhava no mesmo lugar. Seria preciso conhecer mui pouco as idéas geographicas da idade media para não imaginar as diversas preoccupações, que agitavão Gonçalves Zarco e o seu fiel companheiro. *Antilia* e suas cidades d'ouro, *S. Brandão* e o vasto tumulo, que elle devia occupar no meio do Oceano, essas vagas lendas, n'uma palavra, que se misturárão mesmo com as grandes concepções de Colombo, e sobre as quaes pretendemos fallar, mais d'uma vez houverão d'interpor suas chimeras entre os vestigios d'uma terra remota e o mundo verdadeiro, que receavão abandonar os que já havião feito tamanho esforço.

Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira resolutos saírão com tudo um dia da sua pequeua ilha. Embarcados n'um fraco navio, que algumas barcas acompanhavão, navegárão para os nevoeiros immoveis, que da ilha de Porto Santo avistávão. Não tinhão elles andado os dous terços do caminho, quando lhes appareceo a Madeira com seus porticos de marmore, suas

(1) Gomes Eannes d'Azurara, narrando este facto, não falla do feliz prognostico a que Barros allude. Isto parece ter sido accrescentado pelo historiador das Indias segundo a tradição. Vid. *Cronica de Guiné*, p, 387.

grandes florestas virgens, e suas colinas, que parecião tocar as nuvens.

O primeiro promontorio, que os navegantes avistárão, foi posto sob a invocação de São Lourenço; era este o nome do navio em que elles ião para aquella terra fertil, em que havia de effectuar-se uma parte das idéas chimericas, que tinha suscitado entre elles o descobrimento de Porto Santo.

No dia seguinte, 3 de julho 1419, o capitão e o piloto castelhano, que havia encaminhado a pequena expedição, se metterão n'uma lancha para sairem em terra. Os Portuguezes, que os acompanhávão, ião n'outra embarcação, e elles começárão a discorrer pela costa, observando, como refere o historiador d'este descobrimento, as pontas de terra, a natureza da praia, os riachos, as nascentes de cristallínas agoas, que dos rochedos se despenhavão murmurando. Os nomes, que os descobridores impuzerão áquelles promontorios, aos rios, ou mesmo aos monumentos da solidão, subsistirão. Um olho d'agoa, que brotava d'um rochedo derramando-se pela praia, deo origem ao nome de *Porto do Seixo*; uma arvore, derribada pelos ventos, e de que o capitão mandou fazer uma cruz, impôz a esta parte da praia o nome de Santa Cruz, e n'este lugar se elevou mais tarde a villa de Machico. A ponta de *Garajo*, o ribeiro em que Gonçalves Zarco parou, depois de desembarcar, para observar se na ilha havião animaes ferozes, receberão alternativamente as denominações, que ora conservão Os descobridores chegárão em fim a um valle, coberto de rochedos, em que havia uma pequena bahia. Este lugar estava coberto de funcho, e era banhado por trez riachos. O porto do Funchal recebeo então o nome, que tem sempre conservado: os navegantes ali pernoitárão em suas lanchas, mas protegidos por duas pequenas ilhas, que estão á entrada da bahia. Talvez desde logo, e em seus projectos para o futuro, designárão os descobridores as agradaveis praias, que estavão vendo, como o lugar da cidade, que em breve havia de elevar-se n'aquella ilha ditosa. O que necessariamente devia confirmal-os em seus projectos d'imme-

diata colonisação, é que uma pequena observação bastou para lhes provar que nenhuma região do mundo era mais propria que aquella para um estabelecimento agricolo: nenhum reptil contaminava suas praias, nenhum animal feroz ali havia; e era tal a confiança dos pacificos habitantes d'aquella terra, que as proprias aves sem receio se approximavão, e caíão nas mãos dos marinheiros, que ellas não tinhão ainda aprendido a temer (1).

No dia seguinte os descobridores, sempre, maravilhados, proseguirão sua exploração ao longo das costas; elles virão *Praia Formosa*, cujo nome attesta ainda a belleza, e chegárão em fim ante uma grande caverna, praticada pela natureza da rocha viva, onde innumeraveis lobos-marinhos íão procurar descanço. Por desgraça, tinhão desembarcado na ilha homens; a guerra começou para aquelles animaes, e para todas as outras criaturas. A grutta foi chamada *Camara de Lobos*, e o chefe da expedição, querendo perpetuar a lembrança do seu descobrimento, tomou, como então se costumava, um nome, que devia trazel-o á memoria: Camara substituio o appellido de Zarco. Os Portuguezes andárão ao redor da ilha, o que é attestado pela parte da costa, que tem o nome de Ponta do Girão. Virão elles, n'esta primeira excursão, um rustico monumento, cuja existencia só se funda hoje na mais incerta narração? Lerão debaixo d'aquellas sombras uma dolorosa inscripção, que lhes referio os infortunios de dous amantes, cuja historia pathetica se tornou popular, e pôde mesmo inspirar alguns grandes escritores portuguezes? Eis-aqui o que não é possivel hoje negar ou affirmar. Porem podemos dizer que o mais antigo escritor, que faz menção do descobrimento de João Gonçalves Zarco, guarda silencio sobre os infortunios de Machim e Anna d'Arfet (2).

(1) Vid. Padre Antonio Cordeiro, *Historia insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental*; Lisboa, 1717, in fol.

(2) Gomes Eannes d'Azurara não diz uma só palavra, que tenha nexo com esta aventura.

Historia d'Anna d'Arfet e de Machim. — Opinião de Bowdish. — Narração d'Antonio Galvão.

Um homem grave e cheio de boa fé, mas levado talvez mui longe pelo seu patriotismo, não hesita em reputar esta relação como um successo digno de ter lugar na historia. Trazendo á memoria a opinião de Bowdish, não poderiamos passar em silencio uma narração já repetida por muitos historiadores; porem não será a do viajante inglez que n'esta noticia havemos de reproduzir. Preoccupados da idéa de que importa sempre recorrer ás origens, persuadidos d'outra parte de que um facto poetico como este necessariamente se altera com o volver dos seculos, ao mais sincero historiador portuguez d'aquella era nos reportaremos. Eis-aqui o que diz Antonio Galvão: «Querem tambem que na idade media a ilha da Madeira, que está situada a 32.° fosse descoberta por um Inglez chamado Machim, o qual, querendo passar d'Inglaterra a Hespanha com uma mulher furtada, foi pela tormenta impellido para a ilha (1). O porto em que surgio chamou-se Machico em razão d'este acontecimento; e como a sua companheira ía incommodada do mar, Machim saío a terra com alguma gente do navio. Cerenando o tempo, a embarcação fez-se á vela; porem a companheira de Machim falleceo de angustia; e elle, que singularmente a amava, sobre a sua sepultura construio uma ermida, que pôz sob a invocação de Bom Jesus; e n'uma pedra escreveo o seu nome e o da que o havia acompanhado, assim como a causa, que áquellas partes os conduzira: collocou depois esta pedra como frontspicio; e mais tarde mandou fazer um barco do tronco d'uma arvore; n'elle embarcou com a gente, que havia ficado na ilha, e chegárão á costa d'Africa sem vela nem remos. Reputarão os Mouros a sua chegada como cousa milagrosa, e em consequencia forão apresental-os ao senhor do paiz, o qual,

(1) De 1337 a 1387, diz Bowdish.

pela mesma razão, os enviou a ElRei de Castella. » Antonio Galvão accrescenta que em 1393, e exactamente por causa das informações dadas por Machim, muitos individuos dos reinos de França e Castella conceberão o projecto de descobrir aquella ilha assim como a grande Canaria (1). Tal é em breves palavras este episodio, que ornou com a graça do seu es-

(1) Vid. *Descobrimentos em diversos annos.* Antonio Galvão affirma que João Gonçalves Zarco encontrou a ermida e a inscripção: tudo isto é ainda assim mui differente do que refere Bowdish.

Depois de haver reproduzido largamente esta historia, que com pezar despimos da sua forma poetica, o sabio viajante acrescenta: " O primeiro cuidado foi visitar a igreja erigida á memoria do desafortunado Machim. Com tudo alguns publicistas portuguezes, esperando certamente mostrar maior patriotismo levando tão longe quanto podessem o seu ódio aos Inglezes, julgárão que bastaria uma simples negação sem prova e sem argumentos para privar aquelle facto historico da sua autenticidade; não será inutil notar que o nome da cidade ainda traz á memoria o de Machim; que o altar mór da igreja, em que se conservão e mostrão os restos da cruz de cedro, é expressamente elevado em memoria de Machim; que a ultima parte da aventura faz o objecto d'uma antiga pintura a oleo, collocada no palacio do governo, em Funchal; finalmente, não será superfluo notar que esta historia não se encontra só nos antigos authores hespanhoes e portuguezes, mas que ella servio de fundamento, entre os escritores modernos, para argumentos politicos. O unico poeta, que a Madeira produzio, no seu poema introduzio a sobredita historia. ,, Vid. *Bowdish. Excursões ás ilhas da Madeira e Porto Santo*, p. 115. Debaixo do ponto de vista litterario, Vasconcellos fez mui bem em dar algum interesse ao seu poema por esta pathetica narração: porem a historia escrita severamente não se funda só n'uma tradição oral: ora, não temos noticia d'um só escritor do decimo quinto seculo, que refira as aventuras de Machim e Anna d'Arfet. Acrescentamos que o mais poetico de todos elles, e ao mesmo tempo o mais digno de credito, que Azurara, n'uma palavra, guarda silencio a este respeito. Galvão e Alcoforado são escritores do decimo sexto e do decimo setimo seculo: tanto vale citar a *Epanaphora amorosa* de Francisco Manoel. Freire, referindo a anecdota, e fallando da famosa inscripção da sepultura d'Anna, diz judiciosamente: ,, Não podemos affirmar que pessoas de respeitável authoridade lessem o epitaphio.

tilo Francisco Manoel, nas suas Epanaphoras: voltaremos ás sinceras narrações dos antigos escritores.

Continuação da expedição de Zarco e Tristão Vaz — Concessão da ilha aos primeiros exploradores.

Os historiadores, que nós comparamos entre si, não são unanimes ácerca do modo de proceder dos novos exploradores depois d'esta primeira excursão. Segundo Azurara, elles se contentárão com annunciar a nova do feliz descobrimento ao infante D. Henrique, que em continente enviou á ilha muitos colonos, e tudo o que era indispensavel para o serviço do culto catholico; pórem se acreditarmos o author do *Insulano*, João Gonçalves Zarco partio immediatamente para Portugal, e se apresentou ao infante, ao qual referio as particularidades da sua maravilhosa expedição. O infante confirmou a Zarco o nome, que elle adoptára, e lhe deo as armas de que ainda hoje usa a familia de Camara. ElRei D. Duarte concedeo-lhe inteira jurisdicção sobre a metade da ilha em que estava situada a bahia do Funchal, e fez esta doação de juro e herdade, como então se dizia. Segundo a mesma authoridade, Tristão Vaz Teixeira não foi esquecido nos regios favores, e a capitania de Machico, contendo o districto mais coberto de mato, lhe foi outorgada com os mesmos titulos que ao seu companheiro.

Azurara nos confirma n'estas disposições; e, dando-nos sempre algumas particularidades preciosas sobre os dous concessionarios, observa, segundo o espirito d'aquelle tempo, que Tristão Vaz, posto que fosse homem medianamente animoso, não podia debaixo d'este ponto de vista comparar-se com João Gonçalves Zarco, gentil-homem d'antiga nobreza. Havia-se ainda assim Tristão Vaz abalisado n'uma sanguinosa batalha debaixo dos muros de Ceuta. Graças aos dous capitães, a colonisação da ilha começou em 1420.

Em quanto isto succedia, decidio-se o infante D. Henrique a expedir Bartholomeu Prestrello a Porto Santo, para

proseguir a sua colonisação; porem o mesmo inconveniente, que de lá o havia expulsado, subsistia ainda. A prodigiosa propagação dos coelhos tolhia que na ilha se estabelecesse alguma cultura. Os rebanhos, que n'ella se propagárão, o sangue de drago, que lá se recolhia, continuárão a dar alguma importancia áquelle rochedo, cujo valor se havia exagerado.

Incendio da ilha da Madeira.

O mais antigo dos historiadores, que nos servem aqui de guias, guarda silencio sobre um acontecimento, de que não se poderia duvidar, e cuja lembrança a tradição tem perpetuado. Em quanto o infante D. Henrique, que tudo sabia prever, concebia importantes projectos sobre aquellas florestas virgens, que podião utilisar á marinha nascente e ás vastas construcções, que em Lisboa meditavão, mãos imprudentes punhão fogo aos magnificos bosques, que havião dado seus nomes a toda a ilha. O incendio subio até ao mais alto das collinas, e desceo em turbilhões de chammas até ás deliciosas praias, onde as arvores, como disse o author da *Zargueida*, se representavão nas agoas. Tal foi a intensidade do incendio, que os poucos colonos, que na Madeira então habitavão, forão compellidos a buscar um refugio momentaneo no meio das ondas (1)

A nova d'este desastre chegou aos ouvidos do infante D. Henrique, que sobre maneira desapprovou a imprudente determinação, que acabava de privar a ilha do seu adorno e dos recursos, que seus magnificos bosques lhe podião subministrar; todavia, elle não tardou em conhecer as immensas vantagens, que podião resultar ao paiz da fertilidade, que o incendio das florestas havia causado, e do maravilhoso clima, cuja amenidade todos os navegantes celebravão. Graças

(1) Este successo curioso é attestado por um antigo viajante francez, cujos manuscritos existem na Bibliotheca real. André Thevet conheceo um velho marinheiro a que uma testemunha ocular referio o incendio da ilha da Madeira.

ás activas relações, que o infante havia estabelecido com as regiões agricolas e commerciantes da Europa, elle conseguio de Sicilio renovos de canna d'açucar, que ali com bom exito cultivavão; mandou buscar á ilha de Chypre e a Borgonha algumas d'essas cepas, em que consistia a principal riqueza dos dous paizes, e fez transportar sem demora estes preciosos vegetaes para a ilha, de que se havia tornado por assim dizer proprietario pela ordem de Christo, em virtude d'uma concessão real, cujas clausulas existem.

Alguns marinheiros se converterão logo em cultivadores, e forão em breve ajudados por diversas transmigrações, porque pelo meio do decimo quinto seculo, a ilha da Madeira continha já cento e cincoenta moradores estabelecidos, além d'uma povoação nascida já na ilha e que emprehendia frequentes viagens, e sem mencionar os clerigos e frades, cujo numero não era determinado, mas que parece ter sido assás consideravel (1). Notaremos tambem de passagem que o infante D. Henrique, sendo grão mestre da ordem de Christo, julgou dever sujeitar a ilha a esta instituição. Todo o espiritual da Madeira e Porto Santo, diz Gomes Eannes d'Azurara, foi sujeito á referida ordem; e o mesmo veio a suc-

(1) Um livro raras vezes consultado pelos historiadores, o *Agiologio Lusitano*, de Jorge Cardoso, contém preciosas particularidades sobre a primeira povoação monacal da ilha da Madeira. Parece que logo depois do descobrimento da ilha pelos Portuguezes, um religioso da ordem dos Franciscanos, chamado Fr. Gil vindo de Roma naufragou nas praias visinhas da capital. Fr. Gil estabeleceo a sua primeira residencia a uma legoa ao poente do Funchal, e não longe da caverna dos lobos marinhos, que havia admirado os primeiros exploradores. Este religioso erigio a sua ermida n'um profundo valle, á borda d'um riacho abundante; porem, depois de haver habitado pacificamente n'este lugar por alguns annos, o riacho tornou-se torrente e levou a pobre cabana. Fr. Gil mudou-se então para o Funchal, onde já devião haver outros religiosos; e, d'acordo com um certo Fr. Jorge, veio a Lisboa offerecer aquelle asilo a alguns de seus confrades. Edificou-se então o convento de São Bernardino, um dos mais antigos monumentos da ilha. — T. 3, p. 427.

ceder mais tarde na ilha de São Miguel, de que Gonçalo Velho foi commendador: a ordem de Christo cobrava o dizimo das fabricas d'açucar.

Descobrimento dos Açores.

Onze annos pouco mais ou menos depois do descobrimento da ilha da Madeira, em 1431, forão as ilhas dos Açores pela primeira vez exploradas. Um d'esses homens afoutos, que fazião parte do collegio maritimo fundado pelo infante D. Henrique, foi o que a Portugal grangeou aquelle archipelago. Gonçalo Velho Cabral (1) partio de Sagres; e, navegando em linha recta para o poente, encontrou dous rochedos, a que chamou das formigas, por causa do cachão continuo das agoas do mar no sitio em que aquelles rochedos comprimião as ondas. Gonçalo Velho affastou-se d'estes escolhos perigosos, um dos quaes de longe parece um navio á vela, e d'esta vez não teve conhecimento das outras ilhas. Todavia, no anno seguinte, renovou a mesma empreza e foi mais feliz, aportando a uma ilha, que designou pelo nome de Santa Maria. Como observa mui bem um historiador portuguez, distando São Miguel só doze legoas para o norte da ilha de Santa Maria, custa a acreditar que fossem necessarios doze annos para executar este segundo descobrimento. E' impossivel admittir as tradições fabulosas, que a este respeito correm; porem o certo é que Gonçalo Velho, na sua quarta viagem, deo conhecimento official de suas novas explorações. Elle era então senhor donatario de Santa Maria,

(1) Encontramos n'um manuscrito portuguez, que possuimos, e em que vem relatado este acontecimento; Gonçalo Velho é qualificado n'este precioso manuscrito de fidalgo muito honrado e nobre. Como Gonçalo Velho não podia casar, porque era commendador, renunciou os direitos, que tinha sobre as duas capitanias dos Açores, em favor de seu proprio sobrinho, que se chamava João Soares d'Albergaria, e isto com exclusão d'outros dous sobrinhos. João Soares veio a ser o segundo governador dos Açores.

que começava a povoar-se, e obteve do infante o senhorio da ilha, que acabava de descobrir. Esta ilha foi immediatamente colonisada, e para lá se transportârão gados; desde então o destino dos Açores se unio ao de Portugal, e desde a origem houverão numerosas transmigrações. Posto que nos vejamos compellidos a interromper a ordem chronologica, vamos lançar um golpe de vista sobre o descobrimento das outras ilhas do archipelágo, e sobre as tradições que tem relação com o referido descobrimento.

Continuação dos descobrimentos no archipelago dos Açores. — Terceira, Pico, Flores, Corvo.

Era chegado o meio do seculo, quando Portugal adquirio a mais importante das ilhas dos Açores. A epoca exacta do descobrimento da Terceira é incerta; porem presume-se que o referido descobrimento succedeo entre 1445 e 1450, porque na primeira d'estas datas a ilha de São Miguel era já povoada, e em 1531 um documento official do infante D. Henrique instituia como donatario d'esta ilha um gentil-homem flamengo chamado Jacomo de Bruges, que estava ao seu serviço e havia esposado uma senhora portugueza, dama da infanta Dona Brites. A ilha estava então deshabitada, e derão-lhe o nome de Terceira, por que era a terceira na ordem das explorações. Muitas vezes nos veio ao pensamento que estas numerosas ilhas desertas, successivamente visitadas, a pouca distancia da Europa, poderião ter verdadeira influencia sobre as ficções poeticas d'aquella idade, em que tantos romances de cavallaria fallão d'ilhas incoguitas. Porem em quanto as imaginações poeticas se perdião em mil idéas chimericas, descobrimentos positivos continuavão; e posto que não seja hoje possivel assignar com certeza o tempo da exploração de cada uma das ilhas, alternativamente se vio apparecer o Pico, Corvo e Flores, que a metropoli tratou de colonisar sem demora Ainda que estas terras volcanicas estivessem deshabitadas, affirmou-se n'aquelle tempo que nem

sempre o tinhão sido, e que n'uma epoca mais remota o archipelago fora povoado, ou tinha ao menos servido d'asilo a navegantes, que lá havião deixado vestigios da sua passagem.

A estatua dos Açores.

Quando Gonçalo Velho descobrio a ilha do Corvo, ali encontrou, segundo dizem, uma estatua equestre collocada no cume d'um rochedo escarpado, e que parecia pelo gèsto indicar os grandes descobrimentos, que os Portuguezes ainda havião de executar. Segundo as mais antigas relações, aquella figura symbolica era esculpida na rocha viva, e representava um homem vestido com uma capa, tendo a cabeça descoberta, e montado n'um cavallo em pello. A sua mão esquerda descançava sobre as crinas, tinha o braço direito estendido e a mão fechada, á excepção do dedo indice, que apontava para o Noroeste. Affirmão além d'isto que a estatua tinha na parte inferior da sua base letras gravadas na pedra e formando uma inscripção, de que ninguem pôde entender a significação. Porem o gesto annunciava, ao menos foi o que supposerão os primeiros navegantes, que uma terra povoada, ou habitavel, se offerecia a suas perseverantes diligencias. Affirmão que foi em razão d'aquella figura de misterioso gesto, que a região se designou primitivamente pelo nome d'Ilha do Marco. Muitos authores do decimo sexto seculo fizerão menção d'aquelle singular monumento, mas por desgraça todos elles forão provavelmente o echo d'uma tradição, que cumpre collocar entre essas narrações do Oriente, segundo as quaes a ilha de Salomão (1) se acha povoa-

(1) Vid. Damião de Goes; Gaspar Fructuoso, liv. VI, cap. 48; Faria e Souza, *Asia Portugueza*; Antonio Cordeiro, *Historia Insulana; Memorias da Academia das Sciencias.* Damião de Goes é o mais explicito de todos estes authores: refere que D. João III. ordenou que da rocha separassem a estatua e a transportassem a Portugal; porem que a operação foi feita com tão máo geito, que renunciárão a expôr á vista do publico a figura mutilada.

da d'estatuas symbolicas, indicando todas por sua postura alguma região encoberta.

O infante D. Henrique pede a ElRei de Portugal a propriedade das ilhas Canarias.

Em quanto o infante tratava de povoar as ilhas novamente adquiridas para a coroa de Portugal, no seu activo pensamento desejou o senhorio das ilhas Canarias, cuja posse mui bem quadrava com seus projectos ulteriores. Estas ilhas, conhecidas dos antigos, mas ignoradas na idade media, tinhão sido de novo encontradas em 1344 (1), no reinado de Pedro IV, rei d'Aragão, por D. Luiz de la Cerda, neto d'Affonso o Sabio. O que não admitte duvida, é que no anno de 1417, na epoca em que D. João II reinava em Castella, e em que Dona Catharina, sua mãi, tinha a regencia, Rubem de Bracamonte, antigo almirante de França, havia pedido a esta princeza a investidura das ilhas Canarias,

(1) Azurara guarda silencio sobre esta primeira expedição ás ilhas Canarias; falla unicamente da que foi dirigida por João de Botancor. O sabio Jozé da Costa Macedo resumio com grande lucidez tudo o que se achava referido ácerca do primitivo descobrimento d'estas regiões. Quando D. Luiz d'Hespanha obteve, no decimo quarto seculo, o senhorio das ilhas Afortunadas, o papa lhe concedeo por uma bulla emanada d'Avignon, em data de 15 de novembro de 1344, o que lhe pedia, com a condição porem de ficar perpetuamente feudatario da santa-sé. As informações subministradas por Plinio forão provavelmente os unicos guias seguidos quando se tratou de regularisar o acto de propriedade. Macedo pensa que o principe hespanhol havia obtido de Portuguezes, que então se achavão em Avignon, certas noticias sobre as ilhas, cuja concessão pedia. Não é o nosso objecto esta discussão; remettemos o leitor para o tomo VI das *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa* p. 1. Ali se verá o protesto d'Affonso IV, em data de 15 de fevereiro de 1345, no qual este rei falla da resolução, que havia já concebido de subjugar as ilhas Afortunadas. Segundo o erudito portuguez, em 1334 ou 1335 é que por aquellas paragens navegárão os Portuguezes.

com o titulo de rei, para um de seus parentes, João de Bethencourt. Todos sabem o modo porque, depois da conquista tão ingenuamente referida pelos antigos cronistas francezes, o aventureiro normando vendeo seus direitos sobre o archipelago a D. Henrique, mediante uma somma de dinheiro e certos privilegios, que elle lhe havia concedido sobre a ilha da Madeira. Em 1424, quiz o infante usar de seus direitos, e enviou uma importante armada, em que ião dous mil e quinhentos homens e duzentos cavallos, para conquistar aquellas ilhas: ao mando de D. Fernando de Castro se achava a referida armada. Porem como o infante comprehendia as reclamações, que infallivelmente chegarião de Hespanha, e como receava sobre tudo a concurrencia de seus proprios compatriotas, pedio com instancia ao regente D. Pedro, seu irmão, que lhe desse cartas patentes, que mostrassem o seu poder sobre aquellas ilhas. Por este acto, que ainda no tempo de Azurara se conservava, ninguem podia ter direito de levar a guerra ás Canarias sem expresso consentimento do infante, e o imposto do quinto devia ser-lhe pago sobre todos os objectos d'algum valor, que se encontrassem nas Canarias. Porem as povoações, que n'esta região habitavão, erão essencialmente bellicosas: D. Fernando de Castro experimentou vigorosa resistencia em seus diversos ataques, e comprehendeo certamente que suas forças não erão assás consideraveis para pelejar com os *Guanches*. Além d'isto era para recear que as provisões, que levava, viessem a faltar-lhe; D. Fernando não acabou de cumprir suas instrucções, e não proseguio na conquista. O infante quiz envial-o segunda vez áquellas partes; mas então sobrevierão energicas exigencias d'El-Rei de Castella, que oppoz seus direitos ás pretenções dos Portuguezes; e esta *virtuosa empreza*, como diz Azurara, não se pôde effectuar. Acreditando o antigo historiador, muitos d'aquelles insulares, depois da expedição do infante D. Henrique, se dizião christãos. Posto que o sobredito historiador retira mui curiosas particularidades sobre aquellas regiões, e ainda que nos subministre mesmo algarismos da povoação das

ilhas conquistadas, sentimos devéras que o predecessor de João de Barros não publicasse os documentos, relativos aos *Guanches*, que vierão ao conhecimento do infante D. Henrique. Tudo prova o cuidado com que este grande homem fazia estudar a topographia dos lugares, que intentava conquistar; e se elle insistia, como fez então, em adquirir a Portugal a propriedade d'aquellas ilhas, é porque havia comprehendido admiravelmente as vantagens, que a sua situação promettia ao commercio da sua patria. D. Henrique sabia, pelo menos tão bem como os capellães do antigo navegante normando, que a ilha de Lançarote *era mui boa e agradavel, e que podião lá chegar muitos mercadores e fazendas, por haverem ali dous portos bons e commodos.* Não ignorava o infante que a maior das Canarias continha pelo menos cinco mil guerreiros, com immensos rebanhos, que podião bastecer as numerosas caravellas, que elle no porvir intentava enviar n'aquellas direcções desconhecidas. Porem nada do que o infante desejava se pôde effeituar, e seus legitimos desejos houverão de ceder necessariamente ás imperiosas exigencias da politica.

Compellido a desistir de suas pretenções sobre este ponto, D. Henrique não se mostrou menos sollicito em utilisar as ilhas, que Tristão Vaz e Zarco lhe havião gabado. A pequena ilha deserta, que da Madeira dista sete legoas, não foi desprezada, e o infante insistio para que Prestrello, superando os obstaculos, que em Porto Santo encontrara, continuasse a colonisar esta possessão, na apparencia tão pouco importante. Prestrello seguio as instrucções de D. Henrique; porem, como elle, dotado do espirito observador, que prepara as grandes emprezas, não se limitou a tornar alguns valles mais ou menos proprios para a criação de gados, e a fazer a colheita da preciosa resina das grandes arvores d'aquella solidão, mas repetio explorações, de que não sabemos todos os resultados; interrogou todos os navegantes, examinou os menores destroços, que as ondas lhe levavão, e quando o immortal Genovez esposou sua filha, as numerosas observações, que Prestrello havia feito, unirão por um vinculo mis-

terioso os descobrimentos dos Portuguezes ao maior descobrimento dos tempos modernos (1).

Primeiras explorações dos Portuguezes ao longo das costas d'Africa.

Na relação dos antigos descobrimentos executados sob a influencia do infante D. Henrique apparece um facto, que domina os outros todos, é o que nos mostra os Portuguezes no caminho das Indias, é a historia exacta de suas primeiras explorações ao longo da costa d'Africa, que, preparando a anniquilação do commercio de Vezeza, devião elevar Portugal a tão alto gráo de poder. A historia d'este periodo só nos foi transmittida de segunda mão; a um admiravel escritor a devemos, a penna de João de Barros a escreveo; porem alguma cousa ha de mais precioso que as palavras eloquentes do historiador das Indias, é a verdade sincera, naturalmente expressa por um contemporaneo; é o proprio facto despido de todas as supposições, que póde fazer um espirito engenhoso; é finalmente a palavra ingenua, que o proprio Barros consultou. Eis-aqui como se exprime Gomes Eannes d'Azurara fallando de D. Henrique e dos perseverantes trabalhos, que a seus primeiros descobrimentos succederão: « Ora, convem notar que por um attractivo natural a magnanimidade d'este principe o chamava sempre a começar assim como a concluir alguma acção grande; é a razão porque depois da tomada de Ceuta elle conservou continuamente navios armamos contra os infieis; e desejou saber que terra existia além

(1) Bartholomeu Prestrello não era italiano, como se affirmou n'uma obra recente, nasceo em Portugal, mas pertencia aos Prestrellos de Lombardia, e era um dos homens mais estimados da escola do infante D. Henrique. Christovão Colombo casou em Portugal com Dona Filippa Moniz Prestrello. Sem affirmar, como alguem fez, que Bartholomeu Prestrello teve conhecimento do novo mundo, póde-se suppor que seus diarios não forão inuteis ao homem de genio, que os consultou.

das ilhas Canarias e d'um cabo chamado cabo Bojador; por quanto até áquelle tempo, nem por alguma relação escrita, nem por memoria d'homem, tinha sido possivel determinar d'um modo exacto a qualidade da terra situada além d'aquelle promontorio. Verdade é que se dizia que S. Brandão passára n'aquelles lugares, e que duas galeras ali tinhão estado, mas que nunca mais havião voltado. Ora, de nenhum modo podemos acreditar esta ultima circunstancia, porque se as ditas galeras houvessem estado n'aquellas paragens, não é de presumir que outros navios deixassem de se informar do caminho, que ellas havião seguido; e como o dito senhor quiz saber a verdade a este respeito, persuadido de que se não buscasse sabel-a, nenhum marinheiro ou mercador em tal cuidaria, porque estes homens só navegavão por onde havia certeza de lucro, enviou seus proprios navios áquellas regiões, para ter certeza de tudo o que lá se passava. Elle era movido a fazer isto pelo serviço de Deos e de D. Duarte, seu senhor e irmão, que n'aquelle tempo reinava. Até ao presente é esta a primeira razão conhecida, que o determinou (1).

« Foi a segunda razão que D. Henrique considerou interiormente que se n'aquellas regiões houvesse alguma cidade christã, ou alguns portos em que se pudesse entrar sem perigo, viria a ser possivel bastecer o reino de numerosas fazendas, obtidas por baixo preço, como a razão o indicava, visto que nenhum individuo das regiões conhecidas para aquellas partes tinha trato, e que para lá se transportarião as fazendas do reino, tráfego de que resultaria grande lucro aos nacionaes.

(1) Esta passagem e as seguintes são extrahidas da *Cronica de Guiné*. Porem importa observar que Gomes Eannes d'Azurara adoptou para todos os successos importantes a relação d'Affonso de Cerveira, que acompanhou os primeiros navegantes em suas viagens, e que publicou uma narração assás grosseira, pelo que toca ao estilo, das explorações primitivas. O manuscrito do primeiro historiador dos descobrimentos perdeo-se, o proprio João de Barros nunca d'elle teve conhecimento.

« A terceira razão provem do boato espalhado então, de que o poder dos Mouros d'esta terra d'Africa era muito maior do que geralmente se imaginava, e de que não havião entre elles christãos, nem outra alguma raça estrangeira. Ora, como todo o homem circumspecto por prudencia natural deve buscar conhecer o poder do seu inimigo, o dito senhor infante tomou todas as informações para definitivamente conhecer até onde chegava o poder d'aquelles infieis.

« Houve uma quarta razão, que o persuadio, e eil-a aqui. Como desde trinta e um annos que guerreava contra os Mouros, nunca tinha encontrado no paiz rei christão, nem senhor estrangeiro, que por amor de Nosso Senhor Jesus Christo consentisse em ajudal-o na dita guerra, elle queria saber se n'aquellas regiões haveria algum principe christão, em quem a caridade e o amor de Deos fosse assás vehemente para vir auxilial-o contra estes inimigos da fé.

« A quinta razão nasceo do immenso desejo, que D. Henrique tinha de propagar a santa religião de Nosso Senhor Jesus Christo, e de grangear-lhe todas as almas, que se quizessem salvar. Animado pois d'este dezejo, e instigado pelas razões, que ficão expendidas, o infante começou a escolher entre seus navios e a sua gente o que a necessidade das circunstancias requeria; porem importa dizer que posto que elle para aquellas partes por muitas vezes enviasse homens, que pela sua experiencia das grandes acções reconhecia haverem merecido na guerra um nome illustre entre todos os outros, nenhum appareceo que ousasse passar o cabo Bojador para conhecer as terras d'além, como elle infante desejava.

« E para dizer a verdade, isto não succedia assim por falta de valor, nem de vontade, mas sim em razão da novidade do caso, circunstancia d'outra parte intimamente unida á mui antiga e vulgar tradição, que desde largo tempo existia entre os maritimos d'Hespanha, e que se perpetuava, por assim dizer, por successão de geração. Aquella tradição era enganosa certamente, mas uma supposta experiencia ameaçava com o ultimo perigo aquelle que o encarasse, e havia

grande incerteza para saber quem seria o primeiro, que quizesse expôr sua vida a similhante aventura. «Como, dizião «elles, passariamos nós além dos limites, que puzerão nos«sos pais? Que lucro póde resultar ao infante da perdição «de nossas almas, e ao mesmo tempo da destruição de nos«sos corpos, visto que com perfeito conhecimento das cousas «seremos homicidas de nós mesmos? Não terão por ventura «apparecido em Hespanha outros principes e outras grandes «personagens, tão desejosas d'adquirir este conhecimento co«mo o infante nosso senhor? Certamente, não se deve pre«sumir que entre tantos individuos de nobre linhagem, e que «tem executado tão altos feitos por honra da sua reputação, «não tenhão apparecido alguns, que quizessem occupar-se «d'aquillo de que aqui se trata; mas, bem entendido, con«vencidos do perigo, sem esperança de honra ou provei«to, elles terão abandonado tudo. E' claro, dizião elles que «depois d'este cabo não ha povos nem cidades; a terra não «é menos arenosa que os desertos da Libia, onde não se «encontrão arvores, nem agoa, nem herva; e o mar ali «é tão baixo, que á distancia d'uma legoa de terra, não tem «mais d'uma braça de fundo; as correntes são taes que o na«vio, que passar além do cabo, não poderá voltar; e eis-aqui «a razão porque nossos antepassados nunca tentárão passal-o; «e certamente é preciso que não fosse pequena a obscurida«de em que tudo isto ficou, para que elles não soubessem «marcar estes pontos nos mappas, mediante os quaes o ho«mem se guia em todos os mares abertos á navegação.» Ora, que se póde pensar da situação do capitão de navio a que punhão taes duvidas, mórmente quando ellas provinhão d'homens, a que a razão aconselhava que se concedesse fé e authoridade em similhantes materias? Como ousarião elles entregar-se a tal audacia na esperança da morte tão certa, que lhes punhão ante os olhos?.... Por espaço de doze annos o infante n'este trabalho se occupou, enviando annualmente seus navios para aquella região, com grande gasto de seus rendimentos, e durante este espaço de tempo não houve pessoa al-

guma, que se aventurasse a passar além do cabo. Cumpre dizer todavia que os navios do infante não voltavão sem honra, porque para compensar aquillo a que faltavão, não executando completamente o mandado do seu senhor, uns ião á costa de Granada, outros discorrião pelos mares do Levante, até que fizessem importantes tomadias aos infieis e voltassem honrosamente ao reino.»

Continua a relação da cronica — Gil Eannes dobra o cabo Bojador; elle volta ali com Affonso Gonçalves Baldaya.

«O infante acolhia sempre com paciencia os homens, que enviava como capitães de seus navios em busca d'aquella região, não os reprehendia da falta d'execução de suas ordens; mostrando-lhes pelo contrario affabilidade, ouvia suas narrações, e lhes concedia os favores, que tinha por costume fazer áquelles de quem recebia bons serviços. E estes mesmos individuos, ou alguns outros homens especiaes da sua casa, erão logo enviados outra vez pelo infante, em seus navios armados, com augmento de posto, e promessas de maiores recompensas, se em sua navegação chegassem mais ávante que os primeiros, sempre com o fim de adquirir um certo conhecimento proprio para resolver as duvidas. E finalmente no fim de doze annos completos, o infante mandou aparelhar um navio, cujo mando commetteo a um certo Gil Eannes, seu escudeiro, que com o andar do tempo foi feito cavalleiro e mui bem galardoado pelo dito infante. Proseguindo Gil Eannes a viagem, como os outros havião feito, experimentou o mesmo terror e não passou além das ilhas Canarias, onde tomou alguns escravos, com os quaes voltou a Portugal. E isto succedeo no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos trinta e trez. Porem immediatamente, isto é, no anno seguinte, o infante mandou novamente aparelhar o mesmo navio, e chamando Gil Eannes lhe ordenou que fizesse diligencia para passar em fim além do cabo, accrescen-

tando que mesmo quando n'esta viagem não fizesse mais, elle havia de considerar isto como sufficiente. " Vós não podeis, " lhe disse o infante, encontrar perigo tal que a esperança " da recompensa não seja ainda maior; e na verdade mara- " vilho-me de que a imaginação em vós tivesse tal imperio, " que vos fizesse recear cousa tão incerta; porquanto, se o " que referem tivesse alguma authoridade, por pouco funda- " do que eu o considerasse, não vos daria tamanho trabalho. " Porem ides allegar-me a opinião de quatro maritimos, os " quaes, porque vem dos mares de Flandres e d'alguns ou- " tros portos por onde habitualmente navegão, não sabem fa- " zer uso da agulha de marear nem do mappa; todavia ide, " e não vos inspire temor a sua opinião; effeituai esta via- " gem, porque com a graça de Deos só honra e proveito d'el- " la vos ha de resultar. ,,

« O infante era homem de mui grande authoridade, o que fazia com que suas advertencias, por brandas que fossem, tivessem grande peso para as pessoas dotadas d'intelligencia; isto bem se mostrou a respeito de Gil Eannes; porque, depois de ter ouvido estas palavras, se determinou a não voltar á presença do seu senhor sem trazer novas certas d'aquillo por que era enviado. E com effeito assim o fez, porque durante a viagem, desprezando todo o perigo, dobrou o cabo e navegou além d'elle, por sitios onde achou cousas mui oppostas ao que os outros havião presumido até então. E posto que a acção era pequena em si, como grande foi reputada unicamente pela afouteza, que requeria; porquanto se o primeiro navegante, que chegou perto d'aquelle cabo, o houvesse dobrado, não teria por isso merecido louvor, nem gratidão; porem como o perigo tinha sido exagerado aos outros, reputou-se maior a honra de havel-o affrontado. Se a acção de Gil Eannes lhe dava intrinsecamente alguma gloria, é o que bem se póde inferir das palavras, que o infante lhe disse antes da sua partida. A prova d'isto foi manifesta quando elle voltou; porque além do melhor acolhimento, teve um proficuo accrescentamento da fama e fazenda.

« Gil Eannes narrou então ao infante o que lhe succedera; dizendo-lhe de que modo mandára deitar ao mar a lancha e saíra em terra, onde nenhum ente vivo encontrou, nem vestigío de lugar habitado: Gil Eannes accrescentou estas palavras: « E como me pareceo, senhor, que devia trazer al- « guma producção da terra, visto que a tinha visitado, co- « lhi estas plantas, que apresento a vossa graça, e a que ha- « vemos dado o nome de *rosas de santa Maria* (1). » E, terminada assim a narração da sua viagem, o infante mandou aperceber um barinel (2), em que enviou Affonso Gonçalves Baldaya, que era seu copeiro: tambem expedio Gil Eannes com a sua embarcação, e a ambos ordenou que voltassem segunda vez ao lugar designado, o que elles com effeito fizerão, navegando cincoenta legoas além do cabo, e encontrando só terras sem habitações, e em que não havião vestigios d'homens ou de camelos. Depois d'isto, seja que os compellisse a necessidade, ou que recebessem ordem, elles voltárão trazendo estas novas, e sem que executassem outra cousa digna de menção. »

O cabo Bojador (3) é dobrado; a narração singela, e

(1) Provavelmente a *anastatica hierochuntica*, chamada d'outro modo rosa de Jericho.

(2) Segundo o parecer d'alguns authores, deve-se entender por esta denominação um navio pequeno, similhante aos que antigamente andavão pelo Mediterraneo; segundo a opinião d'outros, o barinel ou varinel era uma embarcação de remos.

(3) BOJADOR, adjec., que bója, que faz bojo ou barriga; diz-se d'um cabo, d'uma montanha. Vid J. J. Roquete, *Novo Diccionario portuguez francez.* Quasi todos os historiadores modernos fazem derivar este nome, por onomatopeia, do bramido das ondas, que elles compárão ao mugido dos bois; porem além de que o verbo bojar não tem esta significação, o novo lexicographo está unanime com João de Barros, que assim se exprime na sua primeira decada: — *Porque como este cabo começa de incurvar a terra de mui longe, e ao respeito da costa que atraz tinhão descoberto, lança e boja para oeste perto de quarenta legoas, donde d'este muito bojar lhe chamárão Bojador era para elles cousa mui nova apartar-se do rumo que levavão.* Alguns escritores não só não admittem a etymo-

grave ao mesmo tempo, de Gomes Eannes d'Azurara nos diz com que simplicidade se fez aquella tentativa, que ía mudar a face do mundo. Quizemos imitar aqui os antigos cronistas, suspendemos toda a discussão; e não é sem designio que havemos exposto a unica relação digna de fé, na qual se tem fundado até agora as numerosas narrações repetidas por espaço de quatro seculos, e reproduzindo o erro em cada historiador. Ignorada de uns, alterada systematicamente por outros, aquella relação tem sido de mil maneiras desfigurada. Era d'absoluta necessidade voltar á origem primitiva, e assim fizemos.

Se nos havemos recusado á grande discussão, que naturalmente se apresentava, não é porque ignorassemos os successos mais ou menos curiosos, que a critica tem ajuntado n'estes ultimos tempos. Temos noticia das pretenções dos Italianos dos Catalães; lêmos tudo o que se tem escrito á cerca das primeiras navegações da gente de Dieppe: porem até que o acaso nos faça encontrar alguns d'esses documentos positivos, que o tempo, segundo dizem, nos roubou, havemos de seguir o antigo historiador portuguez. Algum manuscrito arabe viria certificar o naufragio do navio francez de que falla Edrisi (1), provar-se-hia d'um modo positivo que, desde 1364,

logia de Barros, mas negão-se a considerar a palavra Bojador como d'origem portugueza; difficil nos parece participar da sua opinião.

(1) Affirmando que os authores arabes guardão silencio sobre a existencia das terras situadas além do cabo Bojador, e citando Edrisi em apoio d'esta asserção, seria para desejar que o Sr. visconde de Santarem não omitisse uma passagem d'este author, que necessariamente muda o estado da questão. Quando escreveo a sua obra, Edrisi se achava na corte do rei de Sicilia, e por conseguinte no caso de ser bem informado, ora elle falla d'um navio francez, que naufragou em paragens, que podemos suppôr ser o Senegal; citaremos aqui o texto: « Perto da ilha, que acabamos de nomear (a ilha dos Carneiros), está a de Raca, que é a ilha das Aves; dizem que ali se encontra uma especie d'aves similhantes á das aguias encarnadas, e armadas de garras: estas aves sustentão-se de mariscos e peixes, e nunca d'aquellas paragens se affastão. Dizem tamqem que a ilha de Raca produz uma especie de fructos similhantes

os mercadores de Dieppe levárão suas expedições até além de Serra Leoa, á foz do rio dos Cestos; a existencia do pequeno Dieppe no decimo quarto seculo seria tambem provada, assim como a fundação d'uma igreja em Mina no anno de 1380 (1), tudo isto, segundo entendemos, diminuiria mui pouco a gloria, que compete a D. Henrique. Foi elle, com effeito,

aos figos grandes, e de que se faz uso como d'um antidoto contra os venenos. O author do livro das Maravilhas refere que um rei de França, informado d'este facto, á ilha de Raca mandou um navio para obter o fructo e as aves de que se trata; porem o navio perdeo-se, e depois nunca mais d'elle houve noticia. »

Veja-se *Geographia d'Edrisi*, traduzida por Jaubert, t. 1, p. 201.

Seja erro do copista, ou da traducção, o geographo arabe, que nos deo este curioso extracto, apresenta uma contradição singular, que ainda não foi descutida pelos sabios. Nós a sujeitamos áquelles a que similhantes indagações interessão, porque ella parece provar que os Arabes tinhão conhecimento de regiões situadas muito além do cabo Bojador. Quando faz a descripção do primeiro paiz, Edrisi se exprime n'estes termos: " Este paiz começa a oeste do mar occidental, que tambem se chama o mar das Trévas, além do qual ninguem sabe o que existe. Ha duas ilhas chamadas as ilhas Affortunadas, d'onde Ptolomeu começa a contar as longitudes. Dizem que se encontra em cada uma d'estas ilhas um cabeço de pedra, de cem covados d'altura; sobre cada um d'elles está uma estatua de bronze, que com a mão indica o espaço, que lhe fica para traz, etc „ Ora, quando vem a fallar do segundo paiz, o geographo arabe serve-se d'estas expressões: " Diremos pois que a presente secção do segundo paiz começa na extremidade do occidente, isto é, no mar Tenebroso; ignora-se o que existe além d'este mar. A esta secção pertencem as ilhas de Masfahan e de Lamghoch, que fazem parte das seis de que havemos fallado sob a designação d'ilhas Eternas, e d'onde Ptolomeu começa a contar as longitudes dos paizes. Alexandre o Grande foi até lá, e voltou. „ Edrisi prosegue fallando da estatua, que existio em Masfahan, e esta parte da discripção augmenta ainda a similhança, que as duas passagens apresentão. Aqui ha evidentemente um erro, e elle provem de substituirem as ilhas Affortunadas ás de Cabo Verde.

(1) O escritor, que certamente accumulou mais factos, a respeito d'estas tradições tão dignas de ser estudadas, é M. *Estancelin* (Vid. *Navegação dos Normandos*).

que, por uma não interrompida serie de diligencias e assiduas indagações scientificas, conseguio separar a verdade do erro, e tornar evidente aos olhos de todo o mundo o que só se fundava nas mais vagas relações e incertas noticias. Christovão Colombo, n'uma carta, que a Isabel escreveo no fim da sua quarta viagem, lhe relata em termos magnificos uma visão, durante a qual uma voz celeste lhe disse: « O Oceano estava fechado, havia um mundo a descobrir; eu te dei a chave d'esse mundo... » D. Henrique podia tambem invocar a memoria da voz misteriosa, porquanto foi elle quem primeiro quebrou as cadêas, que terião detido Colombo e Gama.

O promontorio de Sagres. — O palacio do infante.

Seja que os terrores d'um mundo fantastico o obrigassem a voltar para o Algarve sem haver effeituado cousa alguma do que o infante desejava, seja que tivesse descoberto alguma ilha incognita, ou, como Gil Eannes, passado além do sitio temido, era para o promontorio de Sagres, para o cabo de São Vicente, que o navegante portuguez apressado se dirigia (1).

(1) O cabo de São Vicente propriamente dito é uma pequena peninsula de sessenta braças de comprimento, que se prolonga para sudoeste, e se une ao continente por meio d'um isthmo de vinte braças de comprimento, formando duas enseadas abertas ao noroeste e ao sudoeste. Suas margens são formadas de rochedos perpendiculares, que em certos sitios chegão a ter duzentos pés d'altura. N'esta extremidade occidental da Europa está um pequeno convento, ainda ha poucos annos habitado por alguns religiosos capuchos, e hoje deserto. As fortificações de Sagres forão, segundo toda a probabilidade, obra do infante D. Henrique, mas soffrerão grandes modificações em 1793. No anno de 1839, sendo ministro o visconde de Sá da Bandeira, erigio-se um monumento á memoria do infante. Este monumento consiste n'uma lapida de marmore de dez palmos e meio d'altura, e cinco e meio de largura, com uma inscripção, que traz á memoria os gloriosos trabalhos do filho de D. João I. Não seria digno de Portugal erigir uma estatua ao infante D. Henrique no sitio em que elle estudava?

Este cabo sagrado, como os antigos lhe chamavão, este ponto extremo do nosso mundo, tão bem escolhido para ir ao descobrimento dos mundos novos, não era solitario, abandonado, como em nossos dias. O grão mestre de Christo, que o escolheo para n'elle estabelecer a sua residencia, dava vida áquellas praias desertas, e infundia alguma cousa do seu animo heroico nos pobres marinheiros, que ora só cuidão em suas rêdes, e que n'outro tempo, usando da expressão d'um antigo poeta, pensavão em estendel-as sobre o mundo. O pequeno convento solitario, que já no promontorio se elevava, não tinha sido ainda fortificado contra os esforços dos Mouros, e contra os ataques dos piratas europeos; porem mostrava sua humilde torre na extremidade do cabo, e servia d'asilo aos peregrinos, que ião honrar o martir, cujo nome n'aquellas praias se venera. Duas legoas mais longe, em Sagres, cujo nome traz á memoria o *promontorium Sacrum* dos antigos, tinha sido construido o collegio maritimo do infante, como alguns authores designão a habitação de D. Henrique, situado a trez milhas ao norte da ponta de rochedo em que termina a Europa. O grão mestre escolheo aquelle lugar para n'elle mandar construir o seu palacio (1), certamente porque a bahia de Sagres permittia facil entrada ás embarcações, que elle expedia. Nos arredores, a terra era fertil e productiva; porem, do promontorio de Sagres até ao cabo, o solo era, como ainda hoje, arido, pedregoso, açoutado pelos ventos em todas as estações; só alguns arbustos pequenos ali se vião, algumas plantas de praia: por toda a parte a rocha viva á vista se offerecia.

N'este lugar se entregava o infante a suas meditações;

(1) O primeiro lugar habitado pelo infante tinha o nome de *Terça-nabal*. Com razão se notou que esta palavra era formada por alteração de *Tercena-naval*. Esta denominação provinha da palavra veneziana *darcena*, arsenal das galés, lugar onde são construidas. Vid. as notas d'Azurara. O nome de villa do infante substituio o primeiro.

á pequena igreja, edificada sobre trez picos avançados, ía orar pelos que enviava a sondar o grande misterio!

Um dia em que, talvez d'esta capella, D. Henrique contemplava a vasta extensão das agoas, uma caravella mostra ao longe sua vela branca; era a de Gil Eannes O cabo misterioso é dobrado, transposto o limite: o desejo do infante póde ir mais longe; elle começa a ver a verdade. Esta vez póde-se dizer com um escritor cheio d'eloquencia, que, não podendo engrandecer o territorio da sua patria, elle lhe deo o Oceano.

Porem mais d'um historiador nos diz tambem quantas vigilias, quantas diligencias o infante houve de fazer para tornar realidade uma theoria confusa, só fundada em relações falsas, ou em escritos dos antigos geographos. Um historiador nos mostra D. Henrique rodeado de seus mathematicos, ou de seus geographos praticos, taes como Jacomo de Malhorca, que elle chamou a Sagres no anno de 1438 (1); outro o representa corregindo os mappas do sabio Valseca (2), sobre o qual se basea a sciencia da sua epoca, e induzindo-o a suppôr os gráos do parallelo iguaes aos do equador, o que alterava por certo a verdadeira grandeza e a posição relativa das

(1) João de Barros, decada 1.ª, liv. 1.º, capitulo XVI.

(2) Gabriel de Valseca era da ilha de Mayorca Em 1439, fez mesmo em Mayorca um mappa maritimo, no qual traçou todos os contornos da costa d'Africa, descrevendo minuciosamente os cabos, as enseadas, e finalmente todos os lugares descobertos pelos Portuguezes; o que elle fez, segundo dizem, com tal exactidão; que se póde suppor que assistio pessoalmente a estas viagens, ou que pelo menos teve á vista a relação intelligente d'alguma testemunha ocular. Este famoso mappa delineado em pergaminho, e com grandes dimensões, foi comprado em Florença por D. Antonio Dezpuisgue, conego da cathedral de Mayorca. Affirmão que Amerigo Vespucio d'elle mandara tirar uma copia que lhe custou 130 ducados d'ouro. Este curioso monumento foi examinado no decimo oitava seculo pelos abbades Betinelli e Lampillas. Vid. *memorias de Litteratura*, tomo 8.º paginas 218. Vid. Tambem, relativo a este geographo. *Investigações sobre os paizes situados na costa occidental d'Africa*, paginas 291.

terras, mas reduzia os rumos a linhas rectas, e por este meio os tornava mais aptos para o fim, que elle pretendia obter (1). Um terceiro historiador nos faz ver o infante meditando sem descanço nas obras de João Muller de Koenisberg, ou nas de Jorge Purbach, e buscando com diligencia ajuntar as noções dispersas d'astronomia positiva, que o seu seculo podia offerecer. E depois de todos estes historiadores, cujos testemunhos não queremos multiplicar, apparece um escritor, que vio D. Henrique e talvez participou de seus estudos, o qual exclama: « Quantas vezes o encontrou o sol no sitio, que occupava na vespera, arruinando a sua saude pelo estudo! (2) » Mas não se acredite que aquella alma zelosa se consumia assim em lentos esforços unicamente por amor das sciencias humanas: o infante era grão mestre da ordem de Christo; tinha jurado, no antigo convento de Thomar, espalhar em todos os lugares entre os infieis a verdadeira religião, e as diligencias, que fazia, erão pela propagação da fé. As caravellas, que sulcavão as ondas do Oceano, e que partião de Lagos, levavão na bandeira a cruz de Christo; e o symbolo da ordem apparecia tambem no centro d'esses pilares, levantados em desconhecidas praias, que attestavão a passagem dos afoutos cavalleiros.

(1) Veja-se o livro intitulado. — *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, por Francisco de Borja Garção Stockler*, p. 17.

(2) Azurara, que conheceo o infante, insiste sobre esta perseverança no trabalho: " Certamente não havia no seu tempo homem, que ousasse continuar as asperezas da sua vida Quantas vezes o sol o encont ou assentado no mesmo lugar em que o havia deixado no dia precedente, velando toda a noite sem descançar, rodeado de gente de diversas nações, não sem tirar proveito de cada individuo; porque não era pequeno jubilo para elle descobrir um meio de ser util a todos. (*Cronica de Guiné*).

Continuação dos descobrimentos além do cabo Bojador.

Este primeiro periodo das explorações dos Portuguezes tem em todas as historias tal importancia desde que se trata de provar a epoca em que mudárão as relações da Europa com as regiões remotas, que quereriamos seguir passo a passo Gomes Eannes d'Azurara na sua narração. Este illustre historiador dos primeiros descobrimentos deixou um *Livro das maravilhas*, que não podemos haver (1). Qualquer se inclinaria a acreditar que depois de ter descrito tantas excursões prodigiosas, tantos esforços e resolução, o sobredito escritor se havia pouco a pouco habituado a viver no mundo ideal, ou, para melhor dizer, a ampliar no verdadeiro mundo os limites do possivel: nada é com tudo mais simples que suas narrações, nada mais sincero. Porem são muitas estas narrações, e carecemos d'espaço; faremos só menção dos successos principaes.

Affonso Gonçalves Baldaya começa o cathalogo dos navegantes; no anno de 1434, o infante D. Henrique o enviou, como havemos referido, em qualidade de capitão, Baldaya era o copeiro mór do infante; e Gil Eannes, que commandava uma embarcação, devia navegar d'acordo com elle, depois de dobrar o cabo Bojador. Baldaya e Gil Eannes entrárão n'uma bahia, que designárão pelo nome d'Angra dos Ruivos. Os dous navegantes virão na area vestigios d'homens e camelos; porem forão estas as unicas noticias, que a Portugal trouxerão.

Em 1436, foi resolvida segunda expedição; porque o infante havia mui judiciosamente deduzido, da relação do seu

(1) Vid. Cardoso, *Agiologio Luzitano.* Seria para desejar que este livro, de que não tem fallado os novos criticos, se tornasse objecto d'algumas indagações serias; o que d'elle refere Cardoso prova quão interessante podia ser para a historia das antiguidades nacionaes.

copeiro, que alguma villa ou aldeia não estava longe do lugar a que os dous navegantes tinhão chegado, e que em todo o caso áquellas paragens ião caravanas em busca d'algum porto. Baldaya partio de novo n'um barinel, de conserva com Gil Eannes. « E, proseguindo a sua navegação, chegárão a cento e vinte legoas além do cabo. » Era ali que os Portuguezes devião ver pela primeira vez os habitantes d'aquella região, e infelizmente este encontro não passou sem effusão de sangue. Baldaya levava no seu barinel dous cavallos, para fazer algum reconhecimento até ao interior. Dous jovens fidalgos, cujos nomes merecem ser conservados (1), que não tinhão mais de dezesete annos, resolutos cavalgárão, e se forão á distancia de sete legoas pouco mais ou menos, seguindo sempre as margens do rio, até a um sitio onde de repente encontrárão dezenove Mouros armados de azagaias. Os dous fidalgos acommetterão os Mouros, e por tão desigual peleja começou a serie de combates arriscados, em que os Portuguezes devião suprir o numero pela audacia. Só no momento em que o sol ía desapparecer se retirárão os dous fidalgos; um estava levemente ferido, mas a sua ferida não ficou sem vingança. Azurara deixou uma descripção assás original da surpreza dos barbaros á vista dos dous mancebos armados, atacando-os d'improviso no seu deserto. O certo é que elles não tornárão a apparecer no sitio em que os havião encontrado, e onde forão de novo buscal-os. Baldaya se foi então ao longo da costa matando os que encontrou, e chegou a um sitio onde um rochedo mostrava a forma d'uma galé. N'este lugar havião redes, que os exploradores levárão para bordo, mui descontentes por não poderem cumprir a ordem do infante, que sobre tudo lhes havia recommendado que tomassem um natural para terem lingoa no paiz (2).

(1) Um chamava-se Heytor Homem, e foi conhecido de Gomes Eannes d'Azurara; o outro era Diogo Lopes d'Almeida.

(2) O artigo consagrado por um distincto escritor a Gomes Eannes d'Azurara, no *Diario dos Sabios*, setembro de 1841, diz com pouca exactidão: *Ali virão elles redes estendidas por pescado-*

O capitulo XI d'Azurara começa por estas palavras: «Nada achamos de notavel a referir a respeito dos annos seguintes; comtudo dous navios forão para aquellas regiões, formando duas expedições separadas: um voltou por causa do tempo contrario, outro chegou só ao Rio do Ouro (1), para recolher pelles e azeite proveniente dos lobos marinhos. Carregado que foi este navio, voltou a Portugal, e n'este mesmo anno o illustre infante D. Henrique passou a Tanger, razão porque não enviou outro navio áquellas paragens.

Quatro annos decorrerão com effeito sem que as expedições se renovassem; porem em 1441, vendo-se livre das guerras deploraveis em que havia mostrado tanta energia e valor, o infante D. Henrique de novo pensou em ampliar os limites de seus descobrimentos. Expedio primeiro um joven maritimo, que fazia parte da sua familia, e se chamava Antão Gonçalves. Ainda este não havia chegado ao seu destino, quando o infante confiou segundo navio a Nuno Tristão, joven cavalleiro educado no seu palacio. Antão Gonçalves tinha já conseguido tomar dous captivos, quando se lhe encorporou Tristão, o qual levava ordem de se ir além da ponta da galé. Unirão os dous exploradores seus esforços, e, n'um sanguinolento combate, mais dez prisioneiros cairão nas mãos dos Portuguezes. Entre estes prisioneiros, diz a cronica, havia um chefe designado pelo nome de *Andahu*, bom cavalleiro. No decurso d'esta narração, mais d'uma vez se tem observado que não succedia n'aquelle tempo acontecimento grande sem que a instituição da cavallaria, tão prompta em galardoar os serviços de toda a especie, désse claras provas da sua alta missão. Chamou-se a este lugar *Porto do Cavalleiro*, porque ali foi, por Nuno Tristão, o joven Antão Gonçalves ar-

res: no original vem: *Ali sairão em terra onde achárão redes*. O fim principal de Baldaya, e de seus companheiros, era apanhar algum habitante da costa; e se as redes estivessem estendidas, elles terião por certo procurado aprehender os pescadores.

(1) Notaremos de passagem, com Antonio Galvão, que o Rio do Ouro só no anno de 1443 recebeo este nome.

mado cavalleiro. Esta honra lhe foi unanimemente conferida por seus companheiros (1). Antão Gonçalves voltou a Portugal, mas Tristão proseguio a sua viagem, e só entrou em Lisboa depois de haver denominado na costa d'Africa o cabo Branco (2). Ali tambem encontrou vestigios d'homens, instrumentos proprios para a pesca, mas não pôde fazer outros prisioneiros.

A chegada d'estes dous officiaes foi um grande acontecimento na corte de D. Henrique. O santo principe, como Azurara lhe chama, quiz possuir os thesouros da Igreja, para repartil-os pelos afoutos capitães, que no porvir intentava enviar áquellas regiões desertas: em consequencia d'isto enviou uma embaixada ao papa Martinho V, participando-lhe os maravilhosos descobrimentos, que acabava de fazer; e um homem eminente d'aquella epoca, Fernão Lopes d'Azevedo, foi incumbido d'esta memoravel missão, que, n'aquelle tempo de desordens, ficou quasi ignorada: todavia, na bulla, que o papa Eugenio IV, successor de Martinho, expedio ao infante D. Henrique, concedeo a este principe, grão mestre da ordem de Christo, não só as terras, que elle havia explorado, mas as que ainda pudesse descobrir desde o cabo Bojador até ás regiões, cujos limites não erão conhecidos, e isto para a coroa de Portugal. Não poderiamos aqui admittir, com João de Barros, que as Indias forão designadas; nada a seu respeito diz o texto da bulla citada por Azurara (3).

E' pois sem razão, a nosso entender, que os historiadores assim repetem esta formula de concessão. Mais tarde, quando Nicoláo V. expedio segunda bulla, com data do mez de janeiro do anno de 1450, concedeo todas as conquistas

(1) *E assim foi este o primeiro cavalleiro, que foi feito n'aquellas partes.* Azurara *Cronica de Guiné.*

(2) O cabo Branco está situado pelos 20.° 46′ de longitude, e 55.° de latitude N.

(3) A indulgencia plenaria é, pelo contrario, especificada na bulla para todos os individuos, que tomassem parte nas expedições d'Africa.

d'Africa com as ilhas nos mares adjacentes desde o cabo Bojador e de Não até toda a Guinéa (1).

Andahu, o chefe preto de que a cima fizemos menção, com vehemencia desejava tornar a ver a sua patria; e, segundo toda a apparencia, elle tinha feito alguma relação maravilhosa a respeito da quantidade d'ouro, que seria possivel obter em troca da sua pessoa. Affonso Gonçalves foi o primeiro, que se pôz a caminho para Africa, na intenção de realisar estas promessas; e em sua companhia levou um valente cavalleiro allemão, chamado Balthasar, o primeiro estrangeiro, que n'aquellas viagens tomou parte, e que o gosto das aventuras levou áquellas regiões. Este digno cavalleiro tinha grande desejo de ver tempestades, e estas não lhe faltárão, diz Azurara; Balthazar pensou não tornar a vêr as abundantes regiões da Suobia, as formosas margens do Rheno. Elle desembarcou felizmente em Africa, no sitio em que os prisioneiros havião caido nas mãos dos Portuguezes. *Andahu*, em cuja palavra confiávão já como na d'um cavalleiro christão, foi posto em terra, e houve grande receio de que elle esquecesse a sua promessa. Por espaço de oito dias o aguardárão á borda do rio; *Andahu* não voltou pessoalmente, é verdade, mas no fim d'uma semana appareceo um Mouro sobre um camelo branco, e o commercio começou. Por *Andahu* e seu companheiro, Gonçalves recebeo dez individuos, pretos e pretas. O primeiro homem incumbido d'este odioso commercio foi um criado do infante, que Azurara diz chamar-se Martim Fernandes. Nas bordas do rio, em que trocavão homens por homens, entregárão tambem aos Europeos uma porção d'ouro em pó. O Rio do Ouro foi assim chamado depois d'esta troca; tambem lá derão a Gonçalves alguns ovos d'ema, que apparecerão na meza do infante. A viagem, que a Portugal trouxe os exploradores, não foi certamente de longa duração, por quanto o sincero cronista re-

(1) Esta bulla é enviada a D. Affonso V, ao infante D. Henrique, e a todos os reis seus successores.

fere que os ovos d'ema estavão tão frescos como se acabassem de ser postos. Pelo que toca a Balthasar, o cavalleiro allemão, depois de receber muita cortezia do infante se foi para as regiões do Norte referir suas aventuras.

Correriamos risco de caír n'uma enfadonha monotonia, se passo a passo seguissemos o predecessor de João de Barros em suas minuciosas narrações: seria preciso dizer como Nuno Tristão foi á ilha de Geta e fez novos captivos; o modo porque Lançarote, outro criado do infante, com seus navios se foi ás terras de Guiné, d'onde trouxe pouco mais ou menos duzentos pretos. Seria preciso referir como Gonçalo de Cintra deixou o seu nome a uma bahia, onde os pretos o fizerão prisioneiro (tudo isto nos conduziria até ao anno de 1445); e tambem seria necessario mencionar as peregrinações sem numero do animoso Gil Eannes. No anno de 1446, um escudeiro de D. Affonso V., que João de Barros diz chamar-se Diniz Fernandes, e que era natural de Lisboa, se embarcou para estas expedições, movido antes pelo desejo da honra que pelo amor do lucro, diz a cronica. Este chegou até ao rio Senegal, aprehendeo alguns pretos, e, se nos reportar-mos a Galvão, foi até ao cabo Verde. Diniz Fernandes chegou certamente a este cabo em 1447, no ensejo da sua segunda expedição, e na praia plantou a cruz da ordem de Christo, que assignalava já tantos descobrimentos.

N'este mesmo anno Nuno Tristão voltou á costa n'uma caravella; porem esta ultima viagem foi-lhe fatal, porque, depois de passar o cabo Verde e de se haver adiantado além do rio Grande até ao vigessimo gráo, foi morto pelos pretos com dezoito Portuguezes. Quatro ou cinco homens da equipagem, que tinhão ficado a bordo trouxerão o navio a Portugal. Se nos reportarmos a Antonio Galvão, foi por esta epoca que se espalhou a *fabula das sete cidades*, que tanta influencia teve na geographia da idade media. Segundo este escritor, recommendavel por mais d'um titulo, mas sobretudo curioso, porque dá conta da maior parte das tradições desprezadas por outros historiadores, uma embarcação portu-

gueza, que demandava o estreito de Gibraltar, foi pela tormenta impellida para as regiões d'oeste, contra a vontade dos que n'ella íão. Uma ilha, em que havião *sete cidades*, lhes appareceo em fim; e a primeira pergunta, que lhes fizerão em portuguez (porque os habitantes fallavão este idioma) teve por objecto saber se os Mouros occupavão a Hespanha, d'onde aquella gente tinha fugido no tempo do rei Rodrigo. O contra-mestre do navio trouxe uma pouca d'area d'aquellas ilhas, e a vendeo a um ourives de Lisboa, que d'ella extrahio uma boa porção d'ouro. Tal era, em summa, a relação, que no decimo quinto seculo circulava ácerca da região das sete cidades (1). Porque largo tempo se buscou n'esta vaga relação origem para o descobrimento do novo mundo, e se pretendeo que fossem estas ilhas as regiões a que aportou Colombo, é que entendemos não dever passar em silencio a *fabula d'Antilia* Antonio Galvão é o primeiro escritor verdadeiramente grave que d'ella faz menção, e, n'esta occasião, escreve com todos os signaes de duvida, com todas as reticencias d'uma judiciosa reserva. Pelo meio do decimo quinto seculo, estas narrações mentirosas se misturavão sempre ás verdadeiras, e davão uma actividade salutar aos trabalhos dos navegantes. Para bem comprehender esta grande epoca, convem trazer á memoria as fabulas, do mesmo modo que se expõe os successos positivos. De todas estas tradições primitivas, aquella a que se dá mais importancia, e que tem mesmo persistido até ter em nossos dias um certo valor scientifico, é certamente a historia dos Mouros *Mughrourinos*, sobre a qual o sabio Macedo prepara, segundo dizem, um grande trabalho; porem as investigações d'este geographo eminente tem por objecto fazer passar para o numero das relações imaginarias a historia dos musulmanos de Lisboa, os quaes, adiantados no undecimo seculo, sua navegação além das Canarias, affirmárão ter na volta visitado

(1) Antonio Galvão, *Tratado dos Descobrimentos antigos e modernos.*

regiões desconhecidas, onde opulentas cidades lhes havião offerecido hospitalidade. O nome, que elles deixárão a uma das ruas de Lisboa, e que significa propriamente *bairro dos que forão enganados*, prova o pouco credito, que desde a origem mereceo aquella vaga narração.

Lenda do Mar Tenebroso.

Entre as relações curiosas, que no decimo quinto seculo corrião sobre os misterios, que o Oceano occultava, ha uma, que tem com frequencia sido alterada, e que uma politica suspeitosa se comprazia em repetir aos estrangeiros no mesmo tempo em que os navios de Portugal sulcavão os mares d'Africa. Ora, esta relação tão curiosa foi referida, no decimo quinto seculo, a um viajante allemão, que a conservou com a sua primitiva singeleza.

N'uma epoca ignorada, certo rei de Portugal mandou construir trez navios, e ordenou que os bastecessem de tudo o que fosse necessario para uma viagem mais longa que nenhuma das que se havião até então emprehendido: não se limitou a isto a precaução do digno rei, e elle metteo doze escreventes a bordo de cada navio para o informarem dos acontecimentos, que sobreviessem. Não podião estes cronistas ficar sem trabalho, por quanto os navios do rei de Portugal devião navegar por espaço de quatorze annos. Elles partirão, e, como referirão ao irmão da rainha de Bohemia (1), no fim de dous annos chegárão ao meio de certa região tenebrosa (*in tenebras quasdam*); e depois de duas semanas de navegação surgirão n'uma ilha desconhecida, onde desembarcárão e descobrirão habitações subterraneas, cheias d'ouro e prata. Nenhum ente humano apparecia, e com tudo os Portuguezes não ousárão tomar cousa alguma d'estes thesouros. Nos eirados

(1) O barão de Rozmitale e Blatira, irmão da rainha Joanna de Bohemia, esposa do rei Jorge II. Elle começou suas peregrinações no anno de 1465.

d'estas habitações havião jardins e plantações de vinha ; e aqui o digno viajante observa judiciosamente que a mesma circunstancia tem lugar em França. Os Portuguezes demorárão-se trez horas na ilha, consultando entre si ácerca do que convinha fazer d'estas immensas riquezas; que não tinhão donos apparentes. Por muito tempo hesitárão elles em ausentar-se como havião chegado; finalmente um temor salutar prevaleceo. Felizes forão certamente; porque mal sairão ao mar, o Oceano começou a rolar ante elles suas ondas como immensas montanhas. Grande terror se apossou dos nossos viajantes, por prudentes que se houvessem mostrado. Ora, pondo-se os trez navios á capa, os capitães convocárão um conselho. Temos, disserão elles, diante de nós uma clara prova do poder divino: que convem fazer? Lançar-nos-hemos ao meio do cachão das ondas, ou devemos affastar-nos? Depois de varios pareceres, decidio-se que dous navios tentassem a aventura, e que o terceiro os aguardasse. Se os viajantes não voltassem passados quatro ou cinco dias, a morte era certa; e o navio, que os esperava, devia abandonar aquellas paragens e voltar a Portugal. Não só cinco dias os esperárão, mas deixárão decorrer mais de onze, sem tomar uma dicisão definitiva. Vencidos pelo terror, voltárão em fim a Lisboa. Entrados que forão no porto, a gente da cidade encontrando-os lhes perguntava de que paiz erão oriundos: debalde respondião elles que erão os homens, que ElRei enviára a explorar as maravilhas do mar, ninguem os conhecia. Em fim, algumas pessoas disserão: Nós estavamos presentes quando ElRei expedio esses navios; mas não enviou homens como vosso aspecto. Tendes os cabellos brancos; elles, pelo contrario, estavão no vigor da mocidade. Era isto por certo um grande milagre de Deos; por quanto, posto que elles tivessem muitos parentes na cidade, e nos arredores, nenhum podia reconhecel-os; e, com effeito, elles estavão encanecidos como as arvores, carregadas da geada do inverno. O monarcha, que em Portugal então reinava, não estava menos maravilhado que seus vassalles; as narrações d'estes homens tinhão o caracter da verda-

de, mas ElRei temia que elles fossem piratas manchados com o sangue de seus vassallos, e pedio os diarios dos seus trinta e seis escreventes, dizendo, com juizo mui são em taes circunstancias: « Visto que enviei trinta e seis escritores repartidos pelos trez navios, não voltão agora menos de doze » O digno rei á sua presença chamou estes homens, que ninguem reconhecia; e, na falta de relação dos historiographos, houve de contentar-se com a sua narração. Ao cabo de cinco mezes d'uma navegação facil, havião elles andado seis mil legoas; gastárão dezoito mezes para chegar ao mar Tenebroso. A ilha, a que aportárão, teria obra de trez milhas de comprimento e uma largura proporcionada. O resto da relação, feita a ElRei de Portugal, já o leitor sabe. O redactor das viagens de Rozmitale affirma que esta narração dos aventurosos navegantes foi compilada por ordem do principe (1).

Eis-aqui d'um modo succinto qual era pouco mais ou menos a natureza das relações, que então se fazião correr na Europa, os contos singulares, que occupavão os melhores espiritos. Facil nos seria por certo multiplical-os; porem, posto que de bom grado encetamos estas curiosidades historicas, mórmente quando ellas são pouco conhecidas, não poderiamos esquecer que somos chegados a um periodo em que importantes successos politicos, passados muitas vezes em silencio, requerem a nossa attenção, e nos chamão necessariamente á Europa. Depois do fallecimento d'ElRei D. Duarte, os descobrimentos ao longo da costa d'Africa, longe de serem interrompidos, forão proseguidos com um zelo, que attesta a perseverança do infante D. Henrique. Não só este principe sabia admiravelmente escolher os estrangeiros, que em-

(1) As viagens do barão How de Rozmitale e Blatna forão reimpressas em Brunn em 1824. Veja-se o que a este respeito diz M. Ternaux. porem o livro original deve ser posto no numero das maiores raridades bibliographicas do decimo quinto seculo. A traducção latina d'esta relação, publicada no decimo quinto seculo, é tambem mui rara, d'ella existe um exemplar na bibliotheca de Santa Genoveva.

pregava, na intenção d'augmentar suas observações, mas, para dar idéa do valor, que alguns dos seus criados manifestávão, nas diversas missões de que erão incumbidos, basta lembrar que não hesitavão em se entranhar pelas medonhas solidões do interior, para lá estudarem os costumes dos povos, que havia intento de sujeitar: tal foi esse João Fernandes, que Gomes Eannes d'Azurara conheceo, e que por espaço de sete mezes esteve só nas terras desoladas, que o Rio do Ouro banha, para entrar em communicação com as tribus errantes, de que esperava obter noticias; por quanto, da leitura d'Azurara se collige, que desde o anno de 1445 o infante desejava ter conhecimento das Indias e das terras do Preste-João. João Fernandes fallava o arabe, que tinha ido aprender aos Estados barbarescos, e corria por isso menos risco que qualquer outro; porem se nos lembrarmos das singulares narrações, que então circulavão, o animo de João Fernandes ha de certamente admirar (1). Longe estavão as excursões dos criados do infante de ter um caracter pacifico: cada viagem emprehendida, principalmente pelos marinheiros do Algarve, teve por objecto conseguir escravos, que vinhão ser vendidos a Lagos (2) Este commercio era ás vezes consideravel; a quinta par-

(1) Lê-se na *Cronica de Guiné*, que quando Lançarote, fallando aos marinheiros, que o rodeavão, perguntou se algum d'elles queria seguil-o, Alvaro de Freitas exclamou: "Eu não sou homem, que me separe de tal companhia; vamos onde vos aprouver, e, se desejais, até ao paraizo terreste!" Cincoenta annos mais tarde. Christovão Colombo acreditava ainda que as agoas do Orenoco podião leval-o á habitação immortal.

(2) A cidade em que se fizerão as primeiras transacções commerciaes do infante D. Henrique com os paizes novamente descobertos, Lagos, está situada em 37.° 71.′ 7.″ de latitude. Esta cidade foi edificada na costa occidental da bahia do mesmo nome, sobre trez outeiros na margem direita do braço de mar, que banha suas antigas muralhas. Não se sabe com certeza a epoca da fundação da sobredita cidade; porem collige-se d'uma carta de D. Affonso IV, que no anno de 1332 seus muros não estavão inteiramente acabados. Posto que na maré cheia a bahia de Lagos só possa admittir pequenas embarcações da lotação de 750 quintaes pouco mais ou

te d'elle pertencia ao grão mestre da ordem de Christo. A penna eloquente de Gomes Eannes d'Azurara escreveo a narração d'uma d'essas vendas d'escravos, que no decimo quinto seculo se fizerão em Lagos; e se o antigo escritor indignado condemna tão odioso commercio, encontra para desculpal-o razões fundadas no sentimento religioso d'aquelle tempo. Mouros ou pretos, aquelles escravos erão em continente convertidos ao christianismo, e como taes passavão para a povoação agricola. As viagens destinadas a fazer captivos se repetirão durante a primeira metade do decimo quinto seculo; comtudo singularmente as tem exagerado n'estes ultimos tempos, visto que parece positivo que desde as primeiras explorações até ao anno de 1446, o numero total das caravellas empregadas n'estas viagens não passou de cincoenta e uma; pelo que erradamente diz um artigo do *Diario dos Sabios*, que Portugal aparelhava armadas de cincoenta e uma caravellas para continuar n'aquellas paragens os descobrimentos do infante D. Henrique: estas grandes expedições só um seculo depois se effeituárão (1).

menos, parece positivo que no decimo quinto seculo os Venezianos com suas galeras frequentarão este porto, e, em troca de suas preciosas mercadorias, se apossavão dos productos da pesca, mui abundante n'aquellas paragens. Tambem está provado que elles levavão uma parte das colheitas d'aquelle fertil territorio. Ainda que, segundo o recenseamento de 1837, a povoação não suba a mais de 8$277 habitantes, n'aquella epoca de prosperidade era certamente muito mais consideravel. Longa e difficil tarefa seria referir todos os desastres, que a cidade de Lagos soffreo em consequencia do terremoto de 1755. Para d'elles dar em poucas palavras alguma idéa, diremos que o mar se elevou á altura das muralhas, isto é, a cinco braças; e que depois de destruir parte das fortificações, entrou meia legoa pelas terras, fazendo espantosos estragos. A cidade de Lagos, que então continha novecentos fogos, largo tempo gastou em se restaurar de similhante dezastre. Esta cidade acha-se hoje n'um estado assás florescente, e 400 marinheiros ali mantem a prosperidade de suas pescarias; porem é para desejar que o bello aqueducto, que abastece d'agua, seja reparado de modo conveniente (*O Panorama*, t. 6, ou primeira parte da 2.ª serie, p. 355).

(1) Vid. o artigo consagrado á cronica de Gomes Eannes d'Azu-

Regencia do infante D. Pedro, por appellido d'Alfarrobeira.

Chegado á epoca em que Portugal se vio de repente privado d'um rei em que tinha tão justas esperanças, um antigo historiador, que emprehende narrar os successos do decimo quinto seculo (1), começa por nomear o regente D. Pedro, segundo filho de D. João I; e taes são as expressões de que usa, tal o seu enthusiasmo pelo grande caracter, que vai descrever, que pareceria exagerado, se o amor da verdade aqui não prevalecesse evidentemente sobre a prudencia, visto que o grande principe achou perseguidores até depois da morte, e que os homens, que julgavão ter apagado os vestigios d'uma administração como por certo nunca houve na Peninsula, fizerão em perseguir a memoria do justo tantas diligencias, como havião empregado para arrancar-lhe o poder. Escutemos sem desconfiança o antigo historiador, que no meio de tantas vozes confusas soube distinguir a verdade:

« Este infante foi dotado de virtudes numerosas, e em tal gráo, que parecia, por assim dizer, um homem divino

rara, anno de 1841. Assim se exprime o author: " Sociedades commerciaes se formárão, sob a protecção das caravellas da ordem de Christo, para a exploração d'aquellas paragens, d'onde havia certeza de trazer ouro em pó, pelles de lobos-marinhos, dentes d'elephante, ovos d'ema, e infelizmente tambem pretos, o mais deploravel e lucrativo dos generos ministrados pela costa d'Africa. Por isso em breve, em vez da pequena embarcação de Gil Eannes, para aquellas regiões vogárão armadas de seis, quatorze, e mesmo de *cincoenta e uma* caravellas. ,, p: 710.

(1) Vid. o manuscrito portuguez da Bibliotheca real, que tem o numero 10,258. O author, provavelmente ecclesiastico, que deo em portuguez esta versão da cronica geral falsamente attribuida a Affonso o Sabio, não póde resistir ao desejo de referir certos successos, que no decimo quinto seculo acontecerão, e de que elle não pôde ser contemporaneo. Nos consultamos pois aqui uma origem ignorada de todos os historiadores.

(1). Temperança, grandeza, constancia, magnanimidade, rectidão, elle teve todas estas virtudes mais que os outros homens: por isso os bons o amavão tanto quanto os máos o temião. « Em breve vamos ver a quem devia ficar a victoria.

Logo depois da morte d'ElRei D. Duarte, Affonso V, ainda infante, foi reconhecido como rei de Portugal, e nomeada depois a regencia. O poder se achou dividido d'esta sorte: a rainha Dona Leonor ficou incumbida da administração e da tutela; o infante D. Pedro recebeo o titulo de *defensor do reino*; e o conde d'Arrayolos, filho do conde de Barcellos, foi encarregado de tudo o que dizia respeito á administração da justiça. Assim dispostas as cousas, tudo á primeira vista parecia dever tomar uma feliz direcção, e toda a gente entendia que estas disposições conciliadoras devião tornar a trazer os bellos dias de D. João I. Porem as paixões ambiciosas vierão ainda frustrar esta vez o que os homens parecião haver tão judiciosamente calculado. Longe estava a rainha Dona Leonor de participar, a respeito do infante D. Pedro, dos sentimentos de ternura, que D. Duarte sem cessar manifestava a este irmão querido: a rainha pelo contrario, detestava o infante, e desde o principio da regencia mostrou claramente a sua aversão. O joven rei não tinha então mais de seis annos: por aio lhe havião dado esse digno Gonçalo d'Athaide, primeiro conde d'Atouguia, que era inteiramente affeiçoado ao infante, do qual havia sido companheiro. Que podia ser, aos olhos da rainha Dona Leonor, uma tutella, que não lhe deixava esperar authoridade na administração, nem influencia sobre seu filho? Uma deploravel desavença se suscitou. Além d'isto cumpre dizel-o aqui, posto que os historiadores geralmente omittão este facto, um odio ainda mais vehemente, mais perseverante, ameaçava o infante, era o

(1) *Assy que parecia homem divynal!* E' a primeira vez que encontramos esta expressão n'um cronista; e ella coincide com as palavras compassivas, que ElRei D. Duarte deixa escapar, quando falla de seu irmão ausente. Vid. o *Leal Conselheiro*, publicado em 1843 pelo senhor Roquete.

de um irmão. O duque de Bragança, D. Affonso, detestava D. Pedro talvez com mais animosidade que a rainha Dona Leonor.

Se algum dia se publicar a excellente cronica d'Alvaro Lopes, que ainda está manuscrita, mil cousas curiosas se hão de saber á cerca do primeiro periodo d'um reinado agitado; e ver-se-ha que o odio, que desunia os dous irmãos, não teve primitivamente outra causa além d'uma antiga rivalidade. Em 1432, depois do fallecimento de D. Nuno Alvares Pereira o cargo de condestavel de Portugal veio a vagar. O filho bastardo de D. João I, D. Affonso, vio certamente n'esta dignidade um meio de diminuir o desdouro, que lhe provinha do seu nascimento: D. Affonso sollicitou a dignidade de condestavel, e buscou todos os meios de conseguil-a: porem encontrou um competidor no infante D. Pedro, que aspirava áquelle eminente cargo, e desde então se suscitou entre os dous principes uma inimizade, que só a morte devia findar.

Prolixa seria a narração de tudo o que o irmão estimado de D. Duarte houve de soffre d'estes odios, ao principio occultos, e das pretenções, que elles inspiravão. Os conselheiros da rainha Dona Leonor vierão a persuadir a esta princeza que era indispensavel recorrer, a seus irmãos, os celebres infantes d'Aragão, para obter ao mesmo tempo uma vingança com ardor desejada, e uma authoridade, que todos os dias lhe ía fallecendo. Este modo de proceder teve os mais funestos resultados para a rainha e para o reino. Não só os infantes tirárão enormes lucros pecuniarios d'esta intriga politica, visto que um antigo escritor affirma que a sua fortuna se duplicou; porem a rainha, levando com sigo a aversão publica, foi compellida a ausentar-se para Castella, onde em breve se vio exposta á mais cruel necessidade. Dona Leonor procedeo contra o parecer de seus cunhados, e cara pagou a sua imprudencia: não só viveo em Hespanha n'um estado visinho da miseria, visto que o conde D. Fernando de Menezes houve de enviar-lhe uma somma consideravel para prover

a suas necessidades, mas de curta duração foi a sua existencia. Dona Leonor acabou em Toledo a 19 de fevereiro de 1445, completamente abandonada do seu partido; e houverão suspeitas de que o condestavel Alvaro de Luna, inimigo pessoal da sua familia, a mandára envenenar. Mais odiosas desconfianças houverão ainda, como em breve se verá, ácerca d'esta morte deploravel.

Tudo isto era acompanhado de grandes perturbações interiores; e tal era a aversão, que esta desafortunada rainha havia inspirado, que se vio o póvo expulsar o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, porque este prelado era considerado como criatura de Dona Leonor. Depois de varias contestações, mui numerosas para relatar aqui, decidio-se finalmente n'uma junta, que a D. Pedro pertenceria o poder até á maioridade d'ElRei.

Esta memoravel regencia durou pouco mais ou menos dez annos; e podemos dizer, sem receio de que nos tenhão em conta d'exagerados, que este periodo da historia de Portugal é ao mesmo tempo um dos mais fecundos em resultados, e um dos mais difficeis d'estudar. O homem, que á leitura da antiguidade se havia applicado, o espirito curioso, que tinha ido aos proprios lugares estudar as instituições dos povos modernos, o principe, n'uma palavra, que tão bem comprehendia as necessidades do seu seculo, e as grandes cousas dos seculos passados, a tudo proveo e tudo soube manter. O codigo começado no tempo de D. Duarte foi examinado pelos cuidados de D. Pedro, e desde logo tomou uma influencia, que não tem perdido. Graças á energia do infante, certas ordens militares sairão da sujeição em que se conservárão os grão mestrados d'Hespanha, de que ellas dependião. Foi tambem por suas istancias que o papa Eugenio libertou Valença na provincia do Minho, e Olivença no Alemtejo dos direitos, que devião aos bispados de Tuy e Badajoz. em fim, se deixava a seu irmão a gloria d'executar os grandes descobrimentos, que o tornavão immortal, D. Pedro sabia descobrir a

influencia e mesmo preparar os resultados dos sobreditos descobrimentos.

Estes successos, examinados do ponto de vista em que nos achamos, a muitas pessoas poderão parecer de mediocre importancia; os povos não se enganárão então, e o sincero testemunho d'um antigo historiador portuguez, o provará melhor que dissertações estudadas. Esta narração tambem nos fará comprehender que pensamentos dolorosos, que molestas incertezas acommetterão a grande alma do filho de D. João I, quando entendeo tudo o que ía custar-lhe a execução da sua devisa cavalleirosa.

« A perfeição e a prudencia com que o infante D. Pedro governou o reino forão cousa tão notavel, que os cidadãos quizerão erigir-lhe estatuas nos lugares publicos. E havendose d'esta sorte entendião elles que excedião os desejos do infante; porem a sua modestia foi tão singular, que pedindolhe os habitantes da cidade Lisboa, licença para dar á execução o que pretendião fazer, o infante lhes respondeo, com ár melancolico, n'estes termos: « Amigos, se a minha imagem fosse esculpida onde dizeis, dias virião nos quaes, em galardão dos bens que vos tenho feito, e d'outros que ainda com ajuda de Deos pretendo fazer-vos, vossos filhos a derribarião, e ás pedradas lhe vasarião os olhos. Que Deos me guarde! por quanto eu de vós só espero o que acabo de dizer, ou talvez cousa peor (1). » Ora os cidadãos ficárão então admirados d'estas palavras, de que mais tarde conhecerão a verdade. E de tudo isto se póde induzir que elle tinha alguma revelação da sua morte violenta: porque um dia, achando-se em Coimbra, no tempo em que regia o reino, passando pela porta da ponte em que estávão esculpidas as armas da cidade, o infante D. Henrique, olhando para as ditas armas (2),

(1) Nas obras poeticas do preclaro infante se encontrão alguns versos sobre a inconstancia do favor popular, as quaes bem quadrão com o principe, que deo tal resposta. Vid. o *Canccioneiro* de Garcia de Resende, p. 73.

(2) Vid. *Dialogo de varia historia*, p. 166. Pedro Mariz re-

com risonho, semblante lhe disse: « Meu irmão, esta figura póde mui bem ser-nos comparada; porque d'uma parte, vos dais apoio ao leão, que significa a Hespanha, e, da outra, a Portugal, qne está representado pela serpente sobre o escudo de nossas armas. — E' verdade, replicou o infante D. Pedro; porem vêde a mulher; ella está em cima d'um calis, que é o emblema do sangue! De meus trabalhos, serviços e beneficios, eis-ali o que ha de ser a recompensa. »

Os verdadeiros desgostos do regente começárão com a maioridade d'ElRei; e com tudo quando D. Affonso completou a idade de quatorze annos, um vinculo mais pareceo dever estreitar os que naturalmente existião entre o principe, que ía governar, e o que tão judiciosamente havia admnistrado o Estado. A filha de D. Pedro, conforme os desejos de D. Duarte, esposou o joven monarcha a 6 de maio de 1448 (1). Dona Isabel, ainda que pouco mais adiantada em annos que seu marido, tinha bastante graça e formosura para exercer alguma influencia no esposo, que sinceramente a amava; porem falleceo-lhe a energia ou verdadeiro poder, para aplacar antigas inimizades, que nunca se havião completamente extincto, e que desde tantos annos sugerirão a vingança.

Em 1446, tinha o septro sido solemnemente entregue, durante as cortes, a D. Affonso V; e existe nas *Provas da historia geral*, uma carta, em que o joven rei clarameute a seu sogro manifesta gratidão pelos actos da sua administração, induzindo-o, a conservar as redeas do Estado, que com mão tão firme elle mantinha. Estas judiciosas disposições não forão infelizmente de longa duração: no seguinte anno, ElRei, instigado por perfidos conselheiros, privou o regente da authoridade, e lhe escreveo, declarando-lhe que podia considerar-

fere largamente a lenda tradicional das armas de Coimbra, d'onde elle mesmo era oriundo. O brasão da cidade representava uma mulher segurando um calis; o que explica as palavras do regente.

(1) Ou, segundo um acreditado escritor, no anno precedente de 1447.

se no porvir como desobrigado de todo o cuidado e separado da governança. O infante D. Pedro retirou-se então ás suas teras, e resignado aguardou a hora em que havia de esgotar o calis sanguinolento.

Uma dolorosa preocupação se apossa do espirito, lendo com attenção as cronicas, que reproduzem a historia d'aquella funesta epoca, e ao mesmo tempo admira a incessante actividade dos inimigos de D. Pedro, e a apathia dos homens eminentes, que podião defendel-o de modo tão efficaz.

Assim, em quanto o duque de Bragança vai insultal-o até em suas possessões, vê-se o infante D. Henrique, o que recebera em Coimbra a prophetica confidencia, perseverando em seus estudos, não pondo de parte os negocios do mestrado, nem esquecendo um só instante seus navios; para soccorrer a victima. Porem no meio d'esses homens que o amor da sciencia torna egoistas, ou que o desejo das honras constitue ingratos, D. Pedro tem um amigo, que saberá morrer para cumprir um juramento; é o illustre Almada, que por munificencia dos reis de França possue um rico condado em Normandia, e que está inscripto no catalogo dos cavalleiros da Jarreteira, a par do regente.

D. Alvaro Vaz d'Almada (1), *conde d'Arranches.*

Ha com effeito, durante este periodo tão dramatico, um dos mais insignes cavalleiros de Portugal, que tem um nome francez, e que os Francezes ignorão. E' esse D. Al-

(1) A historia de D. Alvaro Vaz d'Almada é em geral pouco conhecida fora de Portugal, onde a biographia d'este grande homem é rodeada de circunstancias contraditorias. Julgamos fazer um serviço aos historiadores, que tratarem do decimo quinto seculo, indicando-lhes o manuscrito da bibliotheca real, sob o numero 10,257, S. G. N'este livro das *linhagens de Portugal*, que pertenceo a Damião de Gões, se encontrarão os mais curiosos documentos a respeito d'este famigerado conde d'Arranches, e de sua origem; conveniente será todavia sujeitar certos successos a uma se-

varo Vaz d'Almada, que a D. Pedro teve uma amizade tão intima, que só a morte pôde acabar. Nasceo D. Alvaro, segundo a probabilidade, pouco mais ou menos na epoca em que D. João I houve seus primeiros filhos: foi este varão comprehendido no numero dos doze, que forão a Inglaterra pelejar pela honra d'uma dama ultrajada; porem, para admittir hoje este feito outr'ora celebrado por Camões, serião por certo precisas outras noticias historicas além das que bas-

vera critica, porque é evidente que muitos carecem de rectificação. Tavares faz descender os cavalleiros d'esta geração do grande Janeanes d'Almada, que exerceo os mais importantes cargos no tempo de D. Pedro, e depois no reinado de seu filho, e ao que se deverão as fortificações com que este ultimo monarcha cingio a cidade de Lisboa. Este illustre varão viveo cento e nove annos, e duas vezes foi enviado como embaixador. "Era homem mui honrado, diz a cronica, e habituado a usar de trajes tão ricos, que quando alguem queria louvar uma pessoa bem vestida lhe dizia: Assimilhais vos ao grande Janeanes." D. Alvaro Vaz d'Almada, de quem se trata aqui, e que fôra alternativamente feito cavalleiro da ordem da Jarreteira e conde d'Arranches pelos reis d'Inglaterra e de França, havia servido junto do imperador Segesmundo durante as guerras contra os Turcos; é provavel que fosse n'aquella epoca que elle travou intima amizade com o infante D. Pedro. A cronica recorda, entre outras cousas, o alto favor de que D. Alvaro d'Almada gozava junto d'ElRei D. Duarte: "Elle se mostrou valente cavalleiro principalmente durante o assedio de Tanger, onde ficou prisioneiro o infante D. Fernando que falleceo em Fez; de sorte que quando ao reino voltou, o bom rei D. Duarte saio a pé a recebel-o fora de Carnide, onde se achava. Fez-lhe ElRei favores e mercês taes, que até áquelle tempo não se havião feito similhantes a pessoa alguma." Por uma incrivel fatalidade, este grande homem revestido d'uma dignidade franceza, e que necessariamente tomou parte nas guerras do decimo quinto seculo, é completamente desconhecido dos historiadores francezes. E' comtudo mui certo que o condado d'Arranches passou a seu filho D. João d'Almada, do qual o *Livro das linhagens de Portugal* relata prodigiosos feitos, e que se abalisou na tomada de Granada. Convem notar que Luiz XI officialmente reconheceo a doação do condado, que fora feita antes d'elle, e que uma renda pecuniaria foi mesmo concedida ao titular. Tavares affirma que a doação provinha dos reis de França; porem importa trazer aqui á memoria as pretenções dos reis d'Inglaterra.

tárão ao poeta. Um facto mais positivo, é que imitando o infante D. Pedro, que desde seus mais verdes annos D. Alvaro havia amado, successivamente se illustrou em muitas cortes da Europa, e visitou Inglaterra, França e Allemanha. Em França, foi nomeado conde d'Arranches; em Inglaterra, veio a ser cavalleiro da ordem da Jarreteira; e era isto mais uma fraternidade, se é licito usar d'esta expressão, que elle tinha com o infante. Mais tarde, quando o povo se declarou pela regencia do duque de Coimbra, D. Alvaro recebeo de D. Pedro o titulo de porta estandarte, e, depois de governar o castello de Lisboa, passou a Africa, onde o chamava o serviço d'ElRei.

D. Alvaro d'Almada não só amava o infante com uma especie de paixão, mas era inimigo declarado do conde d'Ourem, que participava da inimizade de seu pai ao regente. Logo que D. Alvaro soube qual era o caracter, que tomava a desavença de D. Pedro com seu irmão, de Ceuta veio para defendel-o: foi então que os seus inimigos trabalhárão para que elle fosse expulso do reino, mas não o puderão conseguir. E um dia em que fazião a D. Alvaro uma descripção triste sobre a situação do regente diz uma antiga cronica, e ao mesmo tempo lhe exprimião o descontentamento do monarcha, certamente para induzil-o a fugir, D. Alvaro proferio estas palavras memoraveis: Meus amigos poderão vir visitar-me a uma sepultura, mas nunca a uma prisão.,, Elle estava resolvido ao grande sacrificio, que consummou.

O homem, que dizia taes cousas, devia ser dotado de poderosa eloquencia: temerão a sua influencia, e de novo o afastárão do lugar em que residia a corte. De Cintra começou o joven rei a perseguir claramente o infante D. Pedro, e lhe escreveo, por instigação de seus inimigos, cartas, que affligirão seu nobre coração. Uma correspondencia notavel se estabelecco então entre os diversos membros d'esta illustre familia e D. Pedro, que se defendeo por assim dizer até ao ultimo dia. Um fragmento d'esta correspondencia, ignorada mesmo do author das *Provas genealogicas*, mostra até que

ponto chegou a animosidade contra o infante: é ao mesmo tempo um monumento politico e litterario, que folgamos de poder offerecer ao leitor pela primeira vez.

Carta do Infante D. Pedro ao conde d'Arraiolos (1).

N'esta carta admiravel, que D. Pedro envia ao filho do seu mais cruel inimigo, ao digno conde d'Arraiolos, a quem mostra particular estima, o infante recapitula com uma nobreza cheia de sinceridade, mas ao mesmo tempo com um sentimento d'amargura facil de comprehender, todas as falsas imputações, que em breve causárão a sua morte. A carta é com effeito escrita em Coimbra a 30 de dezembro de 1448, e a 20 de maio do anno seguinte a victima d'uma intriga odiosa succumbio. N'esta sincera exposição d'uma vida, que foi sempre irreprehensivel, se podem ler as calumnias, que disserão contra este preclaro principe até aos seus derradeiros dias. Elle, de quem ElRei D. Duarte falla sempre com ternura, chamando-lhe irmão amado, e a quem os principes da Europa designárão pelo nome de leal cavalleiro, é accusado d'um crime, que não se havia ainda perpetrado em Portugal.... « E em andando de mal em peor, dizia o infante, assim fizerão devassar contra mim, perguntando se sabião quem fizera a peçonha com que matárão ElRei D. Duarte, e o infante D. João, meus irmãos, e a rainha Dona Leonor (2).

(1) D. Fernando, primeiro conde d'Arraiolos, depois segundo duque de Bragança, nasceo em 1403. Exerceo o cargo de condestavel na armada aparelhada contra Tanger em 1437, foi escolhido para capitão general de Ceuta. Havendo debalde tentado reconciliar D. Affonso V e o infante D. Pedro, voltou áquelle paiz pelo anno de 1449; foi depois governador do reino em 1471, e falleceo em Villa Viçosa, no 1.° d'abril de 1478. Foi D Fernando um dos homens mais instruidos do seu tempo, e não participou do odio de seu pai contra o nobre D. Pedro, o primeiro duque de Bragança, morto em 1462, e sepultado em Chaves.

(2) O desditoso principe prosegue, dizendo que um dia o in-

O desafortunado principe tem um amigo, que não o abandonará na ultima hora. Mas quem poderia demorar este instante, com tanto ardor desejado pelos homens, que não recuão á vista de taes calumnias? D. Alvaro segue a fortuna do infante, e não póde já prestrar-lhe o apoio do seu braço.» Ora continuando, diz D. Pedro, suas boas obras para terminar minha doshonra, do governo do castello de Lisboa privárão o conde d'Arranches, que tantos serviços havia prestado a este reino e a seus soberanos. Porque se devia fazer isto? vós o sabeis. Elles lhe derão por favor especial, e em razão do que acabava de fazer em Ceuta, a recompensa, que me foi concedida ....

....

Entendo pois, meu muito amado sobrinho, a que máo fim me conduziria tudo isto, busquei por diversas vezes enviar a ElRei meu senhor mensageiros munidos de tudo o que podia acredital-os, expedindo-lhe cartas em que largamente lhe explicava todas as cousas, que eu tinha feito por serviço de Deos, por seu proprio bem, e para quietação d'este reino; desencarregando-me do que contra mim lhe dizião; justificando-me d'este modo perante Deos e o mundo, tanto quanto me era possivel fazel-o; pedindo-lhe por mercê que aplacasse a sua vontade, e se houvesse para commigo e com os meus como a razão o requeria; repetindo-lhe que não havia pessoa, que o amasse tão verdadeiramente como eu, nem que tanto e tão lealmente o houvesse servido.......

«Meu muito amado sobrinho, para aclarar tudo, para mais me justificar aos olhos d'ElRei meu senhor, sabei que, como elle me escreveo de seu proprio punho por meu confessor, se eu quizesse desistir de certas cousas, tudo se faria segundo o meu desejo, e que eu lhe mandei pedir por

fante D. Henrique encontrando o joven rei munido d'estas disposições, D. Affonso V lhe mandou dizer que nunca procederia contra elle a despeito de denuncias similhantes; porem depois, acrescenta o principe, induzirão-o a fazer o contrario. Vid. a carta escrita a 20 de dezembro de 1448.

mercê que me declarasse o que era sua vontade, a qual eu executaria, fazendo tudo o que a um homem da minha jerarchia fosse permittido fazer. Nenhuma resposta obtive; e o que particularmente vos peço, é que ma alcanceis do dito senhor (1).

Esta resposta pedida com tanta justiça não devia chegar. Um anno assim passou: as calumniosas insinuações fizerão progressos; persuadirão em fim ao joven rei, que o infante D. Pedro tinha intento de disputar-lhe o poder e de prival-o da coroa, o que deo azo a que se levantasse um exercito. Em consequencia das activas intrigas dos homens, que detestavão o infante e havião jurado a sua perda, D. Pedro não pôde deixar de oppôr força contra força, e de ajuntar tropas para resistir ás que o ameaçavão. Parece hoje certo que não era o designio do illustre infante tomar a iniciativa, mas sim chegar a um porto onde pudesse embarcar para Inglaterra. Porem esta prudente resolução não pode ser executada; e D. Pedro teve em breve a certeza de que seria indispensavel para conservar não só a propria existencia, mas a dos cavalleiros, que o acompanhavão, dar uma batalha decisiva.

Nada é mais pathetico e ao mesmo tempo mais nobre, na historia d'este grande principe, que a sua resignação, quando elle teve a certeza de que um triste acontecimento desde tanto tempo previsto ia effeituar-se. D. Pedro quiz acabar como um principe, que havia gozado da authoridade de rei; e elle d'ordinario tão religioso, tão inimigo do fasto, ostentou um esplendor real. Na vespera da sua partida para Santarem deo ás damas uma funcção, em que se mostrou com a mesma graça e nobreza, que tantas vezes o havião tornado a admiração das cortes d'Allemanha e Aragão.

Era chegado o dia 20 de maio de 1449, e parece mui

(1) O leitor folgará talvez de consultar o texto d'esta carta, que se acha inserta na collecção da Bibliotheca Real, n.º 10,245 F. F.

certo que o infante D. Pedro trabalhou até ao ultimo momento por evitar um encontro. Elle não ignorava a marcha das tropas reaes, e se dirigio sobre Alcoentre para de lá passar a Lisboa; porem a gente d'ElRei resolveo tolher-lhe o passo. Uma marcha por mais tempo prolongada teria certamente alguma apparencia de fuga, que é o que o infante não queria. Posto que já se achasse além d'Alverca, a quatro legoas de Lisboa, D. Pedro fez alto junto d'um riacho, designado pelo nome d'Alfarrobeira; e, pondo-se em estado de defensa, começou a parlamentear. Porem tudo foi inutil; era chegado o tempo em que se devião realisar as funestas previsões do regente.

O dia seguinte foi consagrado á meditação, ás santas resoluções e grandes actos, que sabião fazer os cavalleiros d'aquelle tempo. D. Pedro foi ao mosteiro da Batalha preparar-se para a morte, pela vista de todos aquelles, que outr'ora havia amado. Quem poderá dizer-nos hoje as santas commoções do seu grande coração, quando se prostrou ante o tumulo de seu pai, do mestre d'Aviz, o primeiro rei d'uma dynastia, que nascendo se dilacerava, e á qual comtudo sorria uma adorada mãi, orgulhosa de tantos filhos? Quem nos pintará a tristeza de D. Pedro á vista do sepulcro d'um irmão, cujo successor pela infamia lhe pagava seus desvelos? Algumas lagrimas molhárão suas palpebras, diante do monumento consagrado ao santo infante; porem D. Pedro as enxugou, porque via aberta a sua propria sepultura. Seu irmão, martir dos musulmanos, era já um santo invocado por todo o reino, e a calumnia havia feito d'elle um vil envenenador. A historia diz que D. Pedro por largo tempo permaneceo immovel ante a sua propria sepultura; o calis d'amargura lhe vinha ao pensamento, e talvez n'este momento proferio elle o nome d'um irmão, que aguardava!

No dia supremo, o infante encontrou a constancia d'um coração verdadeiramente fraternal no homem, que havia outr'ora escolhido para companheiro. Entendendo que a hora do combate se avisinhava, mandou chamar D. Alvaro d'Al-

mada, esse illustre conde d'Avranches, que se ensoberbecia de ser seu amigo, e lhe perguntou se estava como elle apparelhado a morrer. D. Alvaro d'Almada lhe respondeo só estas palavras: «Não sou eu vosso irmão d'armas?» O infante e D. Alvaro commungárão juntamente, e quando se levantárão ninguem suspeitaria, ao vel-os, que para a morte caminhavão.

Escutemos um antigo escritor francez, do decimo quinto seculo, que sobre os historiadores portuguezes d'aquelle tempo tem a vantagem da imparcialidade, e tambem a d'uma minuciosa exactidão, visto que escreve segundo a relação de testemunhas:

«E quando o duque vio que ElRei se approximava, cercou o seu arraial de fossos e artilheria, e pôz a sua gente em boa ordem: e segundo me certificárão alguns nobres portuguezes, que presentes forão, o duque o fazia só com intento d'enviar do seu arraial algumas das pessoas mais notaveis, que fossem com grande humildade á presença d'ElRei saber as causas do descontentamento de sua real magestade, desculpal-o com palavras brandas, lembrando a ElRei os serviços, que elle entendia haver-lhe feito, e em proveito do reino. Porem succedeo que os besteiros d'ElRei de Portugal se approximárão em grande numero do arraial, e alguns travárão uma escaramuça, em que o duque de Coimbra, que estava no meio da sua gente, foi fréchado no peito, e logo morreo, sem que um só homem de nome fosse ferido ou morto na escaramuça.»

Olivier de la Marche, tão exacto na sua narração da batalha, engana-se todavia quando affirma que nenhum homem de nome morreo. D. Alvaro d'Almada cumprio até ao fim o seu juramento: logo que teve noticia, no calor da peleja, de que o seu irmão d'armas era morto, fez o derradeiro sacrificio com a mesma singeleza com que o havia promettido. Tinha D. Alvaro d'Almada sustentado o esforço do exercito, estava abatido; e, receando que viesse a fallecer-lhe a energia corporal, entrou na sua tenda, onde tomou

algum alimento, e voltou á batalha com furia nova: mas sentindo em fim que o braço não servia o seu valor, em voz alta proferio estas palavras: *O' meu corpo, sinto que não tens já força*: e deitando-se então no chão com os braços estendidos, mil golpes mortaes o trespassárão. D'esta sorte acabou o conde d'Avranches, do qual o infante D. Pedro costumava dizer que honrava não só Portugal, mas toda a Hespanha.

A cabeça d'este homem heroico foi decepada por um soldado do exercito real, que d'ella pretendeo fazer um trophéo; o corpo ficou exposto ás injurias da tropa, a cujos golpes o preclaro cavalleiro se entregára. Foi este dia o das grandes profanações; o cadaver do desafortunado D. Pedro ficou no campo, varado da setta mortal, exposto como o corpo d'um martir, sem que ninguem ousasse dar-lhe um derradeiro asilo (1). Em fim, alguns soldados, de animo verdadeiramente portuguez, o levárão á pequena igreja d'Alverca; porem o tumulo, que elle tinha ido tão melancolicamente contemplar, lhe foi por largo tempo recusado. A joven rainha, que se via compellida a occultar a sua magoa, e que recebeo seu marido magnificamente vestida, como se d'outro triumpho se tratasse, a joven rainha fallou, e foi ouvi-

(1) No primeiro momento, não se julgou conveniente conceder as honras da sepultura a este grande principe, que por todos foi abandonado; e seus excellentes versos, sobre a inconstancia do amor dos povos, cruelmente se realisárão.

Ruy de Pina d'esta sorte se exprime: " O corpo do infante privado da alma jazeo todo aquelle dia no campo, á vista de todos, e, perto da noite, homens de baixa condição o puzerão sobre um escudo e o recolherão n'uma pobre caza, onde esteve trez dias, ás escuras, entre outros corpos mortos e corruptos; e durante este tempo o infante não teve mortalha, nem houve pessoa, que ousasse rogar, ou mandar publicamente rogar a Deos pelo descanço da sua alma, na igreja d'Alverca, onde em fim foi sepultado. O infante D. Pedro, diz um historiador nacional, foi enterrado como o derradeiro dos homens. Tal devia ser o destino d'este principe eminente, que se pôde n'estes ultimos tempos escrever um livro sobre a historia de Portugal, sem que n'elle se leia o seu nome.

da, quando tudo havia acabado para o grande homem. Com pompa solemne se foi então buscar, á igreja d'Alverca, onde jazia, o corpo do infante D. Pedro, que foi religiosamente depositado entre os reis. Porem, no decimo quinto seculo, não havia homem de coração verdadeiramente portuguez, que não repetisse como a antiga cronica: «Era homem animado d'uma alma quasi divina!»

Tristissimo foi o destino dos principes descendentes d'este illustre tronco; uns morrem n'um convento, outros viajão sem fructo, outros longe vão levar a celebridade infeliz de seu pai. Quem visitar ainda hoje a ilha de Chypre, talvez se admire de ver sobre um tumulo de marmore as armas de Portugal. Estas armas são as do filho do infante D. Pedro, que, algum tempo depois da morte de seu pai, se foi áquella ilha, cuja rainha esposou, e morreo envenenado segundo dizem. (1)

Continuação do reinado de D. Affonso V.; Expedições d'Arzila e Tanger.

Depois da deploravel batalha d'Alfarrobeira, os partidos se aplacárão, e o joven monarcha pôde executar uma d'essas expedições famigeradas, que lhe grangeárão o sobrenome d'Africano. Havia Calisto III de novo convidado os principes christãos para a guerra contra os Turcos, e a bulla da cruzada tinha sido espalhada em Portugal no anno de 1435, quando D. Affonso seriamente resolveo levar a guerra ao meio dos musulmanos. Os outros principes da Europa forão surdos

(1) Este filho de D. Pedro d'Alfarrobeira chamava-se D. João. Tendo acompanhado sua irmã Dona Beatriz á corte de sua tia, a duqueza de Borgonha, casou com Carlota, herdeira presumptiva do reino de Chypre. Presume-se que elle morreo envenenado, e um celebre viajante Portuguez, F. Pantaleão, vio ainda em Nicosia, no decimo sexto seculo, o magnifico tumulo, que lhe erigirão. Nenhum epitaphio trazia á memoria o principe desditoso; porem as armas reaes de Portugal mostravão ainda a sua origem.

ás admoestações do papa, que D. Affonso escutou: o sangue do Principe Constante clamava por vingança; e d'outra parte esta arriscada guerra quadrava com o genio cavalleiroso d'ElRei. A trinta de setembro de 1458, duzentas embarcações cheias de tropa nas praias d'Alcaçar lançavão um exercito resoluto: por isso, como dizem os escritores portuguezes, desembarcar e vencer foi a mesma cousa. Logo que commetteo o governo da praça, recem-conquistada, a D. Duarte de Menezes, cujo valor havia de ter em breve tamanha fama, D. Affonso voltou a Portugal; porem voltou cheio das idéas gloriosas, que lhe havia suscitado esta primeira expedição: pelo que, treze annos depois, novamente o vio a Africa, á frente d'um exercito victorioso, apossando-se da praça d'Arzila, que a vinte e quatro d'agosto de 1471 caío em poder dos Portuguezes. Terrivel foi esta vez a peleja no interior da praça. Mais de dous mil Mouros perecerão, e cinco mil perderão a liberdade. Com sigo levou D. Affonso a esta escola o herdeiro do reino, o infante D. João, que antes de se mostrar grande monarcha foi um principe perfeito, e recebeo toda a especie d'ensino. A' vista d'Arzila obrou D. João prodigios de valor: seu pai o armou cavalleiro na mesquita da cidade musulmana, que acabava de ser convertida em igreja. O cadaver do nobre conde de Marialva, D. João Coutinho, que na peleja fora morto, estava estendido aos pés do joven principe. Refere a cronica estas palavras, que D. Affonso proferio: « *Meu filho, Deos te faça tão bom cavalleiro como esse, que ahi está jazendo.* »

Estas insignes palavras não devião ser esquecidas, e D. João em breve o provou no ensejo das guerras com Castella.

Notorio é o deploravel destino d'essa princeza, a que em Castella davão o nome de *Beltraneja*, e que em Portugal chamavão a excellente senhora. Todos sabem que enviuvando D. Affonso, D. Henrique o tornou arbitro dos destinos d'uma princeza, que por sua filha havia de novo reconhecido. O rei, que fora votado á infamia, expôz o seu povo aos desastres d'uma terrivel pugna: dando a mão de Joan-

na, a D. Affonso transmittio todos os seus direitos sobre Castella. Este principe, dominado pelas idéas cavalleirosas do seu tempo, mas que tão mal comprehendia as surdas intrigas da politica, mostrou-se ingenuamente ambicioso aceitando o fatal legado, que a nobre Isabel e o mais ardiloso dos principes christãos lhe disputavão. Em Portugal aprestou D. Affonso um exercito de vinte e cinco mil homens, e, depois de pedir que lhe fosse entregue a coroa revindicada por Joanna, sem opposição entrou por Castella. Em Placencia vio a princeza, que um momento foi tratada como rainha, e que aguardando a dispensa do papa elle reconheceo (1475), por *simples promessa*, como a esposa, cujos direitos ia defender.

Posto que D. Affonso fosse admittido por uma porção dos grandes, e mesmo pelos habitantes d'algumas cidades notaveis, similhante pacto não podia começar a ter execução sem suscitar uma guerra funesta. A' primeira nova das pretenções, que D. Affonso apoiava por hostilidades quando menos imprudentes, Isabel e Fernando, que havião ficado senhores da maior parte das provincias, correrão a Madrid e fizerão uma resistencia, que durou até ao anno de 1479, e acabou, como é notorio, pela expulsão d'ElRei de Portugal, sem embargo do prodigioso talento, que seu filho manifestou. A mais memoravel batalha d'esta longa guerra, tão ruinosa para as duas nações, adquirio uma celebridade devida ao seu exito singular, e de que não tinha havido talvez exemplo depois do tempo dos Romanos. A batalha de Touro, dada no mez de maio de 1476, pôde com effeito ser comparada á dos campos Philippicos, em que Octavio, pelejando contra Bruto e Cassio, foi por elles derrotado, ao passo que Marco Antonio, seu companheiro, triumphou dos dous vencedores. Na batalha de Touro os dous reis competidores, D. Affonso e D. Fernando, dispuzerão as cousas de modo que cada um dos dous monarchas se achasse opposto ao lugartenente do seu rival: a despeito d'um valor, de que mais d'uma vez havia dado claras provas, D. Affonso fugio até Cas-

tro Queimado, sem saber o fim da batalha. Seu filho, o principe D. João, que supportou com extraordinaria intrepidez o esforço das tropas de Fernando, não só lhes resistio, mas pôz em fuga o rei d'Aragão, e ficou senhor do campo; o que induzio a rainha Isabel a dizer: « *Se o pinto não viesse, o gallo era apanhado*: » palavras graciosas e concisas, de que procede o proverbio hespanhol, que ainda hoje se repete.

Duarte d'Almeida, por alcunha o Decepado.

A batalha de Touro, na verdade fatal aos Portuguezes, é a seus olhos illustrada por um d'esses successos inauditos, que todos os povos com orgulho em seus annaes mencionão. Duarte d'Almeida levava a bandeira real: no calor da peleja, o alferes se vio pelos seus abandonado, e, ficando só, mostrou um valor heroico. Cortão-lhe a mão com que segura o estandarte, com a que lhe resta Duarte d'Almeida o sustem; um golpe de cimitarra lhe decepa o braço, seus fortes dentes segurão a lança em que tremula a bandeira portugueza. Trespassado de muitas lançadas, ferido de muitos golpes, só conseguem tomar-lhe o estandarte quando o derribão do cavallo. O intrepido alferes ainda assim não morreo e voltou a Portugal. Duarte Nunes de Leão d'esta sorte nos refere o fim da sua pathetica historia: « Por este honroso feito, Duarte d'Almeida não teve outro galardão, segundo o costume do paiz em que os maiores serviços são os que menos se pagão, senão viver mais pobremente que antes de perder as mãos e de haver grangeado tão illustre fama. Em Castella fazião tal apreço da sua pessoa, que ElRei D. Fernando mandou pendurar as armas, que lhe havião tomado, na capella dos reis na sé de Toledo, e isto como tropheo; ainda hoje lá estão as referidas armas. Em Zamora, aonde o levárão prisioneiro, os inimigos o honrárão mais que seus proprios concidadãos, quando elle voltou á patria. » Esta grande acção foi ainda ha pouco narrada por um poeta na-

cional, que nos annaes portuguezes tem encontrado mais d'uma pintura pathetica (1).

Partida d'ElRei D. Affonso V para França. — Acolhimento que recebe de Luiz XI. — Solemne recebimento que lhe fazem em Paris.

Profundamente humilhado pelo máo exito da batalha de Touro, e sabendo em que mãos deixava as redeas do governo, D. Affonso partio para França, com intento de obter de Luiz XI soccorros, que o puzessem em estado de proseguir a guerra com Hespanha, e embarcou no mez d'agosto de 1476 para um dos portos de Provença. Entre os homens eminentes, que o acompanhavão, foi por certo o mais notavel o nobre D. Francisco d'Almeida, que havia de ser um dia o primeiro vice-rei das Indias. Compellido pelo máo tempo a afastar-se de Marselha e a entrar n'um pequeno porto, que os cronistas designão confusamente, foi só quando chegou a Perpinhão que D. Affonso despachou o moço Almeida a Luiz XI, para noticiar-lhe a sua chegada, e concordar no modo porque se havião de avistar os dous monarchas (1).

Depois da epoca em que o conde de Bolonha foi saudado, mesmo em Paris, com o titulo de regente de Portugal, nenhum Portuguez de tal jerarchia havia apparecido em França. Por isso Luiz XI, posto que determinado sobre a politica, que queria seguir, havia com tudo ordenado que nada faltasse á pompa d'uma recepção, de que interiormente se lisongeava. Em silencio passaremos as circunstancias d'uma viagem, que teve tão poucos resultados effectivos; porem mencionaremos, como successo curioso, a entrada de D. Affonso em Paris; e será um cronista francez do decimo

(1) Pizarro de Moraes Sarmento, *O Romanceiro Portuguez.*

(1) A resposta, que D. Affonso recebeo, lhe fez proseguir a sua viagem por *Narbonne*, *Montpellier* e *Languedoc*: em *Nimes* apartou-se da via romana, que conduzia a *Avignon*; em Lião, o duque de *Bourbor* saio a recebel-o.

quinto seculo, que ingenuamente narrará os factos, que de modo mui summario referem em geral os escritores portuguezes:

« E o rei de Portugal, que pretendia os reinos de Sevilha e Castella, por causa de sua mulher, partio do seu reino, e desembarcou em França, com intento de pedir ao rei auxilio de gente, que a recuperar os ditos reinos o ajudassem, e foi mui honrosa e benignamente recebido. E depois de se demorar algum tempo em Tours, onde o festejárão muito e o acompanhárão numerosos fidalgos e ricos-homens, o dito rei de Portugal se foi a Orleans, onde lhe fizerão decoroso agazalho, e de lá partio para a mui formosa cidade de Paris, na qual entrou n'um sabado vinte e trez de novembro do anno de 1476, pelas trez horas da tarde pouco mais ou menos. E os estados de Paris, por ordem e vestidos de gala, saírão a recebel-o, como se fosse o seu proprio rei. Em primeiro lugar ião os principaes do corpo do commercio, vestidos com togas de damasco branco e encarnado forradas de martas, e acompanhados dos cidadãos e officiaes da dita cidade. Seguia-se logo Roberto d'Estouteville, preboste de Paris, com um luzido acompanhamento. A pós este ião o chanceller Doriolle, os presidentes e conselheiros dos tribunaes, e o grande numero de prelados, bispos, arcebispos e outras pessoas notaveis. E d'este modo acompanhado chegou á porta de São *Jacques* por onde entrou na cidade. Em Santo Estevão dos Gregos, aonde o conduzirão, encontrou os reitores e mais membros da universidade de Paris, que o felicitárão pela sua boa vinda. Feito isto se foi á igreja de Paris, cujo prelado mui honrosamente o recebeo, e havendo ali feito oração, caminhou ao longo da ponte de Nossa Senhora, no extremo da qual encontrou cincoenta homens, com brandões accesos, que o acompanhárão até ao aposento, que lhe era destinado. Depois d'isto, visitou todos os lugares curiosos de Paris, e foi ao palacio do bispo, para ali ver graduar um doutor na faculdade de theologia; e no domingo 1.° de dezembro de 1476, por diante da sua

pousada foi passar todo o corpo da universidade de Paris, indo depois cantar missa a São Germano. Em fim, por toda a parte o acompanhava Gaucourt, official do rei, o qual em sua casa lhe deo um magnifico banquete, a que assistio grande numero de pessoas notaveis, homens, damas e donzellas (1).»

Volta de D. Affonso V. a Portugal. — D. João lhe entrega o governo do reino. — Morte de D. Affonso.

Sem embargo do esplendido recebimento feito ao monarcha viajante, a despeito das promessas do rei de França, nada de positivo ou util se fez a respeito d'um principe mui brioso para que um soberano como Luiz XI á d'elle unisse a sua politica. D. Affonso comprehendeo mui tarde a nullidade de suas esperanças: cançado da authoridade, e como persuadido da sua impotencia, determinou buscar socego na solidão, executando um acto d'alta politica, de que a sua sagacidade lhe havia manifestado o verdadeiro valor. Collocar immediatamente no throno de Portugal um principe nascido para reinar, procurar as doçuras da contemplação nos sagrados lugares, que tinha querido conquistar, e onde todo o peregrino religioso desejaria assentar para sempre a sua morada, tal foi a resolução, que D. Affonso um momento adoptou. Escreveo a seu filho para que tomasse o titulo de rei, e se dirigio a um dos portos de França, com intento de embarcar para Jerusalem. Tudo isto se executou com tal segredo, que á excepção de dous ou trez confidentes, que devião seguil-o na solidão, nenhum dos que o havião acompanhado no meio das pompas reaes, que ficão referidas, foi sabedor de seus projectos. Uma carta enviada a Luiz XI recommen-

(1) Vid. *Historia de Luiz XI, rei de França, e das cousas memoraveis succedidas no reinado, desde o anno de* 1460 *até ao de* 1483, *escrita por* João de Troyes, p. 250.

dava ao rei de França estes servos fieis (1). Nem por isso foi menor o desgosto dos Portuguezes quando souberão da desapparição d'um principe, que amavão a despeito de suas imprudencias. Cançados de sentir, forão em busca do real fugitívo, que encontrárão n'um pequeno porto visinho de Honfleur, onde elle estava incognito desde algum tempo, aguardando occasião favoravel de passar á Terra Santa. Se pudessemos conceder mais espaço á narração d'um acontecimento, que se póde reputar como um curioso episodio, posto que destituido d'importancia historica, encontrariamos ainda na cronica franceza alguma passagem, que ingenuamente nos pintasse o jubilo d'aquelles servos encontrando o seu rei, e a resistencia religiosa d'este monarcha, quando lhe supplicarão que desistisse do seu intento e reassumisse a real authoridade. Este peregrino coroado resolveo-se em fim, e, no méz d'outubro de 1477, com a sua comitiva embarcou para Lisboa, que elle não queria ver mais, e que nunca deveria ter abandonado.

O principe; que só desde quatro dias usa do titulo de D. João II, pela expressa vontade de seu pai, o infante rei passeia ao longo da praia, em companhia do segundo duque de Bragança e d'um prelado celebre, que mais tarde será cardeal. Elle soube da proxima chegada do principe irresoluto, que apparentemente ignora as tentações, que excita o throno, e confia na moderação d'um filho. Que hei de fazer? disse D. João ao nobre duque, cuja resposta podia prever: « Res-

(1) Luiz XI, como havemos dito, confirmou no titulo de conde d'Avranches, Almada, filho de D. Alvaro, que primeiro fora revestido d'esta dignidade. Por largo tempo pagárão os reis de França quatrocentos cruzados de renda aos cavalleiros d'aquelle titulo e denominação, "d'onde se póde concluir, diz Faria e Souza, que se estes reis não erão tributarios de Portugal, ao menos o erão do valor portuguez, visto que este havia grangeado a um cavalleiro tal favor honorifico e vantajoso: Quatrocentos cruzados d'aquelle tempo equivalião a quarenta mil d'hoje; as exigencias augmentárão, os capitaes tambem, os homens diminuirão, as virtudes temse feito pequenas.,, Vid. Faria e Souza, *Europa Portugueza.*

tituir o sceptro a vosso pai e tornar a ser real infante; » o bispo approvou estas palavras. Diz a cronica que D. João continuou passeando, sempre seguido de seus dous conselheiros, e que distrahido lançava seixos da praia e os fazia voar sobre as ondas. Esta scena durou algum tempo em silencio, e este silencio inquietou por certo um dos dous conselheiros, foi o prelado, por quanto este não era primo d'ElRei (1). « Adeos, senhor duque, disse elle em voz baixa: eu sei quem vai fazer de modo que não lhe toque uma d'estas pedras. . . . » D. João II saío com tudo da sua distracção, e foi a Oeyras entregar dignamente o sceptro a seu pai. Queria D. Affonso offerecer-lhe solemnemente a administração dos negocios, e reservar para seu retiro o pequeno reino do Algarve; porem D. João insistio para que seu pai reassumisse o titulo de monarcha e exercesse a plenitude do poder. Não sobreviveo D. Affonso muito tempo á sua viagem. Vendo que suas pretenções a respeito de Castella nenhum resultado tinhão, constrangido, por assim dizer, em 1479, a concluir um tratado de paz, que degradava para um convento essa desafortunada Dona Joanna a que havia dado o nome d'esposa, D. Affonso se retirou a Cintra, onde, acommettido d'uma profunda melancolia, em breve caío em enfermo, e expirou a 28 d'agosto de 1481, no mesmo quarto em que nascera. Este principe tinha qua-

(1) O homem de que aqui se trata é o famoso D. Jorge da Costa, cardeal de Lisboa, mais conhecido pelo nome de cardeal d'Alpedrinha, por haver nascido na villa d'este nome (na provincia da Beira) D. Jorge da Costa tinha sido preceptor de Dona Chatharina, filha d'ElRei D. Duarte, uma das mais instruidas princezas do seu tempo, e D. Jorge era célebre pela sua muita erudição. Confessor de D. Affonso V, occupava um lugar no conselho. Como bispo tinha passado da sé d'Evora para a de Lisboa. Depois da scena, que acabamos de referir, D. Jorge da Costa se retirou para Roma, onde veio a adquerir verdadeira influencia, e servio Portugal d'um modo efficaz nos negocios difficeis, que com o andar do tempo sobrevierão. N'esta cidade falleceo, aos cento e dous annos de idade, a 10 de setembro de 1508, tendo por conseguinte visto executar a maior parte dos descobrimentos, que illustrárão a sua patria.

renta e nove annos e sete mezes d'idade quando morreo, e quasi quarenta e trez de reinado. Sem embargo das suas boas qualidades e intelligencia, collocado entre D. Pedro d'Alfarrobeira e o energico D. João II, torna se como um obstaculo entre os dous maiores homens politicos, que Portugal tem produzido (1).

Considerações succintas. — Successos geraes, que devem rematar a idade media.

Agora, que havemos buscado fazer comprehender os principaes acontecimentos politicos ou militares, que constituem a historia de Portugal durante a idade media, passaremos a outra ordem de successos, a uma serie de considerações, que muitas vezes omittem em certos livros, mas que todavia representão uma das phrases da historia. Em breve precioso será collocar sob o seu verdadeiro aspecto esse rei d'inflexivel vontade, de que havemos deixado devisar o caracter. E' elle, que tem a missão de destruir as instituições da idade media, e d'impellir Portugal para o caminho glorioso, em que os outros povos hão de admiral-o tanto quanto esquecerão o passado cheio de successos originaes, de lembranças curiosas, que um momento quereriamos evocar. D. João II, cedo instruido nos estudos classicos, d'Italia chama um escritor capaz de

(1) Garcia de Rezende assim descreve em alguns versos a historia d'este rei (vid. a sua *Miscellanea*):

El rey D. Affonso andou
Seys vezes fora da terra.
Castella, Feez conquistou
Em batalhas pellejou
Seu sogro matô em guerra.
Depois veo e morreo
Na casa em que nasceo
Em Sintra onde acabou
Seus trabalhos e deixou
Gram filho que sobcedeo.

dizer em latim o que tão bem dizia em portuguez o velho Fernão Lopes, e vê-se que ha tentativa para substituir uma rhetorica elegante a um natural um pouco barbaro, e todavia cheio de graça. Antes que o espirito de cavallaria se extinga, ou que o mythologico lhe imprima outro genero de magnificencia, importa olhar para traz. E' necessario ver não só quaes erão os recursos da nação, suas tendencias intellectuaes, mas tambem o que se poderia chamar o intimo espirito do povo. Combates memoraveis, grandes descobrimentos, e episodios patheticos, quasi todos se tem dito sobre este periodo, e nós mesmos temos buscado não omitir cousa alguma importante; porem visto que este livro não tem a pertenção de ser historia official, um momento exporemos o que quasi sempre se põe de parte, e que importará restabelecer para o futuro.

Estado da agricultura no XIV.º e XV.º seculo.

Se nos recordarmos do que fica dito ácerca do florescente reinado de D Diniz, que os vassallos denominávão com tanta razão o lavrador, facil é ver porque felizes combinações, porque serie de bem entendidas deligencias, a agricultura teve em Portugal um augmento verdadeiramente prodigioso. Este estado se manteve, soffrendo diversas alternativas, até á epoca em que a dynastia d'Aviz subio ao throno. Se nos reportarmos a um escritor portuguez, que especialmente escreveo sobre este importante assumpto, havia no tempo d'El-Rei D. Fernando tal abundancia de trigo, que os reinos estrangeiros podião prover-se de grão n'um paiz, em que impossivel se tem tornado a exportação de cereaes. Na mesma epoca, Castella, o reino de Leão, Galiza, Flandres e Allemanha vinhão prover-se d'azeite a Santarem, Lisboa e Abrantes. Extremoz, Moura Elvas, Beja, subministravão, mas em menor quantidade, este genero para a exportação; Coimbra era afamada no resto da Peninsula como o lugar em que se recolhia o melhor azeite do reino.

As leis promulgadas por ElRei D. Fernando, para con-

servação da prosperidade agricola, são notaveis por sua sabedoria e pelas disposições coactivas, que ellas contem. As referidas leis não só indicão as epocas em que convem começar certas culturas, não só especificão a natureza das semeaduras, mas ao trabalho dos campos constrangem essa porção da povoação, que veio a ser inutil nos reinados seguintes. Umas vezes são os escudeiros, os suppostos criados d'ElRei, que passão a vida no ocio, e que as sobreditas leis condemnão á lavoura: outras vezes ellas se derigem aos eremitas, que tão prodigiosamente se havião augmentado durante o decimo quarto e o decimo quinto seculo, e os obrigão a trabalhos effectivos sob pena d'açoutes ou degredo. Duarte Nunes de Leão affirma que estas leis, de que talvez se pudesse modificar a severidade, mantiverão a abundancia no reino. Ephemera devia ser com tudo esta prosperidade, e a epoca, em que D. João I estabeleceo a dynastia d'Aviz, foi verdadeiramente infausta á agricultura. Com effeito, as terriveis commoções politicas, que no reino succederão, no começo deste reinado, lançárão as differentes culturas n'um estado d'inercia, de que algumas com difficuldade se restabelecerão. Nas revoluções, que a agricultura soffreo durante este periodo, se póde achar a explicação de muitos successos politicos. A povoação agricola diminuio d'um modo funesto, e parte das familias portuguezas, que havião tomado o partido de Castella durante estas dissenções internas, do reino se ausentárão depois da batalha d'Aljubarrota, e forão estabelecer-se em Hespanha, ficando suas terras incultas, até que o novo rei as deo aos poderozos feudatarios, que o tinhão ajudado a consolidar-se no throno. Parece que estas concessões tiverão então um resultado deploravel, e que a conglobação das propriedades veio a ser tal, que estas terras abandonadas com difficuldade puderão ser sujeitas a uma cultura regular. Mais tarde, no tempo d'ElRei D. Duarte e sob a administração de D. Pedro d'Alfarrobeira, procurou-se remediar o mal, adoptando as idéas sans dos reis da idade media, que se honravão com o titulo de lavradores, e que entravão em relação directa com

a povoação agricola. D. Affonso V todavia, dominado sempre por idéas cavalleirosas, e sem cessar entregue a novas emprezas, que fora do reino o levavão, não foi um monarcha agricultor; porem teve, sobre este ponto assim como ácerca d'outros muitos, rectas intenções, que seu filho soube realizar; aqui faremos menção d'uma, ainda que devesse seguir outra ordem cronologica.

Caudelarias creadas no XV.° seculo.

Os escritores, que tem tratado da historia da agricultura em Portugal, não insistirão sufficientemente, a nosso entender, sobre o proidgioso melhoramento, que o genio previdente de D. João II introduzio em seus Estados a respeito da raça cavallar. Este monarcha não só promulgou um edito prohibindo a todos os seus vassallos, de qualquer classe ou condição que fossem, cavalgar em machos, mas, intentando crear para as necessidades do exercito uma raça essencialmente propria para a guerra, oppôz-se a que os individuos incapazes d'empunhar armas fizessem uso habitual das mullas. Debalde vio o clero n'estas determinações uma disposição contraria a seus privilegios; ElRei ao principio deo mostras de ceder a estas reclamações, mas foi para logo promulgar outra ordenança, que aos ferradores do reino prohibia, sob pena de morte, ferrarem machos; o clero mostrou-se offendido, mas o edito foi executado, e, como refere Vasconcellos, d'este modo augmentou consideravelmente a raça cavallar em Portugal. Estas judiciosas leis forão em breve promulgadas no resto da Peninsula, e já se achão em vigor na Castella desde os primeiros annos do decimo sexto seculo, visto que Christovão Colombo, quebrantado pelos annos e abatido pela velhice, como singular privilegio obteve, em 1506, a faculdade de montar n'uma mulla sellada e enfreada (1). O filho de D. Af-

(1) Vid. Navarrete, Documentos relativos ao descobrimento do novo mundo.

fonso V não se contentou com promulgar leis relativas ao assumpto de que tratamos, estabeleceo verdadeiras caudelarias sob a direcção d'um alto delegado. O Coudel mór, cuja creação era d'uma epoca anterior, tomou então maior importancia e recebeo novas attribuições; não só teve, como d'antes, inspecção sobre as caudelarias inferiores das provincias, mas houve de mandar vir dos estabelecimentos, que já existião em Africa, cavallos arabes capazes de renovar as raças degeneradas em Portugal. Vasconcellos diz que com este intento se introduzirão cavallos do reino de Fez, e que houve ordem de os distribuir por toda a extenção do reino: d'esta sorte completamente se repararão as immensas perdas, que durante o improvido reinado de D. Affonso V se experimentárão. O filho d'este monarcha repartio a cavallaria do reino em companhias a que deo officiaes e chefes particulares, que as sujeitárão a exercicios regulares; mas estas cousas não se podião executar sem uma rigorosa disciplina: tão judiciosas determinações derão azo a queixas, e a historia nos declara que perseverança foi mister a D. João II para n'esta parte obter proficuos resultados para o paiz.

Moedas portuguezas da idade media.

Nada é em geral mais raro que os tratados especiaes sobre este assumpto, todavia tão importante. Os Portuguezes possuem uma obra distincta ácerca das medalhas e moedas antigas; porem, posto que escrita no idioma nacional, é devida a um Italiano, e trata só das medalhas romanas (1). M. Kinsey, no seu *Portugal illustrated*, com exactidão re-

(1) Eis-aqui o titulo completo d'este livro: *Numismalogia, ou breve recopilação de algumas medalhas dos imperadores romanos, de ouro, prata e cobre, que estão no museu de Laurenço Morganti, bibliothecario do illustrissimo e reverendissimo senhor D. Thomaz, primeiro patriarcha de Lisboa, a que se ajunta uma bibliotheca de todos os authores, que escreverão de medalhas e inscripções antigas*: parte 1.ª; Lisb., 1737, in-4.º

produzio certas moedas, mas desprezou completamente as da idade media, de modo que nos veriamos obrigados a guardar um silencio absoluto sobre este ponto, se não tivessemos á nossa disposição dous artigos, habilmente escritos pela penna d'um anonymo, assim como as considerações, cheias de sabedoria e originalidade, que Faria Severim nos deixou. Com effeito, este ecclesiastico, dotado de tão louvavel espirito d'investigação, vivia n'um tempo em que, debaixo d'alguns pontos de vista, era facil conseguir certas antiguidades para sempre perdidas. Foi elle que possuio a mais curiosa collecção de medalhas nacionaes, que em Portugal se conheceo, depois da do duque d'Abrantes. Tinha-se tornado quasi impossivel conseguir em Lisboa moedas antigas, e erão reputadas como da mais excessiva raridade as dos primeiros seculos da monarchia.

Reportando-nos ao historiador, que acabamos de citar, e a Duarte Nunes de Leão, as primeiras moedas portuguezas forão cunhadas no Porto, e por estrangeiros, a que se concederão grandes privilegios: cedo se cunhou tambem moeda em Valença e Lisboa. A cronica de D. João menciona o mestre das moedas, que estava em Evora. « Os seitis e uma boa parte das moedas antigas, tendo sido cunhadas no Porto, tem no reverso as armas d'esta cidade, que são torres banhadas por um rio. Ha muita apparencia de que tambem se edificou uma casa de moeda em Coimbra, quando os reis de Portugal para lá mudárão a sua corte. O conde D. Pedro, tratando dos antigos costumes, muitas vezes falla dos moedeiros d'esta cidade. »

« Assim como se fez mui bem notar na epoca em que D. Henrique veio a Portugal, a principal moeda de França, Allemanha e Inglaterra era a libra, que servia d'unidade para todas as contas, como succede em França com o franco, posto que houvessem outras moedas de valores mais ou menos consideraveis, contendo intrinsecamente muitas vezes a libra. Como todos sabem, a libra não recebeo esta denominação, do seu peso effectivo, mas sim á imitação da antiga

libra romana, que sendo ao principio d'um valor effectivo de doze onças, veio em fim a não pesar mais que uma, nos ultimos tempos do imperio. O conde D. Henrique introduzio a libra nos Estados, que lhe forão concedidos; porem não se sabe se o fez porque a achou já em circulação nos outros Estados christãos da Peninsula, ou se foi só pela sua qualidade de Francez. »

Nenhuma moeda d'esta epoca foi conservada nos gabinetes dos curiosos; ignora-se mesmo se as peças erão de ouro ou só de prata; e levão a duvida até a suppôr que só no tempo de D. Affonso Henriques houverão moedas cunhadas em Portugal (1).

Um sabio, cuja opinião de bom grado adoptamos, observou que se a libra servia de base fundamental ao systema monetario da Europa, este systema se confundio na Peninsula com o dos Arabes, de que procederão os antigos maravedis.

Havião em Portugal maravedis d'ouro e de prata. Um maravedi de prata valia 120 réis. Impossivel tem sido até ao presente determinar d'um modo exacto o valor do maravedi d'ouro; o que se póde dizer de mais razoavel a este respeito, é que elle valia duas libras e meia.

De todas estas moedas, a unica, que ora existe, é um maravedi de D Sancho I, o qual no peso, e talvez na qualidade, differe mui pouco dos maravedis mouriscos e dos que mandou cunhar D. Affonso Henriques. O sobredito maravedi de D. Sancho tem d'uma parte esta inscripção: *Sancius Rex Portugalis*, e da outra, *In nomine Patris et Filii et Spiritus sancti. Amen.* »

O caracter mais curioso d'esta moeda é offerecer um argumento decisivo contra a supposta origem das armas portuguezas, em que, segundo dizem, D Affonso Henriques, mandára pôr os cinco escudos em memoria das cinco chagas de Jesus Christo, com os besantes no meio de cada um d'el-

(1) *O Panorama: moedas portuguezas*; t. II, p. 189.

les, como symbolo dos trinta dinheiros por que Judas vendeo o Salvador do mundo. E' com effeito mui digno de nota, que durante um seculo em que tanto respeito havia para todo o symbolo religioso, D. Sancho despresasse tão promptamente a piedosa idéa do seu predecessor, ácerca da principal e talvez da unica moeda, que mandou cunhar.

A Bibliotheca real de Paris possue um dos maravedis de D. Sancho I, no qual Faria Severim queria ver a antiga dobra.

Entre as moedas de que usavão os Mouros d'Hespanha, havião trez especies de moedas d'ouro, que os antigos escritores designão pelos nomes de dobras mouriscas, dobras validias, e maravedis. O maravedi tinha sido introduzido na Hespanha pelos *Almoravides.* « Ambrosio de Morales observa, diz Faria, que antes da sua irrupção, nenhuma memoria de Castella faz menção d'esta moeda, mas que pelo contrario depois, foi tão vulgar contar por maravedis, que todas as computações do preço dos generos e valor das moedas se fizerão por meio d elles. Para significar o valor do real de prata, dizem que vale trinta e seis maravedis, e o dobrão d'ouro novecentos e sessenta, contando o maravedi pelo valor do real de cobre. Com tudo posto que o maravedi corresse em Portugal, parece que foi só o de ouro, de que sessenta fazião o marco; o seu valor seria ao presente de quinhentos reis (1).

Em summa, havião no começo da monarchia duas moedas principaes: a libra de prata, a que se póde attribuir uma origem franceza, e o maravedi d'ouro, que dos Arabes passára aos christãos. A libra dividia-se em soldos, que continhão certa liga, como estanho, por exemplo; e vinte d'estes soldos fazião uma libra. Havião duas especies de soldos: os que continhão o metal de que acabamos de fallar chamavão-se soldos brancos, e cada um d'estes valia doze dinhei-

(1) O maravedi é, segundo os escritores, que o designão, alternativamente denominado *Marabitino, Maravidil, Maravedim.* Vid. Santa Roza de Viterbo, *Elucidario de palavras antigas.*

ros; os outros, só de cobre, erão designados pelo nome de soldos pretos. As moedas, que acabamos de mencionar, correrão até ao reinado de D. Affonso IV, epoca em que houve uma notavel alteração nas que forão cunhadas. As moedas designadas pelo nome de *dinheiro affonsino*, e cujo valor havia sido singularmente alterado, agenciárão immensos lucros ao vencedor da batalha do Salado, que todavia se mostrou animado d'uma generosidade sem exemplo a respeito do estrengeiro. Affirmão que os *dinheiros affonsinos* lhe fizerão ganhar em cada marco quatro libras e quatro soldos. Faria Severim possuia muitas d'estas moedas, que forão cunhadas no Porto e em Lisboa; não tem a effigie do principe, e essencialmente differem das de D. Sancho. A mais antiga moeda de prata mandada cunhar pelos reis de Portugal, e que nos foi transmittida, seria, segundo Severim, o *affonsino.* Parece que o systema de D. Affonso consistia simplesmente em mandar fabricar novas moedas de prata, diminuindo-lhes o peso metallico, e attribuindo-lhes ainda assim o valor das moedas antigas. O mesmo soberano augmentou tambem o valor do cobre, ordenando que os soldos, que não havião soffrido alteração, só representassem nove dinheiros em vez de doze, e continuassem a ser a vigessima parte da libra. Parece que as moedas d'ouro conservárão o seu primeiro valor no tempo de D. Diniz e de seu filho: ellas tomárão então um nome differente, e forão chamadas dobras cruzadas (1).

D. Pedro I mandou lavrar novas moedas d'ouro, que do seu nome se chamárão dobras de D. Pedro: cincoenta d'ellas fazião um marco de ouro. Este monarcha mandou tambem cunhar novas moedas de prata: erão estas o *Tornez* e o *Meio-tornez.* Vinha tal denominação dos *tornezes* ou *turonenses* francezes, moeda assim chamada, segundo muitos pre-

(1) As moedas de prata e de cobre do tempo de D. Affonso IV estão representadas no tomo II do Panorama, p. 261; n'ellas se vê os cinco escudos e os cinco dinheiros.

tendem, por ser cunhada na cidade de Tours. Sessenta e cinco tornezes de D. Pedro fazião um marco de prata, e por isso o seu valor actualmente seria de quasi seis vintens. Havião tornezes mais pequenos, de que entravão cento e trinta no marco. E' D. Pedro arguido, assim como seu pai, não só de haver alterado a moeda, mas de se ter dado unicamente n'esta falsificação aos metaes preciosos. A desordem no systema monetario de Portugal chegou ao cumulo no tempo de D. Fernando e no de D. João I. (1).

ElRei D. Fernando, que reinou de 1367 a 1383, mandou lavrar moedas, cuja denominação singularmente variou. Correo primeiro o gentil, que valia quatro libras e meia, e outras duas moedas do mesmo nome, cujo valor era trez libras e meia, e trez libras e cinco soldos. Em breve as guerras com Hespanha a D. Fernando sugerirão outra idéa, e impozerão ás moedas outras denominações. Eis aqui o que Faria Severim diz a este respeito: « D. Henrique tinha no seu exercito muitos soldados francezes, que n'elle se encorporárão, com elmos a que chamavão *barbudas*; estes auxiliares usavão tambem de lanças a modo d'estandarte, a que davão o nome de *graves*, e com sigo levavão pageus, que se chamavão *pilartes*. D. Fernando, querendo deixar á posteridade um monumento da sua empreza sobre Castella, deo estas denominações ás novas moedas, que mandou cunhar. »

A barbuda era uma moeda de prata da grandeza de meio tostão, e valia trinta e seis reis da moeda corrente: n'ella se via gravado d'um lado um casco coroado e uma saia de malha com esta inscripção, *Si Dominus mihi adjutor, non timebo*, e do outro lado tinha a cruz da ordem de Christo, quatro castellos nos angulos da cruz, e no meio um pequeno escudo com as quinas, e estas trez palavras ao redor: *Fernandus rex Potrugaliæ.*

Os graves e os pilartes erão tambem de prata, mas de baixa qualidade. Os povos queixárão-se do excessivo valor da-

(1) Narração de Fernão Lopes.

do a estas moedas, e o principe, attendendo ao seu pouco peso, moderou a avaliação.

Quando o mestre d'Aviz subio ao throno, mandou logo lavrar reaes de prata, do valor de nove dinheiros, dos quaes setenta e dous fazião o marco: mandou tambem cunhar outros, segundo Severim, de seis dinheiros, e outros de cinco. « Com tudo, accrescenta o historiador, estes reaes conservavão sempre o mesmo valor, e o excedente redundava em proveito do principe. »

Era preciso ser D. João I, isto é, o eleito do povo, para que tivesse lugar similhante tolerancia em objecto de moedas. Severim, que nos dá estas particularidades, accrescenta um facto, que bem exprime a veneração, que o principe inspirava: « A maior parte, diz elle, usava d'estes reaes de prata pendentes ao pescoço como uma cousa santa.

« Este principe não tendo ainda outro titulo além do glorioso nome de Defensor, mandou cunhar novos reaes do valor de dez soldos cada um. Depois d'estes, ordenou que se lavrassem outros de trez libras e meia, e de dez dinheiros e meio.

« D. João I, elevado ao throno e pensando em conquistar Ceuta, mandou cunhar os primeiros reaes brancos, cada um dos quaes valia dez reaes de trez libras e meia, e erão precisos sessenta e dous para fazer um marco.

« Voltando da expedição de Ceuta, mandou lavrar os seitis, a que deo este nome para perpetuar, segundo dizem, a lembrança d'aquella conquista. Tambem ha quem affirme que forão chamados sextis, porque valião a sexta parte do real, e que com o andar do tempo este nome facilmente se mudou no de seitis.

Sem difficuldade se comprehende, pelo que deixamos dito, a revolução monetaria, que foi inevitavel no reinado do successor de D. João. Este principe não tratou na verdade de melhorar o valor metallico; as libras diminuirão de tal modo que D. Duarte mandou lavrar uma moeda mais grossa, que se chamou real branco, e era de cobre com liga

d'outro metal. Faria Severim diz que uma determinação real deo a estes reaes brancos o valor d'um soldo antigo: «por conseguinte, cada um d'elles valia trinta e cinco libras pequenas, e vinte reaes fazião uma libra antiga de setecentas libras pequenas; assim cada um d'estes reaes valia da nossa moeda dez seitis e quatro quintos do seitil, visto que vinte valião trinta e seis reis, que fazem uma das libras grandes.» Tambem houverão reaes pretos, e erão precisos dez d'estes para um real branco. D. Duarte mandou cunhar escudos d'ouro, mas o nosso author guarda silencio á cerca do seu valor effectivo. Com tudo elle diz que havia grande difficuldade em fazel-as passar nos reinos estrangeiros. Provavelmente a administração do illustre D. Pedro não durou tempo bastante para remediar tal desordem; porem o mal foi reparado logo depois d'elle, e bem se póde presumir que o seu espirito não deixou de ter influencia n'esta parte da administração.

No reinado de D. Affonso V forão cunhados os cruzados. Todos sabem com que enthusiasmo este principe pelejou contra os inimigos da fé. Quando ElRei D. Affonso se resolveo a passar a Jerusalem com um poderoso exercito, e Sixto o fortaleceo n'este designio, decidio-se a mandar cunhar uma moeda d'ouro, que fosse de tal qualidade, que a preferissem a todas as outras da christandade. Faria Severim dizia pelo meio do decimo setimo seculo: «Encontrão-se ainda hoje muitos d'estes cruzados, cujo ouro é tão fino, que o procurão para dourar. Vê-se n'um dos lados dos referidos cruzados uma cruz de São Jorge rodeada de letras, que significão *Adjutorium nostrum in nomine Domini*; e do outro lado está o escudo real coroado e posto sobre a cruz d'Aviz com esta inscripção: *Crusatus Alfonsi quinti R.*»

Havião tambem os reaes de D. Affonso V, e os espadins de cobre e de prata, destinados a perpetuar a lembrança da Ordem da Espada. O que havia de notavel n'esta ultima moeda, é que ella trazia á memoria uma relação oriental. A ordem, instituida na epoca em que ElRei meditava a expedição de Fez, adoptou o emblema, que a distinguia,

em lembrança d'uma tradição celebre no fim do decimo quinto seculo. Um astrologo arabe, instruido em todos os misterios da arte cabalistica, havia fincado um espadim na mais alta torre de Fez, e quem d'este poderoso talisman conseguisse apossar-se, viria a ser senhor do mundo inteiro: esta tradição subsistia ainda no decimo setimo seculo.

Mui longa seria a descripção das diversas moedas de prata e cobre, que D. Affonso mandou lavrar; sómente lembraremos que ha uma de prata, do valor de quatro vintens, em que se vê com a cruz d'Aviz as armas de Castella e Leão, quarteadas: n'ella se lê esta inscripção: *Alphonsus Dei gratia rex Portugaliæ.* A referida moeda correo no tempo em que D. Affonso pretendeo o throno de Hespanha, em consequencia do seu casamento com a desafortunada filha do fraco D. Henrique.

Eis-aqui quanto nos foi possivel ajuntar sobre um objecto de que os historiadores d'ordinario pouco tratão, ou para melhor dizer, que absolutamente desprezão. Com os novos descobrimentos feitos em Africa e no Oriente, mudou o valor das moedas: diremos algumas palavras a este respeito em tratando do grande seculo.

Primeira bibliotheca real instituida em Portugal.

Todos são geralmente unanimes em reputar D. Affonso V como primeiro fundador d'uma bibliotheca d'alguma importancia em Portugal. Com tudo é certo que ElRei D. Duarte, seu pai, possuia algumas obras de grande estima, cujo cathalogo se póde facilmente ver no *Leal Conselheiro.* D. Affonso V augmentou prodigiosamente esta collecção, e lhe deo o titulo de livraria. Um homem, que fallando com o seu archivista dizia: « Quem se lembraria das acções de Roma se Tito Livio as não houvesse conservado? Que teria succedido se Quinto Curcio não houvesse feito o mesmo por Alexandre, Homero por Troia, Lucano por Cezar? » este homem, aju-

dado do poder real, devia necessariamente amar os livros (1). Durante a sua viagem em França, nós o vemos utilisar a sua passagem pelas abbadias, onde é recebido, informando-se das riquezas bibliographicas, que ellas contém. Os historiadores francezes contemporaneos attestão esta propensão para o estudo, e fallão d'uma obra magnifica, que na abbadia de Burges lhe mostrárão. Temos tambem certeza de que, pelo anno de 1453, este mesmo principe tinha um calligrapho habil empregado na sua bibliotheca, e o nome de João Gonçalves, *escrevente dos livros d'ElRei*, é prova positiva do cuidado, que n'ella havia (2). Accrescentaremos a estes factos, certamente mui pouco numerosos, que o desafortunado D. Pedro d'Alfarrobeira, cuja regencia havemos mencionado, foi um dos primeiros bemfeitores d'esta bibliotheca real do decimo quinto seculo, de que hoje se começa de novo a fallar. Não podia succeder outra cousa da parte d'um principe, que reputava um exemplar das viagens de Marco Polo como um dos mais ricos presentes, que o senhorio de Veneza lhe podia offerecer. Todos os membros d'esta familia, até as princezas do sangue real, buscavão propagar os livros magnificos; a esposa de D. Pedro, em tudo tão digna de seu marido, mandava escrever e divulgar por meio da calligraphia, a *vida de Christo.* Em fim a insigne Dona Fillipa de Lancastre, filha d'esta princeza, em portuguez traduzia algumas obras, com que enriquecia o seu retiro monastico. Dona Joanna, filha d'ElRei D. Affonso V, e recolhida no convento d'Aveiro, imitou Dona Fillipa. A sua não vulgar formosura realçava a propensão, que ella nunca cessou de mostrar, para tudo o que dizia respeito á cultura da intelligencia.

D. Henrique o navegador, D. Fernando por appellido o santo infante, com paixão amárão os bons livros, e tam-

(1) *Carta escripta por D. Affonso V a Gomes Eannes d'Azurara.* Balbi, t. II, p. 9.
(2) *Cronica de Guiné*, por Gomes Eannes d'Azurara.

bem contribuirão para o augmento da bibliotheca real. Todavia, se o Leal Conselheiro e a Cronica de Guiné, por Gomes Eannes d'Azurara, não nos deixão a menor duvida sobre a magnificencia dos volumes de que constava a bibliotheca de D. Affonso V, não se póde dizer o mesmo á cerca do seu numero, qne até ao presente nenhum cathalogo d'aquelle tempo estabelece de modo exacto. No reinado de D. João II, e na epoca em que se havião multiplicado esses illuminadores de que falla Garcia de Rezende na sua *Miscellanea*, o numero dos bons livros augmentou necessariamente: os trabalhos bibliographicos, de que tratão em Portugal, hão de por certo illustrar-nos sobre este ponto.

Influencia litteraria de D. Affonso V. — Formação d'um corpo de leis.

O author consciencioso da Bibliotheca Lusitana, Barbosa Machado, inscreveo no seu vasto repertorio da litteratura portugueza o nome do monarcha, de que tratamos, assim como hávia inscrito o de D. Diniz, D. Affonso IV e D. Pedro. O erudito bibliographo celebra a prodigiosa memoria de D. Affonso V, e principalmente a perfeição com que este monarcha fallava a sua lingoa materna (1). Na relação do antigo historiador francez se vio a particular disposição, que este rei mostrou em se instruir no movimento intellectual da universidade de Paris: é certo que elle mandou escrever em latim um corpo geral das historias do reino, e que com este intento chamou d'Italia frei Justo Baldino, religioso dominico. Este louvavel desejo parece que não teve effeito, e, n'este sentido, D. Affonso V não foi mais feliz que o seu successor a respeito de Policiano. Como seu tio o infante D. Henrique, D. Affonso era habil nas mathematicas, e provavelmente de seu sogro, D. Pedro d'Alfarrobeira, tomou o

(1) "*Que parecião as suas palavras estudadas antes de proferidas.*"

extremo gosto, que mostrava pela musica: affirmão que á imitação da *Arte d'Cavalgar*, deixada por seu pai, D. Affonso V escreveo um *Tratado da Milicia*, em que fazia conhecer *o modo de pelejar dos antigos Portuguezes*: este livro, provavelmente escondido em alguma livraria antiga, nunca foi dado á luz; porem temos uma amostra do estilo de D. Affonso em duas cartas impressas por diversas vezes. Uma é endereçada a Gomes Eannes d'Azurara, na epoca em que este grande cronista se achava em Alcaçar junto de D. Duarte de Menezes, e d'um modo claro attesta a sympathia de D. Affonso pelos homens, que aos trabalhos intellectuaes se applicavão (1); a outra foi escrita, em 1461, a Diogo Lopes Lobo, senhor d'Alvito, e versa sobre certas explicações, que este requeria. Existe ainda d'este monarcha um opusculo astronomico, celebrado pelo famoso Zacuto, e não deve esquecer que a elle se deve o primeiro corpo de direito, que o reino possuio.

Direito Romano.

A introducção do direito romano em Portugal não é anterior ao decimo quinto seculo. Basta, diz um jurisconsulto portuguez, abrir o codigo d'ElRei D. Affonso V, que começa a receber a disposição em que appareceo no tempo de D. João I, para reconhecer a influencia d'aquella legislação; basta tambem examinar a ordem cronologica n'elle seguida para adquirir a certeza de que a mistura das legislações não estava ainda feita, e que ella não apresentava um corpo de doutrina continuada, mas sim uma simples coordenação de leis differentes. Das investigações d'Antonio de Villanova a este respeito resulta, que se convem attribuir á casa d'Aviz a introducção do direito romano em Portugal, justo é differir até ao reinado de D. Manoel o trabalho, que

(1) Entre outras obras, a sobredita carta foi reproduzida na descripção de Portugal, por Adriano Balbi: vid. t. II.

elle houve de soffrer para se combinar com a antiga legislação do reino: desde esta ultima epoca, os jurisconsultos se esforção para fazer concordar tantas opiniões divergentes. Começando no reinado de D. Sebastião fazem diligencias para combinar os elementos do processo. E' certo que a alta sagacidade de D. Pedro teve grande parte nos trabalhos relativos á administração, e que o Codigo Affonsino, modificado no tempo de D. Duarte, foi em parte obra sua (1).

Crenças populares de Portugal.

As crenças populares d'um povo são commummente o que d'elle se sabe menos; quasi sempre os escritores nacionaes desdenhão communical-as ao mundo erudito, e os viajantes passão mui rapidamente através das regiões, que intentão descrever para que tenhão vagar de fazer esta especie *d'estudo intimo*, de tanto interesse para os outros povos; e todavia não é possivel conhecer completamente a poesia d'uma nação, não se pódem mesmo avaliar convenientemente certos factos historicos, senão depois de aberta a porta d'esse mundo magico, que, em todos os seculos e em todos os

(1) Lê-se em Duarte Nunes de Leão esta curiosa passagem, que referimos. ElRei D. João I com a paz não ficou em ocio, e todo o tempo gastava no governo do seu reino, ou em reformar a justiça e os costumes. Por isso fez muitas leis, que andão insertas nos livros hoje em uso. Além d'isto, no anno de 1425, e por conselho do doutor João Fernandes das Regras, mandou fazer um livro em lingoa portugueza, no qual fossem compiladas as leis do codigo de Justiniano, as mais praticaveis n'este reino, com alguns commentarios d'Accursio e de Bartholo, que lhes erão relativos; de modo que as opiniões d'Accursio e Bartholo, por elle approvadas, fossem reputadas como authenticas e tivessem força de lei, e que em fim por ellas se pudessem decidir as cousas. Tudo isto succedeo pela grande affeição, que o doutor João das Regras tinha ao legista de que fora discipulo em Bolonha: d'esta affeição emana a lei do reino, ordenando que na decisão das cousas seja seguida a opinião de Bartholo, não havendo texto ou opinião commum em contrario. Vid. t. I, p. 484, da edição de 1780 (Lisboa).

paizes, cada povo soube imaginar: é muitas vezes um ancião, um pastor das montanhas, uma joven bohemia com os vestidos dilacerados, que possuem a chave da porta misteriosa, que cautelosos guardão, porque as pretenções do sabio os espantão. Tambem felizmente algumas vezes a maravilhosa chave cáe nas mãos do poeta, que então se apressa em fazer contemplar os prodigios, que o povo occultava. Consulte-se o antigo Gil Vicente, que tão bem fazia sorrir o incredulo Erasmo: que mundo magico elle patentea nas serras de Portugal! Trez seculos antes que *Goethe* tivesse evocado os sombrios misterios da *Walpurgisnacht*, Gil Vicente nos havia guiado ao meio das feiticeiras, que divagão pela Serra d'Estrella.

Landmann, Kinsey, Murphy, guardão silencio á cerca d'estes misterios populares. Uma collecção d'escritos dirigidos ao povo, e de que havemos extrahido mil fragmentos curiosos, que não são da historia, mas que servem d'enriquecel-a (1), vai em fim rematar esta lacuna, e fazer conhecer a mythologia da idade media, que no decimo quinto seculo brilhou com todo o seu esplendor. O author do trabalho, que citamos, parece ter feito duas partes de todos os documentos, que lhe foi possivel compilar. Porem elle caminha sempre rodeado de provas historicas, e se ao principio põe de parte as tradições oraes, d'ordinario mais poeticas, é para assegurar o espirito por datas positivas, e por provas, por assim dizer, ineditas.

Um dos mais antigos documentos, que nos restão, sobre as suprestições populares, é a celebre postura da camara de Lisboa de 1385. Esta postura carateriza essencialmente o espirito religioso da epoca de D. João I. — N'ella se prohibem as suprestições populares, as quaes ahi se enumerão, como querendo a camara agradecer assim a Deos a victoria d'Aljubarrota, que assegurou a independencia de Portugal. Transcrevemos algumas passagens do referido estatuto, sem

(1) *O Panorama.*

que tentemos explicar muitas d'essas suprestições a que ahi se allude, por que difficil fora appresentar mais do que conjecturas. Eis o que nos parece mais notavel n'aquelle assento municipal:

« Os sobreditos estabelecem e ordenão, que d'aqui em diante n'esta cidade, nem em seu termo nenhuma pessoa não use, nem obre de feitiços, nem de ligamento, nem de chamar os diabos, nem de descantações nem de obra de veadeira, nem obre de carantulas, nem de geitos, nem de sonhos, nem d'encantamentos, nem lance roda, nem lance sortes, nem obre d'advinhamentos. . . . nem outro sim ponha nem meça cinta, nem *escante olhado* em ninguem, nem lance agoa por joeira. . . . . . »

« Outro sim estabelecem que d'aqui em diante n'esta cidade e em seu termo não se cantem janeiras nem maias, nem a outro nenhum mez do anno, nem se lance cal ás portas sob titulo de janeiro, nem se furtem agoas, nem se lancem sortes. . . . »

« Porque o carpir e depenar sobre os finados é costume que descendem dos gentios, e é uma especie d'idolatria, e é contra os mandamentos de Deos, ordenão e estabelecem os sobreditos que d'aqui em diante n'esta cidade, nenhum homem ou mulher, não se carpa, nem depene, nem brade sobre algum finado, nem por elle, ainda que seja pai, mãi, filho ou filha irmão ou irmã, marido ou mulher, nem por outra nenhuma pena, nem nojo, não tolhendo a qualquer que não traga seu dó, e chore se quizer. . . . »

Muitas d'estas disposições dizem respeito a crenças, que já não existem, ou são conhecidas por outras denominações. As janeiras e maias durárão até aos nossos dias, e ainda no Minho se chamão maias as flores da giesteira amarella, com que se adornão as janellas no primeiro de maio; além d'isto todos os que hoje vivemos nos lembramos de ver em Lisboa os maios pequeninos passearem as ruas cobertos de flores, bem como de ouvir cantar as janeiras, o que ainda dura em muitas partes das nossas provincias.

As prohibições da camara relativamente aos prantos pelos mortos, alludem ao carpirem-se e arrepelarem-se sobre o cadaver, e por elle, depois d'enterrado, certas mulheres, que d'isso vivião chamadas carpideiras ou pranteadeiras, e na falta d'estas os parentes mais proximos. Fr. Francisco Brandão diz que tal costume se acabou no tempo de D. João I; mas engana-se manisfestamente, porque nos nossos cronistas se achão memorias de similhantes prantos em epocas mui posteriores, e lá diz Gil Vicente:

Prantos fazem em Lisboa
Dia de santa Luzia
Por ElRei D. Manoel
Que se finou n'este dia.

Entre as suprestições antigas podem contar-se os reptos, requestas, ou desafios, em que se appellava para o juizo de Deos quando um homem accusava outro d'homicidio ou traição. Este costume, geral em toda a Europa, vogou muito em Portugal no principio da monarchia, sendo até declarados nos foraes d'algumas terras os casos em que o duello devia servir de prova da justiça ou injustiça da accusação ou querella. Muito cedo porem começárão os nossos reis a trabalhar, por meio de leis prudentes e saudaveis, em pôr termo a este costume barbaro. D. Diniz foi o primeiro que por lei de 1318 prohibio houvesse reptos duas legoas em redor d'onde estivesse a corte: — « Estabeleço e ponho por lei (diz elle) que d'aqui adiante nenhum Filho d'algo, não desafie, nem mande desafiar outro, nem por si, nem por outrem, perante mim, nem nos lugares onde eu fôr, nem a duas legoas a redor de mim; E aquelle, que contra isto vier, morra por isso, e a desafiação não valha. » Successivas providencias se forão dando a este respeito, de modo que na ordenação affonsina apenas são permittidos os desafios no caso de traição contra a pessoa real, como se póde ver no titulo 64 do Livro 1.° d'essa ordenação.

Como, porem, os reptos não tinhão lugar em todos os casos, e tal era o de cair a suspeita do crime em mulheres, as quaes não podião ir defender ás lançadas a sua innocencia, havia outros meios de recorrer ao juizo de Deos. D'estes erão geralmente em toda a Europa, as provas da agoa fria, da agoa quente, e do ferro em braza. A que se usou em Portugal foi a ultima, a qual consistia no seguinte: o accusado, que queria arriscar-se á prova, depois de se confessar, e de jejuar rigorosamente por alguns dias, e de receber exorcismos, bençãos e orações de um sacerdote, ou se punha a andar descalço sobre uma vara de ferro em braza, ou pegava n'ella e caminhava apertando-a nas mãos por certo espaço. Se o *ferro caldo* (como lhe chamavão) não produzia o seu natural effeito o culpado era havido por innocente; mas se lhe queimava os pés ou as mãos impunhão-lhe a pena do crime de que fôra accusado. Já se ve que era difficultosa empreza achar innocentes por tal meio; todavia algumas tradições existem, que a serem verdadeiras, provarião que a Providencia, apiedando-se dos injustamente opprimidos, suspendera algumas vezes a favor d'elles as leis da natureza. Junto ao sepulcro do commendador de Leça, D. Garcia Martins, se conserva, segundo o testemunho de Jorge Cardozo, um ferro de arado, que, posto em braza, transportou para ali a mulher de um ferreiro accusada de adulterio. Fr. Bernardo de Brito e Fr. Antonio Brandão citão uma doação feita ao mosteiro d'Arouca, por Dona Tareja Soares, mulher de D. Gonçalo Mendes de Souza, que sendo accusada pelo marido d'adulterio, recorreo, em sua defeza, á prova do ferro em braza, e saindo illesa, se recolheo ao mosteiro d'Arouca, ao qual fez uma doação, onde se menciona este successo, que seria em verdade extraordinario, se não fosse mais facil e razoavel crer na supposição do documento do que na realidade do milagre.

Esta suprestição da prova por fogo parece que ainda estava muito arraigada em Portugal no fim do decimo quarto seculo. Quando o Mestre d'Aviz matou o conde Andeiro, a

rainha Dona Leonor, ouvindo na sua camara o ruido, que soava, mandou saber o que era, e vierão dizer-lhe que tinhão assassinado o conde. « A rainha quando isto ouvio, hou-« ve grão temor, porem disse: Oh santa Maria vale! me « matárão em elle um bom servidor! — e sem o merecer; « cá (porque) o matárão, bem sei porque. Mas eu prometto « a Deos que me vá de manhã a S. Francisco, e que man-« de ahi fazer uma fogueira, e ahi farei taes salvas, quaes « nunca mulher fez por estas cousas. » (Lopes cronica de D. João I cap. II). Santos, narrando este mesmo successo, accrescenta: « Alludio ao antigo costume de se purificarem, to-« mando o ferro quente, as mulheres acusadas, ou murmu-« radas d'adulterio. » (Mon. Luzit. Liv 23 c. 8). E com effeito não é crivel que a rainha na sua afflicção fizesse uma figura de rhetorica, dizendo que se queria sujeitar a um costume, que já não existia; muito mais que Fernão Lopes, escritor tão visinho d'aquelles tempos, parece reconhecer a actualidade de tão barbara usança, accrescentando que a rainha *tinha mui pouco em vontade de o fazer.*

Não era este superticioso costume que durou por tantos seculos, apenas uma invenção do vulgo. Nas antigas leis de Hespanha, conhecidas pelo nome de *Fucro Juzgo,* é expressamente ordenada a prova da agoa a ferver, e a do ferro em braza, e no foral de Baeça se particularisão os casos em que taes provas tinho lugar, bem como a maneira de as fazer. Transcrevel-a-hemos aqui por ser grandemente curiosa, tanto mais que em parte diz respeito á prova do desafio.

« A mulher, que sabidamente mover, sendo o motivo por máo termo seja queimada, ou salve-se por ferro quente. E se alguma disser que é prenhe de algum homem, e elle a não crer, tome ferro quente, e queimando-se, não seja crida; mas se escapar livre do ferro, dê o filho ao pai e crie-o como mandão as leis. »

A mulher, que *ligar* homem ou animaes, ou quaesquer outras cousas, que podem ser ligadas, queimem-na, e se negar, salve-se por ferro quente; e se o ligador for homem

seja açoutado e lançado fóra da terra, e se negar, salve-se por combate. »

« A mulher, que der hervas peçonhentas ou for feiticeira, seja queimada, ou se salve por ferro quente. »

« A mulher, que matar seu marido, seja queimada, ou se livre por ferro quente. Toda a mulher, que taes cousas faz, deve tomar ferro; mas não por erro de sua pessoa propria, salvo quando for approvada por má mulher, e que teve parte com cinco homens differentes. As *terceiras* sejão queimadas, ou, se negarem, salvem-se por ferro quente. »

O ferro, que se mandou fazer por justiça para esta experiencia, tenha um palmo de comprimento, e dous dedos de largo, e tenha quatro pés (a modo de banco) tão altos, que a pessoa, que houver de fazer a salve possa metter a mão por baixo. E quando o tomarem, levem-no por distancia d'outo pés, e tornem-no a pôr em terra suavemente. Mas antes o benza o sacerdote, e depois elle e o juiz aquentem o ferro, e em quanto o ferro se aquentar, nenhum homem se chegue junto ao fogo, porque não acerte de fazer alguma feitiçaria; e a que houver de tomar o ferro primeiro se confesse mui bem, e depois seja olhada, porque não traga escondido algum feitiço. Depois lave as mãos diante de todos, e depois de limpas, tomem o ferro; mas antes fação todos oração, pedindo a Deos que mostre a verdade. E depois de ter levado o ferro, o juiz lhe cubra logo a mão com cera, e sobre ella lhe ponha estopa ou linho, e depois atem-lha com um panno, e leve-a o juiz a sua casa, e passados trez dias vejão-lhe a mão, e se fôr queimada, queimem-na tambem a ella.

Vimos que a prova do fogo durou em Portugal, pelo menos até ao fim do decimo quarto seculo. Não sabemos ao certo a epoca da completa extincção d'este abuso; todavia é sabido que elle estava em esquecimento no seculo seguinte. Não assim a crença em feitiçaria que, como sabemos, durou até os nossos dias, e ainda hoje tem bastante voga entre os espiritos mais rudes.

A primeira lei, que nos lembre fosse promulgada em

Portugal contra os feiticeiros é uma de D. João I, no anno de 1403, em que se diz o seguinte: « Não seja nenhum tão ousado, que por buscar ouro ou prata, ou outro haver, lance varas, nem faça circo, nem veja em espelho ou em outras partes: » Esta lei foi confirmada no codigo affonsino, d'onde em substancia passou para os que se lhe seguirão-se. Vê-se por ella que a magia portugueza d'esse tempo se reduzia a uma especie d'alchimia, ou sciencia de encontrar ouro, o que, em verdade, era bem pouco se o comparar-mos ao incremento prodigioso, que teve a feitiçaria no seculo seguinte.

Da variedade de praticas supersticiosas, que produzio esse incremento, nunca encontrámos memoria mais curiosa, que o capitulo, que trata d'esta materia no rarissimo livro das Constituições do arcebispado d'Evora, impressas em Lisboa no anno de 1534. Eis-aqui o texto da constituição primeira do titulo 25, que se intitula — *Dos feiticeiros, benzedeiros e agoureiros*:

« Deffendemos que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja, tome de lugar sagrado, ou não sagrado, pedra d'ara ou corporaes, ou parte de cada uma d'ellas, ou qualquer outra cousa sagrada; nem invoque diabolicos espiritos, em circulos, ou fóra d'elle, ou em encrusilhada; nem dê a alguma pessoa a comer ou beber qualquer cousa, para querer bem ou mal a outrem, ou outrem a elle; nem lance sortes para adevinhar. nem varas para achar haver, nem veja em agoa, ou crystal, ou em espelho, ou em espada, ou em outra qualquer cousa luzente, nem a espadua de carneiro; nem faça, para adevinhar, figuras ou imagens algumas de metal, nem de qualquer outra cousa; nem trabalhe de advinhar em cabeça de homem morto, ou de qualquer outra alimaria; nem traga comsigo dente, nem baraço de enforcado, nem fação com as ditas cousas, ou cada uma d'ellas, nem com outra alguma similhante, posto que aqui não seja nomeada, especie alguma de feitiçaria, ou para adevinhar, ou para fazer damno ou proveito a alguma pessoa ou fazenda; nem faça cou-

sa para que uma pessoa queira bem ou mal a outrem; nem para ligar homem ou mulher, etc. »

« Outro sim deffendemos que nenhuma pessoa passe doente por silva ou machieiro, ou por baixo de tronvisco, ou por lameiro virgem, nem benzão com espada que matou homem, ou que passasse o Douro e o Minho trez vezes; nem cortem solas em figueira baforeira; nem cortem çobro em limiar da porta; nem tenhão cabeças de saudadores encastoadas em ouro, ou em prata, ou em outras cousas; nem apregoem os demoninhados; nem levem as imagens d'alguns santos a cerca d'agoa, fingindo que os querem lançar em ella, e tomando fiadores, que se até certo tempo lhes não der agoa, ou outra cousa que pedem, que lançarão a dita imagem na agoa; nem revolvão penedos e os lancem na agoa para haver chuva; nem lancem joeira; nem deem a comer bolo para saberem parte d'algum furto; nem tenhão mendracolas em sua casa, com tenção de haverem graças, ou ganharem com ellas; nem passem agoa por cabeça de cão, para conseguir algum proveito; nem digão cousa alguma do que é por vir, mostrando que lhe foi revelado por Deos ou algum santo, ou visão, ou em sonho, ou por qualquer outra maneira; nem benzão com palavras ignotas, e não entendidas, nem approvadas pela igreja, ou com cutellos de tachas pretas, ou d'outra alguma côr, nem por cintos e ourelos, ou por qualquer outro modo não honesto; nem fação camisas fiadas e tecidas em um dia, nem as vistão, nem usem de alguma arte de feitiçaria. »

Eis aqui um documento, subministrado pela historia ecclesiastica, que poderia dar azo a commentarios sem fim, e que se deve reputar como a mais completa nomenclatura sobre as crenças populares da Peninsula. Não se entenda que o poder ecclesiastico se satisfez com preceitos puramente comminatorios. A lei civil, que por este tempo fora feita, fazia distincção, por assim dizer da grande e pequena bruxaria; porque as feitiçarias em que se usava empregar pedra d'ara ou corporaes, ou quaesquer outras cousas sagradas, erão punidas com pena de morte, bem como os esconjuros e in-

vocações de diabos, feitos em circulo ou em encruzilhada, e o dar a comer ou beber cousas enfeitiçadas para querer mal ou bem a alguem. Todos os outros bruxedos, porem, que n'aquella ordenação se achão especificados, e que são, pouco mais ou menos, os mesmos, que enumerão as constituições d'Evora, tinhão por pena a marca de ferro nas faces, e o degredo perpetuo para a ilha de S. Thomé. As demais superstições populares, que não parecião depender de trato com o demonio, erão punidas com açoutes, sendo o criminoso peão, e sendo vassallo ou escudeiro, ou mulher de qualquer d'estes, com degredo de dous annos para os lugares d'Africa. Estas disposições pássarão quasi textualmente para o Titulo 3.° do Livro 5.° das Filippinas, conhecidas geralmente pela denominação d'Ordenações do Reino.

E cumpre aqui advertir que, se quando se reformou este codigo, no principio do decimo setimo seculo, se conservárão penas tão severas contra individuos, que não passavão de meros charlatães, que por taes meios vivião á custa da credulidade publica, ou que se enganavão a si proprios, imaginando terem imperio nos demonios e trato com as potencias invisiveis, é porque ainda então se cria que similhantes sonhos erão realidades. E não fomos só nós os que isso acreditámos: a Europa inteira estava na mesma persuasão: n'essa epoca todos os governos, e legisladores, e até homens da mais alta cathegoria litteraria admittião a possibilidade dos maleficios, dos sortilegios, e dos adevinhamentos. E tão duradoura foi essa crença, que ainda no principio do seculo decimo oitavo, quando appareceo a *Magica anniquilada* de Maffeu (livro, em nosso entender, muito áquem da sua reputação) se levantou uma grande discussão a similhante respeito, o que é claro signal de que para muitos homens instruidos a magia não era uma cousa inteiramente van.

Uma das cousas mais notaveis ácerca da credulidade de nossos antepassados no decimo setimo seculo, é um alvará datado de 15 d'outubro de 1654, em que se dá licença a um soldado, que dizia ter o dom de *curar com palavras*,

para continuar a fazer uso d'esta estupenda habilidade, com a obrigação de empregar o seu prestimo em beneficio dos militares, que d'elle houvessem mister.

O progresso, porem, das sciencias foi pouco a pouco destruindo estes abusos nos animos das pessoas sensatas, e os feiticeiros e bruxas, e adevinhões, virão-se obrigados a refugiarem-se entre a plebe ignorante, e entre a gente boa e simples dos campos. E' ahi onde, ha mais de cincoenta annos, apenas restão usanças, que revelão a existencia das chamadas artes diabolicas.

O conflicto entre o progresso intellectual e as antigas superstições accarretou por vezes desgostos e perseguições áquelles, que trabalhavão em allumiar as nações; mas tambem deo azo a acontecimentos mui graciosos, dos quaes relataremos aqui um, succedido em Evora no reinado de D. Joze.

Um frade de certa ordem tinha sido nomeado mestre de philosophia n'aquella cidade. Querendo dar uma vez a seus discipulos idéa da electricidade, pôde obter emprestada uma machina electrica, com a qual fez algumas experiencias diante de varios padres graves do seu convento, que ficárão pasmados de cousa tão extraordinaria, e supposerão lá comsigo andar n'isto obra de feitiçaria. Esperárão, portanto, um dia em que o mestre de philosophia saisse fóra do convento, e mandando o prelado tocar á communidade, revestido, e de cruz alçada, seguido dos demais frades, foi ao aposento, onde estava a machina para a exorcismar. Começados os exorcismos tanta agoa benta lhe deitárão que dentro em pouco ficou completamento estragada. Quando d'ahi a dias o professor quiz trabalhar com ella, nunca o pôde alcançar; e os padres graves, rindo uns com os outros, escarnecião do pobre philosopho, a quem, com esconjuros, tinhão inutilisado aquelle diabolico feitiço.

Aqui daremos uma noticia do que temos alcançado á cerca das feiticeiras, bruxas, e lubishomens, na opinião do

vulgo, cuja imaginação ainda dá existencia a estes sonhos ridiculos, conservados nas tradições populares.

O povo faz distincção entre feiticeiras, bruxas, e lubishomens. São as feiticeiras e bruxas, por via de regra, mulheres velhas, pobres, feias, immundas, e de genio melancolico, ou colerico. Estes motivos bastão para o vulgo as aborrecer, e para justificar a seus olhos qualquer accusação, que lhes fação de feitiçaria ou bruxedo. O mister das feiticeiras é fazer malefícios a todo o genero de pessoas de qualquer idade que sejão: estas acompanhão ordinariamente o diabo em todas as suas funcções n'este mundo. As bruxas tem poder limitado, estando apenas authorisadas para chupar de noite o sangue ou a substancia das crianças, matando-as pouco a pouco d'inanição, ou de repente, se chupão desarrasoadamente. Os lubishomens são aquelles, que tem o *fado* ou *sina* de se despirem de noite no meio de qualquer caminho, principalmente encrusilhada, darem cinco voltas, espojando-se no chão em lugar onde se espojasse algum animal, e em virtude d'isso transformarem-se na figura do animal ahi pre-espojado. Esta pobre gente não faz mal a ninguem, e só anda cumprindo a sua sina, no que tem uma cenreira mui galante, por que não passão por caminho ou rua, onde haja luzes, dando grandes assopros e assobios para que lhas apaguem, de modo que seria a cousa mais facil d'este mundo apanhar em flagrante um lubishomem, accendendo luzes por todos os lados por onde elle pudesse sair do sitio em que fosse presentido. E' verdade que nenhum dos que conta similhantes historias fez a experiencia.

A instituição de qualquer feiticeira ou bruxa é pela maneira seguinte. A adepta é levada alta noute pelas feiticeiras professas a um lugar ermo, onde o diabo apparece transformado em bode negro. Começa a ceremonia, como é razão, pela matricula, e a noviça escreve o termo de venda da sua alma com o proprio sangue: então o diabo lhe entrega um novello e um pandeirinho, que são os symbolos da nova dignidade, que recebe, e pelo que fica habil para fazer os seus

maleficios, e para se transformar no que quizer, quer sejão corpos animados, quer inanimados. Depois d'isto o demonio *bodificado* se assenta no seu throno cercado de candeiinhas, e por baixo d'este throno passa a noviça trez vezes; acabado o que, a nova feiticeira dá um beijo na proximidade da cauda ao transformado rei do inferno. Feita esta ceremonia as circumstantes (que são todas as feiticeiras da provincia, chamadas ali para assistir áquelle auto) tocão os seus pandeirinhos, e com danças misteriosas levão a nova socia a casa, onde lhe mostrão os respectivos novellos de fiado, que são maiores ou menores, conforme a importancia ou estimação em que as tem o diabo.

Estes novellos diabolicos em que principalmente reside a força e poderio das feiticeiras, são compostos d'uma especie de linha fiada pela *mãi do diabo*, e cuja materia prima é o pello de bode, em que o cão tinha só costuma transformar-se. Tambem as bruxas tem por apanagío uma maçaroca preta; mas a demonologia popular não declara de que maneira, ou de que materia seja feita, bem como as dos lubishomens, que tambem possuem este adminiculo, do qual apenas sabemos uma circunstancia, que é o ser de fio pardo.

Quando alguma d'estas importantes personagens, que tem pacto, ou fado, está para morrer, chama a pessoa que mais estima, e a esta entrega o fatal novello. Se lho não aceitão, não póde expirar, ainda que esteja em agonias mortaes; mas apenas essa pessoa, ou alguma das circunstantes lho recebem, a pobre creatura entrega logo descançadamente a sua alma a satanaz. Parece que a posse de tal herança dá um direito na secretaria d'estado infernal, para o herdeiro ser preferido no preenchimento do lugar, que ficou vago.

Tem a feiticeira obrigação, cada vez que quer enfeitiçar alguem, de invocar primeiramente o diabo, e de lhe pedir licença para exercer seu officio, o que prova que não só na terra ha máos systemas de legislação. A formula usada em taes cassos, segundo alguns gravissimos authores, é: *Tenato, ferrato, andato, passe por baixo*, o que se repete trez

vezes. Acóde o demo ao reclamo, e a professora de feitiços póde então ter a certeza de tirar a sua a limpo.

Se, porem, se não trata de um feitiço da segunda ordem; mas sim d'algum, que deva produzir a morte do individuo enfeitiçado, é preciso mais trabalho, e pelas leis infernaes não é licito a qualquer feiticeira tomar sobre si só tamanha responsabilidade, d'onde se póde concluir qual seja a prudencia, gravidade e consciencia do diabo, que por certo não é tão feio como o pintão. Quando, pois, alguma d'estas boas creaturas quer dar cabo de qualquer individuo, toca o seu pandeirinho e chama duas das suas companheiras para d'ellas se ajudar n'aquella boa obra. Então as taes fazem uma figura da pessoa condemnada a morrer, e compostos certos unguentos liquidos vão com elles untando aquelle vulto, e á proporção que o trabalho se vai adiantando, vai o enfeitiçado adoecendo, até que chega ás ultimas. N'este ponto a feiticeira mais velha tira o seu novello, põe-se a dobal-o, e quando o doente deve morrer uma das outras corta o fio com uma thesoura, e no mesmo instante expira o enfeitiçado. Depois invocão todas trez o demonio, que vem, e solda de novo o fio, que ficou cortado.

Taes são em poucas palavras as crenças populares, as praticas supresticiosas, os actos de supposta feitiçaria, contra os quaes a inquisição de Portugal mais d'uma vez houve de proceder com rigor: se não roceassemos ampliar demasiado este paragrapho, facil nos seria, examinando as tradições do decimo quinto e do decimo sexto seculo, augmentar ainda as curiosas indicações, que havemos encontrado reunidas. As Mouras encontradas, e mil outras tradições maravilhosas, provarião que a imaginação ardente dos Portuguezes tem deixado vestigios originaes dos sonhos da idade media.

Jogos e divertimentos dos Portuguezes na idade media.

Ha na historia official das nações uma cousa, que os

escritores quasi sempre omittem, ou se desdenhão de transmittir-nos; são as circunstancias d'esses jogos, que succedem aos dias de trabalho, é a relação d'essas luctas guerreiras, que representão os combates, quando o não são ellas mesmas. Commummente as cronicas, um pouco diffusas, da idade media são as unicas depositarias d'estas noticias; de modo que se conhece uma face da vida dos povos, minuciosamente se sabem as miserias, que por largos annos os assolárão, mas ignorão-se as cousas, que excitárão a sua curiosidade, jubilo e enthusiasmo. Não imitaremos n'esta parte os historiadores do ultimo seculo, e offerecemos aqui algumas noticias sobre um ponto curioso, que tem intima connexão com todo um periodo da historia da Peninsula.

O primeiro divertimento publico de que se encontra vestigio em Portugal é um exercicio guerreiro, de que fazem menção todos os cronistas do duodecimo e do decimo terceiro seculo; é o jogo do tavolado, conhecido no resto da Peninsula pelo nome *del tablado* ou de *las tablas.* Este jogo era na origem simples, como os povos, que o adoptárão. Consistia o tavolado em certo numero de taboas unidas e formando uma especie de castello, de tal modo que um simples choque as não pudesse lançar por terra, mas dispostas pelo contrario com bastante arte para que não resistem ao vigoroso arremeço d'um dardo, destinado para esta especie d'exercicio. Não havia na idade media solemnidade alguma sem tavolado. Na cronica dos *sete infantes de Lara*, cuja acção nos transporta ao decimo seculo, ante um tavolado começa o sanguinoso drama, que deve enviar a morte os sete filhos de *Gonzalo Gustios.* Os antigos romances hespanhoes, tantas vezes citados por Gil Vicente, estão cheios d'elogios a certos cavalleiros, que d'um só arremeço lanção por terra o tavolado com tal estrondo, que espanta os circumstantes. Na velha cantiga popular, que o *Romancero* consagra a Montesinos, o heroe, que por espaço de sete dias se definha n'um medonho calabouço, onde a agoa lhe dá pela cintura, e onde se vê privado d'alimentos, o valente tão conhecido de Cervantes sáe para servir de

mofa já corte; é levado á justa, mas conserva bastante vigor para d'um só arremeção derribar o tavolado, cuja altura fatigará todos os cavalleiros.

No tempo em que este divertimento estava ainda em vogo na Hespanha, no decimo terceiro e decimo quarto seculo, um jogo mourisco se introduzio entre os christãos: este jogo requeria menos força, mas talvez mais agilidade que o do tavolado: era o jogo das canas, o *djérid*, que os Turcos e Persas não tem abandonado, que consistia em lançar com presteza, ao rapido galope d'um cavallo adestrado para esta especie d'exercicio, uma cana, que devia saber evitar o que enviava a sua ao adversario. Dos antigos cantos populares se collige que este jogo tinha para a povoação cavalleirosa da Peninsula tal attractivo, que momentaneamente fazia congregar a gente inimiga; Mouros e christãos se misturávão quando se tratava de correr canas, e os cavalleiros de Granada com enthusiasmo acolhião Portuguezes e Castelhanos, quando estes ião disputar-lhes na praça de *Rambla* um premio, que elles mais estimavão, e que dava talvez mais fama, que o que no meio dos combates se podia obter. Como succedia em França, como no resto da Europa se praticava, este premio reservado á agilidade, algumas vezes á força, consistia n'uma manga bordada, tida por tal honra em Hespanha e Portugal, que as damas punhão todos os seus cuidados em variar a magnificencia d'este penhor d'estima solemnemente offerecido ao valor cavalleiroso. Quando nos romances da Peninsula se vê uma dama castellã occupada em alguma obra maravilhosa, de que ha de fazer dom por occasião d'um torneio, é uma manga bordada, em que o aljofar em variados desenhos corre sobre um tecido de brocada; foi uma d'estas mangas a obra, que a desafortunada Dona Branca de Bourbon bordou com intento de abrandar a ferocidade do genio do terrivel D. Pedro. Em fim, a manga de honra via-se em Portugal nos vestidos de gala ainda no principio do decimo sexto seculo; pendia da primeira manga, de que era separada, ornava o braço mas não o cobria.

Os Portuguezes tiverão, como as demais nações, seus torneios, e a fama d'estes destemidos campeões assás se havia divulgado na Europa, para que as damas agravadas em Inglaterra pedissem, de preferencia a outros cavalleiros, o auxilio dos esforçados, conhecidos na historia pela denominação dos — *Doze d'Inglaterra*, — e de que Luiz de Camões, em magnificos versos, celebrou a destreza e o valor.

Toda a pessoa, que tem lido os Lusiadas, se recorda d'esses cavalleiros, que, depois de vencer, coberto ainda da sua pesada armadura, saltou ao meio da liça, elevando-se a tal altura, que fez admirar a multidão guerreira, que o rodeava. Estas circunstancias, e em caso de necessidade os preceitos, que dá ElRei D. Duarte na sua *Arte de Cavalgar*, provarião que os Portuguezes não estavão atráz das outras nações na grande arte dos torneios. Não nos demoraremos todavia d'um modo particular sobre este ponto, e remettemos as pessoas, que desejarem particularidades, para a descripção do jogo d'armas de Sueiro de Quinônes, na qual parece não se haver omitido cousa alguma do que outr'ora constituia a complicada sciencia do combate em campo fechado.

N'esta epoca a creação d'um cavalleiro dava ás vezes lugar em Portugal a festas magnificas: taes forão, entre outras, as que D. Pedro I celebrou durante a solemnidade em que Telles se vio admittido ao numero dos cavalleiros portuguezes. Por esta occasião, não só forão assados bois inteiros, que se distribuirão pelo povo, mas o proprio rei, seguido dos grandes do reino, executou danças, ao som de grandes trombetas de prata, e no meio d'uma longa fileira de criados com brandões accesos.

Se um antigo historiador nos não affirmasse este facto curioso, se Fernão Lopes não nos conservasse, em suas singelas narrações, frequentes provas d'este singular amor ás danças solemnes, que distinguio o amante de Dona Ignez de Castro, poder-se-hia duvidar d'estes saráos, que nada tem d'analogo nos outros paizes. Não só D. Pedro o Justiceiro dançava em publico quando armava cavalleiro um de seus vas-

sallos, mas se alguma circunstancia o chamava a Lisboa depois de muitos dias d'ausencia, queria que os habitantes da cidade o recebessem; e ao som de suas immensas trombetas de prata ia dançando desde o caes até ao palacio.

A povoação moura e judia, que por tão largos annos esteve misturada com os christãos, devia dar ás danças publicas um caracter particular; as mourarias, as judiarias, celebres ficárão na Peninsula muito tempo depois da expulsão dos Arabes e Judeos. No decimo quinto seculo, sob o magnifico reinado da casa d'Aviz, quando certas solemnidades o permittião, estas povoações, que o fanatismo não tinha ainda inquietado, de bom grado misturavão seus regozijos com os das povoações christãs: os historiadores religiosos omitem ás vezes estas circunstancias; porem em caso de necessidade muitos manuscritos coevos aqui poderião offerecer o seu testemunho, e mostrar a verdade do que affirmamos.

Em 1429, quando os embaixadores do duque de Borgonha vierão buscar em seus navios venezianos a princeza Dona Isabel filha de D. João I, houverão em Lisboa sumptuosas festas para que as povoações mouras de mui boa vontade contribuirão. Outras similhantes tinhão havido no anno precedente, quando a infanta Dona Leonor, esposa de D. Duarte, fez a sua entrada solemne na cidade de Lisboa. Vinha ella sobre uma mulla ricamente enjaezada, debaixo d'um palio de brocado sostido por longas varas douradas; e os fidalgos mais notaveis se apresentárão para lhe beijar a mão conforme o costume, e, accrescenta o antigo historiador (1) « numerosos cavalleiros e escudeiros bem montados forão recebel-a, da mesma sorte que os cidadãos e mercadores notaveis de Lisboa, e juntamente com elles os Judeos e Mouros da dita cidade vestidos segundo o seu uso, cantando e

(1) As particularidades mais circunstanciadas d'esta solemnidade, forão-nos transmittidas pelo celebre infante D. Henrique, n'uma carta a seu pai, infelizmente mui longa pera ser aqui transcrita.

dançando a seu modo (1), e a sobredita senhora foi levada pela cidade ao palacio do infante, com grande regozijo e solemnidade, e havia grande copia de menestreis, trombetas, e tocadores d'orgão e harpa, sem contar os outros instrumentos; e a cidade estava alcatifada em muitos sitios, e n'outros lugares se via o solo juncado d'hervas.»

O que podia dar a estas festas um caracter original particular, de que facilmente se descobre o aspecto animado, erão essas danças mouriscas, de que fallão ainda um seculo depois Garcia de Rezende e Gil Vicente, o qual, segundo toda a apparencia, no theatro as introduzio. No decimo quinto seculo, as danças mouriscas erão talvez mais esplendidas que as festas christãs, e Granada, de que nos celebrão as *zambras* e os *saráos*, Granada, que pendendo para a sua ruina expirava no meio das festas, devia dar a Andaluzia e a Portugal haveis musicos e admiraveis dançarinos, que se vião figurar, a despeito dos ecclesiasticos, no meio da multidão prazenteira dos christãos.

Durante a menoridade de D. Affonso V, a corte de Portugal adquirio um gráo notavel d'elegancia e urbanidade. D. Pedro d'Alfarrobeira, que havia visitado a maior parte das cidades florecentes da Europa, e que tinha principalmente residido em Veneza, e n'outras cidades sumptuosas d'Italia, D. Pedro trouxe á sua patria o amor das artes, e n'ella buscava desenvolver o das sciencias. Dizem que este principe era habil musico, e que havia aperfeiçoado o modo de tocar certos instrumentos. Na ante vespera do dia em que

(1) No decimo quinto seculo as mourarias, ou danças mouriscas, tinhão em fim prevalecido no meio dia da França, e erão mesmo executadas nas ceremonias publicas. Em 1502, no ensejo da chegada do archiduque de Flandes a Montpellier, houverão algumas d'aquellas danças, que excitárão a admiração dos cidadãos. Eis aqui o que a este respeito se lê no pequeno *Thalamus* " Esta tarde andou uma mui bonita dança mourisca pela cidade, ao som de trombetas, e todos os dançadores estavão bem vestidos:,, Vid. parte quinta d'esta curiosa collecção, p. 485.



Michellis lith.

Lith. R. N. dos M.tes N.º 12 L.ª

D. João 2.º

perdeo a vida, n'essa funesta batalha, que todos os partidos deplorárão, deo, segundo dizem, um baile á pequena corte, que o acompanhava. No fim do decimo quinto seculo, a hora do renascimento havia soado para Portugal como para os outros Estados da Europa: uma parte d'essa originalidade proveniente do contacto com os Mouros começou a desapparecer, e as grandes festas do amante de Dona Ignez terião parecido singulares á corte d'Affonso o Africano. A residencia d'ElRei em Paris acabou certamente de dar outro caracter ás festas e aos divertimentos em uso até então em Portugal; no tempo de seu filho, d'esse principe, que não se descuidava de nenhuma especie de gloria, de nenhum meio de augmentar a prosperidade do seu reino, se operou completamente a metamorphose, e as festas celebradas no tempo d'este monarcha fizerão conjecturar qual seria o fasto verdadeiramente oriental, que havia de caracterisar a corte de seus successores.

Reinado de D. João II.

Quando D. João II foi definitivamente acclamado rei de Portugal, a 31 d'agosto de 1481, achou as possessões territoriaes de tal modo disseminadas, em consequencia das prodigalidades de D. Affonso em favor d'alguns grandes, que exclamou: «*Meu pai deixou-me rei das estradas de Portugal.*» Porem D. João II soube em breve restringir estas concessões excessivas, que arruinavão o thesouro e tolhião a livre acção da soberania. O que seu pai teria podido aprender na fonte da politica repressiva, isto é, na escola do cauteloso Luiz XI, elle o soube em continente, e desde os primeiros annos do seu reinado facil foi comprehender que os tempos, que se ião seguir, serião fataes aos grandes vassallos. D. João II era o monarcha de que um embaixador pôde dizer: «Tenho visto um homem, que mandava em todos, e ao qual pessoa alguma jamais mandou.»

O secretario intimo d'este monarcha, Garcia de Re-

zende, nos expõe, com uma graça particular, e ás vezes com uma sagacidade preciosa, todas as circunstancias, desprezadas pelos historiadores propriamente ditos, que podem ajudar-nos hoje a relatar a vida do grande homem e a descobrir a sua politica. Se, por exemplo, elle não perdia occasião alguma de humilhar os grandes, e de fazer voltar para a coroa os bens, que os tornavão formidaveis ao poder, d'outra parte, não recebia serviço importante, nem reconhecia uma grande qualidade, sem dignamente a galardoar. Garcia de Rezende falla muito de certo livro, em que se registava qualquer acção, ainda pouco memoravel, qualquer serviço feito á patria. Quando se tratava de conceder uma graça, ou de remunerar um feito, ás vezes esquecido de todos, o livro de D. João II era aberto, e um favor inopinado ia de repente buscar o homem modesto, cujo merito e valor a ElRei sómente lembrava.

O primeiro acto politico executado por D. João II teve lugar no mesmo anno da sua acclamação; em 1481, elle convocou cortes em Evora, e ali recebeo, segundo o costume, a homenagem dos grandes vassallos. As disposições, que então tomou, derão azo a presumir o que o novo rei intentava fazer do mui antigo regimen feudal.

Duas acções terriveis, e de diversos modos julgadas, ensanguentárão este reinado no seu começo. De qualquer maneira que as avaliem, cumpre reconhecer na sua perpetração a continuação d'um systema implacavel, e que antes de tudo queria atacar a feudalidade na pessoa dos grandes vassallos; bem se entende que é nosso intento fallar aqui da sentença do duque de Bragança, e do homicidio do duque de Vizeu.

Certamente, não é na cronica de Garcia de Rezende que estes dous pontos historicos se devem estudar, e todavia os outros escritores coevos pouca mais liberdade mostrão na estimação dos successos: nenhuma voz soa em favor das victimas, nenhum historiador as defendeo. Porem estamos enganados, uma authoridade, que d'ordinario pouco invocão, ele-

va a sua voz em favor do duque de Bragança, e a antiga poesia popular proclama a sua innocencia (1). D. Fernando, terceiro duque de Bragança e cunhado da rainha, não commetteo talvez outro crime além do de abraçar com muito ardor o partido, que perseguião. Em 1483, este desgraçado duque se achou compromettido mais que nunca pela sua alliança com os descontentes, e a traição d'um criado infiel em breve o pôz á discrição d'ElRei. Havia presumpção de culpabilidade, mas nem mesmo havia começo d'execução. D. João entregou o duque a um tribunal, a que elle mesmo presidio, e de que é licito suppôr que antecipadamente sabia a decisão. Garcia de Rezende debalde toma por testemunha a sensibilidade do monarcha e as lagrimas, que elle derramou: o sacrificio do desafortunado duque de Bragança estáva resolvido antes de proferida a decisão dos juizes; e com Liaño se póde dizer que D. João II se teria coberto de gloria se conservasse um homem tão illustre por seus antepassados como por suas grandes acções. O duque de Bragança subio ao cadafalso a 22 de junho de 1483, e não se omitio cousa alguma do que podia dar um caracter serio a esta execução. Parece que o soberano, executando um acto d'esta natureza, quiz mostrar pela pompa de que rodeava o réo, que sem difficuldade punia homens, cujo poder os tornava, por assim dizer, iguaes a elle. D. João II em breve provou pelo mais singular e terrivel espectaculo, que a seus povos pôde dar, quanto confiava n'esta pompa lugubre para infundir terror nas imaginações. O condestavel do reino, o marquez de Montemor, achando-se complicado n'uma d'essas conspirações, que sem cessar se tramárão contra D. João II, mas conseguindo fugir, foi executado em estatuta. Aqui relataremos as circunstancias d'este acontecimento segundo uma testemunha ocular.

(1) Vid. no *Romanciro geral* as queixas da condessa de Guimarães: parece que o antigo poeta popular quiz occultar sob um titulo mal conhecido, mas mui verdadeiro, a personagem, que faz fallar. O infeliz D. Fernando, nascido em 1430, era duque de Bragança e conde de Guimarães.

Execução na estatua do marquez de Montemor.

A pompa barbara usada n'esta estranha ceremonia foi tanto maior quanto mais elevada era a jerarchia do fugitivo. Os povos da Peninsula estavão afeitos a ver, em certas solemnidades cavalleirosas, umas vezes queimar em estatua um chefe d'uma ordem, outras precipitar de cima d'um cadafalso a imagem d'um soberano imbecil depois de despojada das insignias da realeza; esta vez foi a degollação d'um grande vassallo, sem que nenhuma circunstancia faltasse á verdade espantosa d'esta atroz comedia.

Em Garcia de Rezende ha um capitulo, que começa d'este modo: — *Da justiça, que ElRei mandou fazer em Abrantes, na estatua do marquez de Montemor.* — Os historiadores omitem muitas vezes esta relação; vamos transcrever a passagem do cronista; eis-aqui o que refere o secretario de D. João II:

« Achando-se ElRei em Abrantes teve a certeza de que o marquez de Montemor, posto que ausente em Castella, não deixava de seguir as instigações da sua má vontade contra elle. Ouvindo os homens de lettras e os membros do seu conselho, ElRei tomou uma resolução; quiz que sem embargo da ausencia do marquez a justiça se fizesse, e o mandou executar em estatua d'este modo. Na praça da dita villa se levantou um cadafalso, com grandes dimenssões, todo coberto de pannos pretos, e n'elle se disposerão assentos para os corregedores, desembargadores e juizes; os meirinhos, alcaides e officiaes de justiça estavão de pé. Ao referido cadafalso foi levada publicamente uma imagem do marquez, a qual era mui similhante á sua propria pessoa. Estava a sobredita imagem armada de todas as peças; tinha por cima da armadura uma cota d'armas, na mão direita uma espada alçada, e na esquerda um pendão com o brazão do marquez: em alta voz lhe lerão a accusação: depois os desembargadores e juizes o

condemnárão a morrer de morte natural, e a ser publicamente degollado.

« Lida que foi a sentença, appareceo um rei d'armas, que em voz alta dizia : « Condestavel, pela grandeza do vosso cargo creis mais obrigado a mostrar lealdade para com o vosso rei, a servil-o, e a defender o seu reino ; e como assim não tendes feito, mas antes o haveis offendido, mostrando-vos desleal, não mereceis empunhar esta espada : e em continente a espada lhe foi tirada ; depois o rei d'armas proseguio : « Marquez, foi em razão da grandeza da vossa dignidade, que este pendão vos foi dado como a um principe ; vós creis mais obrigado por essa mesma dignidade á preservar a honra e o Estado d'ElRei vosso senhor, e a servil-o como a verdadeiro soberano ; e porque haveis feito o contrario, não sois digno d'este pendão : e, do mesmo modo que a espada, o pendão lhe foi tirado, bem como as outras peças da armadura, até que a estatua ficou só em calças e gibão. Então chegou um pregoeiro da justiça acompanhado do algoz ; a sentença em que se recordava o crime foi proclamada, e cortada a cabeça da estatua, que verteo sangue artificial mui similhante ao d'um homem vivo ; e terminada esta ceremonia, que durou muito tempo, todos descerão do cadafalso, que foi, com a estatua, consummido pelas chammas. Quando o marquez tal soube houve grande magoa e tristeza, e d'ahi a pouco tempo morreo em Castella, onde se achava. »

Morte do duque de Viseu.

D. João II nem sempre deixava ao carrasco o cuidado de justiçar os individuos, que a sua politica achava réos ; elle mesmo se constituia juiz e executor ; e esta justiça occulta, como se dizia então, infúndia talvez mais terror, que o apparato do cadafalso. Parece positivo que n'esta circunstancia a mão d'ElRei não ferio um innocente. Segundo Garcia de Rezende, em Santarem se começou a urdir a *segunda des-*

lealdade, que contra ElRei se tramou (1). Era o projecto dos conjurados assassinar D. João II, e em seu lugar exaltar ao throno D. Diogo, duque de Vizeu, o proprio irmão da rainha. E' quasi certo que este joven principe só se decidio a entrar na conspiração quando o persuadirão de que estava em perigo a sua liberdade; e é tanto mais singular que elle cedesse ás sugestões dos descontentes, quando D. João o tinha até então tratado d'um modo paternal, e não havia apparencia de que a nação o recebesse como rei. D. João II foi avisado da conspiração, que ameaçava a sua existencia, por duas vias differentes: noticiou-lha primeiro um certo Diogo Tinoco, irmão da amante do bispo d'Evora, depois D. Vasco Coutinho, irmão de um dos conjurados, e um dos maiores fidalgos d'aquelle tempo. Logo que D. João II adquirio certeza dos factos, não hesitou sobre o modo de repressão, que convinha escolher. Não convocou esta vez o tribunal, mas sómente um juiz e o seu secretario com alguns fidalgos de confiança, e achando-se em Setubal n'uma casa, que fôra de Nuno da Cunha mandou, em sexta feira 22 d'agosto do anno de 1484, a Palmella chamar o joven duque « *e sem que entre elles houvessem muitas palavras*, diz Garcia de Rezende, *ás punhaladas o matou.* »

Depois d'esta terrivel execução, D. João mandou por um doutor, lavrar um instrumento do que acabava de acontecer, e Gil Fernandes, o escrivão da camara, d'elle deo em continente copia. Pelo que toca ao corpo do infeliz duque, foi levado á igreja, onde esteve exposto até á tarde, tempo em que o sepultárão. Pelo que diz respeito aos individuos, que havião tramado a conjuração, tiverão um fim ainda mais deploravel, que o do duque de Viseu: o bispo d'Evora foi encarcerado n'uma especie de masmorra, ou prisão subtarranea, no castello de Palmella, onde acabou, segundo dizem, en-

(1) Garcia de Rezende, Vida e feitos d'ElRei, menciona os nomes dos sete ou oito fidalgos compromettidos n'esta conjuração. Vid. p. 34.

venenado; a cabeça de Fernando de Menezes, que na sua defesa irritou ElRei, caío sobre o cadafalso; a mesma sorte coube a Pedro d'Atayde (1); em fim D. Gutterres, sem embargo das supplicas de seu irmão, n'uma prisão expirou: um só dos conjurados escapou, a França o acolheo, mas lá chegou a ira de D. João: a 8 de dezembro de 1489, n'uma das ruas *d'Avignon* caío aos golpes d'um punhal.

Um novo titulo accrescentado á corôa. — Procedimentos junto do Papa. — Novas explorações.

Basta ler com attenção a cronica de D. João II, para vir no conhecimento do pouco que estes acontecimentos desviavão o seu activo pensamento do fim a que se propunha. Sem embargo das sanguinosas catastrophes, que no espirito de D. João II suscitavão inquietações singulares, cuja magoa o seu cronista não procura encobrir, o systema d'explorações remotas, tão energicamente adoptado pelos grandes homens do seculo, nem por isso tendia menor para a realisação de suas vastas esperanças. Estabelecimentos commerciaes começavão a instituir-se em toda a costa d'Africa. Em 1481, depois da fundação do forte de Mina por Azambuja e Pedro de Cintra, D. João II pôde accrescentar a seus titulos o de *senhor de Guiné* (2), e a Innocencio VIII, novamente eleito, enviou embaixadores incumbidos d'impetrar do novo pontifice a *bulla da santa cruzada*, mediante a qual esperava realisar os projectos de seu pai contra os Estados musulmanos

(1) Alvaro d'Atayde, que parece haver tido parte na conjuração, mas que tinha ficado em Santarem, conseguio chegar a Castella, onde se conservou em quanto ElRei D. João II viveo.

(2) Elle tomava o titulo de senhor em vez do de rei, diz um antigo escritor, « porque nenhuma jurisdicção tinha sobre os povos d'aquellas partes, mas sómente o senhorio do paiz, como havendo-o occupado com o consentimento dos habitantes mais depressa que pelas armas. » Vid. Vasconcellos, *Historia da vida e feitos de D. João II.*

das costas da Barbaria. Ao boato d'uma invasão possivel, a cidade d'Azamor se desunia do imperio de Marrocos, e aos christãos se sujeitava; privilegios se concedião promptamente aos povos, que assim reconhecião o dominio de Portugal, e os preparativos, feitos no interior do reino para prover aos gastos d'uma conquista, mostravão já tudo o que o genio de D. João II poderia executar. Diogo Cão e João Affonso d'Aveiro havião terminado seus admiraveis descobrimentos ao longo do rio *Zaire* e no reino de *Benin*: o embaixador d'um principe africano veio ter com ElRei, quando nos annos de 1486 e 1487, tiverão lugar as duas memoraveis expedições, que a Portugal derão tão verdadeira preeminencia, e nas quaes a Europa se acostumou a saudar uma era nova para a historia.

Descobrimento do cabo de Boa Esperança.

«Entre as numerosas noticias, que ElRei D. João II houve do embaixador do rei de *Benin*, e ao mesmo tempo d'Affonso d'Aveiro, diz Barros (1), soube que o oriente do reino de *Benin*, a vinte luas de jornada, o que, segundo o seu modo de contar, se póde avaliar em duzentas e cincoenta leguas, havia um rei, o mais poderoso dos soberanos d'aquella região, chamado Ogané. Entre os principes idolatras das provincias de *Benin*, este rei era considerado como os nossos summos pontifices, e, conforme um antiquissimo costume, quando os reis de *Benin* subião ao throno, lhe expedião embaixadores, com um consideravel presente, noticiando-lhe o como por morte de tal principe lhes competia a successão do reino, do que pedião confirmação, e em signal de approvação, Ogané lhes remettia um bordão e uma especie

(1) Esta narração d'um acontecimento a que todos os historiadores com justa razão concedem um valor immenso, soffreo taes alterações, que indispensavel se tornou deixar ainda uma vez fallar João de Barros. Era ao mesmo tempo necessario voltar á fabula poetica, que domina este periodo, e não se quiz separar a historia do Preste João da relação dos descobrimentos.

d'elmo do feitio dos morriões usados em Hespanha, tudo fabricado d'um cobre resplandecente e substituindo o sceptro e a corôa: enviava-lhes pela mesma occasião uma cruz tambem de cobre para usarem sobre o peito como cousa religiosa e santa, similhante ás cruzes dos commendadores da ordem de São João, accrescentando que sem estas insignias o povo não os consideraria como reinando com justiça, e podendo chamar-se verdadeiramente reis. E durante todo o tempo que aquelle embaixador residia na corte d'Ogané, como este era um ente sagrado, nunca o avistava; sómente lhe era permittido ver as cortinas de seda, que o occultavão, e no momento em que o embaixador havia de ser despedido, mostravão-lhe um pé do pontifice, como prova de que estava presente e ratificava o dom das cousas de que elle era portador; e a este pé, como a cousa santa, se fazia reverencia. . . . .

« E como no tempo d'ElRei D. João, quando se fallava da India, sempre se fazia menção d'um poderoso rei chamado *Preste João das Indias*, que dizião ser christão, parecia a ElRei que por meio d'este soberano era possivel conseguir alguma entrada nas ditas Indias, porque houve noticia de que seus Estados erão na região situada acima do Egypto, e que se prolonga para o mar do Sul; razão porque ElRei, tomando o mappa geral de Ptolomeo, em que se acha a descripção d'Africa, com os contornos da costa, taes quaes erão indicados por seus proprios exploradores, e marcando a distancia de duzentas e cincoenta legoas para leste, onde os de *Benin* dizião que estavão situadas as possessões do principe Ogané, todos os assistentes entenderão que este devia ser o Preste João. Ora, parecia a ElRei que seus navios seguindo a costa ao longo da qual fazião seus descobrimentos, não podião deixar d'encontrar o paiz em que estava situado o promontorio de Prasa, limite d'aquellas regiões. Tendo estas cousas sido objecto de muitas conferencias, como o maior numero desejava com vehemencia ver as Indias em fim descobertas, D. João resolveo de repente enviar, no anno de 1486, dous navios destinados a explorar o mar, e dous homens viajando

por terra; quiz ver o fim de todas estas cousas, que davão tanta esperança. »

Eis-aqui uma relação por certo singular, e reparando no nome posto no cimo d'este capitulo, o leitor não esperava certamente encontral-a aqui; mas todos os tratados de geographia referem invariavelmente este successo do mesmo modo, todos privão este descobrimento do seu verdadeiro caracter, e alterão a narração dramatica d'este acontecimento, em que se encontrão immensos desejos e uma ignorancia ainda maior dos factos positivos. Quanto a nós, bem resolvidos, n'este rapido golpe de vista, a dar aos successos toda a sua significação e a reproduzir principalmente o espirito d'um seculo, cujas animosidades imprevistas não se avalião sufficientemente, não receámos recorrer ás origens e reproduzir a relação d'uma chimera recordando um acontecimento prodigioso: era indispensavel nomear o principe *Ogané* e o *Preste João* a proposito do cabo das Tormentas, assim como é d'absoluta necessidade citar *Cipango* e *Quinsay* todas a vezes que ha intento de referir a historia do descobrimento, que immortalisou Colombo.

Apercebidos dous navios de cincoenta toneladas cada um, e aparelhada uma embarcação carregada de munições, a expedição projectada por D. João II saío ao mar, a 2 d'agosto de 1486: ao mando d'um gentil-homem da casa real, que já havia executado alguns descobrimentos ao longo da costa. Bartholomeu Dias arvorou a sua bandeira no navio de que Pero d'Alenquer era piloto, e Leitão mestre, ou capitão. Outro cavalleiro, titulo dado por João de Barros aos dous chefes da expedição, foi incumbido do mando do segundo navio: era est'outro cavalleiro João Infante, cujo nome é menos conhecido, e cuja gloria foi por certo eclipsada pela do chefe da empreza. A embarcação carregada de provisões ía ao mando de Pero Dias, irmão do capitão mór, e o historiador, de que transcrevemos estas particularidades, observa que todos estes maritimos erão *mui praticos na sua arte.*

Posto que Diogo Cão houvesse, por duas differentes ve-

zes, descoberto trezentas e setenta e cinco legoas de costa, desde o cabo de Santa Catharina até ao do Padrão, passado que foi o Rio de Congo, Bartholomeu Dias começou a seguir a costa, até que chegou ao sitio em que ella toma o nome d'*Angra do Salto*, em razão dos dous negros, que Diogo Cão aprehendeo no ensejo da sua passagem por aquellas regiões. Convenientemente instruidos do que devião fazer, estes dous negros erão remettidos por ElRei aos lugares de que os havião arrebatado. Bartholomeu Dias com sigo levava tambem quatro pretas, que devia deixar em diversos sitios da costa, com viveres, sufficientes para sua subsistencia, e presentes, que attestassem as pacificas intenções do soberano, que para ali as enviava. A primeira d'estas mulheres ficou na *Angra dos Ilheos*, as outras forão postas em terra a distancias mais ou menos consideraveis. — Mensageiros de paz, forão escolhidos com preferencia a homens, para que inspirasse menos desconfiança a sua presença inopinada n'aquellas remotas paragens: uma das referidas mulheres falleceo no momento em que ião lançal-a na praia, mas não parece que fosse victima d'algum tratamento cruel. Tal era a judiciosa politica d'El-Rei D. João II durante esta viagem d'exploração, que havia expressamente prohibido toda a violencia aos habitantes d'aquellas partes. Queria que seus enviados bem vestidos, providos de ricos presentes, conseguissem introduzir-se pacificamente nos estados visinhos do Preste João, para lá proclamarem a grandeza nascente de Portugal; mas havia renunciado aos ataques subitos, de que tantos exemplos houverão no tempo de D. Henrique, e se de preferencia escolheo mulheres estrangeiras áquellas regiões, foi na esperança de que quizessem tornar a ver Portugal. Não esqueçamos que nas idéas cosmographicas de D. João II, ou antes nas do seu geographo valido, o doutor *Calçadilla*, as sumptuosas cidades, em que residia o soberano misterioso, estavão provavelmente a alguma distancia das costas desertas, que os navios europeos visitavão; e que estas demonstrações pacificas não podião deixar de ter mui grandes resultados, cujo primeiro

era fazer entrar em communicação immediata o pontifice rei com os outros soberanos christãos da Europa (1).

Não seguiremos Bartholomeu Dias em todas as circunstancias da sua longa navegação; bastará referir que em cada lugar da costa novamente explorada, elle mandava erigir, conforme o uso invariavelmente seguido n'aquella epoca, um padrão com as armas do reino, o qual servia de attestar d'um modo duravel a posse dos exploradores. Além d'isto, Bartholomeu Dias teve por conveniente deixar ao longo da costa a pequena embarcação carregada de provisões, que seu irmão commandava.

« Proseguindo a sua viagem, elle chegou a novos climas, o sol já não era tão quente como nas costas de Guiné, e, posto que os mares do littoral d'Hespanha sejão asperos na estação das tormentas, diz o antigo historiador, elles houverão por mortaes os d'aquellas paragens. Com tudo a furia das vagas se aplacou, e elles se forão demandando a terra na direcção de leste, imaginando que a costa corria ainda norte-sul, como tinhão visto até então. Entendendo todavia que não podião alcançal-a, navegárão para o norte e chegárão a uma bahia, cuja margem estava coberta de gados, pelo que lhe derão o nome d'Angra dos Vaqueiros. Os negros pastores, que tinhão visto, ao seu aspecto fugirão; elles proseguirão navegando ao longo da costa; porem, chegados a uma ilhota situada pelos 33° 40′ sul, forão acommettidos por um grande terror lembrando-se dos immensos mares, que havião atravessado; as equipagens começárão a queixar-se e

(1) Todos estes motivos, por singulares que hoje nos pareção, são perfeitamente narrados por João de Barros, e alguns citaremos textualmente: — *a causa de ElRei mandar lançar esta gente por toda aquella costa, vestidos e bem tratados, com mostra de prata, ouro e especiarias, era porque indo ter a povoado pudessem notificar de uns em outros a grandeza do seu reino e as cousas, que n'elle havião, e como por toda aquella costa andavão os seus navios, e que mandava descobrir a India, e principalmente um principe, que se chamava Preste João, o qual é dito que habitava n'aquella terra.* Vid. *Primeira decada, livro terceiro* fol. 42.

a pedir que não passassem á vante, por que se mais se adiantassem havião de infallivelmente perecer de fome. Com tudo a direcção das terras dava a entender que na visinhança se achava algum grande cabo, que atraz o havião deixado, e parecia-lhes conveniente trabalhar por descobril-o. Bartholomeu Dias, para satisfazer a sua gente, saio em terra, e convocou depois um conselho em que se decidio voltar a Portugal. » Porem Bartholomeu Dias, dotado d'uma d'essas almas energicas, que com todas as suas potencias ajudão um grande pensamento, e que não deixaão de terminar o que reputão um dever, fez assignar pelos officiaes dos navios um auto contendo a resolução, que se acabava de adoptar, não querendo certamente tomar sobre si a responsabilidade d'uma decisão, que desapprovava: havendo-se d'este modo, elle executava uma ordem formal d'ElRei; mas proseguindo a viagem, obedecia ao incentivo de sua alma, que a de D. João II havia conhecido. A Bartholomeu Dias, ao homem do cabo dos Tormentos, cumpre attribuir a demora de tres dias, que o navegante pedio á sua equipagem descontente. Terminado que foi este breve espaço de tempo, só se descobrio um rio, o que nos mappas tomou o nome do segundo chefe da expedição, de Pero Infante, que primeiro saira em terra n'aquellas regiões. Em fim, indispensavel foi dar ouvidos ás murmurações das equipagens e voltar para a Europa; porem chegando á ilhota da Cruz, e quando seriamente se tratou de retroceder, na alma de Bartholomeu Dias se suscitou um d'esses combates, cuja grandeza, a nosso entender, não se tem assás avaliado. Foi por certo a este derradeiro esforço que Portugal deveo um grande descobrimento: « Quando elle se apartou do pilar, que n'aquelle lugar puzera, diz João de Barros, foi com tal sentimento d'amargura, com tal magoa, que parecia deixar um filho para sempre desterrado, mormente quando se recordava dos perigos, que elle e a sua gente havia corrido, das remotas regiões de que tinhão partido, unicamente para plantar aquelle marco, visto que Deos não lhes havia concedido o principal. » Os

marinheiros comprehenderão então o que tanto affligia o seu chefe; foi depois de se ausentarem da ilhota da Cruz que houverão conhecimento d'esse grande cabo, occulto por *tantos centos d'annos*, diz João de Barros, e a que Bartholomeu Dias e seus companheiros derão o nome de cabo das Tormentas, em lembrança dos perigos e tempestades, que tinhão soffrido antes de o dobrar. »

Nenhuma cousa verdadeiramente importante, depois d'este descobrimento, merece ser geographicamente provada; com tudo os episodios dramaticos não faltão. Bartholomeu Dias e seus companheiros encontrárão a pequena embarcação carregada de provisões, mais de nove marinheiros, que em sua guarda havião ficado, só trez restavão; e o escrivão do navio, chamado Fernando Colaço, que as enfermidades havião debilitado d'um modo deploravel, morreo de jubilo á vista de seus companheiros: imprudentes visitas á costa, encontros com os naturaes tinhão occasionado o fatal acontecimento, que Bartholomeu Dias houve de deplorar. Foi queimado o navio já em parte destruido pelo bicho, que n'aquellas paragens róe a madeira, e Dias proseguio sua viagem até aos estabelecimentos de São Jorge da Mina, onde recebeo grande quantidade d'ouro em pó, resultado das permutações, que começavão a estabelecer-se entre os Europeos e os naturaes; e, continuando sem outro acontecimento sua navegação, chegou a Portugal no mez de dezembro de 1487, depois de haver empregado n'esta memoravel viagem dezeseis mezes e dezesete dias: tinha n'uma só expedição descoberto trezentas e cincoenta legoas de costa: era um espaço tão consideravel como tudo o que por Diogo Cão fora explorado por duas differentes vezes.

Quando Bartholomeu Dias ante ElRei se apresentou, e lhe fez conhecer o cabo das Tormentas como o ponto mais importante de suas novas explorações, D. João II quiz que aquelle vasto promontorio houvesse o nome de *Cabo da Boa Esperança*, por que esperava descobrir em fim as Indias por tão largos annos procuradas.

Expedições por terra para encontrar o caminho das Indias. — Pero da Covilhan e Affonso de Paiva. — Ainda a fabula do Preste João.

Antes que Bartholomeu Dias houvesse voltado da sua memoravel viagem, provavelmente no anno de 1486, tinha D. João II resolvido mandar por terra em busca do caminho, que devia conduzir aos reinos do Preste João (1);

(1) Entre as narrações maravilhosas, que correrão durante a idade media, não ha talvez uma fabula mais geralmente espalhada que a do Preste João; não sómente circula em toda a Europa, mas agita todas as imaginações, e se engrandece o circulo das ficções poeticas, á imitação das grandes tradições fabulosas da antiguidade, contribue desde a origem para dilatar o campo dos descobrimentos no mundo verdadeiro. Porem se aquella fabula reune a maior parte das ficções, que se encontrão nos livros do decimo terceiro, decimo quarto e decimo quinto seculo, se n'um curto espaço resume um grande numero d'ellas, o facto historico, que lhe deo nascimento, apresenta por si mesmo muitas questões aridas para que possamos mencional-o aqui. Além d'isto, um sabio geographo, d'Avezac, expôz recentemente os pontos difficeis da discussão, e com tal lucidez, que não hesitamos em inculcal-o a nossos leitores. Contentar-nos-hemos dizendo que pouco mais ou menos pelo meio do duodecimo seculo, em 1145, se vio apparecer o nome do Preste João: n'aquella epoca, o bispo de Gabala, enviado da igreja d'Armenia, fallou ao papa Eugenio III n'um principe chamado João, que tinha o seu imperio na extremidade do Oriente; e que, unindo o imperio e o sacerdocio, havia feito numerosas conquistas: o sobredito principe e seus vassallos professavão o *nestorianismo*. Referio como, desde aquelle periodo, o nome do Preste João apparece em grande numero de relações, como suppostas cartas por elle escritas ao papa são objecto de mil discussões, como o fazem viajar da India á Abyssinia, ultrapassaria o fim a que nos havemos proposto. Taes particularidades, puramente scientificas, não poderião caber n'esta noticia. Contentemo-nos com saber que *Jacques de Vitry*, *Mathieu Paris*, *Plan de Carpin*, *Joinville*, *Marco Polo* e outros muitos, de diverso modo fallão do Preste João; "e que se a "Europa recebeo, desde o meio do duodecimo seculo, uma vaga "noção da existencia em Asia d'um soberano principe e pontifice ao "mesmo tempo, dado a crenças, que erão ou parecião as d'uma

porem contra o seu costume, este rei, que possuia a grande arte d'empregar os homens segundo sua capacidade, se enganou primeiro na escolha, porque d'esta importante missão incumbio um religioso chamado Frei Antonio de Lisboa, e um certo Pero de Montaroyo, á cerca dos quaes os historiadores coevos não referem outras circunstancias. Estes dous homens ignoravão o arabe, e virão frustradas suas diligencias: sómente sabemos que Frei Antonio visitou Jerusalem, sem que nenhuma noticia importante fosse o resultado d'esta romaria, substituida a uma viagem de descobrimento.

D. João II. não desanimou, as narrações divulgadas sobre o poder imaginario do Preste João, soberano possuidor da *India Maior*, *India Menor* e *Terceira India*, soavão sempre a seus ouvidos; elle determinou fazer segunda tentativa para encontrar em fim o caminho dos Estados d'este pontifice rei, de que tanto se fallava na Europa desde o undecimo seculo. Esta vez D. João tratou de achar dous homens, que ao genio intrepido, que então se requeria nos viajantes, annexassem um conhecimento do arabe, sufficiente para recolherem as noticias, que por sua ignorancia não tinhão podido alcançar os outros exploradores. A algaravia, como dizião então, ou o idioma vulgar dos Arabes, estava n'esta epoca tanto em voga na Peninsula, quão pouco sabido era um seculo depois, no tempo em que Clenard, o Brabantino, querendo converter os infieis, de balde buscava nas universidades d'Hespanha um homem, que lho ensinasse.

A escolha de D. João não podia ser mui demorada;

"seita christã, esta noção, verdadeira talvez no tempo em que se "divulgou no Occidente, cessou em breve, por effeito das desor-"dens politicas, de ser susceptivel d'uma applicação real „ A estas palavras de M. d'Avezac accrescentaremos que a tradição moderna, que põe o Preste João em Abyssinia, é devida principalmente, depois de *João de Lastic*, aos viajantes portuguezes, e que desde o começo do decimo sexto seculo os vemos dar este nome ao *Negous* d'Abyssinia. Porem conhece-se d'outra parte toda a liberdade, que á imaginação deixão as denominações tão vagas *d'India Maior*, *India Menor*, e *Terceira India*.

entre os gentis-homens do seu palacio havia um cavalleiro chamado Pero da Covilhan, que sabia perfeitamente o arabe e já tinha viajado: a este incumbio ElRei a nova missão resolvida desde a volta do religioso peregrino, e por companheiro lhe deo Affonso de Paiva, que era outro cavalleiro.

Grave erro seria acreditar que estes dous audazes exploradores partirão ao acaso e sem receberem instrucções. Hoje ha certeza de que todos os recursos, imperfeitos é verdade, da geographia do decimo quinto seculo, forão postos á disposição dos sobreditos exploradores, que segundo toda a apparencia tiverão instrucções tão exactas quanto era possivel recebel-as então de Calçadilla, geographo valido d'ElRei (1).

Partirão os referidos exploradores de Santarem a 7 de maio de 1487, e, como relata João de Barros, o duque de Beja D. Manoel, que por seu turno havia de executar tamanhos descobrimentos, achava-se presente no ensejo da sua partida. Tendo-se despedido d'ElRei, os dous exploradores se forão a Napoles, onde embarcárão para a ilha de Rhodes. N'esta ilha forão agasalhados por dous cavalleiros portuguezes, que lhes derão todas as informações indispensaveis para passarem a

(1) Estes dous homens, a cuja perseverança se confiava a solução de tamanho problema geographico, receberão tambem soccorros pecuniarios, que devião fazer-lhes superar muitas difficuldades; Garcia de Rezende não deixa duvida alguma a este respeito.

" No anno de 1486, diz o cronista, elle enviou um certo Affonso de Paiva, natural de Castello-Branco, e outro individuo chamado Pero da Covilhan, ambos aptos para tal viagem e gozavão da sua confiança. Concedeo-lhes largos emolumentos por meio de cartas, que se havião de pagar em diversos sitios, e deo-lhes instrucções, para que por via de Jerusalem, ou do Cairo, passassem á terra do Preste João, a quem enviava suas cartas, participando-lhe tudo o que havia descoberto ao longo da costa de Guiné, e informando-se se algumas d'estas terras erão visinhas de seus reinos e senhorios, para que por meio d'ellas pudessem communicar, proteger-se, e fazer com que a fé de Jesus Christo fosse exaltada; patenteava-lhe grande desejo de o conhecer e de travar com elle verdadeira amizade. „

Alexandria. Esta cidade do Egypto devia ser-lhes funesta, porque ali forão acommettidos de febre e estiverão a ponto de perecer; com tudo, logo que se restabelecerão se forão ao Cairo, e d'ali a Tor, em companhia de Mouros de Termecen e de Fez, que passavão a Aden. No Cairo os dous viajantes se separárão; Affonso de Paiva se encaminhou para a Ethiopia. Segundo parece, tinha sido por D. João incumbido de entregar ao Preste João essas famosas cartas, de que faz menção Garcia de Rezende. Pelo que toca a Pero da Covilhan, este seguio caminho mui differente: em um navio arabe, foi desembarcar a Cananor, d'onde passou a Calicut e a Goa.

Não nos foi dado saber que impressões recebeo, vendo as magnificencias da India, o primeiro Europeo, que depois de tantas fadigas chegou áquellas regiões opulentas. Nada d'isto referio João de Barros, nem Garcia de Rezende; talvez o havia dito um historiador mais antigo (1). O que hoje sabemos ácerca d'esta prodigiosa viagem, é que da India Pero da Covilhan partio em breve para Sofala. Voltando por segunda vez á cidade de Aden, na entrada do estreito do mar Vermelho, embarcou para o Cairo; porem ali soube que o seu companheiro, Affonso de Paiva, havia encontrado a morte n'aquella cidade, e que d'uma enfermidade fallecera. « Es-

(1) O continuador incognito de Gomes Eannes d'Azurara. Ignora-se a epoca exacta do fallecimento d'este ultimo escritor: porem elle não viveo certamente até esta epoca. Accrescentárão á sua historia de Guiné um capitulo sobre a India? Qualquer se inclinaria a acredital-o, vendo um volume com o titulo: — *Cronica do Infante D. Henrique, duque de Vizeu, senhor da Covilhan, regedor e governador da ordem de Christo*; *em que se trata da conquista de Guiné e algumas cousas da India.* Esta obra, dizem as *Memorias de litteratura*, foi escrita em 1553 por mandado de D. Affonso V. Cumpre-nos dizer que já sobre este manuscrito buscámos informações, que infelizmente não tiverão bom exito. M. Tiran, cujo zelo é conhecido, e que recebeo do governo francez a incumbencia de procurar nas diversas historias d'Hespanha os documentos ineditos relativos á historia de França, nenhum indicio encontrou do livro indicado por Ferreira Gordo em 1790.

tando a ponto de voltar a este reino, diz positivamente João de Barros, trazendo com sigo a narração de todas as cousas de que tinha noticia, soube que ali estavão dous judeos, que o andavão buscando, e com elles teve uma conferencia mui occulta: um chamava-se Rabi Abrahão, e era natural de Beja, o outro tinha o nome de Josepe e exercia a profissão de sapateiro em Lamego. Pouco tempo havia que Josepe tinha voltado d'aquellas regiões, e como em Portugal soube o grande desejo, que ElRei tinha d'obter noticias a respeito das cousas da India, foi ter com elle para lhe relatar que n'outro tempo se achara na cidade de Babylonia, que ora se chama Bagdad e está situada junto do Euphrates, e que ali ouvira fallar do commercio, que se fazia na ilha d'Ormuz. . . . onde havia uma cidade, a mais rica, que n'aquellas partes se conhecia, porque n'ella se accumulávão todas as especiarias e todas as riquezas da India, as quaes por meio de caravanas erão levadas ás cidades d'Alepo e de Damasco. Porem como Pero da Covilhan tinha já partido quando ElRei soube do judeo estas e outras cousas, despachou este ultimo em busca do viajante, e por companheiro lhe deo Rabi Abrahão. Josepe devia levar a sua mensagem a Pero da Covilhan, e Abrahão tinha ordem de ir com elle á ilha d'Ormuz, para se informar das cousas da India. Pelos ditos despachos, ElRei recommendava particularmente a Pero da Covilhan, que no caso de não ter ainda encontrado o Preste João, não deixasse de fazer diligencias até o encontrar e haver-lhe entregue suas cartas e communicações. Accrescentava que quando o viajante houvesse conseguido o seu fim, pelo referido judeo lhe noticiasse tudo o que houvesse visto e sabido.

Não sem designio se reproduzio aqui este curioso fragmento; as arriscadas explorações de Pero da Covilhan se ligão á grande expedição maritima, que deo o commercio da India aos Portuguezes, e importava saber como as preciosas noticias por elle alcançadas havião chegado a D. João II, que já meditava n'esta vasta empreza: foi o pobre sapateiro ju-

deo de Lamego (1), que a Portugal trouxe a primeira relação, digna de credito, á cerca das Indias orientaes. João de Barros accrescenta depois que Pero da Covilhan, achando-se fatigado de tão longa navegação e d'um caminho em que tinha visto e sabido tantas cousas, informou Josepe circunstanciadamente de tudo o que tinha podido colligir; além d'isto, escreveo a ElRei. Provavel é que o nosso afouto cavalleiro se contentou com responder aos principaes mandados do seu soberano, e que todas as particularidades preciosas forão verbalmente communicadas ao judeo. Pero da Covilhan despedio este mensageiro, que chegou a Lisboa primeiro que nenhum outro; depois o nosso cavalleiro se foi em companhia d'Abrahão até á cidade d'Aden, onde ambos embarcárão para Ormuz. Tendo observado o que havia digno de ver n'esta cidade, Pero da Covilhan n'ella deixou Rabi Abrahão, que devia passar á Europa pelas caravanas d'Alepo, e voltou directamente para o mar Vermelho (2).

Aqui termina tudo o que havia d'alto interesse para Portugal na missão de Pero da Covilhan. O historiador, que nos serve de guia, e que se tem muitas vezes seguido com tão pouca exactidão, nos mostra depois o bom cavalleiro indo á côrte do *Negous d'Abyssinia*, que elle condecora quiçá pela

(1) E não só Rabi Abrahão, como n'estes ultimos tempos disserão, a proposito dos descobrimentos primitivos de que tratamos.

(2) Uma passagem mais explicita de Fernão Lopes de Castanheda, mostrará ao leitor a verdadeira importancia das peregrinações de Pero da Covilhan, e a prodigiosa influencia, que ellas tiverão no descobrimento do cabo de Boa Esperança "Pero da Covilhan se foi á India, n'um navio de Mouros de Cananor; sendo ali chegado, foi a Calecut e á ilha de Goa, e mui largamente se informou das especiarias, que na India havião, e tambem das que ião de fora, cujos nomes escreveo, ainda que mal, na carta maritima, que levava. Depois de haver bem examinado estas cidades, passou a Sofala, onde houve conhecimento da grande ilha de São Lourenço, (Madagascar), a que os Mouros chamavão *Ilha da Lua*: e vendo que os habitantes de Sofala *erão pretos como os de Guiné, veio a pensar que era tudo a mesma costa, e que seria factivel por mar chegar ás Indias.*"

primeira vez com o pomposo titulo de Preste João. O soberano, que então reinava n'aquellas regiões, chamava-se Alexandre (Iscander); com benevolencia acolheo elle o cavalleiro portuguez, tendo-se por feliz, accrescenta o antigo escritor, de ver na sua corte um embaixador enviado por um principe christão: porem Alexandre poucos dias teve de vida, e seu irmão, que lhe succedeo, houve-se de modo mui differente a respeito do estrangeiro, que visitava pela primeira vez aquellas regiões. Não só o novo *Negous* tratou com desdem Pero da Covilhan, mas vedou-lhe a saida do reino. Desde logo o cavalleiro portuguez perdeo toda a esperança de voltar a Portugal.

Pero da Covilhan houve de sentir a magoa do desterro, mas a isto se limitou o seu infortunio: derão-lhe terras n'aquelle formoso paiz, que recentes relações nos representão como uma das mais ricas regiões do globo. Pero da Covilhan casou, teve filhos, e consta por um antigo viajante do decimo sexto seculo, que elle vivia em prospera situação no anno de 1515, sob o reinado de David, filho de Nauto, que havia succedido ao seu primeiro protector (1).

Continuação do reinado de D. João II. — Guerra na Barbaria — Chegada d'um principe preto a Lisboa; Seu baptismo. — Ameaças de guerra. — Devoção do povo.

Em quanto estas expedições tinhão lugar, D. João, que

(1) N'esta epoca D. Rodrigo de Lima, embaixador enviado por D Manoel á costa do *Negous*, insistio para que o seu compatriota voltasse á sua patria. David lhe negou este favor, dizendo que o cavalleiro portuguez devia comer pacificamente no paiz com sua mulher e filhos, os rendimentos, que seus maiores lhe havião concedido. Entre os portuguezes, que em 1515 acompanhárão D. Rodrigo, havia um ecclesiastico, Francisco Alvares, cuja relação se tornou celebre este teve com Pero da Covilhan frequente communicação, e por elle se soube o que Barros nos relata A primeira edição de Francisco Alvares só appareceo no anno de 1540.

no mais alto gráo possuia o talento de escolher os homens, tratava de conservar a preeminencia nas costas da Barbaria. D. João de Menezes commandava em Tanger, e a historia conservou lembrança de seus mui illustres feitos. Arzila achava-se defendida pelo conde de Borba, D. Vasco Coutinho; e o filho do conde de Villareal, D. Antonio de Noronha, guardava a cidade de Ceuta, que tão cara havia custado aos Portuguezes. Pela segurança, que taes homens inspiravão, é que D. Diogo Fernandes d'Almeida pòde operar um desembarque na Barbaria, em Anafe não longe d'Azamor. D. Diogo não só matou novecentos Mouros, mas fez quatrocentos prisioneiros, sem que, segundo affirmão, um só homem da sua armada perdesse a vida. Prolixo seria por certo fallar das guerras parciaes, que os Portuguezes tinhão de sustentar n'aquelles tempos nas costas da Barbaria, e que D. João fomentava com tanto maior perseverança quanto a Africa se havia tornado no decimo quinto seculo para Portugal, o que Argel é hoje para a França, uma escola guerreira, onde se ião exercitar soldados, que se podião em toda a occasião oppor ao estrangeiro. — Esta guerra fazia-se ainda assim com successos mui diversos: em quanto o valoroso D. João de Menezes se apoderava, na pessoa d'*Ali Barraia*, d'um chefe mouro famigerado por seu esforço, e cuja ausencia fazia abrandar o animo dos musulmanos, D. Antonio de Noronha, que em Ceuta commandava, tinha, conforme as relações coevas, uma fortuna opposta. Este foi feito prisioneiro n'uma sortida, e para obter a liberdade de tão audaz capitão, D. João se via a ponto de passar a Africa. A victoria alcançada pelo conde de Borba diante d'Arzila, a que se obteve quasi em continente nas fronteiras da mesma região, as assignaladas vantagens de Fernando Martins Mascarenhas, erão outros tantos acontecimentos, que compensavão um revez momentaneo.

O anno de 1488 não findou sem manifestos melhoramentos na administração interna, e tambem n'aquella epoca se estabeleceo uma alliança, com vehemencia desejada por Castella e Portugal: decidio-se que o infante D. Affonso es-

posasse a filha dos reis catholicos, e que esta união, demorada pela idade do principe, fosse no seguinte anno celebrada.

Breve menção faremos das desavenças, que n'aquella epoca se suscitárão entre a França e Portugal; tambem seremos concisos a respeito da missão do celebre Duarte Galvão, incumbido de declarar guerra a Carlos VIII. Tudo isto, bem como as negociações estabelecidas com Inglaterra, é hoje de pouco interesse e só teve um resultado mui secundario; não succede o mesmo ácerca da chegada d'um principe preto á corte d'ElRei D. João II: a relação circunstanciada de Rezende o attesta. Foi com effeito um successo memoravel o desembarque d'aquelle principe, que logo se fez christão (1). Rodeado de todas as pompas ecclesiasticas, de todas as magnificencias da corte, Bemohi tomou no baptismo o nome de D. João, e quando o seu espirito intelligente pouco a pouco se familiarisou com os que o hospedavão, quando comprehendeo suas necessidades e projectos, elle deo ácerca das regiões desconhecidas da Africa noticias, que de novo excitárão as vastas esperanças de D. João II. Porem Bemohi ignorava então o que aos povos selvagens custa receber os *beneficios da civilisação*, e mais tarde, quando, graças a seus novos alliados, elle pôde entrar em seus direitos e governar os *Yolofos*, propagando o christianismo, o chefe da expedição, Pedro Vaz da Cunha, vilmente o assassinou sem que D. João II ousasse vingal-o (2).

(1) A conversão do rei Bemohi é celebrada assim com algum emphase por um poeta contemporaneo:

"O maior rei da Ethiopia, aquelle a que chamão o soberano de Manicongo, fez-se christão á nossa vista, e com elle grande numero de povos do seu reino; pedio religiosos cheios de virtude, os quaes ElRei de Portugal devia enviar-lhe, e elle mesmo pregava a nossa fé aos que ficavão em duvida.,,

Garcia de Rezende, *Miscellanea variedade de historias*, p. 161.

(2) Quando D. João II com seriedade examinou este negocio, achou tão altas personagens compromettidas no abominavel homicidio, que teve por conveniente guardar silencio, e não se pô-

O forte da Graciosa acabava de se elevar nas costas da Barbaria, e *Muley-el-Octaci*, rei de Fez, tolhendo esta construcção, havia renovado em D. João II o desejo de passar a Africa, quando este principe teve, quiçá pela primeira vez, a prova da profunda affeição, que o povo lhe tinha. Mal foi conhecida a sua resolução, de todas as partes lhe offerecerão gente, armas e cavallos. ElRei de Fez comprehendeo a sua posição; pedio uma trégoa, obteve-a, e o forte da Graciosa foi demolido.

Casamento do Infante de Portugal. — Festas memoraveis. — Uma boda na corte de D. João II.

Este monarcha aproveitou mais tarde os offerecimentos do seu povo, porque carecia de dinheiro: ía casar seu filho com a infanta de Castella, e queria celebrar a solemnidade dos esponsaes com uma pompa, que excitasse admiração nos outros Estados christãos. Em Garcia de Rezende, o pagem valido de D. João II, se devem ler as particularidades das festas celebradas em Evora no ensejo do casamento de D. Affonso: ali se vê a narração d'essas maravilhosas solemnidades em que toda a Europa fallou, e de que só a corte de Borgonha offerecia segundo exemplo. Garcia de Rezende cuidadosamente descreve as danças, os vestidos dos fidalgos, imitando o d'ElRei, que era feito á franceza, a ordem do festim, os divertimentos intermedios, em que appareceo um grande navio empavezado, os torneios, em que alguns estrangeiros se abalizárão, e entre elles um fidalgo francez.

Estes pomposos divertimentos não forão só para as illustres personagens, que a este reino vierão de Castella, Inglaterra e Flandres; tambem o povo d'elles participou, como nos vai mostrar a relação do singelo Garcia de Rezende.

«E no mesmo instante, quando acabavão de se pôr á

de decidir a obrar com rigor. Vid. Vasconcellos, *Historia de D. João II.*

meza, diz o antigo author, que com minucioso cuidado busca não omitir cousa alguma, virão chegar um grande carro dourado, puxado por dous grandes bois assados, com os cornos e quatro pés tambem dourados. O carro estava cheio de carneiros assados, que tinhão do mesmo modo os cornos dourados. E tudo vinha posto sobre uma plataforma mui baixa, com rodas dispostas de tal modo que não se podião vêr; adiante do carro caminhava um moço fidalgo, que com uma aguilhada picava os bois de modo que parecião andar; este vinha vestido como um carreiro, com um gabão de veludo branco forrado de brocado; foi offerecer os bois e os carneiros á princeza; feito isto saío da sala, e abandonou tudo ao povo, que despedaçando os bois cada um d'elles tomou o mais que pôde. Além d'isto, vião-se em todas as mezas muitas aves, caça, comestiveis e fructos, tudo em grande abundancia e muita perfeição. »

A peste succede ás festas. — Enfermidade subita d'ElRei. — Acredita-se que lhe derão peçonha. — Morte do infante D. Affonso.

As festas de que havemos feito menção, tiverão um triste fim. A peste, que reinava em Lisboa, declarou-se em fim em Evora, fazendo grandes estragos, sem embargo de se mandarem situar nas ruas vaccas criadeiras para deter o contagio, como ás vezes se praticava na idade media. A cidade, pouco antes tão alegre, vio-se em parte despovoada, depois de ser testemunha dos mais esplendidos regosijos de que Portugal conservava lembrança. Outras inquietações não tardárão em se unir áquella calamidade, D. João, indo beber a uma fonte a pouca distancia d'Evora (1) com dous de

(1) Distava meia legoa da cidade; era designada pelo nome de *Fonte coberta*. Como D. João II só fez uso de vinho nos derradeiros annos da sua vida, e as agoas d'aquella fonte erão mui limpidas, elle tinha por costume ir lá beber no fim da caça.

seus gentis-homens, sentio-se acommettido d'horriveis dores, e vio succumbir seus companheiros com taes symptomas, que difficil era não reconhecer n'este accidente um attentado contra a vida do soberano. Uma d'essas mulheres conhecidas na Peninsula pelo nome de beatas tinha, segundo dizem, avisado ElRei de que machinavão contra a sua pessoa; numerosas indagações se fizerão a este respeito, mas todas forão inuteis, e debalde se buscou descobrir os authores d'uma conjuração, que nunca se pôde provar.

D. João II, cuja saude fôra mui alterada, tinha-se recolhido ao seu palacio em Santarem, onde recebeo um breve do papa: o santo padre lhe expedia as bullas de confirmação, pelas quaes o infante D. Affonso se via investido da alta administração das ordens d'Aviz e São-Thiago Tudo era favoravel á politica d'este próvido rei, que nada fazia inconsideradamente, quando um acontecimento deploravel mudou todos os seus projectos e levou o luto ao meio da corte; escutemos uma testemunha do triste acontecimento. Para comprehender a relação de Garcia de Rezende, importa ter na lembrança que os jubilos d'uma união recente se misturavão ainda, a despeito d'um flagello cruel, com projectos de conquista (1). « N'estas, e outras festas andarão sempre até segunda feira onze dias de julho, em que ElRei, e o principe se passárão a Almeirim a correr montes, e tornárão no mesmo dia. E o principe depois de recolhido a casa da princeza, a outro dia terça feira lá se vestio em sua casa, e com ella ouvio missa, e comeo, e repousou a sesta. E na mesma terça feira doze dias de julho do dito anno de mil quatrocentos e noventa e um, á tarde ElRei quiz ir nadar ao Tejo, como muitas vezes fazia nos verãos apartado com alguns aceitos a elle, e tinha na guardaroupa aparelho pera isso, de bragas, e ceroulas, e panos de cobrir e enxugar; que todas as

(1) *Cronica dos valorosos e insignes feitos d'ElRei D. João II de Gloriosa memoria*, por Garcia de Rezende, *Lisboa*, 1622, in f.°

cousas de homens folgava de fazer. E mandou recado ao principe, se queria ir com elle, como sempre tambem ía, e nadava; e elle lhe mandou dizer, que se achava cançado dos montes do dia passado. E quando ElRei desceo, parecendo-lhe que o principe estava mal sentido, perguntou por elle á porta da princeza, e o principe lhe veio fallar á porta, assi como estava na sesta. Foi-se ElRei, e do terreiro de fóra olhou pera as janellas da princeza, e vio o principe, e ella estar ambos a uma janella assentados: tirou-lhe o barrete, e elles se levantárão, e lhe fizerão grandes mesuras, e ElRei partio para o Tejo. O principe vendo, que ElRei o viera ver á porta, e depois lhe fallou á janella, per cima de lhe mandar dizer, que estava cançado, pareceo-lhe bem ir com elle; e vestio-se depressa, mandou pôr uma mula, e vindo já vestido, a mula não era vinda: achou ahi um seu ginete muito formoso fouveiro, em que então cavalgava o seu estribeiro mór; e por alcançar ElRei cavalgou n'elle, e se foi depressa com poucos, que com elle erão: foi cousa pera notar, e de mysterio, que sendo em tempo de tamanhas festas, e tantos brocados, e sedas, o principe saío vestido com um pelote, e tabardo aberto de pano preto tosado, e gibão de setim preto; e o cavallo com uns cordões, e topeteira, e nominas de seda preta, que não me lembra, que outros taes visse, e um caparação de veludo preto; que verdadeiramente a differença do que antes vestia, e então vestio, e como achou o cavallo ataviado, forão mui claros sinaes da grande desaventura, que lhe ordenada estava. Alcançou ElRei, e foi com elle até ao Tejo; e costumando de nadar sempre, quando ElRei nadava então o não quiz fazer, e começou de passear pelo campo, e lançar o ginete, por ser de singular redea, e muito ligeiro; e cometteo a D. João de Menezes, o que morreo em Azamor, primeiro capitão que n'elle houve, homem de muito merecimento, e de muito boas calidades, que corressem ambos uma carreira; de que D. João se excusou, por ser já noite. Desceo-se então o principe pera cavalgar na mula, que mandara trazer; e em subindo n'ella, lhe quebrou o lo-

ro do estribo, por onde tornou a cavalgar no cavallo, e apertou então com D. João, que todavia corressem. E D. João polla muita vontade, que pera isso lhe vio, o fez, e o tomou polla mão; e correndo assi ambos a carreira, na força do correr o cavallo do principe caio, e o levou debaixo de si, onde logo em proviso ficou como morto, sem falla e sem sentidos. E D. João vendo tão grande desastre, e tão grande desaventura, como chegarão ao principe muitos senhores e fidalgos, desapareceo, e se foi com muita tristeza, e esteve annos sem vir á corte, até que per mandado d'ElRei veio: tomárão logo o principe nos braços, e meterão-no na primeira casa que achárão, que era d'um pobre pescador ahi Nalfange, e tanto que a triste e desastrada nova derão a ElRei, veio logo a grande pressa. E quando achou um só filho que tinha, que criara com tanto amor, tanto receo, tanto contentamento, por ser o mais singular principe que no mundo se sabia, em que se ElRei revia, e queria tão grande bem que um só dia não podia estar sem o ver, nem tinha outro descanso, senão sua muito estimada vista, e conversação, ficou em tão grande estremo triste, e desconsolado, que se não podia dizer, nem cuidar, dizendo sobre o filho tantas lastimas, e palavras de tanta dor, e tristeza, que o não podia ouvir ninguem sem muitas e tristes lagrimas. Foi logo dada a lastimosa e desastrada nova á rainha sua mãi, e á princeza sua molher, as quaes assi como a dera sairão como desatinadas a pé, e em mulas alheas que achárão, e o senhor D. Jorge filho d ElRei com ellas, com mui pouca companhia forão como fóra de seus sentidos até chegarem á pobre e triste casa onde o principe jazia. O qual achárão como morto, que com quantas palavras damor, damargura, e desconsolação lhe ambas disserão, a nenhuma não acudio, nem mostrou algum sentimento. De que as tristes mãi e molher ficárão tão cortadas e trespassadas com tão grandissima tristeza, que ellas sentião a dor, e dores que elle já não sentia. ElRei per cima de tanta tristeza fez logo ajuntar os fisicos todos, e com muita segurança esteve com elles ordenando-lhe

quantos remedios sabião, e com estes primeiramente buscou os de Deos, mandando logo por todolos mosteiros, e casas virtuosas fazer devotas procissões, e muitas e continuas devoções, e muito grandes prometimentos que se então prometerão, em que entrou D. Pedro da Silva comendador mor d'Aviz, que prometeo de ir a Jerusalem, o que fez logo, e outros a outras muitas romarias. E estando todos assi esperando na misericordia de Deos, que por ser queda tornaria a seu acordo, passárão aquella noite toda em tristes lagrimas, e saluços, e continuas orações.

Todalas pessoas nobres, e a outra gente toda era ahi junta com tantas e doridas lagrimas, lamentações, que mais não poderão ser sendo o principe filho de cada um, pedindo todos a Deos sua vida, e saude, como as suas proprias vidas. E per todos se fez logo uma muito grande, e mui devota procissão com toda a clerezia, reliquias, e cruzes, e todos descalços, e alguns nus, andárão per todolos mosteiros, e igrejas, onde todos em joelhos com muitas lagrimas, e grandissimos gritos bradavão: Senhor Deos misericordia: cousa que fazia tremor, espanto, e grandissima tristeza.

ElRei, a rainha, e princeza estiverão sempre com o principe até o outro dia, quarta feira uma hora da noite, que ElRei foi informado, e certificado de todolos fisicos, que o principe morria, e acabaria logo de se finar, a qual nova ElRei deo á rainha, e princeza, que estavão pegadas com elle, beijando, e tendo-lhes as mãos, e ellas a receberão com tão grandissima dor, que se não póde escrever. ElRei chegou ao principe, e beijou-o na face, e pera sempre lhe deitou sua benção, e tomou a rainha, e a princeza pollas mãos, que as não podia desapegar delle, e com ellas se saio fóra da casa, e deixou o filho em poder do confessor, e doutros fisicos dalma, e á porta virou ElRei atraz, e disse aos que na casa estavão: Ahi vos fica o principe meu filho: sem poder dizer mais palavra. E com isto se levantou antre todos um muito grande, e muito triste, e desaventurado pranto, dando todos em si muitas bofetadas, depenando muitas e mui

honradas barbas, e cabellos, e as molheres desfazendo com suas unhas, e mãos, a formosura de seus rostos, que lhe corrião em sangue. Cousa tão espantosa, e triste, que se não vio, nem cuidou. A este tempo chegou o duque seu tio, que de Thomar acudio á triste nova, o qual em extremo ao principe amava, porque sempre se criárão ambos em uma mesa, e uma cama, e fazia tamanho pranto com tão grande sentimento, e tristeza, que com quanto elle ficava então por herdeiro d'estes reinos deixara naquella hora outra maior succESSÃO polla vida e saude do principe. E logo ElRei se foi d'ali a pé, e a rainha, e a princeza como mortas, levadas, e atravessadas em mulas ás casas de Vasco Palha, que são na mesma ribeira. E acabando todos de se recolher, veio a ElRei recado, e a mui mortal nova que elle já esperava, que o principe seu filho depois da derradeira unção lhe saira a alma do corpo. Morreo em idade de dezeseis annos, e vinte dias, parecendo no corpo, na barba, no saber, siso, e socego, homem de vinte e cinco annos. E sendo criado com tanto amor e prazer, tanto estado e grandeza, tanta estima e estremecimentos, e tanta gloria mundana, que todos desejavão de o trazer sobre suas cabeças, o virão em um instante debaixo dos pés de uma besta. E o que naquelle dia, e outros todos estava em camaras reaes, armadas de ricos brocados, e alcatifadas, não teve, nem lhe poderão então achar outra camara senão uma triste casa de um pobre pescador; e aquelle que antre os principes do mundo, e os homens de toda Hespanha era havido por mais gentil homem, naquella hora foi desfigurado, e sua mui grande formosura em breve tornada em terra; e os seus tão alegres e graciosos olhos, com que todos recebião tanto contentamento e alegria, naquella hora forão quebrados, e pera sempre sem vista perante ElRei seu pai, a triste rainha sua mãi, e a desconfortada princeza sua mulher; e a sua doce boca, de que tão doce, brandas, e gostosas palavras saião, e de que muitos recebião favor e contentamento, naquelle momento ficou pera nunca mais fallar; e as suas formosas e reaes mãos de tan-

tos cada dia beijadas, pollas grandes e muitas mercês que fazia, como em tão pouco espaço forão tornadas em pó. E as orelhas tão acostumadas a ouvir singulares e doces musicas, e praticas de prazer, como se tornarão surdas, sem ouvir as grandes lastimas d'ElRei, e a rainha, e princeza, e os muitos grandes gritos, e desesperados prantos, que todos por elle fazião. E os narizes em tantos cheiros, tanto amber, e almiscre, tantas pastilhas, caçoilas, e pivetes, e tantas agoas cheirosas, estoraques, beijois, e outros muitos perfumes, como forão acabar no cheiro das sujas redes das espinhas, e escamas da casa de um pescador. E os seus singulares cabellos, que tanto ajudavão sua gentileza, que foi d'elles, onde estão. E o que todos tinhão por verdadeira esperança, e paz, socego, e amparo, em um nada foi desesperado de saude, e todos desemperados d'elle E aquelle excellente principe, por quem tão grandes e reaes festas se fizerão, que outras taes não se virão, e que pelo seu todos andavão alegres, vestidos de brocados, e ricas sedes, em quão breve tempo tornou os brocados em burel, e as sedas em almafega, e vaso, e os prazeres, e alegria em muito grandes e tristes prantos, não sómente em Portugal, mas ainda em toda Hespanha. E a sua muito branda e doce conversação, tão grande conforto d'ElRei seu pai, da rainha sua mãi, e da princeza sua molher, e tanta esperança dos que o servião, e conversavão em campo, foi desconversavel, e pera sempre apartado da conversação de todos; e aquelle tão real casamento, tantos annos desejado, tantas vezes commettido, com tanto gosto e prazer de toda a Hespanha acabado, como foi em sete mezes per tão desastrado caso apartado para sempre; e o que era verdadeiro, natural, e primeiro Cédro d'estes reinos, e o segundo de Castella, em quão poucas horas perdeo tamanhas heranças, e seu pai com tanta tristeza, nojo, desconsolação herdou d'elle o grande dote, que com tanto prazer e alegria lhe tinha dado havia tão pouco tempo, cousas bem pera lembrarem, e os reis, e grandes principes terem sempre na memoria. O' Senhor Deos eternal, quão incom-

prehensiveis são teus secretos, ó quem podesse saber teus juizos! e que peccados podia ter uma tão angelica creatura, e de tão pouca idade, pera tão supito sem confissão, nem comunhão, tão desastrada morte morrer. Se disseramos que pollos do pai, sua vida foi sempre tão virtuosa, de tantas perfeições, e tão amigo de teu serviço, que era pera dar vida a muitos filhos, e filhas, quanto mais a um só, e tal como este; se era por peccados do povo, nenhuns lhe sabiamos publicos. Tu senhor, que o fizeste, sabes a causa porque, e porque nos sem ti não podemos saber nada, teu nome seja pera sempre louvado.

ElRei estando muito mais anojado do que se póde dizer, nem cuidar, por perda de tal filho, em que perdeo toda sua consolação, e prazer, se doia em grande maneira, e sentia sem comparação a grande dor, e magoas da rainha, e princeza, e porque a dolorida e lastimosa nova do principe ser já morto poderia ser que sabendo-a doutrem seria risco de suas vidas, lha quiz dar primeiro que ninguem. E com muita segurança, e socego, e os olhos bem enxutos das continuas lagrimas que chorava, com seu muito grande esforço e prudencia se foi primeiro á casa da princeza, que achou deitada como morta no chão, e depois de a fazer levantar com palavras de pai verdadeiro, e de rei tão virtuoso, lhe quiz dar os confortos de que elle mais que ninguem tinha necessidade, attribuindo tudo em dar graças e louvores a nosso Senhor, pois elle disso fora servido. E deixando a princeza se foi logo á rainha, e lhe deo a mortal nova, pedindo-lhe muito pollo seu amor que houvesse paciencia, e conformasse sua vontade com a de Deos, que pois elle fora servido de lhe assi levar seu filho fosse seu nome louvado Isto tão inteiro, e tão dissimulado por confortar a rainha, como se elle não fora o principal na tristeza, e na dor, e sentimento, nem o pai que naquella hora perdera o mais excellente filho que no mundo se sabia, e delle muito mais amado do que nunca filho foi de pai. A rainha como muito virtuosa que era, pollo grandissimo amor que a ElRei tinha, vendo que na per-

da do filho não havia já remedio, o quiz buscar pera a vida d'ElRei, de que tanto receio tinha como elle da sua. E com muita seguridade não sómente tomou os confortos d'ElRei, mas inda como molher mui inteira o queria confortar, com seu rosto mui seguro, e seus olhos mui enxutos, e suas palavras mui temperadas, de que ElRei ficou algum tanto aliviado. E era tamanho o bem que se querião, que por confortar um ao outro como estavão juntos não havia ahi chorar, e como erão apartados as lagrimas e palavras de lastima erão tantas, que não havia quem os podesse ver sem chorar muito com elles. Foi logo o corpo do principe depois das exequias feitas concertado, e metido em um ataude, e pollo marquez de Villa Real, e outros senhores, e honrados fidalgos levado com muita dor, e tristeza ao mosteiro da Batalha, e foi sepultado na casa do capitulo junto d'ElRei D. Affonso seu avô, onde inda agora jaz. ElRei por tamanha perda, tamanho nojo, e sentimento se trosquiou. E elle, e a rainha se vestirão de muito baixo pano negro. E a princeza trosquiou os seus prezados cabellos, e se vestio dalmafega, e a cabeça cuberta negro vaso. E na corte, e em todo o reino não ficou senhor, nem pessoa principal, nem homem conhecido que se não trosquiasse. E todos forão vestidos dargaos de burel, e almafega, e muitos homens cingidos com baraços, e seus gibões, e pelotes abotoados com atacas de couro, sem parecer fita, nem seda. E a gente pobre que não tinha com que comprar burel, que valia a trezentos reis a vara, muitos tempos andou com os vestidos virados do avesso, que pollo grande amor que todos tinhão ao mallogrado do principe, e a ElRei seu pai, e á rainha sua mãi, e polla muita dor, e grandissima tristeza que nelles vião, e o caso ser de tamanha desaventura, foi a mais sentida morte, e os maiores prantos geraes na corte, e por todo o reino, quaes nunca forão vistos de homens, e molheres, velhos, e moços, e meninos, que em todos havia tanto sentimento, que era cousa de espanto. E porque se não achava tanto burel, os lavradores, e gente baixa, vendião as cuburtas de suas camas a preço de panos finos, e os homens se vestião

de sacos, e cubertas de bestas. Veio logo a esta desaventura a senhora duqueza de Bragança Dona Isabel irmã da rainha, que com suas tristezas, e nojos passados, e suas mui honestas, e prudentes palavras trabalhava por confortar a rainha, e princeza, a quem muito aproveitou sua vinda, e conversação. Estiverão assi quinze dias nas casas de Vasco Palha, e dahi uma noite escura sem tocha, nem claridade, se mudárão ás casas de Dona Maria de Vilhena, mulher que foi de Fernão Telles, onde estiverão muitos dias encerrados, que por suas grandes tristezas ninguem ousava de os confortar, e logo ali forão visitados de todos os senhores, e cidades do reino. E ElRei D. Fernando, e a rainha Dona Isabel de Castella, que então estavão sobre Granada, tanto que a nova souberão, os mandarão visitar por D. Anrique Anriquez, tio d'ElRei, e seu mordomo mor, pessoa mui principal, que logo ahi veio cuberto de grande dó, e todos os seus com sinaes de muita tristeza: assi os mandárão visitar todos os grandes senhores de Castella, onde em todo o reino se tomou grande dó, e se fizerão polla alma do principe muito solemnes saimentos.

ElRei foi mui requerido de todos os grandes do seu conselho, e por religiosos, que deixasse tamanhos encerramentos polla perda de sua saude, e vida, que delles lhe podia recrecer. O qual ElRei quiz conceder, e saindo um dia polla manhã a ouvir missa fóra, cuberto de muito grande dó e quando se vio sem o principe seu filho, que sempre trazia junto de si, não se pôde ter que lhe não saissem as lagrimas, e como foi visto levantou-se tamanho choro, e pranto em todos, que era piedosa e mui triste cousa pera ver, e como isto foi ouvido em casa da rainha, e princeza, começárão de novo outro tão grande, tão dorido, e desconsolado pranto, com tantos e tão grande gritos, que parecia que os paços se vinhão a terra, e foi necessario a ElRei decer-se pera ir confortar a rainha, e a princeza, sem ter quem confortasse a elle. »

Mudanças politicas produzidas por este acontecimento. — A viuva de D. Affonso volta a Castella.

Desde a epoca d'este acontecimento, tão desastroso para ElRei, uma visivel mudança se manifestou nas relações, que este principe teve com a rainha, cujas nobres qualidades e alta prudencia elle tão bem avaliava, mas da qual parece haver receado, nos ultimos annos da sua vida, a vontade perseverante. Preoccupado como estava de fazer subir ao throno um filho bastardo, a que havia concedido toda a sua ternura, não via sem magoa as tentativas de Dona Leonor para assegurar a coroa a seu irmão. Em breve Isabel de Castella quiz ver junto de si a joven esposa desconsolada, que nada podia já deter em Portugal. A viuva de D. Affonso voltou a Hespanha rodeada de luto e acompanhada por alguns ecclesiasticos. D. João não teve outra distracção mais que as incessantes lutas do amor paterno, que não conseguirão triumphar: os cuidados do reino puderão preoccupal-o, a politica nunca mais o dominou.

Chegada de Christovão Colombo a Lisboa.

Antes que este principe, cançado de reinar, fosse terminar seus dias na villa d'Alvor, houve um successo memoravel, a que mui pouca attenção se deo então, mas que ía mudar a face do mundo. Um Italiano, que outr'ora era vindo a Portugal, um fazedor de projectos, que se tinha visto em 1486, desembarcou em Lisboa, voltando de Guanahani, e trazendo ouro, Indios, palmas ainda verdejantes, que dizião a sua maravilhosa peregrinação. Mostrou-se um pouco fallador, mesmo vaidoso, qualquer por menos o podia ser, e Barros, passados cem annos, ainda lh'o não perdoava (1).

(1) Humboldt repara, com a sua habitual sagacidade, na antipathia de João de Barros a Colombo. O habil e douto escritor re-

O habil historiador relata pouco mais ou menos n'estes termos o modo por que se passou a celebre conferencia sobre que tem corrido tantas narrações diversas: «A seis de março de 1493, achando-se ElRei em Valparaiso nos arredores da villa de Santarem, em razão da peste, que então havia, noticiárão-lhe como era chegado ao porto de Lisboa um certo Christovão Colombo, que, dizia elle, vinha da ilha de Cypango e trazia ouro e outras riquezas provenientes do paiz. Como ElRei conhecia o dito Colombo, e sabia que fora enviado por ElRei de Castella para executar aquelles descobrimentos, lhe mandou pedir que viesse ante elle para saber da sua propria boca o que na viagem tinha encontrado. Este o fez de bom grado, *não tanto para dar gosto a ElRei, como para o angustiar pela sua presença,* tanto mais que antes de se ir a Castella havia buscado ElRei D. João para o decidir a aparelhar navios para aquella empreza, o que elle não quiz fazer por motivos, que ao diante se relatarão. Colombo chegou perante ElRei, que lhe fez bom agazalho; mas o monarcha se mostrou mui triste quando vio que a gente, que elle trazia, não era da raça preta, nem tinha o cabello crespo, nem o rosto similhante ao dos povos de Guiné; e, pelo contrario, no aspecto, côr e disposição dos cabellos, se parecião ao que dizião dos povos da India, a respeito dos quaes trabalhava com tanto desvelo. Ora, como Colombo referia á cerca do paiz cousas maiores do que lá havião, e isto com certa liberdade de palavras, accusando e reprochando a ElRei não haver aceito seus offerecimentos, houverão alguns fidalgos, que d'esta maneira de fallar se indignárão de tal modo, que offerecerão a ElRei matar Colombo.»

Isto se deve acreditar lendo os historiadores coevos, e no proprio João de Barros se encontra a certeza; houve mais d'um cortezão officioso, que, logo depois de se ausentar Co-

fere mui bem á chegada do genovez, mas em geral contenta-se facilmente com a authoridade de Faria e Souza, quando se trata de certas relações entre Portugal e Hespanha.

lombo, repetio esta odiosa proposta e tentou irritar ainda o animo do monarcha (1) tão susceptivel de se exasperar depois da epoca em que perdeo seu filho. Affirmárão que era judiciosa politica prender o Genovez, homem fallador, diz Barros, antes que a seus senhores désse a conhecer o resultado da sua empreza. D. João II teve a grandeza d'alma de resistir a taes conselhos, e se hesitou, como dizem, é digno de louvor por haver alcançado sobre si mesmo tal victoria. Christovão Colombo partio de Lisboa em paz, e foi gozar do seu triumpho. Porem desde o dia em que elle annunciou a grande nova, uma questão politica, e ao mesmo tempo religiosa, agitou os dous paizes; indispensavel foi dividir pelos dous povos esses mundos desconhecidos, que já não bastavão á ambição de dous insaciaveis competidores.

Intervenção da Santa Sé nos, descobrimentos dos Hespanhoes e Portuguezes.

Foi o papa Nicoláo V, que, por uma bulla dada no anno de 1454, primeiro concedeo ao infante D. Henrique o direito de descobrimento e a conquista de todos os mares, terras e minas, são as proprias expressões da Santa Sé, que se pudessem adquirir ao longo das costas de Guiné. Pela mesma bulla erão concedidas ao infante todas as ilhas do oriente e do meio dia. Calisto III, no anno de 1456, confirmou tudo o que fizera o seu predecessor. Porem além d'isto, querendo favorecer o principe, que era grão mestre da ordem de Christo, concedeo-lhe a administração de todos os bene-

(1) João de Barros, que se deve talvez acreditar de preferencia, affirma que ElRei não teve um só momento tentação de deferir a estes perfidos conselhos. Este historiador positivamente diz que D. João não só engeitou os offerecimentos d homicidio, mas que deo a este respeito reprehensões como principe catholico: « Em vez de tudo isto, tratou Colombo com cortezia, accrescenta o mencionado historiador, e ordenou que fossem vestidos d'escarlate os homens, que elle trazia do paiz novamente descoberto.

ficios ecclesiasticos, que fossem estabelecidos nas terras conquistadas. Sixto IV tambem confirmou estes privilegios, de que todavia exceptuou as ilhas Canarias em favor do rei d'Hespanha, concedendo ainda assim a D. Affonso V o direito da navegação e conquista das outras regiões, que este soberano pudesse sujeitar ao seu dominio. O grande descobrimento de Christovão Colombo, por parte de Castella, devia necessariamente modificar o systema seguido até então pela corte de Roma. Perfeitamente se comprehendem, lendo Garcia de Rezende, as discordias, que uma palavra do Genovez ía suscitar entre os dous reinos visinhos. A desavença, que se declarou, foi levada ao supremo tribunal d'Alexandre VI, e o tratado de Tordesillas foi assignado. Todos sabem como em 1439, teve lugar essa famosa divisão, que inspirou a Francisco I uma palavra tão justa e espiritual; a bulla d'Alexandre VI mandava formar uma linha imaginaria, tirada mathematicamente do norte ao sul, d'um ao outro polo, e dividindo o Universo em duas partes iguaes. As terras situadas a léste devião pertencer á monarchia portugueza, as que ficavão a oeste á Hespanha. Este parallelo, que devia ter um ponto certo, um principio determinado, foi disposto de tal modo, que o collocárão n'uma das ilhas dos Açores e em Cabo Verde, e que, traçando a linha a léste do mesmo ponto, tudo o que se achasse ao occidente seria dominio de Castella, ao passo que Portugal entraria na posse das terras do oriente. No mesmo anno, D. João II entendeo que se devia oppor á execução da sobredita bulla relativamente ao curso, que a dita linha devia seguir, e as duas nações nomeárão embaixadores, que se congregárão em Tordesillas, com pleno poder de decidir a questão em litigio. Então de commum acordo se convencionou que a linha de demarcação fosse estabelecida d'um a outro polo, trezentas e setenta legoas ao poente das ilhas de Cabo Verde, e que a parte oriental pertencesse a Portugal. Assentou-se ao mesmo tempo que no prazo de dous mezes serião enviadas duas ou quatro embarcações hespanholas e portuguezas, cujo mando fosse commet-

tido a homens intelligentes, aos quaes se pudesse confiar a demarcação, e que se reunirião na grande Canaria. Ali Castelhanos e Portuguezes devião alternativamente embarcar em navios das duas nações, e ir demandar as ilhas de Cabo Verde, continuando de lá para o occidente a estabelecer o limite das trezentas e setenta legoas, ideando o ponto difinitivo de detenção, na parte em que a linha de demarcação cortasse o espaço do norte ao sul. Tambem devião executar algumas clausulas de menor importancia, mas tendentes á solidez do tratado.

Estas convenções forão ratificadas e assignadas pelos dous soberanos no anno de 1494, mas é cousa singular que este negocio estéve occulto por espaço de trinta annos, até que se suscitasse a discussão relativa ás Molucas, tão celebres na historia do decimo sexto seculo. O certo é que se o tratado de partilha se assignou, nunca as embarcações hespanholas e portuguezas se ajuntárão durante o decimo quinto seculo para estabelecer definitivamente o ponto de que se havião de contar as trezentas e setenta legoas. A judiciosa memoria, de que houvemos estas particularidades, accrescenta: « Cumpre dizer tambem que esta operação não era então factivel, por quanto na epoca em que foi celebrado o tratado de Tordesillas não se havia descoberto nenhum promontorio ou terra na America meridional. Indispensavel foi aguardar até ao reinado de D. João III (1).

D. João II cáe gravemente enfermo.

Um anno pouco mais ou menos depois que o sobredito tratado se assignou, visivelmente se alterou a saude d'ElRei, que nem por isso sollicitava menos d'Alexandre VI a legitimação de seu filho D. Jorge; porem os escrupulos do papa achando-se perfeitamente em harmonia com seus interesses, con-

(1) Vid. uma larga discussão sobre este ponto interessante nas *Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa*, t. IX, p. 242.

servando o partido da rainha uma influencia em Roma, que não se desmentio um instante, D. João entendeo que não era á beira da sepultura que devia insistir; este monarcha se resignou, mas com magoa, e provavel é que o pesar, que tal engano lhe causou, contribuisse para consumir o resto das suas forças. Em breve os medicos reconhecerão que o unico remedio, que convinha aos padecimentos d'ElRei, erão os banhos de Monchique, no Algarve: recorreo D. João mais tarde ás agoas d'Alvor, pequena villa situada não longe d'Alcaçar do Sal; ainda assim a sua fraqueza augmentou a tal ponto, que elle perdeo toda a esperança, e tratou de fazer as derradeiras disposições.

Testamento d'ElRei D. João II. — Fallecimento d'este monarcha.

O ultimo acto politico d'este grande rei foi um sacrificio, visto que, depois de haver importunado a corte de Roma para obter a legitimação de D. Jorge de Lancastre, com uma só palavra elle annullou as pertenções, que havia concebido por este filho amado, dando o titulo de rei ao duque de Beja, cujo irmão acabou ás suas mãos. Porem aqui, os cronistas são incertos; as narrações contemporaneas, por isso mesmo que differem, assás provão os combates, que n'aquella grande alma se suscitárão, quando foi indispensavel sacrificar suas mais caras affeições ao que requeria o bem do reino, e talvez tambem a justiça. Reportando-nos a Garcia de Rezende, D. João II executou este derradeiro acto com certa resignação christã, e o testamento foi em fim escrito pela mão do seu proprio confessor, por esse Fr. João, que ficou simples franciscano no meio da corte, e que sempre desdenhou o bispado. Segundo outros authores, Antonio de Faria que então exercia o officio de escrivão da puridade, foi incumbido d'escrever as ultimas vontades do monarcha, que se mostrou absoluto até á hora final. O nome de D. Jorge foi proferido, mas o fiel servidor negou-se a inscrevel-o, e

com energia apontou o perigo a que ficava exposto o reino. Allegou que elle, Antonio de Faria, tinha interesse em que o filho de seu amo reinasse, e que ainda assim indispensavel lhe era, consultando a propria consciencia, reconhecer os direitos d'esse duque de Beja, por seu nascimento chamado ao throno: e então, segundo esta tradição, D. João II agastado exclamou. *Deixa-me, Antonio de Faria, deixa-me, não posso ser obrigado a fazer tal sacrificio.* Porem a sabedoria do conselheiro, e a sua energica perseverança, grangeou o sceptro para aquelle a que os Portuguezes chamárão *rei afortunado.* O certo é que D. Manoel, duque de Beja, foi no testamento de D. João II nomeado herdeiro do throno, e que um codicillo, escrito alguns dias antes do fallecimento d'El-Rei, confirmou esta primeira decisão.

Os ultimos instantes de D. João II forão como devião ser: *o homem* (1) mostrou na hora suprema uma mistura de resignação christã, nobreza e constancia, que admiravelmente o pinta. Se alguns dias antes havia mostrado o orgulho de senhor, lembrando com altivez ao prior do Crato, que um rei moribundo era sempre rei, quando a derradeira hora soou, ordenou que do quarto em que ía expirar levassem tudo o que pudesse trazer á memoria a pompa soberana: como S. Fernando, quiz que a sua cama fosse posta no chão, e com humildade respondia ás pessoas, que o tratavão por alteza: « Dei« xai, deixai... eu não sou mais que cinza e podridão » Tudo isto referido minuciosamente por testemunhas oculares, e com circunstancias, que não podemos aqui reproduzir, prova com evidencia que a despeito das asserções de Damião de Goes, aquelle animo constante não fraqueou na ultima hora. Não só recebeo com serenidade da mão do bispo de Tanger o sacramento da Eucharistia e os santos oleos, mas meditou até ao ultimo momento na paixão de Jesus Christo; e quando o prelado, que lhe assistia, enganado por um symptoma si-

(1) Sabido é que assim o nomeava sem periphrase a rainha Isabel de Castella.

nistro, quiz cerrar-lhe os olhos, elle disse: « Bispo, ainda « não é tempo. » Um momento antes tinha perguntado em que ponto estava a maré, e quando ouvio a resposta disse: « *Viverei ainda duas horas* » n'este presentimento não se enganou, elle continuou a orar, e, quando o Oceano acabava de apartar suas ondas da praia, rendeo o ultimo suspiro, n'um domingo, 25 d'outubro de 1495 ao pôr do sol (1).

Refere a tradição que quando esta nova chegou a Hespanha a rainha Isabel exclamou: « *Morreo o homem*; chegada que foi a Roma a mesma nova, o velho cardeal d'Alpedrinha, o prelado a que foi dado viver mais d'um seculo, para ser testemunha das grandezas de trez reinados, depois d'um momento de meditação disse: « *Ora pois, a morte acaba de arrebatar o maior rei, que nasceo do melhor dos homens* (2). »

Ha toda apparencia de que D. João II pereceo em consequencia de veneno; os mesmos individuos, que mais desfavoraveis se mostrão á sua causa, dão a entender que a vingança d'algum poderoso inimigo soube alcançal-o no meio das esplendidas festas, que dava por occasião do casamento de seu filho. O mais singular certamente, é que seus proprios amigos suppunhão que elle empregava este meio vil quando

(1) O corpo d'este monarcha foi depositado no convento da Batalha. Se mãos sacrilegas não tocárão em seus restos, alguns ossos de D. João II estão ainda no seu ataude. No começo do seculo, este monarcha ali estava inteiro; em 1827, D. Fr. Francisco de S Luiz dizia descrevendo o seu tumulo: " Em 1809 ali o vimos e lhe tocamos com nossas mãos, sem n'elle notarmos nenhum damno exterior, além da extremidade do rosto, no começo da barba, que estava um pouco damnificada pelo tempo. „ A invasão franceza de 1810 foi fatal a estes restos preciosos.

(2) O velho cardeal, que proferio estas memoraveis palavras, devia sobreviver ainda alguns annos ao filho de D. Affonso. N'um manuscrito da Bibliotheca real, sob o numero 7169 encontramos, com data de 1508, esta indicação: " Jorge de Portugal, padre car- „ deal de Lisboa, D. d'Albania e antes governador do reino de „ Portugal, homem de grande espirito, prudente e virtuoso, finou- „ se n'este anno, aos cento e dous de sua idade, e jaz em Roma „ na igreja de Santa Maria *del popolo*. „

tratava de se desembaraçar occultamente dos fidalgos, que lhe inspiravão desconfiança. Logo depois da sua morte, os que presentes estavão se forão a um gabinete contiguo á camara em que ElRei acabava de expirar, e se apoderárão d'uma pequena caixa, que suppunhão conter os terriveis agentes de destruição. Esta caixa foi aberta pelo bispo de Tanger, e n'ella só se encontrou um cilicio tinto de sangue e uma disciplina. D. João II era capaz de buscar seus inimigos para os ferir elle mesmo com o punhal, mas sem embargo do que pódem haver referido alguns historiadores enganosos, não os envenenava.

Se em Rui de Pina, Faria e Souza, mesmo em Vasconcellos se pódem estudar os motivos politicos, que fizerão obrar D. João II, se n'estes historiadores se póde adquirir clara idéa do impulso, que elle deo á politica do seu tempo, na relação variada e cheia de successos, que nos deixou Garcia de Rezende, cumpre estudar o verdadeiro caracter d'este grande homem, d'este rei com justo titulo chamado *principe perfeito*, e que soube preparar tudo o que mais tarde foi causa da prosperidade de Portugal.

D. João II possuio a suprema arte de conhecer os homens e de os escolher. Um titulo, uma graça por longo tempo anhelada, um cargo conferindo alta influencia, ía de repente encontrar o navegante afouto, que havendo feito algum maravilhoso descobrimento longe da corte descançava; o cavalleiro, que tendo-se abalizado em Africa suppunha esquecidas suas proezas; em fim o estadista, que parece abandonado em alguma corte estrangeira. Nada escapava a este rei incançavel, e por Garcia de Rezende sabemos como elle galardoava os homens, que se julgavão desconhecidos. Sem embargo d'uma sevéra rigidez, que em algumas circunstancias levou a crueldade, mórmente a respeito dos grandes vassallos, o que tambem distinguio D. João II, foi o receio de gravar o povo com tributos novos. Refere Rui de Pina, que quando ião propor-lhe algum inposto oneroso á nação, elle tinha por costume dizer: « Vejamos primeiro se isso é neces-

sario; » e quando insistião, e elle se tinha convencido da absoluta necessidade do imposto, dizia: « Busquemos saber agora quaes são as despezas superfluas. » Menor surpreza caùsa, depois da narração do antigo historiador, outra anecdota, que Garcia de Rezende refere como authentica, e que não duvidamos citar. No ensejo das guerras entre Hespanha e Portugal, dizendo um cavalleiro a Isabel que D. João II poderia apossar-se da Castella, a rainha perguntou que força lhe era possivel metter no seu territorio; e respondendo o cavalleiro que D. João tinha dezesseis mil cavallos em seus Estados, e quando muito oito mil em Portugal, a rainha disse: « Que poderemos nós fazer, se todos esses homens são seus filhos e os nossos não são mais que vassallos? O dito seria certamente mais exacto, se o duque de Viseu não houvesse perecido.

Um dos grandes meritos d'este principe, o maior talvez, foi descobrir admiravelmente o genio denodado e cavalleiroso da sua nação, como sabia descortinar o genio dos homens. Se, como o infante D. Henrique, D. Pedro d'Alfarrobeira, e D. Affonso V, elle era animado do espirito dos descobrimentos, perfeitamente comprehendeo desde os primeiros annos do seu reinado o que convinha fazer para tornar proficuo ao paiz o genio energico, improvido, do seu povo. Não só possuio todos os conhecimentos mathematicos d'aquelle tempo, mas instruio-se com cuidado nas idéas novas, que vogavão, sobre a cosmographia, e adquirio na importante arte da construcção naval noções praticas, que admirárão seus contemporaneos. Portugal lhe foi devedor do maior navio, que n'aquella epoca appareceo na Europa; elle fez experiencias sobre o modo de fazer uso da artilheria no mar, e estas experiencias, que tão prodigiosa influencia havião de ter durante as incessantes guerras do decimo sexto seculo, á sua vista tiverão mui bom exito. Do commercio tratou essencialmente; entendendo que Portugal era chamado a substituir nos mercados da Europa os Venezianos e Genovezes, buscou todas as superfluidades, todas as magnificencias até então ignoradas



Michellis lith. Lith. R. N. dos M.tos N.º 12 L.a

D. Manoel 1.º

n'esta parte da Peninsula. Esta tendencia para o luxo, que lhe foi exprobrada, era uma tendencia politica, tudo ao menos o prova; teve talvez resultados desagradaveis, talvez fosse levada a excesso, irritou talvez alguns animos simples e fortes, restos do reinado de D. João I, mas o seculo findava e Portugal entrava em vias novas.

O homem, que estava em correspondencia com *Angelo Policiano*, e que no mais elegante estilo lhe pedia uma historia do paiz, que por todos os modos queria illustrar; o homem, que muito daria para desenhar como *Cimabué*; o homem finalmente, que nos representão como emulo d'esses habeis musicos, que a Italia começava a produzir, amava com paixão a arte, assim como amava a gloria. Por isso, como seus rivaes confessão, nada lhe faltou para merecer o nome, que lhe havia imposto Isabel; e a lembrança dos grandes descobrimentos, que começou, inspirou estas palavras a Camões:

« Elle tentou mais do que é dado ao homem tentar sobre a terra. »

D. Manoel devia na verdade chamar-se rei afortunado, visto que a tal principe succedeo.

Reinado de D. Manoel.

No dia seguinte áquelle em que D. João II fez justiça da traição do duque de Viseu, a qual melhor fora perdoar, o joven irmão d'este duque foi solemnemente levado perante ElRei, que investindo-o dos privilegios da victima, cujo corpo ainda jazia exposto aos olhos do povo, lhe annunciou que o reputava como seu filho, e que se viesse a faltar o herdeiro do throno, elle havia de reinar.

Permittido é suppor que fallando d'este modo, D. João obedecia mais á politica que a suas sympathias, e que sem prever o deploravel fim do principe, interiormente destinava a coroa, em caso de morte, a seu filho natural D. Jorge,

que com muito cuidado fazia educar por *Cataldo Siculo*, um dos homens mais instruidos d'aquelle seculo.

Com o correr dos annos, as palavras de D. João se effeituárão, e o neto de D. Duarte foi chamado ao throno, á vinte e sete d'outubro do anno de 1495. Estava elle então em Alcaçar do Sal, e passou em continente a Monte-mór o Novo, onde convocou sem demora as cortes do reino. Com razão se observou que o primeiro acto politico do novo soberano teve por objecto reformas essencialmente uteis á magistratura, e disposições favoraveis á administração. Certo é todavia que estas reformas suscitárão resentimentos particulares, repugnancias de que facilmente se penetrou a origem. Sabendo mui bem aproveitar os vastos planos politicos do seu predecessor, D. Manoel não herdou nenhuma de suas sympathias, e em breve se vio a alta nobreza recuperar uma influencia, que muito havia modificado o reinado precedente. Os filhos do duque de Bragança voltárão a Portugal, e o primogenito, D. Jaime, entrou na posse dos immensos bens da sua casa, e foi mesmo investido de novos privilegios.

Não poderia ser nosso intento narrar aqui, ainda que de modo summario, as mudanças administrativas, que succederão em Portugal no fim do decimo quinto seculo, nem circunstanciar, como alguns historiadores fazem, as magnificencias do joven rei, a sua gratidão para com o velho cardeal d'Alpedrinha, ou a recepção, que elle fez aos embaixadores venezianos em Torres Vedras. De melhor vontade nos demorariamos sobre as relações de Portugal com a França no começo d'este reinado, e sobre a repugnancia, que D. Manoel ao principio tem em entrar n'uma confederação contra um paiz, cuja alliança seus predecessores havião estimado. A passagem dos Mouros fugindo da Hespanha, em 1496, offereceria sem duvida curiosos episodios, e as negociações começadas por D. Alvaro, irmão do duque de Bragança, para concluir o casamento do joven monarcha com uma princeza, cuja formosura admirara, não serião destituidas d'interesse; porem ha um acontecimento mais importante que



Michellis lith

Lith. R. N. dos M.tes n.º 14.

Vasco Fernandes de Lucena offerecendo o seu livro ao Duque de Borgonha.

todos os outros na historia d'este reinado, um acontecimento, cujas consequencias mudárão a face do mundo, é o descobrimento das Indias orientaes, dobrando o cabo de Boa esperança, é a realisação do grande pensamento de D. João II. Este acontecimento memoravel, por largo tempo meditado, executado com rara felicidade, deo tamanho brado, que o torna presente á lembrança de todos. Porem, importa dizel-o, as diligencias, que o preparão, as curiosas circunstancias, de que foi acompanhado, são menos conhecidas, e este é o intervallo, que buscaremos encher, pondo ás vezes de parte as magnificencias do poeta para escutar o cronista. Antes porem d'entrar em particularidades mais circunstanciadas, diremos, a idéa d'encontrar um caminho para chegar ás Indias, não era nova em Portugal, mesmo no fim do decimo quinto seculo, e no anno de 1468, um homem eminente, que tinha intimidade com os reis e havia succedido a Gomes Eannes d'Azurara no importante cargo de primeiro historiographo do reino, Vasco Fernandes de Lucena, induzia os soberanos da Europa a imitar Alexandre, de que lhes apresentava a mui antiga historia; e, cousa singular, elle os convidava a uma cruzada nova para imitar um heroe pagão; espirito investigador, como se virão tantos no principio do renascimento, elle sonhava com a gloria christã até em suas lembranças da antiguidade: em breve vamos vêr que a sua voz foi ouvida (1).

(1) Vasco Fernandes de Lucena, que foi com razão chamado mui habil escritor, homem de profundo saber, é mui pouco conhecido em Portugal, posto que seja uma das glorias d'este paiz, o que provavelmente procede de que as missões diplomaticas, que lhe forão commettidas no decimo quinto seculo, de Lisboa o affastárão. Em 1497, exactamente no anno em que Vasco da Gama deo á vela para as Indias, elle resignou o seu cargo de cronista mór em favor de Rui de Pina. O sabio Barbosa não houve conhecimento da principal obra de Vasco de Lucena, que tão bem quadrava com as idéas guerreiras d'aquelles tempos heroicos; é uma traducção de Quinto Cursio, na qual este escritor suprio as faltas, que o seu author apresentava, por fragmentos extrahidos de Demosthenes, Plutarco,

A India. — Idéas, que havião sobre esta região na epoca em que D. Manoel vivia. — Influencia de D. Pedro d'Alfarrobeira.

Agora, que já não se estuda a historia das nações só por um vão espirito de curiosidade; agora, que a cada povo se pergunta o que tem feito no grande movimento intellectual do decimo sexto seculo, para lhe assignar o seu quinhão de gloria ou vituperio, pouca surpreza causará que n'esta noticia insistamos sobre os tempos em que a India foi pela primeira vez posta em relação directa com a Europa; porquanto, não se deve dissimular, a gloria eterna de Portugal nos seculos, será ter começado esta grande iniciação, haver com a espada desfeito os obstaculos, que por tão largo tempo tolherão as conquistas pacificas da intelligencia, será em fim, servindo-nos das expressões d'um poeta, ter dado as chaves d'esse mundo maravilhoso, que muito ampliou os limites do horizonte intellectual.

Quando nos volumosos escritos dos encyclopedicos da idade media, se depara com o succinto artigo, que elles costumão consagrar á India, verdadeiramente admira que homens eminentes taes como Vicente de Beauvais, que tinha visitado o Oriente, Brunetto Latini, que se tinha instruido nos conhecimentos das universidades italianas, Alberto Groto, que era reputado como o mais vasto espirito d'Allemanha, verdadeiramente admira, repetimos, que estes homens notaveis sigão ainda, no decimo terceiro e decimo quarto seculo, a doutrina, que professava Isidoro de Sevilha ácerca

Josepho e outros authores authenticos, principalmente de Justiniano. A obra de Vasco de Lucena, que sem razão se desculpa da imperfeição da sua linguagem franceza (*langaige françois*) visto que é portuguez de nação (*portugalois de nacion*), foi impressa no decimo quinto seculo. Na Bibliotheca real de Paris ha quatro manuscritos da sua obra. Vid. os artigos que M. Paris lhe consagrou no seu cathalogo dos manuscritos da Bibliotheca real.

da *India Maior e da India Menor*. As idéas praticas, as que vinhão pelos commerciantes e guiavão os peregrinos ou a gente de negocio, erão um pouco mais variadas, um pouco mais vastas certamente, mas não ousavão introduzil-as em tratados dogmaticos. A sciencia immovel das universidades não se atrevia a acolher tradições populares, que nada tinhão de mais fantastico que as narrações officiaes de certos viajantes, ou que os tratados consagrados pela sciencia tradicional.

Quanto a nós, estamos intimamente convencidos de que D. Pedro d'Alfarrobeira, esse irmão do infante D. Henrique, de que tão raras vezes se falla quando se trata de geographia e dos grandes descobrimentos maritimos, prodigiosamente contribuio por seus vastos conhecimentos e narrações para o movimento scientifico, que se ía declarar. Lançado cedo por sua ardente curiosidade no meio dos povos do Oriente, attrahido a Veneza pelo seu insaciavel amor d'instrucção, D. Pedro era aos olhos dos povos da Peninsula o typo do *principe viajante*, e folgavão de attribuir-lhe todas as idéas adquiridas ácerca das regiões estrangeiras nos romances de cavallaria (1). Nem por isso é menos certo que o espirito scientifico d'este homem singular enriquecia, viajando, a sua patria com os conhecimentos mais positivos. Ausentava-se de Constantinopla para visitar Roma, o seu primeiro pensamento era pela sciencia, e não sabemos em que região da Italia lhe derão dous globos em que a sciencia tradicional havia marcado como d'antemão certos successos, não approvados pelos sabios, e ao principio e hoje por elles meditados. Em Veneza, derão-lhe de presente as viagens de Marco Polo, ornadas com todo o primor da callipraphia da idade media; nenhuma d'estas cousas elle guardou: no ensejo da sua volta entregou tudo a esses homens activos e meditadores, que á

(1) Vid. no *Mundo encantado* a analyse d'um livro popular intitulado: *Viagens do infante D. Pedro pelas sete partidas do mundo.*

theoria annexavão a pratica, ou o depositou na bibliotheca d'algum mosteiro, como o d'Alcobaça por exemplo, onde o espirito religioso da sciencia saberá por largo tempo conserval-o.

Porem o que os tratados puramente scientificos não pódem dizer-nos, são as sabias narrações, que a seus mui amados irmãos, e mesmo a seus sobrinhos, fazia esse D. Pedro d'Alfarrobeira, que, segundo a tradição popular conservada até aos nossos dias, havia visitado *as sete partidas do mundo* (1), e tinha comido á meza d'esse principe imaginario, que reinava na *India Menor* e na *India Maior*, rei pontifice, com tanta perseverança procurado por ElRei D. João II.

Abra-se um livro magnifico, que ultimamente acaba de ser publicado, e que é um dos mais preciosos monumentos da mui antiga litteratura portugueza, lance-se um golpe de vista ao fim do *Leal Conselheiro*, no cathalogo das obras, que D. Duarte possuia, depois do *Pontifical*, o primeiro livro, que se vê inscrito, é a viagem de Marco Polo em latim e linguagem.

Nas judiciosas praticas entre os principes filhos de D. João I, dos quaes se póde dizer que não erão alheios a nenhum dos conhecimentos scientificos do seu tempo, a cousa, que com mais frequencia vinha ao pensamento, erão relações das terras estranhas, tão mal conhecidas, mesmo tão desdenhadas nas mais celebres universidades (2). Todo o mun-

(1) *Leal Conselheiro*, introducção, p. XX.

(2) Para o leitor se convencer bem do facto, que aqui apontamos, basta consultar esse precioso livro, em que o sabio Pedro d'Ailli, uma das luzes do clero, depositou o que a universidade de Paris adoptava então como verdade geographica bem averiguada. No capitulo intitulado — *De partibus Asiæ et primo de India*, o doutor se reporta positivamente pelo que toca á extensão d'esta vasta região a Plinio; — *Hæc India valde magna est, nam secundum Plinium, sexto naturalium, ipsa sola est tertia pars habitabilis et habet gentes centum et XVIII, et ideo cum ipse dicit Europam esse majorem Asia, non ibi includit Indiam sub ea.* — Porem onde o doutor toma verdadeiramente toda a latitude possivel, é no capitu-

do sabe com que sollicitude o infante D. Henrique se informava de tudo o que dizia respeito ás regiões orientaes, todas as vezes que o acaso lhe permittia fazel-o. O seu herdeiro no vasto dominio da sciencia, D. João II, teve, se é possivel, ainda maior curiosidade, e soube aproveitar, tão bem como este grande homem, os conhecimentos preconisados por seus contemporaneos. A expedição occulta comettida a Pero da Covilhan e ao seu desditoso companheiro, as instrucções mui ponderadas, que estes viajantes receberão, tudo nos prova a sollicitude com que o predecessor de D. Manoel olhava para a India (1); o desejo d'annexar seu nome a tal descobrimento se havia com tanta vehemencia augmentado em D. Manoel, que sob o seu reinado se resolveo a grande expedição, que Vasco da Gama executou. Mas se D.

lo seguinte intitulado: — *De mirabilibus Indie*; — n'elle se trata naturalmente dos *pygmeos* e de seus combates com os grous, dos *monoculos* e *cynocephalos: alii qui canina capit habent.* Para infundir animo nos viajantes por vir, que temessem uma absoluta mingoa n'aquellas regiões ignotas em que certos homens se nutrem do aroma das flores, o grave doutor affirma que ha no Ganges enguias de trezentos pés, *in Gange quoque sunt anguille trecentorum pedum longe.* Depois de taes narrações, seriamente feitas por um prelado com intuito d'excitar a imaginação, importa trazer á memoria o dito de Vico: "A curiosidade filha da ignorancia é mãi da sciencia."

(1) Se acreditarmos Barbosa Machado, um certo Fr. Jordão, natural d'Evora, partio para as Indias orientaes passando por Africa, pelo anno de 1320, cento e oitenta annos antes que os Portuguezes fizessem suas primeiras tentativas n'aquella direcção. Segundo o mesmo author, Jordão padeceo martirio em Tana, na ilha de Salsette; chega mesmo a affirmar que em 1564, n'um pagode se encontrou a estatua d'este religioso vestida com o habito da ordem de S. Domingos. Sem embargo do grande numero d'authoridades, que Barbosa invoca para dar algum credito á sua opinião, esta historia foi certamente desfigurada por circunstancias apocryphas, e Fr. Jordão nenhuma influencia teve nos descobrimentos ulteriores de seus compatriotas, se por ventura elle existio. Mais felizes forão por certo os musulmanos, e ninguem póde hoje contestar as viagens d'Ebn Batuta á India.

João II era o *principe perfeito*, como o povo lhe chamava, D. Manoel foi o principe feliz por excellencia, e durante o seu reinado se effectuou a navegação, que logo foi inscrita no cathalogo dos grandes acontecimentos do seculo.

Preparativos para a expedição ás Indias.

Injusto seria com tudo não reconhecer no successor de D. João, joven como era quando se via no meio de tão notaveis acontecimentos, mui raro espirito de prudencia, uma singular aptidão em aprotar as altas noções, que lhe havião dado seus predecessores. Aqui o repetimos, por ser um facto apenas conhecido e que os historiadores tem passado em silencio, nada do que podia contribuir materialmente para o bom exito do grande projecto, que se meditava, se omitio, forão tomadas todas as precauções; um insigne capitão, que ha de em breve figurar na historia da conquista, por suas relações o provará.

Primeira expedição maritima dos Portuguezes ás Indias. — Vasco da Gama.

Era passado um anno depois da exaltação de D. Manoel ao throno, quando este monarcha tomou a resolução de effeituar os vastos projectos, que o seu predecessor havia concebido. Desde este começo no exercicio da soberania, elle mereceo na verdade o sobrenome, que já o povo lhe conferia. D. Manoel teve o judicioso cuidado de não se apartar de modo algum das disposições feitas antes d'elle: um fidalgo do Alemtejo tinha sido escolhido para commandar a expedição, D. Manoel não o demittio. Vasco da Gama era o homem de D. João II, este elogio devia bastar-lhe, e o joven principe o comprehendeo.

O homem designado por D. João II para capitão-mór da armada das indias, já se havia feito notavel por um me-



Sá lith. Off. R.N. dos Mes Nº 12

Vasco da Gama.

rito pouco vulgar (1), e acrescentão que descendia d'uma d'essas mui antigas familias, cuja energia pareceu hereditaria. Já no reinado de D. Affonso III apparece um Alvaro Eanes da Gama, que serve durante a conquista do Algarve e que alguns genealogistas (2) affirmão ser o primeiro ascendente conhecido d'Estevão da Gama, o qual era natural d'Olivença e alcaide mór de Sines. Estevão da Gama, seu neto, alcaide mór de Sines e Silves, commendador do Seixal, casou com Dona Isabel Sodré, filha de João Rezende, e d'ella houve, além d'outros filhos, Vasco da Gama (3).

Um precioso manuscrito da Bibliotheca real de Paris nos revela que desde o anno de 1496 houverão no conselho d'El-Rei numerosas conferencias á cerca da expedição das Indias, e que foi em consequencia d'estas discussões que o monarcha se decidio a commetter a empreza ao joven official, cujo nome tão rapidamente se havia de engrandecer.

O certo é que os aprestos da armada começárão n'aquella epoca (4), e que, como havemos dito conforme o illustre Pacheco, que foi presente ás primeiras disposições, nada se omitio do que podia contribuir para o bom successo da empreza, porque a reputavão como inseparavel. Importa além d'isto notar que n'aquella epoca residião na corte de D. Manoel dous celebres astronomos (5), mestre Joze e mestre Rodrigo, que fazião parte d'uma junta de mathematicas insti-

(1) Nasceo em Sines no anno de 1469. A educação do moço Vasco da Gama foi tão completa quanto o podia ser n'aquella epoca. Estudou principalmente as mathematicas e leo os cosmographos. Cedo foi escolhido para missões importantes, e a sua fama era já clara na epoca em que D. João II o elegeo para um cargo de consequencia.

(2) Vid. *Memorias historicas genealogicas dos grandes de Portugal*, p. 176.

(3) João de Barros escreve sempre Vasco da Gamma: nós adoptamos a ortographia moderna, que tem por primeira authoridade o author das Luziadas.

(4) Vid. Barreto de Rezende, *Tratado dos Visorèis da India.*

(5) Francisco de Borja Garção Stockler. *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal.*

tuida desde o tempo de D. João II, e que além d'estes dous homens singulares, tambem se fazia menção de Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e do licenciado Calçadilla, bispo de Viseu, cujos conhecimentos geographicos erão estimados, posto que se houvessem mostrado pouco favoraveis a Christovão Colombo no reinado precedente.

Com prodigiosa actividade se fizerão os preparativos, que no meio do anno seguinte forão completamente terminados. Fieis ao nosso costume de apoiar com o testemunho dos contemporaneos a relação dos successos, aqui reproduziremos a singela narração d'um homem, que conheceo as menores particularidades d'este grande drama a que mais tarde assistio: deixemos fallar Pacheco.

« Não convinha, diz elle, que para esta viagem de descobrimentos houvesse excesso na grandeza e numero dos navios, e em razão d'isto, ElRei nosso senhor ordenou que se construissem quatro embarcações pequenas, e que a mais concideravel não excedesse cem tonelladas, porque n'uma região ainda tão pouco conhecida não era necessario que os navios fossem de mais alto bordo, e isto assim se fez, para que pudessem entrar e sair facilmente de todos os lugares a que aportassem, o que lhes não seria possivel fazer se fossem maiores. E estes navios forão construidos por habeis mestres e operarios, com toda a solidez, pelo que toca ás madeiras e ferragens. Em cada um dos referidos navios se meterão trez velames completos. As ancoras, o maçame, e todos os mais aparelhos forão quadruplicados. As aduellas dos toneis, das pipas, dos barris d'agoa, vinho, vinagre e azeite, erão seguras por muitos arcos de ferro, de modo que cada vasilha pudesse conservar o que continha. O provimento de pão, vinho, farinha, carnes, legumes e drogas pertencentes á pharmacia, foi ainda mais abundante do que convinha á circunstancia. O mesmo succedeo a respeito das bombardas e outras munições. E tambem diremos que n'aquella viagem se empregárão os milhores marinheiros, e os mais sabios nauticos, que foi possivel encontrar, aos quaes se concedeo um salario

consideravel e grandes privilegios. E para esta viagem se fizerão tantos e tamanhos gastos; para aparelhar tão pequeno numero de navios, que o receio d'excitar a incredulidade me tolhe de narrar particularidades. Ora, o unico proveito que o nosso principe então tirou de tudo isto foi descobrir algumas porções d'essa Ethiopia, que está além do Egypto, e o começo da India Inferior, e assim partio Vasco da Gama para esta santa empreza, como capitão mór dos quatro navios, por vontade do serenissimo principe, que o fez ausentar-se da excellente cidade de Lisboa n'um sabbado oito do mez de junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos e noventa e sete (1);

A partida. — A bahia de Santa Helena. — O Cabo, Quiloa, Mombaça.

Barreto de Rezende, que se acha perfeitamente unanime com Pacheco e com o author das Decadas, apresenta a enumeração dos navios, que emprehenderão aquella arriscada viagem, e refere ao mesmo tempo os nomes dos chefes a que forão confiados. A capitania diz elle, em que Vasco da Gama arvorou a sua bandeira, chamava-se São Gabriel, e n'ella ía por piloto Pedro d'Alenquer (2). O segun-

(1) Este precioso fragmento é extrahido d'uma obra ainda inedita do grande Pacheco, d'aquelle a que Camões chama o *Achilles da Lusitania.* O seu excellente livro é intitulado: *Esmeraldo, de situ Orbis.* A interessante collecção, que nos subministrou estas particularidades, com justa razão diz, que adoptando o segundo titulo, que o seu manuscripto apresenta, Pacheco imitou outros cosmographos; mas que o titulo *Esmeraldo* não se póde explicar de modo que satisfaça. Como quer que seja, o *Esmeraldo* é ornado de mappas e preciosas pinturas, é um curioso monumento geographico, digno de se fazer conhecer ás pessoas instruidas. O original estava, no decimo oitavo seculo, na livraria do duque d'Abrantes; a Bibliotheca publica d'Evora d'elle possue duas copias, mas sem os mappas. Vid. o *Panorama.*

(2) O escrivão do navio almirante, que n'aquelle tempo occupava a bordo a terceira classe, era Diogo Dias, irmão de Bar-

do navio tinha tambem o nome d'um mensageiro da celeste jerarchia, chamava-se São Raphael, por capitão levava Paulo da Gama, e por piloto João de Coimbra. Era o principal commandante do terceiro navio esse Nicoláo Coelho, que depois se illustrou nos mares do Brazil, e o piloto chamava-se Pedro d'Escollar. Pelo que diz respeito ao quarto navio, destinado a transportar as provisões, não se commetteo a sua direcção a um homem illustre por seus antecedentes, um simples criado de Vasco da Gama, P. Nunes, lhe foi dado por capitão. Não será talvez inutil dizer que estes diversos navios levavão em marinheiros e soldados cento e sessenta homens, que se podião certamente reputar como gente escolhida, e que o provárão até ao ultimo dia: o começo da viagem não devia inspirar inquietação; Bartholomeu Dias, o famigerado explorador do cabo de Boa Esperança, foi incumbido de acompanhar estes quatro navios até ao paiz de Minas.

O historiador das Indias observa com a sua habitual sagacidade, que a esta primeira armada não foi possivel escolher, como depois se fez, a epoca favoravel das monções. Vasco da Gama ignorava ao mesmo tempo a direcção dos ventos geraes, que convinha buscar, e os lugares a que se podia arribar, que os mais grosseiros mappas indicavão antes do fim do seculo, mas de que não havia então idéa alguma: por isso o historiador cheio de fé se abstem de reflexões, e se contenta com exclamar fallando do deos, que a armada dos christãos invocava, « elle dá os meios para executar, quando é chegado o dia de seus designios! »

Vasco da Gama pertencia á melicia de Christo, era cavalleiro d'essa famigerada ordem, que tinha o seu convento em Thomar; a um pobre eremiterio, a que o infante D. Henrique confiara as santas bullas obtidas outr'ora do papa para seus ousados navegantes, foi elle pedir orações.

« Seguindo o Tejo, na margem direita, a uma legoa da

tholomeu Dias, ao qual se devia o descobrimento do cabo da Boa Esperança.

« mui antiga Lisboa, havia um sitio chamado Rastello, pro-
« ximo do mais seguro ancoradouro, que podião encontrar os
« navios depois d'entrarem a barra, e tambem o mais visi-
« nho do lugar, que escolhião as embarcações, que se pre-
« paravão a emprehender uma longa viagem, porque então,
« como ainda hoje, perto da ponta d'arêa, que existe qua-
« si defronte da Trafaria, o rio era profundo e offerecia um
« excellente abrigo. » Ali, no mesmo lugar em que se erigio o magnifico mosteiro de Belem, se via uma pobre capella, habitada por alguns religiosos do convento de Thomar. A esta especie d'eremiterio foi Vasco da Gama, a 7 de julho de 1497, com outros capitães velar devotamente, e invocar Nossa Senhora de Belem, cujo nome a capella tinha já. No dia seguinte, era um sabbado, muita gente, attrahida pelo interesse religioso, que aquella expedição inspirava, se foi á praia. Alguns ecclesiasticos, que forão de Lisboa dizer missa, começárão então com os religiosos *uma devota procissão*, diz João de Barros; religiosamente se encaminhárão aos navios levando tochas, e a multidão os seguia respondendo ás ladainhas: d'este modo chegárão junto das embarcações, o vigario pronunciou em voz alta uma confissão geral, e deo em fim a absolvição, conforme o theor das bullas, que o infante D. Henrique havia obtido. « E durante este acto, accrescenta com a sua eloquencia habitual o author das Decadas, derramárão tantas lagrimas os que erão presentes, que aquelle lugar com razão foi chamado praia das lagrimas para os que se ausentão . . . terra do prazer para os que voltão. »

Como relata o illustre historiador, ninguem previa então o jubilo da volta; e quando os marinheiros, desfraldando as velas, derão o costumado grito de feliz viagem, lagrimas copiosas se derramárão, de novo começárão as orações.

O brando vento norte, que reina em quasi toda a costa d'Hespanha no mez de julho, refrescava n'aquelle momento; os quatro navios se affastárão logo da costa, e forão navegando por espaço de treze dias com bom tempo, até que arribárão a São Thiago, a ilha principal do archipelago de

Cabo Verde, onde tomárão alguns mantimentos, e se preparárão para entrar em mares menos conhecidos. N'aquellas paragens, Bartholomeu Dias se apartou da armada e seguio o rumo de Mina. Pelo que toca a Vasco da Gama, proseguio a sua derrota, e foi surgir na bahia de Santa Helena, onde fez aguada (1). Esta bahia, situada a pouca distancia do cabo, offerecia com effeito a Vasco da Gama um logar favoravel para provar o valor das observações, que até então havia feito, com instrumentos nauticos imperfeitos na verdade, mas que, usando das expressões de João de Barros, tinhão prestado serviços tão eminentes quanto elles erão grosseiros (2). Havião os Portuguezes saido em terra; as operações nauticas começárão em paz, quando dous pretos mui ageis, que

(1) Osorio e Barros differem essencialmente em sua narração; elles são mesmo pouco concordes sobre o tempo, que Vasco da Gama gastou para chegar áquella bahia: Osorio diz que gastou trez mezes, e João de Barros que forão cinco.

(2) Trata-se aqui do astrolabio, inventado por Martim Behaim, mestre Rodrigo, e mestre Josepe judeu. Vid. o que a este respeito diz o livro IV *da primeira decada.* Não serão destituidas d'importancia algumas palavras ácerca do celebre mathematico flamengo.

Martim Behaim nasceo em Nuremberg pelo anno de 1430, foi estabelecer-se no Fayal, onde esposou a filha de Job de Hurter, o chefe da colonia flamenga n'aquellas ilhas, foi dignamente estimado por D. Affonso e por D. João, mas nada prova positivamente os descobrimentos, que pertendem attribuir-lhe, e nos participamos da opinião do sabio Murr, que assim se exprime "Tanto parece verdade que Martim Behaim teve parte na invenção e uso do astrolabio, applicado á navegação, quanto é falsa a relação, fundada n'uma passagem mal interpretada da cronica de *Schedel*, que diz que Behaim descobrio as ilhas dos Açores, que ali levou uma colonia de Flamengos, no ensejo da sua segunda viagem no Oceano Atlantico, até a estas ilhas, que forão depois visitadas por Christovão Colombo... que elle chegou ao estreito, ora conhecido pelo nome d'estreito de *Magellan*, e que deo aso a este descobrimento por um mappa maritimo, que Magellan diz ter visto no gabinete d'ElRei de Portugal." Nas Memorias de litteratura se vê que Martim Behaim havia grangeado uma fama popular no decimo quinto seculo, e que era reputado como habil nigromante.

andavão em busca de mel silvestre e não vião os estrangeiros, forão perseguidos por alguma gente das equipagens; um dos ditos pretos caío nas mãos dos Portuguezes, que mediante algumas dadivas em breve d'elle fizerão um amigo. Este preto buscou dar a entender que seus companheiros habitavão atráz de certas montanhas, que indicava. Não foi preciso mais para excitar a curiosidade dos recem chegados, que desejavão levar á sua patria alguns naturaes das regiões novamente descobertas. Deixárão ir o captivo; e pouco tempo depois, attrahidos pelas narrações e vista das cousas, que lhe havião dado, muitos pretos apparecerão na praia.

Um d'esses homens a que nada intimida, um certo Fernando Velloso, que João de Barros pinta dizendo d'elle *que andava em continuas proezas*, se offereceo para correr o risco de ir á remota aldêa, em que os selvagens habitavão. Avisinhava-se a noite, Velloso não tinha voltado; Vasco da Gama inquieto olhava para as montanhas, quando o vê discorrendo com rapidez por entre os rochedos, saltando de pico em pico, perseguido pelos indigenas. Chamar Pero Coelho, cujo barco a pouca distancia via, mandar soccorro ao fugitivo, ir elle mesmo, tudo foi obra d'um momento. Em breve Velloso chega junto ao mar; porem os selvagens, enganados pelo movimento, que nos estrangeiros observão, entendendo que estes vão acommettel-os, se põe em defeza. Com vigor arremeção os selvagens seus dardos, armados d'um corno de boi, e um d'elles deo no pé do proprio Vasco da Gama, que recebeo uma ferida leve. Os Portuguezes derão em continente á vela, e alguns tiros d'escopeta forão disparados contra os selvagens em memoria d'uma equivocação, de que elles certamente não tinhão culpa. Estes homens pretos, com o cabello crespo e a pelle mosqueada, pertencião provavelmente á raça cafre. Seja como for, Vasco da Gama houve de se contentar com o que á sua vista succedera; não lhe foi possivel levar nenhum habitante da bahia de Santa Helena. Fernando Velloso nada tinha visto, ou nada quiz dizer, e da sua

excursão só ficou o bello episodio, com que Luiz de Camões soube adornar o seu poema.

Depois de trez dias de navegação, a 22 de novembro, Vasco da Gama dobrou o cabo da Boa Esperança, com menos tormentas e perigos, diz João de Barros, do que esperava; e, no dia de Santa Catharina, entrou a fazer aguada n'um lugar, situado sessenta legoas mais longe.

Devemos acreditar, com Osorio, que as cousas não passárão tão pacificamente, que as vagas erão sobremaneira perigosas, os ventos ponteiros, a chuva mui fria, a nevoa densa e a tormenta continua? « Esta narração convem por certo melhor á magnifica tradição, que nos deixou Camões; mas nada attesta a sua authenticidade. Devémos tambem acreditar que os marinheiros assustados occultamente conspirárão, que Vasco da Gama esteve em risco de perder a vida, e que escapou do perigo pelos avisos de seu irmão? Confessaremos que, não obstante o respeito, que o bispo de Silvés nos inspira, aqui o julgamos menos bem informado que João de Barros; não é provavel que este habil historiador passasse em silencio successos de tanta importancia, e que em vez de descrever um dos grandes acontecimentos dramaticos, a que nunca a sua penna se nega, preferisse fazer uma pintura pastoril de regiões tão pouco conhecidas; porque elle diz, fallando dos povos, que ao longo da costa erravão, e pacificamente visitavão os Portuguezes: « E' gente divertida e alegre, dada á dança, e ao toque d'instrumentos, e, entre ella, havião alguns, que tangião com uma maneira de frautas pastoris, que em seu modo parecião bem. »

Suscitando-se algumas desavenças entre estes pastores e os Portuguezes, por occasião da troca de gados, Vasco da Gama ancorou um pouco mais longe; porem as tribus d'estas regiões se mostrárão mais terriveis que as visitadas até então. N'esta parte da costa, e não exactamente diante do

Cabo (1), foi descarregado e queimado o navio, que Pedro Nunes commandava.

Partindo a armada d'este lugar, sobreveio uma tempestade tão violenta, que foi indispensavel amainar todas as velas. Se João de Barros não falla d'uma revolta entre a gente do navio São Gabriel, insiste sobre o terror das equipagens, que mais se lembrárão então de seus peccados, diz elle, que da manobra, porque de todos os lados vião a morte. A' tormenta succedeo em fim a bonança, que impellio as embarcações para os Ilheos Chãos, cinco legoas além do lugar em que Bartholomeu Dias havia plantado o seu ultimo pilar. As correntes n'estas paragens incommodárão muito os navegantes; com tudo, a pesar d'estas contrariedades, elles chegárão defronte da costa a que chamárão de Natal; no dia de Reis entrárão na bahia dos *Reis Magos*, chamada tambem bahia do cobre, porque n'este lugar trocárão alguns braceletes d'ouro falso por marfim e diversos objectos. Um certo Martim Affonso, que Fernando Lopes de Castanheda menciona como interprete da capitania, foi visitar as aldêas do interior, e teve muito mais razão de se applaudir do agazalho, que n'aquellas paragens recebeo, do que Fernando Velloso da sua residencia em Santa Helena. A descripção dos lugares, que Martim Affonso visitou, prova que elle foi recebido por hordas de Hottentotes ou Boschis. A benevola hospitalidade de que foi objecto Vasco da Gama, entre estes povos pastores, o induzio a demorar-se cinco dias no meio d'elles, e a impor á região o nome de — *boa paz* ou *boa gente.* —

Ausentando-se d'este lugar, Vasco da Gama começou a navegar a certa distancia da terra, de modo que passou, durante a noite, defronte do cabo das Correntes. Ora, como a costa começa n'este sitio a encurvar muito, e Vasco da Gama temia penetrar em algum golfo de que não pudesse sair, fez-se ao largo, o que o levou para longe d'um porto em que

(1) Vid. Barreto de Rezende, manuscrito da Bibliotheca real.

teria achado algum descanso. Elle passou, sem reparar, pela cidade de Sofala, cuja opulencia já era celebrada na Europa, e que lhe offereceria certamente um lugar favoravel para arribar, e foi, pelo contrario, surgir em uma porção da costa em que um rio o recebeo. Ali, em vez d'encontrar povos estranhos aos usos da civilisação, vio, entre pretos, muitos individuos d'outra raça, cuja pelle vermelha indicava outra origem; de modo que os chefes da expedição julgárão reconhecer, entre elles, uma communicação mais directa com os Mouros; pouco mais ou menos, diz João de Barros com a sua exactidão d'expressão, como a que existe entre os *Yolofos* e *Azenegues.*

Estes homens entendião o arabe, e usavão de certos vestidos. Vasco da Gama via-se mais proximo das ricas regiões, que havião motivado a sua viagem: fallárão-lhe depois claramente de certas nações de léste, que como elle navegavão em grandes navios. Vasco da Gama deo ao rio o nome de — *Rio dos bons Signaes.* — Foi n'este lugar, onde pela primeira vez houverão informações verdadeiramente favoraveis, que os ousados navegantes plantárão um d'esses pilares de pedra, com uma cruz e as armas de Portugal, similhante aos que D. João mandára lavrar para attestar seus descobrimentos: o nome de São Raphael foi imposto a este monumento.

Um mez se demorou Vasco da Gama n'este lugar, onde o escorbuto atacou grande numero de marinheiros, causando a morte d'alguns. O author dos Luziadas, que aproveitou com admiravel espirito d'observação as menores particularidades d'esta navegação memoravel, nos deixou uma exacta pintura dos progressos d'esta enfermidade e do terror, que ella inspirou aos Portuguezes (1). N'aquellas paragens,

(1) Os progressos do escorbuto forão taes a bordo dos diversos navios, que durante todo o decimo sexto seculo navegárão para as Indias, que Francisco Pyrard faz menção de certas embarcações, que saindo com mil e duzentos individuos, voltárão só com duzentos. Os medicos reputavão esta terrivel enfermidade como o mais funesto agente de tão espantosa mortandade. Graças

um accidente mui vulgar por pouco não roubou Vasco da Gama á expedição. Saindo elle n'uma lancha, só com dous remeiros, para ir ao navio São Raphael conversar com seu irmão, no momento em que com elle fallava, seguro a um cabo, a violencia das ondas lhe furtou a embarcação, e elle correo grande risco. Tambem esteve a ponto de se perder quando saío do Rio dos bons Signaes; o perigo esta vez foi geral, porque o navio foi dar n'um banco d'arêa: isto succedeo a 24 de fevereiro. Livre d'esta cruel posição, Vasco da Gama podia navegar sempre á vista das costas: no fim de cinco dias, elle ancorou a pouco mais ou menos uma legoa da cidade de Moçambique, defronte d'uma ilhota, a que mais tarde chamou ilha de São Jorge. Ali trez ou quatro embarcações, designadas pelo nome de zambucos, forão visital-o. Entre certos pretos, semi-nus, com os cabellos crespos, estavão alguns Arabes, e entre elles um Mouro de Fez, isto é, d'uma região a que se podia com fundamento chamar a escola militar dos musulmanos contra os christãos. Graças ao interprete Fernando Martins, os Portuguezes puderão entender-se com aquella gente, e o Mouro não se admirou pouco sabendo que estava diante d'uma armada saida do porto de Lisboa. Sem embargo do visivel pesar, que com esta nova experimentou, elle soube dissimular. Vasco da Gama foi pelo dito Mouro informado de que o xeque da região se chamava Çacoeja, e de que nenhuma embarcação por aquellas paragens passava, sem que gente d'ella saisse em terra a commerciar, ou a pagar uma especie de tributo ao chefe. Em poucas palavras, Vasco da Gama declarou ao Mouro qual era a sua missão e lhe pedio pilotos. « O Mouro, homem experto, diz o author das Decadas, alhanou em apparencia todas as difficuldades: não só prometteo informar o seu soberano das positivas explicações, que acabavão de lhe dar, mas

ás precauções hygienicas, ora em uso a bordo dos navios do Estado, algumas vezes se faz o gyro do mundo sem a perda d'um só homem. Tal foi o caso em que se achou a expedição de *la Coquille*, commandada por M. *Duperré*, e na qual ia o *Dr. P. Lesson.*

affirmou que não havia cousa mais facil que obter em Moçambique pilotos capazes de conduzir a armada ás Indias.» Com isto se ausentou o Mouro, incumbido de levar ao xeque algumas conservas da Madeira, e uma d'essas capas escarlates, de que então usavão os Mouros de Granada, e que os christãos designavão pelo nome de *Capellar*; outros muitos objectos da Europa acompanhavão este presente.

No dia seguinte, convidado pelo xeque, Vasco da Gama entrou no porto de Moçambique, precedido pela pequena embarcação de Coelho. Cumpre notar, que se n'este lugar começou o capitão portuguez a experimentar d'um modo efficaz a perfidia dos Mouros, de que ao principio não desconfiara, em Moçambique teve, pela primeira vez, noticias positivas ácerca d'essas regiões da India, que com tão vagas indicações buscava. Vasco da Gama entendeo perfeitamente a mudança da sua situação, pelo que de todo o coração rendeo graças a Deos. Era Moçambique, n'aquella epoca, um estabelecimento mui pouco importante, uma especie d'escalla entre o commercio de Quiloa e Sofala. Uma pequena mesquita, uma casa coberta de telha para o xeque, algumas choupanas com tetos de cana, tal era então esta cidade, que depois tão rapidamente se engrandeceo. Vasco da Gama ali se demorou por espaço de dez dias, estabelecendo relações com o xeque e sem desconfiar do porvir. Na referida cidade descobrio christãos de communhão diversa da sua; e o maravilhoso nome d'esse Preste João, buscado desde alguns annos com tanta diligencia, soou ainda a seus ouvidos. Trez Abexins, que os acasos do commercio havião guiado áquellas partes, ajoelhárão orando diante da imagem do anjo S. Gabriel, pintada nas bandeiras de Vasco da Gama. Foi por este signal de adoração que os christãos se conhecerão; porem as instantes perguntas, que lhes fazião, inquietavão os Mouros, que se apressarão em apartal-os da vista dos Portuguezes.

Os musulmanos de Moçambique tinhão com effeito descoberto ao primeiro golpe de vista o fim d'esta expedição;

estorval-a na origem, tornava-se ao mesmo tempo um dever de religião e uma imperiosa necessidade; por falta de força, indispensavel era usar de ardil. O capitão mór queria partir; o xeque conveio em dar-lhe dous pilotos. Estes homens exigirão paga adiantada, mas suas reticencias foi talvez o que salvou Vasco da Gama, que começou a desconfiar, e quiz que um dos pilotos ficasse a bordo em quanto o outro ia a terra. No dia seguinte, uma funesta experiencia lhe provou que esta precaução não era inutil. Uma embarcação, que elle enviára em busca d'agoa, lenhas e outros objectos, foi acommetida por sete zambucos, e alguns tiros de bésta e mosquete castigárão esta agressão: a praia ficou deserta.

Temendo alguma nova traição, Vasco da Gama foi refugiar-se na ilha de São Jorge, d'onde continuou a sua derrota para as Indias, levando a bordo o piloto, que tivera a prudencia de reter; porem carecia d'agoa, e, seja que realmente se desencaminhasse, ou que proseguisse um designio hostil, o Mouro o guiou para esses laberintos, que as mangueiras formão com tanta frequencia nas regiões dos tropicos. Ali Vasco da Gama expedio duas lanchas para explorar o paiz, cuja approximação numerosos negros defendião. O piloto fugio a nado, com um grumete preto, que seguio o seu destino induzido pela analogia d'idéas religiosas No dia seguinte, Vasco da Gama foi reclamar, com pacificas demonstrações, os dous fugitivos á aldêa, que lhes dera asilo. O Mouro, que lá governava, não recusou positivamente entregal-os; porem affirmou que era d'absoluta necessidade ouvir a decisão do xeque; e, ao outro dia, elle provou aos christãos quão pouco formidaveis os julgavão, respondendo, com uma vigorosa defensa, a fogos guerreiros com que pretendião saudar sua partida. Vasco da Gama insistio: porem affirmárão-lhe que ácerca dos pilotos não lhe podião dizer cousa certa, e que ignoravão o seu asilo, por que elles erão estrangeiros.... que quanto ao mais, sabião a confiança, que se podia ter em homens, que só buscavão asilo nas aldêas da costa para as espoliar. Este discurso, assás moderado ao prin-

cipio, terminou por um chuveiro de frechas. A artilheria portugueza laborou, e Vasco da Gama poderia ter facilmente incendiado esta aldêa; mas a sua unica intenção era intimidar os Arabes, e elle o conseguio. Trez ou quatro homens, mortos pelo fogo do canhão e levados aos pés do xeque, bastárão para infundir terror no meio d'aquella povoação. Um Mouro, de que os Portuguezes se havião apoderado, foi atormentado, e revelou o que desejavão saber a respeito do commercio de Sofala, de suas riquezas em ouro, e da proximidade em que estavão das costas da India. Pela primeira vez ouvirão repetir, de Moçambique a Calicut não ha mais que um mez de navegação.

Antes que o xeque tivesse tempo de mandar gente para guardar os poços, Vasco da Gama quer ir á aguada, e ordenou que tivesse bem vigiado o Mouro, de que se havião apoderado. Por causa d'este Mouro foi possivel haver agua, por quanto elle guiou os Portuguezes pelo meio dos extensos pantanos, que seguião o lançamento da costa. A noite era mui escura; durante estas idas e vindas o sol teve tempo de apparecer.

O xeque temia então os resultados d'um ataque imprudente, e enviou desculpas a Vasco da Gama. Um dos pilotos tinha fugido para o interior, o outro havia perecido em consequencia do fogo da artilheria. O chefe arabe remettia aos Portuguezes, dizia elle, o que se tinha podido encontrar em casa das mulheres do fugitivo, cousa que os christãos tinhão direito de reclamar; terminava offerecendo-lhes um piloto mais habil e mandando levar a bordo o preto desertor. « Não era o tempo oportuno para replicas, » diz João de Barros. Vasco da Gama mandou restituir ao xeque os objectos, que lhe apresentárão, e aceitou o piloto, que se lhe offerecia; depois foi buscar de novo asilo na ilha de São Jorge, e, demorando-se lá trez dias, só no 1.° d'abril de 1498 se ausentou da costa.

Vasco da Gama havia adquirido muita experienca em poucos dias, de modo que um severo castigo punia os erros

voluntarios do piloto. O espirito astuto d'este arabe nada precipitou ainda assim; elle esperava que a pequenez do porto de Quiloa, a sua pouca segurança para os navios, aos musulmanos entregasse a frota, que conduzia. Por uma não esperada felicidade, as correntes affastárão Vasco da Gama d'aquellas paragens, e, depois de haverem risco de se perder, os trez navios surgirão, a trez d'abril, domingo de Ramos, no porto de Mombaça.

Fiel ao seu systema, o piloto affirmou ao chefe da expedição, que esta cidade era povoada em parte por christãos abexins, em parte por habitantes da India. A cidade, situada no centro d'um estreito e edificada sobre uma ilha, só se podia descobrir depois que no porto se entrava; mas, quando se chegava á entrada da enseada, era tal o modo de construcção dos edificios e mesmo das habitações, *que houverão os nossos que entravão em algum porto d'estes reinos*, diz João de Barros. Instruido pelos successos precedentes, Vasco da Gama se houve com prudencia; contentou-se com vêr esta cidade africana, cujo aspecto enlevava as equipagens e lhes trazia á memoria os portos da Europa, mas não quiz n'ella penetrar. Em breve se apresentárão duas embarcações com certas personagens, que parecião d'elevada dignidade, as quaes entrando na capitania convidárão Vasco da Gama com toda a cortezia oriental a ir ao porto. Este era o costume, disserão elles, a que os estrangeiros não podião subtrahir-se. Vasco da Gama, entendendo que não havia alternativa, prometteo entrar no porto ao seguinte dia. Porem as festas da Pascoa servirão de motivo para deferir esta entrada solemne; e Vasco da Gama se contentou com enviar dous officiaes, que devião levar presentes ao chefe arabe, e ao mesmo tempo sondar as disposições da cidade. Forão provavelmente estas minuciosas precauções o que salvou a expedição. Em todo o caso, certas expressões do historiador das Indias nos provão que Vasco da Gama sabia com astucia responder á astucia, e que esta vez principalmente não foi baldada a sua circunspecção.

Ao terceiro dia, no momento em que numerosas embarcações lhe levavão uma multidão d'Arabes vestidos de gala e promptos a servir-lhe d'escolta, Vasco da Gama appareceo na coberta, e teve o cuidado de não admittir, em cada navio, mais que dez ou doze individuos; depois, ao som dos instrumentos e acclamações, mandou desferir as velas, «com grande jubilo de todos, diz João de Barros; dos Mouros, porque entendião que levavão uma preza desejada; dos nossos, porque se convencião de que, havendo encontrado uma nação tão ostentosa e obtido novas tão certas da India, seus trabalhos estavão acabados». Os Portuguezes achavão-se com tudo n'uma hora de perigo; «mas Deos, que os havia sempre encaminhado, não permittio que a vontade dos Mouros se executasse; e quasi milagrosamente livrou os Portuguezes revelando-lhes d'este modo as intenções dos Mouros.» A capitania, não obedecendo a manobra, ía descaindo para um baixio, Vasco da Gama vio o perigo, e mandou em continente lançar ferro; «porem, como segundo o costume dos nauticos, em similhante circunstancia, este mandamento não se póde executar sem que a equipagem corra de um para outro lado, logo que os Mouros, que nos diversos navios estavão, virão este movimento, entendendo que era descoberta a traição, que premeditavão, a seus barcos se arremeçárão no meio da maior desordem. Os que se achavão a bordo do navio de Vasco da Gama fizerão o mesmo, e todos, até o piloto de Moçambique, se lançárão do castello popa ao mar, tão geral foi o terror. Vendo Vasco da Gama e os outros capitães esta novidade inopinada, Deos lhes aclarou o entendimento para que pudessem comprehender a sua verdadeira causa. Sem mais demora resolverão os Portuguezes ausentar-se logo, e seguir o lançamento d'uma costa, que sabião que era mui povoada: elles podião effectivamente encontrar navios de musulmanos, que lhes dessem algum piloto. Pelo que toca aos Mouros, como havião comprehendido o que ía succeder, voltárão, n'essa mesma noite, remando sem ruido, com intento de cortar as amarras dos navios; porem a sua

maldade não teve resultado por serem ouvidos. Partido que foi d'este lugar de perigo, no dia seguinte, Vasco da Gama encontrou dous zambucos, que ião para a cidade. Os Portuguezes tomárão uma d'estas embarcações, só com treze Mouros (os outros arremeçárão-se ao mar): d'estes Mouros souberão os Portuguezes que mais ávante havia uma cidade, chamada Melinde, em que reinava um rei humano, que poderia dar-lhes piloto, que os levasse ás Indias.

João de Barros fez menção de Melinde e do seu rei; disse, d'algum modo, o fim d'esta progiosa viagem. Vasco da Gama, proseguindo a sua derrota, sem todavia abandonar a preza, que acabava de fazer, surgio, a 15 d'abril de 1498, no porto hospitaleiro, que os Mouros lhe havião indicado: n'este porto ancorou, exactamente no dia de Pascoa, cuja solemnidade era com tamanha pompa celebrada em todos os Estados christãos.

Um grande acto se acabava de executar, não só para Portugal, mas para os paizes da christandade, como então se dizia. Chegado que foi Vasco da Gama a Melinde, todas as difficuldades d'esta prodigiosa expedição se aplanárão, como por encanto. O rei d'aquellas regiões era musulmano, mas tinha coração de christão, assim dizem os poetas e cronístas. Tudo denotava, além d'isto, no seu modo de proceder, sabias vistas e uma rectidão d'intenções, que d'elle fazem um homem singular. Este rei convidou Vasco da Gama a visital-o no seu palacio; e, dizendo-lhe o capitão mór que uma ordem expressa do seu soberano o tolhia de saír a terra antes de chegar aos dominios d'ElRei de Calicut, o rei de Melinde não hesita em se confiar a estrangeiros, cujo valor admira. Então a pompa oriental ostenta, pela primeira vez, a sua magnificencia aos olhos dos Europeos, e mostra aos Portuguezes riquezas, de que só fraca idéa lhes havião dado as narrações de Marco Polo e Pero da Covilhan.

O author das Decadas nos faz tambem comprehender a superioridade, que, sobre estes povos, a artilheria deo aos Portuguezes, quando estes se apresentárão como senhores, e

não já como hospedes pacificos. Mandando Vasco da Gama salvar em honra do rei de Melinde, houverão os Mouros tanto medo do estampido dos canhões, que todos quizerão de repente fugir para terra.

Vasco da Gama mandou cessar as descargas da artilheria, e se foi ao zambuco em que estava ElRei de Melinde, e dados os parabens da boa vinda, houve entre elles completa confiança. O rei, agradecido d'este acolhimento cheio de franqueza, quiz visitar as diversas embarcações, e mostrou-se sobre tudo sensivel ao presente, que lhe deo Vasco da Gama, dos treze prisioneiros, que os christãos havião apprehendido no mar. Nos dias seguintes, nada interrompeo esta boa harmonia, e foi diante de Melinde que Vasco da Gama recebeo, pela primeira vez, o piloto fiel, ao qual justo é attribuir em parte o exito da expedição. Malemo Canaca, Mouro do Guzarate, logo que entrou em relação com os christãos, sinceramente se dedicou ao seu serviço, e não cessou de lhes ser invariavelmente affeiçoado. Vasco da Gama ficou satisfeito dos conhecimentos geographicos, que no dito Mouro observou, mórmente, diz João de Barros, quando elle lhe mostrou um mappa, em que se via desenhada toda a costa das Indias, orientado segundo o systema dos Arabes. — O historiador, que menciona certas particularidades technicas a este respeito, observa tambem que o novo piloto não mostrou surpreza alguma á vista dos instrumentos nauticos, de que os christãos usavão; elle deo mesmo, sobre este ponto noticias exactas, que deveria sempre reproduzir quem tiver de memorar a historia da sciencia.

Sem embargo da hospitalidade d'ElRei de Melinde, Vasco da Gama não fez longa residencia n'esta cidade; tinha pressa de chegar ao termo da viagem, e de conhecer por si mesmo a verdade das relações, que lhe havião feito. Reportando-nos á narração fiel de Fernão Lopes de Castanheda, que ás vezes se deve, a nosso entender, preferir a João de Barros, os ultimos dias d'esta estação não forão sem suspeita, e só por uma especie de violencia obtiverão os Portu-

guezes o guia, que com vehemencia desejavão. Em fim Canaca, o piloto de Guzarate, chegou a bordo, e n'uma terça feira, vinte e oito d'abril, os navios puderão dar á vela. Sem embargo da estação contraria, circunstancia conceituada depois como milagre, a passagem de Melinde a costa de Malabar executou-se com rapidez, e a navegação findou sem tormenta. No domingo vinte do mez de maio (1), o piloto avistou as montanhas de Calicut, e em continente foi pedir a Vasco da Gama alviçaras por tão boa nova: elle commetteo ainda assim um pequeno erro: julgando que ancorava em Calicut, foi surgir em Capacote, que d'aquella cidade dista legoa e meia. Numerosas embarcaçõès pequenas, conhecidas pelo nome d'almadias, rodeárão logo os navios e advertirão o piloto do seu erro. Rebocados pelas almadias, a capitania e os outros navios forão immediatamente ancorar defronte de Calicut.

Mui circunspecto para se apartar um momento das precauções de prudencia, que a sua situação lhe prescrevia, Vasco da Gama teve o cuidado de se conservar fora do porto, mandando todavia logo a terra um d'esses proscriptos, que então acompanhavão todas as expedições portuguezas. Taes homens nada tinhão a perder n'estas arriscadas correrias, e por um só acto de valor podião rehabilitar-se. O homem, que Vasco da Gama mandóu a terra, embarcou n'uma das almadias, que rodeavão os navios; e, logo que desembarcou animoso começou a caminhar para a cidade; « Do que sobremaneira se admirárão os habitantes de Calicut, diz Lopes de Castanheda, porque o seu traje era mui differente do dos Mouros, que lá ião do estreito; de modo que muita gente o seguia; e alguns individuos, que sabião fallar o ara-

(1) Os authores não são concordes sobre esta data: porem a differença, que entre elles se nota, procede provavelmente d'uma pequena confusão nos successos. Pedro Barreto diz que a armada vio terra a 16. Segundo Castanheda, o piloto de Guzarate avistou as primeiras terras da India a 17, e só trez dias depois fundeárão os navios portuguezes.

be, lhe fallavão, mas elle nada respondia, porque ignorava aquelle idioma, pelo que o povo estava maravilhado. . . . E entendendo os habitantes de Calicut que o homem recem chegado era Mouro, o levárão á pousada de dous Mouros, naturaes de Times, na Barbaria: um d'elles, chamado Montaibo (1), sabia fallar hespanhol e conhecia mui bem os Portuguezes, que depois disse ter visto em Tunes no tempo d'El-Rei D. João, em um navio que este monarcha muitas vezes lá mandava em busca de diversas cousas. Quando o banido entrou na casa, conhecendo Montaibo que elle era Portuguez, lhe disse estas palavras. — Eu te dou ao diabo, que aqui te trouxe —, e depois lhe perguntou porque modo elle havia ali chegado. O proscripto referio tudo ao Mouro, e lhe disse quantos navios tinha o capitão general. Montaibo, mui admirado de que elles pudessem ter ido ali por mar, lhe perguntou o que ião buscar tão longe; ao que o Portuguez respondeo que ião em busca de christãos e especiaria. Perguntou-lhe o Mouro porque não mandavão tambem lá os reis de França e de Castella e o senhorio de Veneza; ao que o banido respondeo que o não fazião porque não lho consentia El-Rei de Portugal. Montaibo disse que elle fazia mui bem em não o permittir; e mandou dar ao Portuguez bem de comer, offerecendo-lhe mel, e uns pequenos páos de farinha de trigo, a que os Malabares chamão *apas*. Quando elle acabou de comer, Montaibo lhe disse que voltasse para a armada, e que queria acompanhal-o para ver o capitão general. Chegado que foi o Mouro a bordo da capitania, disse em castelhano estas palavras: — Boa aventura, muitos rubins, muitas esmeraldas; deveis dar graças a Deos por vos ter guiado a uma região em que ha toda a especiaria, pedras preciosas e toda a riqueza do mundo! E quando os nossos as-

(1) O seu nome verdadeiro era Monçaide; porem os Portuguezes alterárão esta denominação admittida, diz Castanheda, por todos os que fizerão parte da expedição. Camões chama-lhe Monzaide.

sim o ouvirão fallar ficárão admirados, porque nunca pensárão que tão longe de Portugal houvesse homem que entendesse o seu idioma, e derão graças a Deos, derramando lagrimas de alegria. »

Nenhuma descripção por certo igualaria esta pintura da chegada dos Portuguezes ás praias da India. Vasco da Gama abraçou Montaibo, perguntou-lhe se era christão, informou-se do caminho, que elle seguira para chegar áquellas remotas regiões, e soube que fora a Calicut passando pelo Cairo. O mappa de Pero da Covilhan, que Vasco da Gama tinha presente ao pensamento, o tolheo d'experimentar uma surpreza igual á do Musulmano.

Pelo Mouro de Tunes souberão os Portuguezes como, n'aquelle momento, o Samori, soberano d'aquellas regiões, estava ausente da sua capital. O capitão general resolveo ainda assim enviar-lhe uma mensagem para lhe annunciar a chegada da armada, e a missão especial de que ía incumbido por ElRei de Portugal. Em consequencia d'esta resolução, dous Europeos partirão, e Fernando Martins, o interprete da expedição, os acompanhou. ElRei de Calicut acolheo os estrangeiros, déo-lhes alguns presentes d'objectos de pouco valor, e, prevenindo Vasco da Gama de que ia partir para o lugar da sua residencia habitual, lhe enviou um piloto, que devia fazer ancorar seus navios no porto de Pandarane, a mui pouca distancia de Calicut. O capitão general teve a prudencia de não aceitar este offerecimento, e de se conservar sempre prestes a fazer-se ao largo. Apenas havia elle lançado ferro, um mensageiro do Samori se apresentou a bordo, prevenindo os Portuguezes de que o seu soberano estava prompto a receber o embaixador d'ElRei de Portugal. Vasco da Gama aprazou o seu desembarque para o dia seguinte.

Chegou finalmente o dia vinte e oito de maio de 1598, e Vasco da Gama se preparou para fazer a sua entrada solemne e cimentar, pela sua visita ao soberano de Calicut, a mais memoravel expedição maritima, que até áquelle dia se havia feito. A persuasão, em que elle estava, de que a po-

voação da cidade era christã, lhe fazia desejar esta visita solemne com uma vehemencia, que nunca até então mostrára. Reportando-nos a Fernão Lopes de Castanheda, Vasco da Gama houve, n'esta occasião, de resistir ás patheticas advertencias de seu irmão, que trabalhou por fazer comprehender ao afouto capitão o que elle arriscava. Buscou persuadil-o de que, posto que desembarçasse no meio d'uma povoação christã, havião muitos Mouros na cidade; de que os musulmanos erão inimigos implacaveis, e de que convinha recear a renovação das traições de Moçambique e Mombaça: no seu pensamento, qualquer outro podia executar esta ultima parte da missão, o que não convinha a um capitão general; todos os commandantes adoptárão esta opinião. Porem n'este momento solemne, Vasco da Gama mostrou o sangue frio mais animador para os que o rodeavão, e a confiança, que a habilidade de seu irmão lhe inspirava. Tanto desconfiamos dos discursos compostos pelo historiador do decimo sexto seculo, quanto admittimos as razões breves e simples do cronista: tal foi em summa a resposta de Vasco da Gama:

« Ainda que eu soubesse que morria, não deixaria de
« ter uma conferencia com ElRei de Calicut, para me as-
« segurar se ha meio de travar com elle amizade e comer-
« cio.... E' preciso que se veja em Portugal que este des-
« cobrimento é uma verdade.... d'outro modo porião em du-
« vida a reputação devida á nossa honra. Aqui enviarão pes-
« soas para se assegurarem da sinceridade do que nós disser-
« mos.... Parece-vos que não deva eu preferir a morte ao
« soffrimento, que para nós haverá, se tivermos de esperar
« tanto tempo como gastámos, para que venhão affirmar-se
« de nossos meritos, e para nos ver julgar segundo toda a
« especie de caprichos pelos invejosos! Certamente para mim
« vale mais a morte. Além d'isto, senhores, não arrisco a
« vida tanto quanto julgaes....; por quanto vou a uma ter-
« ra em que ha christãos, e vou estar com um rei, que de-
« seja que introduzão numerosas mercadorias na sua cidade,
« em razão do grande lucro, que d'isto lhe deve resultar....;

« e se permittindo-o Nosso Senhor, obtenho a honra de tal « tratado, por nenhum preço a darei. . . . Se por meus pec« cados me prendem e me matão, melhor será que, ainda « á custa da vida, eu faça o que devo, do que ficar vivo sem « me atrever a fazel-o. Vós, senhores, ficai no mar, e em « caso sinistro, recolhendo-vos em bons navios, como vos é « possivel, levai a nova do nosso descobrimento. » Quando todos ouvirão a determinação de Vasco da Gama, accrescenta o antigo historiador, disserão: Seja assim!

Paulo da Gama ficava incumbido do mando da armada, e assentou em que doze pessoas acompanhassem o capitão general; a historia não conservou os nomes de todos os individuos presentes ao grande acto, que se ia executar; porém sabemos que, além do intrepete Fernando Martins, entre elles havião seis pessoas notaveis da expedição: Diogo Dias, o secretario de Vasco da Gama; João de Sá, que depois foi thesoureiro da Casa da India; Gonçalo Pires; um certo Alvaro Velho, que, segundo um escrito recente, fez um diario circunstanciado de tudo o que succedeo durante a navegação; e Alvaro de Braga, que pelo tempo adiante veio a ser secretario da alfandega do Porto. Comprehendendo Vasco da Gama, forão treze os Portuguezes, que sairão em terra; e, se nos lembrarmos das idéas religiosas d'aquelle tempo, não sem uma particular preoccupação se adoptou aquelle numero.

Desembarque dos Portuguezes em Calicut. — Devoção dos Europeos n'um templo indio.

Agora começa a narração puramente pittoresca do desembarque de Vasco da Gama, e a serie d'inopinados incidentes, que dão um caracter essencialmente original a este primeiro contacto dos Europeos com os povos do Indostão. Logo ao amanhecer, os escaléres da armada, empavezados e guarnecidos d'artilheria, estiverão prestes a receber o ca-

pitão general e a sua comitiva. As charamelas e clarins tocavão uma chamada triumphal. Os Portuguezes, vestidos de seda, mas com cuidado armados, sem embargo d'este luxo, depressa descerão para os escaléres, e remeiros vigorosos em breve os levárão a terra. Apenas puserão os pés nas praias de Panderane, uma personagem, que veremos fazer importante figura n'esta historia, se apresentou a recebel-os. O Catual (1), ministro do Samori, appareceo á frente de duzentos naires d'aquella região. Um palanquim, conduzido por seis homens, chegou então, e Vasco da Gama n'elle entrou, como chefe da missão. Os Portuguezes se puzerão em marcha para a cidade de Calicut, acompanhados por grande multidão de povo.

Porem a cidade estava ainda distante; era no inverno, as chuvas diluvianas dos tropicos podião de repente cair, pelo que os Portuguezes, e os mais que com elles ião, se apressárão. Havião preparado para Vasco da Gama um banquete em Capocate; o capitão general recusou participar d'elle; e, logo que os seus tomárão alguma refeição e descançárão, de novo se poz a caminho. Perto de Capocate, houve de passar um rapido rio sobre uma jangada. De todas as partes os Indios corrião para contemplar Vasco da Gama, que depois de navegar pelo dito rio, por espaço d'uma legoa, de novo desembarcou. Tudo ali denotava a visinhança d'uma grande cidade; navios se reparavão em ambas as margens do rio; vastas construcções se elevavão no meio dos palmares. Vasco da Gama mudou de palanquim; os seus continuavão a escoltal-o, e a multidão perseverava em o seguir augmentando d'um modo prodigioso. O acompanhamento chegou em fim diante d'um pagode em que os Portuguezes entrárão. Mui curioso se torna narrar aqui a impressão, que receberão á vista dos deozes indios. Deixemos fallar ainda uma vez Lopes

(1) O Catual exercia, e ainda exerce, um cargo puramente civil. Vid. o que a este respeito diz M. Warren. *A India em 1843.*

de Castanheda. « O Catual guiou o capitão general a um pagode de seus idolos, dizendo-lhe que era igreja de grande devoção, e assim o pensava o capitão, e mais ainda porque via por cima da porta principal sete pequenos sinos; adiante d'ella havia uma columna de bronze, da altura d'um mastro de navio a qual no cimo tinha uma grande ave tambem de bronze, que parecia ser um gallo. A igreja era do tamanho d'um grande mosteiro, toda fabricada de pedra de cantaria, coberta de telha, e mostrava ser por dentro mui formoso edificio. O capitão general folgou de a ver, e veio-lhe ao pensamento *que estava entre christãos* (1). Entrando com o Catual, forão recebidos por certos homens, nús da cintura para cima e para baixo cobertos com um pano até ao joelho, sem nada na cabeça, com certo numero de cordões (2) por cima do hombro esquerdo e por baixo do braço direito, do mesmo que os diaconos usão a estola quando officião. Estes homens chamão-se Cafres (3) e são gentios, que servem os pagodes do Malabar; elles lançárão agoa d'um vaso, com hysopo, por cima do capitão, do Catual e dos outros; e, feito isto, apresentárão-lhe pausandalo moido para porem sobre as cabeças (4), como se faz entre nós com a cinza, e

(1) Esta idéa foi mui levemente modificada pelo tempo adiante (se todavia o foi) pela maior parte da gente da equipagem. Isto é do que nos podemos convencer no Roteiro da viagem de Vasco da Gama, publicado no Porto em 1838, com algumas notas dos senhores Herculano e Paiva. Só pudemos, infelizmente, obter extractos d'esta preciosa obra.

(2) Vê-se que o adorno distinctivo particular aos bramanes não escapou á vista observadora dos Portuguezes. Vid. o que diz a este respeito o abbade Dubois — *Religião dos povos da India* — " E' necessario que o cordão, sagrado, usado na parte superior do corpo, seja d'algodão e de trez fios para um bramane, que o d'um *khatriya* seja de linho canamo, o d'um *vaisya* de lã fiada. „

(3) A palavra Cafre (*kafir*) significa infiel, e nada mais simples que esta denominação dada provavelmente pelo interprete Montaibo aos christãos, que o interrogavão.

(4) Esta conformidade d'um uso dos bramanes com uma ceremonia, que os christãos reverenceião, parece que foi o que nos

tambem na polpa dos braços, onde o capitão e os nossos não puzerão, porque estavão vestidos: e entrando n'esta igreja, virão muitas imagens pintadas nas paredes, algumas das quaes tinhão dentes tão compridos, que lhes saião da boca mais d'uma pollegada, e outras tinhão quatro braços e erão tão feias, que parecião demonios; o que fez com que os nossos duvidassem acreditar que estavão em igreja de christãos; e chegando ao meio da capella, que era no corpo da igreja, elles virão que ali havia um campanario, á maneira d'igreja cathedral, feito tambem de pedra ou cantaria. N'uma parte d'este campanario, havia uma porta de bronze, por onde podia entrar um homem, e por um degráo de pedra se subia a esta porta. No interior da capella, que era algum tanto escura, estava uma imagem, mettida na parede, que os nossos virão de fora, porque os não quizerão deixar entrar, fazendo-lhes signal que ninguem ali podia penetrar senão os Cafres, que mostrando a imagem fallavão em santa Maria (1), dando a entender que era a sua figura. Então pensando o capitão que assim era, se poz de joelhos, e com elle os nossos, para fazer oração. João de Sá, que duvidava de que a igreja fosse de christãos, por ter visto a fealdade das imagens, que estavão pintadas nas paredes, pondo-se de

ultimos fez mais impressão. Alguma differença ha todavia entre a applicação das cinzas e a especie de lustração em uso entre as Indias. « Os bramanes, diz um antigo viajante francez, os despedem, distribuindo-lhes certa massa parda, composta de pau sandalo ralado, com que cada um esfrega os hombros, a testa e o peito. » Esta ceremonia não é puramente religiosa, tambem é usada na vida civil.

(1) A imagem aqui designada pelo nome de Santa Maria representava provavelmente a deosa *Maha Madá* ou a senhora. Ella morreo sete dias depois do nascimento de seu filho *Shakya*; porem, em consideração do merito de haver trazido no seu ventre o senhor dos deoses, tornou a nascer no *Trauastrinska*. João de Barros ignora o nome da deosa, mas, referindo este facto de modo mui summario, insiste na persuasão em que estavão os Portuguezes, de que se achavão no meio dos povos outr'ora convertidos pelo apostolo São Thomé.

joelhos disse: « Se isto é um diabo, não tenho todavia outro intento senão adorar um Deos verdadeiro. » O capitão general, que bem o ouvio, se voltou para elle rindo. O Catual e os seus, quando chegárão diante da capella, se prostrárão inclinando as cabeças e erguendo as mãos; fizerão isto trez vezes, e depois se levantárão ficando a orar em pé. »

Os Portuguezes sairão em fim do templo; e, atravessando sempre uma immensa multidão, que os naires sem piedade dispersavão, chegárão ás portas de Calicut, onde entrárão n'outro templo; porem, seja que o tempo os apressasse, ou que as prudentes duvidas de João de Sá começassem a apoderar-se d'elles, promptamente sairão do referido templo para se irem ao palacio do rei. A multidão augmentava de tal modo, que elles forão compellidos a buscar refugio n'uma habitação, onde outro Catual, mais nobre que o precedente, usando das expressões de João de Barros, os foi encontrar. Este Catual ía acompanhado por quasi dous mil homens d'armas, e conduzio os Portuguezes á habitação do Samori. As trombetas e timbales não cessarão de soar; e tal era a curiosidade, que a presença dos Europeos inspirava a todo o povo, que foi indispensavel abrir-lhes passagem a golpes de cimitarra. Os historiadores contemporaneos dizem que muitos individuos forão cruelmente feridos.

Os Portuguezes penetrárão em fim na vasta sala em que o monarcha indio os aguardava, assentado sobre um estrado coberto de mui ricos estofos; ao lado tinha um grande vaso d'ouro, e um official do palacio d'elle tirava aromaticas folhas de *betel*, que de tempo a tempo lhe offerecia; outro vaso, do mesmo metal, recebia as folhas de que elle havia espremido o aroma. Vasco da Gama se adiantou: com um ár cheio de nobreza, para o principe, que saudou; e o Samori lhe deo signal com a mão para que se chegasse. Os outros Portuguezes tinhão-se assentado, por convite do monarcha, e offerecerão-lhes certos fructos do paiz, que elles aceitárão com sofreguidão, porque era grande o cançaço da jor-

nada (1). O Samori ria muito, diz Castanheda, da postura dos estrangeiros. João de Barros illustrou esta scena; Camões a revestio d'uma ineffavel magestade: era isto o direito da poesia; nós carecemos da verdade da historia. Grande foi esta conferencia pela dignidade, que Vasco da Gama soube guardar. Instigando-o o Samori a explicar o objecto da sua viagem perante a multidão, não só elle recusou fazel-o, mas insistio para que em continente lhe fosse concedida audiencia particular, accrescentando que tal era o costume dos reis do seu paiz. O monarcha indio se foi com elle a uma sala separada; e, graças aos interpretes, Vasco da Gama pôde declarar ao Samori os esforços, que á sua nação havia custado o descobrimento das Indias; insistio sobre o poder d'ElRei D. Manoel, sobre o desejo que este monharcha tinha, de concluir com o Samori um tratado, e terminou entregando-lhe as cartas de que o seu soberano o incumbira. Lembremos de passagem que, segundo toda a apparencia, estas cartas erão as mesmas endereçadas outr'ora ao Preste João. O soberano de Calicut aceitou, dizem os chronistas, a alliança, que se lhe propunha; porem importa observar, e a continuação da historia sufficientemente o prova, que foi um erro irreparavel apparecer diante d'um monarcha do Oriente sem levar presentes, cuja magnificencia servisse d'attestar um poder ainda ignorado, e que os musulmanos devião contestar.

Depois da audiencia, Vasco da Gama se ausentou com os seus. A noite era chegada; e, desde o principio, foi possivel notar a pouca benevolencia, diremos a especie de desdem, que os Europeos inspiravão. No extremo da cidade era situada a residencia, que foi assignada aos Portuguezes. Chovia copiosamente; a multidão continuava a seguil-os, como

(1) Notaremos de passagem que n'esta circunstancia offerecerão fructos mui communs, se é verdade que derão aos Portuguezes figos e jâcas, a que um antigo cronista chama especie de melão.

se fosse claro dia; e quando Vasco da Gama, que ia levado por homens, se queixou do enfado, que lhe causava a distancia, em noite tão tormentosa, o homem, que o guiava (era um Mouro a que o havião confiado), mandou trazer um cavallo para este chefe altivo, cuja colera principiava a assustal-o; porem este cavallo carecia dos accessorios indispensaveis para n'elle se poder cavalgar. Vasco da Gama com razão reputou esta circunstancia como uma affronta; tomou o partido de proseguir caminhando a pé, e chegou em fim á pousada, que lhe havião destinado, onde encontrou alguns dos seus, que tinhão ali chegado pouco tempo antes, com os presentes para o Samori.

Estes presentes devião ser examinados pelo Catual, antes que fossem offerecidos. Lopes de Castanheda confessa, com a sua sinceridade habitual, que elles erão na verdade mui pobres, e que excitárão a mófa do Catual, desde largo tempo costumado aos magnificos dons, que os Mouros não deixavão de fazer. Vasco da Gama, descontente com razão, proferio *algumas palavras asperas*, e declarou que se taes presentes não podião satisfazer o Samori, elle ia voltar a seus navios. O Catual se ausentou então, e um dia e uma noite decorreo sem que tornasse a apparecer. Desde este momento as palavras perfidas dos musulmanos produsião seus fructos. Os Arabes, com effeito, tinhão verdadeiro interesse em tolher que os estrangeiros se estabelecessem na costa do Malabar, para que deixassem de pôr em acção junto do soberano d'aquellas regiões quanto podia inspirar-lhes uma politica astuta; e, desde o dia em que os Portuguezes pisárão as praias de Calicut, um systema de inflexivel opposição e perfidas intrigas, que em breve ião mudar-se em ataques manifestos, estorvou os seus esforços.

A cidade de Calicut. — O Samori.

Se estivessemos no decimo sexto seculo, seria conveniente com João de Barros passar além d'esse braço do Ocea-

no, que separa a Africa ocidental da India, e repetir os magnificos termos de que o historiador se serve para explicar a seus leitores qual era o espectaculo, que á vista de Vasco da Gama se offerecia, e o que na realidade ía apresentar-lhe uma região, que por espaço de setenta e cinco annos se andou buscando. Porem, nem a gravidade do estilo, nem a forma quasi monumental, que o author das Decadas soube dar a suas descripções, nos faria penetrar o que hoje buscamos reconhecer, as commoções enthusiastas do passado, a curiosidade ignorante, sonhando, no seu ardor, com scenas maiores do que as que lhe são presentes, e finalmente o contraste singular de dous povos, que, tão diversos, pela primeira vez se encontrão. Se o historiador portuguez soube estabelecer os limites geographicos d'este vasto imperio; se, com mão de mestre, traçou o contorno d'aquella dilatada região, que, servindo-nos de suas proprias expressões, com justo titulo merece o nome de Mesopotamia; se, finalmente, elle soube aproveitar a narração de seus contemporaneos, para descrever o resumo das conquistas e judiciosamente estabelecer o que, por largo tempo, se soube da India, esta região, immudavel em suas formas, hoje nos apparece com um aspecto muito mais real que aquelle sob que se apresentava a João de Barros, e o que havemos omitido é o verdadeiro espirito, que animava os homens do descobrimento, é, n'uma palavra, o que João de Barros e Diogo do Couto nos transmittirão com um genio, que não se poderia contestar.

Calicut é ao presente uma pequena cidade da costa do Malabar, que pouco mais ou menos contem vinte mil habitantes (1); porem, antes das guerras d'*Hyder-Aly* e de *Typou-Sahcb*, offerecia mais importancia; e, pelo fim do decimo quinto seculo, era o emporio de todo o commercio entre a India e as regiões orientaes visinhas da Europa.

Pouco exacta idéa haveria com tudo d'esta cidade, quem

(1) Situada em 11.° 4′ de lat. N.

a representasse como algumas das cidades orientaes, de que Marco Polo e Mandeville nos deixarão a descripção, e que inflamavão o espirito dos viajantes durante a idade media. Edificada pelos Indios n'uma epoca pouco remota, apresentava alguns pagodes assás vastos, e o palacio do Samori era um edificio d'alguma importancia; porem as casas erão quasi todas construidas de madeira e cobertas de palma; e, em certas epocas do anno, o seu porto, capaz de conter numerosos navios, só abrigava algumas embarcações mui fracas para que fossem temiveis.

A povoação activa e numerosa d'esta cidade do Malabar era sujeita ao regimen das castas; e os unicos estrangeiros, que lá tinhão então alguma influencia, erão Arabes, aos quaes pertencia todo o commercio do mar Vermelho; a estes convem ajuntar alguns musulmanos das regiões occidentaes da Africa. Porem todos estes commerciantes, de qualquer região que fossem, devião, aos olhos dos Portuguezes confundir-se sob a denominação geral de Mouros, imposta, n'aquella epoca na Peninsula, a todos os Mahometanos, sem attenção ás regiões d'onde provinhão. Alguns d'esses innocentes sectarios, conhecidos pelo nome de christãos de São Thomaz, e de que mais tarde trataremos, apparecião de tempo a tempo no meio dos Indios e dos mercadores estrangeiros, cujo poder havemos assignalado: não parece que elles tivessem bastante influencia, ou que seus costumes fossem assás geralmente adoptados, para justificar a idéa, de que já fizemos menção, e que fez acreditar a certos Portuguezes, durante a viagem, que tinhão desembarcado no meio de povoações christãs, differentes só por algumas demonstrações externas, ou quando muito por leves modificações nas crenças fundamentaes. Estes homens, tão oppostos aos christãos pelas inflexiveis leis da casta, em breve se unirão com os musulmanos no odio instinctivo aos Portuguezes. A associação militar dos Naires, que parece haver gozado d'alto poder durante o decimo sexto seculo, participou mais que as outras classes da sociedade da repugnancia aos recem-chegados; e

o Samori de Calicut em breve se vio na necessidade d'excluil-os por um acolhimento pouco favoravel, ou de tirar-lhes a esperança d'um commercio importante, impondo a seus navios e fazendas direitos mui onerosos.

Residencia em Calicut — Discordia entre os Portuguezes e a authoridade.

Se nos reportamos a uma narração mui curiosa e raras vezes citada, que foi transmittida por Thomé de Souza, Vasco da Gama disse ao Samori de Calicut, que bastava a vontade d'ElRei D. Manoel para d'uma palmeira fazer um soberano tão poderoso como elle. Esta irritação, que na primeira viagem se manifestou, este despreso, com que o navegante portuguez se vio compellido a responder aos insultos mal disfarçados do soberano indio, proveio, segundo toda a probabilidade, da omissão d'uma pura formalidade diplomatica a que os Orientaes em todo o tempo annexárão a mais alta significação. Evidentemente os objectos, que Vasco da Gama levava, não erão dignos de ser offerecidos a um poderoso monarcha; e D. João II, que conhecia o espirito dos povos asiaticos, não teria talvez commettido este erro. Os ricos commerciantes d'Ormuz e Aden, que mui antigas relações arabes nos representão como fazendo um activo e rapido commercio com a costa do Malabar (1), souberão aproveitar esta circunstancia para destruir no espirito do Samori a impressão, que n'elle poderia haver produzido o aspecto guerreiro dos Portuguezes.

Os antigos escritores não nos deixárão infelizmente ácer-

(1) *Ibn Batuta* nos prova com que facilidade os musulmanos d'aquellas regiões podião ir ás Indias orientaes, não obstante a imperfeição de suas embarcações. Este viajante do decimo quarto seculo diz positivamente: "Já passei uma vez de Calicut, paiz situado nas Indias, a Dafar, e tendo um vento favoravel, que não cessou dia e noite, gastei vinte e oito dias em fazer esta viagem." Entre Dafar e Aden, por terra ha um mez de caminho pelo deserto. Vid. a traducção de José de Santo Antonio Moura.

ca do soberano de Calicut noticias bem circunstanciadas. Um dos sobreditos escritores affirma que aquelle soberano se chamava Glafer; porem difficil é reconhecer n'esta denominação um nome indio. Segundo a opinião mais plausivel, seria conveniente ver no titulo de Zamorim, ou antes Samori, como escreve João de Barros, uma contracção das duas palavras *Samoudri Râdjá*. Este principe pertencia á casta dos bramanes, visto que mais tarde se retirou, segundo uma das versões admittidas, no meio dos *Brahmatcharis*, ou bramanes penitentes do seu imperio, depois que perdeo a esperança de prevalecer sobre os Europeos. Em todo o caso, o reino de Kanará, onde elle governava, era um dos mais ricos territorios d'aquella dilatada costa, que se prolonga desde Goa até ao cabo Comorin (*Djebel Kamarun*), e cujo littoral toma entre os Indios o nome de *Maliwar*, que com pequena alteração havemos conservado.

O Kanará não tem mais que setenta legoas de comprimento; porem era mui povoado, e ali havião cidades taes como Mangalor, Cananor, Calicut (1), onde a melhor pimenta da costa constituia um immenso ramo d'exportações. Estas cidades devião fazer necessariamente affluir riquezas consideraveis para o interior do paiz. O *Bidjapur*, de que era Goa a capital, o reino de *Travancor*, onde se via essa cidade de Cochim, que ha de em breve fazer tão importante figura na historia das Indias portuguezas, estavão necessariamente em relação com o imperio a que aportarão os Portuguezes; porem formavão Estados perfeitamente independentes, assim como o *Mysore* (*Maisur*) o reino de *Travancor*, o *Karnatik*, a *Costa da pescaria*, o paiz de *Madura*, o *Marawah*, tão célebre na mythologia dos Indios, e finalmente o *Tanjaur*, que escapou sempre ao jugo dos musulmanos.

Não poderiamos referir aqui minuciosamente todos os

(1) Aqui reproduzimos a orthographia admittida ha seculos. Para ser conforme com a pronuncia dos Indios é necessario escrever *Mougaleire*, *Cananure Kali-Kut.*

dissabores, que Vasco da Gama experimentou, desde o dia em que se ausentou da audiencia do Samori. Compellido a permanecer na villa de Pandarane, ali careceo dos objectos, que costuma conceder a mais trivial hospitalidade, e chegou mesmo a padecer fome. Quando se lê a sincera narração, que nos deixou Fernão Lopes de Castanheda, fica evidente que, a não ser o terror inspirado pela artilheria dos novos portuguezes, nunca os christãos tornarião a ver a Europa: graças a um espirito de lealdade de que jámais se apartou, o digno Montaibo conseguio informar Vasco da Gama d'estas disposições malevolas. O catual exigia que os navios ancorassem defronte da terra e que seus lemes fossem entregues á authoridade; Vasco da Gama recusou com energia assentir a estas pretenções insolentes. Seja que uma nova decisão fosse transmittida pelo Samori, ou que a independente altivez do chefe da expedição inspirasse respeito ao ardiloso ministro, os Portuguezes puderão recolher-se a seus navios. Pactuou-se sómente que os christãos desembarcassem suas fazendas em Pandarane, e que Diogo Dias, assim como Alvaro de Braga, ficassem em terra para cuidar nos interesses da feitoria nascente. Com effeito, certas transacções commerciaes desde logo tiverão lugar, e o Samori mandou mesmo á sua custa levar a Calicut alguma das fazendas em troca das quaes os Portuguezes querião obter as preciosas especiarias, de que só os Venezianos bastecião então os mercados da Europa.

Era com tudo chegado o mez d'agosto, epoca da monção, e o piloto Canaca insistia que não deixassem passar a quadra em que a navegação podia ser mais favoravel. Vasco da Gama manifestou suas definitivas intenções ao soberano de Calicut, que exigio então uma somma exorbitante de seis centos xerafins por direito d'ancorajem no porto de Pandarane. Vasco da Gama recusou sujeitar-se a esta nova exigencia; foi em consequencia d'esta discussão, certamente estimulada pela astucia dos Arabes, que Diogo Dias e Alvaro de Braga se virão realmente prisioneiros. Com effeito, gran-

de numero de naires começárão a cercar a feitoria, com intento de tolher que os dous christãos pudessem alcançar os navios portuguezes. Por felicidade um preto, que os servia, conseguio escapar; e, graças a uma não vulgar perseverança em suas diligencias para salvar os christãos, pôde apoderar-se d'um barco em que foi ter com Vasco da Gama. Foi talvez a este pobre escravo que os Portuguezes deverão a vida, e poder o capitão general subtrahir-se ás ciladas, que o ameaçavão. Avisado a tempo por este preto fiel, Vasco da Gama fingio ignorar o que em terra succedia, permittio travar algumas relações com diversos Indios, que o engodo do lucro havia attrahido aos navios, e soube em fim dispôr as cousas de tal modo, que em breve doze individuos, d'uma casta mais elevada que aquelles com que se tinhão visto em relação, cairão em poder dos christãos e forão retidos a bordo do navio S. Gabriel. Então o capitão general escreveo uma carta ameaçadora ao Samori; e mandando bordejar ao longo da costa, provou-lhe que os doze refens respondião pela vida dos prisioneiros. Esta energica acção teve os resultados, que d'ella se esperavão. O soberano de Calicut, imputando ao Catual o que havia succedido, mandou pôr em liberdade os dous Portuguezes, que forão incumbidos d'uma carta official, endereçada pelo Samori a ElRei de Portugal. Diogo Dias e Alvaro de Braga chegárão a bordo; porem, cumpre dizel-o, um procedimento desleal respondeo a estas disposições pacificas: seis dos refens sómente forão por Vasco da Gama mandados para terra; e, em menoscabo das leis mais santas, deo-se ordem de partir, quando os desafortunados, que os Portuguezes levavão comsigo, estendião ainda para terra braços supplicantes. Singular lição dada áquelles povos! triste lembrança deixada por esta memoravel expedição! Já os navios vogavão para a Europa quando pela manhã se avistárão ainda sete almadias, que buscavão com diligencia alcançar os Portuguezes. Das almadias mostravão de longe as fazendas que pertencião á feitoria, as quaes ali levavão. Alguns tiros de canhão fizerão afastar as frageis embarcações;

Vasco da Gama annunciava aos Indios que a conquista ia começar.

Foi a vinte e nove d'agosto de 1498 que o capitão mór definitivamente se ausentou da costa; foi primeiro fazer aguada ás ilhas Angedivas, onde esteve a ponto de ser victima d'uma traição; util lhe foi a sua prudencia habitual, e elle navegou depois para a costa de Melinde. Esta ultima parte da navegação foi assignalada por um successo sinistro; o navio S. Raphael, em que ia Paulo da Gama, perdeo-se nos baixos, que anteriormente estiverão quasi sendo funestos á armada. Barreto de Rezende diz que esta perda não causou grande magoa a Vasco da Gama, em razão da fraqueza das equipagens. O capitão general mandou repartir pelas outras embarcações a gente do navio S. Raphael. Tendo chegado a Moçambique, foi dobrar o cabo de Boa Esperança.

Vasco da Gama proseguio a sua viagem sem experimentar incidentes notaveis até ao momento em que chegou ás paragens de Cabo Verde. A vinte de março de 1499 sobreveio uma violenta tempestade, e o capitão mór perdeo de vista os dous navios, que de conserva com elle navegavão. A grande nova, de que Vasco da Gama era o portador, não devia ser annunciada a ElRei D. Manoel pelo homem, que fora alma da expedição, e cuja prudencia tudo havia salvado. Nicoláo Coelho, que mais tarde se vê figurar na historia do Brazil, julgando que o capitão general ía adiante, continuou a navegar para Lisboa, e entrou a barra no dia vinte e nove de julho.

Em quanto na capital do reino de Portugal se regozijavão do não esperado successo d'esta temeraria viagem, tristes cuidados retinhão Vasco da Gama. O leal companheiro de seus trabalhos, e irmão ternamente âmado, que com seus conselhos o auxiliava, ía finar-se da lenta enfermidade, que o consumia, n'uma das ilhas dos Açores. Prevendo o proximo fim de seu irmão, Vasco da Gama commetteo o mando da capitania a João de Sá, e passou de São Miguel á ilha Terceira, onde cumprio os derradeiros deveres para com um

irmão desafortunado, cuja abnegação pathetica os historiadores tem muitas vezes esquecido. « Esta morte sobre maneira pungio o coração de Vasco da Gama, » diz um antigo escritor; elle partio da ilha Terceira e veio, por assim dizer, furtivamente a Lisboa, n'uma caravella, em quanto João de Sá trazia o seu navio. A vinte e nove d'agosto de 1499 entrou Vasco da Gama no porto, d'onde partira trez annos antes, sem saber se tornaria a ver o pequeno eremiterio da ordem de Christo, onde tão religiosamente havia feito oração.

Pouco tempo depois, ElRei D. Manoel lhe conferio o titulo d'almirante dos mares da India, e o nomeou conde da Vidigueira. Concedeo-lhe tambem, o que n'aquelle tempo era grande honra, a faculdade de se assignar Dom Vasco: uma longa desgraça devia succeder a estes primeiros favores.

Segunda expedição ás Indias orientaes.

« No anno de 1500, diz Rezende, o serenissimo rei de Portugal D. Manoel, expedio para as regiões da India uma armada composta de doze navios. Pedro Alvares Cabral, gentil-homem da sua casa, foi nomeado capitão general da referida armada.... Dez d'estes navios tinhão ordem de navegar para Calicut, os outros dous devião ir a Sofala, para ali estabelecerem relações commerciaes.... Ora, n'um domingo, 8 de março d'este mesmo anno, achando-se todos prestes para a viagem, nos fomos a duas milhas de distancia a um lugar chamado Rastello, onde se eleva o convento de Belem, e ali foi ElRei em pessoa entregar ao capitão mór o estandarte real. »

Por estas palavras começa, um cronista bem conhecido, a narração da memoravel expedição, que seguio a de Vasco da Gama. Não poderia ser nosso intento seguir agora passo a passo os ousados navegantes, o caminho estava traçado, e carecemos d'espaço para recordar, ainda que de modo summario, os inopinados incidentes, que davão um caracter tão pintoresco áquellas primeiras navegações. Todavia

n'esta houve um acontecimento mui memoravel, para que o passemos em completo silencio: a vinte e cinco de março, havião os navegantes dobrado o cabo Verde, quando depois d'alguns dias de navegação se suscitou uma tormenta, que desviou a armada do seu rumo; a vinte e quatro d'abril, ella estava outra vez á vista de terra. Passados dous dias, Pedro Alvares Cabral ouvia missa nas praias floridas d'uma terra desconhecida, no meio de córos formados por tribus selvagens, que ante a cruz se inclinavão: a terra de *Santa Cruz* estava descoberta, o vastissimo imperio do Brazil pertencia a Portugal, e para dar á Europa esta pacifica conquista bastou um dia (1).

De modo singular contrasta esta pacifica arribada com os esforços e sangue que a conquista das Indias devia custar (2). A dous de maio, Pedro Alvares Cabral de novo se fez á vela dirigindo-se para o cabo de Boa Esperança, e havendo resistido a uma espantosa tormenta, que dispersou a armada, surgio em Calicut a treze de setembro do anno de

(1) O descobrimento do Brazil depende essencialmente da Historia de Portugal; porem havemos tratado amplamente este assumpto n'um dos volumes do *Universo*. Remettemos o leitor para a relação de Pedro Vaz Caminha, o unico documento verdadeiramente digno de fé, que refere d'um modo circunstanciado este grande acontecimento. A carta do escrivão da armada ao mando de Pedro Alvares Cabral, foi por nós dada por extenso nas *Croniças cavalleirosas d'Hespanha e Portugal*, t. II. Folgamos de lembrar a este respeito um facto, que os ultimos trabalhos de M. Ternaux-Compans tornão d'incontestavel evidencia: navegantes normandos apparecerão n'aquellas paragens immediatamente depois do descobrimento de Pedro Alvares Cabral.

(2) Não queremos dizer que o estabelecimento dos Portuguezes se executasse n'uma extenção de mil e duzentas legoas de costa sem effusão de sangue, mas é certo que as primeiras relações dos Americanos da raça tupica forão assignaladas por danças solemnes e pelo respeito religioso, que acolheo os Europeos em quasi todos os lugares não explorados do novo mundo. A guerra com as tribus indias só começou na epoca em que os donatarios das capitanias pretenderão atacar a liberdade d'aquella raça independente.

1500, depois de ter arribado a Moçambique, Melinde e á pequena ilha Anchediva. Taes havião sido os incidentes da viagem e a violencia da tempestade, que Pedro Alvares Cabral não tinha já comsigo mais de seis navios quando foi ancorar á distancia d'uma legoa da cidade india.

Porque esta vez fosse melhor informado da verdadeira força dos Portuguezes, ou porque tivesse por conveniente dissimular para preparar a defensa, o Samori pareceo acolher com uma especie de zelo os estrangeiros. Depois d'algumas difficuldades facilmente removidas, trocárão-se refens, e o Samori recebeo o novo embaixador. O soberano indio rodeou-se esta vez d'uma pompa, que não manifestára quando Vasco da Gama ante elle se apresentou. Muito mais sciente do ceremonial, que devia existir entre a nação portugueza e os povos do Oriente, Pedro Alvares Cabral era portador de presentes, cuja magnificencia, se não o excedia, igualava certamente o fasto ostentado pelos Mouros, quando renovavão suas embaixadas (1). Comtudo, a despeito d'estas demonstrações amigaveis, desde a origem se vio quão pouco se devia confiar em convenções, que sempre carecião da intervenção dos musulmanos; por mediação d'Ayres Correa se chegou a celebrar em fim um tratado, que se gravou sobre uma lamina de bronze. Porem provou-se que ha cousa mais duravel que as convenções exaradas no metal, e que os odios de raça e de religião, escritos no fundo dos corações, durão mais

(1) Em Ramusio se encontra uma longa narração de todo esse esplendor oriental, que n'esta occasião os Portuguezes igualárão. Para dar uma idéa do luxo de que o Samori se rodeou, diremos que estava de tal modo coberto de pedras preciosas, que, segundo as proprias expressões do companheiro de Pedro Alvares Cabral, não havia no mundo somma, que pudesse pagar similhante profusão de joias. A sua cadeira era de prata maciça; as quinze ou vinte trombetas, que em torno do seu palaquim soavão, erão do mesmo metal: dizem que trez erão d'ouro, e uma d'ellas tinha tal peso e tamanho, que se tornavão necessarios dous homens para sostel-a. No bocal d'estes magnificos instrumentos resplandecião circulos de rubins.

que similhantes tratados. Depois que o Samori se servio d'uma caravella portugueza para se apoderar d'um grande navio inimigo, que transportava, entre outras cousas, elephantes de guerra; depois que elle vio por si mesmo o prodigioso poder, que a artilheria europea podia dar, contemporizou por alguns dias, depois pesou as vantagens das duas posições; obedeceo, n'uma palavra á politica habitual dos Indios. Um inopinado successo veio provar-lhe que não podia por largo tempo conservar a sua apparente neutralidade entre os christãos e mahometanos. Havendo-se Pedro Alvares Cabral apoderado d'um navio dos Mouros carregado d'especiarias, esta acção violenta e que não explicárão claramente os historiadores coevos, suscitou a indignação dos commerciantes arabes, desde muito tempo tolerados em Calicut. Estes commerciantes se ajuntárão e sairão pela cidade clamando contra os christãos. O Samori não fez demonstração alguma em favor dos novos hospedes; os Mouros se arrojárão sobre os Portuguezes, que acommetterão d'improviso; porque estes ignoravão completamente o que acabava de succeder. Na praia começou um primeiro combate, os Arabes matárão trez homens e perderão oito. Desde a primeira peleja se notou entre os combatentes essa desigualdade de forças, que parece ser um dos caracteres distinctivos das guerras da India. Depois de resistirem por largo tempo á multidão armada, que sobre elles se precipitava, sessenta Portuguezes, que juntos se achavão, se virão compellidos a buscar refugio nos edificios da feitoria onde Ayres Correa commandava. Os Mouros começárão então o ataque d'esta simples habitação, onde os Portuguezes não puderão reunir forças mui consideraveis. Os agressores erão pouco mais ou menos trez mil, e não tiverão difficuldade em derribar os muros d'uma casa, que não fora construida com intento de resistir a um assedio. Ayres Correa pedio soccorro á armada, e continuou uma porfiosa resistencia; porem, vendo que não podia por mais tempo sustentar-se contra a multidão, tomou a resolução de abrir com a espada caminho até á praia onde estava certo de que

seria recolhido pelas embarcações portuguezas, que até então só havião feito um fogo inutil. N'esta sortida, tentada com resolução digna de melhor sorte, Ayres Correa perdeo a vida com mais de cincoenta Portuguezes: vinte homens pouco mais ou menos conseguirão escapar (1) á matança e puderão chegar á armada. Pedro Alvares Cabral reputou então o tratado, que acabava de concluir com o Samori, como quebrantado: em continente se apossou de dez navios, que pertencião aos commerciantes arabes e estavão ancorados no porto: a gente, que n'elles se ancontrou, foi morta sem piedade. Tanta violencia intimidava a povoação india, e depois d'esta façanha os Europeos se virão ameaçados pela fome; porem felizmente trez elephantes, que ião certamente ser transportados para alguma cidade da costa, se acharão a bordo dos navios arabes e servirão para alimento dos Portuguezes. Depois d'este rompimento, Pedro Alvares Cabral se ausentou de Calicut e foi pedir asilo ao soberano de Cochim. No caminho tomou duas pequenas embarcações, que ião em demanda do porto, que elle acabava de abandonar. A cidade de Cochim, como é sabido, dista trinta legoas portuguezas de Calicut, e o seu soberano que havia declarado guerra ao Samori, recebeo com benevolencia os estrangeiros; havia porem a difficuldade de se entenderem para que pudessem estabelecer as bases d'um tratado: n'esta circunstancia, um Guzarate, que por sua vontade vinha para Portugal, servio d'interprete entre Pedro Alvares Cabral e o monarcha indio. Depois da troca de refens, forão estipuladas certas convenções commerciaes. Porem havendo ElRei de Calicut enviado ás agoas de Cochim uma armada de oitenta e cinco velas pouco mais ou menos, Pedro Alvares Cabral julgou conveniente evitar o combate para se ir ao reino de Cananor. Posto que este capitão general fosse certamente homem eminente, impossivel é palliar aqui o seu procedimento, porque se ausen-

(1) D'este numero foi o filho d'Ayres Correa, e mais tarde o veremos com gloria figurar nas guerras da India.

tou levando os refens e abandonando os Portuguezes, que então se achavão em terra. Em Cranganór, a algumas legoas de Cochim, Alvares Cabral encontrou uma mulher moura de Sevilha, e dous christãos de São Thomé lhe pedirão passagem para ir a Roma. Os conhecimentos positivos, que se adquirião do paiz, ião sempre crescendo. Em Cananor, Pedro Alvares Cabral estabeleceo relações d'amizade e completou a sua carga com cem bahares (1) de canela, que lhe forão dados á primeira requisição: tambem, segundo dizem, obteve do soberano indio que um de seus vassallos o acompanhasse a Portugal: *era um fidalgo*, diz ingenuamente o velho cronista, que nos serve de guia; o que significa que o mensageiro pertencia a uma elevada casta (2): um feitor portuguez, chamado Pedro Alvares, ficou em Cananor. O capitão general fez-se á vela e, no ultimo dia do mez de janeiro, estando já no meio do golfo de Melinde, tomou um rico navio; porem sabendo que era de Cambaya, o deixou ír livremente, tirando-lhe com tudo um piloto. Sem embargo d'esta precaução o navio, que Sancho de Tovar commandava, dando n'um baixo soçobrou com a sua importante carregação d'especiarias; a equipagem porem salvou-se. Havendo com felicidade dobrado o cabo de Boa Esperança, que avistou pela Pascoa, Pedro Alvares Cabral chegou a *Bezenegue* não longe de Cabo Verde, onde encontrou uma pequena

(1) Peso da India Portugueza. João de Barros diz que é igual a quatro quintaes; Damião de Goes, que é igual a trez quintaes, trez arrobas, e dezoito arrateis portuguezes.

(2) O que poderia dar azo a duvidar d'este facto, é não parecer verosimil que um bramane, ou *schatrya*, voluntariamente perdesse a sua casta pelo contacto com os estrangeiros. A cada instante se vê, lendo com attenção as relações primitivas, a desesperação, que dos refens se apoderou, quando se virão obrigados a infringir as leis do bramanismo. Uns se lanção a nado, arriscando-se a morrer para não tomarem alimentos prohibidos; outros trez, dias permanecem sem comer, parecendo antepôr a morte mais cruel a uma existencia profanada. O tempo pouco modificou este respeito á lei religiosa.

frota, que provavelmente navegava (1) para essa terra de Santa Cruz, cujas maravilhas Pedro Vaz Caminha na sua famosa carta annunciara a ElRei D. Manoel, e proseguindo sua viagem para Portugal, chegou ao porto de Lisboa pelo fim do mez de julho, só com seis navios dos doze de que a expedição constara.

Expedição de João da Nova. — Descobrimento da ilha da Conceição e de Santa Helena.

Antes da volta da armada ao mando de Pedro Alvares Cabral, ElRei D. Manoel tinha já expedido para as Indias orientaes outra armada composta de quatro velas, a qual partio no mez de março de 1501, e fez alguns descobrimentos. Foi João da Nova que primeiro vio a ilha da Conceição, e lhe impôz o nome por que depois foi conhecida; tambem foi elle que avistou primeiro o rochedo de Santa Helena. Como se o infortunio désse ás vezes o dom profetico, quando Antonio Galvão teve noticia do nome d'esta ilha, exclamou: «*Santa Helena cousa pequena, mas muito nomeada* (1)».

(1) Nem João de Barros, nem Fernão Lopes de Castanheda fazem menção d'esta expedição; não se póde com tudo rejeitar o testemunha do escritor, que acompanhava Pedro Alvares Cabral, o qual diz positivamente: *Encontramos trez navios, enviados por ElRei de Portugal para descobrir a terra nova*, que quando iamos para Calicut haviamos achado. Era Americo Vespucio o capitão mór d'esta pequena frota? Confessemos que algumas palavras mais acrescentadas pelo author da relação, inserta em Ramusio, terião dado fim a muitas discussões. Uma memoria, publicada em 1842 pelo visconde de Santarem, estabeleceo provas, que podem fazer negar esta expedição. O exame attento d'alguns escritos preciosos não nos fez descobrir cousa alguma, que se possa allegar em favor de Vespucio. Fundando-nos outr'ora na opinião de sabios como Cazal e Pizarro, haviamos considerado como real a expedição d'Americo Vespucio em 1501; compellidos somos porem hoje a rejeitar os textos, que elles consultárão.

(1) Vid. Antonio Galvão, *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, p. 36. Antonio Galvão havia, como é notorio, em-

Corte Real e seus descobrimentos.

A fora estas importantes explorações, a expedição de João da Nova pouco adiantou os negocios d'ElRei D. Manoel nas Indias orientaes; porem n'aquelles tempos d'infatigavel ardor, n'aquella epoca em que tão differentes dos Venezianos e Hollandezes se mostravão, os Portuguezes cuidavão na gloria antes de pensar no ouro. A's vezes voltavão suas vistas para regiões em que só havia uma aspera natureza a explorar e grandes perigos a correr, unicamente para augmentar os conhecimentos geographicos, cujo valor presentião. Exactamente no anno em que foi descoberto o Brazil, Gaspar Corte Real pedio a ElRei D. Manoel a faculdade de sair para o norte; partio da Terceira com dous navios aparelhados á sua custa e chegou á terra desolada, que tem o seu nome, adiantando-se até ao quinquagessimo grão. Fatal lhe devia ser segunda expedição áquellas paragens, e debalde em busca d'elle foi seu irmão Miguel Corte Real, aparelhando para isso trez navios á sua custa. Gaspar Corte Real pereceo sem duvida alguma, por quanto dous dos navios de que constava a sua pequena frota, conseguindo sair dos gelos, vierão a Portugal, depois de haverem feito inuteis indagações para encontrar o capitão. A terra de Corte Real traz á memoria grande animo e ao mesmo tempo grande dedicação.

Influencia da segunda e terceira expedição dos Portuguezes ás Indias.

A viagem de Pedro Alvares Cabral mudou completa-

geitado o titulo de rei, e acabou seus dias no hospital, em que dezesete annos residio. Este homem tão singular comprehendia a importancia do novo descobrimento como lugar d'arribada, o que desde o começo do decimo sexto seculo lhe inspirou a feliz expressão aqui reproduzida.

mente certas idéas admittidas até então, e que não havião podido modificar as imperfeitas noções recolhidas por Vasco da Gama. O monarcha christão, a que davão o nome de Preste João, e ao qual attribuião um poder imaginario, desappareceo das Indias: sabido foi em fim o que erão esses sectarios de São Thomé de que povoavão as ricas regiões orientaes, e necessario se tornou reduzir este povo innumeravel a vinte mil individuos pouco mais ou menos (1), tolerados mais depressa que vivendo independentes atraz das montanhas de Cochim. Principiou-se a descobrir o que havia d'immudavel nas instituições de *Brahma*, e o austero jejum a que se condemnavão os refens deixados a bordo da armada christã, revelou resistencias religiosas, que mal se podião suspeitar. O regimen das castas se offereceu aos Europeos na sua verdadeira essencia, com suas inflexiveis leis e principios rigorosos. Melhor se comprehendeo ao mesmo tempo a influencia musulmana sobre as timidas povoações; e quando o soberano, obrigado pelas exigencias dos estrangeiros a explicar-se de modo positivo sobre o partido, que á vista de seus antigos hospedes ía tomar, declarou que não podia assim expulsar cinco mil familias do seu imperio, com uma só palavra fez comprehender aos Portuguezes a terrivel luta, que os Mouros ião travar. Pedro Alvares Cabral tinha a bordo da armada a seu mando alguns homens habeis e dotados de verdadeiro espirito d'observação, o que bem prova a carta de Pedro Vaz Caminha, escrita durante a demora no Brazil. Estes officiaes distinguirão no meio das magnificencias indias, o espirito particular e profundamente original, que animava aquella sociedade. D'um só golpe de vista conhecerão a superioridade, que ía dar-lhe a sua artilheria sobre os naires habeis cavalleiros, que só possuião algumas bocas de fogo difficeis de mover, e que respondião a suas descargas de ba-

(1) Alguns escritores do decimo sexto seculo reduzem singularmente este numero, visto que não o fazem subir a mais de trez mil individuos, o que nos parece exageração contraria.

camarte ou espingarda com tiros de frecha, de que para livrar os Europeos bastavão as redes d'abordagem. Desde logo a conquista não foi duvidosa para os Europeos, que não se demorárão em transmittir a sua persuasão ao animo do soberano.

Segunda expedição de Vasco da Gama. — Incendio d'um navio do Soldão do Egypto.

D. Vasco da Gama achava-se revestido do titulo d'almirante das Indias, um grande trabalho lhe restava a executar, tinha de fazer respeitar o nome portuguez nas remotas regiões, que havia descoberto, para o que ElRei D. Manoel lhe subministrou os meios. Dezenove ou vinte caravellas bem armadas forão postas á sua disposição, e elle partio de Lisboa, com esta armada, a dez de fevereiro de 1502. Independentemente de qualquer outro motivo, o almirante parece haver sido n'esta circunstancia preoccupado do dezejo de fazer pagar caro aos musulmanos a morte de Correa. N'isto havia ao mesmo tempo uma questão de religião e uma lembrança d'amizade; o acaso favoreceo esta sede de vingança, que se havia apoderado dos chefes da armada. Já Vasco da Gama sulcava os mares da India, quando encontrou um grande navio, que pertencia ao soldão do Egypto, e ía carregado por conta d'um dos principaes commerciantes de Calicut.

O *Merii*, assim se chamava este navio, transportava grande numero de musulmanos de diversos paizes, os quaes os Portuguezes no seu odio confundião sob a geral e pouco exacta denominação de Mouros: estes infelizes voltavão de cumprir a romaria da Mecca, e com sigo levavão mulheres e crianças. Vendo os musulmanos o numero dos navios de que constava a armada portugueza, entenderão que seria baldada a resistencia, mas esperárão que uma conciliação pecuniaria poderia salval-os da escravidão. O Arabe, de principal jerarchia entre os passageiros, mandou fazer ao almirante christão grandes offerecimentos, que forão engeitados; queria na

sua desesperação entregar-se como refens; tudo foi inutil. Vasco da Gama deixou a estes infelizes um momento d'esperança, porque recebeo o ouro do resgate, porem depois ordenou que levassem o navio para longe da armada e lhe puzessem fogo. Os miseraveis, que n'elle estavão, conseguirão uma vez extinguir o incendio;.... o almirante renovou a sua ordem cruel. Os musulmanos comprehenderão que era inevitavel a morte, e se resignárão ao espantoso sacrificio; porem as pedras, que servião de lastro ao navio, offerecerão armas á sua energia. Uma ocular testemunha, que nos deixou esta narração escrita com profundo sentimento de piedade, refere que o interior do navio offerecia uma visivel representação do inferno. As mulheres mostravão seus filhos, no meio do clarão das chammas, a Vasco da Gama; e os homens fazião signal de que ainda era tempo de arrebatal-os á morte. N'uma segunda feira trez d'outubro do anno de 1502 teve lugar este acontecimento, e Thomé Lopes acrescenta que toda a sua vida conservára tão cruel lembrança. O digno escritor confessa que os musulmanos estiverão a ponto de triumphar, o navio escapou á armada dos christãos. Vasco da Gama o perseguio por espaço de quatro dias e quatro noites; um traidor entregou os seus; o combate se renovou com novo furor, e foi tal que se vião os infelizes arrancar as frechas, que os ferião, e arremeçal-as á seus inimigos: só as chammas puderão deter este derradeiro esforço do valor; quasi todos os musulmanos perecerão.

João de Barros, que tambem relata este espantoso acontecimento, observa que o almirante salvou obra de vinte crianças, que forão educadas christãmente e com o andar do tempo servirão com valor nos navios do Estado. Thomé Lopes dá a entender que as cousas assim tiverão lugar, mas não o diz expressamente (1). Acreditemos por honra de Vasco da Ga-

(1) *Navegação das Indias Orientaes escrita em portuguez* por Thomé Lopes. Esta preciosa memoria foi recentemente publicada pelo sabio Adolfo Varnhagen: n'ella se lê que o almirante *repartio*

ma que esta passagem das Decadas não foi inspirada por uma piedade tardia.

Este terrivel episodio da segunda viagem de Vasco da Gama bem faz comprehender em que espirito e com que resoluções o almirante navegava para a costa do Malabar. Não foi a Calicut, como primeiro fizera, diante da capital d'um reino visinho, em Cananor, lançou ferro. Ali teve uma conferencia com o velho soberano d'aquellas regiões. Em a narração de Thomé Lopes, e principalmente na habil relação, que João de Barros nos deixou, se podem lèr as principaes circunstancias d'esta conferencia. O almirante queria, esta vez, exceder, por sua magnificencia guerreira, a impressão, que podia haver deixado a sua primeira viagem. Da sua parte o velho soberano, que reinava em Cananor, desejava certamente, carecendo de verdadeiro poder, causar impressão aos estrangeiros por um fasto, de que elles não tinhão sido ainda testemunhas n'aquellas partes. A conferencia solemne teve lugar. Vasco da Gama pretendia celebrar um tratado immediato, cujas difficuldades lhe parecia que devião ser aplanadas por Payo Rodrigues, que João da Nova em Cananor deixára. As timidas observações do velho soberano, suas delongas devidas ás importunações dos musulmanos, não fizerão mais que irritar o almirante, que se ausentou deixando em frente de Cananor Vicente Sodré, um dos commandantes da armada, para aguardar os resultados d'uma carta, por elle almirante escrita ao soberano indio, e que lhe deixava, sob uma apparente moderação, ver a sorte reservada a quem ousasse oppôr alguma resistencia. Vasco da Gama ainda não estava defronte de Calicut quando o timido soberano se sujeitou.

Navegando os Portuguezes para esta cidade seguindo o lançamento da costa, um zambuco, conduzindo muitos naires, abordou o navio almirante: o Samori enviava uma men-

pelos diversos navios da armada os Mouros, que no zambuco estavão. Vid. Capitulo XIII.

sagem ao hospede terrivel, que offendera; pretendia antes de tudo, que a represalia exercida no navio incendiado fizesse esquecer a morte de Correa; sujeitava-se depois a diversas conciliações, que, debaixo de timidas fórmas, mostrávão certo espirito de concordia. Altiva foi a resposta; diz uma testemunha da conferencia, e Vasco da Gama declarou que só admittiria disposições novas depois da completa expulsão dos musulmanos. Dado este *ultimatum*, o almirante seguio á vante; porem ainda não havia lançado ferro diante da cidade india, quando recebeo resposta do Samori, que aos christãos offerecia diversas vantagens, mas que positivamente dizia que não lhe era possivel expulsar de Calicut mais de quatro mil familias mouras, que desde largos annos ali se achavão estabelecidas (1). Vasco da Gama reputou esta resposta como equivalente a um rompimento, e desde logo dispôz tudo para o bombardeamento da infeliz cidade, que trez annos antes o havia acolhido, com uma curiosidade desdenhosa mais depressa que com sentimentos de manifesta hostilidade.

E antes de romper o fogo, diz João de Barros, o almirante escreveo ao Samori, por um dos idolatras tomado n'um dos barcos, annunciando-lhe que se até ao meio dia não houvesse resposta do que por tantas vezes lhe mandára dizer, ao fogo entregaria a sua cidade. E como passado este termo a resposta não chegou, Vasco da Gama deo ordem a todos os navios para que nas vergas fossem enforcados os Mouros, que elle lhes enviara; e depois d'esta acção, que aos da cidade offerecia um espectaculo de grande dôr, o bombardeamento começou e durou todo o dia, causando

(1) Quem quizer ter exacta idéa das mui antigas relações entre os musulmanos e os Indios d'aquellas regiões, deve recorrer ao excellente trabalho ha pouco publicado por M. Reinaud na — *Revista asiatica.* — Curioso é ver um viajante musulmano do undecimo seculo pintar suas impressões á vista das cidades indias reproduzindo mesmo as grandes tradições historicas d'aquelles povos, de que aclara a cronologia.

grande estrago e a morte de muita gente. Porem perto da noite, para infundir maior terror, o almirante ordenou que fossem degollados os Mouros, que tinhão sido enforcados. A trinta e duas cabeças d'estes infelizes mandou ajuntar as mãos e os pés; todos estes restos forão metidos n'um barco, com uma carta dizendo que aquelles homens não erão por certo os mesmos, que havião dado a morte aos Portuguezes, mas que, se bastava com tudo o seu parentesco com os habitantes para justificar o seu supplicio, desde logo se podia prever quanto mais cruel seria ainda o castigo reservado aos authores da traição. E este barco foi, por ordem do almirante, conduzido por um certo André Dias, que veio a ser almoxarife do armazem real: depois, chegada a hora em que a maré enchia, Vasco da Gama mandou lançar ao mar os corpos mutilados, para que fossem encalhar na praia, e toda a gente visse o que podia custar uma traição urdida contra os Portuguezes; tudo isto mostrando o modo por que estes devião vingar qualquer agravo, que se atrevessem a fazer-lhes. Este incidente de tal modo espantou a gente da cidade, que no dia seguinte, quando o almirante se dispunha a proseguir a obra da vespera, ninguem appareceo na praia; porque a povoação, como uma das raças mais pusillanimes, abandonava os lugares visinhos do mar, e os Mouros, a que tinha commettido sua defensa, não ousavão mostrar-se; e, pelo contrario, se conservavão no recinto dos entrincheiramentos ao abrigo das obras, que havião construido. Tudo se achava tão abandonado, que o almirante podia ter tomado a cidade sem muita resistencia; porem como estas execuções forão ordenadas para infundir terror no rei, e para que elle desistisse dos conselhos dos Arabes, mais depressa que para tomar vingança do passado, Vasco da Gama não quiz executar todo o mal, que lhe seria possivel fazer, para dar ao soberano indio tempo de se arrepender. E para que este soberano não entendesse que a cobiça tinha nos Portuguezes maior poder que a honra, durante os dous dias em que toda a armada esteve canhoneando a cidade, nunca o almirante quiz

que se fizesse o mais leve damno ao navio, que mandára tirar do porto e tripolar, entendendo que se viesse a estabelecer relação com o rei, lhe restituiria o navio com a sua carregação intacta. Com tudo, passados que forão estes dous dias de furor incendiario, Vasco da Gama por necessidade mandou desempachar o navio de seus numerosos provimentos, os quaes forão repartidos por toda a armada, e ordenou que lhe puzessem fogo, ardendo á vista da cidade, ao menos a porção, que a cima da superficie das agoas se elevava. Depois d'esta expedição o almirante se ausentou seguindo o rumo de Cochim, onde chegou no dia sete de novembro.

Mais d'uma vez certamente o leitor tem estremecido d'horror á vista d'esta espantosa narração. Evitaremos repetir similhantes pinturas, mas no começo d'uma historia sanguinolenta, não quizemos moderar nenhuma das circunstancias, que a caracterisão, e intentámos fazer comprehender por esta energica pagina, quaes serão no porvir os direitos, que o vencedor se arrogará n'aquellas regiões. O que póde aos olhos da politica explicar estas *crueldades habeis*, servindonos das expressões d'um escritor, que não se póde acusar de transigir com a sua consciencia (1), são os acontecimentos politicos, que d'alguma sorte succedião á vista de Vasco da Gama, e de que elle por certo tinha conhecimento. Não só o soberano de Cananor, unido com o Samori, aparelhava uma numerosa armada, que suppunha sufficiente para anniquilar os christãos n'aquellas regiões, mas a má fé dos soberanos indios em suas relações com os Portuguezes, as perfidas insinuações dos Arabes, que não cessavão de conspirar contra elles, explição o modo de proceder do almirante, que só póde desculpar o espirito do seu seculo.

No soberano de Cochim encontrou Vasco da Gama um alliado sincero; e o moderado procedimento do almirante para com elle prova como se haveria a respeito dos outros so-

(1) Liano *portatil, Repertorio da historia e litteratura d'Hespanha e Portugal.*

beranos indios, se estes tivessem usado em suas transacções da lealdade, que distinguio aquelle principe. Importa com tudo dizel-o, seja que o soberano de Cochim comprehendesse as immensas vantagens commerciaes, que á sua patria podia grangear a residencia dos estrangeiros, ou que o valor d'estes o fascinasse, Triumpara, assim se chamava aquelle soberano, parece haver-se abandonado a uma confiança, que sem injustiça mal se podia exigir dos outros principes indios. Triumpara não só concluio com os Europeos tratados politicos e commerciaes, mas entregou-se á discrição de Vasco da Gama, com o qual teve muitas conferencias, durante as quaes mandou ausentar a gente da sua comitiva, pondo de parte toda a especie de pompa real. Este excesso de confiança provavelmente offendeo no mais alto gráo os principios religiosos dos outros principes indios, porque quando estes se unirão com o Samori, para declarar guerra ao amigo dos estrangeiros, contra elle invocárão as exigencias da religião bramanica: isto é o que se deduz da leitura attenta dos escritores coevos, e especialmente de João de Barros. Em todo o caso, seja que estabeleça um tratado de commercio com Triumpara, cuja ambição sabe aproveitar; ou que finja admittir as desculpas do Samori, que ao mesmo tempo teme pelo seu commercio e poder prestes a passar ás mãos do soberano de Cochim, nunca Vasco da Gama patenteou tanta prudencia, habilidade e tranquillidade d'espirito, como n'esta occasião mostrou. Qualquer outro teria talvez perecido á vista de Calicut, quando uma traição, habilmente urdida por um bramane, o reconduz a esta cidade. Graças ao seu valor, elle escapa da multidão de barcos inimigos, que o rodeão, e ao incendio, prestes a consumir o seu navio: Vasco da Gama se ausenta da perfida cidade, executando um acto deploravel de vingança, mas sabe, no termo d'alguns mezes, entrar ainda uma vez triumphante no porto de Lisboa, e quando a ElRei D. Manoel se apresenta, póde darlhe a certeza de que a conquista da India não é já um sonho para os Portuguezes. Com effeito, á excepção d'um uni-

co principe, que se deve reputar como alliado fiel, os soberanos indios ficão aterrados e os mercadores arabes reconhecem sua insufficiencia logo que se trata de lutar com os christãos. Os pequenos soberanos do littoral comprehendem quantas riquezas pódem extorquir do imperio do Samori, aproveitando as transacções commerciaes, que os estrangeiros lhes offerecem. Cada bahar de pimenta tem até ao presente custado o sangue de muitos homens, mas uma expedição vigorosa póde fazer de repente cessar estes ataques e arruinar em fim Veneza. Tambem podemos lembrar as conquistas espirituaes, que Vasco da Gama houve de prometter ao espirito religioso do tempo. O Preste João e a sua milagrosa missa decididamente desapparecerão das Indias, sabido é em fim o que cumpre acreditar ácerca dos christãos d'aquella região, e pela primeira vez em Cochim mesmo elles pagão um tributo de respeito ao almirante portuguez; Roma, depois de seculos d'esquecimento, vai de novo encontrar aquelles filhos desencaminhados. Porem uma terceira armada, que devia ir invernar ás costas da Arabia e sempre estar prestes a soccorrer os Portuguezes deixados por Vasco da Gama no Malabar, prova que o almirante não só possue a habilidade de fazer conquistas, mas que sabe tambem assegural-as. Tudo isto era grande certamente, e tudo executado em tão poucos mezes parecia quasi um prodigio. Vasco da Gama não foi ainda assim incumbido de proseguir o que com tamanho esplendor começára. Quaes forão as causas d'este esquecimento apparente, d'esta especie de desgraça? Eis-aqui um dos muitos problemas, que a historia nos deixou a resolver: o certo é que por mais de vinte annos D. Vasco da Gama, o almirante dos mares da India, viveo esquecido; outro reinado foi preciso para reparar esta injustiça.

Expedições que partem de Lisboa em 1503.
Francisco e Affonso d'Albuquerque,
Duarte Pacheco Pereira.

O que sem contradição fez a gloria d'ElRei D. Manoel, foi possuir, quasi como D. João II, a arte sem que não ha grandes reis, a arte d'escolher, como dizia Napoleão. D. Manoel renunciava talvez a Vasco da Gama, mas meditava trez expedições para as regiões orientaes, e entre os homens eminentes a que elle confiava os grandes interesses, que ião agitar-se na India, estavão os dous Albuquerques, Saldanha, e esse Duarte Pacheco, de que o poeta assás fez comprehender o glorioso destino appellidando-o o Achilles portuguez.

Duarte Pacheco Pereira não tinha commando em chefe, servia ás ordens d'Affonso d'Albuquerque; e se grangeou um nome immortal, houve d'algum modo de conquistar tudo, até ao commando, que preparou a sua gloria.

Em 1503, sairão do porto de Lisboa trez divisões, cada uma das quaes constava de trez velas: duas devião voltar carregadas d'especiarias, a outra recebeo ordem de ir cruzar na foz do mar Vermelho para surprehender os navios musulmanos: a Antonio de Saldanha foi commettida esta missão. Estes diversos navios fizerão-se á vela no mez d'abril. Posto que Affonso d'Albuquerque partisse oito dias antes que seu primo, foi este ultimo que primeiro chegou ás praias da India. Porem antes de referir o modo porque elle contribuio para ali consolidar o dominio portuguez, indispensavel se torna lançar um golpe de vista sobre os acontecimentos do anno de 1502.

Expedição de Vicente Sodré.

Depois da partida de Vasco da Gama, tiverão lugar

successos d'alta importancia historica; Vicente Sodré (1), que o almirante n'aquellas paragens deixára para proteger os Portuguezes e ao mesmo tempo o seu alliado, julgou conveniente dilatar, ou antes mudar o objecto da sua missão; e no mesmo momento em que o horisonte se tornava mais ameaçador para o desafortunado soberano de Cochim, a despeito das vehementes observações de Correa, elle abandonou os mares da India para ir procurar não longe do estreito de Babel-Mandel alguns d'esses ricos navios, que os Arabes annualmente expedião para Calicut. O resultado d'esta resolução foi desastroso: alguns dias depois da ausencia dos christãos, Triumpara, atacado pelo Samori, se via compellido a abandonar a sua capital e a refugiar-se sobre um rochedo; e, em vez de fazer uma importante tomadia, Vicente Sodré ia dar sobre cachopos, onde perecia com seu irmão Braz Sodré e muitos Portuguezes. Mas por uma felicidade inaudita, e de que não são frequentes os exemplos, Francisco d'Albuquerque, navegando para Cochim, recolheo os restos infelizes do naufragio. Alguns dias depois, Albuquerque encontrou Triumpara sobre o rochedo, reintegrou-o na sua capital e obteve a faculdade de construir um forte em Cochim: d'este modo preparava para o futuro o poder dos christãos e a gloria de seu primo, o illustre Affonso d'Albuquerque, cujas façanhas elle não devia conhecer, e que só tinha apparecido esta vez no Oriente para medir com a sua vista penetrante o que ía em breve conquistar.

Victorias de Duarte Pacheco Pereira.

Como acima deixamos dito, na armada, que ás Indias

(1) Vicente Sodré era o proprio tio de Vasco da Gama, e não, como n'estes ultimos tempos se tem dito, um aventureiro ambicioso, exercendo por sua propria inspiração o officio de pirata. Elle ia onde suppunha poder servir com mais efficacia os interesses da sua patria; a prova d'isto está na missão dada por D. Manoel a Antonio de Saldanha.

levava o grande Albuquerque, ía um homem, que devia executar por si só os feitos mais extraordinarios, que se tem mencionado. Este homem faz tão maravilhosa figura na historia d'estas conquistas, é ao mesmo tempo tão grande e tão desditoso, que importa dal-o a conhecer antes de referir o que elle fez. Duarte Pacheco Pereira havia nascido em Santarem de nobres progenitores. As qualidades, que os grandes espiritos adquirem na idade varonil, n'elle se manifestárão desde seus primeiros annos. Tudo nos prova que elle não era só proprio para as armas, mas que havia recebido uma solida instrucção: ninguem duvida de que nas circunstancias excepcionaes em que se achou, seus estudos lhe servirão, e de que os conhecimentos positivos de que deo provas lhe grangeárão o posto de capitão mór entre homens eminentes.

D'esde o começo da conquista o soberano de Calicut se havia deixado dominar pela politica musulmana, e tinha perseverado contra os Portuguezes no systema d'hostilidades, que tão funestos resultados havia de ter para elle. O soberano de Cochim, adoptando um principio opposto, necessariamente se tornou objecto d'um odio vehemente da parte do Samori; a sua perda foi resolvida, e de perto teria seguido as ameaças do seu rival, se Duarte Pacheco não executasse então com um punhado de Portuguezes um d'esses prodigiosos feitos d'armas, cuja lembrança domina a historia da conquista, e de que as narrações coevas não offerecem exemplos. Depois dos ultimos acontecimentos, que em resumo ficão referidos, o Samori havia ajuntado um exercito de mais de cincoenta mil homens; tinha tambem reunido numerosas embarcações, e a sua artilheria, posto que se não pudesse comparar com a dos Europeos, era com tudo formidavel. As forças do rei de Cochim apenas chegarão a trinta mil homens, em cujo valor seria imprudente confiar. Duarte Pacheco não tinha á sua obediencia mais de novecentos Portuguezes no começo da campanha: foi com este punhado de valentes, aos quaes cumpre ajuntar trezentos Indios, que Pacheco esperou o Samori, antes que chegasse á vista dos muros de Cochim. Os auxi-

liares, que pouca confiança havião inspirado, fugirão vergonhosamente: bastárão os Portuguezes para vencer, e só depois de fazerem uma espantosa matança tornárão a entrar em Cochim.

Quando se examinão as plantas das antigas fortalezas da India, conservadas por Pedro Barreto de Rezende, vê-se que o lugar onde os Portuguezes tinhão buscado asilo, para resistir aos principes inimigos, era escolhido com rara perspicacia. A cidade, com effeito, está edificada n'uma peninsula, e bancos moveis d'arêa, que interrompem a barra, dão verdadeira segurança a quem se encerra no recinto de Cochim. Graças a esta disposição dos lugares e a uma intrepidez, de que não ha talvez exemplo, Duarte Pacheco alcançou successivamente muitas vantagens, que pouco a pouco reduzirão o exercito inimigo, cuja força em breve não passou de trinta mil homens.

Duarte Pacheco resolveu com seus novecentos Portuguezes anniquillar este resto d'um formidavel exercito; em consequencia d'esta resolução, foi estabelecer-se a uma legoa da cidade, n'uma pequena ilha designada pelo nome de Cambalam, na qual havia um forte de pouca importancia, que dominava o váo por onde o soberano indio seria compellido a fazer desfilar suas tropas se pretendesse atacar Cochim. Não hesitou o Samori por largo tempo; porem Duarte Pacheco, reduzido a suas proprias forças, resistio ao ataque de todo o exercito: por suas ordens, estacas tostadas forão plantadas nas areas do váo, e graças a este estratagema, desde o começo do ataque numerosos soldados indios e musulmanos se virão fóra de combate. O exercito porem ía sempre ávante, e os corpos dos homens afogados facilitavão a passagem do rio: a ilha ia ser invadida sem que os Portuguezes o pudessem estorvar. Então Duarte Pacheco foi obrigado a redobrar d'energia; uma parte das tropas indias, que lhe restavão, tinha fugido para Cochim, e era indispensavel que a sua pequena força, repartidas por todas as estancias, sem cessar fizesse frente ao inimigo, cujos esforços com incrivel perse-

verança se renovavão. A' vista d'este perigo, o general portuguez adoptou um grande designio, foi com toda a sua gente postar-se junto da fortaleza, e tomou a resolução de reconcentrar n'este ponto a resistencia. Como elle se mantinha n'esta posição, com as caravellas e alguns navios pequenos sustentando quotidianamente os ataques parciaes do exercito inimigo, o Samori determinou em fim um ataque geral contra aquelle punhado de valentes, cuja morte fôra d'antemão annunciada nas feitorias portuguezas (1), e para isso mandou construir sobre embarcações de forma particular, edificios de madeira similhantes a castellos; preparava-se para acommetter, quando o rei de Cochim chegou com algumas tropas em auxilio de seus alliados. Fraco era todavia este soccorro, pelo terror, que aos Indios inspiravão os castellos fluctuantes do soberano de Calicut. Duarte Pacheco então oppôz outra invenção a esta singular construcção naval: mandou ajuntar duas a duas as caravellas, cuja pôpa estava voltada para terra, dispondo-as com tudo de tal modo que deixassem certo espaço entre si. Sobre estas caravellas mandou construir uma especie de torre de madeira, para que no ensejo da abordagem, diz um antigo author portuguez, ao menos houvesse paridade. Além d'isto, como na prôa d'estas embarcações havia um gurupés muito mais longo do que era necessario para a navegação, Duarte Pacheco mandou atravessar dous mastros, de modo que no momento em que a construcção india se approximasse fosse conservada a distancia, permittindo á artilheria portugueza produzir o seu effeito. Terminadas que forão estas disposições, Pacheco repartio as tropas, que a seu mando se achavão, em trez divisões; a primeira havia de pelejar no forte, a segunda defendia a passagem do váo, a terceira foi repartida pelas caravellas. A' frente de cento e sessenta Portuguezes sómente, de que havia conservado o commando immediato, Duarte Pacheco se preparou para receber o inimigo. O exercito do Samori começou então a aba-

(1) Pedro de Mariz, Dialogos de varia historia, p. 239.

lar-se, em breve invadio o terreno, e da parte do mar apparecerão duzentos *paraos* armados, entre os quaes se vião oito das sobreditas fortalezas fluctuantes. Confiando demaziado n'este meio, os Indios se descuidárão do ataque do váo e acommetterão as caravellas; porem foi então que os Portuguezes romperão o fogo com uma regularidade, e exactidão, que semeou a mais singular desordem no meio d'aquella multidão d'embarcações. Entre os referidos castellos fluctuantes só dous houverão, que conseguissem chegar ás caravellas, mas a artilheria portugueza com vigor os varejou. Foi tão espantosa a matança e tamanha a perda dos Indios, que o Samori manifestou profunda desesperação: acommettido d'uma especie d'inercia, por muitos dias se absteve de renovar o ataque e de tentar a passagem do váo, quando seria ainda possivel auniquillar aquelle punhado de heroes (1). Isto succedia pelo começo do anno de 1505, e desde esta epoca, a fama dos Portuguezes se augmentou de tal modo, que o desafortunado soberano de Calicut, desesperando da sua fortuna, n'uma religiosa solidão foi esconder a sua vergonha. Dezoito mil homens havião perecido nos diversos ataques, e a guerra tinha durado seis mezes. Os generaes do soberano inimigo virão-se reduzidos a pedir a paz, e se obrigárão a pagar o tributo, que Duarte Pacheco exigia. Pelo que toca a este illustre capitão, depois de ir a Culna, d'onde tirou para a coroa immensos lucros de certas tomadias feitas aos Mouros, voltou a Cochim, onde já mandava como senhor, com auxilio da alliança do soberano indio, um nóvo capitão, que no anno precedente partira de Lisboa, com doze navios d'alto bordo e grande numero de soldados portuguezes.

O destino dos dous homens, que com forças tão diffe-

(1) Pedro Barreto de Rezende refere que no seu tempo ainda se via o pequeno forte junto do qual Pacheco pelejou, e que em memoria d'esta milagrosa batalha o conservavão. Vid. *Tratado dos viso-reis da India.*

rentes combaterão diante da pequena ilha de Cambalam, teve uma singular similhança. O Samori, obrigado pelos Bramanes a demitir-se da authoridade, terminou a vida nas austeridades a que se condemnão os penitentes indios, designados pelo nome de *Bramatchari.* Duarte Pachedo Pereira, na sua volta a Portugal, foi por ElRei D. Manoel recebido com pompa verdadeiramente real; porem, enviado mais tarde a Africa, com ElRei o malquistárão, e, depois de passar muitos annos em duro captiveiro, acabou seus dias miseravelmente no hospital de Valença. O grande poeta, que como elle se devia finar sessenta annos depois, em alguns versos admiraveis resumio tudo o que Pacheco havia executado em tão pouco tempo. Luiz de Camões diz que por causa d'elle *os altos feitos dos Portuguezes excederão na verdade o que a fabula tinha inventado.* Porem em quanto Duarte Pacheco nas Indias alcançava prodigiosas victorias, grandes acontecimentos tinhão lugar na Europa. Como nas regiões do Oriente, as idéas religiosas se encontravão, suscitavão-se inflexiveis odios, uma espantosa catastrophe aterrava em fim o paiz: para d'isto conhecer as causas, carecemos de retrogradar alguns annos.

Continuação do reinado de D. Manoel. — Seus casamentos. — Influencia d'Isabel.

Se o começo do reinado d'ElRei D. Manoel foi notavel por judiciosas resoluções, ou reformas uteis, tambem foi assignalado por um funesto projecto, que bem quizeramos poder riscar d'um reinado glorioso. Dous annos depois da sua acclamação, o joven monarcha em casamento pedio a filha promogenita de Fernando e Isabel, essa infanta de Castella viuva do filho de D. João II, e de que a curta existencia devia ser marcada pela mais terrivel catastrophe e pelas mais ricas esperanças. Contrahir esta alliança, era seguir ainda os planos de D. João II. Porem além d'isto parece indubitavel que esta vez a inclinação do joven rei ía d'acordo com as

leis da politica. Seja que a infanta se lembrasse com magoa da primeira união e que receasse contrahir segunda, ou que só obedecesse a um odio fanatico de que o seu seculo offerecia já terriveis exemplos, ella respondeo que jámais uniria o seu destino ao d'um principe, em cujo reino os musulmanos fugitivos, e principalmente os Judeos, estavão certos d'encontrar asilo. Foi então que se publicárão deploraveis decretos contra a numerosa povoação d'israelitas, que toda a idade media havia tolerado. D. Manoel obteve a mão da infanta Isabel no anno de 1497, e foi reconhecido, por direito de sua mulher, herdeiro do reino de Castella. Era a esta importantissima herança que certamente se havia encaminhado a providente politica d'ElRei D. João II, mas as grandes mudanças, que tal alliança devia causar nos destinos dos dous reinos, nunca se realisárão. A rainha Isabel, que era de fraca compleição, e consumida pelos desgostos da sua primeira mocidade, falleceo, succedendo-lhe Dona Maria, sua irmã, no anno de 1500. O unico resultado effectivo d'uma união com Hespanha foi essa memoravel perseguição dos Judeos e christãos novos.

Matança dos Judeos em Lisboa. — Considerações sobre a posição dos Israelitas em Portugal.

Como dizia Voltaire, fallando da mortandade de São Bartholomeu, ha na historia de todos os povos um d'estes terriveis anniversarios, que devem magoar todo o amigo da humanidade, tambem Portugal tem o seu. Porem a deploravel catastrophe, que vamos referir, não foi resultado d'um trama occultamente urdido, mas sim a sanguinolenta explosão d'um odio fanatico; e debaixo d'este ponto de vista, o povo de Lisboa se mostrou talvez menos culpado que as outras povoações d'aquella epoca.

Os Judeos, desde largo tempo tolerados em Lisboa, e tendo certamente como os de Toledo a pretenção de descen-

der d'uma tribu, que, estabelecida havia seculos na Peninsula, não tinha participado do crime, que lançavão em rosto á sua raça, vivião n'uma especie de segurança, não obstante as ordenações, que deverião excitar suas suspeitas, e fazer-lhes comprehender o odio de que erão objecto.

Desde os ultimos annos do decimo quinto seculo o numero dos Judeos havia singularmente augmentado, e o edito do mez de março de 1492, que expulsava seus correligionarios das terras sujeitas ao dominio d'Isabel e Fernando, fizera refluir para Lisboa grande numero de familias, a que D. João II permittio momentaneamente o ingresso em Portugal, assignando-lhes todavia certos portos, onde havião de ser objecto d'uma particular vigilancia, até que lhes fosse possivel voltar para as regiões do Oriente (1). Toleradas as referidas familias ao principio, no tempo d'ElRei D. Manoel, compellidas depois por este mesmo rei a ausentar-se definitivamente ou a abraçar o christianismo, muitas d'ellas em apparencia abraçárão um culto, que detestavão, entendendo que d'este modo podião escapar á dura lei, que lhes impunhão. Ninguem na verdade se enganava com estas suppostas conversões, e o nome de christão novo excitava em geral profundo odio, porque o christão velho descobria, debaixo d'este titulo, que não o podia enganar, as crenças a que havia concebido talvez maior horror, depois que tinhão começado as perseguições d'um povo visinho.

Uma lei emanada do poder real, no mez de dezembro de 1496, havia em parte satisfeito este espirito de odio, mas ella não comprehendia os christãos novos, visto que expulsava os Judeos irrevogavelmente e impunha pena de morte aos que não se ausentassem em continente do reino. Um zelo fatal ordenou que no dia de Pascoa do mesmo anno um

(1) Esta admissão não era gratuita, e na judiciosa memoria de Joaquim José Gordo se póde vêr como foi repartida esta especie de direito de tranzito. — Vid. *Memorias da Academia Real das Sciencias e Artes*; t. VIII.

baptismo geral á religião christã grangeasse os membros das familias judias, que fossem menores de quatorze annos: o mesmo zelo exigio que estes desafortunados, com violencia separados da religião de seus pais, o fossem tambem dos affagos de suas familias, visto que devião ser distribuidos pelas diversas cidades do reino para que fossem instruidos na doutrina nova. A energica penna d'um santo prelado nos conservou a lamentavel narração dos acontecimentos, que succederão a esta fatal determinação; o illustre bispo de Sylves com dolorosa indignação pintou o sacrificio, que alguns israelitas então fizerão a suas crenças. Outros referem tambem como a hypocrisia nasceo d'estas scenas de violencia, e como uma deploravel segurança succedeo á desolação. Já não havião Judeos em apparencia, só havião christãos novos (1), em Lisboa. Uma palavra, uma só palavra, proferida por um d'estes infelizes com a singeleza d'um espirito convencido, provava que o edito de 1496, que fallava de morte, não era um edito chimerico.

Era domingo de Pascoa de 1506: esta festa solemne caía a dezenove d'abril. A corte achava-se em Abrantes, em razão da peste, que então reinava, quando um d'esses christãos velhos, designados antigamente pelo nome de Lindos, notou que o vidro d'um relicario, em que estava exposto o Santissimo Sacramento, ao lado d'um crucifixo, lançava raios de luz, que elle julgava produzida por causa sobrenatural; na igreja dos religiosos de São Domingos fazia elle esta observação. O christão velho, de que acabamos de fallar, começou a bradar repetidas vezes, *Milagre! milagre!* Por desgraça, achava-se na igreja um christão novo, o qual se lem-

(1) No manuscrito da Bibliotheca real, com o numero 1583, se pódem vêr as mais curiosas particularidades ácerca d'este cruel periodo da historia dos Judeos. Ali se trata principalmente da expulsão dos israelitas d'Hespanha em 1492: porem o author teve á sua disposição pelo que toca a Portugal documentos subministrados pelo cura Palacios, e, graças a este historiador coevo, elle confirma certos factos referidos por Osorio e Damião de Goes.

brou de dizer que a claridade provinha d'uma tocha accesa a pouca distancia. Esta explicação sincera, dada ao christão velho, e que qualquer podia verificar, excitou um tumulto extraordinario contra os novos convertidos. Este tumulto não se restringio a ameaças, o roubo com mão armada começou e foi seguido de matança. Com Ruy de Pina, o antigo historiador coevo, diremos que a cobiça da gente de certos navios estrangeiros, ancorados então no porto de Lisboa, não contribuio pouco para tornar o tumulto mais terrivel. Hollandezes, Allemães, Zelandezes e Francezes, unidos á plebe de Lisboa, a excitárão ao roubo e tambem roubárão. Dizem que n'este dia quinhentas pessoas perecerão.

Não era isto ainda assim mais que o começo d'uma horrivel mortandade. No dia seguinte, dous frades se puzerão á frente do povo, e com espantosa rapidez continuou a matança. Contentar-nos-hemos com lembrar que mais de dous mil individuos forão victimas nos dias de terror, que ao primeiro levantamento succederão. Muitos d'estes infelizes acabárão queimados vivos, como documentos officiaes attestão: mulheres, crianças, velhos, dizem os historiadores, ninguem escapou ao furor popular. Estavão accesas fogueiras, e n'ellas erão lançadas as victimas, que o ferro não feria. Tambem muitos christãos velhos, por vinganças, encontravão a morte nas ruas ou nos proprios domicilios. Por causa da peste, ElRei estava ausente de Lisboa. Da villa d'Aviz deo ordens repressivas, logo que foi informado do horrivel movimento, que o fanatismo havia excitado. Ao terceiro dia pela tarde, Aires da Silva, o regedor, e o governador Alvaro de Castro, entrárão na cidade com força armada. Porem o fanatismo estava cançado e os estrangeiros, carregados de despojos, se havião recolhido a seus navios. O prior do Crato e o barão d'Alvito receberão pleno poder para castigar os culpados; d'elle usárão com energia, e os dous frades, principaes authores da revolta, forão enforcados com a maior parte dos individuos, que nos dias de sangue se havião abalizado. Os magistrados, que se tinhão mostrado indifferentes á

matança, virão seus bens confiscados, e a casa dos vinte e quatro foi abolida. Uma ordenança, emanada de Setubal com data de dezenove d'abril de 1506, contém todas estas disposições. Lisboa não pòde recuperar o seu titulo de *sempre leal cidade* senão passados alguns mezes. D. Manoel soube punir, sem embargo das lagrimas de sua segunda mulher.

Assim acabou esta espantosa tragedia. Ella teve de favoravel á causa dos infelizes Judeos, que no anno de 1507 ElRei D. Manoel fez cessar as barbaras leis, que os região, e os collocou sob o imperio da jurisdicção commum; então sómente forão supprimidas as Judiarias, que nas cidades os estabelecião em bairros separados, em que não podia penetrar mulher christã sem incorrer na pena de morte se não fosse acompanhada por dous homens da sua religião, e por um christão sómente sendo solteira ou viuva. Então cessárão tambem as humilhantes leis, que determinavão que os Judeos e Judias dançando recebessem os reis quando estes visitavão as villas e cidades do seu reino. N'estas occasiões executavão elles as famosas Tourinhas, as brilhantes *Guinolas*, que as cronicas mencionão, festas deploraveis, que só servião de provar a humiliação d'uma raça infeliz. Aqui transcreveremos o que se lê no Panorama ácerca dos Judeos em Portugal. « Ha varias opiniões a respeito do tempo em que « os Judeos entrárão nas Hespanhas. Fazem alguns remontar « a vinda dos primeiros ao tempo da conquista da Palestina « por Nabucodonosor, outros affirmão que elles começárão a « frequentar nossos portos por via de commercio no tempo dos « Machabeos; pretendem outros, em fim, que foi depois da « ruina de Jerusalem por Tito, quando os dispersárão pelo « mundo, que muitos d'elles vierão fazer assento nas Hespa- « nhas. Seja como for, é certo que no tempo dos Godos um « grande numero de familias hebreas se achavão estabeleci- « das n'este paiz.

« Durante o dominio dos Godos correrão os Judeos fortu- « na varia em Portugal; mas a maldição de Deos, que so- « bre elles pesava, não os deixou respirar por largo tempo

« debaixo de affrontas e oppressões. Nas leis gothicas se en-
« contrão muitas tendentes a opprimil-os, e a conserval-os
« na inferioridade a respeito dos christãos. Desde a entrada
« dos Arabes a sua sorte parece ter melhorado algum tanto,
« não porque o mahometismo fosse mais tolerante do que o
« christianismo, mas porque os principes sarracenos erão mais
« illustrados do que os godos. Foi n'esta epoca que os Judeos
« crescerão em numero e em riquezas, vivendo em boa har-
« monia com os dominadores arabes, e com os christãos
« vencidos.

« Quando os reinos de Leão e Castella se começárão a
« estender, conquistando as terras occupadas dos Mouros, dei-
« xárão os reis d'Hespanha subsistir os Judeos, attendendo á
« falta, que havia de povoadores para os campos e cidades,
« e foi tambem por este motivo que se instituirão as moura-
« rias, ou bairros habitados por Mouros. Parece que a pri-
« meira perseguição contra os Judeos d'Hespanha foi tentada
« por Pedro, abbade de Cluny, quando veio a Castella, em
« tempo de Affonso VII; porem esta perseguição não chegou
« a effectuar-se, porque ha memorias de terem os Judeos
« vivido tranquillamente durante o reinado d'este principe.

« D'ahi á vante a raça hebraica foi pouco a pouco flo-
« recendo em Hespanha. As riquezas por ella possuidas, os
« talentos e instrucção de muitos Judeos, tanto mais nota-
« veis, quanto maior era a ignorancia e barbaria d'aquelles
« tempos, lhes abrirão o caminho das honras e do poder. Em
« geral, os differentes reis da Peninsula, achando n'esta cas-
« ta, menoscabada pelos nobres e pelo povo, o conselho e os
« soccorros pecuniarios, que nem n'aquelles nem n'estes en-
« contravão, rodeavão o throno de homens intelligentes e ac-
« tivos, posto que odiados, e lhes confiavão os cargos mais
« importantes do Estado. Esta preferencia, dada á nação he-
« brea, ainda pelos principes mais religiosos, era tal, que
« os herejos, que pretendião, sem correr risco, propagar
« seus erros, se vestião de Judeos, e assim ficavão seguros
« de ser molestados. Fr. Affonso de Espina, no livro que in-

« titulou *Fortalitium Fidei*, lamenta a grande entrada e va-
« limento, que os Judeos tinhão nas cortes dos reis; e Pau-
« lo Burgense narra que por esses tempos tirarão elles argu-
« mentos do poderio, que tinhão em Hespanha, para provar
« que o Messias não era vindo, visto que, segundo a profe-
« cia de Jacob, este devia nascer, quando á nação hebrea
« faltasse o sceptro e o reino, cousas que ella possuia na
« Hespanha.

« Este valimento, que os Judeos tinhão em Castella,
« tambem o alcançárão em Portugal logo no principio da mo-
« narchia. Em uma Decretal de Gregorio IX é reprehendido
« D. Sancho II por favorecer os Judeos, e se ordena ao mes-
« mo tempo aos bispos d'Astorga e Lugo o admoestem para
« emendar este abuso. Ordenou além d'isto o papa que, no
« caso que os exactores das rendas publicas fossem Mouros ou
« Judeos, houvesse um superintendente christão, que vigias-
« se e acudisse ás vexações, que elles fazião ao clero, e com
« que naturalmente se vingavão das injurias, que do clero
« recebião. No tempo de D. Diniz, em uns artigos de quei-
« xa feita em Roma pelos ecclesiasticos contra este principe,
« foi elle arguido de dar os lugares de fazenda aos Judeos,
« e de, afora isso, lhes permittir andarem sem divisas, nem
« signaes, por onde fossem conhecidos, segundo nos canones
« era estabelecido; accrescentando o isental-os dos dizimos
« ecclesiasticos; o que prova quão favorecidos elles forão no
« reinado d'aquelle piedoso, mas politico e assisado monarcha.

« A privança e entrada no paço, que os Judeos tiverão
« em Portugal, durou até ao tempo de D. Duarte, o qual
« prohibio que mouro ou judeo algum fosse official d'ElRei,
« ou da rainha, infantes, titulares e prelados, o que foi con-
« firmado por seu filhou D. Affonso V. O tributo, que elles
« pagavão, e que era por capitação, ou por outro modo, mas
« que parece ter sido individualmente, foi augmentando por
« D. Affonso IV em 50$000 libras annuaes. Estes dous fac-
« tos mostrão que as riquezas dos Judeos tinhão crescido, mas
« que a sua influencia diminuia. O accrescimo das riquezas

« vinha-lhes não só do commercio, que em Portugal, bem « como em Castella, corria quasi só por suas mãos, mas « tambem dos grandes bens de raiz, que possuião no nosso « paiz, e que em Castella lhes não era licito adquirir, ou « conservar. ElRei D. Pedro I regulou a forma das trocas ou « vendas de propriedade entre Christãos e Judeos, e ordenou « que d'ellas se passassem escrituras, jurando o judeo que na « compra não havia engano ou onzena. Este juramento, se- « gundo se vê do livro dos costumes e foraes de Béja, era « dado sobre o Pentateucho, ou cinco livros de Moisés, aos « quaes n'esse tempo elles chamavão *Toura*. Por uma lei de « D. João I erão obrigados tambem a declarar por escrito, « todos os annos, em dia de São Martinho, os bens, que « possuião, sob pena de os perder. D'estes bens pagavão el- « les cento e vinte por cada seis mil réis do valor total, co- « mo o determina a ordenação de D. Manoel. Estes tributos « variárão em diversos tempos.

« Os Judeos formavão uma nação á parte no meio dos « Portuguezes, com magistrados, leis, usos, e até bairros « separados, em que vivião; distincção esta, que durou até « ao principio do seculo dezeseis. A suprema authoridade d'el- « les estava no *Arabi-mór*, e além d'isto havião os *Arabis- « menores*, que erão eleitos annualmente pelos bairros, em « que os Judeos habitavão, em cada villa ou cidade, e a que « vulgarmente chamavão Judiarias. Havião afora estes magis- « trados, os ouvidores de comarca, para quem costumavão « appellar dos *arabis menores*. Estas distincções acabárão to- « das em 1507, e se ordenou que os Judeos fossem regidos « pelas leis communs do reino.

« Quando os reis estavão para chegar a qualquer villa « ou cidade, erão obrigados os Judeos e Mouros, que ali ha- « bitavão, a ir esperal-os fora da povoação com *tourinhas, e « guinolas*, especies de cavalhadas e danças, sendo-lhes pro- « hibido por D. João I levar armas n'estas occasiões; porque « ordinariamente armavão brigas e arruidos. No tempo de D. « João II ainda durava similhante costume.

« As *judiarias*, ou bairros dos Judeos, erão dentro das « cidades e villas, no que se distinguião dos Mouros, cujas « *mourarias* erão sempre nos arrabaldes das povoações. Es- « tas *judiarias* erão fechadas, e com guardas nas entradas. « Em Lisboa havião duas, uma na Alfama, outra á Concei- « ção velha, que então era sinagoga: mas antes d'ElRei D. « Diniz, parece que os Judeos habitavão por todo o bairro, « que fica entre o Carmo e a Trindade. Depois de *correr o* « *sino da oração*, isto é, depois das ave-marias, era defeso « aos Judeos andar fóra dos bairros. Nenhuma christã podia « ir á judiaria senão a comprar alguma cousa, e acompa- « nhada por dous homens christãos, se fosse casada, e por « um, se fosse viuva ou solteira, e isto com pena de morte. « A mesma pena se impunha ao judeo, que em sua casa re- « colhesse qualquer mulher christã.

« Desde o tempo de D. Affonso IV sabemos que forão « os Judeos obrigados a trazerem signaes por onde fossem co- « nhecidos; mas isto caío em desuso, de modo que ElRei « D. João I ordenou que trouxessem uma divisa vermelha da « feição de uma estrella, não só sobre o peito, mas tambem « sobre as roupas externas, ou capas, com que podião en- « cobrir a que trazião pregada no vestido. Desde então se « conservou constantemente o uso d'estes signaes até ao rei- « nado de D. Manoel.

« Se por uma parte os Judeos erão gravados com estes « e similhantes encargos e vexames, por outro lado erão pro- « tegidos, e respeitada a sua crença. Ninguem os podia for- « çar a baptizarem-se — mandava-se respeitar-lhes suas sina- « gogas e cemiterios — não se podia proceder contra elles nos « sabbados e mais dias consagrados da sua religião: em fim « era prohibido gravarem-nos com tributos novos e exorbitan- « tes. Estas disposições, estabelecidas por uma bulla de Cle- « mente VI, forão mandadas guardar e cumprir em Portu- « gal por D. João I.

« Pelo que diz respeito aos Judeos, que se convertião, « era condemnado a pagar sessenta soldos quem quer que os

«insultava, chamando-lhes *tornadiços*, ou arrenegados. Go-«zavão além d'isto do privilegio de não serem obrigados a «ter cavallo, nem a servirem com elle na guerra, ainda que «estivessem, por sua riqueza, no caso em que os Portugue-«zes tinhão esta obrigação, segundo o regimento das caude-«larias. O judeo convertido, que voltava ás superstições do «judaismo, se desprezava as admoestações, que por tal mo-«tivo lhe fazião, e persistia no seu erro, era condemnado á «morte.

«D. João I determinou que, se o converso fosse casa-«do, quando abjurava o judaismo, désse *Guete* a sua mulher. «Este *Guete* era um instrumento publico, feito em hebrai-«co, e segundo o formulario ordenado nas constituições ju-«daicas, pelo qual o marido se desquitava da mulher, po-«dendo ambos casar depois com quem lhes parecesse. No «tempo de D. Affonso V ordenou-se que o convertido vives-«se ainda um anno com sua mulher, e no caso que, passa-«do esse prazo, ella não mudasse tambem de religião, en-«tão se lhe desse o *Guete*.

«Assim viverão os Judeos em Portugal durante uns pou-«cos de seculos; mas a epoca em que esta desgraçada nação «devia soffrer todos os horrores d'uma perseguição barbara «e atroz, chegou em fim com o reinado de D. Manoel. Es-«te principe, no começo do seu governo, mostrou-se gene-«roso com os Judeos hespanhoes, que estavão captivos em «Portugal, libertando-os, e dando-lhes licença para sairem «do reino; mas em breve mudou de procedimento, e dei-«xou, pelo que d'ahi a pouco teve com os Judeos em ge-«ral, a mais negra pagina das muitas d'esta côr, que ha «em sua historia.

«No reinado de Fernando e Isabel de Castella, e em «tempo de D. João II, tinhão sido os Judeos mandados des-«pejar a Hespanha, em certo prazo, sob pena de morte. D. «João II recebeo em Portugal mais de cem mil; com con-«dição de sairem do reino em tempo determinado, ou fica-«rem escravos da coroa. Taes impedimentos puzerão os chris-

« tãos a esta saida, tal era a cobiça dos capitães dos navios,
« que os devião transportar, e os máos tratamentos, que fa-
« zião a estes desgraçados, durante o trajecto, cobrindo-os
« d'affrontas, deshonrando-lhes as mulheres e filhas, e de-
« morando as viagens para os roubarem, vendendo-lhes os
« mantimentos pelo que querião, que muitos não ousando sair
« de Portugal, ou não podendo, caião nos ferros d'ElRei.
« N'esta situação se achavão, quando D. Manoel subio ao
« throno, e com elles praticou o acto de generosidade a que
« já alludimos.

« Entretanto parece que a Hespanha conheceo o erro,
« que tinha commettido, em expulsar de seu seio uma raça
« laboriosa, e possuidora de grandes riquezas; mas o passo
« estava dado, e então só restava anniquillar as vantagens,
« que Portugal podia tirar da falsa politica dos reis de Cas-
« tella. Assim estes requererão por cartas a ElRei D. Manoel
« que fizesse o mesmo em seus reinos, ao que elle accedeo
« por suggestões d'alguns dos seus conselheiros, talvez para
« isso peitados, ou movidos pelo espirito da intolerancia re-
« ligiosa d'aquelles tempos.

« O modo, que se teve em executar esta resolução, foi
« horrivel. Presos por diversos laços á terra, que lhes dera o
« berço, muitos Judeos abjurárão sua crença, ao menos fin-
« gidamente; outros mais tenazes preferirão o desterro; mas,
« além do desterro, maior calamidade se lhes accrescentava.
« Ordenou ElRei que todos os filhos dos Judeos, que saião,
« que tivessem menos de quatorze annos, lhes fossem toma-
« dos para se criarem no Christianismo. Faz eriçar os cabel-
« los lêr em Damião de Goes a descripção d'esta scena cruel,
« em que a tyrania tirava a ultima consolação áquella raça
« desaventurada.

« Alguns christãos velhos, compadecidos da afflicção e
« lagrimas d'estes infelizes, lhes escondião as crianças, para
« depois lhas restituirem. Muitos pais e mãis pegavão em seus
« proprios filhinhos, e os lançavão em poços e rios, ou os
« acabavão por outro modo, para os não entregar aos seus

« oppressores; e a desesperação chegou a tal ponto, que al-
« guns se matavão para não passarem por esta separação do-
« lorosa.

« O mesmo, que se fez aos Judeos, se praticou com
« os Mouros, á excepção de lhes tomarem os filhos. O histo-
« riador já citado dá gravemente a razão d'esta differença de
« procedimento, razão infame e immoral. Os Judeos, sem
« senhorio proprio em parte alguma do mundo, não se po-
« dião vingar, em quanto os Mouros, poderosos na Africa e
« na Asia, por certo farião represalias nos filhos dos chris-
« tãos, que n'aquellas terras habitavão: este é o motivo que,
« segundo Damião de Goes, obrigou D. Manoel a proceder
« diversamente com os Judeos e Mouros. Tal facto, e tal ra-
« zão do escritor, só podem ser desculpados, o facto, por
« ser praticado no fim do seculo decimo quinto, o escritor,
« por escrever o seu livro n'um paiz, em que a Inquisição
« sepultaria infallivelmente no fundo d'um calabouço quem ou-
« sasse pronunciar uma palavra de justiça em favor de ho-
« mens, que não crião em Deos pela forma prescripta no
« *Directorio de Inquisidores de Nicoláo Eymerico.*

« Desde esta epoca os Judeos, que ficárão em Portu-
« gal, com o titulo de christãos novos, deixárão de ter uma
« existencia politica differente da dos mais Portuguezes. Em
« 1507 D. Manoel abolio todas as leis, que dizião respeito
« exclusivamente a esta raça, e ella se confundio no corpo
« geral da nação. »

Almeida primeiro Vice-rei das Indias. — Expedição contra Socotora. — Tristão da Cunha e Affonso d'Albuquerque. — Destruição da armada musulmana diante d'Ormuz. — O rei reconhece o senhorio de Portugal.

Desde o anno de 1504 havia ElRei D. Manoel comprehendido a necessidade de regular a administração das Indias, e d'estabelecer um governador n'aquellas regiões remotas;



Michellis lith. Lith. R. N. dos M.^{tes} N.º 12.

D. Francisco de Almeida 1.º Vice Rei da India.

como homem habil soube escolher Tristão da Cunha para tão importante cargo; porem em consequencia d'uma funesta enfermidade, Tristão da Cunha momentaneamente perdeo a vista, de modo que indispensavel se tornou fazer nova escolha, e o soberano elegeo D. Francisco d'Almeida, que, pertencendo a uma das mais illustres familias do reino, foi revestido do titulo de vice-rei das Indias. D. Francisco d'Almeida partio no anno de 1505 com seu filho; e se alguns erros se lhe podem exprobrar, elle encetou mui dignamente a serie dos grandes homens, a que foi confiado o destino das Indias portuguezas por espaço de meio seculo, para que deixemos de lhe fazer a justiça, que merece.

Não era D. Manoel propriamente homem d'execução, mas possuia a sagacidade, que decifra o que mais convém em politica, e a perseverança, que termina por fazer triumphar. Tinha desde a origem conhecido que, se das Indias podia haver immensas riquezas, era d'absoluta necessidade privar os musulmanos do commercio, que estes fazião com Calicut desde os primeiros annos do seu reinado. Sabia, vagamente, mas em fim sabia que seus verdadeiros inimigos erão esses Arabes do golfo Persico, que desde o principio havião excitado o odio do Samori. Suas antipathias religiosas estavão em harmonia com seus interesses politicos: uma expedição para aquellas regiões foi resolvida. A leitura dos commentarios do segundo vice-rei das Indias bem faz comprehender que latitude se devia deixar aos homens incumbidos d'aquella vasta empreza: a expedição contra os musulmanos d'aquellas partes só era subsidiaria, ella se encaminhava todavia para as Indias.

Em 1506, derão á vela quatorze navios, ao mando d'esse digno Tristão da Cunha, a que uma habil mão havia restituido a vista, e de Affonso d'Albuquerque, cujo valor D. Manoel tão bem conhecia, que elle, sem o saber, levava o titulo de vice-rei das Indias. Os alvarás, que lhe conferião este titulo, só devião ser abertos no fim de trez annos, na epoca em que D. Francisco d'Almeida, havendo terminado

a sua missão, voltasse á Europa para gozar da gloria, que houvesse grangeado (1). Muitos capitães experimentados e de reconhecido merito fazião parte da expedição, e obedecião aos dous homens eminentes, que acabamos de nomear. Taes homens fazião conceber as mais altas esperanças sobre o resultado d'esta expedição.

Singular interesse ha em lêr nos Commentarios, que Albuquerque nos deixou, o itenerario d'esta armada guerreira, a sua demora nas costas d'Africa, a partida de Bezeguiche, a chegada a Moçambique, e os perigos em que ella se vio. Maior curiosidade se sente ainda seguindo-a no seu descobrimento da ilha de Madagascar, vista primeiro por Soares, a que os Portuguezes dão o nome de São Lourenço (2).

(1) No momento em que Affonso d'Albuquerque toma uma parte mais activa nos acontecimentos, que vai em breve dominar, indispensaveis se tornão algumas palavras de biographia, as quaes transcreveremos dos *Commentarios*. Nasceo Affonso d'Albuquerque no anno de 1453 na villa d'Alhandra, que dista pouco mais ou menos seis legoas de Lisboa; este grande homem pertencia a uma das melhores familias do reino. Seu pai, Gonçalo d'Albuquerque, era senhor de Villa-Verde; sua mãi, Dona Leonor de Menezes, era filha do conde d'Atouguia. No proprio palacio de D. Affonso V foi o moço Affonso d'Albuquerque educado. No anno de 1484 partio com uma expedição, que ía em soccorro d'Otranto, que os turcos estavão cercando; em 1489 foi defender em Africa a fortaleza da Graciosa, situada não longe de Larache; em toda a parte obtem vantagens. D João II, que conhecia os homens, o distinguio e o nomeou seu estribeiro-mór. Francisco d'Albuquerque, que tambem occupa um lugar na historia da conquista, era primo com-irmão d'Affonso d'Albuquerque. O livro tão pouco consultado e tão digno de o ser, os *Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque*, devem necessariamente servir de guia, quando se trata do pouco tempo em que se consolidou o dominio portuguez. Esta obra preciosa não é exactamente obra do grande capitão, mas foi redigida por seu filho á vista dos documentos originaes, que Albuquerque expedia a ElRei D Manoel durante a sua administração. A melhor edição é a de Lisboa, 1774, 4 vol. in-8.

(2) Tambem durante esta campanha se descobrio a ilha, que ainda tem o nome de Tristão da Cunha

Porem se havemos frequentemente assignalado com particularidades minuciosas os lugares pela primeira vez visitados pelos Portuguezes, não nos é d'aqui em diante permittido dar-nos tantas vezes a estas investigações curiosas; cada palavra deve dizer uma acção, cada linha trazer á memoria uma conquista, e nós abreviaremos a narração para chegar aos successos decisivos. Em poucas palavras se ha de saber que havendo com Albuquerque fundado a fortaleza de Çoco na ilha de Socotora, Tristão da Cunha partio para as Indias orientaes, deixando o seu companheiro com seis navios para discorrer pela costa, e entregando a conquista a suas felizes inspirações, ao passo que Francisco d'Almeida fundava o vice-reinado das Indias, multiplicando suas proezas.

Desde esta epoca, com effeito, Albuquerque se mostra o homem essencialmente pratico, o homem de genio, que nenhuma difficuldade estorva. Immediatamente depois da partida do capitão-mór, Affonso d'Albuquerque chamou seus companheiros a um conselho, no qual se decidio que fossem ao estreito d'Ormuz, e que depois de tomarem a cidade de Mascate, alguns dias andassem cruzando n'aquellas paragens. Era este, segundo toda a probabilidade, o programa emanado do conselho real; tratava-se d'inquietar os navios, que n'aquella estação saissem de *Barbora* e do porto de *Zeila* para Diu, Cambaya, e outras muitas cidades da costa do Malabar, que é inutil mencionar aqui.

Com este grande designio, Affonso d'Albuquerque se ausentou de Socotora, a dez d'agosto de 1507, e deixou na fortaleza novamente edificada D. Affonso de Noronha, seu sobrinho, que havia dado já não equivocas provas de valor. Porem seja emulação, mal entendida, de Tristão da Cunha, ou por circunstancias inherentes á sua posição n'aquellas regiões pouco exploradas, o grande homem, que ia á conquista d'uma das mais ricas cidades do mundo, carecia quasi absolutamente dos mais simples provimentos. Sem embargo d'este obstaculo para uma longa viagem, não obstante as incertezas dos pilotos, que conhecião mal o caminho, no fim

d'alguns dias d'uma navegação, em que não deixou de haver perigo, Affonso d'Albuquerque ancorava com a sua armada diante de Calayate, sem saber exactamente em que lugar da costa se achava. Calayate, cidade semi-arruinada, mas que possuia um excellente forte, em continente caio em poder dos Portuguezes: ali se refez Affonso d'Albuquerque de provisões, e, a vinte e dous d'agosto, partio em busca de nova presa.

Desde este momento, e sem o saberem seus capitães, Albuquerque concebeo seus projectos. Depois de Curiate e Mascate, que elle intentava sujeitar, nenhuma cidade da costa era assás poderosa para o demorar. Muito era por certo haver assim estabelecido as bases d'este vasto designio, que mais tarde realisou. Bem comprehendia o capitão general que não tinha só os inimigos a combater, mas que era indispensavel lutar com energia e constancia contra os mesmos, que o rodeavão. Aos homens d'acção, que o acompanhavão, Albuquerque dissimulava seus planos e promettia a India para tempos mais felizes; aos pilotos arabes, cujos conhecimentos se via obrigado a utilizar, dava a entender que era impossivel uma traição, e que era absolutamente necessario guial-o para os pontos da costa por elle designados. Affonso d'Albuquerque tinha com effeito uma especie de talisman, que lhe abria as portas d'aquellas paragens; possuia o famoso mappa maritimo d'Omar; e este roteiro, em que os nomes estavão inscritos com alguma exatidão, mostrava o numero de suas conquistas porvir.

Debalde tentarião os pilotos musulmanos encobrir-lhe a posição geographica dos lugares; Omar assignalava Curiate, e em breve Curiate foi tomada á força d'armas, não obstante ser uma cidade, que continha quasi seis mil homens; o geographo arabe indicava Mascate, e quatro dias depois, a armada lançava ferro defronte da segunda praça do reino d'Ormuz, que foi intimada para reconhecer a soberania d'ElRei D. Manoel.

Referir como depois de convenções, em apparencia as-

sás pacificas e approvadas pelos musulmanos, Mascate foi saqueada e destruida; pintar a horrivel matança de seus habitantes e o incendio, que quasi a reduzio a cinzas; n'uma palavra, narrar tantas violencias muitas vezes desculpadas pela traição, seria um drama terrivel e complicado. Affonso d'Albuquerque, grande a seus proprios olhos, buscava outro desfecho, e já fundava suas esperanças nos mais vastos interesses.

Era por certo um feito d'armas d'incrivel audacia a tomada d'esta cidade: só o chefe da armada não dava mostras de surpresa; os capitães dos outros navios folgavão de haver participado d'aquella facção militar; porem, segundo elles, era assás de gloria, e João da Nova, de todos o mais ousado, e que commandava o navio — *Flôr do mar* —, intimidado dos projectos, que não lhe havião revelado, mas que elle descobria, recusou a sua cooperação para o resto da campanha. Pelo ascendente, que a sua alta intelligencia lhe dava, Albuquerque fez conhecer a João da Nova a necessidade de differir a sua partida para os mares da India. Os outros capitães assentirão a esta decisão. De Mascate Affonso d'Albuquerque se foi a Soar, onde estabeleceo relações pacificas; e só proseguio sua viagem, quando a bandeira portugueza pôde tremular na fortaleza da cidade.

Uma cousa, que parece geralmente ignorada, e que se infere da attenta leitura dos Commentarios, são os altos conhecimentos nauticos, que Affonso d'Albuquerque possuia. Preoccupado da má vontade dos pilotos musulmanos, ou mesmo da ignorancia d'estes pilotos; porem provido do seu roteiro arabe, com imperturbavel attenção seguia os progressos da viagem por aquellas desconhecidas costas. Partindo pois de Soar navegou para Orfacate (1); porem aqui foi vi-

(1) Affonso d'Albuquerque encontrou n'esta cidade um velho, que, espantado da rapidez da sua conquista, o comparou com Alexande, e prometteo aos Portuguezes conquistas tão brilhantes *como as do Macedonio.* « Admirado Affonso d'Albuquerque de ouvir dizer ao mouro que tinha lido a vida d'Alexandre, lhe perguntou on-

gorosa a resistencia, e, graças á intrepidez d'Antonio de Noronha, que tinha oitenta homens á sua obediencia, uma posição importante foi tomada. Ali começou o capitão general a receber noticias mais positivas ácerca da cidade d'Ormuz, que demandava.

Em Orfacate embarcou Affonso d'Albuquerque para esta grande cidade, de que já nada resta por assim dizer (1), e de que todos lhe fallavão com enthusiasmo (2). Munido d'um novo piloto, que n'esta ultima estação havia tomado, o capitão general deo o signal da partida, e no fim de dous dias surgio á vista de trez ilhas, que estavão em parte encobertas pela cerração da manhã, de modo que não se pôde logo reconhecer Ormuz; porem o sol dissipou o nevoeiro, e dobrada que foi uma ponta de terra, a cidade oriental appareceo com todo o seu esplendor.

A' vista das numerosas torres, que sobre as casas opulentas se elevavão, da povoação animada, que de toda a parte apparecia, da cavallaria, que pela praia andava discorrendo, em fim dos sessenta navios, que no porto estavão, e sobre tudo á vista d'uma artilheria, cuja existencia ninguem suspeitava, houve entre os Portuguezes um murmurio de surpreza. Só Affonso d'Albuquerque não deo mostras d'admiração; do piloto d'Orfacate sabia que desde muitos dias os chefes, que em Ormuz commandavão, estavão prevenidos da sua chegada, e que havião chamado ás armas forças respei-

de havia adquirido tal conhecimento, porque elle mesmo sabia o que fizera o conquistador e era mui affeiçoado a suas acções. O Mouro tirou então do seio um livro, escrito no seu idioma e encadernado em veludo carmezim, e o deo a Albuquerque, que o teve em grande estima, e ao mesmo tempo reputou este presente de feliz agouro a respeito da resolução, que havia tomado de conquistar Ormuz:» Vid. *Commentarios*, parte 1.ª, cap. XXVII, pagina 134 do edito de 1774. Affonso d'Albuquerque presenteou o velho Mouro, que lhe tinha offerecido o precioso livro.

(1) Vid. o livro tão substancial e exacto de M. Fontanier.

(2) Se o mundo fosse um ovo, dizião proverbialmente os Arabes, Ormuz seria a gemma.

taveis. Guardou todavia o segredo, e ao piloto ordenou que o não revelasse aos capitães da armada. D'este silencio dependia a sujeição d'Ormuz: assás o prova a impressão, que o aspecto respeitavel d'esta cidade oriental produzio nos commandantes, que ao capitão general fizerão prudentes advertencias. Affonso d'Albuquerque lhes respondeo que confessava « *que era grande a empreza, mas que para recuar era mui tarde, e que mais carecia de resolução que de bom conselho.*

Antes porem de referir o desfecho do drama, convem que lancemos um golpe de vista rapido sobre a posição d'Ormuz, e sobre os acontecimentos politicos, que lá havião succedido.

A cidade Ormuz, segundo João de Barros, está situada n'uma pequena ilha, a que dão o nome de *Gerum* (Djérun), quasi á entrada do estreito do mar Persico; dista a sobredita cidade só trez legoas portuguezas das costas da Persia, e dez da Arabia; os geographos modernos a situão a quatro legoas da costa de Kerman, e a vinte e cinco do cabo Mocendon. Ormuz está edificada sobre um montão de rochedos, que se julgárão volcanicos, e que tem obra de oito a nove legoas de circumferencia, posto que Barros lhes dê só trez e Godinho quatro. E' um lugar absolutamente esteril, e o solo, em que se eleva a cidade, é um composto d'enxofre e sal (1). Esta esterilidade, que nada tem modificado, era tão completa no decimo sexto seculo, que não se via ali espontaneamente nascer uma só herva. Hoje Ormuz está quasi deshabitada, mas então a povoação era florecente e consideravel. Quando os Portuguezes pela primeira vez lá chegárão, aquella cidade era capital d'um reino, que tinha o mesmo nome que ella, e que se prolongava pela costa d'Arabia do cabo Roçalgate até ao cabo Mocendon, apre-

(1) M. Fontanier provou recentemente que o grande historiador portuguez, ou os que o seguirão, tinhão uma opinião erronea ácerca do caracter geologico do terreno d'Ormuz.

sentando uma extensão d'oitenta legoas de costa. A despeito da aridez do seu territorio, Ormuz offerecia grande numero d'edificios consideraveis, porque era a escalla de grande parte do commercio do Oriente. Todas as suas provisões, até os fructos e legumes mais ordinarios, ião da Persia; a agua necessaria para gasto dos habitantes provinha da pequena ilha de Queixame (*Kischmisch*), o que com o andar do tempo foi uma circunstancia, que o conquistador soube aproveitar. Um viajante do decimo sexto seculo, Godinho, diz que a maior parte do combustivel, que no seu tempo se consumia em Ormuz, era subministrado por certa madeira, designado pelo nome de horra, que se achava debaixo d'agoa, e que soltando-a n'ella ia immediatamente ao fundo. Ardia tão bem como a oliveira: esta circunstancia, e a presença do sal mineral, tão abundante n'aquellas paragens, fazia dizer proverbialmente aos Persas, que Ormuz era um paiz onde se ia procurar madeira no mar, e sal no interior da terra.

«O primeiro soberano d'Ormuz, de que a historia faz menção, é designado pelo nome de *Malek-Caez*, litteralmente o senhor de Caez. Habitava com effeito na ilha d'este nome, e dominava todas as ilhas do estreito. Godrum Shah, principe de Magostan, lhe havia comprado Ormuz no anno de 1272, e povoando esta cidade a tinha melhorado muito, e n'ella estabeleceo a sua residencia, depois de haver destruido o reino de Caez, attrahindo para ali todo o commercio do estreito. Os descendentes d'este principe reinárão pacificamente em Ormuz até ao começo do decimo sexto seculo, epoca em que Affonso d'Albuquerque principiou as conquistas, que memoramos.

«O penultimo rei d'esta ilha, Sargol, tendo fallecido, Ceifadim (*Seif-ed-din*), filho de Shah Vaez, que elle havia desthronado, lhe succedeo: este era seu proprio sobrinho. O rei d'Ormuz não tinha ainda saido da adolescencia; por isso um homem celebre, de que muitas vezes fallaremos, Coge-Atar (*Khodja-Atar*), governava em nome do joven principe. Este homem, d'animo flexivel, prestes sempre a illu-

dir uma luta decisiva, tinha sido n'outro tempo valido de Shah Vaez e seu partidario fiel, e continuava a gozar junto de seu filho do mesmo credito, que no tempo do pai obtivera. O seu ascendente se havia augmentado mediante o poder, que lhe dava uma habilidade crescente e a pouca idade do soberano (1). »

Como deixamos dito; este homem habil tinha sido informado da proxima chegada dos Portuguezes, e não só havia pedido soccorros aos xeques do interior, mas tinha em Ormuz ajuntado forças consideraveis. Além dos sessenta navios ancorados no porto, elle podia pôr em movimento duzentas embarcações de remos e grande numero de terradas, do tamanho d'hiates. Numerosa artilheria tornava estas forças navaes mais respeitaveis do que Albuquerque havia presumido; e afora a gente embarcada na armada arabe, não havião menos de quinze a vinte mil homens destinados a defender a cidade. A penas Affonso d'Albuquerque ancorou no porto com os seus seis navios não hesitou ainda assim em encetar negociações. A boa intelligencia não reinava nem entre os chefes, nem entre as tropas; Albuquerque fallou com ousadia, sem occultar nenhuma de suas pretenções. Ormuz devia aceitar a protecção d'ElRei de Portugal, ou, não obstante a sua armáda e formidaveis forças, havia de ter a sorte de Mascate. Coge-Atar não repellio absolutamente as propostas d'Affonso d'Albuquerque, mas tratou de ganhar tempo. Se alguns dias mais passassem, um poderoso exercito cu-

(1) Na sua divertida Miscellanea poetica, Garcia de Rezende falla do uso oriental dos governadores d'Ormuz de mandar vasar os olhos a seus competidores, aos soberanos de nome, por pouco que estes mostrassem querer apossar-se do poder.

Os reis d'Ormuz não mandavão
Mas os seus governadores,
Se alguma cousa falavão
Logo lhe olhos quebravão
Por serem sempre senhores.

Elle affirma mesmo que na segunda expedição, quinze d'estes principes cegos forão pelos Portuguezes levados a Goa.

briria a praia; eis o que mui bem comprehendeo o capitão general e o que o seu genio audaz soube tolher. Vendo que não se concluia a negociação encetada, ao quarto dia Albuquerque ousou acommetter a formidavel armada d'Ormuz com seus seis navios, entre os quaes se distinguia o chamado *Flôr do mar*, que era com justo motivo reputado um dos melhores, que até áquelle tempo se havião construido na Peninsula. Nos Commentarios se deve lêr a descripção energica d'este prodigioso combate, tão fertil em episodios dramaticos, e que mui bem narrou *M. Dubeux*; é ali sómente que se póde descobrir a presença d'espirito de que o general portuguez careceo para perseverar no seu designio. Como facilmente se presume, o resultado do combate esteve por largo tempo indeciso, até que em fim a vantagem ficou aos Europeos. Logo que os Mouros (era este o nome, que Albuquerque indistinctamente dava a todos os musulmanos) entenderão que a fortuna se declarava contra elles, começárão a fugir, lançando-se ao mar, esperando certamente chegar com mais facilidade á praia. Foi então que a mortandade se tornou espantosa: os Portuguezes em suas lanchas perseguião os Mouros, que a golpes d'espada ião matando, sem que elles pudessem fazer a menor resistencia.

Derrotada que foi a armada, Affonso d'Albuquerque se meteo n'uma canôa, e não temeo ir á frente dos seus bombardear um vasto cáes, construido de madeira sobre o mar e guarnecido d'uma artilheria formidavel. Ao mesmo tempo que o canhão troava contra as frageis embarcações, que continuavão o ataque, habeis frécheiros defendião aquella posição importante, onde o capitão general foi fréchado no rosto. Tambem muitos Portuguezes lá forão feridos, o que não tolheo que saissem em terra e fossem destruir os arrabaldes d'Ormuz. Desde este momento, a resistencia começou a ser remissa, e nulla se tornou em muitas partes: o incendio veio misturar seus horrores aos do combate. Vendo os musulmanos eminente a ruina da cidade, arvorárão uma bandeira branca, e despachárão alguns parlamentarios a Affonso d'Albu-

querque. Estes mensageiros offerecerão, em nome do rei Ceifadim, a sujeição d'Ormuz, isto é, que conservando a coroa e pagando um tributo, o principe musulmano reconhecia o senhorio de Portugal. Depois de numerosas conferencias concluio-se a paz, e Ceifadim se obrigou a pagar annualmente a ElRei D. Manoel uma somma de 15$000 xarafins, que se póde avaliar em 12$000 crusados. As clausulas d'este tratado, conservados pelo vencedor, forão gravadas em persa sobre duas *laminas d'ouro* conservando a feição d'um livro. Dir-se-hia que o mesmo tratado, que á vassallagem reduzia Ormuz, ia attestar ainda a sua magnificencia (1).

Depois da ratificação d'estas importantes convenções, e sempre a pesar dos officiaes, que sob suas ordens commandavão, Affonso d'Albuquerque começou a pôr em pratica esse systema de fortificações, que em toda a parte devião assegurar suas conquistas. Ormuz estava sujeita, era necessario um forte para proteger os Portuguezes: o que o capitão general mandou edificar em 1508, se elevou não longe da cidade, na ponta de Morona, sem embargo dos murmurios de todos os chefes, com que o grande homem deveria contar. Não obstante os estorvos, que um inimigo astuto punha á execução das convenções, os trabalhos proseguirão com tal rapidez, que em breve pôde a fortaleza ser posta em estado de defeza. Entendia o providente Affonso d'Albuquerque que este forte, em que seus compatriotas com tanta repugnancia trabalhavão, vinha a ser a chave de todo o commercio do Oriente (2).

As dissensões, que se havião manifestado na esquadra portugueza, atalhárão os resultados d'uma poderosa combinação: cinco transfugas, passados ao serviço dos musulmanos, informárão Coge-Atar da posição do chefe, e da disposição

(1) Os Commentarios nos declarão que este documento diplomatico, tão curioso por mais d'um titulo, esteve largo tempo guardado na Torre do Tombo.

(2) Ainda se póde vêr a planta exacta do sobredito forte no *Tratado dos Vice-reis da India*, que Barreto de Rezende nos deixou.

dos animos, o que bastou para induzir o ardiloso ministro a quebrantar as convenções desde tão pouco tempo estabelecidas. Não obstante as protestações d'amizade, que o joven rei fazia a Affonso d'Albuquerque (a que ás vezes chamava seu pai) as hostilidades de novo começárão. Debalde exigio o grande capitão que lhe fossem entregues os transfugas; recusárão-lhos obstinadamente, porque não ignoravão os de Ormuz que se elle quizesse tentar um ataque geral a cooperação dos outros capitães lhe seria recusada. Debalde mostrou Albuquerque, n'estas circunstancias difficeis, uma habilidade e uma força de caracter igual a tudo o que elle fez de maior com o volver dos annos, João da Nova, e os capitães d'outros dous navios o abandonárão, em menosprezo das leis da honra e da disciplina militar, para se irem ás Indias, e Affonso d'Albuquerque se vio compellido a ausentar-se do porto d'Ormuz, sem mesmo guardar a fortaleza, que com tanto custo mandára construir. Os valentes deixados por elle em Socotora, pedião além d'isto seus soccorros; elle ali foi, e, havendo-se lá demorado algum tempo, partio para voltar a Ormuz, onde suas forças navaes já não lhe permittião mais que observar. Chamando-o porem a Goa outros interesses, Affonso d'Albuquerque partio e chegou a esta cidade pelo fim do anno de 1508. Todavia, com a sua vista exercitada tinha elle examinado a praia d'Ormuz, e anticipadamente designado o lugar, em que se havião de accumular para Lisboa todas as riquezas das regiões orientaes (1).

(1) Nunca Albuquerque melhor mereceo o nome de grande capitão que durante esta primeira campanha. Elle não tinha ainda nome, seus subordinados se apresentavão ante elle como rivaes desdenhosos; comtudo, pelo ascendente do seu genio, pela sua energia, Albuquerque conseguio abrandal-os, tanto que o desejo de ir para as ricas regiões da India não lhes tirou todo o sentimento do dever. Algumas vezes Affonso d'Albuquerque levou a força de caracter até á temeridade; testemunha d'isto é o dia em que elle foi prender ao seu proprio navio João da Nova, para depois lhe perdoar. O pouco espaço nos tolhe de transcrever aqui esta bella passagem dos Commentarios.

Porem os feitos d'outro capitão requerem a nossa attenção, e antes de seguir Albuquerque na sua gloriosa carreira, lançaremos um golpe de vista sobre os esforços, que o primeiro vice-rei das Indias fez, para sujeitar a Portugal outra parte do Oriente.

D. Francisco d'Almeida. — Suas Victorias; sua Administração.

No anno de 1505 havia Francisco d'Almeida partido de Lisboa com o titulo de vice-rei das Indias. Desde que chegou a Cochim, onde se achava estabelecida a feitoria portugueza, começou a fazer numerosas correrias pelo mar, e o seu systema parecia opposto ao d'Affonso d'Albuquerque em suppôr elle os cruzeiros mais efficazes para a prosperidade do commercio do que o podião vir a ser as colonias parciaes, que a seu entender precizaria abandonar. Injustiça haveria comtudo em dizer, como alguem disse, que Francisco d'Almeida não praticava nenhum desembarque, nem acommettia as praças d'accesso difficil. Espirito cavalleiroso, como o seu proprio rival confessa, sem vistas futuras fez a guerra. Era um homem tal, que no começo das conquistas convinha, para infundir terror não só aos musulmanos, que habitavão as ilhas d'Africa, onde tantas vezes se havia arribado, mas tambem aos Indios bellicosos da costa do Malabar (1). Com effeito, Almeida no caminho levou successivamente o ferro e o fogo a Quiloa, Mombaça, Panane e Dabul; e construio fortalezas em Sofala e Cranganor; porem, repetimos, o seu systema era, em geral, que se devia evitar empobrecer o reino pelo estabelecimento de colonias custosas, fundadas em terra d'infieis.

Havendo alcançado muitas victorias brilhantes, Francisco d'Almeida se foi a Cochim, e lá sómente tomou o titulo de vice-rei. Dizem que elle levára uma coroa d'ouro,

(1) Macedo da-lhe o titulo de *Machabeo Portuguez.*

que queria pôr na cabeça do mais fiel alliado dos Portuguezes, mas o velho soberano, cançado de pelejar, se retirou a viver na solidão entre os *Bramatcharis*, que lhe offerecerão asilo, e seu sobrinho recebeo o magnifico presente, que D. Manoel lhe destinava.

Desde a origem, muito se havia o soldão do Egypto commovido com a nova das inopinadas vantagens d'um punhado d'Europeos na Asia meridional (1).

Muito mais augmentou a sua inquietação quando as numerosas victorias de Francisco d'Almeida soárão por todo o Oriente, e elle não tardou em aparelhar uma poderosa expedição para ir destruir, nos mares da India, os que o privavão do commercio d'aquellas regiões. Precisamente ao tempo em que os christãos estavão defronte d'Ormuz, confiava o soldão doze navios d'alto bordo a Mir-Hocem, um de seus generaes, para ir á costa do Malabar; porem Almeida já não estava na cidade, que para séde do seu governo nas Indias escolhera, era D. Lourenço d'Almeida, que em Cochim commandava, e velava pela segurança de Cananor. Não obstante a inferioridade de suas forças, instigado pelo desejo de reparar uma perda, que seu pai lhe exprobrára, D. Lourenço não hesitou em ir offerecer combate a Mir-Hocem: a vantagem coube aos homens resolutos do soldão. Os Rumes, como na costa do Malabar chamavão a esses janisaros, que

(1) Antes da partida d'Almeida, já o Soldão havia feito serias tentativas diplomaticas para dissuadir os Portuguezes do seu projecto de conquista. Tinha ameaçado a christandade com a destruição do Santo Sepulcro, a ruina dos lugares santos, e o exterminio dos adoradores de Jesus Christo, que se achassem em seus Estados. Dussieux refere que o Soldão escreveo ao papa Alexandre VI dando lhe o tratamento de *Rei de todos os Reis Nazarenos*. Esta lizonja oriental não teve bom exito, e, desprezando mesmo as supplicas dos religiosos assustados do monte Libano, Borgia escreveo a D. Manoel para excital-o no seu designio. Vid. *Historia do descobrimento e conquista das Indias pelos Portuguezes.* Esta obra, aliás mui bem escrita, só tem o defeito de citar quasi exclusivamente Faria e Souza, todas as vezes que invoca uma authoridade.

os dominadores de Byzancio enviavão a todas as partes do Oriente, ficárão vencedores, e D. Lourenço perdeo a vida. Dous fidalgos, que á matança havião escapado, se forão a toda a pressa a Cochim, onde o vice-rei já então se achava. Dizem que Francisco d'Almeida recebeo a fatal nova com semblante impassivel, e que não chorou o filho, que queria vingar. Sem razão fallou um escritor moderno das demonstrações d'angustia do vice-rei n'esta circunstancia; elle mostrou-se energico até na sua dor. A derrota de D. Lourenço provava aos Indios que não erão invenciveis os Portuguezes. As terriveis consequencias d'este combate temerario se misturavão no espirito do heroe ás pungentes saudades, que elle devia ter: antes de tudo, indispensavel era reparar a perda, que soffrera um valor imprudente (1). Almeida que era um nobre discipulo d'ElRei D. João II.

Expedição de Francisco d'Almeida contra as armadas combinadas do soldão do Egypto e d'ElRei de Cambaya.

Os Commentarios d'Affonso d'Albuquerque, que fazem justiça ao primeiro vice-rei das Indias, mas que não referem suas proezas, guardão silencio ácerca d'esta expedição memoravel, que se deve lêr em João de Barros, Castanheda, e principalmente em Osorio. Depois de narrar com a sua gravidade ordinaria o modo porque Almeida tomou a opulenta

(1) Um escritor portuguez, seguindo as narrações tradicionaes, diz que os golpes dados por D. Lourenço d'Almeida durante uma batalha podião ser comparados á acção do raio. Refere o historiador que diante de Paname o acommetteo um musulmano de prodigioso vigor, e que o joven heróe lhe descarregou na cabeça tal golpe de cemitarra, que lha fendeo até ao peito. Durante o deploravel combate em que acabou, posto que já mutilado por duas ballas de canhão, ordenou que o levassem para junto do mastro grande do seu navio, e, não querendo render-se, d'ali excitava os seus á vingança combatendo ainda. Vid. J. B. de Castro, *Mappa de Portugal; do valor militar*, t. II, p. 432.

Dabul e a saqueou, havendo referido com uma imparcialidade notavel n'aquelles tempos de fanatismo as inauditas crueldades, que os Portuguezes commetterão n'aquella infeliz cidade, depois de se haver esforçado para fazer entender ao seu leitor a politica dos chefes inimigos e a cautelosa bondade de Meliqui-Az, principe de Guzarate, que se dizia compellido a servir o soldão, o bispo de Sylves, faz o seu heróe atravessar uma cidade desconhecida do reino de Cambaya, onde mui antigos sepulcros lhe trazem á memoria uma fabula da Grecia: depois narra em fim d'este modo o famoso combate: « Almeida partindo d'estes sepulcros mandou seguir o caminho de Dio, onde estava Mir-Hocem, determinado a fazer sair ao largo a sua armada, e a combater com Almeida em alto mar; pelo que, e contra a opinião de Meliqui-Az, ordenou que todos os seus capitães saissem dos portos e estreitos para onde se havião retirado. Constava a frota de Mir-Hocem de trez grandes navios cobertos, outros trez mais pequenos, seis galés, quatro navios de Cambaya, as terradas de Meliqui-Az, e grande numero de bergantins de Calicut; de modo que havião mais de cem vasos n'esta armada. Os soldados de Mir-Hocem, bem armados e resolutos ao combate, confiávão já na victoria, e do mesmo animo erão os estrangeiros, que juntos com elles andavão. A esperança e o despeito os instigava a conservar a liberdade e a exterminar os Portuguezes seus inimigos mortaes. Havião n'esta mesma armada christãos desejosos de vir ás mãos com os Portuguezes: uns erão Venezianos, outros *Slavonios.* Nenhum dos generaes se esqueceo de animar bem sua gente. Mir-Hocem lembrava aos seus as proezas passadas, a extensão do seu dominio, a liberdade de todos os mahometanos.... que do exito d'esta batalha dependia o imperio da India, a salvação e liberdade de todos os povos associados aos Indios, e a gloria perpetua dos que bem pelejassem. Pelo que diz respeito a Almeida, aos seus proferia o nome de Jesus Christo, fallava-lhes da santidade da religião christã e das villanias da seita de Mahomet.... dizia-lhes que ponderassem bem que se per-

dessem a victoria estavão rodeados d'um milhão d'inimigos, que não desejavão outra cousa mais que executar toda a especie de crueldades contra os christãos, cuja memoria havião de completamente extinguir n'aquellas terras se vencessem a batalha.... tambem lhes lembrava a morte de seu filho, o que muito excitou os que o havião conhecido a vingal-o.... Terminado o seu discurso, Almeida mandou desfraldar as velas; porem como o vento era brando e os inimigos havião parado tambem elle ficou quieto, até que o vento refrescou com a volta da maré. Então mandou içar as velas dos mastaréos, e, dando o signal, a sua armada se approximou da do inimigo, de tal modo todavia, que entre ellas havia espaço para combater só com artilheria.»

Estes preliminares d'uma grande batalha naval forão feitos de noite. Toda a gente de Dio havia corrido ás muralhas, e contemplava a acção, de que ía com effeito depender o destino d'uma parte notavel dos povos indios; porem chegou o dia, e taes erão as disposições do almirante portuguez, que Mir-Hocem conheceo, pela primeira vez, que era conveniente seguir os conselhos de Meliqui-Az, que até áquelle momento elle havia desprezado. Em consequencia d'isto, approximou-se de Dio, para se pôr em estado de recorrer a soccorros, que já previa que lhe havião de ser indispensaveis. Havendo feito disposições de batalha, que indicavão firme resolução de pelejar, mas talvez tambem uma funesta previsão (1), Mir-Hocem se collocou no centro da armada e aguardou o momento do combate.

«No seguinte dia, prosegue o bispo de Sylves, depois que Almeida deo o signal, Nuno Vasques Pereira se fez primeiro á véla; após elle vogou Jorge de Mello, mas de longe por descuido do seu piloto. Todos os outros capitães o seguirão de perto no lugar, que lhes fôra assignado. Meliqui-

(1) O antigo historiador observa que o almirante musulmano havia posto n'uma linha os seus seis navios maiores unidos dous a dous, e que elle occupava o centro.

Az, logo que os avistou, fez jogar a artilheria das muralhas e da torre contra ésta armada; de tal modo que uma descarga matou dez homens, que estavão amainando a vela grande do navio de Pereira, o que não obstante, elle seguio á vante e abalroou com o navio de Mir-Hocem, o qual mandou soltar a cadêa, que conservava atada, para que cingisse o navio de Pereira por detrás, e elle pudesse ser mais facilmente derrotado. Conhecendo Pereira este ardil, mandou disparar um grosso canhão da bateria, que atirava á flôr d'agoa, contra este navio destacado, que uma balla varou mui baixo. Vendo Jacques Petrejo a vantagem, que os inimigos tinhão por meio do vão, fez signal a Pereira para que não passasse á vante, pelo que este mandou ferrar as velas e se deteve; o que vendo Mir-Hocem, com grande furia o acommetteo, e estando os navios abalroados, houve um cruel combate d'uma parte e d'outra. Todavia os soldados de Pereira entrárão no navio de Mir-Hocem, e então pereceo Henrique Machado, valente entre os Portuguezes. Não só se combatia no convez mas tambem andavão ás mãos pendurados nas enxarcias, a que os Portuguezes com custo havião subido. Um dos navios de Mir-Hocem, veio acommetter pelo outro bordo o dos Portuguezes, que então tiverão mais que fazer que nunca e se achárão em extremo perigo. Vendo isto, Pereira fazia tudo o que lhe era possivel para soster o inimigo onde era maior o esforço e para acudir aos outros lugares: porem, levantando a viseira para tomar algum descanço foi logo frechado na garganta: não obstante isto a victoria estava indecisa. Vendo Francisco de Tavora o perigo, que ameaçava os soldados de Pereira, abalroou com o navio de Mir-Hocem, e ordenou que alguma gente subisse ás enxarcias; porem foi tal o numero dos que subirão, que quebrando-se as enxarcias no convez cairão os que sobre ellas pelejavão. Então a refrega se tornou mais furiosa que nunca, sendo mortos muitos dos inimigos, e lançando-se o resto á agoa. Os que estavão no navio, que se achava unido ao de Mir-Hocem, vendo a maior parte de seus soldados e marinheiros

mortos, arrombado o seu navio em diversas partes, e anniquilada a equipagem, se salvárão do modo, que lhes foi possivel, e posto que a bordo não houvesse quem fosse proprio para governar o navio, a impetuosidade do fluxo ainda assim os impellio para a praia.

« Entretanto os outros capitães portuguezes trabalhavão da sua parte.... Almeida via o combate ordenando-lhes o que havião de fazer: e a sua artilheria laborava com tanta furia que meteo no fundo um dos navios grandes de Mir-Hocem, algumas terradas, e grande numero de bergantins. Pelo que toca a Meliqui-Az, este enviava, de quando em quando gente de refresco em soccorro dos que estavão cançados para que suas tropas continuassem sempre o combate, e de continuo andava pela praia com a espada na mão matando ou ferindo os fugitivos e ameaçando com a morte os que se mostravão remissos. Mas em fim os Portuguezes alcançárão vantagem e fizerão tal matança, que as ondas do mar estavão tintas de sangue: os habitantes de Calicut forão os primeiros que se retirárão da peleja. Porem os navios de Meliqui-Az e as galés de Mir-Hocem baixárão ao porto e se forão para a foz do rio. Vendo Rodrigo Soares, commandante d'uma caravella, duas galés inimigas, se foi meter entre ellas, abalroando-as pelos dous bordos da caravella; e d'este modo deteve as duas galés, derrotou parte da gente, que n'ellas estava, compellindo o resto a salvar-se a nado. Havia ainda um navio, era o mais alteroso e de todos o mais bem esquipado, revestido de couro cru por toda a parte, tanto para tornar difficil a subida, como para impedir os effeitos do fogo. Estava este navio cheio de soldados bem armados, experimentados e resolutos, e tinha o costado tão forte, que mal podia o canhão n'elle fazer rombo. Depois que os navios d'Almeida por muito tempo o baterão com grande furia, elle começou a fazer agoa de tal modo, que os que estavão dentro se lançárão ao mar; porem forão perseguidos por fustas, e d'elles se afogou a maior parte.

« A batalha durou até á noite; n'ella perderão os ini-

migos quatro mil homens; entre estes havião oitocentos mamelucos do soldão do Egypto, dos quaes só vinte e dous escapárão.

Como Francisco d'Almeida no seu breve discurso havia annunciado, d'esta batalha dependia o poder dos Portuguezes nas Indias. Ninguem nos ha de acusar, assim o esperamos, por nos demorarmos com a relação de combates, que os historiadores d'aquella epoca a cada pagina mencionão. A referida batalha era, como diz o antigo historiador Simão Goulard, o fim do poder dos mahometanos do Egypto; e tão bem o comprehendeo Meliqui-Az, que se deo pressa em assentar paz com os Portuguezes. Pelo que toca a Mir-Hocem, que havia mostrado grande animo e muita habilidade no combate, receando a inconstancia de Meliqui-Az, que poderia entregal-o a Almeida, a toda a pressa fugio para o reino de Cambaya. Elle passou pelo tempo adiante ao alto Indostão, mas os historiadores aqui perdem o seu vestigio, e não tornão a fazer menção do chefe da confederação dos Rumes.

Affonso d'Albuquerque é nomeado governador das Indias.

Ha nos Commentarios uma pagina verdadeiramente dramatica, é aquella em que o author, referindo a devassa tirada pelo vice-rei das Indias a requerimento dos capitães, que pouco antes o havião abandonado, narra em fim o desfecho d'este singular acontecimento. Um dia, Almeida estava assentado no meio dos traidores, que havião abandonado Albuquerque em Ormuz, e estes, confiando na sua facilidade em admittir certas calumnias, se dispunhão talvez a fazer-lhe novas relações sobre a ambição do capitão general, quando Almeida lhes declarou que havia recebido novas do reino, como se dizia então, por navios recentemente chegados. Deixemos fallar o antigo historiador, que cita as palavras d'Almeida: « Senhores, as cartas, que recebi, me annuncião o maior favor, que podia fazer-me ElRei nosso se-



Sá lith.		Lit. R. N. dos Mes N. 12

Affonso de Albuquerque.

nhor; quero dizer, que havendo terminado trez annos de governo, elle me chama a Portugal. Affonso d'Albuquerque toma o meu lugar e deve governar as Indias. . . . E certamente, nosso Senhor me faz n'isto grande favor, porque sendo morto para os contentamentos, que podem dar as cousas do mundo, meus peccados merecião todavia que eu soffresse, antes de fallecer, os trabalhos, que tenho soffrido! . . . . E todos entenderão que elle alludia á perda de seu filho; porem esta noticia, que o vice-rei dava da sua partida, entristeceo os que o ouvião, e mórmente João da Nova, assim como os outros capitães, que tinhão fugido da guerra d'Ormuz.» E como Antonio do Campo n'um discurso imprudente aconselhava a resistencia ás ordens do soberano e a continuação da devassa contra Albuquerque, o vice-rei respondeo judiciosamente: « Não é já tempo, e cumpre obedecer. » Uma nova era d'esplendor e prosperidade começava para os Estados da India.

Chegada d'Affonso d'Albuquerque ás Indias; sua conferencia com Almeida; elle reclama a authoridade.

Se ha um nome, que as idades nos tenhão transmittido ennobrecido por uma gravidade inflexivel, é certamente o grande nome d'Affonso d'Albuquerque. Para ser verdadeiro, é preciso, quasi no começo da historia do heroe, fazer descer esta figura austera do throno em que os seculos o tem collocado, é necessario vêr o vencedor d'Ormuz no ensejo da sua chegada ás Indias, revindicando um titulo, que lhe é devido, e não podendo obtel-o immediatamente, posto que o seu proprio predecessor proclame a justiça de seus direitos. Cumpre, n'uma palavra, vêr o maior homem de Portugal exposto ás injurias, e mesmo ao desprezo dos que um dia serão obrigados a admiral-o. E' o que não diz a historia de *la Clede*, mas é o que referem os Commentarios: deixemos fallar um momento o proprio Albuquerque, na sua narração se encontra a verdade. Para bem entender esta narração original, basta

lembrar que Francisco d'Almeida não havia por longo tempo persistido na sua abnegação generosa, e que os inimigos d'Albuquerque dominavão em fim um espirito enfraquecido pela idade, ou que um pezar profundo alterava. « O vice-rei, preoccupado do que lhe dizião e sem mais detença, partio e chegou a Cochim, a oito do mez de março do anno de 1509, determinado a não entregar o governo das Indias a Affonso d'Albuquerque, seguindo n'isto o conselho dos capitães, que havião fugido no ensejo da campanha d'Ormuz, e d'outros individuos da mesma especie. Quando Affonso d'Albuquerque soube da sua vinda, mandou chamar os officiaes da feitoria, assim como Gaspar Pereira, e lhes annunciou que visto ser chegado o vice-rei, elle fazia tenção de lhe dirigir um requerimento a respeito do governo das Indias, para que em qualidade d'officiaes d'ElRei elles pudessem apresentar-lho; e estando todos assim congregados, e Affonso d'Albuquerque escrevendo o requerimento com João Estevão, vierão dizer-lhes que o vice-rei chegava pelo rio, na galé, que havia tomado aos Rumes. Como os officiaes erão obrigados a ir recebel-o, todos se forão á beira do rio e se meterão n'um barco com Jorge de Mello para ir ao seu encontro. Logo que o vice-rei os vio, saindo da galé entrou no barco com elles, e foi desembarcar junto da fortaleza, onde todo o clero o aguardava, formando uma procissão, e tambem Jorge Barreto, capitão de Cochim, com muita gente. Affonso d'Albuquerque deixou o requerimento, que estava escrevendo, e com alguns dos seus commensaes se foi a receber o vice-rei, e na praia esteve aguardando que elle desembarcasse; porem quando o vice-rei saío em terra, fazendo como se o não visse, foi direito a Jorge Barreto, abraçou-o, e lhe fez muita festa, assim como a todos os que erão presentes. Vendo Affonso d'Albuquerque o pouco caso, que d'elle fazia o vice-rei, lhe puchou pelo vestido fallando-lhe assim: « Reparai, senhor, que estou aqui; » o vice-rei voltou-se para elle, e lhe pedio perdão de o não ter visto, e sem nada mais dizer começou a caminhar, indo todos em procissão até á igreja, onde mestre

Diogo pregou, louvando muito a victoria, que o vice-rei havia alcançado sobre os Rumes. E terminado que foi o sermão, o vice-rei se foi para a fortaleza acompanhado pelos capitães e o povo, e como ía chegando á porta, Affonso d'Albuquerque lhe disse: « Senhor, já que Deos vos concedeo tamanha victoria, que haveis vingado a morte de vosso filho com tanta gloria, e que nada mais resta a fazer, eu vos peço por favor que não haja entre nós discussão, e que me entregueis o governo das Indias, em razão d'estes alvarás, que aqui trago, em nome d'ElRei nosso senhor. Confiai em mim, que não hei de arrastar o paiz á sua perda, como vos fazem acreditar meus inimigos. Já em Cananor vos fiz ver a minha authorisação, Antonio de Cintra vol-a mostrou, e vós não quizesteis examinal-a, mandando-me aconselhar que a tornasse a fechar. » Chegando então Gaspar Pereira, que o vice-rei mandára chamar, Affonso d'Albuquerque lhe disse: « Gaspar Pereira, visto que sois o escrivão annexo ao meu cargo, eu vos requeiro, da parte d'ElRei nosso senhor, que notifiqueis ao senhor vice-rei, e a todos os capitães fidalgos e soldados, que aqui presentes são, estes alvarás, que ponho em vossas mãos, em virtude dos quaes o nosso soberano ordena ao vice-rei que me entregue o governo das Indias. Daime logo um auto das suas respostas, ou da sua auzencia. » Acabando Affonso d'Albuquerque de proferir estas palavras, o vice-rei lhe voltou as costas replicando: « Vós não tendes escrivão annexo ao vosso cargo onde eu estou, » e, sem lhe dar outra resposta, se ausentou.

Gaspar Pereira, com os alvarás, que lhe havia dado Affonso d'Albuquerque, entrou tambem na comitiva do vice-rei, e outros muitos com elle, e todos começárão a rir e a zombar do requerimento d'Albuquerque; e João da Nova, que presente estava, disse a Almeida que faria bem em mandal-o com ferros aos pés para Portugal, porque era um louco, que não sabia já o que dizia. »

Ora o fatal conselho não tardou em ser adoptado: um digno religioso, João Matheos, havia sido preso, porque de-

sapprovava o modo de proceder de Francisco d'Almeida; Affonso d'Albuquerque se apresentou ante o vice-rei para obter a soltura do bom religioso. Não obstante o seu titulo, o proprio Albuquerque foi carregado de ferros, embarcado n'um navio portuguez, e levado a Cananor. Porem era precisamente n'esta cidade que devião mudar os destinos da India, e na sua céga colera Almeida enviava um rival adiante do triumpho. Com effeito, passados alguns dias, um dos dignitarios do reino, o marechal de Portugal, que havia recebido o mando de quinze velas, desembarcou em Cananor, e poz as suas forças á disposição d'Affonso d'Albuquerque, ao qual era unido por nascimento, e que além d'isto reconhecia como vice-rei. Alguns dias bastárão para fazer inteiramente mudar de face os negocios em Cochim. Francisco d'Almeida demittio-se d'uma authoridade por largo tempo conservada, João da Nova expirou longe da sua patria; e se a memoria do audaz navegante recebeo uma homenagem, Affonso d'Albuquerque lha tributou. João da Nova, quasi abandonado por todos, foi acompanhado á sua derradeira morada pelo novo vice-rei, completamente vestido de dó, e as saudades do grande capitão absolvião o velho soldado, que havia fallecido.

Affonso d'Albuquerque mostrou-se n'esta posição delicada o que sempre tinha sido, magnanimo e desinteressado. Perdoou aos inimigos vivos como perdoava á memoria d'um inimigo morto, e não fez sentir ao seu predecessor o peso humilhante d'uma compaixão orgulhosa: Francisco d'Almeida embarcou para Portugal no anno de 1508; fizerão-se todas as disposições para que o rico navio, que o conduzia, surgisse felizmente em Belem, e para que o vencedor dos Rumes pudesse gozar de seus triumphos na corte fastuosa d'ElRei D. Manoel: não foi culpa d'Albuquerque se uma deploravel te-

meridade (1) privou Portugal d'um homem verdadeiramente illustre e valente, mas que o orgulho tornou injusto (2).

Depois da partida d'Almeida, foi preciso tratar de pôr em execução o grande projecto, que induzia D. Manoel a enviar uma expedição mais consideravel que nenhuma das que se havião até então destinado para a conquista das Indias. O marechal declarou que não tinha ido áquellas regiões remotas para mercadejar, que mui pouco lhe importava o commercio das especiarias, e que a sua unica missão era destruir Calicut. A monção requeria que esta expedição se fizesse com rapidez, a prudencia exigia meditação. Affonso d'Albuquerque tentou debalde moderar o ardor do marechal, que estava impaciente de voltar a Lisboa; o vice-rei vio-se compellido a ceder, e a epoca da partida foi resolvida d'um modo positivo. Uma circunstancia, na verdade importante, desculpava a precipitação. Pela relação de certos Bramanes, que ElRei de Cochim enviára em observação, constou que o Samori então se achava no interior occupado em perseguir alguns chefes rebeldes.

A armada partio, Calicut foi incendiada; porem, como Albuquerque parecia antever, o exito da expedição foi deploravel. Depois de haverem deixado roubar o palacio do soberano, os naires se reunirão e derão com impeto sobre o

(1) Francisco d'Almeida, tendo arribado ao cabo de Boa Esperança, foi morto n'um encontro com os Cafres; recebeo uma ferida mortal feita com um páo pontagudo.

(2) Algum motivo tinha Almeida para ser orgulhoso; não só descendia d'uma das primeiras familias do reino, mas havia grangeado justa fama sob os muros de Granada, e todos se lembravão de que D. João II lhe havia feito a insigne honra de o mandar tomar assento á sua meza. No ensejo do seu desembarque, D. Manoel o havia acompanhado até á praia e lhe concedeo o direito de tomar para si um objecto do valor de 500 cruzados de todas as prezas, que se fizessem; mas o grande capitão nunca usou d'este direito. Francisco d'Almeida havia acompanhado D. Affonso V. a França, e foi elle que este principe expedio a Luiz XI no ensejo do seu desembarque em *Provence*. O primeiro vice-rei Portuguez das Indias havia habitado em Paris.

desafortunado marechal; D. Fernando Coutinho fez um derradeiro esforço, mas não lhes pôde resistir e pereceo, ferido mortalmente por uma frécha (1).

Affonso d'Albuquerque, ajudado por seu sobrinho Antonio de Noronha, fez n'esta occasião prodigios de valor; soube reunir a gente, e fazer retirar a armada em boa ordem; e as grandes forças, que ElRei D. Manoel tinha mandado ás Indias, ficârão intactas e promptas para servir ao bom exito d'outra expedição.

Tomada de Goa.

Era certo que o Samori, avisado em tempo conveniente, havia conseguido ajuntar suas forças e voltava á frente d'um grande exercito contra os Portuguezes: imprudencia seria, se os christãos acommettessem tão desproporcionadas forças. Já Affonso d'Albuquerque voltava suas vistas para o golfo Persico, sem abandonar suas pertenções sobre o reino de Calicut, visto que tinha escrito em consequencia ao rei de Narzinga, quando achando-se em Cintacora, seus projectos houverão de se modificar. No porto que acabamos de nomear, um chefe indio, conhecido n'aquellas regiões pelo nome de Timoja, tambem desembarcava á frente de forças maritimas consideraveis; Timoja deo a saber ao vice-rei que era factivel executar um ataque subito ao longo da costa, e que a cidade de Goa devia facilmente cair em poder dos soldados afoutos, que d'ella se quizessem apoderar.

Privada desde mui pouco tempo do seu soberano, que os historiadores portuguezes designão pelo nome de *Sabaio*,

(1) Este fidalgo, homem dotado de muito valor, mas imprudente, tarde comprehendeo a importancia dos conselhos, que Albuquerque lhe dava. "E'aquella a cidade de Calicut, de que vós tanto fallais? dizia elle caminhando para o palacio. Avisárão-no de que desconfiasse da astucia dos soldados pretos, que elle com tamanho desprezo tratava; e passado alguns instantes estava realizada a prophecia. Vid. *Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque*, t. II.

esta capital d'um reino musulmano, que por assim dizer se achava no meio das possessões dos monarchas indios, estava entregue a todos os horrores da anarchia, e quasi que se poderia dizer das dissenções religiosas. Um chefe, chamado *Melek-Çufergugi*, havia de necessariamente oppôr alguma resistencia; porem pouco mais tinha de mil homens aguerridos, que pudesse fazer marchar contra os christãos. Timoja a estes offereceo seu auxilio e conselhos, esperando fazer com que a expedição redundasse em seu proveito. Porem Affonso d'Albuquerque, entendendo logo quaes erão as vantagens, que a Portugal podião resultar d'esta cooperação, aceitou-a e deo á vela: poucos dias depois, estava senhor do castello de Pangi, que defende a entrada da barra de Goa, devendo este successo ao valor da gente, que Antonio de Noronha commandava. Não tardou a cidade em sugeitar-se, por assim dizer sem disparar um tiro, e Goa, que tão decisiva influencia devia ter nos destinos da India, via a cruz dos christãos arvorada sobre a sua principal mesquita.

Nenhuma das cidades visitadas pelos Portuguezes apresentava tantos elementos oppostos de crenças e usos diversos: conquistada outr'ora aos Indios, lá se confundião todas as seitas do mahometismo, dos Turcos, dos Rumes, dos Mouros propriamente ditos e dos Persas. Este ajuntamento d'homens, já afeitos a tolerar suas crenças reciprocas, era, a nosso entender, o que tornava Goa essencialmente propria para receber o dominio dos christãos. A capital da mui antiga *Tiçuari* era tambem a passagem para os reinos de Narzinga e Dekhan. Albuquerque não podia hesitar, Goa devia ser o ponto central, em que pelo tempo adiante se havião de reconcentrar os esforços dos conquistadores.

Debalde revindicou Timoja a soberania da ilha e da sua capital. Albuquerque, que nada havia promettido, illudio as petições do principe indio, e, graças á sagaz constancia, que elle soube conservar n'esta circunstancia, o alliado dos Portuguezes houve de se contentar com ricos presentes e vastas possessões territoriaes, que elle fingio deprezar, mas que po-

derião indemnisar todo o homem, que não aspirasse ao titulo de soberano.

Goa rendeo-se a dezesete de fevereiro de 1510. O dominio dos christãos não era resultado d'uma sanguinosa conquista; musulmanos e Indios puderão voltar a suas habitações. Esta conquista, servindo-nos das expressões dos antigos cronistas, encheo de jubilo a alma d'Affonso d'Albuquerque; porque sujeitando a ilha de Goa, elle tinha com effeito executado um grande designio, e previa que a capital das Indias portuguezas havia de elevar-se no lugar, que os Mouros tinhão escolhido de preferencia para n'elle estabelecerem a sua feitoria principal. Havia n'esta escolha uma razão de conveniencia incontestavel, e sobre tudo um grande motivo politico.

Não puderão ainda assim realisar-se em continente os projectos do grande homem. Havendo este momentaneamente abandonado a sua nova conquista, um principe mahometano d'aquellas regiões, Adel-Schah, foi assás feliz para arrebatal-a aos christãos. Affonso d'Albuquerque de novo apparece á vista de Goa, e, a 25 de dezembro do mesmo anno de 1510, se torna a apossar d'esta cidade, que definitivamente encorpora ao reino de Portugal. Goa só custou, segundo dizem, dezeseis homens aos Portuguezes, ao passo que numerosos musulmanos lá perderão a vida. Albuquerque adoptou severas disposições repressivas e as propriedades dos habitantes forão respeitadas. Os Commentarios attestão que desde a origem, e no começo da nova administração, se promulgárão leis cheias d'humanidade. Seculos antes que os Inglezes pudessem jactar-se de haver abolido o insensato uso dos *Sutties*, Albuquerque se oppunha a que o espantoso sacrificio das viuvas indias pudesse executar-se em Goa.

Projectos de conquista; primeiras expedições a Malaca.

Em quanto estes acontecimentos prodigiosos succedião

nas Indias, projectos ainda mais vastos se discutião no conselho de D. Manoel. Já nos primeiros annos do decimo quinto seculo o povo tinha direito de chamar a este soberano d'um canto de terra *o rei afortunado*. Não era já como no tempo de D. João II, em que alguns centos de legoas ao longo das aridas costas d'Africa podião satisfazer a sua ambição. Em resultado d'incessantes guerras a geographia tinha feito progressos, e com ella augmentavão os desejos de conquista; um só golpe de vista sobre os mappas imperfeitos d'aquella epoca, sobre o de João da Nova por exemplo, bastou para fazer conhecer de que importancia ião ser as duas passagens, que já se reputavão como as duas portas do commercio asiatico; o estreito de Sonda e o de Malaca excitavão quasi no mesmo gráo os desejos do gabinete de Lisboa. Porem Malaca prevalecia, por offerecer aos Portuguezes uma passagem mais rapida do golfo de Bengala para essas regiões a que a antiguidade havia dado o nome de Chersoneso d'ouro. Na epoca em que D. Francisco d'Almeida era vice-rei das Indias, já no conselho de D. Manoel se havia tratado de Malaca e da sua importancia commercial. Instruido por estas discussões, ElRei decidio que Diogo Lopes de Sequeira, com uma armada, partisse de Lisboa, levando instrucções para reconhecer a situação d'aquella cidade e tentar estabelecer relações entre os habitantes e os Portuguezes. Havendo encontrado mais d'um obstaculo, Diogo Lopes surgio em fim em Malaca, onde foi recebido com mostras apparentes de boa amizade. Estas demonstrações benevolas, que nada tinhão de singular da parte d'um povo da raça malaia, occultavão traição. O almirante portuguez, confiando demaziado nos homens d'esta raça, correo risco de perecer com os seus, e esteve a ponto de ser victima das ciladas dos Mouros. Em Malaca, como na costa do Malabar, os Arabes commerciantes, que tinhão desde largo tempo suas feitorias n'aquellas regiões, ajustárão-se com o governador da cidade para fazer perecer os estrangeiros. Diogo Lopes escapou da traição, mas deixou prisioneiros em poder dos Malaios mais de trinta Por-

tuguezes. Desde logo foi por ElRei de Portugal declarada a guerra ao soberano de Malaca. Diogo Lopes de Sequeira voltou á Europa, precisamente na epoca em que tinha lugar um grande acontecimento. Affonso d'Albuquerque estava sem interrupção occupado nas guerras da India, e nas que fazia pelas costas d'Ormuz; pelo que muito tempo se demorou em ir castigar a traição dos Malaios; porem quando a cidade de Goa foi conquistada; depois que estabeleceo a séde do imperio portuguez na Asia, Albuquerque resolveo sujeitar aquelles povos astutos, e cumpre accrescentar que d'elle foi esta resolução, por quanto as ordens de Lisboa o mandavão para outra parte.

O grande homem deixou-nos um testemunho da impressão, que no imperio malaio produzio a nova de seus successos. Aqui transcreveremos o que se lê nos Commentarios sem alterar o estilo. « Como Goa era famosa em todas as regiões e reinos da India, logo a nova se divulgou por meio dos mercadores de Calicut, e a todos os reis se fez saber o modo porque o grande Affonso d'Albuquerque havia tomado esta cidade e lançado os Mouros fora d'ella. Logo que a Malaca chegou esta noticia, o Bendara (1), que ali governava pelo rei seu sobrinho, receou que Affonso d'Albuquerque fosse a tomar vingança da sua traição. Este homem, que era dissimulado e ao mesmo tempo intelligente, começou a bastecer a cidade de provisões consideraveis, depois foi ter com Ruy d'Araujo e com os outros prisioneiros, que se achavão juntos n'uma casa, onde lhes davão muito máos tratamentos, e sem lhes participar o que tinha succedido nas Indias, disse-lhes que o levantamento, que se havia manifestado contra os Portuguezes, não fôra excitado por seus conselhos, nem executado por sua ordem; que os Guzarates e Javanezes tinhão feito tudo sem que elle o soubesse, só porque temião que os Portuguezes ao sair d'aquelle porto os maltratassem; porem que elle estava resolvido a castigal-os severamente, porque

(1) Regedor de cidade na India.

muito desejava obter a amizade dos Europeos, e vel-os commerciar em Malaca.» Desde este momento a sorte dos prisioneiros, que não erão mais de dezenove, começou a melhorar, sendo-lhes concedida alguma liberdade. Araujo soube os successos de seus compatriotas; como homem habil, tirou proveito da sua posição; e, por um Mouro chamado Abdallah, que conseguio subornar, deo a Albuquerque exactas informações, de que o vencedor de Goa devia necessariamente aproveitar.

Uma cousa tolhia comtudo que Affonso d'Albuquerque para esta parte voltasse suas armas. Em todas as cartas, El-Rei lhe recommendava que fizesse diligencias para grangear a Portugal a cidade de Aden, que se podia reputar como chave do estreito do mar Vermelho, e na qual uma fortaleza, construida pelos Portuguezes, devia no porvir estorvar o commercio, que os Mouros n'aquellas regiões fazião. O que augmentava a necessidade de emprehender esta expedição, era principalmente a nova, que se tinha divulgado, de que se projectava no Egypto um immenso armamento. O sultão do Cairo apercebia em Suez uma frota consideravel para ir acommetter os Portuguezes e lançal-os fora da India. Affonso d'Albuquerque conhecia a necessidade d'obedecer ás ordens d'El-Rei, e, mandando fazer prestes uma armada, se encaminhou para o estreito; mas ventos contrarios em breve o compellirão a voltar a Goa; durante este tempo, passou a monção de navegar da India para o mar Vermelho. Foi precisamente este acontecimento que determinou a expedição de Malaca. Considerando o vice-rei que não lhe era já possivel ir a Aden, resolveo, d'accordo com os outros chefes, aproveitar a armada indo castigar o Bendara. Em consequencia d'esta resolução, depois de prover á segurança das fortalezas de Cananor e Cochim, o vice-rei proseguio a sua viagem para Malaca, com uma armada de dezenove embarcações, em que ião mil e quatrocentos homens: importa porem observar que d'estes só oitocentos erão Portuguezes; indios e musulmanos compunhão o resto.

Malaca não era então o que hoje é, uma aldêa arruinada; posto que a maior parte das habitações fossem construidas de madeira e cobertas d'ola (folha de palmeira), havião ali alguns edificios consideraveis, muitas torres construidas de pedra, e a cidade se prolongava por espaço d'uma legoa ao longo do mar. Segundo o calculo dos proprios, ella não continha menos de cem mil almas. A enseada, que era a pouca distancia, estava coberta de navios de diversas nações. A India, a China, o reino de Sião, as ilhas mais civilisadas da Oceania, reputavão Malaca como o emporio natural onde tantos povos ião commerciar (1).

Destituida de toda a importancia na sua origem, noventa annos bastárão para dar a esta cidade o esplendor de que gozava.

O Bendara, com quem os Portuguezes se acharão ao principio em contacto, não era, como deixamos dito, o senhor d'aquellas regiões, mas sim regedor da cidade e parente proximo do rei. Mahamed, assim se chamava o soberano, que então reinava, conheceo logo o que lhe convinha fazer, e entendeo que era indispensavel sacrificar em apparencia o chefe, cujo procedimento irritara os Portuguezes; é isto ao menos o que nos referem os Commentarios d'Albuquerque, quando pintão a chegada dos Portuguezes diante de Malaca.

O genio cruel, e ao mesmo tempo astuto, que se attribue á raça malaia, parecia manifestar-se com toda a sua energia. Albuquerque entendeo desde os primeiros momentos que a desconfiança lhe seria tão necessaria como o valor. Tal

(1) A's pessoas, que ácerca d'estas regiões desejarem exactas noticias antes da chegada dos Europeos apontaremos a excellente obra de *M. du Laurier.* Os costumes originaes, crenças, artes e até superstições, tudo foi mui bem narrado no opusculo do habil professor, que consultou os proprios livros malaios. Vid. *Memorias, cartas e narrações relativas ao curso de lingoas malaia e javaneza feito na Bibliotheca real nos annos de* 1840, 41 e 42, etc. Paris 1843.

era a actividade d'este homem extraordinario, que antes de surgir no porto de Malaca já se havia apoderado de oito navios dos Mouros, que por acaso no caminho encontrára.

Indispensavel era uma razão plausivel para explicar a presença d'Albuquerque; o captiveiro dos christãos foi o motivo, que elle deo. Logo que a armada portugueza ancorou, o sultão mandou perguntar se aquelles numeresos navios ião com intenções pacificas ou hostis; declarou que muito desejava paz com os Portuguezes, o que provava um acto recente do seu governo, visto que tinha já condemnado á morte o Bendara, primeira causa do movimento popular em que muitos christãos havião perdido a vida. Affonso d'Albuquerque respondeo ao sultão que estava bem convencido da sua innocencia, mas que, depois de ter castigado o principal culpado, lhe restava pôr em liberdade os prisioneiros portuguezes, accrescentando que, por não se haver executado esta clausula indispensavel, o rei christão, que elle representava, lhe dera ordem de tomar vingança de tão manifesta injuria.

Um phenomeno natural dava alguma esperança a Mahamed, que com justa razão pensava que só se tratava de temporizar: proxima estava a epoca em que cessa a monção n'aquellas paragens, e chegada esta quadra não havia alternativa, era d'absoluta necessidade que a armada voltasse ás Indias, ou que Affonso d'Albuquerque ficasse entre os Malaios, e n'este caso a sua ruina era quasi certa. O soberano de Malaca fez pomposas promessas, mas não entregou os prisioneiros. Em quanto illudia a petição que se lhe acabava de fazer, do rio mandava saír grande numero de lancháras (1) armadas em guerra, que passavão por diante da armada e parecião ameaçal-a, posto que evitassem começar as hostilidades.

Com essa presteza de resolução, que ás vezes dá uma posição trabalhosa, e que frustra todos os planos, Albuquerque determinou tomar a iniciativa, e destacando da arma-

(1) Embarcações asiaticas pequenas.

da quatro fustas, que mandou vogar ao longo da costa, a cidade começou a ser bombardeada: Vinte barcas inimigas tentárão fazer calar o fogo, mas forão logo compellidas a voltar ao porto, porque Albuquerque enviou outras embarcações em soccorro das fustas, que havião começado o ataque. Mahamed decidio-se então a fazer propostas de paz, affirmando que logo que se concluisse um tratado d'alliança, entregaria sem demora os christãos prisioneiros.

Não obstante estas proposições pacificas, com actividade se fortificava a cidade, e oito mil canhões de todos os calibres, que Malaca possuia, se punhão em estado de rechaçar o inimigo. Alguma exageração ha talvez n'este numero; porem, afora a formidavel artilheria de que havemos feito menção, o sultão podia dispor de forças muito mais consideraveis que as dos christãos; elle tinha ao seu serviço vinte mil estrangeiros e grande numero de Malaios. A segurança, que estas forças lhe inspiravão, vedou que elle désse ouvidos aos conselhos de muitas pessoas influentes, as quaes lhe aconselhárão que não só entregasse os prisioneiros, mas que indemnisasse os Portuguezes dos damnos, que a armada de Diogo Lopes havia soffrido.

Irritado d'estes subterfugios e fatigado das delongas, Albuquerque resolveo não escutar mais proposta alguma, em quanto não lhe fossem remettidos os prisioneiros, que esteve esperando alguns dias, e vendo que não chegavão, tomou uma resolução extrema. Duas embarcações forão por seu mandado pôr fogo a algumas habitações situadas á beira mar, e tambem incendiárão os navios guzarates, que davão soccorro ao sultão de Malaca: este expediente teve o resultado, que d'elle se esperava. Logo que o incendio começou a propagar-se, forão os captivos portuguezes enviados ao vice-rei. Os principaes da cidade, que os acompanhavão, não impuzerão outras condições mais que a cessação das hostilidades.

Albuquerque atalhou então o incendio, que ameaçava consumir a maior parte da cidade; porem, além de trezentos mil cruzados, que pedio para indemnidade, como chefe

providente, exigio que o deixassem construír, mesmo na cidade, uma fortaleza, que devia servir de feitoria aos Portuguezes. Mahamed não se achava em estado de resistir d'um modo ostensivo, mas se por suas palavras mostrou condescender com as vontades do vencedor, nem por isso deixou de continuar occultamente o armamento dos fortes. Albuquerque tomou então o partido de atemorizar as povoações inimigas por uma victoria brilhante; o assedio de Malaca foi resolvido.

Um antigo viajante francez, que por aquellas regiões andou no decimo sexto seculo (1) louva até certo ponto o valor dos Malaios; porem, se os representa como dotados d'uma energia, que a muitos respeitos os tornava superiores aos Indios, elle accrescenta que são « obstinados, mui soberbos, e sobre tudo grandes embusteiros e ladrões. »

O caracter dos povos, com que tinha de combater, era bem conhecido d'Albuquerque, que resolveo infundir terror aos Malaios por uma resolução vigorosa; não avaliava elle com menos exactidão o espirito, que animava seus soldados, e o dia de São Thiago foi escolhido para o ataque. Util foi o conselho de Ruy d'Araujo n'esta circunstancia, e, por seu parecer, Albuquerque resolveo antes de tudo apoderar-se d'uma ponte, que unia a cidade a uma aldêa chamada Upi. Ao amanhecer começou o ataque, e ao meio dia estavão os Portuguezes senhores da ponte, e já incendiados os palacios do rei. Em breve foi destruida uma parte d'aquella vasta cidade. Era chegada a noite, e os soldados, cençados de ferir, pedião algumas horas de repouso. Albuquerque foi, pelo clamor publico, compellido a voltar para a armada, o que não executou sem se apossar de cincoenta canhões de grosso calibre, que defendião a ponte d'Upi. Muitos Portuguezes tinhão, n'este ataque, sido feridos por sétas envenenadas, e os Malaios havião coberto a praia d'estacas aguçadas. A tomada definitiva da cidade tornava-se talvez mais difficil do

(1) Vid. Francisco Pyrard, suas *Viagens*, t. II, p. 101.

que ao principio tinha sido. Affonso d'Albuquerque resolveo fazer um derradeiro esforço e apoderar-se outra vez da ponte; para o que mandou uma embarcação, bem armada, para a foz do rio, mas ella não pôde passar além d'um banco d'arêa, que lhe tolhia a passagem, e o mesmo succedeo a outro navio mais pequeno. N'esta situação difficil muitos dias decorrerão, até que em fim puderão os navios ir ávante e determinou-se o desembarque. Taes forão as disposições d'Affonso d'Albuquerque, que em breve o inimigo se vio no meio de dous fogos; em poucas horas a ponte de novo caio em poder dos Portuguezes, e Mahamed, entendendo que a cidade já não podia resistir, buscou refugio n'uma mesquita fortificada do lado d'Upi. Foi então que, apesar dos desesperados esforços dos Malaios, os Portuguezes entrárão em Malaca. O vice-rei mostrou-se onde era maior o perigo; indo a entrar n'uma rua deserta, um soldado lhe disse que logo d'ali se affastasse: tinha o inimigo na dita rua praticado fossos occultos, guarnecidos d'estacas envenenadas, onde encontrarião morte tormentosa os que n'aquelle lugar penetrassem. Então Affonso d'Albuquerque voltou para a mesquita, mas achou-a já tomada.

Graças á precaução do general, a ponte havia sido posta em tal estado de defeza, que as tropas do sultão não puderão recuperal-a: a maior parte da cidade logo caío em poder dos Europeos. Todavia o resto d'esta grande capital houve de conquistado passo a passo, e nove dias forão necessarios para tomal-a completamente. Depois de muita perseverança, valor e esforços inauditos, os Malaios se retirárão deixando os Portuguezes de posse da cidade.

Mui importante foi o despojo, e sabido é que trez mil peças d'artilheria ficárão em poder do vencedor. Todas as riquezas, que na cidade se achárão, forão distribuidas pelos soldados; Affonso d'Albuquerque para si só reservou alguns objectos curiosos, que queria offerecer a ElRei D. Manoel, e seis leões de bronze, que havião de ornar o seu tumulo. Este desinteresse não admirou então pessoa alguma: toda

aquella geração d'antigos Portuguezes unia a abnegação de si mesmo á grandeza.

O que sobre tudo cumpre louvar em Albuquerque e Almeida, é terem conhecido o genio dos povos, que conquistavão, e haverem até certo ponto respeitado suas preoccupações religiosas. E' porque estes homens tão eminentes na guerra erão tambem grandes por sua instrucção. Pacheco, Antonio de Noronha, D. João de Castro, offerecemos evidentes provas do que dizemos: basta lêr os Commentarios para conhecer a não vulgar instrucção d'Albuquerque, que em Malaca soube grangear a affeição dos indigenas respeitando suas idéas: authoridades malaias e portuguezas forão simultaneamente estabelecidas na cidade, em que o commercio em pouco tempo floreceo de novo, e o grande homem teve a gloria de annexar ás vastas conquistas, de que já a sua patria se jactava, uma colonia poderosa, de que Portugal obteve immensos resultados.

Segunda expedição d'Albuquerque contra Ormuz.

Era Affonso d'Albuquerque homem d'execução repentina, e ao mesmo tempo de previsão perseverante. No meio d'estas expedições victoriosas, que com tanta frequencia renovava nos mares da India, nunca esqueceo seus primeiros designios sobre Ormuz, porque admiravelmente comprehendia a vantagem das posições geographicas e o caracter dos povos, que Portugal podia utilizar. No intervallo, que tinha decorrido entre a sua primeira viagem e a que meditava, a fama das grandes victorias, que elle havia alcançado, chegou até Coge-Atar. Habil em reiterar protestos d'amizade segundo as circunstancias, este chefe arabe tinha mandado dizer ao vice-rei das Indias que Ceifadim estava prompto a pagar o tributo estipulado outr'ora, e mesmo a reconhecer o senhorio de Portugal, com a condição de que havia de ser esquecido o antigo espirito de odio.

Albuquerque havia aceitado com benevolencia estas communicações; tinha mesmo recebido o que por Coge-Atar lhe era devido, e d'elle se podia dizer, que em grande parte havia a sua fama concluido o que suas armas não tinhão podido fazer.

O vice-rei das Indias recebia com tudo ordens da mãi patria, e em breve não pôde contentar-se com as concessões, que estavão a ponto de fazer-lhe; o dominio portuguez devia ser definitivamente estabelecido em Ormuz. Guiado por este motivo, o general partio para esta ilha, em 1514 segundo João de Barros, em 1513 conforme Galvão, com uma armada consideravel. Querião os Portuguezes sobre tudo acabar o forte, cuja construcção fora interrompida, e de que os musulmanos se havião apoderado.

Indispensavel é lembrar aqui que no anno precedente o proprio sobrinho do governador, Pedro d'Albuquerque, tinha recebido ordem de ir reconhecer as costas do golfo Persico e de cruzar na altura do cabo Guardafu. Já, repetidas vezes, este official tinha pedido ser reintegrado na posse do forte começado alguns annos antes por seus compatriotas; porem baldadas havião sido todas as suas diligencias, ainda que o governador tivesse cessado de mostrar-se hostil aos Portuguezes. Em quanto Albuquerque consolidava o seu poder na India, grandes mudanças politicas succederão n'aquellas regiões. Ceifadim falleceo envenenado, *Torun-Schah* reinou em seu lugar, e o homem em que este despota depositou a sua confiança era, em 1513, um velho Persa, chamado *Rais Nordim*; porem exactamente ao tempo em que o general portuguez ante Ormuz apparecia uma nova revolução se manifestava. *Rais Hamed*, sobrinho de *Rais-Nordim*, tinha-se apoderado da pessoa do soberano, o seu antigo ministro foi encarcerado, e a cidade soffria um jugo mais despotico que nunca. A' nova da chegada da armada d'Albuquerque, *Rais Hamed* mudou de politica: soltou *Torun-Schah*, e tambem restituio a liberdade a *Rais Nordim*. O audaz usurpador temia os Portuguezes e a intervenção do seu chefe o assustava.

O primeiro procedimento d'Affonso d'Albuquerque foi pedir a restituição da fortaleza; as forças navaes de que podia dispôr inspirárão respeito aos musulmanos, que logo lha restituirão, tomando os Portuguezes posse d'ella em nome d'El-Rei de Portugal. Era indispensavel todavia acabar a dita fortaleza; Albuquerque desembarcou para dirigir por si mesmo trabalhos, a que com razão annexava uma alta importancia.

Não havia o captiveiro de *Torun-Schah* cessado; só se tinha tornado menos rigoroso, e isto pôde o antigo ministro dar a saber ao grande capitão, cuja intervenção sollicitava. A resolução do capitão general foi prompta; Ormuz, sob o governo de *Rais Hamed*, ia cair em poder da Persia; Albuquerque resolveo, por uma acção decisiva, prival-o da authoridade e da vida. Esta despiedada moral dos conquistadores parece d'algum modo desculpada pelos projectos do chefe musulmano. O cauteloso governador d'Ormuz achava-se animado das mesmas disposições a respeito do vice-rei; e este projecto foi exactamente o que o fez correr á sua perda.

Torun-Schah, Rais Hamed e Rais Nordim, ajustárão um dia ir visitar Affonso d'Albuquerque, com a condição porem de que havião de estar sem armas os que á sua conferencia fossem presentes. Esta convenção, como bem se imagina, foi quebrantada, por que os Portuguezes se armárão occultamente, e o proprio Rais Hamed tambem appareceo armado. « Foi elle que primeiro entrou na sala, e D. Garcia de Noronha ao vel-o armado fez reparo. Rais Hamed respondeo, com um transporte cheio d'arrogancia: Isso não diz respeito á minha pessoa.... E no mesmo instante bradou a Torun Schah que não entrasse, porque os Portuguezes tinhão armas. Então o interprete Alexandre d'Ataide, travando-o pelo braço, lhe disse que ia mostrar-lhe as salas para que pudesse desenganar-se de que não havia lá nenhum soldado escondido; e com isto o levou a Affonso d'Albuquerque, que lhe deo ordem de largar as armas, por que não respeitava as convenções, que se havião feito. A estas palavras, Rais Hamed levou a mão ao punho do seu alfange. Pedro d'Albu-

querque, sobrinho do general, se meteo entre este e Rais Hamed, que, já fora de si, segurou Albuquerque pelo vestido. Este, empurrando-o com violencia, bradou a seu sobrinho: — Matai-o. — Os punhaes até então occultos brilhárão na mão dos Portuguezes, e uma só palavra do general bastou para que Rais Hamed caisse banhado em sangue. Torun Schah entrou então, e, vendo Rais Hamed assassinado, deo mostras de susto; porem Albuquerque o recebeo com tántas protestações d'amizade, que logo elle se tranquillisou. Durante este tempo, e posto que nada soubessem do que tinha succedido, os partidarios do morto, vendo que havião cerrado as portas, chegárão com machados para arrombal-as; mas o vice-rei dando o signal, que era a detonação d'uma arma de fogo, os soldados de fora começárão a tratar tão duramente os Mouros, que estes houverão de se ausentar. Torun-Schah appareceo então para aplacar a revolta, e na summidade do edificio se mostrou em companhia de Nordim e do general portuguez. E foi mesmo a estes que os irmãos d'Hamed se dirigirão para que lhes fosse entregue aquelle, que com instancia pedião. Affonso d'Albuquerque respondeo, que se querião lhes enviaria a cabeça delle. Com tal resposta tiverão os irmãos d'Hamed a certeza de que este era morto, e se forão á pressa para o palacio onde se fortificárão. Inevitavel parecia um rompimento; porem pela prudencia de Nordim, não houve effusão de sangue, e os que compunhão a facção de Rais Hamed convierão em evacuar a ilha.

Desde logo se consolidou em Ormuz o dominio portuguez, e a formidavel fortaleza, que os christãos tinhão acabado, lhes garantia a duração d'uma authoridade, que os Orientaes não podião já disputar-lhes (1). Ormuz tornou-se para os Portuguezes (2) terra d'um vastissimo commercio,

(1) Na obra manuscrita de Barreto de Rezende, intitulada *Tratado dos vice-reis da India*, se póde vêr o plano d'esta fortaleza.

(2) Notoria é a resposta do vice-rei aos principes do golfo, que exigião tributo como no tempo passado. Elle ordenou que dos navios trouxessem muitas ballas de bombarda, arcabuzes e espin-

que os Asiaticos invejavão; e esta cidade substituio na Peninsula, com mui grandes proporções, a feira de Lamego, onde de Granada levavão, na idade media, as especiarias e generos do Oriente, e que servia, por assim dizer, d'emporio á capital, já tão commerciante, do reino de Portugal. Como em todos os lugares por onde passava, Albuquerque aqui deo a conhecer a influencia de suas altas previsões; a administração foi regulada segundo as mais judiciosas disposições, o commercio recebeo prodigioso incremento, e da rica cidade oriental se póde dizer o que no decimo sexto seculo se repetia: Se Ormuz não é o paraiso, está mui perto d'elle.

Descobrimentos dos Portuguezes nos mares da India.

Em quanto Affonso d'Albuquerque fazia as maravilhosas conquistas, que lhe grangeárão o appellido de Grande, não se descuidava dos descobrimentos, que podião enriquecer a sua patria (1). Refere Antonio Galvão que pelo fim do anno de 1511 elle enviou trez navios ás ilhas de Banda e ás Molucas, e que confiou o mando dos ditos navios a Antonio d'Abreu. Francisco d'Abreu, parente d'este, ía ás suas ordens, e derão a ambos cento e vinte homens para executar esta perigosa expedição; o vice-rei entendia que o numero d'individuos, que bastára a Christovão Colombo para effectuar seus primeiros trabalhos, devia tambem ser sufficiente para subjugar algumas ilhas. Antonio d'Abreu costeou a ilha de Sumatra; depois, adiantando-se além de Java, vio *Anjodm*, *Simbala*, *Solor*, *Galam*, *Mauloa*, *Vitara*, *Rosolanguim, Aron*, d'onde no decimo sexto seculo vinhão as lindas aves do paraiso. Foi d'esta sorte que proseguio o seu cami-

gardas, e mandou dizer ao rei que enviasse tudo aquillo ao capitão do Xeque Ismael, porque tal era a moeda com que ElRei de Portugal queria que seus capitães pagassem tributo.

(1) Vid. Historia dos descobrimentos antigos e modernos.

nho, fazendo mais de 500 legoas, e Galvão affirma que elle deo os nomes primitivos áquellas regiões, a que os cosmographos ás vezes tem imposto outras denominações. Antonio d'Abreu e Francisco d'Abreu surgirão depois nas ilhas de *Buro* e *Amboina*, e havendo atacado *Guli-Guli*, queimárão um dos navios, por ser mui velho para continuar uma navegação perigosa. Elles forão desembarcar em Banda, onde carregárão seus navios de cravo, noz moscada e casca interior da mesma noz; e no anno de 1512 derão á vela para Malaca. Francisco Serrão, de que em breve fallaremos, perdeo-se infelizmente nos baixios, e se vio obrigado a ir a Mindanao com nove ou dez homens, que, como elle, escapárão ao naufragio. Antonio Galvão pondera que forão estes os primeiros habitantes da Peninsula que visitárão o que então havia o nome de *ilhas do cravo*; n'este archipelago se demorárão sete ou oito annos. Antonio d'Abreu continuou o seu caminho até Malaca, e mais tarde figurou nas guerras, que se suscitárão entre a coroa de Hespanha e Portugal pela posse das Molucas. Tambem lembraremos que no anno de 1513 Fernando Peres d'Andrade havia alcançado uma das mais assignaladas victorias navaes sobre o sultão de Java (1).

Vamos ver as surprezas, que nos animos produzirão estes descobrimentos e conquistas, as mudanças nas transacções commerciaes, e mórmente o enthusiasmo religioso. Em Roma será a scena: importa lembrar que ainda em Lisboa se ignorava a derradeira sujeição d'Ormuz.

(1) Estas primeiras expedições são referidas d'um modo circunstanciado na obra d'Argensola, que deo, como é notorio, uma historia completa das Molucas, traduzida em francez por Jacques Desbordes. Observaremos todavia que n'este livro os nomes portuguezes forão alterados, e que se lhes restituio aqui a verdadeira orthographia.

Embaixada d'ElRei D. Manoel ao Papa.

Nos primeiros mezes do anno de 1514, o grande projecto de D. João II havia recebido a sua execução: Veneza via-se privada do commercio das Indias; uma só cousa restava a fazer, era tomar posse á face do mundo christão: isto é o que mui bem comprehendeo o novo rei, amigo do fasto, habil sobre tudo em tirar partido das circunstancias, capaz além d'isto de fazer redundar em proveito do paiz, que governava, as novas tendencias do seculo, que elle conhecia talvez melhor que todos os outros soberanos. Resolveo-se uma embaixada a Roma, e assentou-se em que fosse em tudo digna da grande nova, que ia annunciar. Esta embaixada devia por sua magnificencia exceder tudo o que Roma n'este genero tinha visto até então.

O homem, que D. Manoel escolheo para o representar junto do papa, era um d'esses fidalgos, como então havião muitos em Portugal, d'uma só caza e d'uma só palavra, como dizia o poeta Sá de Miranda. Tristão da Cunha foi nomeado embaixador extraordinario junto da Santa Sé. Com elle ía seu filho, Nuno da Cunha, que tanto se devia illustrar no paiz, cujas maravilhas ião proclamar. Simão e Pero Vaz da Cunha tambem acompanhavão, com uma numerosa comitiva de gentis-homens, o illustre representante da sua familia. Diogo Pacheco e João de Faria, conceituados como homens mui instruidos d'aquella epoca, tambem tinhão recebido o titulo de embaixadores.

Foi o dia 12 de março de 1514 que o summo pontifice escolheo para receber esta santa missão. Pelas duas horas da tarde, os embaixadores sairão do palacio do cardeal Adriano, precedidos de numerosos musicos a cavallo, ricamente vestidos e tangendo seus instrumentos, a que respondião os musicos do papa. Seguião-se immediatamente trezentos machos com ricos jaezes e carregados d'alcatifas da India e de sedas; trezentos criados vestidos com magnificas librés os ião

guiando pela redea. Seguia-se logo o rei d'armas de D. Manoel com uma capa em que se vião bordadas as armas de Portugal rodeadas d'um circulo de perolas e rubins, e após elle ião cincoenta gentis-homens a cavallo, vestidos de brocado e com chapeos cobertos de grandes perolas: nada igualava a riqueza de suas gargantilhas, e tal era o luxo dos jaezes, que os freios dos cavallos e os estribos erão d'ouro maciço guarnecidos de pedras preciosas de muito valor. Nada diremos da numerosa comitiva de criados, que acompanhavão os cavalleiros; o que se tornava sobre tudo notavel era um elephante indio trazido de Goa. Este corpulento animal levava o coffre, que continha os presentes enviados por El-Rei D. Manoel ao papa; um panno tecido d'ouro, e com as armas reaes, cobria o dito elephante até aos pés. Um cavallo persa de grande preço, que o rei d'Ormuz enviára ao seu novo alliado, seguia o elephante; um caçador ia montado no dito cavallo, que levava na garupa uma d'essas ageis onças, que os Persas tão bem sabem exercitar na caça das gazellas. O representante do imperio germanico, os embaixadores de França, Castella e Polonia, os que tinha enviado, por certo com repugnancia, Veneza, Lucca e Bolonha, forão ao encontro dos enviados portuguezes. Se a este pomposo acompanhamento ajuntarmos a comitiva dos cardeaes, os Portuguezes ecclesiasticos e seculares, que então residião em Roma, teremos uma idéa da luzida multidão, que se encorporou á embaixada. A gente, que de todos os bairros de Roma, e mesmo dos campos, concorreo, era tanta, que enchia as ruas, praças e janellas; de modo que a policia houve de abrir caminho a Tristão da Cunha e á sua comitiva. No castello de Santo Angelo se achava o papa com os cardeaes para receber a embaixada. Chegado que foi ali o acompanhamento, salvas d'artilheria o saudárão; o som das trombetas, charamellas e timbales, se misturou aos gritos confuzos, que do meio da multidão saião; mil acclamações se ouvião em honra d'ElRei de Portugal. Quando o elephante chegou ante o papa, obedecendo á voz do seu conductor, fez

trez genuflexões; e, lançando pela tromba grande quantidade d'agoa de cheiro, que fôra preparada para esta circunstancia, com ella borrifou o santo padre e o sacro collegio. Desde o tempo do imperador. Frederico, epoca em que um elephante havia excitado a admiração dos habitantes de Cremona (1), a Italia tinha sido privada d'este curioso espectaculo. Por isso o corpulento animal teve as honras do dia; a onça e seus exercicios pouca attenção merecerão, posto que, conforme as narrações coevas, o engraçado animal mostrasse não vulgar agilidade.

O presente enviado pelo soberano de Portugal ao papa, consistia n'um pontifical de brocado com primor bordado de pedras preciosas, como diamantes, amethistas orientaes, esmeraldas e rubins. Um antigo historiador diz que até áquelle dia nunca os homens tinhão visto cousa tão rica: uma mitre, um annel pontifical, cruzes, calices, thuribulos do ouro mais puro, guarnecidos de pedras preciosas, e feitos a martello, como a cronica refere, acompanhavão o presente. E para cumulo de magnificencia, muitas medalhas d'ouro, tamanhas como grandes maçãs, forão distribuidas.

Leão X recebeo os embaixadores com extraordinarias honras: Diogo Pacheco orou em latim, e o papa lhe respondeo no mesmo idioma. Notou-se que o santo padre prolongou a sua resposta, muito mais do que costumava n'estas occasiões, insistindo na gloria, que cabia á nação portugueza e a ElRei D. Manoel por tão grandes descobrimentos. Terminada a resposta, o santo padre se lavantou para se ausentar, e Tristão da Cunha, levando erguida a cauda da capa pontifical, o acompanhou até ao seu gabinete. Tal foi a impressão, que esta pomposa ceremonia causou, que o enviado do imperador, escrevendo ao seu senhor, lhe dizia que poucas iguaes se tinhão visto entre os principes da christandade.

Não foi esta embaixada a unica que teve lugar duran-

(1) Vid. as particularidades, que a este respeito refere Brunetta Latini no seu *Thesouro*.

te os primeiros annos do decimo sexto seculo. Já no tempo de Julio II, Diogo Pacheco tinha ido fazer homenagem dos novos descobrimentos executados por Bartholomeu Dias, por Vasco da Gama, e Almeida. Depois das conquistas do grande Affonso d'Albuquerque, Tristão da Cunha pôde repetir com mais razão do que o tinhão feito: « Portugal offerece a Roma christã as terras novamente exploradas: faz uma especie d'holocausto de todos estes reinos, que sujeita á cidade eterna, visto que ella já não reina senão pelo pensamento. » Foi por certo epoca mui memoravel aquella em que este pequeno reino pôde offerecer a Roma um dominio pacifico sobre regiões quasi tão vastas como as que ella outr'ora sujeitára por suas armas. Mas longe estamos de haver narrado tudo, e vamos necessariamente voltar para essas regiões orientaes, que n'aquelle tempo erão o entretenimento de Roma e de Lisboa, sem que fosse possivel esgotar as relações, que as ditas regiões inspiravão.

Ceylão.

A mui antiga Taprobana devia em breve ser theatro de guerras mais terriveis, e sobretudo mais reaes, que as de que tem conservado a lembrança uma nobre poesia. No anno de 1503, Lourenço d'Almeida havia feito tributario de Portugal um dos mais poderosos reis d'aquella ilha, e *Boenegabo-Pandar* tinha-se obrigado a pagar dous mil quintaes de canella ao monarcha portuguez, e devia além d'isto subministrar-lhe certa quantidade de rubins e saphiras, sem fallar n'outros muitos objectos uteis ou preciosos, entre os quaes cumpre citar alguns elephantes de guerra.

Por esta epoca, a fortaleza de Colombo tinha sido fundada pelos Portuguezes, e um capitão, especialmente incumbido de proteger o commercio da nova feitoria, foi investido no mando da ilha pelo seu joven conquistador.

Na epoca em que os Portuguezes puzerão os pés n'aquellas praias, guiados só pela relação, que por todo o Oriente vogava das riquezas de Ceylão, o paiz não estava sob o

dominio d'um só monarcha. Havião os reinos de *Cota*, *Colombo*, *Reigan*, e *Gale* que confinava ao nascente com o reino de *Jaula*, e ao norte com *Seitavaca*. *Kandi* e *Uva* formavão estados, que occupavão o centro da ilha; *Vilacen* prolongava-se ao oriente d'estes reinos. Os estados maritimos mais orientaes, os que erão oppostos aos paizes, que havemos designado, erão, d'uma parte, *Batecalu*, e, mais acima, *Triquilamala*, *Sofragam*, *Maturé-Cotiar*, e sobre tudo *Jafanapatam* com a ilha de *Manar* (1). Quando mais tarde os Portuguezes successivamente dilatárão suas conquistas, não só se alterou a forma dos governos, mas os nomes de reinos desapparecerão; e os estados independentes, que não tardárão em cair sob a jurisdicção portugueza, se virão reduzidos a ter o nome de provincias: já não se reconhecem como reinos senão os de Kandi, Uva e Jafanapatam.

Logo depois das primeiras conquistas, no tempo d'Affonso d'Albuquerque, o rei de Cota, que os Portuguezes protegião, vio augmentar o seu poder. Madume, seu irmão, unio-se, verdade é, com o Samori, e lhe fez uma guerra perseverante: foi em razão d'esta guerra prolongada que Colombo

(1) Estas particularidades são extrahidas d'uma preciosa obra da bibliotheca de M. Ternaux Compans, intitulada: — *Rebellião de Ceylão* — João Rodriguez de Sá, Lisboa, 1681. Filho do antigo governador de Ceylão, o author d'este livro mui pouco conhecido offerece sobre as antiguidades do paiz, sobre as antigas divisões, e em fim sobre as tradições poeticas, um interesse incontestavel. Fallando das noções, que Roma teve ácerca de Ceylão, e que deveo a suas conquistas, o author d'esta curiosa historia faz menção das moedas encontradas na fortaleza de Manar em 1575; falla sobre tudo das magnificas ruinas de *Mangulcorla*; affirma que ali havia um palacio com 1600 columnas de marmore, cuja architectura em nada se assimilhava á dos monumentos do Oriente; faz menção d'um templo com 366 pagades consagrados aos dias do anno. Como não se pode duvidar da sinceridade d'este historiador, bom seria examinar a sua narração. Não deve esquecer que a ilha de Ceylão, cujo perimetro é de 300 legoas, tem uma superficie de 700 legoas quadradas pouco mais ou menos, e que o seu vasto territorio pode subministrar ainda mais d'uma maravilha esquecida do explorador.

veio a ser então a praça mais perigosa das Indias: usando das expressões de Sá de Miranda, era « a escola em que se aprendia todo o valor e disciplina militar. »

Commercio com as ilhas Molucas.

Foi, como havemos referido, pouco tempo depois que o grande Albuquerque sujeitou Malaca, que este grupo d'ilhas, que os Orientaes já conhecião, e cuja riqueza não podia escapar aos Europeos, começou a grangear alguma celebridade entre os novos conquistadores. A noz moscada, o páo de sandalo branco, que só se encontrava n'estas regiões, e de que o *Kanará, Narzinga* e *Cambaya* fazião tão particular estima, o ouro, que ali se recolhia em certa abundancia, o aljofar, tudo devia contribuir para fazer cessar n'estas ilhas o repouso em que as deixavão os soberanos orientaes de Java e Malaca. Desde os primeiros annos do decimo sexto seculo, os Portuguezes apparecem estabelecidos em algumas das ilhas fecundas d'este archipelago.

Por esta epoca, mas ignorava-se o anno da sua viagem, expedio o illustre vice-rei das Indias para as Molucas Francisco Serrão, o amigo, o parente, segundo affirmão, de Magalhães, e aquelle que, por exactas informações dadas ao celebre navegante, mereceo ver o seu nome inscrito entre nomes, que nunca serão esquecidos.

Francisco Serrão havia recebido ordem d'estabelecer um forte n'uma d'estas ilhas, mas não pôde effectuar este projecto por uma circunstancia singular: os pequenos soberanos malaios entre si disputávão, segundo dizem, a vantagem de reter este estrangeiro, que, segundo elles entendião, ía dar novo impulso ao commercio. Serrão, diz um escritor moderno, querendo sujeital-os todos, obrava tomando todavia só o titulo de pacificador. « Serrão veio a ser mais tarde, e como devia succeder, victima d'este systema, e a sua ambição o perdeo.

Duarte Barbosa tambem foi ás Molucas nos primeiros

annos do decimo sexto seculo; este ía movido por outro desejo, e se viajou n'aquellas regiões por espaço de dezeseis annos, foi para transmittir a seus compatriotas admiraveis noticias, que, por apparecerem trez seculos mais tarde, nem por isso são menos preciosas (1).

Porem cubiçado em breve por duas potencias rivaes, o archipelago das Molucas tornou-se objecto d'uma viagem celebre: collocado de modo pouco exacto nos papas d'aquelle tempo, um erro de geographia foi talvez a primeira causa da mais maravilhosa expedição, que se fez depois das de Colombo e Gama. Quando mais tarde se reconheceo que estas ilhas entravão no vasto dominio dos Portuguezes, Antonio Galvão pacificou estas regiões e as sujeitou, ao menos em parte, ao christianismo. Este afouto capitão não teve só a gloria da espada ou a fama, que dá o saber; João de Bárros refere que elle se fizera amar tanto dos povos conquistados, que em Tidor e Ternate repetião cantigas populares em sua honra. Foi Antonio Galvão, que n'aquellas regiões estabeleceo o primeiro collegio religioso, que se fundou nas Indias: este homem admiravel engeitou a corôa de Ternate, e foi, como Luiz de Camões, acabar seus dias n'um hospital (2).

Ultimos successos da administração d'Albuquerque. Sua morte.

Taes erão os principaes descobrimentos, que assignalárão o periodo d'Almeida e d'Albuquerque; d'elle terá menos incompleta idéa, quem ajuntar a esta breve exposição a indicação dos esforços tentados para a Abyssinia, e dos quaes em breve fallaremos. O grande homem, a que D. Manoel era devedor de tão vasto imperio, dispunha-se a voltar á capital

(1) Esta interessante relação foi publicada n'uma collecção intitulada: *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, t. II.

(2) No anno de 1557.

das Indias, quando uma circunstancia fatal veio abreviar-lhe a vida. Algum tempo antes da sua memoravel expedição tinha elle enviado presos a Portugal dous homens, que merecião este rigor por suas culpas, diz um contemporaneo: era um d'elles Albergaria, de que em breve trataremos n'esta historia. Albuquerque soube que estes dous individuos se havião perfeitamente rehabilitado na corte, e que não só o mais qualificado havia recebido o titulo de capitão general de Cochim, o que necessariamente o excluia a elle, vice-rei, do governo da India, mas que o outro tinha sido provido no cargo de seu secretario. Quando Affonso d'Albuquerque recebeo esta nova, ergueo as mãos para o céo, orou um momento e disse estas poucas palavras: « Estou mal com ElRei por amor dos homens, mal com os homens por amor d'ElRei. Velho, volta-te para a igreja, acaba de morrer... por quanto importa á tua honra que morras, e nunca tu deixaste de fazer o que á honra convinha. »

O grande homem adoptou immediatamente as disposições, que podião assegurar a tranquillidade das novas conquistas; sobre tudo fez diligencias para que esta nova não introduzisse a desordem na fortaleza, que se acabava d'edificar perto d'Ormuz; proveo a tudo, n'uma palavra; depois ficou só com o seu secretario, porque queria ajuntar um codicillo ao seu testamento: Albuquerque deixava um filho, e a sorte d'este filho o preoccupava: eis-aqui o que elle escreveo a ElRei: « Senhor, no momento em que a V. Alteza escrevo, sinto um « tremor, verdadeiro signal da morte! No reino, tenho um « filho; o que peço a V. Alteza é que o faça grande, como « meus serviços tem merecido. Eu lhe ordeno, ao preço da « minha benção, que a V. Alteza o peça. Pelo que toca ás « cousas da India, nada digo; ellas fallarão por mim a V. « Alteza! »

« E n'este momento, accrescenta o antigo historiador, elle estava tão fraco, que mal podia ter-se em pé. Ao Senhor pedia que o deixasse chegar a Goa, e que ali d'elle fizesse o que fosse servido; e quando se achou a trez ou qua-

tro legoas da barra, mandou chamar o vigario geral Fr. Domingos, e tambem Affonso o medico. Depois que a lancha partio, o navio foi surgir na barra pelo meio da noite: era um sabbado 15 de dezembro. Quando disserão a Affonso d'Albuquerque a que lugar era chegado, elle ergueo as mãos para o céo e rendeo mil graças ao Omnipotente por lhe conceder o favor que tanto havia desejado. N'este lugar esteve toda a noite com o vigario geral, e Pero d'Alpoem, secretario das Indias, e que veio a ser seu testamenteiro. Affonso d'Albuquerque, abraçado com o curcifixo, pedio ao vigario geral, que era seu confessor, que recitasse a paixão de Nosso Senhor segundo S. João, santo de que sempre fôra mui devoto. Ordenou que o revestissem com as insignias da ordem de São-Thiago, de que era commendador, porque queria morrer com este habito; e no domingo, uma hora antes d'amanhecer, rendeo a alma ao Criador.

Crença poetica dos Indios ácerca da morte d'Affonso d'Albuquerque.

Depois que o grande homem cessou de viver é que bem se conheceo qual fôra a sua extraordinaria influencia sobre os povos do Oriente. Referem que quando o corpo d'Albuquerque foi levado ao derradeiro asilo, que para si havia escolhido, os habitantes de Goa lhe fizerão sumptuosas exequias. Todos os veteranos, que tantas vezes o havião seguido nas perigosas expedições, o acompanhárão á capella designada no seu testamento, e que elle fizera erigir para lhe servir de sepultura temporaria; porque o codicillo ordenava que seus ossos fossem trazidos ao reino. Vestido de commendador da ordem de São-Thiago, levado com o rosto descoberto por homens, que entre si disputavão esta honra, dizem que não se havião cerrado seus olhos, e que no esquife a sua barba encanecida, agitada pelo vento, sobre o seu peito fluctuava: os Indios e os musulmanos não podião acreditar no seu falleci-

mento. — « Elle não morreo, exclamavão elles, foi commandar os exercitos do céo. — »

Ultimas relações de D. Manoel e d'Albuquerque. — Erro historico desmentido. — Documento descuberto recentemente.

Se Affonso d'Albuquerque vivesse alguns annos mais, a Europa veria começar esses prodigiosos trabalhos, que devião fazer mudar de face todas as regiões, que o Nilo banha; porem depois do grande homem, ninguem pensou n'esta vastissima empresa. Tudo se deteve quando um *erro* fez descer ao tumulo talvez o maior genio, que Portugal jamais produzio. Sobre esta palavra insistimos, porque parece certo que se deve absolver D. Manoel do crime d'ingratidão A demora d'uma correspondencia difficil parece haver sido esta vez a causa unica da morte do prelado ancião e a carta, que ha poucos annos se achou no archivo d'Alcôbaça, é prova irrefragavel de que o grande homem se equivocou sobre as intenções do soberano. N'esta carta, escrita a 11 de março de 1516, D. Manoel annunciava áquelle, que nas Indias o representava, que novas recebidas por Veneza lhe tinhão feito conhecer a tomada d'Aden e suas ultimas victorias; accrescentava, que se lhe escrevera para se retirar, e que se lhe nomeára por successor Lopo Soares d'Albergaria, era para que viesse descançar, e para que ao mesmo tempo pudesse conferir com elle ácerca do que requerião as cousas da India; porem que visto convir ao serviço de Deos que elle persistisse na Asia, lhe ordenava que se reputasse como governador supremo d'aquellas regiões, desde a costa de Cambaya até á de Moçambique, e que administrasse toda a terra firme. Determinava que Albuquerque fosse independente de Lopo Soares, que todos lhe obedecessem, e que elle estabelecesse a sua residencia em Aden, ou em qualquer outro lugar do estreito. Outro-sim dispunha que todas as tropas transportadas n'aquelle anno pela armada das Indias devião servir sob duas ordens.

ElRei ordenava tambem que conservasse toda a preeminencia, e os pagens e soldados, que tinha antes da chegada de Lopo Soares ás Indias; e finalmente, depois de muitas recommendações, em que se mostra o espirito d'aquelle tempo, o monarcha pedia ao seu illustre representante que não levasse a mal a divisão, que tinha feito do governo, visto que elle devia conhecer quanto importava assegurar o dominio portuguez no mar Vermelho para a conservação das Indias. D'este modo terminava D. Manoel a carta escrita ao grande homem. — « Se estivesseis no reino, não poderia escolher outro homem para enviar a essas paragens; com maior razão o faço achado-vos já ahi. — » Affonso d'Albuquerque nunca recebeo esta carta do soberano.

Lopo Soares d'Albergaria.

A estas noticias, tão pouco conhecidas, accrescentaremos que o inimigo d'Albuquerque não teve, como elle, a alta dignidade de vice-reí; Albergaria só foi terceiro governador das Indias, e aqui em summa narramos seus numerosos trabalhos. No anno de 1515 partio de Lisboa, e no de 1517 deo evidentes provas do seu valor. Capitaneando uma armada de trinta e seis navios, ás costas d'Arabia levou o terror, e, cedendo ás instancias d'ElRei de Cochim, que sempre fòra alliado dos Portuguezes, foi destruir Cranganor e Panane. Voltando depois seus esforços contra a ilha de Ceylão, faz o rei de Colombo tributario de Portugal, e, tendo construido uma fortaleza n'esta ilha, cuja posse tão importante se tornou para a sua patria, alcança ainda muitas victorias e volta a seus lares. Trez annos durou o seu governo; porem succedeo-lhe o que muitas vezes acontece nas lutas com o genio, elle não é já conhecido senão pela dôr mortal, que outr'ora causou a um grande homem.

Influencia dos trez conquistadores. — Estado das Indias pelo anno de 1518.

Coge Safar (*Khodjã-Safar*) escrevia ao rei de Cambaya, que Albuquerque havia ganhado mais reinos do que tinha de soldados para os avassallar. Esta hyperbole mui bem faz comprehender o magico terror e admiração, que este intrepido capitão a seus inimigos inspirou. Com Albuquerque o dominio portuguez se constitue e consolida de tal sorte, que nada tem a temer dos soberanos orientaes, e mesmo do soldão do Egypto, que excita sempre Veneza. Se Pacheco começa a serie de prodigiosas victorias de que havemos feito menção; se Francisco d'Almeida, destruindo os Rumes, anniquila o mais formidavel poder, que Portugal póde temer n'aquellas regiões; Affonso d'Albuquerque acaba o que elles começárão. Sem exageração se póde dizer, a Duarte Pacheco, appellidado pelo poeta o Achilles lusitano, a Almeida, a que derão o nome de Machabeo portuguez, a Affonso d'Albuquerque deve Portugal a gloria de que se reveste aos olhos das outras nações desde os primeiros annos do decimo sexto seculo. Para seus proprios contemporaneos, o segundo vice-rei das Indias é o mais afouto capitão, que visitou aquellas regiões; nenhum de seus inimigos lhe recusa o epitheto de grande. Gil Vicente o colloca a par do imperador; e se o rei de França pede por especial favor o retrato de Sylveira, contemporaneo d'estes conquistadores, para pol-o na primeira ordem dos homens de que honra a effigie, os povos da India deificão o vencedor de Goa. Pacheco, Almeida, Albuquerque, são os trez nomes, que se devem escrever no começo d'esta historia. E com effeito, por suas victorias, quasi milagrosas, póde o poeta mais popular d'aquelle tempo com razão dizer:

A'vante, ávante Lisboa!
Que por todo o mundo soa
Tua prospera fortuna.

Vid Obras de Gil Vicente, t. III.

Um projecto d'Albuquerque. — O Nilò desviado do seu curso.

Quando a morte veio surprehender Albuquerque, um projecto, mais vasto talvez que todos os que havia concebido ate então, agitava, segundo dizem, o seu pensamento. Tratava-se de arruinar o implacavel inimigo dos Portuguezes desviando do seu curso o rio, que fôra em todos os tempos a causa unica da fertilidade do Egypto. A idéa não era d'este homem extraordinario, um Arabe, chamado Elmacim, a tinha concebido antes que o general portuguez pensasse em executal-a. O que é mui certo, e o que geralmente se ignora, é que este projecto, em breve esquecido, havia recebido um começo d'execução: o proprio filho do vice-rei, o redactor dos Commentarios, affirma que seu pai mais d'uma vez escrevera a ElRei D. Manoel, induzindo-o a mandar para a Abyssinia alguns centenares de camponezes da Madeira, reputados os terraplenadores mais habeis e perseverantes d'aquella epoca, e que a natureza da ilha tinha afeito a arrazar montanhas e a aplanar valles, para com mais facilidade regarem suas cannas d'açucar. Um antigo viajante portuguez, que perfeitamente conhecia o designio d'Albuquerque, n'elle só via uma chiméra; porem um sabio francez, que se póde reputar como authoridade mais importante que a de Telles, não julga impossivel a execução do projecto. O general Andréossy, como é notorio, mui bem estudou as regiões de que se trata, e é de parecer que este plano, ainda que parece extraordinario, seria susceptivel de execução, com algumas modificações indispensaveis, que elle indica. Albuquerque entendia ao principio que bastava cortar uma das montanhas d'Abyssinia, para conseguir este grande projecto; porem aqui ha um erro manifesto. E' provavel que no ensejo da execução, o grande homem modificasse seus primeiros planos.

Continuação do reinado de D. Manoel. — Instituições d'este monarcha.

Todo o reinado de D. Manoel é d'alguma sorte representado por esses grandes capitães, que em seu nome avassallavão a Africa, a Asia, e parte do novo mundo. Não se entenda todavia que este soberano passava em ocio o tempo, que lhe deixavão os vice-reis da India e os governadores dos dominios africanos. Era D. Manoel não só um protector das artes instruido, em toda a accepção da palavra no decimo sexto seculo, mas tambem habil administrador, e homem de rigidos costumes. Em breves palavras vamos referir o que elle fez pelas artes, pelas sciencias, e pela administração interna das cidades. Não só mandou construir o sumptuoso convento de Belem, mas reedificou o de Thomar, asilo dos religiosos militares, que succederão aos cavalleiros do Templo. O hospital da Misericordia de Lisboa, os mosteiros da Serra, de Santo Antonio do Pinheiro, da Annunciada, Santa Clara de Tavira, São Bento do Porto; a sé d'Elvas, Nossa Senhora da Conceição de Lisboa que substituio uma synagoga; a igreja, que se eleva no lugar em que nasceo Santo Antonio de Padua; grande numero de construcções militares, d'edificios religiosos e civis, ainda hoje designão uma era nova para a arte em Portugal. Segundo dizem, ElRei D. Manoel era habil humanista para reconhecer nas obras escritas em latim as delicadezas do estilo. A propenção, que elle tinha para a latinidade, não o tolheo ainda assim de dar impulso ao que se chamava litteratura vulgar, e foi por sua ordem expressa que Duarte Galvão e Ruy de Pina emprehenderão a nova redacção das cronicas nacionaes; pelo meio do seu reinado appareceo Bernardim Ribeiro, e as numerosas poesias compiladas cinco annos antes da sua morte por Garcia de Rezende, bastarião para provar quanto a sua corte foi litteraria.

Empregava ElRei D. Manoel, como muitos principes do seu seculo, o tempo que furtava á administração ou ao es-

tudo, em devotas romarias; porem nunca emprehendeo estas viagens custosas sem um fim artistico, ou sem uma alta previsão das necessidades do seu povo. Todas as cronicas fazem menção da celebre visita, que, segundo o costume d'aquelle tempo, elle fez a São-Thiago de Compostella, e d'uma lampada de prata, da feição d'um castello, que largo tempo se conservou n'este lugar como prova da generosidade do principe, e de quanto elle estimava as obras da arte.

Forão sem duvida suas viagens pelo reino que lhe fizerão conhecer as dezordens, que se havião introduzido no clero. Por isso elle enviou por embaixadores a Alexandre VI dous homens d'alta capacidade, incumbidos de pedir com instancia reformas, que se tinhão tornado indispensaveis. D. Rodrigo de Castro, alcaide da Covilhan, e D Henrique Coutinho, filho do marechal, que fallecera nas Indias, forão incumbidos d'esta difficil missão, de que o caracter d'Alexandre devia fazer prever o resultado.

Um escritor portuguez pondera com razão que D. Manoel foi o primeiro soberano, cuja previdencia chegou até a tirar um por cento dos rendimentos reaes, para soccorrer as pessoas indigentes, e, reportando-nos a alguns authores coevos, elle executou sempre estes actos de beneficencia com notavel perspicacia.

Pouco exacta idéa teria d'este reinado quem suppuzesse que o monarcha, cujos actos mencionamos, se contentou com estes melhoramentos internos e com o desenvolvimento do seu poder na Africa e na Asia; elle exercia uma influencia positiva nos negocios da Europa. Implorando a republica de Veneza o seu auxilio contra o poder ottomano, D. Manoel pôde destacar de suas armadas do Oriente trinta navios, cujo mando foi commettido a D. João de Menezes, conde de Tarouca, os quaes bastárão para intimidar os musulmanos. Veneza, que devia a sua ruina a Portugal, então lhe deveo a salvação.

Indispensavel foi comtudo abandonar antes de tempo estas prosperidades, que erão ao mesmo tempo resultado d'um

concurso feliz de circunstancias e d'uma habil administração. D. Manoel comprehendeo o seu destino e resignou-se. Gil Vicente, o poeta popular, em seus versos nos pintou a profunda desesperação dos povos, quando souberão que se avisinhava a morte do monarcha. D. Manoel foi acommettido, nos ultimos dias do anno de 1521, da enfermidade de que morreo no dia 13 de dezembro, com 52 annos e meio d'idade, e de reinado 26. Eis-aqui o epitáphio exarado no seu tumulo, collocado no convento de Belem: posto que breve, elle diz o que teve lugar durante este reinado cheio de prodigios.

Littore áb occiduo, qui primi ad lumina solis
Extendit cultum notitiamque Dei;
Tot reges domiti cui submisere tiaras
Conditur hoc tumulo maximus Emmanuel.

Resta-nos qualificar a politica d'este monarcha, mórmente a respeito da França.

Politica de D. Manoel; habilidade d'este principe em se conservar em paz com os outros Estados da Europa.

No meio de suas victorias nas regiões remotas, D. Manoel sollicito buscou conservar paz com os Estados visinhos, essencialmente divididos então, e que trabalhavão por lhe fazer tomar um partido nas discordias, que os agitavão. D. Manoel resistio alternativamente a Carlos Quinto e a Francisco I, e mostrou por certo grande habilidade em manter esta neutralidade, que assegurava a conservação do seu poder nas outras partes do mundo. « Se bem consideramos a situação de Portugal, diz n'estes ultimos tempos um escritor portuguez, contiguo d'uma parte á Hespanha, e da outra exposto sempre em razão de suas conquistas aos insultos dos corsarios e piratas francezes, que infestavão suas costas interceptando o commercio; se ponderamos bem em tal situação, não podemos

absternos de confessar que é com justiça que caracterizamos a politica do nosso gabinete como obra prima d'habilidade, e que tambem não é sem razão que nos admiramos, vendo que nenhum de nossos cronistas ou historiadores lhe fez esta justiça devida: nenhum d'elles, com effeito, avaliou quão difficil e delicada foi a situação de Portugal em taes occurrencias.

« As difficuldades, as exigencias politicas, de que o gabinete portuguez se vio rodeado, em presença das discuções e guerras, que se havião suscitado entre as duas potencias rivaes, não podião ser maiores do que forão, porque Carlos Quinto na sua carta escrita a ElRei D. Manoel em 9 de julho de 1521, na qual lhe participa o rompimento da sua alliança com a França e a declaração da guerra a esta potencia, exigia, por via do seu embaixador em Lisboa, que Portugal prestasse a seus vice-reis toda a assistencia, que se devia esperar dos estreitos vinculos, que existião entre o imperador e ElRei de Portugal. D'outra parte, o papa Leão X queixava-se a D. Manoel de Francisco I, e exigia que a armada enviada de Portugal a Saboia, por occasião do casamento da infanta com o duque, se unisse com a do imperador Carlos Quinto contra os Francezes.

D. Manoel resistio ao papa e ao imperador, e foi talvez a esta habilidade cheia d'energia que elle deveo a vantagem de conservar até ao fim da sua vida o sobrenome de *afortunado*.

FIM DO PRIMEIRO TOMO

INDICE

DO

QUE N'ESTE LIVRO SE CONTÉM.

PAG.

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS.